JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Prefeitura Municipal de Água Boa 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças 4
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 5
Prefeitura Municipal de Apiacás 11
Prefeitura Municipal de Araguaiana 13
Prefeitura Municipal de Araguainha 14
Prefeitura Municipal de Araputanga 18
Prefeitura Municipal de Aripuanã 19
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 20
Prefeitura Municipal de Cáceres 20
Prefeitura Municipal de Campinápolis 28
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 41
Prefeitura Municipal de Campo Verde 46
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 48
Prefeitura Municipal de Canarana 48
Prefeitura Municipal de Carlinda 49
Prefeitura Municipal de Castanheira 51
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 59
Prefeitura Municipal de Cláudia 59
Prefeitura Municipal de Colíder 64
Prefeitura Municipal de Colniza 65
Prefeitura Municipal de Comodoro 72
Prefeitura Municipal de Confresa 72
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 73
Prefeitura Municipal de Denise 111
Prefeitura Municipal de Diamantino 111
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 121
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 122
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 124
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 124
Prefeitura Municipal de General Carneiro 125
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 125
Prefeitura Municipal de Itaúba 144
Prefeitura Municipal de Itiquira 145
Prefeitura Municipal de Jaciara 146
Prefeitura Municipal de Jauru 146
Prefeitura Municipal de Juruena 150
Prefeitura Municipal de Juscimeira 151
Prefeitura Municipal de Luciara 152
Prefeitura Municipal de Marcelândia 153
Prefeitura Municipal de Matupá 155
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 156
Prefeitura Municipal de Nobres 158
Prefeitura Municipal de Nortelândia 158
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 159
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 160
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 161
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 161
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 162
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 163
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 163

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 164
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 165
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 165
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 167
Prefeitura Municipal de Paranatinga 179
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 190
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 192
Prefeitura Municipal de Poconé 192
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 192
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 193
Prefeitura Municipal de Poxoréu 193
Prefeitura Municipal de Querência 194
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 197
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 197
Prefeitura Municipal de Rio Branco 202
Prefeitura Municipal de Rondolândia 202
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 208
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 209
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 211
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 212
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 212
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 213
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 213
Prefeitura Municipal de São José do Povo 214
Prefeitura Municipal de Sapezal 216
Prefeitura Municipal de Sinop 239
Prefeitura Municipal de Tabaporã 258
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 259
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 305
Prefeitura Municipal de Tesouro 306
Prefeitura Municipal de Torixoréu 307
Prefeitura Municipal de União do Sul 307
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 310
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 310
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 314
Prefeitura Municipal de Vila Rica 316

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 011/2016

"**Concessão de Adicional de Incentivo ao Ensino Superior a Servidor, e dá outras providências. "**

***Gilnei Macari**, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas:*

Considerando Lei Complementar 089 de 23 de abril de 2015, art. 12, §2, IV – "o pagamento ocorrerá tão somente no período normal de duração do curso para o qual o servidor se matriculou, sendo extinto após esse período";

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor **MARCOS LIELL**, matricula nº 000056, portador do RG nº 1.474.860-6 SSP/MT e CPF nº 011.533.861-60, Lotado Na Secretária Geral. O Adicional de Incentivo ao Ensino Superior, no valor de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente no país, nos termos do art. 12 da Lei Complementar 089/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 08 de março de 2016

GILNEI MACARI

Presidente

CONCORRÊNCIA Nº. 003/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Concorrência nº. 003/2016.

TIPO: Concorrência para alienação.

OBJETO: Alienação de lotes urbanos dotados de infraestrutura, destinados à ocupação comercial e industrial, situada na zona urbana do município de Água Boa, denominada Setor Industrial "Cidade Água Boa – MT".

REALIZAÇÃO: 15/04/2016.

HORAS: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e dos emails licitacao@aguaboa.mt.gov.br e pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 10 de março de 2016.

Tania Maria Riboli Reichert

Presidente da Comissão de Licitação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 010/2016

"Designa servidora para responder pelo Cargo de Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso".

***Gilnei Macari**, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e:*

***Considerando** Lei Complementar 096 de 17 de fevereiro de 2016 que "Altera os anexos I e II da lei Complementar 089 de 23 de abril de 2015 e da outra providencias. "*

***Considerando** a necessidade de remanejamento de servidor*

R E S O L V E:

ART. 1º - Remanejar a partir de 01 de março de 2016, por tempo indeterminado, para exercer a função de Assessora Parlamentar, cargo em Comissão, nos termos da Lei Complementar nº. 089, de 23 de Abril de 2015 e 096 de 17 de Fevereiro de 2016, a Senhorita **Maria Lorraine Faustino Fabio**, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade RG nº 2728971-0, expedida em 23/11/2012 Órgão expedidor SSP/MT, e do CPF nº 043.067.051-61, residente e domiciliada à Rua 06, nº 1114 Bairro Operário, Água Boa/MT

***ART. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Sala da Presidência, 01 de março de 2016.

GILNEI MACARI

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Le iOrgânica do Município e de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal,Leis Municipais nº 292/1990, nº 813/2010, nº 874/2011, nº 998/2014, nº 1004/2011 e nº 1036/2015 e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Concurso Público de Provas Objetivas Teóricas, Provas Práticas e Provas de Títulos, dependendo do cargo, para provimento nos cargos efetivos do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, através da Comissão Especial de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público do Município de Alto Garças,doravante denominada Comissão de Fiscalização, designada através da Portaria nº 006/2016, RESOLVE:

01. Alterar o Edital de Concurso Público nº 001/2016, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

1.6. Do Regime Jurídico e Previdenciário: A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Estatutário, o regime Previdenciário será (Regime Próprio de Previdência Municipal).

Leia-se:

1.6. Do Regime Jurídico e Previdenciário: A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Estatutário, o regime Previdenciário será o Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Onde se lê:

3.2. (...)

d) Os documentos acima deverão ser enviados dentro do limite estabelecido para tal, ou seja, até o dia 18 (dezoito) de Setembro de 2015.

Leia-se:

3.2. (...)

d) Os documentos acima deverão ser enviados dentro do limite estabelecido para tal, ou seja, até o dia 31 (trinta e um) de Março de 2016.

Onde se lê:

ANEXO I – DOS CARGOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

CARGO	VAGAS	PNE	TOTAL	CH/S	REQUISITOS DO CARGO	REMUNERAÇÃO - R$
Analista Administrativo	CR	-	CR	40 horas semanais	Ensino Superior	4.251,79
Auxiliar de Serviços Gerais	11	-	11	40 horas semanais	Alfabetizado	880,00
Técnico em química	01	-	01	40 horas semanais	Ensino médio, com curso profissionalizante de técnico em Radiologia, com registro no CRQ/MT- Conselho Regional de Química	1.417,26
Total	69	04	73			

Leia-se:

ANEXO I – DOS CARGOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

CARGO	VAGAS	PNE	TOTAL	CH/S	REQUISITOS DO CARGO	REMUNERAÇÃO - R$
Analista Administrativo	CR	-	CR	40 horas semanais	Curso Superior Completo Administração de Empresa, Ciências Contábeis ou Economia, com registro no respectivo Conselho Profissional	4.251,79
Auxiliar de Serviços Gerais	11	02	13	40 horas semanais	Alfabetizado	880,00
Técnico em química	01	-	01	40 horas semanais	Ensino Médio, com curso profissionalizante de Química, com registro no CRQ/MT - Conselho Regional de Química	1.417,26
TOTAL	69	06	75			

02. Permanece inalterada os demais itens do o Edital de Concurso Público nº 001/2016.Alto Garças, 07 de Março de 2016.

SÔNIA VILELA DE ALMEIDA - Presidente da Comissão de Organização,Acompanhamento e Fiscalização

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR - Prefeito Municipal

LUZIA FRAGA RIBEIRO - Secretária da Comissão

NAIR GONÇALVES DE JESUS - Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PRORROGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016

Processo Administrativo nº: 00000314/2016

PRORROÇÃO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria 006/2016, por determinação do EXMO. SR. Prefeito do Município de Alto Paraguai-MT, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, foi prorrogada a licitação para, **data 28 de Março de 2016, às 09:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, sito à Avenida Presidente Médici, n° 470, Bela Vista, Alto Paraguai-MT**, na modalidade **Tomada de Preço**, do tipo **MENOR PREÇO**, obedecendo ao regime de empreitada por **PREÇO Item**, objetivando a contratação de empresa especializada que ofereça a proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal para prestação do serviço de **contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos (Clinico Geral) Zona Rural no município de Alto Paraguai,** em conformidade com as condições estabelecidas no edital, seus anexos, que estarão disponíveis aos interessados, a partir desta publicação, em CD, no endereço acima descrito, em horário comercial. Hiosiani Vanni Massarolo

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 005/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que foi prorrogado e se realizará no dia **23/03/2016 *às 09*:00 *horas***, Licitação na modalidade: Pregão Presencial, tipo “Menor Por Item”, cujo objetivo é: : **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT.** O Edital completo está a disposição na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Rua Presidente Médici, 470, Bela Vista, setor de licitação/pregão das 07h30min as 11h30min, e das 13h00min as 17h00min, pelo telefone (65) 3396-1468, ou site.

Alto Paraguai - MT, 10 de Março de 2016.

_____

Silvio Leite da Silva Junior

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO E INSTAURAÇÃO DE AUDITORIA ESPECIAL OPERACIONAL E DE GESTÃO 001-SCI-2016 – FUNSAT

TERMO E INSTAURAÇÃO DE AUDITORIA ESPECIAL OPERACIONAL E DE GESTÃO 001-SCI-2016 – FUNSAT

O Sistema de Controle Interno do Município de Alto Taquari, no uso de suas atribuições legais, em especial considerando os Princípios Constitucionais de Legalidade, Eficiência, Impessoalidade, Moralidade e Publicidade,

bem como o disposto na Lei Complementar n° 101; Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal 482/2007, atendendo a determinação do Chefe do Poder Executivo Municipal quanto a processo 599/2016 do Ministério o Público Estadual

APRESENTA:

FICA INSTAURADO PROCESSO DE AUDITORIA ESPECIAL junto a Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari – MT, para avaliar as informações constantes do Oficio nº 056/2016/PJAT da Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Taquari, bem como para atender as demandas apresentadas pelo Prefeito Municipal Mauricio Joel de Sá.

1- UNIDADE EXECUTORA/RESPONSABILIDADE: Controladoria Interna do Município, na pessoa do seu controlador Robison Junio Alves dos Santos.

2- PRAZOS PREVISTOS:

a. INÍCIO: 08/03/2016

b. TÉRMINO: 20/04/2016

Alto Taquari, 08 de Março de 2016.

Robison Junio Alves dos Santos

Sistema de Controle Interno Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCEDIMENTO DE AUDITORIA

Alto Taquari, 04 de Março de 2016.

Considerando o Oficio nº 056/2016/PJAT da Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Taquari, protocolado sob o número 599/2016 em 04 de Março de 2016, solicitando que seja instaurado processo de auditoria para avaliar se nos últimos três meses os repasses orçamentários e financeiros realizados a Fundação Municipal de Saúde – FUNSAT tem sido revertidos ao nosocômio municipal de forma devida.

Considerando a necessidade de avaliação dos atos administrativos e de gestão praticados nos últimos meses pela Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari - FUNSAT,

RESOLVO:

Determinar que a Controladoria Interna do Município:

INSTAURE processo de auditoria especial Junto a Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari - FUNSAT para atender ao pedido do Ministério Público Estadual, cientificando o mesmo semanalmente das fases realizadas, desde seu início até apresentação dos resultados finais.

INSTAURE processo de auditoria operacional e de Gestão vinculado ao processo de auditoria especial apresentado acima a Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari - FUNSAT para avaliar os atos operacionais e de Gestão praticados pela atual diretoria e as ações ali desenvolvidas;

FIXA-SE PRAZO DE 30 (trinta) dias úteis para conclusão dos trabalhos e apresentação de resultados.

Fatos relevantes e supervenientes a instauração deste processo, deverão ser comunicados imediatamente a sua ocorrência mesmo antes da conclusão do referido processo de auditoria.

Cumpra-se

MAURICIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Comissão Permanente de Licitação no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e 8.883 de 08 de junho de 1994, torna público, para conhecimento dos interessados, na modalidade supra, tendo como objeto: **SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL**, licitação realizada no dia 03/03/2016 às 08h30min (horário de mato grosso), teve como vencedor a empresaque foi julgada habilitada e classificada como a melhor proposta de preços, a saber: **JM CONSTRUÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – ME,** com proposta no valor global de **R$ 117.960,20 (Cento e dezessete mil, novecentos e sessenta reais e vinte centavos)** por atender os requisitos do processo licitatório. Alto Taquari – MT, 10 de março de 2016. – Lucia Helena do Nascimento **–** Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO - FEVEREIRO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 06/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ALEXANDRA SANCHES CANTOIA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, ela-

borado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 16 aulas semanais na Escola Municipal "**Profª Elzinha Lizardo Nunes**".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, com início em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 15 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 07/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *PAULA MARTUCCI* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor de Geografia.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 28 aulas semanais na Escola Municipal "**Profª Elzinha Lizardo Nunes**".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, com início em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 15 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 08/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *TEREZA EMÍLIA GENOVEZ MARTUCCI* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Facilitador.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: Orientar e acompanhar os alunos nas dependências da Instituição, durante o período de aula em completa atenção as crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades multidisciplinares que atendam os aspectos: social, físico, mental, cultural e intelectual, a fim de efetivar a doutrina de proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando sobre tudo, que os beneficiários pelo projeto desenvolvam habilidades para a vida diária e executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 40 horas semanais, no **Programa Fazendo o Futuro.**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, com início em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 005/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 15 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 09/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *GIOVANA CARLA BAIARDO* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora com pedagogia.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar tes-

tes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais no Centro de Educação Infantil "**Profª Maria Auta Medeiros de Oliveira".**

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, com início em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 15 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 10/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANA LÚCIA DA CRUZ SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais, na Associação Pestalozzi".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, com início em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 15 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 11/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANA LÚCIA DA CRUZ SANTOS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professora.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didá-

ticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3 - Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais na Escola Municipal "**Profª Elzinha Lizardo Nunes**".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, com início em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 15 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 12/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ANDRÉIA MIRANDA DE SOUZA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo de Professor com Pedagogia.

02.2 - Os serviços a serem executados, serão: participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didá-

ticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao Diretor da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; executar tarefa de recuperação de alunos; participar de reunião de trabalho; desenvolver pesquisa educacional; participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; cumprir a hora-atividade no âmbito da escolar da unidade escolar, fazendo cumprir através de Projeto, elaborado pelos professores, direção escolar e equipe da secretaria municipal de educação e cultura, seguindo Instrução Normativa; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

02.3 - Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo 20 aulas semanais no Centro de Educação Infantil "Profª Maria Auta Medeiros de Oliveira".

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 10 (dez) meses e 08 (oito) dias, com início em 15 (quinze) de fevereiro de 2016 e término em 23 (vinte e três) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 542 de 08 (oito) de julho de 2009, e suas alterações, com base no Processo Seletivo n° 004/2015/SMEC/MT.

LOCAL E DATA: 15 de fevereiro de 2016.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 02/2016 de 04/01/2016, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2016, cujo certame se deu às 08h00min (horário de mato grosso) do dia 09/03/2016; sagraram-se vencedores os proponentes: a empresa **CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA - ME,** por apresentar o menor valor de **R$ 13.000,00 (treze mil reais)** para o item 001**;** e a empresa **L.C. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA – EPP**, por apresentar o menor valor de **R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais);** A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço global, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 10 de março de 2016. Maiores informações

fones (66)3496-1448/1471 - Alto Taquari – MT, 10 de março de 2016. – Jusinéia Menezes de Carvalho **–** Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 01/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LAURA VICUNA BARBOSA SOUSA DIAS* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo Conselheira Tutelar.

02.2 - Compete ao Conselheiro Tutelar exercer as atribuições constantes no art. 136, da Lei federal n° 8.069/90, e suas alterações posteriores, no que couber;

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo a carga horária de 40 hr semanais, conforme o Art. 38 da Lei Municipal 425/2005.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, com início em 11 (onze) de janeiro de 2016 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 425/2005 de 21 de junho de 2005 e suas alterações.

LOCAL E DATA: 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 02/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *ESTELA MARES VIALLE* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo Conselheira Tutelar.

02.2 - Compete ao Conselheiro Tutelar exercer as atribuições constantes no art. 136, da Lei federal n° 8.069/90, e suas alterações posteriores, no que couber;

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo a carga horária de 40 hr semanais, conforme o Art. 38 da Lei Municipal 425/2005.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, com início em 11 (onze) de janeiro de 2016 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 425/2005 de 21 de junho de 2005 e suas alterações.

LOCAL E DATA: 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 03/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LILA MARLENE DE OLIVEIRA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo Conselheira Tutelar.

02.2 - Compete ao Conselheiro Tutelar exercer as atribuições constantes no art. 136, da Lei federal n° 8.069/90, e suas alterações posteriores, no que couber;

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo a carga horária de 40 hr semanais, conforme o Art. 38 da Lei Municipal 425/2005.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, com início em 11 (onze) de janeiro de 2016 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 425/2005 de 21 de junho de 2005 e suas alterações.

LOCAL E DATA: 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 04/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: *LUCIANA ROSA DA SILVA* OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo Conselheira Tutelar.

02.2 - Compete ao Conselheiro Tutelar exercer as atribuições constantes no art. 136, da Lei federal n° 8.069/90, e suas alterações posteriores, no que couber;

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo a carga horária de 40 hr semanais, conforme o Art. 38 da Lei Municipal 425/2005.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, com início em 11 (onze) de janeiro de 2016 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 425/2005 de 21 de junho de 2005 e suas alterações.

LOCAL E DATA: 11 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO N°. 05/2016-RH.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT.

CONTRATADO: IEDA VALÉRIA SOUZA REZENDE OBJETO

02.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviços no cargo Conselheira Tutelar.

02.2 - Compete ao Conselheiro Tutelar exercer as atribuições constantes no art. 136, da Lei federal n° 8.069/90, e suas alterações posteriores, no que couber;

02.3- Os serviços serão prestados pela contratada, cumprindo a carga horária de 40 hr semanais, conforme o Art. 38 da Lei Municipal 425/2005.

PRAZO E VIGENCIA:

05 – VIGÊNCIA E PRAZO

05.1 – O presente Contrato terá vigência de 11 (onze) meses e 27 (vinte e sete) dias, com início em 11 (onze) de janeiro de 2016 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

SUPORTE LEGAL Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas na Lei Municipal 425/2005 de 21 de junho de 2005 e suas alterações.

LOCAL E DATA: 11 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 034/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => *ODONTOESTE LTDA - EPP*

CONTRATO: 034/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 040/2016

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Sr. **Aneginier Franciel Coenca,** ocupante do cargo de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 06/07/2010 à 05/07/2015, período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016.

Art. 2° - Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Sr. **José Alberto Rodrigues da Luz Passos,** ocupante do cargo de Coletor de Lixo, referente ao período aquisitivo de 05/07/2010 à 04/07/2015, período de gozo de 01/02/2016 à 30/04/2016.

Art. 3° - Conceder Licença Prêmio a Servidora Público Sra. **Lucileide Santos de Oliveira Dusanoski,** ocupante do cargo de Educador Social, referente ao período aquisitivo de 01/07/2010 à 30/06/2015, período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 039/2016

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **Jarbas José Pereira de Souza,** Efetivo no cargo Vigia, referente ao período aquisitivo de 01/09/2008 à 31/08/2009, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016, com abono pecuniário.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **Florindo Gonçalves Sampaio,** Efetivo no **c**argo Tratorista, referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 à 31/12/2014, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016, com abono pecuniário.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **Roberto Fernandes Baliero,** Efetivo no cargo Operador de Máquinas Pesadas, referente ao período aquisitivo de 03/01/2014 à 02/01/2015, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016, com abono pecuniário.

Art. 4° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **Romildo Fernandes Baliero,** Efetivo no cargo Operador de Máquinas Rodoviárias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2014 à 02/01/2015, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016, com abono pecuniário.

Art. 5° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Fevereiro 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 092/2016

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Contratar a Sra. **Zenaide Pereira do Carmo** no cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo Seletivo Simplificado 003/2015 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 036/2016 em 11 de Março de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 11 de Março de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 033/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => *MEDICINALI PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI - ME*

CONTRATO: 033/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 041/2016

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO DO RESPECTIVO CARGO DO CONCURSO PÚBLICO".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Prêmio a Servidora Público Sra. **Elizabeth da Silva Pereira,** ocupante do cargo Técnico Administrativo Educacional, referente ao período aquisitivo de 03/09/2006 à 02/09/2011, período de gozo de 01/02/2016 à 30/04/2016.

Art. 2° - Conceder Licença Prêmio a Servidora Público Sra. **Elaine Aparecida dos Santos,** ocupante do cargo Cozinheira, referente ao período aquisitivo de 02/12/2010 à 01/12/2015, período de gozo de 01/02/2016 à 30/04/2016.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

ADALTO JOSE ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 032/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => *HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA - EPP*

CONTRATO: 032/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 031/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => *HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA*

CONTRATO: 031/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 038/2016

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar a Servidora **Maria Aparecida da Silva,** Efetiva no cargo Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01/11/2012 à 31/10/2013, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar a Servidora **Patricia Istoski de Souza,** ocupante do **c**argo Diretora de Departamento da Ação Social, referente ao período aquisitivo de 05/05/2014 à 04/05/2015, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar a Servidora **Mardonisia do Nascimento Carneiro,** Efetiva no cargo Trabalhador Braçal, referente ao período aquisitivo de 17/11/2013 à 16/11/2014, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Fevereiro 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 030/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO =>**EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP**

CONTRATO: 030/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 029/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => **ERIMAR – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA - ME**

CONTRATO: 029/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 028/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => **DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CONTRATO: 028/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 035/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => *PRESTOMEDI – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA*

CONTRATO 035/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 027/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => **CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CONTRATO: 027/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATO Nº. 036/2016

CONTRATADO – ZENAIDE PEREIRA DO CARMO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (Serviços Gerais)

VALOR MENSAL: R$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA-11/03/2016 à 23/12/2016

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 037/2016

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias regulamentar ao Servidor **Eros Cesar Ramos Junior,** Efetivo no cargo Técnico em Informática, referente ao período aquisitivo de 27/08/2012 à 26/08/2013, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016, com abono pecuniário.

Art. 2° - Conceder férias regulamentar a Servidora **Elizabete Pereira Lima de Oliveira,** Efetiva no cargo Técnico Administrativo Educacional, referente ao período aquisitivo de 23/08/2014 à 22/08/2015, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016, com abono pecuniário.

Art. 3° - Conceder férias regulamentar a Servidora **Silvia Pierina Rozza Krizanowski,** Efetiva no cargo Pregoeira, referente ao período aquisitivo de 02/05/2014 à 01/05/2015, e período de gozo de 01/02/2016 à 01/03/2016, com abono pecuniário.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT. 01 de Fevereiro 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 026/2016

CONTRATANTE => PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO => **ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

CONTRATO: 026/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES

VIGENCIA => NOVE MESES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 4 , DE 05 DE JANEIRO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 643 CNPJ:03239035/0001-76

DECRETO Nº 4 , DE 05 DE JANEIRO DE 2016

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE ARAGUAIANA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$435.830,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020301 GAB. SECRET. ADMINISTRAÇÃO

Ficha: 054 - 04.122.0003.2007.0000 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADM..... 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Local: 020401 GAB. SECRET. FINANÇAS

Ficha: 060 - 04.123.0003.1015.0000 AMORTIZACAO DE DIVIDA CONTRATADA..... 1.000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO

Ficha: 062 - 04.123.0003.1017.0000 FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP 1.000,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

Ficha: 064 - 04.123.0003.2008.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANCAS.. 6.000,00

3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Local: 020502 ENSINO FUNDAMENTAL

Ficha: 090 - 12.361.0042.1022.0000 AQUISICAO DE MAQ, EQUIP, MOVÉIS E UTENSILIOS..... 21.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 102 - 12.361.0042.2011.0000 MANUTENCAO COM TRANSP ESCOLAR..... 100.750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha: 104 - 12.361.0042.2011.0000 MANUTENCAO COM TRANSP ESCOLAR..... 65.580,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Local: 020504 FUNDEB

Ficha: 128 - 12.361.0042.2021.0000 MANUT. ENC COM FUNDEB 40% FUNDAMENTAL..... 10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

Local: 020604 UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Ficha: 232 - 10.302.0019.2039.0000 MANUT. ENC. COM PRONTO ATENDIMENTO..... 5.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

Local: 020703 CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Ficha: 273 - 08.243.0091.2049.0000 MANUT. ENC. C/ CONSELHO TUTELAR..... 10.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Local: 021001 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA

Ficha: 303 - 20.601.0014.1044.0000 APOIO AO PEQUENOS PRODUTORES..... 1.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Local: 021101 GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS E TRANSPORTES

Ficha: 317 - 15.451.0066.1045.0000 AQUISIÇÃO EQUIP. MAQ. MOVEIS E UTENSILIOS..... 2.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Ficha: 333 - 15.451.0066.2057.0000 MANUT. ENC. SCRETARIA DE OBRAS..... 201.500,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

Local: 020202 DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

Ficha: 028 - 04.122.0003.2003.0000 MANUTENCAO E ENCARGOS COM ASSESSORIAS..... -80.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Local: 020301 GAB. SECRET. ADMINISTRAÇÃO

Ficha: 045 - 04.122.0003.1012.0000 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS , MAQUINAS, MOVEIS E UTENSILIOS -7.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Local: 020401 GAB. SECRET. FINANÇAS

Ficha: 070 - 04.123.0006.2008.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANCAS.. -20.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Ficha: 073 - 99.999.0003.1019.0000 RESERVA DE CONTINGENCIA..... -65.580,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Local: 020502 ENSINO FUNDAMENTAL

Ficha: 096 - 12.361.0042.2010.0000 MANUTENCAO ENC COM ENSINO FUNDAMENTAL..... -21.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Ficha: 101 - 12.361.0042.2011.0000 MANUTENCAO COM TRANSP ESCOLAR..... -30.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 103 - 12.361.0042.2011.0000 MANUTENCAO COM TRANSP ESCOLAR..... -35.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Local: 020901 GABINETE DO SECRETARIO DE TURISMO

Ficha: 300 - 04.695.0093.2053.0000 REALIZAÇÃO DE EVENTOS..... -35.750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Local: 021101 GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS E TRANSPORTES

Ficha: 321 - 15.451.0066.1048.0000 CONSTRUCAO DE CAES DE CONTENCAO/PORTO..... -1.500,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Local: 021102 DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Ficha: 347 - 15.451.0066.1054.0000 AMPLIACAO DE REDE DE ESGOTO..... -140.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARAGUAIANA, 05 de janeiro de 2016

_____

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº. 061, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 061, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar o Servidor DIOCLECIANO ROSA DE JESUS, MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, RG: 1355666 SSP/MT e CPF: 009.764. 771-30, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº059, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº059, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, **JERONIMA LINA DE JESUS, GARI, RG: 1031824-0 SJ/MT** e **CPF: 963.433.461-04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2014 a 09/02/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado apartir de **11/02/2016,** devendo seu retorno acontecer em **11/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº052, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº052, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder Férias a servidora, **STAEL DIAS DE SOUZA, RG: 11966823 SSP/MT** e **CPF: 016.993.911-14** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/07/2014 a 09/07/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **03/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **03/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº048, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº048, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder Férias a servidora, **ALICE DANUSA FERNANDES LACERDA, RG: 1235206-3 SSP/MT** e **CPF: 895.070.451-04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/06/2014 a 01/06/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **01/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **01/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº051, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº051, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato Exonerado do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO o Srº. JONAS BATISTA DE MATOS, portador do RG: 18695442 SSP/MT e CPF: 046.605.511-05.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº060, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº060, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora **NILVA ANTONIA DOS REIS MORAES, GARI, RG: 1624529-6 SSP/MT** e **CPF: 014.845.471-28** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **10/02/2009 a 09/02/20014,** sendo 30(trinta) dias consecutivos para ter inicio **11/02/2016,** devendo seuretorno acontecer em **11/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 057, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 057, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRª. **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Reavaliação, Depreciação e Baixa de bens Patrimoniais para o exercício de 2015.

PRESIDENTE: VANDER LÚCIO NUNES DE JESUS

MEMBRO: CLAUDINEI RODRIGUES DUTRA

MEMBRO: JHONATAN INOCENCIO RODRIGUES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº053, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº053, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora **MARIA APARECIDA VIEIRA DE OLIVEIRA, CONTINUO (A), RG: 907693 SSP/MT** e **CPF: 545. 624.571-04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei

Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **10/02/2009 a 09/02/20014,** sendo 30(trinta) dias consecutivos para ter inicio **03/02/2016,** devendo seuretorno acontecer em **03/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº042, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº042, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor, **DANNYLLO VIEIRA DE OLIVEIRA SOUZA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, RG: 2187294-5 SSP/MT** e **CPF: 026.789.471-65** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2014 a 09/02/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 01/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **01/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº043 , DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº043 , DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder Férias ao servidor, **EDSON DE OLIVEIRA FILHO, MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO, RG: 556769 SSP/MT** e **CPF: 387.913.401- 40** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/08/2013 a 31/07/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **01/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **01/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº044, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº044, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder Férias ao servidor, **ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA, AUXILIAR DE CONTROLADORIA, RG: 16744110 SSP/MT** e **CPF: 729.466.871-04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **15/07/2014 a 14/07/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **01/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **01/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº045, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº045, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder Férias ao servidor, **JULIANO NAVES MARQUES, ASSESSOR CONTABIL, RG: 15692647 SSP/MT** e **CPF: 940.425.601-30** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/01/2015 a 01/01/2016,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **01/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **01/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº046, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº046, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder Férias a servidora, **LUZIA MENDES MACHADO, PROFESSOR 20 HORAS, RG: 288461 SSP/MT** e **CPF: 201.797.661-04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **15/02/2014 a 14/02/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **01/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **01/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº050, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº050, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeada a Sr.ª **Lourdes Batista Barreto**, brasileira, casada, portadora do **RG: 0590582-6 SSP/MT** e **CPF: 415.852. 671-04**, responsável pelo setorde Recursos Humanos, a partir da presente data DAS I.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº049, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº049, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeada a Srª **Anália Barreto de Oliveira** brasileira, casada, portadora do **RG: 6518230 SSP/MT** e **CPF: 362.137. 211-34**, responsável pelo setorde Tributação, a partir da presente data DAS I.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº054, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº054, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio ao servidor **FABIO RAFAEL DAVID, VIGILANTE, RG: 15548996 SSP/MT** e **CPF: 004.704.031-95** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **10/02/2009 a 09/02/2014,** sendo 30(trinta) dias consecutivos para ter inicio **03/02/2016,** devendo seuretorno acontecer em **03/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº047, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº047, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder Férias a servidora, **CECÍLIA MARIA WANDEUR SHIMBA**, ***PROCURADOR MUNICIPAL*, RG: 11.547.439 SSP/MT** e **CPF: 934.789.178-91** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/01/2013 a 01/01/ 2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **01/02/2016** devendo seu retorno acontecer em **01/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº058, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº058, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **Sr.ª MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a Sr.ª Laurita Maria de Carvalho, portador do RG: 1311095-0SSP/MT eCPF: 535.369.161-04**,** da Divisão de Fisioterapia - DAS-I, nomeada pela Portaria nº125/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA CSNº 001, DE 10 DE MARÇO DE 2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINARNº 001/2016

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designado pela Prefeita Municipal de Araguainha, a Sr.ª Maria José das Graças Azevedo, por meio da Portaria nº 85, de 09 de Março de 2016, publicada no Jornal Oficial da AMM – MT, no dia 10 de Março de 2016, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 188 da Lei nº 242/91, RESOLVE:

DESIGNAR **Ana Lucia Pais de Matos Marques,** Recepcionista, Matrícula nº. 381, para desempenhar as funções de Secretária da referida comissão.

.....

Vander Lúcio Nunes de Jesus

Presidente

PORTARIA Nº062, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº062, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Terço de Férias a professor 20 horas Maria Aparecida Souza Borges**, RG: 0685156-8 SSP/MT e CPF: 460.002.321-87,** referente ao período de Férias coletivas de 28/12/2015 a 27/01/2016 usufruídas e não paga de acordo com o ofício 003/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 063 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 063 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Elevar o nível dos servidores:

Alberto Theodoro da Silva – CPF: 033.156.708 - 38 Maria Dalvani de Souza – CPF: 283.868.841 - 34 Maria Helena P. Alcântara de Oliveira - CPF: 325.615.801-30 Luiza Maria dos Santos Silva – CPF:496.077.311 -15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO Prefeita Municipal

PORTARIA Nº064, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº064, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, **ALBA ALVES DE OLIVEIRA E SILVA, PROFESSORA 20 HORAS, RG: 815.336 SSP/MT** e **CPF: 459. 996.781-56** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/08/2014 a 02/08/2015,** sendo **30 (trinta)** dias afastado apartir de **15/02/2016,** devendo seu retorno acontecer em **15/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº067, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº067, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora **CLAUDIA REGINA CAMPOS CARVALHO, PROFESSORA 20 HORAS, RG: 0762922-2 SSP/MT** e **CPF:460.023.831-15** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVII** da Lei Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **01/07/2003 a 30/06/2008,** sendo 30(trinta) dias consecutivos para ter inicio **24/02/2016,** devendo seuretorno acontecer em **24/03/2016.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, torna público que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 004/2016, cujo **Objeto é Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Combustíveis e Óleo Lubrificante, para atender às necessidades dos diversos ÓrgãosMunicipais. Dia – 28/03/2016**. Entrega dos Envelopes, **Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e Documentação de Credenciamento** *deverão ser entregues ao Pregoeiro* ***até o dia 28/03/2016 as 08:00 horas*** (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 – Araputanga - MT, e no site **www.araputanga.mt.gov.br**, **(quando o edital for baixado pelo site às empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br);** Abertura do envelope Nº 01: ***dia 28/03/2016***, no endereço estabelecido no edital. Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/002, Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal 29/2010.

Araputanga – MT, 10 de Março de 2016.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.496/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de ambulância com motorista e técnico de enfermagem ou enfermeiro para remoção de pacientes residentes em Aripuanã de Juína a Cuiabá, encaminhados e regulados do Hospital Municipal de Juína para o Pronto Socorro em Cuiabá, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 31/03/2016, às 08h30min (oito e meia),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 10 de Março de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.496/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preços para a futura e eventual prestação de serviços de pintura predial a fim de atender as Secretarias Municipais solicitantes deste município de Aripuanã** Início da Sessão: **Dia 29/03/2016, às 08h30min (oito e meia),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 10 de Março de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.496/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço na manutenção de bueiros e recuperação de boca de lobo, em obra de drenagem em diversas ruas e avenidas no período urbano em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 30/03/2016, às 08h30min (oito e meia),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 10 de Março de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

2ª ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2015

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** representado pelo Prefeito Municipal**, Sr. Ednilson Luiz Faitta** e a empresa **ADEMIR LIZZONI ME** inscrita no CNPJ (MF) Nº. 04.918.158/0001-04, Inscrição Estadual Nº. 13.207.045-6, com sede na Avenida Paulo Vasconcelos Assunção, nº 719, Bairro: Jardim Planalto, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.325-000 Telefone: (66) 3565-2143 representada pelo Srº. **ADEMIR LIZZONI**, portador do **RG nº 5.007.833-7 SESP/PR** e **CPF nº 904.453.171-9**1, resolvem celebrar o presente **termo de Alteração da Ata de Registro de Preços nº 021/2015** observando as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em especial o Artigo 65, inciso II, alínea 'd', e mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste Município de Aripuanã, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preços.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DO CONTRATADO

2.1. A descrição, o preço do produto, a marca registrado nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Seq.	Item	Descrição	Marca	Unidade	Valor Reajustado
03	51154	ACUCAR CRIST. SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DA CANA-DE-ACUCAR (SACCHARUM OFFICINARUM L.) CRISTAL, BRANCO ASPECTO GRANULADO FINO A MEDIO, ISENTO DE MATERIA TERROSA, LIVRE DE UMID. E FRAG. ESTR. ACOND. EM EMBAL. POLIET. TRANS.ORIG.DO FRAB.FARDO 15X02 KG.	DOCE DIA	UNIDADE	70,10

22	51302	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO ISENTO DE SACAROSE, CONTENDO EM MEDIA 27% DE PROTEINA, 26% DE LIPIDIOS E HIDRATO DE CARBONO, LATA COM 400GR CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO	PIRACANJUBA	UNIDADE	**9,95**
25	**51310**	OLEO DE SOJA PRODUTO OBTIDO DO GRAO DE SOJA QUE SOFREU PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZACAO, CLARIFICACAO, FRIGORIFICACAO OU NAO DE DESODORIZACAO. LIQUIDO VISCOSO REFINADO, FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SAS E LIMPAS EMBALADO EM FRASCOS DE 900 ML E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM NTA-50 (DECRETO 12.486/78). CAIXA CONTENDO 20 UN X 900 ML.	**LIZA**	**UNIDADE**	**72,70**

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº 021/2015.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 10 de Março de 2016.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

ADEMIR LIZZONI ME

CNPJ (MF) Nº. 04.918.158/0001-04

Ademir Lizzoni

CPF nº 904.453.171-91

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8..496/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93. **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços no atendimento a pacientes deste Município em tratamento de saúde fora do domicilio na cidade de Cuiabá.** Início da Sessão: **Dia 23/03/2016, às 08h30min (oito e trinta) horas,** horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h às 12h ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 10 de Março de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 02/2016 - SRP

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público que no **dia 24/03/2016 às 08h30min,** estará realizando a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº.:02/2016** – sistema registro de preço, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR - RURAL, CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ECULTURA.** Demais informações e edital completo poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07:00 as 12:00 min, no site www.barradobugres.mt.gov.br/s.informacao_ao_cidadão, via telefone : (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 10 de março de 2016.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 041/2016

PORTARIA N.º 041/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Wilton da Silva Campos**".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Wilton da Silva Campos,** portador do CPF nº. 568.353.881-53, *efetivo no cargo de Professor licenciado em Matemática, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 21/02/2016 a 21/06/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 075/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 21/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 08 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 08.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 040/2016

PORTARIA N.º 040/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Aldo Ferreira dos Santos**".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Aldo Ferreira dos Santos**, portador do CPF nº. 327.983.771-53, *efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 14/02/2016 a 14/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 123/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 14/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 08 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 08.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 039/2016

PORTARIA N.º 039/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Amélia de Lara Aires Faria Braga".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria Amélia de Lara Aires Faria Braga,** portadora do CPF nº. 064.471.308-92, *efetiva no cargo de Economista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 29/02/2016 a 29/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 1032/2009.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 29/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 08 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 08.03.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
ERRATA DE CANCELAMENTO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 263/2015-PGM

No Extrato do Contrato Administrativo nº 263/2015 celebrado entre a Secretaria Municipal de Fazenda e a Empresa **AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA,** publicado no dia 04/08/2015 , ANO X | N° 2.282 e página 69:

TORNA SEM EFEITO A REFERIDA PUBLICAÇÃO, uma vez que o Contrato Administrativo foi **CANCELADO.**

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 08 de Março de 2016.

SIMONE LOPES DE OLIVEIRA

Divisão de Contratos e Processos Jurídicos e Informática

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 082 DE 02 DE MARÇO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE AGRICULTURA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.850, de 14 de outubro de 2003, que institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – COMDERS;

CONSIDERANDO o Decreto nº 651, de 16 de dezembro de 2015, que compõe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – COMDERS;

CONSIDERANDO o que consta no processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9881, de 26 de março de 2016,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear os senhores relacionados abaixo, para compor como membros representantes do P.A - Limoeiro, do **CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – COMDERS**.

Titular: **Idézia de Candio**

Suplente: **Antoninho Pazzetto**

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal Interino de Agricultura

Afixado em: 02.03.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 085 DE 03 DE MARÇO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril, e:

CONSIDERANDO o processo de realização das inscrições do Empreendimento Residencial Universitário I e II e a entrega das moradias do Programa Minha Casa Minha Vida,

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 8752, de 22 de fevereiro de 2016,

RESOLVEM:

Art.1º Prorrogar o prazo do **CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH**, até 30 de novembro de 2016, para a realização das entregas das moradias, visando necessária a continuidade do processo.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de março de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal de Ação Social

Afixado em: 03.03.16.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 068 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 9233, de 24 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ELIANE SILVA DE OLIVEIRA** – Assistente Administrativo, para exercer a função de Secretária Escolar da Escola Municipal Vila Real, na Secretaria de Educação, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de março de 2016.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 01.03.2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 070 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 45 da Lei Complementar nº 025, de 27 de novembro de 1.997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 6518, de 11 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vacância à servidora **LOURINETE RAMOS BARBOSA** – Professora Licenciada em Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tomar posse em Concurso Público, com efeitos desde 19 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de março de 2016.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 01.03.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 073 DE 02 DE MARÇO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 7047, de 12 de fevereiro de 2016,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 539, de 04 de novembro de 2015, que designou a servidora **ELIANE SILVA DE OLIVEIRA** – Assistente Administrativo, para responder pela Divisão de Supervisão de Transporte Escolar, da Secretaria de Educação, no Munícipio de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de março de 2016.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 02.03.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 053 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 **e:**

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 42972, de 10 de dezembro de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Suspender a pedido, o afastamento do servidor **EDMIR LAURENTINO SILVA** – Professor Licenciado em Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concedido através da Portaria nº 072, de 03 de março de 2015, com efeitos desde 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de fevereiro de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 15.02.16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 067 DE 29 DE FEVEREIRO 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e:

CONSIDERANDO o artigo 97, da Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Protocolado sob nº 16, de 04 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, a pedido, do cargo de Assistente Administrativo, a servidora **DENIZE MACIEL CASTRILLON GUARESQUI**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sem ônus para esta Administração Pública Municipal, para acompanhamento de cônjuge, pelo período de 02 (dois) anos, a partir do dia 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de fevereiro de 2016.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 29.02.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 069 DE 01 DE MARÇO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 8856, de 22 de fevereiro de 2016,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 432, de 14 de setembro de 2015, que designou a servidora **CRISTIANE MALHO ABBAD GOUVEIA SEBASTIÃO** - Fonoaudióloga, para responder pela Divisão de Merenda Escolar da Secretaria de Educação, no Munícipio de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 22 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de março de 2016.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 01.03.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°14/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, para aquisição de 02 (dois) Veículos Automotores do tipo Carro de Passeio e 04 (quatro) motocicletas e 04(quatro) capacetes, para atender eventuais demandas da Secretaria de Industria e Comercio, Meio Ambiente e Turismo, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Edital.

Considerando pedido de Impugnação, considerando parecer jurídico acatando impugnação, fica o processo SUSPENSO para retificações do Termo de Referência e Edital. Tão logo seja feita, será publicado uma nova data de realização.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de março 2016.

DÉBHORA BELUSSI

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 083 DE 09 DE MARÇO 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Protocolado sob nº. 12043, de 09 de março de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até 31 de março de 2016, o prazo para a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concluir os trabalhos do Processo Administrativo nº 17197 instaurado e designada pela Portaria nº 365, de 08.07.2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de março de 2016.

MARLI FÁTIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal Interina de Administração

Afixado em: 09.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 050/2016

PORTARIA N.º 050/2016

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Regina Ferreira de França".

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVI-II", da Constituição Federal; Art. 91 da Lei Complementar n.º 25/1997 de 27 de novembro de 1997; Art. 91 da Lei Complementar nº 94 de 21 de dezembro de 2011; Art. 26, § 4º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Regina Ferreira de França,**portadora do CPF nº 828.981.701-00, efetiva no cargo de Professora com Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/02/2016 a 15/06/2016, conforme o processo do PREVI CÁCERES n.º 013/2016.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 17/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 09 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 09.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 049/2016

PORTARIA N.º 049/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Mirtes Edenia do Prado".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

***Art. 1º** Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Mirtes Edenia do Prado,** portadora do CPF nº. 362.282.651-72, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 12/03/2016 a 11/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 010/2016.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 12/03/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 09 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 09.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 048/2016

PORTARIA N.º 048/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria dos Reis Alcântara Paraíso".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria dos Reis Alcântara Paraíso,** portadora do CPF nº. 473.551.316-72, *efetiva no cargo de Professora com Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 09/03/2016 a 08/06/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 011/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 09/03/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 09 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 09.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 047/2016

PORTARIA N.º 047/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ivanilde Barbosa de Sousa".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ivanilde Barbosa de Sousa,** portadora do CPF nº. 474.566.201-72, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/02/2016 a 03/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 062/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 04/02/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 09 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 09.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 046/2016

PORTARIA N.º 046/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Marly Aguida Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Marly Aguida Silva,** portadora do CPF nº. 395.777.081-53, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 22/02/2016 a 22/06/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 143/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 22/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 09 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 09.03.2016

SECRETARIA DE SAUDE
EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO SELETIVO 001/2016 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES-MT

EDITAL DE RETIFICAÇÃO 003/2016

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO SELETIVO 001/2016 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES-MT, ATENDENDO A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE CÁCERES, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ONDE SE LÊ :

RESUMO DO QUADRO DE VAGAS

ITEM	CARGO	CH	VAGAS
01	Artesão	40 H	02
02	Atendente de Consultório Dentário – ACD ou ASD	40 H	12
03	Técnico em Informática	40 H	05
05	Contador	40 H	01

06	Encanador	40 H	02
07	Eletricista	40 H	02
08	Fonoaudiologia	40 H	03
09	Médico Clinico Geral	20 H	15
10	Médico Cardiologista	40 H	01
11	Médico Dermatologista	40 H	02
12	Médico Endocrinologista	40 H	01
13	Médico Geriatra	40 H	01
14	Médico Pediatra	40 H	03
15	Médico Psiquiatra	40 H	02
16	Médico Oftalmologista	40 H	01
17	Médico Otorrinolaringologista	40 H	01
18	Médico Ortopedista	40 H	02
19	Médico Neurologista	40 H	02
20	Médico do Trabalho	40 H	01
21	Terapeuta Ocupacional	40 H	02
22	Pedreiro	40 H	02

TOTAL GERAL: 63 VAGAS

LÊ-SE:

RESUMO DO QUADRO DE VAGAS

ITEM	CARGO	CH	VAGAS
01	Artesão	40 H	02
02	Auxiliar de Consultório Dentário – ACD	40 H	12
03	Técnico em Informática	40 H	05
05	Contador	40 H	01
06	Encanador	**	**
07	Eletricista	**	**
08	Fonoaudiólogo	40 H	03
09	Médico Clinico Geral	20 H	18
10	Médico Cardiologista	40 H	01
11	Médico Dermatologista	40 H	02
12	Médico Endocrinologista	**	**
13	Médico Geriatra	**	**
14	Médico Pediatra	40 H	03
15	Médico Psiquiatra	40 H	02
16	Médico Oftalmologista	40 H	01
17	Médico Otorrinolaringologista	40 H	01
18	Médico Ortopedista	40 H	02
19	Médico Neurologista	40 H	02
20	Médico do Trabalho	40 H	01
21	Terapeuta Ocupacional	40 H	02
22	Pedreiro	**	**

Devida ausência dos cargos referente os item nº 6,7 ,12 ,13 ,22; citado a cima no lotacionograma Vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CÁCERES-MT, aguardaremos a tramitação de novo Lotacionograma destas vagas citadas para proceder a novo teste seletivo e ou concurso.

VAGAS DISPONIVEIS: 58 Vagas

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho		
AC	PNE	Total							
01	Contador	Ensino Superior em Contabilidade	Análise Curricular	R$ 1.847,74	40h	01	-	01	Farmácia Popular
02	Fonoaudiólogo	Ensino Superior Fonoaudióloga	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	03	-	03	CER
03	Médico Clinico Geral	Ensino Superior em Medicina	Análise Curricular	R$ 2.057,60	20h	14	01	15	PAM/POSTÃO
04	Médico Dermatologista	Ensino Superior em Medicina+Titulo Dermatologia	Análise Curricular	R$ 4.115,21	40h	02	-	02	POSTAO/HOSP SAMARITANO
05	Médico Pediatra	Ensino Superior Medicina+Titulo Pediatria	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	03	-	01	CAPSI/POSTÃO/AMB. DA CRIANÇA
06	Médico Cardiologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Cardiologista	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
07	Médico Endocrinologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Endócrino	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
08	Médico Psiquiatra	Ensino Superior Medicina+Titulo Psiquiatra	Análise Curricular	R$ 2.057,60	20h	02	-	02	CAPS/CAPSI
09	Médico Oftalmologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Oftalmologia	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
10	Médico Otorrinolaringologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Otorrino	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
11	Médico Geriatra	Ensino Superior Medicina+Titulo Geriatria	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
12	Médico Ortopedista	Ensino Superior Medicina+Titulo Ortopedia	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO

13	Médico Neurologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Neurologia	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	02	-	02	CER/CAPSI
14	Médico Do Trabalho	Ensino Superior Medicina+Titulo Médico do Trabalho	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	SMS
15	Terapeuta Ocupacional	Ensino Superior	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	02	-	02	CAPS/CAPSI

Anexo I

DOS CARGOS E DAS VAGAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16	Técnico em Informática	Ensino Médio Completo+Curso Informática Básico	Análise Curricular	R$900,20	40h	04	01	05	SMS Unidades Urbanas Rurais PAM
17	Artesão	Ensino Fundamental	Analise Curricular	880,00	40h	02	-	02	CAPSI/CAPS
18	Auxiliar Consultório Dentário –ACD	Ensino Fundamental Experiência Mínima De (01)Um Ano	Análise Curricular	880,00	40h	11	01	12	Unidades Odontológicas Urbanas
19	Encanador	Ensino Fundamental+ Experiência	Análise Curricular	880,00	40h	02	-	02	SMS e Unidades
20	Eletricista	Ensino Fundamental+ Experiência	Análise Curricular	880,00	40h	02	-	02	SMS e Unidades
21	Pedreiro	Ensino Fundamental+ Experiência	Análise Curricular	880,00	40h	02	-	02	SMS e Unidades

Todos os profissionais deverão estar com suas inscrições em seus respectivos **Conselhos Regionais** ativos e quitados

OBS:O profissional “Médico” terá acrescido no seu salário VERBA INDENIZATORIA quando atingir a meta de atendimentos estabelecidas pela Lei nº 2. 324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei n° 2356 de 21 de dezembro de 2012.

**valores sujeitos a reajuste.*

LÊ-SE A RETIFICAÇÃO:

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS	Local de Trabalho		
AC	PNE	Total							
01	Contador	Ensino Superior em Contabilidade	Análise Curricular	R$ 1.847,74	40h	01	-	01	Farmácia Popular
02	Fonoaudióloga	Ensino Superior Fonoaudióloga	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	03	-	03	CER
03	Médico Clinico Geral	Ensino Superior em Medicina	Análise Curricular	R$ 2.057,60	20h	17	01	18	PAM/POSTÃO/SMS
04	Médico Dermatologista	Ensino Superior em Medicina+Titulo Dermatologia	Análise Curricular	R$ 4.115,21	40h	02	-	02	POSTAO/HOSP SAMARITANO
05	Médico Pediatra	Ensino Superior Medicina+Titulo Pediatria	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	03	-	01	CAPSI/POSTÃO/AMB. DA CRIANÇA
06	Médico Cardiologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Cardiologista	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
07	Médico Endocrinologista	****	****	****	****	****	****	****	****
08	Médico Psiquiatra	Ensino Superior Medicina+Titulo Psiquiatra	Análise Curricular	R$ 2.057,60	20h	02	-	02	CAPS/CAPSI
09	Médico Oftalmologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Oftalmologia	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
10	Médico Otorrinolaringologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Otorrino	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
11	Médico Geriatra	****	****	****	****	****	****	****	****
12	Médico Ortopedista	Ensino Superior Medicina+Titulo Ortopedia	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	01	-	01	POSTÃO
13	Médico Neurologista	Ensino Superior Medicina+Titulo Neurologia	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	02	-	02	CER/CAPSI
14	Médico Do Trabalho	****	****	****	****	****	****	****	****
15	Terapeuta Ocupacional	Ensino Superior	Análise Curricular	R$4.115,21	40h	02	-	02	CAPS/CAPSI

Anexo I- LÊ-SE RETIFICAÇÃO

DOS CARGOS E DAS VAGAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16	Técnico em Informática	Ensino Médio Completo+Curso Informática Básico	Análise Curricular	R$900,20	40h	04	01	05	SMS Unidades Urbanas Rurais PAM
17	Artesão	Ensino Fundamental	Analise Curricular	880,00	40h	02	-	02	CAPSI/CAPS
18	Auxiliar De Consultório Dentário –ACD	Ensino Fundamental Experiência Mínima De (06)Seis Meses	Análise Curricular	880,00	40h	11	01	12	Unidades Odontológicas Urbanas/ SMS -Relatórios
19	Encanador	****	****	****	****	****	****	****	****
20	Eletricista	****	****	****	****	****	****	****	****
21	Pedreiro	****	****	****	****	****	****	****	****

Todos os profissionais deverão estar com suas inscrições em seus respectivos **conselhos regionais** ativos e quitados

OBS:O profissional “Médico” terá acrescido no seu salário VERBA INDENIZATORIA quando atingir a meta de atendimentos estabelecidas pela Lei nº 2. 324 de 30 de abril de 2012, alterada pela Lei n° 2356 de 21 de dezembro de 2012

Atenciosamente;

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÀCERES_MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 045/2016

PORTARIA N.º 045/2016

“Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Lucimara de Barros Rodrigues”.**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Lucimara de Barros Rodrigues,** portadora do CPF nº. 572.265.391-87, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/02/ 2016 a 01/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 057/2013.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 01/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 09 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 09.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 044/2016

PORTARIA N.º 044/2016

“Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Eva Maria da Silva”.**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Eva Maria da Silva,** portadora do CPF nº. 570.778.781-04, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/03/2016 a 02/06/ 2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 121/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 02/03/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 08 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 08.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 043/2016

PORTARIA N.º 043/2016

“Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Francisca Cardoso”.**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria Francisca Cardoso,** portadora do RGnº 5897416/SSP-MT e CPF nº. 411.500. 741-91, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/03/2016 a 29/06/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 078/2012.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01/03/ 2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 08 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 08.03.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 042/2016

PORTARIA N.º 042/2016

“Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Dênio de Carvalho Souza**”.

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Dênio de Carvalho Souza**, portador do RG494325 SSP/MT e do CPF nº. 340.272. 201-10, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 12/ 03/2016 a 11/05/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 020/ 2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 12/03/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 08 de março de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 08.03.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.592 DE 01 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 2.592 DE 01 DE MARÇO DE 2016

Cria o Fórum Municipal em Educação - FME, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no Art. 214 da Constituição Federal/88;

Considerando a redação do Art. 87 da Lei Federal nº 9.394/96;

Considerando as anotações contidas no Plano Nacional de Educação;

Considerando o disposto na Lei Estadual nº 10.111/2014;

Considerando as disposições contidas no Plano Municipal de Educação - Lei Municipal 1.117/2015;

Considerando a necessidade de institucionalização dos mecanismos de planejamento educacional participativo como mérito à democratização da gestão e qualidade social da educação.

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, e coordenado por esta, o Fórum Municipal de Educação – FME, de **caráter permanente**, com a finalidade de coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias à efetivação.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação – FME:

I – Planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, instituída por portaria da Secretaria Municipal de Educação, bem como divulgar as suas deliberações;

II – Elaborar seu regimento interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação, que serão aprovados e publicados mediante portaria da Secretaria Municipal de Educação;

III – Oferecer suporte técnico para a organização e realização dos Fóruns e da Conferência;

IV – Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação e sua articulação com as deliberações das Conferências Estadual e Nacional de Educação;

V – Planejar e organizar espaços de debates sobre o Plano Municipal de Educação;

Art. 3º. O Fórum Municipal de Educação será integrado por representantes dos seguintes segmentos e setores:

I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Conselho Municipal de Educação;

III – Educação Infantil

IV – Ensino Fundamental;

V – Ensino Médio;

VI – Educação Superior;

VII – Representante da Educação Especial;

VIII – Representante da Educação do Campo

IX – Representante do Povo Xavante;

X – Representante do Poder Executivo;

XI – Representante do Poder Legislativo;

XII – Representante do Poder Judiciário;

XIII – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público – SINTEP;

XIV –Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA;

XV– Sociedade Civil Organizada (Lions, Maçonaria, Associação Sem Fins Lucrativos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural);

XVI – Representantes dos Estudantes do Ensino Básico;

XVII – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

XVIII – Representante das Entidades Religiosas.

Parágrafo único: Os representantes e seus respectivos suplentes, após serem apresentados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, serão encaminhados e publicado por ato do Gabinete do Prefeito, após indicação dos diferentes segmentos participantes.

Art. 4º. A estrutura e os procedimentos operacionais serão definidos no Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observados os dispositivos do presente Decreto, em especial o inciso II do Art. 2°.

Art. 5º. O FME reunir-se-á ordinariamente e extraordinariamente, na periodicidade estabelecida no seu Regimento Interno.

Art. 6º. O FME e a Conferência Municipal de Educação receberão suporte técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação a fim de assegurar o seu pleno funcionamento.

Art. 7º. A Participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis - MT, 01 de março de 2016.

JEVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.597 DE 07 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 2.597 DE 07 DE MARÇO DE 2016

Revoga o Dispositivo Legal que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a Administração pode ANULAR seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais porque deles não se originam direitos; ou REVOGÁ-LOS por motivo de conveniência ou oportunidade[...] (BRASIL, 1973).

D E C R E T A

Art. 1°. Fica REVOGADO em todos os seus termos e para todos os efeitos o Decreto nº 2.510 de 27 de julho de 2015.

Art. 2º. Fica REVOGADA em todos os seus termos e para todos os efeitos a Dispensa de Licitação nº 001/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Campinápolis – MT, 07 de março de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016.

A Comissão de Licitação torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº. 01/2016, para contratação da empresa ELCIO MENDES DA SILVA – ME, CNPJ nº 08.618.802/0001-71 especializada em produção e promoção de eventos, para a realização de shows com as duplas sertanejas GUILHERME E SANTIAGO no dia 06 de maio, GINO E GENO no dia 07 de maio, DANILO MENDES E MARIANO (OS BRUTOS DO MT) no dia 08 de maio, e ainda, show com a banda de baile BANDA ESTRELA SUPER SOM nos dias 05, 06 e 07 de maio, nas comemorações ao 30º Aniversário de emancipação politico-administrativa do Município de Campinápolis - MT, com entrada gratuita, em favor da empresa ELCIO MENDES DA SILVA - ME, CNPJ n.º 08.618.802/0001-71, ao valor global de R$ 321.500,00 (trezentos e vinte e um mil e quinhentos reais), nos termos Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº. 8.883/94, de 08 de junho de 1994.

Campinápolis – MT, 10 de março de 2016.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Presidente da CPL.

Portaria n.º 6.225/2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.600 DE 10 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 2.600 DE 10 DE MARÇO DE 2016

Nomeia Comissão para realização de Processo Seletivo Simplificado -PSS e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Vacância Temporária de alguns Cargos Públicos;

Considerando a tarefa do Poder Executivo de assegurar o provimento dos Cargos Públicos prevista na Lei Orgânica Municipal;

Considerando que as vacâncias hodiernas decorrem de afastamentos legais dos Servidores do quadro permanente e/ou aumento da demanda;

Considerando a deserção de candidato em Processo Seletivo;

Considerando a necessidade da realização de Processo Seletivo Simplificado -PSS;

Considerando que os Processos Seletivos Simplificados devem ser conduzidos por Comissão nomeada para esse fim.

DECRETA

Art. 1º - O Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, será conduzido por Comissão composta pelos seguintes membros:

I – **RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS /** Gabinete do Prefeito/ Presidente;

II – **CHARLLEY ANDERSON DE SOUZA –** Sec. Mul. Saúde/Secretário;

III – **MARCILENE PRADO –** SEMEC/Coordenadoria de Gestão de Pessoas/Membro.

Art. 2º - A Comissão nomeada no art. 1º deste Decreto conduzirá o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, em todas as suas fases.

Art. 3º - No desempenho de suas atribuições a Comissão poderá:

I – Recrutar pessoal para auxiliar na elaboração de editais, realização de entrevistas, aplicação de provas (objetivas e/ou práticas) e outras atividades necessárias para garantir efetividade e celeridade ao certame:

a) Fica autorizada a compensação de horário ou o pagamento de horas excedentes/extras, ao pessoal recrutado nos termos do Inciso I deste artigo.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 10 de março de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 01/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 1228/2016.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016.

OBJETIVO: Contratação da empresa ELCIO MENDES DA SILVA – ME, CNPJ nº 08.618.802/0001-71 especializada em produção e promoção de eventos, para a realização de shows nas comemorações ao 30º Aniversário de emancipação politico-administrativa do Município de Campinápolis - MT, com entrada gratuita.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR o processo de Inexigibilidade n.º 01/2016 de 10 de março de 2016, realizada para contratação da empresa ELCIO MENDES DA SILVA – ME, CNPJ nº 08.618.802/0001-71 especializada em produção e promoção de eventos, para a realização de shows com as duplas sertanejas GUILHERME E SANTIAGO no dia 06 de maio, GINO E GENO no dia 07 de maio, DANILO MENDES E MARIANO (OS BRUTOS DO MT) no dia 08 de maio, e ainda, show com a banda de baile BANDA ESTRELA SUPER SOM nos dias 05, 06 e 07 de maio, nas comemorações ao 30º Aniversário de emancipação politico-administrativa do Município de Campinápolis - MT, com entrada gratuita; e **HOMOLOGAR** a proposta da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
ELCIO MENDES DA SILVA - ME	08.618.802/0001-71	R$ 321.500,00

Devendoser pago mediante a execução do serviço com a fatura em documento válido, após o atesto da execução do serviço, pelo fiscal do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de março de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

EDITAL Nº 001/ABERTURA

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº2.600/2016, com fulcro na Lei Municipal nº 1.133/2016,

RESOLVE:

T O R N A R P Ú B L I C O o Presente Edital que estabelece instruções especiais destinadas à realização de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS**, para fins de provimento de funções em caráter temporário no Quadro de Pessoal junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC e Secretaria Municipal de Saúde - SMS, como segue:

Quadro 1 – Relação de Funções, carga horaria e remuneração

QUANTITATIVO DE FUNÇÕES							
Quadro 1.0 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA							
1.1.1 SEDE DO MUNICÍPIO							
Ord.	**FUNÇÃO**	**Nº DA FUNÇÃO**	**PROV. IMEDIATO**	**CADASTRO DE RESERVA**	**CH/SEM.**	**REMUNEREAÇÃO (R$)**	**FORMAÇÃO EXIGIDA**
01	*Professor/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*	*01*	-----	*01*	*Conforme Atribuição*	*Proporcional a Jornada de Trabalho e PSPN vigente*	*Licenciatura em Pedagogia/ Anos Iniciais/Normal Superior/ Educação Infantil*
02	Apoio Adm. Educ. /Transp. Escolar	02	-----	---------- *01*	30h	**(880, 00) + (20 % relativo a Periculosidade)**	Ensino Fundamental Completo + Curso de Transp. Esc. + Curso de Transp. Passageiros
1.1.2 ESCOLA DISTRITAL							
Ord.	**FUNÇÃO**	**Nº DA FUNÇÃO**	**PROV. IMEDIATO**	**CADASTRO DE RESERVA**	**CH/SEM.**	**REM. (R$)**	**FORMAÇÃO EXIGIDA**
01	Apoio Adm. Educ. /Limpeza	*03*	------	*01*	30h	880,00	*Ensino Médio Completo*
02	Apoio Adm. Educ. /Vigilância	*04*	------	*01*	30h	880,00	*Ensino Médio Completo*
03	Apoio Adm. Educ. /Educação Infantil	*05*	------	*01*	30h	880,00	*Ensino Médio Completo*
Quadro 1.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE							
1.2.1. SEDE DO MUNICÍPIO							
Ord.	**FUNÇÃO**	**Nº DA FUNÇÃO**	**PROV. IMEDIATO**	**CADASTRO DE RESERVA**	**CH/ SEM.**	**REM. (R$)**	**FORMAÇÃO EXIGIDA**
01	Médico (a)	06	01	-------	40h	8.505,60	Nível Superior/Bacharel em Medicina
1.2.2. DISTRITAL							
01	Odontólogo (a)	07	01	-----	30h	**2.445,36**	Nível Superior/ Bacharel em Odontologia

1.1. As inscrições serão realizadas no período de **14/03/2016** até o dia **18/03/2016**, das 08h às 11h horas e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira, no Paço Municipal, situado na Av. Benônico José Lourenço, 2.170 – Setor União, Campinápolis – MT (Sala Adjunta ao Gabinete). **1.2.** Os interessados em concorrer as funções "Distrital" poderão, opcionalmente, requerer sua inscrição junto ao Posto de Atendimento do Instituto de Defesa Agropecuária – INDEA, São José do Couto/Campinápolis-MT. **1.3.** Somente serão admitidas inscrições por terceiros **mediante a apresentação de Procuração** com a assinatura do OUTORGANTE reconhecida em cartório;

1.2 1. Não **haverá cobrança de taxa de inscrição** para o Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016;

1.0 DOS PRÉ-REQUISITOS 1.1 Ter idade igual ou superior a 18 anos; 1.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado; 1.1.2 Estar em dia com as obrigações Eleitorais; **1.1.3** Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (se do sexo masculino); **1.1.4** Estar em pleno gozo de sua sanidade física e metal; **1.1.5** Ter a escolaridade compatível com a função pretendida; **1.1.6** Para a FUNÇÃO de Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar, exigir-se-á Carteira Nacional de Habilitação – Categoria "D"; **1.1.7** Fica vedada a participação neste processo seletivo de familiares até terceiro grau de membros da Comissão, nomeada através do Decreto **2.600/2016.**

3.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

3.1. Compete ao candidato:

a) Acompanhar todas as publicações feitas **no Jornal Eletrônico dos Municípios**(https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/)**, no sítio da Prefeitura Municipal de Campinápolis**(http://www.campinapolis.mt.gov.br/index.php?nivel=0&exibir=concursos&ID=31), conforme cronograma constante do Anexo I.

b) O candidato não poderá alegar o desconhecimento do dia, horário e local de realização das provas como justificativa de sua ausência.

c) O ***não comparecimento no dia, horário e local*** referenciadas neste Edital para realização das provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua ***imediata eliminação*** do Processo Seletivo Simplificado.

4.0 DAS PROVAS

4.1. O Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, será constituído de prova objetiva e prática conforme as disposições especificadas neste Edital.

4.2. As provas do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, serão regidas pelas disposições do quadro 2 deste Edital e do conteúdo programático constante do Anexo III.

4.2.1. O candidato deverá marcar no ***CARTÃO RESPOSTA***, a assertiva correspondente do Caderno de Provas;

4.2.2 Os Candidatos somente poderão levar o Caderno de Provas após transcorridos 60(sessenta) minutos do início das provas;

Quadro 2 – Demonstrativo das Provas Objetivas, práticas e entrevistas do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016

Ord.	FUNÇÃO	Área	Nº de Questões da Prova Objetiva	Pontuação por questão	Prova Prática
01	*Professor/Anos Iniciais do Ensino Fundamental*	*Língua Portuguesa*	*05*	*1,0*	*Não*
Conhecimentos Gerais	*05*	*1,0*			
Conhecimentos Específicos	*20*	*2,0*			
02	**Apoio Administrativo Educacional/Limpeza/ Nutrição**	*Língua Portuguesa*	*05*	*1,0*	*Não*
Conhecimentos Gerais	*05*	*1,0*			
Conhecimentos Específicos	*20*	*2,0*			
03	**Apoio Administrativo Educacional /Transporte Escolar**	*Língua Portuguesa*	*05*	*1,0*	**Sim**
Conhecimentos Gerais	*05*	*1,0*			
Conhecimentos Específicos	*20*	*2,0*			
04	**Apoio Adm. Educ./Vigilância**	*Língua Portuguesa*	*05*	*1,0*	*Não*
Conhecimentos Gerais	*05*	*1,0*			
Conhecimentos Específicos	*20*	*2,0*			
05	**Apoio Adm. Educ./Educação Infantil**	*Língua Portuguesa*	*05*	*1,0*	*Não*
Conhecimentos Gerais	*05*	*1,0*			
Conhecimentos Específicos	*20*	*2,0*			
06	**Médico**	*Língua Portuguesa*	*05*	*1,0*	*Não*
Conhecimentos Gerais	*05*	*1,0*			
Conhecimentos Específicos	*20*	*2,0*			
07	**Odontólogo**	*Língua Portuguesa*	*05*	*1,0*	*Não*
Conhecimentos Gerais	*05*	*1,0*			
Conhecimentos Específicos	*20*	*2,0*			

4.3 As provas objetivas serão aplicadas no dia 10(dez) de fabril de 2016, domingo, às 08h (Horário Oficial Brasília), nas dependências, Escola Municipal Anastácio Feliciano Alves, situada na Avenida Flávio Ferreira Lima, nº 630, Setor “Zé Viola”.

4.4. A duração da prova objetiva será de até "03" *(três)* horas e o candidato deverá comparecer ao local mencionado no item 4.3 deste Edital, **com antecedência mínima de 30 minutos do horário determinado**, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação com foto e caneta esferográfica azul ou preta.

4.4.1. Os portões da escola onde serão realizadas as provas objetivas **serão fechados as 07:30h (sete horas e trinta minutos**).

4.5. Os candidatos à função de motorista deverão comparecer no Departamento de Estradas e Rodagens – DMER, para a realização das provas práticas de direção veicular no dia 10/02/2016, as 14:00h munidos de documento de identificação.

4.5.1. A ordem de chamada para a realização das provas práticas será estabelecida mediante sorteio.

4.6. Ao candidato é **terminantemente proibida** a utilização de quaisquer aparelhos eletroeletrônicos (calculadoras, celulares e/ou similares, relógios, etc.), bem como usar boné ou óculos de sol durante a realização das provas;

4.6.1. O candidato não poderá entrar na sala de realização das provas portando bolsa, mochila e/ou similar;

4.6.2. O disparo sonoro de despertador, chamada de aparelho celular e/ou outro barulho intermitente e ou outro dispositivo eletrônico **implicará na imediata eliminação do candidato** portador;

4.7.**Os fiscais de provas não se responsabilizarão pela guarda de nenhum objeto dos candidatos**.

4.8. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

4.9.A **ausência** do candidato implicará em sua **eliminação** do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade para a realização da prova.

4.10.Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridos **45 (quarenta e cinco) minutos;**

4.11.Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, e somente poderão sair quando todos tiverem concluído as provas ou esgotado o tempo para sua realização.

4.12. Os cadernos de Provas constarão de envelopes lacrados e rubricados pela Comissão Organizadora e somente será aberto para conferência junto aos candidatos da respectiva sala.

4.12.1. Os envelopes serão abertos e a quantidade de cadernos de provas e “cartão resposta” serão conferidas e atestadas por no mínimo 03(três) candidatos presentes;

4.12.2. Os candidatos que participarem do processo de conferência do número de cadernos de provas e cartão resposta assinarão termo de conferência editado para esse fim.

4.13. Todas as intercorrências verificadas durante a realização das provas serão registradas em ata circunstanciada.

5.0 DO SISTEMA DE ELIMINAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DAS ETAPAS

5.1. O presente Processo Seletivo Simplificado de caráter **ELIMINATÓRIO e CLASSIFICATÓRIO**:

5.1.1.Os candidatos aprovados serão elencados em lista por ordem de classificação e sua publicação ocorrerá em conformidade com as datas mencionadas no cronograma de atividades constantes do Anexo I.

5.1.1.1. Dos critérios de desempate:

5.1.1.2. Caso haja empate entre os candidatos será observada os seguintes critérios para desempate:

a) Candidato de Maior Idade;

b) Maior nota na Prova Objetiva/Específica;

c) Maior nota na prova objetiva/Língua Portuguesa;

5.2 PRIMEIRA ETAPA – PARA TODOS AS FUNÇÕES

5.2.1 Composta por prova objetiva contendo 30(trinta) questões conforme quadro 3, que totalizarão 50(cinquenta) pontos;

5.2.2 As questões de língua portuguesa e conhecimentos gerais terão peso de 1,0(um) ponto e as de conhecimentos específicos 2,0(dois) pontos;

5.2.3. Estará eliminado o candidato que não obtiver no mínimo 40%(quarenta por cento) do total da nota da prova objetiva

5.3 SEGUNDA ETAPA – PARA AS FUNÇÕES DE MOTORISTA/APOIO ADM. EDUCACIONAL TRANSPORTE ESCOLAR E ASSISTENTE SOCIAL

5.3.1 Os candidatos para a função de Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar, realizarão prova de direção veicular com peso de 0(zero) a 10(dez) pontos;

6.0 DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

6.1 – O contratado será regido pelo **Regime** Jurídico Único dos servidores públicos.

6.2 – O contratado contribuirá para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

7.0 – DOS RECURSOS

7.1 Os recursos deverão ser feitos por escrito de forma fundamentada e protocolados junto a Comissão sediada no Paço Municipal, não sendo consideradas reclamações verbais.

7.2 Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.3 – CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

7.3.1 - A Comissão de Processo Seletivo Simplificado disponibilizará no Jornal Eletrônico dos Municípios(https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/) e no Endereço Eletrônico da Prefeitura Municipal (http://www.campinapolis.mt.gov.br/index.php?nivel=0&exibir=concursos&ID=31), a lista das inscrições deferidas e/ou indeferidas (se houver), a partir do dia 21/03/2016, para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

7.3.2 O candidato terá o prazo de 24(vinte e quatro) horas a partir da divulgação da lista de inscrições deferidas/indeferidas para a interposição de recurso administrativo.

7.4 – CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR/GABARITO

7.4.1 - Os candidatos terão 24 horas após a realização das provas para impetrarem recursos contra o **CERTAME** junto Comissão de Processo Seletivo.

7.4.2 - A Comissão de Processo Seletivo terá um prazo de 24 horas para emitir parecer sobre recursos interpostos, conforme cronograma constante do anexo I.

8.0. DA VALIDADE

8.1 - O prazo de validade do presente Edital, bem como do Processo Seletivo Simplificado, será de 01 (um) ano prorrogável por até igual período, se assim o interesse público exigir.

8.1.1. Os contratos junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura terão vigência conforme calendário letivo.

8.1.2 Os demais contratos se expiram no encerramento do exercício financeiro/2016.

8.1.3. Todos os contratos poderão ser prorrogados por igual período se assim o interesse público exigir.

9.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 - O não comparecimento do candidato ao local e horário das provas implicará na sua desistência e desclassificação/eliminação;

9.2 – A Comissão fará divulgar sempre que necessário e sem prejuízo aos candidatos normas complementares a este Edital;

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado -PSS.

9.4. Os editais complementares (deferimentos/indeferimentos de inscrições, resultados, etc.), serão publicados **no Jornal Eletrônico dos Municípios(**https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/) e no endereço eletrônico da Prefeitura de Campinápolis-MT (http://www.campinapolis.mt.gov.br/index.php?nivel=0&exibir=concursos&ID=31).

10. DO REGIME JURÍDICO

10.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados, quando houver necessidade, em Regime de Direito Administrativo, em estrita observância ao aos Princípios Constitucionais que Regem a Administração Pública (CF/88), Lei Complementar nº 001/1993 - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município Campinápolis – MT, Lei Complementar nº 015/2007, Lei Complementar nº 027/2011 e Lei Municipal nº 1. 133/2016.

11. DO PROVIMENTO DAS FUNÇÕES PÚBLICOS

11.1.O provimento das funções escopo deste Edital, ocorrerá de acordo com a necessidade de cada secretaria.

11.2.Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

11.3.A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes**.**

11.4.A aprovação do candidato não gera a contratação na função para o qual se habilitou, estando a mesma condicionada à necessidade de cada Secretaria.

11.5.Os candidatos ***aprovados e convocados*** terão 24h contadas da publicação do edital de convocação, ***para se manifestarem sobre a aceitação da FUNÇÃO*** e deverão apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos a seguinte documentação:

I.CPF, RG, Título de Eleitor e Carteira de Habilitação;

II.Certidão de Nascimento ou Casamento;

III.Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

IV.Comprovante de escolaridade para a função que se habilitou;

V.Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos.

c)Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta correnteno Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP.

d)Comprovante de quitação eleitoral.

e)Declaração de bens.

f)Declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública.

g)Exame Admissional.

h) Documento comprobatório de alistamento/dispensa do serviço militar (para os candidatos do sexo masculino);

i) Comprovante de Credenciamento junto ao Conselho Regional de Educação Física (para os candidatos / Professor de Educação Física);

j) Documento comprobatório de participação/conclusão de curso de transporte de passageiros e transporte escolar (para os candidatos / Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar);

l) Documento comprobatório de ter concluído com aproveitamento o curso introdutório para ACS (para os candidatos ao FUNÇÃO público de Agente Comunitário de Saúde);

11.6.A falta de qualquer documento no ato da assinatura do contrato acarretará na desclassificação do candidato.

11.7.Os casos omissos serão resolvidos pela **Comissão nomeada por meio do Decreto nº 2.600/2016.**

Campinápolis - MT, 10 de março de 2016.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão/ Decreto nº 2.600/2016

ANEXO I

Processo Seletivo Simplificado 002/2016

Edital nº 001

Ord.	Etapa	Data/Período
01	Publicação do Edital	10/03/2016
02	Período de Inscrição	14/03/2016 a 18/03/2016
03	Divulgação das Inscrições Deferidas	a partir do dia 21/03/2016
04	Prazo para interposição de recursos Administrativos contra o indeferimento das inscrições	21/03/2016 – 24/03/2016
05	Resposta aos recursos Administrativos contra o deferimento/indeferimento das inscrições	a partir do dia 28/03/2016
06	Homologação das Inscrições/Publicação	a partir do dia 28/08/2016
07	Realização das Provas	10/04/2016
08	Divulgação do Gabarito	a partir do dia 10/04/2016
09	Resultado Preliminar	a partir do dia 11/04/2012
10	Prazo para interposição recursos Administrativos contra o resultado preliminar	11/04/2016 à 12/04/2016
11	Resultado dos Recursos Administrativos contra o resultado preliminar do PSS	a partir do dia 12/04/2016
12	Resultado Final	a partir do dia 13/04/2016
13	Homologação do Resultado Final	14/04/2016
14	Convocação para as funções de provimento imediato	a partir do dia 14/04/2016

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2016

Eu, signatário do presente requerimento de Inscrição, li e estou de acordo com as disposições contidas no Edital 001 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016

EDITAL 001

	Inscrição nº. /2016					
Processo Seletivo Simplificado 002/2016 Edital nº 001 REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO						
Dados Pessoais	Nome:					
Data de nascimento:						
Local de nascimento:		UF				
Sexo:	Masculino:		Feminino:		CPF:	
RG:		SSP:		Data de Exp.:		
Endereço:						
Nome da mãe:						
Nome do Pai:						
Nacionalidade:		Estado Civil				
Nome do Cônjuge:						
Escolaridade:						
Tel. contato:						
Filhos menores de 14 anos						
	Vaga a que pretende concorrer:	Nº DA FUNÇÃO				

Campinápolis, MT, 10 de março 2016.

_____

Assinatura do Candidato

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

COMPROVANTE DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

NOME DO CANDIDATO	
FUNÇÃO A QUE CONCORRE	Nº DA INSCRIÇÃO
Nº DA FUNÇÃO	

Campinápolis-MT, 10 de março de 2016.

_____

Responsável pela inscrição

ANEXO III

Processo Seletivo Simplificado 002/2016

Edital nº 001

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/PROVAS OBJETIVAS

LÍNGUA PORTUGUESA – para todas as funções: Interpretação de texto; gêneros textuais; funções da linguagem; coesão e coerência. Concordância verbal e nominal; morfologia; sintaxe; pontuação; acentuação gráfica, ortografia; figuras de linguagem.

CONHECIMENTOS GERAIS – para todas as funções: Cultura Geral (Nacional e Internacional); História e Geografia do Brasil; Atualidades Nacionais e Internacionais; Meio Ambiente; Cidadania; Direitos Sociais – Individuais e Coletivos; Ciências Físicas e Biológicas conhecimentos sobre o Município de Campinápolis – MT, Lei Complementar 001/1993.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 015/2007(para candidatos as funções da Secretaria Municipal de Saúde);

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 027/2011(para candidatos as funções da Secretaria Municipal de Educação e Cultura).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNÇÃO Nº001/Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Concepções de Educação; Concepções de Currículo; A Escola e a sua Função; Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva; Currículos e programas; PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola); Os Projetos de Trabalho; Competências e práticas sociais; O desenvolvimento infantil nos aspectos: Intelectuais, Sociais e Emocionais; A Escola e o desenvolvimento do pensamento; Desenvolvimento e Aprendizagem; Pensamento e Linguagem; Os estágios do desenvolvimento: Sensório Motor, pré-operacional, o nível intuitivo (5-7 anos aproximadamente); O nível operacional concreto (7-11/12 anos); O nível operatório abstrato (11/12 a 15/16 anos); Organização dos esquemas; Inteligência: uma ou múltiplas.

FUNÇÃO Nº 002: Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro; Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito; Direção defensiva; Noções gerais de circulação e conduta; Noções de mecânica de autos; Noções de primeiros socorros; Sinalização de Transito, Manutenção e Limpeza de veículos.

FUNÇÃO Nº 003/Apoio Administrativo Educacional/Limpeza: Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Ética profissional. Limpeza dos diferentes espaços. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Atividade relacionada na área vigilância, faxina, merenda, copa, zeladoria e assemelhados. Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Como servir à mesa. Trato com crianças e adolescentes. Segurança no trabalho e equipamentos de proteção Individual (EPIs); Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia.

FUNÇÃO Nº 004/Apoio Administrativo Educacional/Vigilância: Noções de Segurança Pública, Legislação Aplicada, Segurança Física de Instalações.

FUNÇÃO Nº 005: Apoio Administrativo Educacional/Educação Infantil: Concepções da Educação; O desenvolvimento infantil nos aspectos intelectuais, Sociais e Emocionais; A escola e o desenvolvimento da Aprendizagem; Socorros de Urgência, Competências e práticas sociais.

FUNÇÃO Nº 06: Médico Cuidados gerais com o paciente em medicina interna. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, insuficiência cardíaca, miocardiopatias e valvulopatias e arritmias cardíacas. Doenças pulmonares: asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica, embolia pulmonar, pneumonias e abscessos pulmonares. Doenças gastrointestinais e hepáticas: e insuficiência úlcera péptica, doenças intestinais inflamatórias e parasitárias, diarréia, colelitíase e colecistite, pancreatite, hepatites virais e hepatopatiastóxicas hepática crônica. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, síndrome nefrótica e litíase renal. 6 Doenças endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo e hipertireoidismo, tireoidite e nódulos tireoidianos. Doenças reumáticas: artrite reumatóide, espondiloartropatias e gota. Doenças infecciosas e terapia antibiótica. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária. Emergências clínicas. Controle de infecções hospitalares. Doenças neurológicas, AVC, polirradiculoneurites polineurites e doenças periféricas. Doenças degenerativas e infecciosas do SNC.

FUNÇÃO Nº 007/Odontólogo: Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. Índices epidemiológicos específicos em saúde bucal. Diagnóstico, semiologia bucal, exames complementares. Cariologia: etiologia, diagnóstico e tratamento da doença, cárie dentária com ênfase na prevenção e promoção à saúde bucal. Normas de controle de infecção no ambiente de trabalho. Patologia Periodontal, doenças gengivais e periodontal – diagnóstico e tratamento. Algias orofaciais, tipos diagnósticos diferenciais. Cistos e tumores odontogênicos e não-odontogênicos. Lesões mais freqüentes da cavidade bucal: candidíase, gengivo – estomatite herpética, lesões herpéticas secundárias, sífilis e AIDS. Preparo cavitário e atípico: conceitos atuais, materiais usados em dentística, proteção do complexo dentina-polpa. Patologia pulpar e periapical: características clínicas. Emergência e Urgência em odontologia. Traumatismo Dental, fraturas das coroas e raízes. Terapêutica Odontológica – analgésicos, antiinflamatórios, antibióticos e anestésicos de uso local em odontologia. Fluorterapia – uso sistêmico e tópico. Aspectos toxicológicos e clínicos. Educação e Saúde Bucal. Diagnóstico bucal: patologia dos tecidos moles e duros da cavidade oral, cárie, placa bacteriana e doença periodontal. Métodos de prevenção da cárie e da doença periodontal. Flúor. Técnicas de anestesia intra-oral. Princípios básicos do atendimento em odontopediatria. Proteção do complexo dentina-polpa. Materiais restauradores. Princípios gerais do preparo cavitário. Hepatites virais (A, B e C). AIDS. Imunizações. Técnica da lavagem das mãos. Uso de barreiras protetoras. Conduta frente a acidentes de trabalho. Exame clínico e radiográfico. Classificação. Lesões das estruturas dentárias mineralizadas e da polpa. Lesões dos tecidos periodontais. Dentição permanente – diagnóstico e tratamento. Trinca do esmalte. Concussão. Subluxação. Luxação. Deslocamento completo do dente. 9. Ética e Legislação Profissional. O Programa de Saúde da Família. Avaliação da qualidade em serviços de saúde. Resolutividade dos serviços de saúde e a satisfação do cliente. O Sistema Único de Saúde – SUS. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Municipalização da Saúde. O Cartão SUS. Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 ao 200). Financiamento da saúde. Abordagem do processo saúde doença das famílias e do coletivo.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.591 DE 25 FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.591 DE 25 FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre o Enquadramento de Contribuintes no Regime de Estimativa para cobrança de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN dos Serviços prestados por empresa no município de Campinápolis - MT e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito do Município de CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica, e

Considerando a necessidade de regulamentação para a cobrança do ISSQN, previsto no Artigo 98 e Tabela III em Anexo da Lei Complementar nº 046/2013 - Código Tributário.

DECRETA Art. 1º. As empresas prestadoras de serviços em Campinápolis – MT, não classificadas como profissionais Autônomos ou Uniprofissionais, deverão recolher o valor FIXO MENSAL relativo ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, conforme Tabela constante em ANEXO I deste Decreto. Parágrafo Único - Os contribuintes nomeados para o recolhimento do ISSQN no regime de estimativa mensal, nos termos deste artigo, após a aprovação deste Decreto e comprovado o pagamento, estará quite com o Imposto sobre Serviço junto a Divisão de Tributos Municipal. Art. 2º. As empresas prestadoras de serviços sujeitas ao recolhimento FIXO MENSAL relativo ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, conforme Tabela constante em ANEXO I deste Decreto, serão classificadas em Micro Porte, Pequeno Porte, Médio Porte e Grande Porte;

§ 1º – O valor do Imposto para empresas considerada Micro Porte, será o mesmo constante no ANEXO I;

§ 2º – O valor do Imposto para empresas consideradas de Pequeno Porte, será o mesmo constante no ANEXO I, acrescido de 50%;

§ 3º – O valor do Imposto para empresas consideradas de Médio Porte, será o mesmo constante no ANEXO I, acrescido de 100%;

§ 4º – O valor do Imposto para empresas consideradas de Grande Porte, será arbitrada pelo fisco considerando os critérios do Art. 101, §1º do Código Tributário Municipal, conforme MODELO constante em ANEXO III.

Art. 3º. Em caso de recurso por não aceitação do arbitramento nos critérios definidos nos §§ 1º, 2º e 3º, o valor do Imposto será arbitrado pelo fisco considerando os critérios do Art. 101, §1º do Código Tributário Municipal, conforme MODELO constante em ANEXO III.

Art. 4º. O valor relativo ao ISSQN devido, gerado pelo valor fixo mensal, de que trata o artigo 1º deste Decreto, deverá ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente à competência, junto a Divisão Tributos da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - O descumprimento das obrigações constantes neste Decreto sujeitará a empresa as penalidades previstas na Legislação Tributária Municipal em vigor.

Art. 5º. As empresas optantes pelo Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real, sujeitas ao pagamento do ISSQN no regime de estimativa mensal, deverão continuar com a emissão da Nota Fiscal via site “SEP” ou outro a ser informado pelo fisco e fazer a escrituração da documentação fiscal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Campinápolis – MT, 25 de janeiro de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I - DECRETO Nº 2.591 DE 25 FEVEIRO DE 2016

Item	Lista de Serviços	Sobre o preço do serviço	Empresa prestadora de serviços:
Alíquota	Mensal em Reais		
1	Serviços de informática e congêneres.	3%	45,00
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%	45,00
1.02	Programação.	3%	45,00
1.03	Processamento de dados e congêneres.	3%	45,00
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	3%	45,00
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%	45,00
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	3%	45,00
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%	45,00
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%	45,00
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%	--x--
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	3%	--x--
3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	3%	45,00
3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	3%	45,00
3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	3%	45,00
3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	3%	45,00
3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%	45,00
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	3%	120,00
4.01	Medicina e biomedicina	3%	120,00
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%	120,00
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%	120,00
4.04	Instrumentação cirúrgica.	3%	--x--
4.05	Acupuntura.	3%	--x--
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%	--x--
4.07	Serviços farmacêuticos.	3%	--x--
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudióloga.	3%	90,00
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%	90,00
4.10	Nutrição.	3%	--x--
4.11	Obstetrícia.	3%	--x--
4.12	Odontologia.	3%	--x--
4.13	Ortopédica.	3%	--x--
4.14	Próteses sob encomenda.	3%	--x--
4.15	Psicanálise.	3%	--x--
4.16	Psicologia.	3%	--x--
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	--x--
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	--x--
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	--x--
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	--x--
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.	3%	--x--
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congênere.	3%	150,00
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%	150,00

5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	3%	--x--
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	3%	--x--
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	--x--
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	--x--
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	--x--
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	--x--
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	--x--
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	--x--
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3%	--x--
5.09	Planos de atendimento e assistência médica-veterinária.	3%	--x--
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	3%	90,00
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%	36,00
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%	45,00
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%	30,00
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%	30,00
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%	--x--
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	3%	120,00
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%	120,00
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	--x--
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%	--x--
7.04	Demolição.	3%	--x--
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	--x--
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%	60,00
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%	600,00
7.08	Calafetação.	3%	--x--
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%	--x--
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%	--x--
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%	--x--
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%	--x--
7.13	Dedetização, desinfecção, desintetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%	--x--
7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	3%	--x--
7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%	--x--
7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%	--x--
7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%	--x--
7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	--x--
7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%	--x--
7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%	--x--
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	3%	--x--
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%	90,00
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%	90,00
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	3%	--x--
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apartservice condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte servisse, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	3%	90,00
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%	90,00
9.03	Guias de turismo.	3%	--x--
10	Serviços de intermediação e congêneres.	3%	--x--
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3%	--x--
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3%	--x--
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%	--x--
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	--x--
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	--x--
10.06	Agenciamento marítimo.	3%	--x--
10.07	Agenciamento de notícias.	3%	--x--
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%	60,00
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%	--x--
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	3%	--x--
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	3%	45,00
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%	--x--
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3%	--x--
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%	--x--
11.04.	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	3%	--x--
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	3%	--x--
12.01	Espetáculos teatrais.	3%	--x--
12.02	Exibições cinematográficas	3%	--x--

12.03	Espetáculos circenses.	3%	--x--
12.04	Programas de auditório.	3%	--x--
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%	--x--
12.06	Boates, taxi dancing e congêneres.	3%	--x--
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	--x--
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	--x--
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%	--x--
12.10	Corridas e competições de animais.	3%	--x--
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%	--x--
12.12	Execução de música.	3%	--x--
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	--x--
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%	--x--
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3%	--x--
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3%	--x--
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%	--x--
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	3%	--x--
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%	60,00
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%	60,00
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3%	45,00
13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	3%	45,00
14	Serviços relativos a bens de terceiros.	3%	60,00
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%	60,00
14.02	Assistência técnica.	3%	60,00
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%	60,00
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%	60,00
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	3%	60,00
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%	60,00
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	3%	45,00
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%	45,00
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%	30,00
14.10	Tinturaria e lavanderia.	3%	30,00
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%	45,00
14.12	Funilaria e lanternagem.	3%	90,00
14.13	Carpintaria e serralheria.	3%	90,00
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	5%	--x--
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	--x--
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	--x--
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	--x--
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	--x--
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	--x--
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	--x--
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	--x--
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	--x--
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	--x--
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	--x--
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	--x--
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	--x--
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	--x--
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	--x--
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	--x--
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	--x--
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulsos ou por talão.	5%	--x--

15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	--x--
16	Serviços de transporte de natureza municipal.	3%	60,00
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal.	3%	60,00
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	3%	--x--
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%	150,00
17.02	Digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	3%	60,00
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%	60,00
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%	--x--
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%	--x--
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%	60,00
17.07	Franquia (franchising).	3%	--x--
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%	120,00
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	--x--
17.10	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	--x--
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%	--x--
17.12	Leilão e congêneres.	3%	--x--
17.13	Advocacia.	3%	--x--
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%	--x--
17.15	Auditoria.	3%	--x--
17.16	Análise de Organização e Métodos.	3%	120,00
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%	--x--
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%	120,00
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%	120,00
17.20	Estatística.	3%	--x--
17.21	Cobrança em geral.	3%	--x--
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%	120,00
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%	--x--
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	--x--
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	--x--
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	3%	--x--
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	3%	--x--
20	Serviços aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	3%	--x--
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logísticas e congêneres.	3%	--x--
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logísticas e congêneres.	3%	--x--
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logísticas e congêneres.	3%	--x--
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	3%	--x--
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	3%	--x--
22	Serviços de exploração de rodovia.	3%	--x--
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	3%	--x--
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%	45,00
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%	45,00
25	Serviços funerários.	3%	--x--
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%	180,00
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%	180,00
25.03	Planos ou convênio funerários.	3%	180,00
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%	--x--
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	3%	--x--
27	Serviços de assistência social.	3%	--x--
27.01	Assistente Social.	3%	--x--
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%	--x--
29	Serviços de biblioteconomia.	3%	--x--
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%	--x--
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%	60,00
32	Serviços de desenhos técnicos.	3%	--x--
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%	--x--
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%	--x--
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%	90,000
36	Serviços de meteorologia.	3%	--x--
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%	--x--

38	Serviços de museologia.	3%	--x--
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.	3%	--x--
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%	--x--
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	3%	--x--
40.01	Obras de arte sob encomenda.	3%	--x--

ANEXO III	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT -	Dep. Tributação
Nome: _____	
CPF nº: _____	
Endereço: _____	
Despesas provenientes da prestação de serviço:	
Base legal: Art. 101, §1º do Código Tributário Municipal	
Despesas	Valor
Casa e comércio	
Aluguel	
Segurança	
Celular	
Agua	
Telefone/internet/TV	
Energia	
Mercado	
Açougue	
Feiras, Verduras e Padaria	
Energia	
Faxineira/Passadeira	
Farmácia e Laboratório	
Total Despesas Fixas casa	0,00
Carro	
Lavagem/Troca óleo/Revisão	
Combustível	
Seguro	
IPVA/Seguro obrigatório	
Outras Manutenções	
Total Despesas Fixas carro	0,00

Despesas Bancárias	
Tarifas	
Juros	
Total Bancos/ Empréstimos	0,00
Despesas Pessoais	
Salão/Cosméticos	
Entretenimento	
Revistas	
Roupas/calçados/acessórios	
Pet Shop	
Passagens	
Estudos - Escola, Cursos e Faculdades	
Farmácia	
Dízimo	
Total Salário (bruto) dos funcionários	
Total Outras Despesas	0,00
Impostos/Seguros/Previ	
Impostos / Simples Nacional	
INSS	
Previdência	
Plano de Saúde	
Seguro de Vida	
Total Impostos/Seguros/Previ	0,00
Investimentos / prestações	
Prestação casa/terreno	
Prestação carro	
Compras Parcelada/Cartão	
Prestação Moto	
Prestação de móveis e eletrodomésticos	
Valor da casa	
Valor do comércio	
Total Investimentos	0,00
Total Geral	0,00
Declaro sob pena de Lei que os valores declarados acima são verdadeiros;	

Dia / Mês e Ano: _____ / _____ / _____	Identificação e Visto do Fiscal responsável pelo levantamento
_____ Assinatura do Empresário	
Após a Conferência e Aprovação, Assinatura do Responsável do Departamento de Fiscalização e Tributação	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2016

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015,

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PROFESSOR PEDAGOGIA – ÁREA URBANA – 20 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
40º	MARIA SOCORRO DO NASCIMENTO SOARES
41º	LEILA DELISE
42º	VALQUIRIA CRISTINA ZIMMER
43º	ADRIJANE SANTOS DE OLIVEIRA
44º	REGINA FRANCO FIUZA
45º	LEÍA DELISE
46º	SOLANGE DE CASTRO RODRIGUES
47º	EVELYSE CONSTANCIA DA COSTA LEITE PIMENTA
48º	ROSINEI AGUIAR COUTINHO
49º	ROSÂNGELA APARECIDA PEINADO PEREIRA
50º	ELIENE DA SILVA SOUSA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 09 dias do mês de março de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016 PREGÃO: N° 007/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PEIXARIA E COM. DE CARNES LAPO LTDA-ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições **prontas do tipo Self-Service e Buffet, para atender as Secretarias Municipais**. Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	11255	500	UNID.	REFEIÇÃO TIPO SELF SERVICE COM NO MÍNIMO: ARROZ, FEIJÃO, SALADA CRUA COM NO MÍNIMO TRÊS TIPOS DE VERDURAS E LEGUMES, SALADA COZIDA, GUARNIÇÃO COM 02 COMPONENTES CARNE BOVINA, SUÍNA, PEIXE OU FRANGO, DUAS SOBREMESAS, 02 TIPOS DE SUCO OU REFRIGERANTE	24,00	12.000,00
2	32676	3.000	KG.	REFEIÇÃO SERVIDA EM BUFFET POR QUILO, QUE TENHA NO MÍNIMO 08 TIPOS DIFERENTES DE COMIDA QUENTE, 06 TIPOS DE SALADAS CRUAS E COZIDA, PEIXE ASSADO OU FRITO	36,50	109.500,00
3	15352	300	UNID.	REFRIGERANTE SABORES VARIADOS, COM AROMA NATURAL, SABOR SUAVE, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 2 LITROS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE.	7,25	2.175,00
4	4884	300	UNID.	REFRIGERANTE EM LATA 350ML	3,50	1.050,00
5	98	300	UNID.	AGUA MINERAL S/GAS GARRAFA DE 500ML	2,50	750,00
6	15955	200	UNID.	AGUA MINERAL C/GAS GARRAFA DE 500ML	3,00	600,00

Totalizando o valor de R$ 126.075,00 (cento e vinte e seis mil e setenta e cinco reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 176/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **VALDIR ALBUQUERQUE SILVA, CPF/CNPJ – 718.788.581-49, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à av. Maranhão, quadra 389, lote 018, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Mu-

nicípio de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

23 de fevereiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 161/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **CLAUDIO ARLA RIBEIRO-OLCIO AFONSO DE OLIVEIRA, CPF/CNPJ – 983.188.101-04, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à rua Beija-Flor, quadra 365, lote 012, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

19 de fevereiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 022/2016

ABERTURA: 24 de março de 2016.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 24 de março de 2016 às 08:00 horas.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção elétrica nos quadro de comando nos poços artesianos, para atender o departamento de água da Secretaria Municipal de Infra Estrutura do Município**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de março de 2016**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 137, DE 08 DE MARÇO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação através do Memorando nº 165, datado de 08 de março de 2016,

R E S O L V E

1. NOMEAR, com efeitos a partir de 1º de março de 2016, a servidora efetiva **ANDRESSA MAIRA ERVILHA RIBEIRO,** portadora do RG nº 1887839-3 SSP/MT e CPF nº 024.062.301-04, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Merenda Escolar**, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de março de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 009/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2012, a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina o arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo – Professor – Especialidade: Licenciatura Plena em Educação Física

INSCRIÇÃO	*CANDIDATO (A)*	*COLOCAÇÃO*
0000000089	SUZANA CARDOSO DA SILVA	3

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munidos (as) dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 001/2012, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 09 dias do mês de março de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2016

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015,

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: NÍVEL MÉDIO - AGENTE EDUCACIONAL – ÁREA URBANA - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
38º	CRISTIANE MARTINS DA SILVA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 09 dias do mês de março de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 136, DE 08 DE MARÇO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, ***Considerando*** o Edital de Convocação nº 008/2016, Concurso Público nº 001/2012, homologado através do Decreto Executivo nº 074/2012,

R E S O L V E

1. NOMEAR,a partir desta data, a Senhora **MARCIA DOURADO DE ASSIS,** portadora do **RG nº 1227895-3 SJ/MT** e **CPF nº 311.187.318-83,** para ocupar o cargo de **Agente Educacional**,Especialidade **Auxiliar de Creche,** vinculadaà Secretaria Municipal de Educação,do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de março de 2016.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO TERMO ADITIVO

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PUBLICA:

EXTRATO TERMO ADITIVO

NÚMERO DO CONTRATO: 002/2016

CONTRATANTE: FUNSEM – Fundo De Previdência dos Servidores Públicos Municipais De Campo Novo Do Parecis, pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.734.238/0001-09, com sede na Avenida Mato Grosso esquina com Rua Natal, nº 384, Centro, CEP 78.360-000, em Campo Novo do Parecis.

CONTRATADO: AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA,inscrita no CNPJ sob n° 00.059.307/0001-68, estabelecida na rua Barão de Melgaço, n° 3988, Bairro Centro Norte, Cidade Cuiabá-MT.

OBJETO: Assessoria e Consultoria continuada na área Previdenciária.

VALOR: R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

PRAZO: 12 meses

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Licitação na modalidade Pregão Presencial – conforme processo licitatório nº 001/2015.

CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, 01 DE MARÇO DE 2016.

_____

WILSON LEAL MIRANDA

DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 42/2016

PORTARIA Nº 042/2016

"Nomeia a servidora CLAIR DIRLEI SCHEUERMANN para exercer a função de agente fiscalizadora do contrato nº 02/2016, de Assessoria e Consultoria continuada na área Previdenciária.

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR *a servidora* **CLAIR DIRLEI SCHEUERMANN,** brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 1102405-4, SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 883.124.371-34, residente na Rua Rio Grande do Sul, nº 862-NE, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade, para exercer a função de agente fiscalizadora do contrato nº 02/2016, de Assessoria e Consultoria continuada na área Previdenciária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de março de 2016.

WILSON LEAL MIRANDA

DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM

PORTARIA 001/2015

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 167/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **MARCOS BENDA ALVES, CPF/CNPJ – 026.568.451-06, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à rua av. Amazonas, quadra 408, lote 004, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

19 de fevereiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 179/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **EDILSON DE PINHO E SILVA, CPF/CNPJ – 690.877.331-00, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à rua Pavão, quadra 392, lote 002, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

23 de fevereiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 023/2016

ABERTURA: 24 de março de 2016.

CREDENCIAMENTO: a partir das **14:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 24 de março de 2016 às 14:00 horas.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de alimento enteral, leite especial e suplementos alimentares para atender a Secretaria Municipal de Saúde**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licita-

ções, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de março de 2016**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO 001/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna público o resultado do julgamento da Tomada de Preço nº 001/2016, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ADEQUADOS PARA A ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO: a empresa KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTOS LTDA ME, CNPJ 05.141.121/0001-77, foi a vencedora do certame com o valor global de R$ 118.391,29 (cento e dezoito mil trezentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos). Campo Verde, 10 de março de 2016. Ana Carolina S. Braga Blume – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.177, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI 2.138/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficaalterada a redação do artigo 1º, da Lei nº 2.138, de 14 de outubro de 2015, com redação conferida pela Lei nº 2.149, de 02 de dezembro de 2015**,** o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar, permutar e transferir com encargos, nos moldes da Lei Municipal n.º 2.136/2015, com a empresa AZUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA., inscrita no CNPJ sob n°. 20.724.304/0001-09, localizada na BR-070, S/N – Distrito Industrial, Primavera do Leste, Mato Grosso, uma área de terras de propriedade do Município de Campo Verde, com 4,00 (quatro hectares), registrada no Cartório de 1º. Ofício Registro Geral de Imóveis Títulos e Documentos da Comarca de Campo Verde-MT sob a* ***matrícula de nº 6.905****, avaliado com preço médio de mercado em R$393.500,00 (trezentos e noventa e três mil e quinhentos reais), anexos".*

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 10 de Março de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.178, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIMAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA DE TERRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (ETE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Campo Verde autorizado a conceder direito real de uso à empresa ÁGUAS DE CAMPO VERDE S/A, **devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 04.830.575/0001-92, com sede na Avenida Florianópolis, 392, Bairro Centro, nesta cidade, de forma gratuita e por tempo determinado, da área de 13,42Has, correspondente a 134.238,589m² (cento e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito metros vírgula quinhentos e oitenta e nove centímetros quadrados), a ser desmembrada, ao qual o Município de Campo Verde foi imitido na posse por força de decisão judicial, consoante teor do R-021 da Matrícula n.º 702 do CRI desta Comarca, memorial descritivo e croqui anexos a esta Lei**.

Art. 2º - A concessão de que trata o art. 1º, tem por objeto a implantação, construção e funcionamento da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE CAMPO VERDE - ETE, a expensas e responsabilidades da concessionária, ficando adstrita a esta finalidade.

Art. 3º - A concessão que trata a presente Lei se dará por prazo determinado, condicionado ao prazo contratual firmado estabelecido no Contrato de Concessão Plena de Serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário entre o Município de Campo Verde e a empresa concessionária Águas de Campo Verde S/A.

Art. 4º - A presente concessão será extinta depois de decorrido seu prazo, e o imóvel revertido ao patrimônio da Administração concedente, incluindo as eventuais benfeitorias, não cabendo a Águas de Campo Verde S/A direito a indenização, retenção ou compensação de qualquer espécie por construção executada, material ou serviços aplicados.

Art. 5º – Após o término da concessão, a área do imóvel concedido retornará imediatamente ao patrimônio municipal, com os acréscimos nela instalados, sem qualquer necessidade de notificação á concessionária usuária.

Art. 6º – A concessão de direito real de uso autorizada por esta Lei será firmada através de contrato administrativo formal, que especificará as responsabilidades das partes contratantes.

Art. 7º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução da concessão disciplinada nesta lei.

Art. 8º – Cabe a qualquer cidadão, durante a vigência da concessão denunciar atos ou fatos, ações ou atitude, que importem em utilização inadequada do bem público objeto da concessão de direito real de uso que t rata esta Lei.

Art. 9º – O Poder Executivo Municipal reserva-se no direito de fiscalizar o uso correto do imóvel objeto da concessão.

Art. 10 – As despesas decorrentes da formalização, bem como o seu registro, da concessão de direito real de uso tratada nesta Lei ficarão a cargo exclusivo da concessionária.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 10 de Março de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.179, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

DISCIPLINA A DESTINAÇÃO DE VERBAS DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, CRIA O FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - A presente Lei regulamenta a incidência dos arts. 22 e 23 da Lei Federal nº 8.906 (Estatuto da Advocacia), de 04 de julho de 1.994 e cria o Fundo Especial da Procuradoria Jurídica do Município de Campo Verde (FEPJMCV).

§1º - O Fundo Especial da Procuradoria Jurídica do Município de Campo Verde (FEPJMCV) terá total autonomia a administrativa e financeira, e será gerido e administrado pelo Procurador Geral do Município de Campo Verde, nos limites da legislação em vigor e nos termos desta Lei.

§2º - A vigência do Fundo de que trata o caput deste artigo será por prazo indeterminado.

Art. 2º - O Fundo da Procuradoria Geral do Município de Campo Verde (FEPJMCV) tem por objetivo a concessão de benefício de natureza alimentar, de caráter indenizatório, aos Procuradores do Município, servidores que exerçam a função de Advogados Públicos do Poder Executivo e demais servidores que prestem serviços exclusivamente ligados à Procuradoria Jurídica.

§1º - O pagamento do benefício alimentar previsto no caput deste artigo deverá ser efetivado mensalmente.

§2º - A parcela de honorários de sucumbência, a que tiver direito cada Procurador, advogado ou servidor será incluído na folha de pagamento do mês subsequente ao de sua arrecadação pelo Município.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo Especial da Procuradoria Jurídica do Município de Campo Verde (FEPJMCV):

I - 100% (cem por cento) do total das seguintes receitas:

a) honorários advocatícios de sucumbência concedidos em qualquer processo judicial em que vitorioso o Município de Campo Verde, inclusive para ações já ajuizadas e em andamento ou não;

b) honorários advocatícios decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município de Campo Verde, desde que já devidamente executada judicialmente;

c) honorários advocatícios concedidos em razão de lei, sentença ou convenção.

II - auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas e privadas;

III - doações e legados;

IV - os rendimentos provenientes da aplicação financeira bem como o produto da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

V - quaisquer outras receitas que a ele possam ser legalmente incorporadas.

§1º - As receitas do Fundo não integram o percentual de receita municipal destinado à Procuradoria Jurídica do Município de Campo Verde previsto na Lei Orçamentária Anual.

§2º - Por se tratar de verba alimentar, não se admitirá a renúncia dos honorários sucumbenciais em caso de acordo judicial ou extrajudicial.

Art. 4º - As receitas do Fundo Especial da Procuradoria Jurídica do Município de Campo Verde (FEPJMCV) serão destinados exclusivamente aos Procuradores do Município, servidores que exerçam a função de Advogados Públicos do Poder Executivo e demais servidores que prestem serviços exclusivamente ligados à Procuradoria Jurídica.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria Jurídica do Município de Campo Verde (FEPJMCV) serão recolhidos em conta especial de estabelecimento da rede bancária, a ser denominada "PMCV –Honorários Advocatícios".

§1º - Os recursos a que se refere o presente artigo serão depositados mês a mês pelas respectivas Escrivanias do Foro competente para o julgamento das ações, ou pelos procuradores beneficiários dos respectivos alvarás judiciais.

§2º - Caso seja expedido alvará judicial em nome de qualquer Procurador Municipal, seu beneficiário providenciará o depósito total dessa quantia na conta específica no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da retirada do alvará judicial, sob pena de multa de 100% (cem por cento) do valor levantado, e demais acréscimos de juros e correções.

§3º - Os valores pagos administrativamente serão depositados diretamente na conta especial, mediante expedição de guia de recolhimento de débitos.

§4º - Até a abertura da conta que prevê este artigo, os recursos deverão ser recolhidos à conta bancária do Município de Campo Verde, sem prejuízo à destinação da verba, nos termos desta lei.

Art. 6º - Os valores apurados depositados na conta, a título de honorários serão geridos pelo Procurador Geral.

Art. 7º - Os honorários advocatícios serão rateados mensalmente entre o Procurador Geral, Procuradores do Município, servidores que exerçam a função de Advogados Públicos do Poder Executivo e demais servidores que prestem serviços exclusivamente ligados à Procuradoria Jurídica, nas seguintes proporções.

I – Procurador Geral, Procuradores Municipais e servidores que exerçam a função de Advogados Públicos: 70% (setenta por cento), rateados de forma equitativa;

II – demais Servidores: 20% (vinte por cento), rateados de forma igualitária;

III – Fundo de Reserva da Procuradoria: 10% (dez por cento).

§1º - A remuneração de cada beneficiário desta Lei, acrescidos dos honorários advocatícios, não poderão exceder o limite estabelecido no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§2º - No caso de existência de valor remanescente em razão do que prevê o parágrafo § 1º deste artigo, este valor será rateado na forma prevista pelo art. 7º nos meses subsequentes.

§3º - Os valores dos honorários não se incorporam aos vencimentos ou aos proventos de inatividade para qualquer efeito, não gerando direitos futuros.

§4º - Os valores acumulados a título de Fundo de Reserva da Procuradoria serão utilizados exclusivamente no pagamento de despesas relacionadas às atribuições da Procuradoria Geral, entre as quais, a capacitação, o aperfeiçoamento, e habilitação profissional dos seus Procuradores e demais servidores, bem como custeio de gastos inerentes à contabilidade do

Fundo, dentro dos parâmetros de rateio estabelecido no Art. 7º, mediante requisição firmada pelo Procurador Geral.

Art. 8º - O setor de Contabilidade informará mensalmente, até o dia 10 de cada mês, ao Procurador Geral do Município, os valores individuais e totais que deverão ser repassados a título de honorários advocatícios a cada um dos beneficiários.

§1º - Os honorários advocatícios a serem recebidos administrativamente deverão obedecer à ordem de 10% sobre o valor total e atualizado da execução fiscal a que se referirem, devendo a Secretaria da Fazenda informar ao Procurador Geral, mensalmente, o montante dos honorários de sucumbência recebidos pela via administrativa.

§2º - A Secretaria Municipal de Administração consignará os valores dos honorários na folha de pagamento dos beneficiários, sob a rubrica "honorários advocatícios".

§3º - A parcela de honorários de sucumbência, a que tiver direito cada Procurador, Advogado ou servidor, será incluída na folha de pagamento do mês subseqüente ao de sua arrecadação pelo Município.

Art. 9º - Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria Jurídica Município de Campo Verde (FEPJMCV) serão aplicados exclusivamente para os fins previstos no art. 7º desta Lei.

Parágrafo Único - O saldo positivo existente no Fundo no final do exercício será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 10 - Caberá à Procuradoria Geral do Município regulamentar os procedimentos internos necessários à organização, estruturação, aplicação e funcionamento do Fundo e aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas.

Art. 11 - O Procurador, Advogado Público ou servidor que se considerar prejudicado no rateio ou repasse de honorários, formalizará reclamação ao Procurador Geral, de cuja decisão caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 10 de Março de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 017/2016
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o n. 017/2016, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de selecionar propostas para a**quisição de material específico para pavimentação asfáltica do tipo CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado Quente), para execução dos serviços de tapa buracos das principais vias de rolagem do centro urbano**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia 28/03/2016, às 14h00 (quatorze) horas do horário local, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone/fax (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 10 de março de 2016.

Michelle C. Almeida Silva

Pregoeira Oficial

Decreto nº. 010/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO “SRP” N. 018/2016

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob o n. 018/2016, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de selecionar propostas objetivando futuras e eventuais aquisições de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos disponíveis no endereço: www.bll.org.br “Acesso Identificado no link - licitações”. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 23/03/2016, às 09h00 (nove) horas do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 10 de Março de 2016.

Michelle Cristine de Almeida Silva

Pregoeira Oficial

Decreto nº. 010/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2016
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o n. 016/2016, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de selecionar propostas para **futuras aquisições de emulsão asfáltica do tipo CM-30 E RR-2C**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia 28/03/2016, às 08h00 (oito) horas do horário local, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone/fax (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 10 de março de 2016.

Michelle C. Almeida Silva

Pregoeira Oficial

Decreto nº. 010/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 575/2015, torna público a ***Contratação de empresa para realização de concurso público para o preenchimento de vagas do Município de Canarana-MT*, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **24/03/2016 às 08h30min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será re-

gido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.**Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente,** por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 11 de Março de 2016.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 026/2016

Processo Seletivo Simplificado 001/2015

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Teste Seletivo Simplificado homologado pelo decreto n° 2595/2015 de 15/12/2015. RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
SANDRA PEREIRA LIMA	TECNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	Edital 001/2015
MARIA ALVES DA SILVA	TECNICA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	Edital 001/2015
SUELLEN YUMI INOVE	TECNICA ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL	Edital 001/2015
SAMUEL GOLDONI	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	Edital 001/2015

Os candidatos convocados terão 05 (cinco) dias uteis contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 10 de março de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DO DECRETO 2625/2016

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS Nº 2625, DIA 08/03/2016, E NO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS – AMM DIA 08/03/2016 Nº 2.430

Onde se lê:

De 18 de Maio de 2016

Leia-se:

De 04 de Março de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 575/2015, torna público a ***Contratação de empresa para realização de concurso público para o preenchimento de vagas do Município de Canarana-MT*, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **24/03/2016 às 08h30min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.**Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente,** por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 11 de Março de 2016.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INFORMATIVOS SUPLETIVOS QUE FAZEM ENTRE SI INFOJURIS – INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME

CONTRATO ADMINISTRATIVO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INFORMATIVOS SUPLETIVOS QUE FAZEM ENTRE SI INFOJURIS – INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME

Nº001/2016

Por este instrumento de Contrato Administrativo de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INFORMATIVOS SUPLETIVOS QUE FAZEM ENTRE SI INFOJURIS – INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME,** aquisição esta que fazem as partes, de um lado, como CONTRATANTE, MUNICÍPIO DE CARLINDA - MT, inscritano CNPJ/MF sob o nº. 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves s/nº , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Srº**GERALDO RIBEIRO DE SOUZA** – Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 0325037-7 SSP/PR e CPF/MFn.º 284.335.561-34, residente e domiciliado na Rua Fortaleza 633, na cidade de Carlinda/MT; e de Outro lado a CONTRATADA, **INFOJURIS – INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME**, CNPJ: ***06.097.099/0001-78***, com sede na Rua Hildebrando de Araújo, n° 663, Jardim Botânico, em Curitiba - PR, neste ato representado pela Socia Administrativa **GISLENE DE SOUZA,** brasileira, solteira, empresária residente e domiciliada à Rua Hideraldo de Araújo nº.663, casa, Bairro Jardim Botânico, CEP:80.210-260, CURITIBA - PR, portadora da CI/RG n.º 8126983-1 SSP/PR e inscrita no CPF/MF n.º 037.201.169-13, nascida aos 26 dias do mês de abril do ano de 1983, nos termos do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, têm entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A contratada obriga-se a prestar os Serviços de Execução **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INFORMATIVOS SUPLETIVOS QUE FAZEM ENTRE SI INFOJURIS – INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME,** procede à leitura das publicações divulgadas no Diário eletrônico Diário da Justiça do Estado do Mato Grosso, Tribunal de Contas e Diário da Justiça da União, nominativas ao **aderente** e as envia ao(s) e-mail(s) do Contratante diariamente até às 12:00 horas (horário de Brasília) da manhã do dia da publicação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente contratação se dá em regime de prestação de serviços sem vínculo empregatício, por regime de preço global, conforme Art. 6º, inc. III, alínea “a” da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Fica estipulado entre as partes que o valor global dos serviços prestados, objeto deste Contrato, será na importância total de ***R$2.200,00 (Dois mil e duzentos reais).***

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço fixado na cláusula anterior será pago em parcela única com vencimento para o dia 20 do mês subseqüente, **20/04/2016**.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O contrato poderá ser reajustado de acordo com o índice do INPC, ou outro índice, que venha ser implantado pelo Governo Federal, conforme acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura à **31 de Dezembro de 2016**, ficando a CONTRATADA, mesmo após o encerramento do presente contrato, com a responsabilidade técnica sobre o período contratual, é obrigada à efetuar todos os fechamentos e serviços referentes ao período de vigência do presente termo, podendo ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos termos da legislação pertinentes e contratos públicos, bem como podendo ser renovado, mediante Termo Aditivo, assinado entre as partes, dentro das limitações previstas na Lei n. 8.666/93. Art. 65,se houverem razões de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA SÉTIMA -DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programas previstos para o corrente exercício, na classificação:

46-04.001.04.123.0008.2020.339039.00.00.00 - R$2.200,00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica- Divulgação e Publicação Atos Oficiais do Executivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A Contratada coloca como responsável técnico, o Sr(ª). **GISLENE DE SOUZA**, responsável pela assinatura como Profissional Técnica Habilitada, e outros documentos que se fizerem necessários durante a vigência do presente Termo, relativos às atividades da CONTRATANTE: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INFORMATIVOS SUPLETIVOS QUE FAZEM ENTRE SI INFOJURIS – INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME,** procede à leitura das publicações divulgadas no Diário eletrônico Diário da Justiça do Estado do Mato Grosso, Tribunal de Contas e Diário da Justiça da União, nominativas ao **aderente** e as envia ao(s) e-mail(s) do Contratante diariamente até às 12:00 horas (horário de Brasília) da manhã do dia da publicação***".***

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as conseqüências de:

a) sua negligência, imperícia ou imprudência;

b) imperfeição e/ou incorreção nos serviços realizados, mesmo após o término do presente contrato, obedecendo às disposições constantes da Legislação que rege a presente contratação;

c) todos os encargos financeiros, previdenciários e tributários decorrentes desta prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - **DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS**

Fica atribuída a **CONTRATADA** em caso de não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente instrumento as seguintes penalidades:

Parágrafo Primeiro - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso seu objeto não seja realizado, ou deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido por Leis e Regulamentos, as obrigações assumidas.

Parágrafo Segundo - Suspensão de direito de celebrar contrato com o Governo deste Município e seus órgãos centralizados pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DA RESCISÃO DO CONTRATO

Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 55 e Art. 58, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e seus complementos, ficam conferidos à CONTRATANTE as seguintes prerrogativas para a rescisão unilateral do presente instrumento, independente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

a) - no caso de dolo, simulação ou fraude na prestação dos serviços;

b) - inobservância das normas, leis e diretrizes que regem a presente contratação e os serviços a serem prestados pela Contratada;

c) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;

d) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;

e) - a lentidão de seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços nos prazos estipulados;

f) - a paralisação na prestação na prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

g) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exarados no Processo Administrativo a que se refere o contrato;

h) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução do presente contrato;

i) - por iniciativa das partes, mediante notificação por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias, desde que todos os compromissos assumidos estejam cumpridos até tal data.

Foram apresentadas as certidões obrigatórias exigidas por Lei conforme abaixo:

CERTIDÃO	DATA DE EMISSÃO	VALIDADE	Nº. DA CERTIDÃO
FGTS	08/01/2016	06/02/2012	2016010803340905823570
INSS	20/01/2016	18/07/2016	5f6fcd08efe81575

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 77, da Lei Federal 8.666/93, e assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa acarretar, além do pagamento da multa contratual estabelecida neste termo, e as demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para exercer suas atividades profissionais, se responsabilizando integralmente por esta informação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –Este contrato obedecerá as determinações da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8883/94 e demais disposições aplicáveis quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o ALTA FLORESTA - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e seus sucessores, em 3 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 2 (duas) testemunhas.

Carlinda - MT; 01 de março de 2016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

INFOJURIS – INFORMAÇÕES JURÍDICAS LTDA – ME

CNPJ 06.097.099/0001-78

CONTRATADA

Testemunhas:

_____

CPF: CPF:

_____

Fiscal do Contrato

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 87/2016.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO manifestação da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Alta Floresta, extraída dos autos de nº 5357-69.811.0007, cod: 117255, que tramita pela 2ª Vara Cível da Comarca de Alta Floresta, requisitando providências para instauração de Processo Administrativo relativos a fatos ocorridos nas dependências do Conselho Tutelar,

CONSIDERANDO Ofício nº105/2016/SMAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando instauração de processo administrativo,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO, com a finalidade de apurar fatos indicados pelo Ministério Público Estadual relativos ao ofício de n.º 105/2016/SMAS, indicando para constituir a Comissão Processante os servidores, quais sejam, MARIO TOSHIO KAMAZAKI, VALTER FIGUEIRA e ROSANA DIAS SOARES, sob a presidência do primeiro indicado.

Art. 2º - Dispensar os Servidores ora designados de suas atividades funcionais apenas nos horários de trabalho de coleta de provas e para elaboração de relatório final.

Art. 3º - A presente Comissão ficará vinculada à Secretaria de Administração.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT,

Em, 03 de março de 2016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEI MUNICIPAL N.º 0806/2016

LEI N.º 806/2016.

Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção das Regras de Acessibilidade das Pessoas que Especifica, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos das Leis Federais n.ºs 10.048.2000 e 10.098/2000, regulamentadas pelo Decreto Federal n.º 5.296/2004, e do Decreto Legislativo n.º 186/2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.

Art. 2.º Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições desta Lei, sempre que houver interação com a matéria nela normatizada:

I - a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva; e

II - a outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza.

Art. 3.º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e as organizações representativas de pessoas com deficiência terão legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA ACESSIBILIDADE

Art. 4.º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - acessível: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa;

III - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação; e

e) barreiras atitudinais.

IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, ao saneamento, à distribuição de energia elétrica, à iluminação pública, ao abastecimento e à distribuição de água, ao paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI - ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

VII - edificações de uso público: aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral;

VIII - edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recrea-

tiva, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;

IX - edificações de uso privado: aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar;

X - desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou nas soluções que compõem a acessibilidade; e

XI - normas técnicas: toda normatização desenvolvida e consolidada pela ABNT.

Art. 5.º A formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações; e,

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

CAPÍTULO III

DA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Seção I

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6.º A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos no Município devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas nesta Lei.

Art. 7.º A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1.º Para a aprovação, licenciamento ou a emissão de certificado de conclusão de projeto arquitetônico ou urbanístico pelo Município deverá ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e nesta Lei.

§ 2.º O Poder Público, após certificar a acessibilidade da edificação ou serviço, determinará a colocação, em espaços ou locais de ampla visibilidade, do "Símbolo Internacional de Acesso", na forma prevista nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e na Lei Federal n.º 7.405/1985.

Art. 8.º Em qualquer intervenção nas vias e logradouros públicos, o Poder Público e as empresas concessionárias responsáveis pela execução das obras e dos serviços garantirão o livre trânsito e a circulação de forma segura das pessoas em geral, especialmente das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, durante e após a sua execução, de acordo com o previsto em normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e nesta Lei.

Art. 9.º Orientam-se, no que couber, pelas regras previstas nas normas técnicas brasileiras de acessibilidade, observado o disposto na Lei Federal n.º 10.257/2001, e nesta Lei:

I - o Plano Diretor elaborado ou atualizados a partir da publicação desta Lei;

II - o Código de Obras, o Código de Posturas, a Lei de Parcelamento do Solo, a Lei do Sistema Viário e a Lei de Uso e Ocupação do Solo;

III - os estudos prévios de impacto de vizinhança;

IV - as atividades de fiscalização e a imposição de sanções, incluindo a vigilância sanitária e ambiental; e

V - a previsão orçamentária e os mecanismos tributários e financeiros utilizados em caráter compensatório ou de incentivo.

§ 1.º Para concessão de alvará de funcionamento ou sua renovação para qualquer atividade, devem ser observadas e certificadas as regras de acessibilidade previstas nesta Lei, nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e nos princípios do desenho universal.

§ 2.º Para emissão do habite-se ou habilitação equivalente e para sua renovação, quando esta tiver sido emitida anteriormente às exigências de acessibilidade contidas na legislação específica, devem ser observadas e certificadas as regras de acessibilidade previstas nesta Lei, nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e os princípios do desenho universal.

Seção II

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 10. Na promoção da acessibilidade serão observadas as regras gerais previstas nesta Lei, complementadas pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, pelos princípios do desenho universal e pelas disposições contidas na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

Art. 11. No planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e princípios do desenho universal.

§ 1.º Incluem-se na condição estabelecida no *caput:*

I - a construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas;

II - o rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível;

III - a instalação de piso tátil direcional e de alerta cromo diferenciado; e

IV – a colocação de faixas de travessia;

§ 2.º Nos casos de adaptação de bens culturais imóveis e de intervenção para regularização urbanística em áreas de assentamentos subnormais, será admitida, em caráter excepcional, faixa de largura menor que o estabelecido nas normas técnicas citadas no caput, desde que haja justificativa baseada em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível.

Art. 12. As características do desenho e a instalação do mobiliário urbano devem garantir a aproximação segura e o uso por pessoa com deficiência visual, intelectual ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas com deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras, atendendo às condições estabelecidas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e nos princípios do desenho universal.

§ 1.º Incluem-se nas condições estabelecidas no *caput*:

I - as marquises, os toldos, elementos de sinalização, luminosos e outros elementos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação de pedestres;

II - as cabines telefônicas e os terminais de autoatendimento de produtos e serviços;

III - os telefones públicos sem cabine;

IV - a instalação das aberturas, das botoeiras, dos comandos e outros sistemas de acionamento do mobiliário urbano;

V - os demais elementos do mobiliário urbano;

VI - o uso do solo urbano para posteamento; e

VII - as espécies vegetais que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação de pedestres.

§ 2.º As botoeiras e os demais sistemas de acionamento dos terminais de autoatendimento de produtos e serviços e outros equipamentos em que haja interação com o público devem estar localizados em altura que possibilite o manuseio por pessoas em cadeira de rodas e possuir mecanismos para utilização autônoma por pessoas com deficiência visual e auditiva,

conforme padrões estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Art. 13. Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoa com deficiência visual ou com mobilidade reduzida em todos os locais onde a intensidade do fluxo de veículos, de pessoas ou a periculosidade na via assim determinarem, bem como mediante solicitação dos interessados.

Art. 14. A construção de edificações de uso privado multifamiliar e a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso coletivo devem atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT e dos princípios do desenho universal.

Parágrafo Único. Também estão sujeitos ao disposto no *caput* os acessos, piscinas, andares de recreação, salão de festas e reuniões, saunas e banheiros, quadras esportivas, portarias, estacionamentos e garagens, entre outras partes das áreas internas ou externas de uso comum das edificações de uso privado multifamiliar e das de uso coletivo.

Art. 15. A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos principais ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade.

§ 1.º As edificações de uso público já existentes deverão garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2.º Sempre que houver viabilidade arquitetônica, o Poder Público buscará garantir dotação orçamentária para ampliar o número de acessos nas edificações de uso público a serem construídas, ampliadas ou reformadas.

Art. 16. Na ampliação ou reforma das edificações de uso púbico ou de uso coletivo, os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Art. 17. Os balcões de atendimento e as bilheterias em edificação de uso público ou de uso coletivo devem dispor de, pelo menos, uma parte da superfície acessível para atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Parágrafo Único. No caso do exercício do direito de voto, as urnas das seções eleitorais devem ser adequadas ao uso com autonomia pelas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e estarem instaladas em local de votação plenamente acessível e com estacionamento próximo.

Art. 18. A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo devem dispor de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 1.º Nas edificações de uso público e coletivo a serem construídas, os sanitários destinados ao uso por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 2.º As edificações de uso público já existentes terão de garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 3.º Nas edificações de uso coletivo a serem construídas, ampliadas ou reformadas, onde devem existir banheiros de uso público, os sanitários destinados ao uso por pessoa com deficiência deverão ter entrada independente dos demais e obedecer às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 4.º Nas edificações de uso coletivo já existentes, onde haja banheiros destinados ao uso público, os sanitários preparados para o uso por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida deverão estar localizados nos pavimentos acessíveis, ter entrada independente dos demais sanitários, se houver, e obedecer às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Art. 19. Os teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferência e eventos públicos, reservarão, pelo menos, dois por cento da lotação do estabelecimento para pessoas em cadeiras de rodas distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de públicos e a obstrução de saídas, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 1.º Nas edificações previstas no *caput*, é obrigatória, ainda, a destinação de dois por cento dos assentos para acomodação de pessoas com deficiência visual e de pessoas com mobilidade reduzida, incluindo obesos, em locais de boa recepção de mensagens sonoras, devendo todos ser devidamente sinalizados e estar de acordo com os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 2.º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, estes poderão, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas que não sejam deficientes ou que não tenham mobilidade reduzida.

§ 3.º Os espaços e assentos a que se refere este artigo deverão situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, um acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com as normas da ABNT.

§ 4.º Nos locais referidos no caput, haverá, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a fim de permitir a saída segura de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

§ 5.º As áreas de acesso aos artistas, tais como coxias e camarins, também devem ser acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 6.º Para obtenção de financiamentos federal, estadual, municipal ou outros de qualquer natureza, as salas de espetáculo deverão dispor de sistema de sonorização assistida para pessoas com deficiência auditiva, de meios eletrônicos que permitam o acompanhamento por meio de legendas em tempo real ou de disposições especiais para a presença física de intérprete de Libras e de guias intérpretes, com a projeção em tela da imagem do intérprete de Libras sempre que a distância não permitir sua visualização direta.

§ 7.º O sistema de sonorização assistida a que se refere o § 6.º será sinalizado por meio do pictograma aprovado pela Lei Federal n.º 8.160/1991.

§ 8.º As edificações de uso público e de uso coletivo referidas no *caput*, já existentes, têm que garantir a acessibilidade de que trata os §§ 1.º a 5.º.

Art. 20. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários, de acordo com as normas da ABNT e os princípios do desenho universal.

§ 1.º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e nesta Lei;

II - coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados com deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas (Libras, Braille e outras) que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e,

III - seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados com deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

§ 2.º As edificações de uso público e de uso coletivo referidas no *caput*, já existentes, têm que garantir a acessibilidade de que trata este artigo.

Art. 21. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência física ou visual definidas nesta Lei, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e nos princípios do desenho universal.

§ 1.º Os veículos estacionados nas vagas reservadas deverão portar identificação a ser colocada em local de ampla visibilidade, confeccionado e fornecido pelos órgãos de trânsito, que disciplinarão sobre suas características e condições de uso, observando o disposto na Lei Federal n.º 7. 405/1985.

§ 2.º Os casos de inobservância do disposto no § 1.º estarão sujeitos às sanções estabelecidas pelos órgãos competentes.

§ 3.º Aplica-se o disposto no *caput* aos estacionamentos localizados em áreas públicas e de uso coletivo.

§ 4.º A utilização das vagas reservadas por veículos que não estejam transportando as pessoas citadas no *caput* constitui infração ao art. 181, inciso XVII, da Lei Federal n.º 9.503/1997.

Art. 22. Nas edificações de uso público ou de uso coletivo é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Art. 23. A instalação de novos elevadores ou sua adaptação em edificações de uso público ou de uso coletivo, bem como a instalação em edificação de uso privado multifamiliar a ser construída, na qual haja obrigatoriedade da presença de elevadores, deve atender aos padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 1.º No caso da instalação de elevadores novos ou da troca dos já existentes, qualquer que seja o número de elevadores da edificação de uso público ou de uso coletivo, pelo menos um deles terá cabine que permita o acesso e a movimentação cômoda de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com o que especifica as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 2.º Junto às botoeiras externas do elevador, deverá estar sinalizado em *Braille* em qual andar da edificação a pessoa se encontra, de acordo com as normas da ABNT.

§ 3.º Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento, além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares e daquelas que estejam obrigadas à instalação de elevadores pela legislação municipal, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de equipamento eletromecânico de deslocamento vertical para uso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com as normas da ABNT.

§ 4.º As especificações técnicas a que se refere o § 3.º, deste artigo, devem atender:

I - a indicação em planta aprovada pelo poder Público Municipal do local reservado para a instalação do equipamento eletromecânico, devidamente assinada pelo autor do projeto;

II - a indicação da opção pelo tipo de equipamento (elevador, esteira, plataforma ou similar);

III - a indicação das dimensões internas e dos demais aspectos da cabine do equipamento a ser instalado;

IV - as demais especificações em nota na própria planta, tais como a existência e as medidas de botoeira, espelho, informação de voz, bem como a garantia de responsabilidade técnica de que a estrutura da edificação suporta a implantação do equipamento escolhido; e,

V - as normas da ABNT, os princípios do desenho universal e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Seção III

DA ACESSIBILIDADE NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 24. Na habitação de interesse social deverão ser promovidas as seguintes ações para assegurar as condições de acessibilidade dos empreendimentos:

I - definição de projetos e adoção de tipologias construtivas livres de barreiras arquitetônicas e urbanísticas;

II - execução das unidades habitacionais acessíveis no piso térreo e acessíveis ou adaptáveis quando nos demais pisos, no caso de edificação multifamiliar;

III - execução das partes de uso comum, quando se tratar de edificação multifamiliar, conforme as normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

IV - elaboração de especificações técnicas de projeto que facilite a instalação de elevador adaptado para uso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; e

Seção IV

DA ACESSIBILIDADE AOS BENS CULTURAIS IMÓVEIS

Art. 25. As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa n.º 01/2003, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS

Art. 26. Para os fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, consideram-se como integrantes desses serviços os veículos, os terminais, as estações, os pontos de parada, as vias públicas, os acessos e operação.

Art. 27. Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas, obedecidas as normas da ABNT.

Parágrafo Único. A infraestrutura de transporte coletivo a ser implantada a partir da publicação desta Lei deverá ser acessível e estar disponível para ser operada, de forma a garantir o seu uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 28. Os responsáveis pelos terminais, pelas estações, pelos pontos de parada e os veículos, no âmbito de suas competências, assegurarão espaços para atendimento, assentos preferenciais e meios de acesso devidamente sinalizados para o uso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme as normas técnicas da ABNT.

Art. 29. As empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, no âmbito de suas competências, deverão garantir a implantação das pro-

vidências necessárias na operação, nos terminais, nas estações, nos pontos de parada e nas vias de acesso, de forma a assegurar as condições previstas no art. 27, desta Lei.

Parágrafo Único. As empresas concessionárias e permissionárias e as instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos, no âmbito de suas competências, deverão autorizar a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" após certificar a acessibilidade do sistema de transporte.

Art. 30. Cabe às empresas concessionárias e permissionárias e às instâncias públicas responsáveis pela gestão dos serviços de transportes coletivos assegurar a qualificação dos profissionais que trabalham nesses serviços, para que prestem atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI

O ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

Art. 31. No prazo de até doze meses a contar da data de publicação desta Lei será obrigatória à acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública municipal na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas com deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.

Art. 32. O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de Libras, ledores, guias intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea.

CAPÍTULO VI

DAS AJUDAS TÉCNICAS

Art. 33. Para os fins desta Lei, consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

Parágrafo Único. Para os fins desta Lei, os cães-guia e os cães-guia de acompanhamento são considerados ajudas técnicas.

CAPÍTULO VII

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE

Art. 34. O Programa Municipal de Acessibilidade será regulamentado por Decreto do Poder Executivo e integrará os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, devendo desenvolver as seguintes ações:

I - apoio e promoção de capacitação e especialização de recursos humanos em acessibilidade e ajudas técnicas;

II - acompanhamento e aperfeiçoamento da legislação sobre acessibilidade;

III - edição, publicação e distribuição de títulos referentes à temática da acessibilidade;

IV - cooperação com a União e o Estado para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre a situação da acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte, comunicação e informação;

V - apoio e realização de campanhas informativas e educativas sobre acessibilidade;

VI - promoção de concursos regionais e nacionais sobre a temática da acessibilidade;

VII - estudos e proposição da criação e normatização do Selo Municipal de Acessibilidade, em conformidade com as normas técnicas específicas vigentes; e,

VIII - criação de fórum para pesquisa e aplicabilidade desta Lei e da legislação pertinente, especialmente em situações onde se requeira adaptações e/ou reformas.

CAPÍTULO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 35. A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá ao Poder Executivo Municipal, na forma prevista em regulamento.

Art. 36. As violações às obrigações previstas nesta Lei sujeitarão o infrator à pena de multa no valor de 20 (vinte) Unidades Fiscal Municipal – UFMs por infração, na forma prevista em regulamento, dobrada no caso de reincidência.

Parágrafo Único. A multa não é substitutiva da obrigação, que remanescerá mesmo após o pagamento da pena pecuniária.

Art. 37. A multa prevista neste Capítulo passará a incidir a partir de 01 (um) ano após a publicação desta Lei, prazo em que todas as Edificações de Uso Público ou Coletivo deverão adequar-se as disposições da presente Lei.

Art. 38. Os recursos provenientes das multas serão destinados ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. A execução do planejamento urbano, os projetos de revitalização, recuperação ou reabilitação urbana incluirão ações destinadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, nos transportes e na comunicação e informação devidamente adequada às exigências desta Lei.

Parágrafo Único. O planejamento e a urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão privilegiar os pedestres em relação aos veículos automotores.

Art. 40. As Normatizações, Regulamentos Técnicos, Decretos, Portarias e Instruções Normativas, entre outras, constantes na legislação federais e estaduais, pertinentes às regras de acessibilidade, serão utilizadas para efeitos de interpretação das disposições da presente Lei.

Art. 41. As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, observando o disposto nos arts. 43 e **46,** da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 42. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto caso necessário, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 43. **Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários à implementação desta** Lei.

Art. 44. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 08 de março de 2015.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 0804/2016

Lei Municipal n.º 804/2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a Abrir Crédito Especial no Orçamento Programa do Exercício de 2016, até o Valor de R$ 7.800.000,00 (Sete Milhões e Oitocentos Mil Reais), e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, autorizado Abrir Crédito Especial na Lei Municipal n.º 792/2015 de 29/09/2015 que trata do Orçamento Programa do Município de Castanheira para o Exercício de 2016, conforme relacionado abaixo:

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0013.1064	Construção de Creche	
449051000000	Obras e Instalações	2.100.000,00
	TOTAL	2.100.000,00

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0013.1071	Construção de Escolas Municipais	
449051000000	Obras e Instalações	580.000,00
	TOTAL	580.000,00

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E URBANISMO	
09.002	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS	
26.782.0027.1073	Construção de Pontes de Concreto	
449051000000	Obras e Instalações	5.120.000,00
	TOTAL	5.120.000,00

Art. 2.º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de anulação de Dotações e Excesso de Arrecadação.

Art. 3.º - Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira(MT), em 08 de março de 2016.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 0800/2016

LEI COMPLEMENTAR N.º 800/2016.

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos e Subsídios dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, a teor do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, para o Exercício Financeiro de 2016, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar**:**

Art. 1.º Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, fica concedido a título de Revisão Geral Anual o percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, no montante de 11,27% (onze vírgula vinte e sete pontos percentuais), a incidir sobre os vencimentos e/ou subsídios dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, retroativo a 1.º (primeiro) de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único. O percentual que trata o *caput* do presente artigo, não se aplica:

I - aos vencimentos dos cargos que já foram reajustados por força do Decreto do Executivo que **dispõe sobre os efeitos do Salário Mínimo Federal, a partir de 1.º (primeiro) de janeiro de 2016, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo de Castanheira -MT.**

II - às pensões e aos proventos dos inativos, objeto de reajustes por força do Decreto do Executivo que dispõe sobre a adequação do salário mínimo a partir de 1.º (primeiro) de janeiro de 2016, para efeitos dos benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Castanheira/MT – CASTPREV, e, do Decreto do Executivo que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Castanheira/MT – CASTPREV.

Art. 2.º Processada a Revisão Geral Anual de que trata à presente Lei Complementar, e verificado pelo Poder Executivo que algum servidor do Quadro dos Profissionais da Educação ficou com subsídio abaixo do Piso Nacional estabelecido por Lei Federal, deverá ser pago para o servidor a diferença apurada a menor, devendo ser consignada a diferença apurada nas Tabelas de subsídio, por ocasião da publicação do Decreto do Executivo que trata o art. 3.º, da presente Lei Complementar.

Art. 3.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar, se necessário, por Decreto do Executivo, bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 4.º As despesas oriundas da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. **43** e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de mar-

ço de **1964, e** respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de **2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 5.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de **2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 6.º Por disposição expressa do art. 73, inciso VIII, da Lei Federal n.º 9. 504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, fica vedada a aplicação do art. 1.º, caso a presente Lei Complementar seja promulgada depois do início do prazo estabelecido no art. 7.º, do mesmo Diploma Legal acima citado.

Art. 7.º A Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira e o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro, exigidos pelos incisos I e II, do art. 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) constantes, respectivamente, dos ANEXOS I e II, da presente Lei Complementar, que passam dessa a fazer parte integrante.

Art. 8.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira -MT, 16 de fevereiro de 2016.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 0805/2016

LEI N.º 805/2016.

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criada na Estrutura Administrativa do Poder Executivo a Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira -MT, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo, como canal de gestão estratégica e participativa.

§ 1.º A Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT, criada pela presente Lei, terá como objetivo a proteção, a defesa e a melhoria da qualidade de atendimento ao cidadão-usuário dos serviços públicos de saúde.

§ 2.º Para facilitar a utilização do nome da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT pelos cidadãos-usuários, poderá ser utilizado à nomenclatura de “OUVIDORIA DO SUS MUNICIPAL”.

Art. 2.º Compete à Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira -MT:

I - receber, analisar, monitorar, avaliar e controlar, denúncias, reclamações, sugestões e elogios dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Sistema Único de Saúde - SUS em suas respectivas unidades (desconcentrado, hospitais, ou coordenadorias);

II - propor e acompanhar a adoção de medidas para prevenção e correção de falhas e omissões de agente público responsável pela prestação do serviço nas Unidades de Saúde;

III - contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Secretaria Municipal de Saúde;

IV - encaminhar as demandas recebidas, conforme o inciso I, do presente artigo, aos setores competentes para atendimento, quando houver necessidade, dentro dos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência, no cumprimento da ética na administração pública.

Art. 3.º São atribuições do servidor designado como Ouvidor do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT, entre outras dispostas no Regimento Interno:

I - receber as reclamações, elogios, sugestões, solicitações, informações e responder com respeito, agilidade e eficiência;

II - exercer as funções pautadas nos interesses da Ouvidoria, com independência, autonomia sem qualquer ingerência político-partidária a fim de garantir os direitos dos cidadãos-usuários e do serviço público;

III - solicitar informações, documentos e materiais impressos, didáticos e técnicos, aos órgãos, entidades públicas e privadas, relativos à ouvidoria;

IV - analisar as causas das falhas no serviço público e propor as mudanças viáveis e coerentes para melhoria da qualidade dos serviços;

V - resguardar sigilo das ações demandadas pelo cidadão-usuário e pelos superiores;

VI - manter informações atualizadas e sistematizar todos os dados que originaram as informações, indicadores;

VII - elaborar relatórios periódicos aos órgãos superiores;

VIII - atuar em parceria com outros servidores e órgãos públicos;

IX - fomentar a participação do usuário na fiscalização e planejamento dos serviços públicos;

X - divulgar as ações e finalidade da Ouvidoria;

XI - criar permanentemente estratégias que facilitem o acesso do cidadão aos serviços de saúde e à Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT;

XII - agir com integridade, ética, eficiência, imparcialidade, transparência e justiça; e,

XIII - atuar em conformidade com as disposições do Regimento Interno, da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT.

Parágrafo Único. O Regimento Interno da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT será elaborado por uma Comissão Interdisciplinar nomeada por Portaria do Prefeito Municipal e aprovado por Decreto do Executivo.

Art. 4.º O Ouvidor do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT será designado por Portaria do Prefeito Municipal, podendo as atribuições do Ouvidor de Gestão ser desempenhadas, caso necessário, pelo servidor designado como Ouvidor do Poder Executivo.

Art. 5.º A Ouvidoria do Sistema Único de Saúde - SUS Municipal de Castanheira-MT poderá ser implantada e instalada no mesmo espaço físico da Ouvidoria do Poder Executivo.

Art. 6.º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. **43** e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de **1964, e** respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de **2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 7.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de **2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 8.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, se necessário, por Decreto do Executivo, bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 08 de março de 2016.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Presidente da CPL torna público que fará licitação **CHAMADA PÚBLICA n.º 01/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR** para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 01º/04/2016 às 09:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521 pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com, ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **11** de **março** de **2016**.

ALTAMIRO CANDIDO DA SILVA

Presidente da CPL

LEI MUNICIPAL N.º 803/2016

Lei Municipal n.º 803/2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a Abrir Crédito Especial no Orçamento Programa do Exercício de 2016, até o Valor de R$ 230.000,00 (Duzentos e Trinta Mil Reais), e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, autorizado Abrir Crédito Especial na Lei Municipal n.º 792/2015 de 29/09/2015 que trata do Orçamento Programa do Município de Castanheira para o Exercício de 2016, conforme relacionado abaixo:

07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0019.1074	Aquisição de Veículos e Equipamentos Permanentes	
449052000000	Equipamentos e Material Permanentes	130.000,00
	TOTAL	130.000,00

07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.305.0022.1075	Aquisição de Veículos e Equipamentos Permanentes	
449052000000	Equipamentos e Material Permanentes	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 2.º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de anulação de Dotações e Excesso de Arrecadação e/ou Excesso de Arrecadação.

Art. 3.º - Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira(MT), em 08 de março de 2016.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 802/2016

LEI COMPLEMENTAR N°. 802/2016.

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos dos **Servidores Públicos Municipal da Câmara de Vereadores do Município de Castanheira -MT** para o exercício de 2016, observado ainda, o que dispõe o art. 37, inciso X, da constituição federal, e fixa o seu termo inicial, e da outras providências**.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, fica concedido a título de Revisão Geral Anual o percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, no montante de 11,27% (onze vírgula vinte e sete pontos percentuais), a incidir sobre os vencimentos dos Servidores Públicos Municipal da Câmara de Vereadores do Município de Castanheira -MT, a partir de 1.º (primeiro) de janeiro de 2016.

Art. 2.Ficam igualmente revisadas e reajustadas às pensões e os proventos dos inativos, no mesmo índice e data estabelecidos no art. 1.º, da presente Lei Complementar, observada a legislação de regência.

Art. 3.º As alterações nas Tabelas de vencimentos e subsídios dos ANEXOS da Lei Complementar Municipal n.º 718/2013, serão levadas a efeito por Decreto do Legislativo.

Art. 4.º Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar, se necessário, por Decreto do Legislativo, bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 5.º As despesas oriundas da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo ou do Legislativo Municipal autorizados a suplementá-las, caso

necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e **46,** da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 7.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 1.º (primeiro) de janeiro de 2016.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira -MT, 16 de fevereiro de 2016.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
DECRETO N.º 15 DE MARÇO DE 2016

DECRETO N.º 15 DE MARÇO DE 2016

PRORROGAÇÃO DO DECRETO Nº 003/2016 QUE REGULAMENTA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS NO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, Sr. **Lisú Koberstain**, no uso das suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º - O **Prazo** para pagamento das Taxas para expedição de Alvarás de Localização e Funcionamento dos estabelecimentos localizados no Município de Chapada dos Guimarães para o exercício de 2016 fica prorrogado a data de 30 de abril de 2016.

§ 1º - Após a data supracitada, haverá incidência de multa, juros, e atualização monetária, nos termos da Lei Complementar nº 032/2007.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal, Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 08 de março de 2016.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
ELEIÇÃO SUPLEMENTAR

O Vereador JOAIR LARA DE SIQUEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de sua atribuições legais e regimentais;

CONVOCA os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, para eleição suplementar do cargo de **1º SECRETÁRIO**, junto à Mesa Diretora, em razão da vacância ocorrida por licença do titular Vereador FAGNER DE OLIVEIRA SAMPAIO PEREIRA, por período superior a 120 (cento e vinte) dias. A eleição suplementar será realizada na sessão ordinária do dia **11 de abril de 2016, às 19:00h**, no Plenário Vereador José de Souza Neves, aplicando-se os artigos 11 a 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal. A eleição suplementar constará da Ordem do Dia da sessão ordinária na data acima citada, com a seguinte designação:

1ª Eleição Suplementar para o preenchimento do cargo de 1º Secretário(a) da Mesa Diretora, para o término do biênio 2015-2016.

Os interessados em concorrer a eleição suplementar deverão observar o disposto no artigo 13 do Regimento Interno.

Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, 10 de março de 2016.

JOAIR LARA DE SIQUEIRA

Vereador Presidente

LICITAÇÃO
ERRATA AO CONTRATO Nº 123/2014

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, pecuarista, portador do documento de Identidade n.º 017219 SSP/MT portador do CPF n.º 173.391.621-00, residente e domiciliado na Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães /MT, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte errata:

ONDE SE LÊ:

CLAUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

339039000000/0119 – Outros Serviços de Terceiro- Pessoa Física

LEIA-SE:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade : 02117. Manutenção da Secretaria de Saúde

Conta de Despesa: 33.90.36 – Outros Serviços de Terceiro- Pessoa Física

Reduzido: 100050

Chapada dos Guimarães, 10 de Março de 2016

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 R.P

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 R. P

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE DUAS LINHAS DE PLAYGROUND PARA AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 10 de Março de 2016.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agente político, portador da CIC/RG sob o n.º 1047145-6 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 782.277.801-30, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **M L TRENTO MERCADO ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.356.823/0001-10 e Inscrição Estadual n.º. 13.493.866-6 estabelecida a Rua Santa Lucia, Quadra 06, Lote 02, bairro Habitar Brasil, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pela Srª. **Maira Luiza Trento**, portadora do CIRG n.º 7.620.814-0 SESP/PR e CPF n.º 030.042.889-82, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2016**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para a população carente do município, atendidas pela secretaria municipal de assistência social, conforme especificado no Termo de Referência e mencionado conforme abaixo:

ITEM I – 400 CESTAS BASICAS "TIPO I"

CÓD.	QTD	UND	PRODUTOS	VLR.UNT.	VLR. TOTAL	MARCA
01	2	PCT	AÇUCAR CRISTAL 2 KG	4,88	9,76	BARRALCOOL
02	2	PCT	ARROZ TIPO 1- 5 KG	14,12	28,24	DONA MARIA
03	1	UND	CREME DENTAL 50 GRS	1,65	1,65	SORRISO
04	1	UND	EXTRATO DE TOMATE 190 GRS	1,93	1,93	BONARE
05	2	PCT	FEIJÃO PRETO 1 KG	6,48	12,96	NOVO ESTADO
06	2	UND	OLEO DE SOJA 900 ML	4,26	8,52	CONCORDIA
07	1	PCT	FARINHA DE MANDIOCA 1 KG	4,82	4,82	MIKA
08	2	PCT	MACARRÃO ESPAGUETE 01 KG	6,66	13,32	GALO
09	1	PCT	SABÃO EM BARRA C/5 BARRAS	5,61	5,61	TOP
10	1	UND	SABONETE 90 GRS	2,14	2,14	FRANCIS
11	1	PCT	SAL 1 KG	1,40	1,40	ITA
12	1	PCT	FARINHA DE TRIGO 1 KG	3,43	3,43	BELARINA
13	1	PCT	FUBÁ 500 GRS	2,03	2,03	MIKA
14	2	UND	LEITE LONGA VIDA 1 LITRO	3,38	6,76	NENE
15	1	PCT	BISCOITO DOCE 400 GRS	3,78	3,78	DALLAS
			TOTAL		**106,35**	

Valor Unitário: R$ 106,35 (Cento e seis reais e trinta e cinco centavos)

Valor total 400 Cestas: R$ 42.540,00 (Quarenta e dois mil e quinhentos e quarenta reais).

ITEM 2 – 400 CESTAS BASICAS "TIPO II"

CÓD.	QTD	UND	PRODUTOS	VLR.UNT.	VLR. TOTAL	MARCA
01	1	PCT	AÇUCAR CRISTAL 2 KG	4,88	4,88	BARRALCOOL
02	1	PCT	ARROZ TIPO 1- 5 KG	14,12	14,12	DONA MARIA
03	1	UND	CREME DENTAL 50 GRS	1,65	1,65	SORRISO
04	1	UND	EXTRATO DE TOMATE 190 GRS	1,93	1,93	BONARE
05	1	PCT	FEIJÃO PRETO 1 KG	6,48	6,48	NOVO ESTADO
06	1	UND	OLEO DE SOJA 900 ML	4,26	4,26	CONCORDIA
07	1	PCT	FARINHA DE MANDIOCA 1 KG	4,82	4,82	MIKA
08	1	PCT	MACARRÃO ESPAGUETE 01 KG	6,66	6,66	GALO
09	1	PCT	SABÃO EM BARRA C/5 BARRAS	5,61	5,61	TOP
10	1	UND	SABONETE 90 GRS	2,14	2,14	FRANCIS
11	1	PCT	SAL 1 KG	1,40	1,40	ITA
12	1	PCT	FARINHA DE TRIGO 1 KG	3,43	3,43	BELARINA
13	1	PCT	FUBÁ 500 GRS	2,03	2,03	MIKA
14	1	UND	LEITE LONGA VIDA 1 LITRO	3,38	3,38	NENE
15	1	PCT	BISCOITO DOCE 400 GRS	3,78	3,78	DALLAS
			TOTAL		66,57	

Valor Unitário: R$ 66,57 (Sessenta e seis reais e cinqüenta e sete centavos).

Valor total 400 Cestas: R$ 26.628,00 (Vinte e seis mil e seiscentos e vinte e oito reais).

TOTAL: R$ 69.168,00 (Sessenta e nove mil e cento e sessenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 10/03/2016 até 09/03/2017.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2016.**

que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) solicitante(s), através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;

4.3 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Cláudia;

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - **Do Município:**

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. Apresente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2016**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2016** a proposta da empresa **M L TRENTO MERCADO ME** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 10 de Março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

M L TRENTO MERCADO ME

Maira Luiza Trento

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome: Shirley Yotzchetz

CPF: 018.905.239-25

_____

Nome: Everson Ceser Konzen

CPF: 945.010.251-15

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

A Câmara Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira nomeada pela Portaria 004/2016, mediante Termo de Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal de Cláudia/MT e Câmara Municipal de Cláudia/MT, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **PLC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS – LTDA** – CNPJ/MF 03.642.984/0001-00,sagrou-se vencedora do Processo de Licitação em referência, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULO DA CÂMARA MUNICIPAL.
Cláudia/MT, 10 de Março de 2016.

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

CANCELAMENTO

ESTAMOS CANCELANDO A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 145/2016, PUBLICADA NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO Nº 2. 431 DO DIA 09 DE MARÇO DE 2016 NA PÁG. 100.

COLÍDER-MT, 10 DE MARÇO DE 2016

NILSON JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 165/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 114/2016 que designou o servidor, SERGIO JACINTO DA SILVA, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de março de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 03 de março de 2016.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR SERGIO JACINTO DA SILVA, Agente Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto de Atenção a Saúde, DAS III, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de março de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 04 de março de 2016.

NILSON JOSE DOS SANTOS Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166/2016

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 04 de março de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-Mt., em 04 de março de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DECRETO Nº. 008/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 008/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

SUMULA*: Revoga o Decreto nº. 056/GP/2014, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 056/GP/2014, o qual nomeou o servidor público municipal Senhor MARCOS ANTONIO CECCON, ocupante do cargo de carreira de Professor Nível Superior, 20 Horas, para exercer a função de confiança como **DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL RAQUEL DE QUEIROZ, e** que recebeu sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **30% (trinta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 020/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 020/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

SUMULA*:* Nomeia o servidor público municipal, Senhor **Zacarias Antunes Magalhães** como **Vice-Diretor da Escola Municipal Bom Jesus,** e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o servidor público municipal Senhor ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES, Matricula nº. 000713, ocupante do cargo de carreira de Professor, Nível Superior, 40 Horas, para exercer a função de confiança como **VICE-DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS ,** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **25% (vinte e cinco por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 022/GP/2016, DE 12 JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 022/GP/2016, DE 12 JANEIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre complementação de vencimentos pelo cargo de Diretor Escolar, e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o artigo 4º. da Lei Municipal nº. 502/2011, ao profissional do magistério no exercício das funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar e Supervisor Pedagógico Escolar, terá como vencimento base, o vencimento de 40 (quarenta) horas semanais do nível e classe a que pertence dentro do quadro do magistério de Colniza, durante o período em que permanecer no cargo.

DECRETA:

Art. 1° - Fica complementado os vencimentos referente ao Cargo em exercício de **Diretora Escolar da Escola Municipal Coração de Jesus da Servidora Helenilda Augusto Silva,** matricula nº. 000666**,** equiparando a 40 horas semanais no nível e classe a que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério conforme Lei Municipal nº. 502/2011.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 12 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 12/01/2016 a 12/02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 002/2016

VALIDADE: 10 (dez) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, podendo ser prorrogada na forma da lei.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual ***Aquisição de um Grupo Gerador a diesel (Projeto Motor Estacionário) e Contratação de Empresa para instalação do Grupo Gerador a diesel.***

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Casa da Lavoura Ltda - EPP.

Item	Especificação	Und	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	Aquisição e instalação do Grupo Gerador	Und	**01**	**93. 900,00**	**93. 900,00**

Colniza - MT, 10 de Março de 2016.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

DECRETO Nº. 023/GP/2016, DE 12 JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 023/GP/2016, DE 12 JANEIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre complementação de vencimentos pelo cargo de Diretor Escolar, e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o artigo 4º. da Lei Municipal nº. 502/2011, ao profissional do magistério no exercício das funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar e Supervisor Pedagógico Escolar, terá como vencimento base, o vencimento de 40 (quarenta) horas semanais do nível e classe a que pertence dentro do quadro do magistério de Colniza, durante o período em que permanecer no cargo.

DECRETA:

Art. 1° - Fica complementado os vencimentos referente ao Cargo em exercício de **Diretora Escolar da Escola Municipal Raquel de Queiroz da Servidora Edna da Silva Silva,** matricula nº. 002059**,** equiparando a 40 horas semanais no nível e classe a que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério conforme Lei Municipal nº. 502/2011.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 12 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 12/01/2016 a 12/02/2016

DECRETO Nº. 006/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 006/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

SUMULA*: Revoga Decreto nº. 054/GP/2014, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 054/GP/2014, o qual nomeou a servidora pública municipal Senhora ELAINE XAVIER PEREIRA, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 Horas, para exercer a função de confiança como **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL CORAÇÃO DE JESUS,** e que recebeu sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **30% (trinta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 003/2016

Termo de Rescisão n°: 003/2016,

Contrato n°: **064/2013**

Dispensa de licitação n° 017/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Colniza/MT,

Contratado: EZEQUIEL NEVES DA SILVA-ME**,**

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Finalidade: Rescisão do contrato nº 064/2013,

Fundamento: Inciso II do art. 58, no art. 77, inciso I do art. 78 c/c inciso I do art. 79, inciso III do art. 80 da Lei nº 8.666/93,

Data: 10/03/2016,

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 005/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 005/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

SUMULA*: Revoga Decreto nº. 052/GP/2014, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 052/GP/2014 o qual nomeou a servidora pública municipal Senhora VALCILENE PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 Horas, para exercer a função de confiança como **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS,** eque recebeu sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **50% (cinquenta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

EXTRATO DE ATA DE READEQUAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO REGISTRO DE PREÇO (PRESENCIAL) Nº 019/2015 – PMC

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, através da Equipe de Pregão no exercício das atribuições que lhe confere o decreto nº 091/GP/16 torna público, para conhecimento dos interessados que **RETIFICA** o Extrato de Ata de Readequação de Preços nº **019/2015**, conforme segue:

Onde se lê:

Empresa Auto Posto Modelo Ltda**.**

Item	Especificação	Und	Marca	Vlr. Unit.
02	Óleo Diesel S10	LT	Ciapetro	4,0569

Leia se:

Empresa Auto Posto Modelo Ltda**.**

Item	Especificação	Und	Marca	Vlr. Unit.
02	Óleo Diesel S10	LT	Ciapetro	3,87

Permanecem as demais condições do Registro de Preços.

Colniza - MT 10 de março de 2016.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

DECRETO Nº. 024/GP/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 024/GP/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

SUMULA*:* Nomeia a servidora pública municipal, Senhora **Lelcia Fatima dos Santos Almeida, como Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol, e dá Outras Providencias.**

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Fica nomeada a servidora pública municipal Senhora LELCIA FATIMA DOS SANTOS ALMEIDA, matricula nº. 000678, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 Horas, para exercer a função de confiança como **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIO DE SOL,** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **40% (quarenta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 12 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 12/01/2016 a 12/02/2016

DECRETO Nº. 007/GP/2016, DE 08 JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 007/GP/2016, DE 08 JANEIRO DE 2016.

Súmula: Revoga Decreto nº. 088/GP/2014, e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o artigo 4º. da Lei Municipal nº. 502/2011, ao profissional do magistério no exercício das funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar e Supervisor Pedagógico Escolar, terá como vencimento base, o vencimento de 40 (quarenta) horas semanais do nível e classe a que pertence dentro do quadro do magistério de Colniza, durante o período em que permanecer no cargo.

DECRETA:

Art. 1° - Fica revogado o Decreto nº. 088/GP/2014, o qual concedeu a complementação dos vencimentos referente ao Cargo em exercício de **Diretora Escolar da Escola Municipal Coração de Jesus da Servidora Elaine Xavier Pereira** equiparando a 40 horas semanais no nível e classe a que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério conforme Lei Municipal nº. 502/2011.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 016/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 016/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Sumula: *Revoga Decreto nº. 052/GP/2013, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 052/GP/2013, o qual nomeou a servidora pública municipal efetiva Sr.ª ELIZABETE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de carreira de Professor Nível Superior 40 Hs, para exercer a função de confiança como **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIO DE SOL,** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **40% (quarenta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 015/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 015/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Súmula: *Revoga Decreto nº. 114/GP/2015, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011, a gratificação de função dos Coordenadores Pedagógicos e Supervisores Pedagógicos da Educação Básica (das Escolas Municipais) será de até 20% do vencimento base inicial do professor nomeado, conforme o número de alunos.

Decreta:

Art. 1º - Ficarevogado o Decreto nº. 114/GP/2015,o qual concedeu função gratificada de 08% (oito por cento) sobre o vencimento base para a servidora pública municipal efetiva Senhora ILMA KARNITZ, matrícula nº. 670, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 horas, para exercer a função de confiança como **COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIO DO SOL.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 014/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 014/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Súmula: *Revoga Decreto nº. 097/GP/2015, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT; e

Considerando o Artigo 3°. Inciso II, alínea b e Artigo 6º caput, da Lei Municipal nº. 502/2011;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 097/GP/2014, o qual designou a servidora pública municipal *Senhora CECILIA FATIMA LIBARDI PINTO,* ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 horas, para exercer a função de confiança como **COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS,** com acréscimo de 14% (quatorze por Cento) sobre o vencimento base.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 013/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 013/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Súmula: *Revoga Decreto nº. 113/GP/2014, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011, a gratificação de função dos Coordenadores Pedagógicos e Supervisores Pedagógicos da Educação Básica (das Escolas Municipais) será de até 20% do vencimento base inicial do professor nomeado, conforme o número de alunos.

Decreta:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº. 113/GP/2015, o qual concedeu função gratificada de 08% (oito por cento) sobre o vencimento base para a servidora pública municipal efetiva Senhora Rosenir da Conceição Rocha Adolfo, matrícula nº. 703, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 horas, para exercer a função de confiança como **COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIO DO SOL.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 012/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 012/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Súmula: *Revoga Decreto nº. 161/GP/2015, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011, a gratificação de função dos Coordenadores Pedagógicos e Supervisores Pedagógicos da Educação Básica (das Escolas Municipais) será de até 20% do vencimento base inicial do professor nomeado, conforme o número de alunos.

Decreta:

Art. 1º - Ficarevogado o Decreto nº. 161/GP/2015, o qual concedeu função gratificada de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base para a servidora pública municipal efetiva Senhora Sandra Maria Breda, matrícula nº. 006570, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 horas, para exercer a função de confiança como **COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL VALMIR NEUMANN.**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 011/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 011/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Súmula: *Revoga Decreto nº. 096/GP/2015, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT; e

Considerando o Artigo 3°. Inciso II, alínea b e Artigo 6º caput, da Lei Municipal nº. 502/2011;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 096/GP/2015, o qual designou a servidora pública municipal *Senhora HELENILDA AUGUSTO SILVA,* *ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 horas, para exercer a função de confiança* como **COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL CORAÇÃO DE JESUS,** com acréscimo de 16% (dezesseis por Cento) sobre o vencimento base.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 002/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 002/GP/16, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Súmula: *Revoga Decreto nº. 033/GP/2015, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;

Decreta:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº. 033/GP/2015, que concedeu Função gratificada de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento base para a servidora pública municipal Senhora Claudineia Frederico Loose, efetiva no cargo de Serviços Gerais, matrícula nº. 006601, para responder pelo Cargo de Controle de Estoque do Almoxarifado Central, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° -Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 017/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 017/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

SUMULA*:* Nomeia a servidora pública municipal, Senhora **Dayana Buss Berwanger, como Diretora Da Escola Municipal Bom Jesus,** e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Fica nomeada a servidora pública municipal Senhora DAYANA BUSS BERWANGER, matricula nº. 003868,ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 Horas, para exercer a função de confiança como **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS,** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **50% (cinquenta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 003/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 003/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

SUMULA*: Revoga Decreto nº. 053/GP/2014, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 053/GP/2014, o qual nomeou a servidora pública municipal Senhora SOLANGE MARIA CHAVES, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 Horas, para exercer a função de confiança como **VICE-DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS,** eque recebeu sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **25% (vinte e cinco por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 010/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 010/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

Súmula: *Revoga Decreto nº. 095/GP/2015, e dá outras providencias.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT; e

Considerando o Artigo 3°. Inciso II, alínea b e Artigo 6º caput, da Lei Municipal nº. 502/2011;

Decreta:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº. 095/GP/2015, o qual designou a servidora pública municipal *Senhora EDNA DA SILVA,* *ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 horas, para exercer a função de confiança* como **COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL RAQUEL DE QUEIROZ,** com acréscimo de 16% (dezesseis por Cento) sobre o vencimento base.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 004/GP/2016, DE 008 JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 004/GP/2016, DE 008 JANEIRO DE 2016.

Súmula: Revoga Decreto nº. 087/GP/2014, e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o artigo 4º. da Lei Municipal nº. 502/2011, ao profissional do magistério no exercício das funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar e Supervisor Pedagógico Escolar, terá como vencimento base, o vencimento de 40 (quarenta) horas semanais do nível e classe a que pertence dentro do quadro do magistério de Colniza, durante o período em que permanecer no cargo.

DECRETA:

Art. 1° - Fica revogado o Decreto nº. 087/GP/2014, que concedeu a complementação de vencimentos referente ao Cargo de **Vice Diretora Escolar da Escola Municipal Bom Jesus para a Servidora Solange Maria Chaves** equiparando a 40 horas semanais no nível e classe a que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério conforme Lei Municipal nº. 502/2011.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 009/GP/2016, DE 08 JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 009/GP/2016, DE 08 JANEIRO DE 2016.

Súmula: Revoga Decreto nº. 090/GP/2014, e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando o artigo 4º. da Lei Municipal nº. 502/2011, ao profissional do magistério no exercício das funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar e Supervisor Pedagógico Escolar, terá como vencimento base, o vencimento de 40 (quarenta) horas semanais do nível e classe a que pertence dentro do quadro do magistério de Colniza, durante o período em que permanecer no cargo.

DECRETA:

Art. 1° - Fica revogado o Decreto nº. 090/GP/2014, o qual concedeu a complementação dos vencimentos referente ao Cargo em exercício de **Diretor Escolar da Escola Municipal Raquel de Queiroz do Servidor Marcos Antonio Ceccon,** equiparando a 40 horas semanais no nível e classe a que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério conforme Lei Municipal nº. 502/2011.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 019/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 019/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016

SUMULA*:* Nomeia a servidora pública municipal **Senhora Edna da Silva,** como **Diretora da Escola Municipal Raquel De Queiroz,** e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Fica nomeada a servidora pública municipal Senhora EDNA DA SILVA, Matricula nº. 002059, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 Horas, para exercer a função de confiança como **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL RAQUEL DE QUEIROZ,** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **30% (trinta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

DECRETO Nº. 018/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 018/GP/2016, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

SUMULA*:* Nomeia a servidora pública municipal, Senhora **Elaine Xavier Pereira, como Diretora Da Escola Municipal Coração De Jesus,** e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Decreta:

Art. 1º – Fica nomeada a servidora pública municipal Senhora HELENILDA AUGUSTO SILVA, matricula nº. 000666,ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 Horas, para exercer a função de confiança como **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL CORAÇÃO DE JESUS,** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **30% (trinta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de Janeiro de 2016.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIDES STHYRMER

SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 268/2015

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001

de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/01/2016 a 08/02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LEI MUNICIPAL Nº. 1.636/2016

Lei nº. 1.636/2016

DE: 09.03.2016

"Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de COMODORO, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e dá outras providencias."

MARLISE MARQUES MORAES, Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Comodoro aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município da parte patronal, ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências (05/2015) a (12/2015), em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º. Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo (IPCA/IBGE), acrescido de juros (simples) de 1% (hum por cento) ao mês (12% ao ano) e multa de 0,5% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo (IPCA/IBGE), acrescido de juros (simples) de 1% (hum por cento) ao mês, (12% ao ano), acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo (IPCA/IBGE), acrescido de juros (simples) de 1% (hum por cento) ao mês e multa de 0,5% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais será pago em 60 (sessenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros e multas estabelecidos por esta Lei.

§ 1° - Caso haja receitas não previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA, arrecadadas pelo Município de Comodoro, no Exercício de 2016, no valor igual ou superior há R$ 1.500,000, 00 (um milhão e quinhentos mil reais), desde já fica condicionado ao pagamento do débito ora confessado pelo Município de Comodoro em favor do Fundo Municipal de Previdência Social – Comodoro-Previ, sendo a origem do presente débito a falta do recolhimento da parte patronal do período compreendido entre os meses de 05/2015 a 12/2015.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 9 dias do mês de março de 2016.

Marlise Marques Moraes Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 21/2016 Pregão Presencial 14/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, GRAXA, FILTROS, E GÁS GLP 13 KG**, a empresa: POSTO TIGRÃO LTDA. no valor global de R$ 11.367.277,00.

Confresa 10/03/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedores do processo licitatório nº 023/2016 Pregão Presencial 015/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR**, as empresas: Tiago Nalevaiko 06632448976 no valor global de R$ 89.900,00; Marines Andrades de Souza 21940423856 no valor global de R$ 40.000,00; João dos Santos Souza no valor Global de R$ 53.280,00.

Confresa 10/03/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO 06/2015

REF: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 356 dias;

VIGÊNCIA: 10/01/2016 a 31/12/2016;

CONTRATADO: Paulo Roberto dos Santos;

DATA: 10/03/2016;

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 24/2016 Pregão Presencial 16/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DO PREÇO DE UM EQUIPAMENTO SEMIRREBOQUE 02 EIXOS DIMENSÕES 24.000MMX3.OOOMM**, a empresa: MR CAMINHÕES LTDA - ME. no valor global de R$ 114.900,00.

Confresa 10/03/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
RESULTADO PREGÃO N° 008/2016

Processo n° 011/2016

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS n° 008/2016 – OBJETO: **"DIÁRIAS DE CASA DE APOIO EM CUIABÁ-MT, COM OBJETIVO DE PRESTAR OS SEGUINTES SERVIÇOS: HOSPEDAGEM, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DE BOA QUALIDADE), TRANSPORTE (LOCOMOÇÃO DE PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATÓRIOS E TRATAMENTO MÉDICO) ".**

EMPRESA VENCEDORA:**MICHEL FERRAZ DO NASCIMENTO ME, CNPJ: 11.276.497/0001-91.** Validade da proposta são de: 60 dias. PRAZO: 12 Meses. MENOR PREÇO POR ITEM, CONFORME DESCRITO ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT /DIARIA	VALOR TOTAL
1	"DIÁRIAS DE CASA DE APOIO EM CUIABÁ-MT, COM OBJETIVO DE PRESTAR OS SEGUINTES SERVIÇOS: HOSPEDAGEM, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR DE BOA QUALIDADE), TRANSPORTE (LOCOMOÇÃO DE PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATÓRIOS E TRATAMENTO MÉDICO) ".	4.000	R$ 47,33	R$ 189. 320,00
	TOTAL GERAL			**R$ 189. 320,00**

Cotriguaçu/MT, 10 de março de 2016.

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT

CÂMARA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU EDITAL Nº 001/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu o senhor**Valdivino Mendes dos Santos**, através da Comissão de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 013/2016 e, considerando o disposto na: Constituição Federal Art. 37 Incisos I, II, III e IV; na Constituição do Estado de Mato Grosso Art. 129 Incisos I, II, III e V; na Lei Orgânica Municipal; na Lei Complementar 019/2005, que trata do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal; na Lei Complementar nº 057/2015 e alterações, que trata do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Poder Legislativo do Município de Cotriguaçu, *divulga e estabelece normas regulamentares* para a abertura do processo de seleção de pessoal, através de Concurso Público destinado ao provimento de vagas existentes e à formação de *cadastro de reserva* em cargos que vierem a vagar ou quando houver a necessidade de ampliação das vagas, junto a Câmara de Municipal de Cotriguaçu, conforme Anexos a seguir, publicados no site: www.camaracotriguacu.com.br e no site www.sosconsultoria.com.br, conforme a seguir

Anexo I - Informação do cargo e das vagas; escolaridade; valor da taxa de inscrição; carga horária e remuneração.

Anexo II - Das atribuições dos cargos;

Anexo III - Conteúdo Programático das provas;

Anexo IV - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;

Anexo V - Requerimento de Preenchimento da Inscrição Via Internet;

Anexo VI - Modelo de Atestado Médico para candidatos(as) portadores(as) de deficiência física;

Anexo VII - Modelo de Recurso a ser protocolado junto a Comissão de Concurso Público;

Anexo VIII - Cronograma da previsão dos trabalhos do Concurso Público.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público de Provas será regido por este edital e pelos diplomas legais dispostos em seu preâmbulo e executado pela empresa *S.O.S. Assessoria Contábil e Administrativa Ltda - ME*, inscrita no *CRA-MT sob nº 301*.

1.2. O concurso destina-se a selecionar candidatos para admissão no quadro de servidores da Câmara Municipal de Cotriguaçu aos cargos dispostos no **Anexo I**, deste Edital, onde se encontram também dispostos os respectivos vencimentos, carga horária de trabalho, valor da inscrição e demais informações necessárias.

1.3. O prazo de validade do presente concurso esgotar-se-á após dois anos, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da administração.

1.4. O regime jurídico dos servidores do Município de Cotriguaçu é o Estatutário e instituído pela Lei Complementar 019/2005.

1.5. A seleção de que trata este edital será composta de exame de habilidades e conhecimentos mediante aplicação de Provas: Objetiva (múltipla escolha) para todos os dois níveis de formação escolar.

1.6. O regime previdenciário do município de Cotriguaçu é "próprio", mantido pelo Previ-Cotri - Fundo Municipal de Previdência Social, instituído pela Lei Municipal nº. 692/2011.

1.7. A inscrição será realizada exclusivamente via rede mundial de computadores através do site www.camaracotriguacu.com.br clique no banner "*Concurso Público"*.

1.7.1. O(a) candidato(a) que deixar de recolher a taxa de inscrição não participará das provas do referido Processo de Concurso, exceto aqueles que tiverem suas inscrições homologadas como isentas, após avaliação da Comissão de Concurso Público.

1.8. O local de aplicação das Provas Objetiva (múltipla escolha) será informado aos(as) candidatos(as) quando da homologação das inscrições em Edital Complementar previsto para o dia **26/04/2016** e será publicado no site da Câmara de Municipal de Cotriguaçu: www.camaracotriguacu.com.br

1.8.1. Eventual alteração será informada em Edital Complementar no site www.camaracotriguacu.com.br

1.9. O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência física deverá inscrever-se em conformidade com o item 4 (quatro) deste Edital.

1.9.1. Caso o(a) candidato(a) não requeira a prerrogativa disposta no *caput* do subitem anterior, terá tratamento igualitário junto aos demais candidatos concorrentes.

1.10. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização das provas, tais como gestantes; lactantes e deficientes físicos deverão requerer por escrito junto a Comissão de Concurso Público com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do início das provas.

1.10.1. O deferimento para o tratamento especial será avaliado pela Comissão de Concurso Público e serão atendidos pelos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

1.10.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e assumirá total responsabilidade pela guarda da criança.

1.10.3. Não haverá desconto do tempo destinado à amamentação.

1.10.4. A candidata lactante que não levar acompanhante para cuidar da criança será impedida de realizar a prova, sob pena de prejudicar os demais candidatos.

1.10.5. O rol de candidatos que tiver atendimento especial deferido será divulgado no endereço: www.camaracotriguacu.com.br ou em mural no dia da prova.

1.10.6. Se o requerente de atendimento especial não tiver o nome incluído na listagem, o mesmo deverá interpelar junto a Comissão de Concurso Público para conhecer as razões do indeferimento.

2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição será realizada exclusivamente via rede mundial de computadores através do site www.camaracotriguacu.com.br clique no banner "*Concurso Público"*.

2.2. A Câmara Municipal de Cotriguaçu disponibilizará um computador com acesso à Internet de segunda a sexta feira das 08:00 as 11:00 horas, exceto nos feriados, exclusivamente aos candidatos que não possuírem esse tipo de acesso, visando minimizar dificuldades de realização das inscrições.

2.2.1. Os candidatos deverão requerer presencialmente esse tipo de atendimento através do preenchimento do **Anexo V**, deste Edital.

2.3. O período normal de inscrição será de **28/03/2016** até as **23h 59min do dia 17/04/2016**.

2.4. O(a) candidato(a) interessado em participar do certame deverá:

2.4.1. Preencher a ficha de inscrição no site, declarando o conhecimento integral do conteúdo deste Edital de Concurso;

2.4.2. Emitir o comprovante de inscrição;

2.4.3. Emitir o boleto e efetuar o pagamento bancário impreterivelmente até o vencimento em **18/04/2016**;

2.4.4. Acompanhar a evolução do concurso através de eventuais Editais Complementares e seus anexos no site: www.camaracotriguacu.com.br clique no banner "*Concurso Público*".

2.5. O(a) candidato(a) que obtiver autorização para se inscrever como isento não precisará gerar o boleto de cobrança. Porém, deverá preencher a inscrição no formulário e "*confirmar*" a inscrição para que seja consolidada.

3. DA ISENÇÃO E DAS TAXAS PARA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

3.1. Poderão requerer a isenção da taxa de inscrição, através do formulário **Anexo IV** deste Edital:

3.1.1. **O(a) candidato(a) doador(a) de sangue, desde que tenha realizado comprovadamente ao menos três doações antes do lançamento d**este edital, entregará juntamente com o requerimento de isenção, cópia do documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular de sangue expedido por Banco de Sangue, público ou privado, conforme determinação da Lei Estadual nº 7.713/2002;

3.1.2. O(a) candidato(a) desempregado(a) ou que perceba até um salário mínimo e meio terá os benefícios da Lei Estadual nº 6.156/1992 alterada pela Lei 8.795/2008, desde que devidamente comprovado, com os seguintes documentos:

3.1.2.1. **comprovante de rendimento, se exercer atividade remunerada; ou**

3.1.2.2. **comprovante de que está desempregado mediante cópia da CTPS (Carteira de Trabalho) com a baixa do último emprego, ou cópia do comprovante de seguro-desemprego ou cópia da publicação do ato de exoneração se ex-servidor estatutário do serviço público.**

3.1.3. **Será excluído(a) do concurso público o candidato(a) que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos em Lei, tenha obtido vantagens, com uso de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, à redução de que trata este Edital.**

3.1.4. **A exclusão será precedida de procedimento em que se garanta ao candidato a respectiva defesa que, uma vez confirmada, importará na anulação da respectiva inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo de outras sanções penais cabíveis.**

3.2. O requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá ser protocolado presencialmente entre os dias **28/03/2016 a 30/03/2016, em envelope endereçado à** Comissão do Concurso Público, na sede da Câmara Municipal de Cotriguaçu, contendo cópia da documentação exigida no **Anexo IV**, diariamente das 08:00 hs as 11:00 hs.

3.2.1. **O site www.camaracotriguacu.com.br**, na data provável de **04/04/2016**, divulgará a relação dos(as) candidatos(as) habilitados(as) a realizarem a inscrição gratuita.

3.2.2. O(a) candidato(a) que requereu isenção da taxa de inscrição e não foi contemplado na lista de homologados para essa finalidade, poderá se dirigir a Comissão de Concurso Público da Câmara Municipal, a partir de **04/04/2016** para conhecer as razões do indeferimento da taxa de isenção.

3.2.3. **O(a) candidato(a) que obtiver autorização para inscrever-se gratuitamente terá normalmente até o dia 17/04/2016 para confirmar a sua inscrição e imprimir o comprovante da inscrição.**

3.2.4. **A inscrição gratuita realizar-se-á normalmente através da página eletrônica:** www.camaracotriguacu.com.br, com os mesmos procedimentos das demais inscrições, até a confirmação da mesma.

3.2.5. **Após a realização dos passos previstos no item anterior a inscrição gratuita será validada automaticamente pelo sistema.**

3.3. A Taxa de Inscrição será diferenciada por nível de escolaridade:

3.3.1. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Nível do Ensino Fundamental será de R$ 50,00 (cinquenta reais).

3.3.2. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Nível Médio será de R$ 80,00 (oitenta reais).

3.4. Das disposições gerais sobre a Inscrição no Concurso Público.

3.4.1. A única forma de realizar a inscrição será via internet, portanto navegue no site: www.camaracotriguacu.com.br clique no banner "*Concurso Público"* e preencha a inscrição.

3.4.2. A informação prestada no ato da inscrição e os dados mencionados serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), respondendo este por qualquer falsidade na forma da lei.

3.4.3. Não será permitida, após a conclusão da inscrição, a complementação de informações, bem como revisão via internet.

3.4.4. Eventual ajuste na inscrição (nome ou cargo) somente poderá ocorrer através de recurso por escrito, impetrado junto à Comissão de Concurso Público ou encaminhar cópia dos documentos pessoais escaneados ao e-mail da empresa organizadora contato@sosconsultoria.com.br até o dia **18/04/2016** no horário de expediente bancário, sob justificativa razoável, antes do pagamento da taxa de inscrição.

3.4.5. O comprovante de inscrição será emitido no ato da realização da inscrição e somente terá validade com a apresentação do boleto devidamente pago até a data do vencimento e deverá ser mantido em poder do(a) candidato(a) e apresentado nos locais de realização das provas, juntamente com documento de identificação nos termos do item 14.5 e seus subitens.

3.4.6. Não é possível o(a) candidato(a) se inscrever mais de uma vez, mesmo que em cargos diferentes, dada a vinculação pelo número do CPF. *Portanto, antes de se inscrever, o(a) candidato(a) deve observar com atenção as informações prestadas e somente confirmar a inscrição após ter absoluta certeza sobre o cargo ao qual irá concorrer.* 3.4.7. Eventual realização de inscrição errada ou arrependimento deverá o candidato fazer uso da prerrogativa disposta no item 3.4.4. deste Edital. 3.4.8. Se por motivo alheio a Organização do Concurso o(a) candidato(a) tiver sua inscrição anulada ou cancelada, mesmo que já paga a taxa de inscrição, o(a) candidato(a) não terá à respectiva devolução.

4. DO(A) CANDIDATO(A) PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

4.1. Atendendo ao disposto no artigo 37 do Decreto Presidencial nº 3.298 de 20/12/1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853 de 24/10/1989, não está contemplada neste edital vaga para deficiente físico. Porém, nenhum(a) candidato(a) será cerceado(a) do direito à ampla concorrência.

4.2. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá requerer com antecedência e justificativas conforme dispõe o subitem 1.10.

5. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA

5.1. Ser aprovado(a) em Concurso Público.

5.2. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

5.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.

5.4. Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme item 2 deste edital.

5.5. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse e atender as exigências de escolaridade mencionada no **Anexo I** deste Edital.

5.6. Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal.

5.7. Ser considerado apto física e mentalmente para o exercício do cargo no exame médico pré-admissional, devendo o(a) candidato(a) apresentar os exames clínicos, radiográficos e laboratoriais, os quais correrão às expensas do candidato.

5.8. Declarar o não acúmulo de Cargo Público, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

5.9. Estar devidamente registrado e quite com o Conselho Regional de sua formação acadêmica, quando exigido para a efetiva posse do(a) candidato(a).

5.10. Cumprir todas as determinações deste edital.

6. DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

6.1. A seleção de que trata este edital compreenderá as seguintes fases, conforme a seguir.

6.2. As Provas: Objetiva (múltipla escolha) terá a duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos e serão aplicadas **na data provável de 15 de maio de 2016**, no turno da tarde, das 13h00min às 16h30min e será confirmada por Edital Complementar na divulgação da homologação das inscrições.

6.3. Os locais e os horários de realização das provas Objetivas estão mencionados neste Edital e serão confirmados em Edital Complementar.

6.3.1. Será de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.4. O Gabarito das Provas Objetivas será publicado no mural do paço municipal e no site www.camaracotriguacu.com.br no dia seguinte à realização das provas conforme cronograma do **Anexo VIII**, deste Edital.

7. DAS PROVAS: OBJETIVAS (Múltipla escolha)

7.1. Candidatos(as) de Nível Fundamental Incompleto:

7.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha para os(as) candidatos(as) de Nível Fundamental Incompleto será composta de 30 (trinta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.1.1.1. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no Anexo III deste Edital, devidamente discriminado pelos cargos concorridos.

7.1.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas aquele correspondente à resposta que julgar correta de acordo com o enunciado da questão.

7.1.1.3. O(a) candidato(a) deverá marcar somente um dos quatro campos da cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.1.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos no somatório da Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

7.1.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado do Concurso Público.

7.1.4. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	5 (cinco)	3 (três)	15 (quinze) pontos
Matemática	5 (cinco)	3 (três)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Gerais	10 (cinco)	3 (três)	30 (trinta) pontos
Conhecimentos Específicos	10 (cinco)	4 (quatro)	40 (quarenta) pontos
		TOTAL	**100 (cem) pontos**

7.2. Candidatos(as) de Nível Médio:

7.2.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para os candidatos(as) de Nível Médio será composta de 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.2.1.1 O Conteúdo Programático das Provas está disponível no **Anexo III** deste Edital, devidamente discriminados por cargo concorrido.

7.2.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "A, B, C e D", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher na folha de respostas apenas aquele correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão.

7.2.1.3. O(a) candidato(a) deverá marcar somente um dos quatro campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.2.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

7.2.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos estará desclassificado do Concurso Público.

7.2.4. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Matemática	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Gerais	10 (dez)	3 (três)	30 (trinta) pontos
Conhecimentos Específicos	10 (dez)	4 (quatro)	40 (quarenta) pontos
		TOTAL	**100 (cem) pontos**

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. Todos candidatos terão suas provas objetivas corrigidas, seja por meio de processamento eletrônico ou manual, a critério da organização.

8.2. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a ponto positivo para os acertos e não haverá contagem negativa de pontos para os erros.

8.3. Serão desclassificados do Concurso Público os(as) candidatos(as) que obtiverem acertos inferiores a 50% (cinquenta por cento) do total das questões da Prova Objetiva (múltipla escolha), ou ainda, os(as) que zerarem em qualquer das disciplinas da Prova Objetiva.

8.4. Os(as) candidatos(as) desclassificados(as) na forma do subitem 8.3, deste edital, não terão classificação alguma no Concurso Público.

8.5. O nome dos(as) candidatos(as) classificados(as) será ordenado(a) de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas Objetivas, até o limite das vagas dos(as) aprovados(as).

8.6. Os cálculos porventura citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo da segunda casa decimal for igual ou superior a cinco e para baixo se inferior a cinco.

8.7. Os(as) candidatos(as) que não atenderem ao mínimo de 50% (cinquenta) por cento de acertos na prova objetiva ou zerarem em qualquer disciplina da Prova Objetiva, estará automaticamente desclassificado.

9. DA NOTA FINAL NO CONCURSO

9.1. A nota final no concurso será a SOMA das notas obtidas na Prova Objetiva e na Prova de Títulos (se houver).

9.2. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) serão ordenados(as) de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no item 10 deste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DO DESEMPATE

10.1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o(a) candidato(a) que:

I – possuir maior quantidade de acertos nas questões da prova objetiva;

II – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;

III – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;

IV – o(a) candidato(a) mais velho(a).

11. DOS RECURSOS

11.1. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço www.camaracotriguacu.com.br no dia subsequente ao da realização das provas teóricas, tendo como data provável dia **16/05/2016,** conforme dispõe o **Anexo VIII**.

11.2. O(a) candidato(a) que desejar interpor recursos deverá fazê-lo presencialmente no interstício máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da divulgação dos atos, previsão **Anexo VIII**.

11.3. Para recorrer contra os gabaritos preliminares das provas objetivas, o(a) candidato(a) deverá utilizar-se do modelo de formulário disposto **Anexo VII**.

11.4. O(a) candidato(a) deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. E ainda, embasar-se teoricamente, utilizando-se de referências bibliográficas e citando-as detalhadamente.

11.4.1. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

11.5. Se do exame de recurso resultar anulação de questão integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída ponto a todos os(as) candidatos(as) concorrentes.

11.6. Todos os recursos embasados teoricamente serão analisados e a justificativa de eventual acolhimento por irregularidade que alterar o resultado do gabarito será divulgado no site: www.camaracotriguacu.com.br

11.6.1. Não será encaminhada resposta individual aos(as) candidatos(as) reclamantes.

11.7. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, intempestivo.

11.7.1. O recurso deverá ser protocolado pessoalmente junto à Comissão do Concurso Público, no endereço da Câmara Municipal de Cotriguaçu - MT.

11.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso do Gabarito Oficial, bem como recursos contra o resultado final.

11.9. Recursos cujo teor desrespeite a Comissão de Concurso Público serão preliminarmente indeferidos.

12. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO CARGO

12.1. O(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público terá garantido sua vaga para a posse no cargo público, que poderá ocorrer até o final da validade deste concurso. Porém, será fator determinante a avaliação clínica médica e psicológica sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), para consolidar a posse no cargo.

12.1.1. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração da Câmara Municipal e respeitados os limites orçamentários, financeiros e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12.2. O(a) "*candidato(a) classificado(a)*" listará sequencialmente no rol do resultado final, após o atendimento das vagas abertas para os(as) "*candidatos(as) aprovados(as)*" e serão promovidos a este status sempre que vagar o cargo, por desistência do(a) candidato(a) aprovado(a) ou outro fator determinante.

12.2.1. O(a) candidato(a) que compor a lista dos classificados serão enquadrados como "*CADASTRO DE RESERVA*" e não terá direito a convocação para posse. Porém, se houver a desistência do candidato aprovado ou a criação de novas vagas, por conveniência da Administração da Câmara Municipal, estes gozarão dos mesmos direitos dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

12.3. O(a) candidato(a) aprovado(a) para as vagas existentes será(ão) convocado(s)(a)(s) por meio de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM e Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico www.camaracotriguacu.com.br.

12.4. O(a) candidato(a) convocado terá até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida, que deverá conter no mínimo os seguintes documentos:

12.4.1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

12.4.5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

12.4.6. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

12.4.7. Comprovante de endereço;

12.4.8. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.9. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.10 Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.11. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

12.4.12. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

12.4.13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

12.4.14. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

12.4.15. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

12.4.16. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

12.4.17. 1 (uma) foto 3x4 recente.

12.5. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

12.6. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Concurso Público.

13. DAS PROVAS DE TÍTULOS

13.1. Este certame não dispõe possibilidade de concorrer com provas de títulos dado a formação exigida aos cargos ser no máximo de Nível Médio.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará na aceitação das normas para o Concurso Público contida nos comunicados, deste edital e em outros Editais Complementares a serem publicados.

14.2. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público que sejam publicados no mural do paço municipal e no endereço eletrônico do município www.camaracotriguacu.com.br

14.3. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O(a) candidato(a) deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 14.2 deste edital.

14.4. O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de trinta minutos do horário pré-fixado para o seu início munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição, do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, do documento de Identificação original, Laudo de Perícia médica (se for o caso) e títulos de pós graduação (se for o caso).

14.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.5.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

14.5.2. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

14.6. Por ocasião da realização das provas, o(a) candidato(a) que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.5 deste edital, não poderá fazer as provas e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

14.7. Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio para tal avaliação.

14.7.1. A identificação especial será exigida, também, ao(a) candidato(a) cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a).

14.8. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.9. Não será admitido ingresso de candidato(a) no local de realização das provas após o horário fixado para o fechamento dos portões.

14.10. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente na sala de realização das provas, no mínimo por uma hora após o início das provas.

14.10.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e consequente eliminação do(a) candidato(a) do Concurso Público.

14.11. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas sem autorização não poderá retornar sob qualquer hipótese.

14.12. O(a) candidato(a) somente poderá se retirar do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros devidamente acompanhado de um fiscal credenciado.

14.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

14.14. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a estas implicará a eliminação automática do(a) candidato(a).

14.15. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os(as) candidatos(as) nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

14.16. Será eliminado do concurso o(a) candidato(a) que, durante a realização das provas, for surpreendido portando quaisquer aparelhos eletrônicos ativos, tais como: bip, telefone celular, smartphone, walkman, agenda eletrônica, despertador eletrônico, palmtop, tablet, receptor (ponto auditivo), gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme, relógio eletrônico (calculadora), óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, quepe, boina etc., qualquer outra vestimenta que possibilite disfarces para facilitar tentativa de comunicação interna ou externa e criar possibilidade de fraudes.

14.16.1. A Organização do Concurso recomenda que o(a) candidato(a) *não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior*, no dia de realização das provas.

14.16.2. A Organização do Concurso não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos do(a) candidato(a), bem como não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou equipamentos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

14.16.3. Não será permitida a entrada de candidatos(as) no ambiente de provas portando armas, mesmo os autorizados por lei. O(a) candidato(a) que estiver armado será encaminhado à coordenação.

14.17. No dia de realização das provas, a Organização do Concurso poderá submeter os(as) candidatos(as) ao sistema de detecção de metal.

14.18. Terá suas provas anuladas e estará automaticamente eliminado do Concurso Público o(a) candidato(a) que, durante a sua realização:

14.18.1. For surpreendido fornecendo ou recebendo auxílio para a execução das provas ou comunicando-se com outros(as) candidatos(as);

14.18.2. Utilizar-se de quaisquer dos objetos constantes dos subitens 14.15 e 14.16, além de quaisquer outros objetos que não forem expressamente permitidos;

14.18.3. Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas (fiscal ou coordenação), com as autoridades presentes ou com os demais candidatos(as);

14.18.4. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, comprovante de pagamento ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

14.18.5. Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

14.18.6. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.18.7. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.18.8. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou na folha de respostas;

14.18.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

14.18.10. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

14.18.11. Não permitir a coleta de sua assinatura;

14.18.12. For surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

14.18.13. For surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

14.18.14. Não permitir ser submetido a detector de metal.

14.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de trabalho e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.20. Se, a qualquer tempo for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o(a) candidato(a) se utilizado de processo ou meio ilícito, suas provas serão anuladas e ele estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

14.21. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do(a) candidato(a), constituindo tentativa de fraude, sem prejuízo das punições legais.

14.22. O resultado final do concurso será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu e publicado nos órgãos da imprensa local e oficial e no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Cotriguaçu.

14.23. O(a) candidato(a) deverá manter atualizado seu endereço perante o Departamento de Recursos Humanos, enquanto estiver participando do Concurso Público, por meio de requerimento a ser enviado à Administração da Câmara Municipal de Cotriguaçu. Será de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.24. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público e pela Organização do Concurso.

14.25. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação pela Organização do Concurso.

14.26. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação.

14.27. O(a) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o cargo concorrido e as demais informações.

14.28. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade. Nesse caso, se necessário, o(a) candidato(a) será acompanhado por agente devidamente identificado e autorizado.

14.29. Qualquer alteração nas regras deste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

14.30. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Concurso Público e não havendo óbice administrativo, judicial ou legal, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

Cotriguaçu MT, 11 de março de 2016.

Jose de Oliveira AmorimValdivino Mendes dos Santos

Presidente da Comissão Presidente da Câmara

ANEXO I

VAGAS DOS CARGOS DE NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

VALOR DA INSCRIÇÃO R$ 50,00

Cargo/Função Concorrido	Escolaridade	Modalidade de Prova	Vagas	Vagas C. Res.	C/H.	Vencimento Inicial
Agente Público	Fundamental Incompleto	Objetiva / Escrita	**01**	NÃO	40hs	R$ 880,00

VAGAS DOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

VALOR DA INSCRIÇÃO R$ 80,00

Cargo/Função Concorrido	Escolaridade	Modalidade de Prova	Vagas	Vagas C. Res.	C/H.	Vencimento Inicial
Agente Administrativo	Nível Médio	Objetiva / Escrita	NÃO	01	40hs	R$ 1.006,20

ANEXO II

1. SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: **NIVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**

1.1. AGENTE PÚBLICO: Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; percorrer as dependências da Câmara, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos; preparar café e chá; lavar e guardar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha; comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; Manter arrumado o material sob sua guarda; Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho.

2. SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES: **NIVEL ENSINO MÉDIO**

2.1. AGENTE ADMINISTRATIVO: Recolher e distribuir internamente correspondências, pequenos volumes e expedientes, separando-os por destinatário, observando o nome e a localização, solicitando assinatura em livro de protocolo; Auxiliar na execução de serviços simples de almoxarifado, apanhando materiais de consumo em depósitos, conferindo-os com as requisições, transportando-os e guardando-os em local apropriado; Prestar informações simples, de caráter geral, pessoalmente ou por telefone, anotando e transmitindo recados; Auxiliar na execução de serviços simples de escritório, carimbando, protocolando, colhendo assinaturas, fornecendo numeração de correspondências, entre outros; Executar serviços externos, apanhando e entregando correspondências, fazendo pequenas compras, realizando depósitos e retiradas bancárias e pagamentos de pequena conta; Fazer embalagens diversas, utilizando papel, barbante e fitas adesivas, colocando etiquetas, anotando nome e endereço do destinatário, para remessa a outras localidades; Duplicar documentos diversos, operando máquina própria, ligando-a e desligando-a, abastecendo-a de papel e tinta, regulando o número de cópias; Registrar a entrada e a saída de trabalhos de duplicação, anotando em formulário próprio o número de matrizes e de cópias efetuadas e o setor solicitante; Operar cortadoras e grampeadoras de papel, bem como alcear os documentos duplicados; Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; Executa outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis com o cargo.

ANEXO III

O Conteúdo Programático das provas está disposto por Nível de Escolaridade

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA E PROVA SUBJETIVA II (PRÁTICA).

1.1. Língua Portuguesa - Língua Portuguesa - 05 (cinco) questões - Peso 3 (três) pontos:

Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.2. Matemática - 05 (cinco) questões - Peso 3 (três) pontos:

Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.3. Conhecimentos Gerais - 10 (dez) questões - Peso 3 (três) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governantes do Município; Assuntos políticos, econômicos e culturais veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas e televisão), da atualidade e dos últimos 10 (dez) anos; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão social; religiosa e à política da realidade nacional; Atualidades e acontecimentos do Município: relacionados às áreas de: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infra-estrutura e meio-ambiente.Conhecimentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso; Aspectos políticos sobre governos: Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares do Estado de Mato Grosso; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social estadual e nacional; Acontecimentos importantes do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.4. Conhecimentos Específicos – 10 (dez) questões - Peso 4 (quatro) pontos:

1.4.1. Agente Público - (Auxiliar de Serviços Gerais): Interpretação de desenhos básicos de redes de água e esgoto. Instalação, manutenção e reparos em tubulação de ferro cobre, PVC e cerâmicas. Instalação dos vários tipos de conexões, passagens e caixas de redes de água e esgoto. Conhecimento de ferramentas manuais, elétricas e outras usadas em pequenos reparos. Noções práticas de como evitar acidentes e segurança do trabalho. Noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas manuais e utensílios comuns ao exercício dessas atividades; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilização de materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene; Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

OBS. Esse cargo NÃO realizará prova prática

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

2.1. Língua Portuguesa – 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) ponto: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS. Não será exigido o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

2.2. Matemática – 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) ponto: Números inteiros: operações e propriedades, múltiplos e divisores; Números racionais: operações nas formas fracionária e decimal; Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional, regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples; Funções do 1º e 2º graus: problemas, equações e inequações de 1º e 2º graus. Sistema de medidas decimais e não decimais; Médias: aritmética e ponderada; Conjuntos; Perímetros e áreas de figuras planas; Volume de sólidos geométricos.

2.3. Conhecimentos Gerais – 10 (dez) questões - Peso 3 (três) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município e da região; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governos: Municipal; Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social local, regional e estadual; religiosa estadual e à política da realidade local, regional, estadual e nacional; Acontecimentos importantes do município, do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura. História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil. Governos: Estadual. Divisão do Estado. Temas relacionados à questão econômica e social do País, do MERCOSUL e do mundo. Folclore. Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Acontecimentos importantes do município veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e fatos importantes e relevantes dos últimos 10 (dez) anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio-ambiente e cultura. Cultura Geral. Lei Federal 9.504/97 (Lei das Eleições); Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010).

2.4. Conhecimentos Específicos do Cargo: Agente Administrativo – 10 (dez) questões - Peso 4 (quatro) pontos: Noções básicas do Direito Administrativo; Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Noções de organização de arquivos e procedimentos para classificação, encaminhamento e controle de documentos e informações. Noções de guarda de materiais. Noções básicas de sistemas informatizados; protocolos etc. Conhecimento e finalidade dos componentes de apoio da rotina de escritório: telefone/fax/e-mails, computador, intranet e internet. Noções de Comunicação e Atendimento ao Público interno e externo. Conhecimento e prática de Qualidade Total. Conceitos básicos e modo de utilização de tecnologias, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e software. Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos. Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito visual e sonoro; Sistemas Operacionais de Computadores. Noções de digitação.

Anexo IV

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

NOME:_____

DN:_____/_____/_____ ESTADO CIVIL:_____

RG Nº:_____ **CPF Nº:**_____

ENDEREÇO:_____

CIDADE:_____**CEP:**_____

FONE: (___)_____-_____e-mail:_____

CARGO PRETENDIDO:_____

ESCOLARIDADE:_____

DEFICIENTE FÍSICO: ( ) SIM ( ) NÃO

Motivo do pedido de dispensa da taxa para a inscrição no concurso EDITAL Nº 001/2016:

_____

_____

_____

Anexar:

( ) CÓPIA DO RG E CPF;

( ) CÓPIA DA CTPS (constando demissão sem justa causa no máximo há 6 (seis) meses);

( ) CÓPIA DA CTPS (constando emissão no máximo há 6 (seis) meses), sem registros;

( ) CÓPIA DA RESCISÃO CONTRATUAL.

( ) CÓPIA DA CARTEIRA DE DOADOR DE SANGUE (comprovar doação mínima de 03 vezes antes deste certame).

Declaro estar ciente que a simples formalização deste pedido **não autoriza** a realização da inscrição gratuita. Portanto, retornarei a buscar informações sobre a concessão desta isenção junto ao site www.camaracotriguacu.com.br em data de **04/04/2016** até o final do prazo para a realização das inscrições, conforme previsto no Edital nº 001/2016.

_____

(assinatura do requerente)

( ) deferido ( ) indeferido

Comissão:_____

Data: _____/_____/_____

Anexo V

REQUERIMENTO PARA PREENCHIMENTO DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

DESTINADO AOS CANDIDATOS DE NIVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO QUE NÃO TEM ACESSO A INTERNET

NOME:_____

DN:_____/_____/_____ ESTADO CIVIL:_____

RG Nº:_____ **CPF Nº:**_____

ENDEREÇO:_____

CIDADE:_____**CEP:**_____

FONE: (___)_____-_____e-mail:_____

CARGO PRETENDIDO:_____

ESCOLARIDADE:_____

DEFICIENTE FÍSICO: ( ) SIM ( ) NÃO

Motivo do pedido de preenchimento de inscrição via internet:

_____

_____

Declaro que a informação inserida manualmente neste requerimento de elaboração de inscrição via internet é verdadeiro e assumo total responsabilidade pelas informações disponibilizadas.

_____

(assinatura do requerente)

Data: _____/_____/_____

Anexo VI

(Deve ser impresso em papel timbrado da clínica médica)

MODELO DE LAUDO PARA PERÍCIA MÉDICA

(para candidatos(as) que se declararem portadores de deficiência)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr(a)_____

é portador(a) da doença, CID-10_____, que resulta na perda das seguintes funções: _____

_____

(cidade/estado) ____/____/_____

Assinatura e carimbo do Médico com CRM/**UF**

Anexo VII - RECURSO ADMINISTRATIVO

À

Comissão do Concurso Público EDITAL Nº 001/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____Cargo:_____

Marque abaixo o tipo de recurso:

1. ( ) Erro de grafia do nome do(a) candidato(a).

2. ( ) Gabarito Prévio: questão(ões) nº _____.

3. ( ) Erro/omissão em questão da prova de múltipla escolha.

4. ( ) Resultado da prova de múltipla escolha.

5. ( ) Erro/omissão na classificação do(a) candidato(a).

6. ( ) Outros.

Escrever em letra de forma, digitar/datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento teórico.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO VIII

CONCURSO PÚBLICO – PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE TRABALHOS	
OCORRÊNCIAS PREVISTAS	**DATAS PROVÁVEIS**
Período de ampla divulgação: Jornal de circulação regional; Jornal Oficial AMM e; sitio eletrônico www.camaracotriguacu.com.br	**A partir de 11/03/2016**
Período de requerimento presencial de Inscrição Isenta de taxa, junto à Comissão do Concurso Público.	**28/03/2016 a 30/03/2016**
Publicação da autorização para a efetivação da inscrição isenta	**04/04/2016**
Período de realização pela Internet das Inscrições	**28/03/2016 a 17/04/2016**
Vencimento dos boletos impreterivelmente (sem prorrogação)	**18/04/2016**
Homologação das Inscrições e confirmação do local das provas	**26/04/2016**
Entrega obrigatória do original do Laudo Médico para comprovação da Deficiência Física	**Local da realização da Prova Objetiva: 15/05/2016**
Provas: Objetiva (Múltipla escolha) (13:00 às 16:30 hs)	**15/05/2016**
Gabarito Prévio: Mural da Câmara e no site: www.camaracotriguacu.com.br	**16/05/2016**
Prazo para interpelação de recursos contra o Gabarito Prévio	**48 horas após: 18/05/2016 – 12:00 HS**
Previsão para a publicação do Gabarito Oficial	**20/05/2016**
Publicação da quantidade de acertos da Prova Objetiva	**23/05/2016**
Prazo para recurso ao resultado dos acertos (objetiva)	**48 horas após: 25/05/2016– 12:00 HS**
Publicação da Classificação Prévia dos candidatos	**27/05/2016**
Prazo de interpelação de recursos contra a Classificação Prévia	**48 horas após: 31/05/2016 – 12:00 HS**
Divulgação Oficial do Resultado Oficial Local: Mural da Câmara e no site: www.camaracotriguacu.com.br	**Previsão: 02/06/2016**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2016

A Comissão de Concurso Público do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 048, de 25 de fevereiro de 2016, considerando o disposto na: Constituição Federal Art. 37 Incisos II; na Constituição do Estado de Mato Grosso Art. 129 Incisos I, II, III e V; na Lei Orgânica Municipal; na Lei Complementar nº 019/2005, que trata do Estatuto dos Servidores Público do Município de Cotriguaçu; na Lei Complementar nº 048/2014 e alterações posteriores, que tratam sobre do Plano de Cargos e Carreira e Salários dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu MT; na Lei 046/2014 e alteração, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Educação Básica Municipal; na Lei 049/2014 e alteração, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, *divulga e estabelece normas regulamentares* para a abertura do processo de seleção de pessoal, através de Concurso Público destinado ao provimento de vagas existentes e à formação de *cadastro de reserva* em cargos disponibilizados exclusivamente para essa finalidade, e outros que vierem a vagar, ou quando houver a necessidade de ampliação de vagas, junto a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, conforme Anexos a seguir, publicados no site: www.cotriguaçu.mt.gov.br

Anexo I - Informação das vagas; local de lotação e trabalho; valor da taxa de inscrição, carga horária e remuneração inicial, etc.;

Anexo II - Das atribuições dos cargos;

Anexo III - Conteúdo Programático das provas;

Anexo IV - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;

Anexo V - Modelo de Atestado Médico para os(as) candidatos(as) portadores(as) de deficiência física;

Anexo VI - Modelo de Recurso a ser protocolado junto a Comissão de Concurso Público;

Anexo VII - Modelo de protocolo de Títulos de Pós Graduação;

Anexo VIII - Modelo de protocolo de Laudo de Avaliação Médica (obrigatório PNEs);

Anexo IX - Cronograma da previsão dos trabalhos do Concurso Público.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público de Provas e Provas de Títulos será regido por este edital e pelos diplomas legais dispostos em seu preâmbulo e executado pela empresa *S.O.S. Assessoria Contábil e Administrativa Ltda,* inscrita no *CRA-MT nº 301* e *CNPJ nº 03.190.857/0001-00.*

1.2. O concurso destina-se a selecionar candidatos para admissão no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, aos cargos dispostos no Anexo I, deste Edital, onde se encontram também dispostos os respectivos vencimentos, carga horária de trabalho, local de trabalho e valor da inscrição e informações adicionais.

1.3. O prazo de validade do presente concurso esgotar-se-á após dois anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da administração.

1.4. O regime jurídico dos servidores do Município de Cotriguaçu é o Estatutário e instituído pela Lei Complementar 019/2005.

1.5. O Regime Previdenciário do Município de Cotriguaçu é Próprio, regido através da Lei Municipal nº 692/2011, que instituiu o **PREVI-COTRI** - Instituto Municipal de Previdência Social do Município de Cotriguaçu.

1.6. A seleção de que trata este edital será composta de exame de habilidades e conhecimentos mediante aplicação de Provas: Objetiva (múltipla escolha) para os diferentes níveis de escolaridades: Nível Fundamental (incompleto e completo); Nível Médio e Técnico e; Nível Superior, e de provas Subjetiva I aos candidatos do Nível Médio e Técnico e do Nível Superior, e de provas de títulos de Pós Graduação de caráter meramente classificatório, exclusivamente para os candidatos aos cargos do Nível Superior e de Prova Subjetiva II (Prova Prática) aos cargos mencionados no Anexo I, parte integrante deste Edital, sendo de caráter eliminatório e classificatório.

1.7. As informações adicionais acerca da pontuação dos Títulos de Pós Graduação estão disponibilizadas no item 13 deste Edital.

1.7.1. A pontuação máxima dos Títulos de Pós Graduação será de 03 (três) pontos.

1.8. As inscrições serão realizadas somente via Internet através do site: www.cotriguaçu.mt.gov.br.

1.9. Os(as) candidatos(as) aos cargos de Nível do Ensino Fundamental que não tiverem acesso à Internet ou necessitarem de auxílio para a realização da inscrição poderão de segunda a sexta feira, exceto feriados, no horário das 09:00hs as 12:00hs buscar esse auxílio na Secretaria Municipal de Administração junto ao Paço Municipal.

1.9.1. O(a) candidato(a) que deixar de recolher a taxa de inscrição não participará das provas do referido Processo de Concurso, exceto aqueles que obtiverem autorização para se inscreverem gratuitamente.

1.10. O local das Provas Objetiva (múltipla escolha) e Subjetiva I (prova escrita) será informado aos(as) candidatos(as) quando da homologação das inscrições em Edital Complementar previsto para o dia **26/04/2016** e será publicado no site www.cotriguaçu.mt.gov.br

1.10.1. As eventuais alterações suplementares serão informadas em Editais Complementares no site www.cotriguaçu.mt.gov.br

1.11. No local de realização da Prova Objetiva, ainda em sala, os candidatos serão informados sobre a realização da Prova Subjetiva II (Prova Prática), local, horários etc, conforme os cargos.

1.12. O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência física deverá inscrever-se em conformidade com o item 4 (quatro) deste Edital.

1.13. Para se inscrever como portador(a) de deficiência física, o(a) candidato(a) deverá observar no Anexo I deste Edital a compatibilidade com os cargos disponíveis.

1.13.1. Caso o(a) candidato(a) não requeira a prerrogativa disposta no *caput* do subitem anterior, terá tratamento igualitário junto aos demais candidatos concorrentes.

1.14. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização das provas, tais como: gestantes; lactantes e deficientes físicos deverão requerer por escrito junto a Comissão de Concurso Público com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes do início das provas, ou enviar e-mail contato@sosconsultoria.com.br com a mesma antecedência diretamente à empresa organizadora para as providências cabíveis, anexando ao e-mail a documentação exigida para a devida comprovação.

1.15. O(a) candidato(a) que necessitar de aplicação de provas em Braille ou necessitar de um leitor para a prova deverá requerer essa condição junto a Comissão de Concurso Público, em até 48 (quarenta e oito) horas após a homologação das inscrições.

1.15.1. O deferimento para o tratamento especial será avaliado e dependerá de autorização da Comissão de Concurso Público.

1.15.2. A solicitação de condições ou recursos especiais será atendida em todos os casos, seguindo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

1.15.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade, o qual assumirá total responsabilidade pela guarda da criança e não haverá descontos do tempo destinados à amamentação.

1.15.4. A candidata lactante que não levar acompanhante para cuidar da criança não realizará as provas, para não prejudicar os demais candidatos.

1.15.5. O rol de candidatos que tiverem atendimento especial deferido será divulgado no endereço: www.cotriguaçu.mt.gov.br e em mural no dia da prova.

1.15.6. Se o requerente de atendimento especial não tiver o nome incluído na listagem, o mesmo deverá interpelar junto a Comissão de Concurso Público para conhecer as razões do indeferimento.

1.15.7. Se por motivo alheio a Organização do Concurso o(a) candidato(a) tiver sua inscrição anulada ou cancelada, mesmo que já paga a taxa de inscrição, o(a) candidato(a) não terá à respectiva devolução.

1.15.8. Se por motivo alheio a Organização do Concurso o(a) candidato(a) deixar de realizar qualquer prova, e isso for motivo para sua desclassificação, o(a) candidato(a) não terá a respectiva devolução da taxa paga.

2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição será realizada somente via Internet no site www.cotriguaçu.mt.gov.br

2.2. O período normal de inscrição será de **28/03/2016** até as **23h 59min do dia 17/04/2016**;

2.3. O(a) candidato(a) interessado em participar do certame deverá:

2.3.1. Preencher a ficha de inscrição no site, declarando o conhecimento integral do conteúdo deste Edital de Concurso;

2.3.2. Emitir o comprovante de inscrição;

2.3.3. Emitir o boleto e efetuar o pagamento bancário impreterivelmente até o vencimento **18/04/2016**;

2.3.4. Acompanhar diariamente a evolução do processo do concurso através de Edital Complementar no site: www.cotriguaçu.mt.gov.br.

2.4. O(a) candidato(a) que obtiver autorização para inscrever-se como isento não precisará gerar o boleto de cobrança. Porém, deverá preencher todos os dados no formulário de inscrição e "***confirmar***" a inscrição para que seja efetivamente consolidada.

3. **DA ISENÇÃO E DAS TAXAS PARA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO**

3.1. Poderão requerer a isenção da taxa de inscrição:

3.1.1. O(a) candidato(a) doador(a) de sangue, desde que tenha realizado comprovadamente ao menos três doações antes do lançamento deste edital entregará juntamente com o requerimento de isenção, cópia do documento comprobatório padronizado de sua condição de doador regular de sangue expedido por Banco de Sangue, público ou privado, conforme determinação da Lei Estadual nº 7.713/2002;

3.1.2. O(a) candidato(a) desempregado(a) ou que perceba até um salário mínimo e meio terá os benefícios da Lei Estadual nº 6.156/1992 e alterações, desde que devidamente comprovado, com os seguintes documentos:

3.1.2.1. Comprovante de rendimento, se exercer atividade remunerada;

3.1.2.2. Comprovante que está desempregado mediante cópia da CTPS (Carteira de Trabalho) com a baixa do último emprego, ou folhas em branco na sequencia do último emprego ou cópia autenticada do seguro-desemprego ou cópia da publicação do ato de exoneração se ex-servidor estatutário do serviço público.

3.1.3. Será excluído(a) do concurso público o candidato(a) que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos em Lei, tenha obtido vantagens, com uso de fraudes ou qualquer outro meio que evidencie má fé, à redução de que trata as leis mencionadas.

3.1.4. A exclusão será precedida de procedimento em que se garanta ao candidato a sua defesa; e uma vez confirmada, importará a anulação da respectiva inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo de outras sanções penais cabíveis.

3.2. O período para requerimento de isenção da taxa de inscrição será entre os dias **28/03/2016 a 30/03/2016** das 08:00hs as 12:00hs, e deverá ser protocolado presencialmente em envelope endereçado à Comissão de Concurso Público, na sede da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, contendo cópia da documentação exigida no Anexo IV.

3.2.1. O site www.cotriguaçu.mt.gov.br na data provável de **04/04/2016**, divulgará a relação dos(as) candidatos(as) habilitados(as) à realizarem a inscrição gratuita.

3.2.2. O(a) candidato(a) que requereu isenção da taxa de inscrição e não foi contemplado na lista de homologados para essa finalidade, poderá se dirigir à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal, a partir de **04/04/2016** para conhecer as razões do indeferimento da referida taxa de isenção.

3.2.3. O(a) candidato(a) que obtiver autorização para inscrever-se gratuitamente terá até as 23h 59min do dia **17/04/2016** para confirmação da inscrição.

3.2.4. A inscrição isenta realizar-se-á nos mesmos procedimentos das inscrições pagas, pelo site: www.cotriguaçu.mt.gov.br.

3.2.5. Após o preenchimento da Ficha de Inscrição e da efetiva confirmação, a inscrição gratuita será validada automaticamente pelo sistema.

3.3. A Taxa de Inscrição será diferenciada por nível de escolaridade:

3.3.1. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Ensino Fundamental Incompleto e Completo será de R$ 50,00 (cinquenta reais);

3.3.2. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Nível Médio e Técnico será de R$ 80,00(oitenta reais);

3.3.3. Valor da Taxa de Inscrição aos(as) candidatos(as) do Nível Superior será de R$ 110,00 (cento e dez reais).

3.4. Das disposições gerais sobre a Inscrição no Concurso Público.

3.4.1. A única forma de realizar a inscrição será via internet no site: www.cotriguaçu.mt.gov.br.

3.4.2. A informação prestada no ato da inscrição e os dados mencionados serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), respondendo este por qualquer falsidade na forma da lei.

3.4.3. Não será permitida, após a conclusão da inscrição, a complementação de informações, bem como revisão via internet.

3.4.4. Eventual ajuste na inscrição (informações pessoais) somente poderá ocorrer através de recurso impetrado à Comissão de Concurso Público até as 11:00hs do dia **18/04/2016** e sob justificativa razoável e enviado ao e-mail: contato@sosconsultoria.com.br anexando cópia do documento devidamente escaneado em ***.pdf*** para a confirmação dos dados e realização do ajuste.

3.4.5. O comprovante de inscrição será emitido no ato da realização da inscrição e somente terá validade com a apresentação do boleto devidamente pago até a data do vencimento e deverá ser mantido em poder do(a) candidato(a) e apresentado nos locais de realização das provas, (quando solicitado) juntamente com documento de identificação nos termos do item 14.5 e seus subitens.

3.4.6. Não será possível o(a) candidato(a) se inscrever mais de uma vez, mesmo que em cargos diferentes, dada a vinculação do número do CPF. *Portanto, antes de se inscrever, o(a) candidato(a) deve observar com atenção as informações prestadas e somente confirmar a inscrição após ter absoluta certeza sobre o cargo ao qual irá concorrer.*

4. DO(A) CANDIDATO(A) PORTADOR (A) DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

4.1. Do total das vagas abertas neste concurso, durante o prazo de validade do mesmo, 10% (dez) por cento das vagas serão providas a candidatos(as) portadores(as) de deficiência física, conforme dispõe Lei Complementar nº 114 estadual de 25 de novembro de 2002, a convocação para a posse será proporcional à dos demais candidatos(as) aprovados(as).

4.1.1. As vagas dispostas aos(às) candidatos(as) portadores(as) de deficiência estão disponibilizadas no Anexo I deste Edital.

4.1.2. O(a) candidato(a) que não se declarar portador(a) de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos(as).

4.1.3. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deverá digitalizar o laudo médico em formato **.pdf**, e enviar no e-mail: contato@sosconsultoria.com.br até o dia **18/04/2016** para que seja destacado seu nome nas listagens de candidatos como Portador de Deficiência.

4.2. Para concorrer a uma dessas vagas, o(a) candidato(a) deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e;

b) mencionar a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

4.2.1. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deverá entregar impreterivelmente no dia da Prova Objetiva ao fiscal de sala mediante protocolo modelo Anexo VIII (em duas vias), mais o laudo médico original contendo as informações declaradas.

4.2.2. Diante da não comprovação da condição prevista no subitem anterior, o(a) candidato(a) será excluído da listagem de portador(a) de deficiência e constará no rol dos demais candidatos(as), concorrendo com o mesmo grau de igualdade.

4.2.3. A Organização do concurso não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada desse documento ao seu destino.

4.2.3.1. Não será permitida a entrega da comprovação da deficiência física posterior à data predeterminada no subitem 4.2.1.

4.3. O laudo médico original valerá somente para fins de confirmação da inscrição como portador (a) de deficiência à este Concurso Público de vagas. Este documento não será devolvido, e também não será fornecida cópia do mesmo para uso posterior.

4.4. A relação de candidatos(as) que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores(as) de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico www.cotriguaçu.mt.gov.br na data provável de **26/04/2016**.

4.5. A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos(as) candidatos(as) em tal condição, e eventualmente, o não atendimento às condições especiais necessárias.

4.6. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá requerer junto a Comissão do Concurso, através do modelo do Anexo VI conforme dispõe o subitem 1.13. e encaminhar a justificativa no e-mail: contato@sosconsultoria.com.br.

4.7. O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência, se aprovado(a) no concurso, será convocado a submeter-se à perícia médica especial, a ser realizada por equipe multiprofissional sob responsabilidade do município, que verificará a condição física e a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.

4.8. O(a) candidato(a) convocado para a perícia médica deverá comparecer na data e horário previstos no ato convocatório.

4.9. A não observância do disposto no subitem anterior, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga reservada aos(as) candidatos(as) portadores (as) de deficiência física.

4.10. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência reprovado(a) na perícia médica por não ter sido considerado(a) deficiente, caso aprovado(a) no concurso, figurará na lista de classificação geral em igualdade de condições aos demais candidatos(as).

4.11. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência, caso por lapso ou fraude de perícia seja empossado no cargo e reprovado(a) em perícia médica futura (no decorrer do estágio probatório) em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado(a) sem justa causa.

4.12. O(a) candidato(a) que, no ato da inscrição, declarar-se portador(a) de deficiência, classificado(a) no concurso e considerado(a) portador(a) de deficiência, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral em destaque.

4.13. As vagas destinadas aos(as) portadores(as) de deficiências definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos(as) aprovados(as) poderão ser preenchidas pelos demais candidatos(as) classificados(as), observada a ordem geral da classificação final.

4.14. A convocação do(a) candidato(a) portador(a) de deficiência aprovado(a) respeitará a ordem cronológica de classificação e o percentual de limite de vagas abertas.

4.14.1. Serão convocados(as) os(as) candidatos(as) deficientes na mesma proporcionalidade da convocação geral, resguardado o limite previsto neste Edital.

5. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA

5.1. Ser aprovado(a) em Concurso Público.

5.2. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que, amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

5.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.

5.4. Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme item 2 deste edital.

5.5. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse e atender as exigências de escolaridade.

5.6. Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal.

5.7. Ser considerado apto física e mentalmente para o exercício do cargo no exame médico pré admissional, devendo o(a) candidato(a) apresentar os exames laboratoriais exigidos pelo médico para avaliação clínica.

5.8. Declarar o não acúmulo de Cargo Público, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

5.9. Estar devidamente registrado e quite com o Conselho Regional de sua formação acadêmica, quando exigido para a efetiva posse do(a) candidato(a).

5.10. Cumprir todas as determinações deste edital.

6. DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

6.1. A seleção de que trata este edital compreenderá as seguintes fases, conforme o quadro a seguir.

6.2. A Prova Objetiva (múltipla escolha) terá a duração de 3:30 (três horas e trinta minutos) e será aplicada **na data provável de 15 de maio de 2016**, no turno da manhã, das 08h00min às 11h30min e será confirmada por Edital Complementar na divulgação das inscrições homologadas, previstas para **26 de abril de 2016**.

6.3. A Prova Subjetiva II (Prova Prática) terá a duração de 3 (três) horas e serão aplicadas **na data provável de 15 de maio de 2016**, no turno da tarde, das 13h00min às 16h00min, independentemente do resultado da Prova Objetiva.

6.4. Os Gabaritos preliminares das Provas Objetivas serão publicados nos murais do Paço Municipal, e ainda, no site: www.cotriguaçu.mt.gov.br no dia seguinte à realização das provas conforme disposto no Anexo IX, deste Edital tendo como data provável dia **na data provável de 16 de maio de 2016**.

6.5. Os locais e os horários de realização das Provas Objetivas e Subjetiva I (prova escrita) serão informados em Edital Complementar, previsto parapublicação em **26 de abril de 2016**.

6.5.1. Será de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.6. Os locais e os horários de realização da Prova Subjetiva II (Prova Prática) serão divulgados (em sala de provas) quando da realização da Prova Objetiva e Prova Subjetiva I, no turno matutino.

6.6.1. O não comparecimento para a realização da Prova Subjetiva II (Prova Prática) aos cargo obrigatórios desclassificará o(a) candidato(a) deste concurso de vagas.

6.7. A prova de títulos obedecerá ao critério previsto no item 13 deste Edital de Concurso.

7. DAS PROVAS: OBJETIVA E SUBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS

7.1. **Candidatos(as) de Nível Fundamental Incompleto e Completo:**

7.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha para os(as) candidatos(as) de Nível Fundamental Incompleto e Completo será composta de 30 (trinta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.1.1.1. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no Anexo III deste Edital, devidamente discriminado pelos cargos concorridos.

7.1.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas aquele correspondente à resposta que julgar correta de acordo com o enunciado da questão.

7.1.1.3. O(a) candidato(a) deverá marcar somente um dos quatro campos da cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.1.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos no somatório da Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

7.1.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado do Concurso Público.

7.1.4. Prova Subjetiva II (Prova Prática): Os(as) candidatos(as) concorrentes aos cargos dispostos no Anexo I que farão Prova Prática, terão as informações contidas no Anexo III deste Edital, que trata especificamente do Conteúdo Programático das provas, sendo exigido o atendimento dos questionamentos realizados pelos fiscal e a realização da prova pratica na íntegra.

7.1.4.1. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na Prova Subjetiva II (Prova Prática), sob pena de desclassificação.

7.1.5. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	5 (cinco)	3 (três)	15 (quinze) pontos
Matemática	5 (cinco)	3 (três)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Gerais	10 (cinco)	3 (três)	30 (trinta) pontos
Conhecimentos Específicos	10 (cinco)	4 (quatro)	40 (quarenta) pontos
		TOTAL	**100 (cem) pontos**

7.2. **Candidatos(as) de Nível Médio:**

7.2.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para os(as) candidatos(as) do Nível Médio e Técnico será composta de 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.2.1.1. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas o campo correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.2.2. A Prova Subjetiva I (redação): para os(as) candidatos(as) do Nível Médio e Técnico será a elaboração de uma Redação do Gênero Narrativo.

7.2.2.1. O Conteúdo Programático das Provas está disponível no Anexo III deste Edital, devidamente discriminados por cargo concorrido.

7.2.3. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na Prova Objetiva (múltipla escolha) e na Prova Subjetiva I (redação), sob pena de desclassificação.

7.2.4. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o somatório mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado do Concurso Público.

7.2.5. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) ou não alcançar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação da Prova Subjetiva I (redação), estará desclassificado do Concurso Público.

7.2.6. A Prova Subjetiva II (Prova Prática): Os(as) candidatos(as) concorrentes aos cargos dispostos no Anexo I que farão Prova Prática, obterão as informações no Anexo III deste Edital, que trata especificamente do Conteúdo Programático das provas, sendo exigido o atendimento dos questionamentos realizados pelos fiscal e a realização da prova prática na íntegra.

7.2.6.1. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento na Prova Subjetiva II (Prova Prática), sob pena de desclassificação.

7.2.7. A forma de avaliação das provas: Subjetivas I e II está disposta no Anexo III com as informações do conteúdo Programático das mesmas.

7.2.8. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva e Subjetiva I terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Matemática	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Gerais	05 (cinco)	1,0 (um)	5 (cinco) pontos
Conhecimentos Específicos	15 (quinze)	3,0 (três)	45 (quarenta e cinco) pontos
Prova Subjetiva I (Redação: Gênero Narrativo)	1	20	20 (vinte) pontos
		TOTAL	**100 (Cem) pontos**

7.3. **Candidatos(as) de Nível Superior:**

7.3.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para os(as) candidatos(as) do Nível Superior será composta de 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

7.3.1.1. O Conteúdo Programático da Prova Objetiva está disponível no Anexo III.

7.3.1.2. Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: "**A, B, C ou D**", sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas o campo correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

7.3.2. A Prova Subjetiva I (redação): para os(as) candidatos(as) do Nível Superior será a elaboração de uma Redação do Gênero Dissertativo Argumentativo.

7.3.2.1. O Conteúdo Programático da Prova Subjetiva I está disponível no Anexo III.

7.3.3. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na Prova Objetiva (múltipla escolha) e na Prova Subjetiva I (redação), sob pena de desclassificação.

7.3.4. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o somatório mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos acertos das questões estará desclassificado do Concurso Público.

7.3.5. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) ou não alcançar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação da Prova Subjetiva I (redação), estará desclassificado do Concurso Público.

7.3.6. Prova de Títulos: A prova de títulos descrita no item 13 deste Edital terá seu resultado adicionado na soma das notas aos(as) candidatos(as) que forem classificados(as) com o mínimo de 50% (cinquenta por cento) na Prova Objetiva, em caráter meramente classificatório.

7.3.6.1. O Título de Pós Graduação deverá ser exclusivamente na área de atuação do cargo inscrito neste Concurso Público.

7.3.7. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva (múltipla escolha) e Subjetiva I (redação) terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo totalizando 100 (cem pontos):

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Gerais	10 (dez)	1,5 (um e meio)	15 (quinze) pontos
Conhecimentos Específicos	20 (vinte)	2,5 (dois e meio)	50 (cinquenta) pontos
Prova Subjetiva I - (Redação: Gênero Dissertativo Argumentativo)	1	20	20 (vinte) pontos
		TOTAL	**100 (cem pontos)**

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas, seja por meio de processamento eletrônico ou manual, a critério da organização.

8.2. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações do cartão de respostas, será igual a ponto positivo para os acertos e não haverá contagem negativa de pontos para os erros.

8.3. Serão reprovados do Concurso Público os(as) candidatos(as) do Nível Fundamental (Incompleto e Completo) que obtiverem acertos de questões inferiores a 50% (cinquenta por cento) das questões em qualquer fase das provas, seja Prova Objetiva (múltipla escolha), Prova Subjetiva II (Prova Prática), que receberão as notas com somatórios de 0-100 pontos.

8.4. Serão reprovados do Concurso Público os(as) candidatos(as) do Nível Médio que obtiverem acertos de questões inferiores a 50% (cinquenta por cento) das questões em qualquer fase das provas, seja Prova Objetiva (múltipla escolha), Prova Subjetiva I, que receberá avaliação com somatórios de 0-20 pontos e Prova Subjetiva II (Prova Prática), que receberá avaliação com somatórios de 0-100 pontos.

8.5. Serão reprovados do Concurso Público os(as) candidatos(as) do Nível Superior que obtiverem acertos de questões inferiores a 50% (cinquenta por cento) das questões em qualquer fase das provas, seja Prova Objetiva (múltipla escolha), Prova Subjetiva I, que receberá avaliação com somatórios de 0-20.

8.6. Da avaliação das provas reguladas pelas normas do DETRAN:

8.6.1. No ato da prova prática os candidatos aos cargos de: *Motoristas e Operadores Máquinas* deverão obrigatoriamente estar com as *CNHs em plena validade,* ou com a *CNHs anterior em plena validade* e o protocolo expedido via internet pelo DETRAN do encaminhamento da carteira compatível ao cargo concorrido, conforme exigência deste edital disposto no Anexo I do quadro de vagas.

8.6.2. O(a) candidato(a) que não atender o subitem anterior não poderá realizar a prova e estará automaticamente desclassificado do Concurso Público.

8.6.3. Está disponível no Anexo III deste Edital a modalidade e a avaliação das provas práticas desses cargos.

8.7. Os(as) candidatos(as) desclassificados(as) na forma do subitem 8.3, 8.4 e 8.5, deste edital, não terão qualquer classificação neste Concurso Público.

8.8. Os nomes dos(as) candidatos(as) classificados(as) serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final nas Provas Objetivas e Provas Subjetivas (redação e provas práticas) e Prova de Títulos de Pós Graduação, até o limite das vagas dos(as) aprovados(as), seguindo o critério de desempate previsto no item 10 neste edital.

8.9. Os cálculos porventura citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo da segunda casa decimal for igual ou superior a cinco e para baixo se inferior a cinco.

9. DA NOTA FINAL NO CONCURSO

9.1. A nota final no concurso será a SOMA das notas obtidas na Prova Objetiva, acrescentados a soma das Provas Subjetivas I e II (quando for o caso), mais a soma da prova de títulos (quando houver).

9.2. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) serão ordenados(as) de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no item 10 deste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DO DESEMPATE

10.1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o(a) candidato(a) que:

I. Possuir maior idade, dentre os(as) candidatos(as) com mais de 60 (sessenta) anos, completados até a data da prova, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II. Possuir maior quantidade de acertos nas questões da prova objetiva;

III. Possuir maior soma de nota na prova Subjetiva II (prática) (quando houver);

IV. Possuir maior quantidade de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

V. Possuir maior quantidade de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

VI. Possuir maior quantidade de acertos na prova de Língua Portuguesa (quando houver);

VII. Possuir maior soma de nota na prova Subjetiva I (redação) (quando houver);

VIII. O(a) candidato(a) mais velho(a).

11. DOS RECURSOS

11.1. Não será aceito recurso via postal, via fax ou extemporâneo.

11.2. O recurso deverá ser protocolado pessoalmente junto à Comissão de Concurso Público, no endereço do Paço Municipal de Cotriguaçu MT ou e-mail da empresa organizadora: contato@sosconsultoria.com.br devidamente embasado teoricamente ou com respaldo suficientemente capaz de alterar o disposto.

11.3. O(a) candidato(a) que sentir-se prejudicado poderá interpor presencialmente, recursos das fases de publicações dos Editais Complementares, no interstício máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos seguintes atos:

11.3.1. Poderá ser interposto recursos de: retificação de informações pessoais; homologação das Inscrições; questões equivocadas das provas; gabarito prévio e classificação prévia.

11.3.2. Para interpor recursos o(a) candidato(a) deverá utilizar-se do modelo de formulário disposto no Anexo VI deste edital.

11.3.3. O(a) candidato(a) deverá ser objetivo e consistente em seu pleito. E ainda, justificar o recurso e embasar-se teoricamente, sob pena de não ser conhecido.

11.3.4. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

11.4. Todos os recursos com fundamentação teórica e devidamente justificados serão recebidos pela Comissão Fiscalizadora e encaminhados à Banca Examinadora para análise e eventual defesa ou correção.

11.5. Se do exame de recurso resultar anulação de questão integrante de provas, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída pontos a todos(as) candidatos(as) concorrente e será divulgado no site www.cotriguaçu.mt.gov.br.

11.5.1. Não será encaminhada resposta individual ao(a) candidato(a) recursante.

11.5.2. O resultado dos recursos conhecidos serão disponibilizados no site para apreciação de todos(as) os(as) candidatos(as)

11.6. Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recursos (recurso de recurso) e/ou recurso de Gabarito Oficial, bem como recursos contra o Resultado Final.

11.7. Recursos cujo teor desrespeite a Organização do Concurso serão preliminarmente indeferidos.

12. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO CARGO

12.1. O(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público terá garantido sua vaga para a posse no cargo público, que poderá ocorrer até o final da validade deste concurso. Porém, será fator determinante a avaliação clínica médica, laboratorial e psicológica sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), para consolidar a aprovação no cargo.

12.1.1. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração Municipal e respeitado os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12.2. O(a) "*candidato(a) classificado(a)*" listará sequencialmente no rol do resultado final, após o atendimento das vagas abertas para os(as) "*candidatos(as) aprovados(as)*" e serão promovidos à este status sempre que vagar o cargo.

12.2.1. As oportunidades serão abertas por vários motivos: em razão de exoneração, aposentadoria ou morte de servidor, ou até mesmo de desistência de outros aprovados.

12.2.2. O(a) candidato(a) que compor a lista de ***"CLASSIFICADOS"*** estará automaticamente enquadrado(a) no "***CADASTRO DE RESERVA***" da instituição e não terá direito a convocação para posse, exceto, se houver a necessidade ou a criação de novas vagas, por necessidade da Administração Municipal.

12.3. O(a) candidato(a) aprovado(a) para as vagas existentes será convocado(a) por meio de publicação no Jornal Oficial dos Municípios AMM, ou por meio de publicação no mural do Paço Municipal, e ainda, no endereço eletrônico do Município de Cotriguaçu www.cotriguaçu.mt.gov.br

12.4. O(a) candidato(a) convocado terá até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida no ato convocatório, que deverá conter no mínimo os seguintes documentos:

12.4.1. Documento de identidade - cópia autenticada;

12.4.2. CPF - cópia autenticada;

12.4.3. CNH compatível com a função do cargo inscrito - cópia autenticada;

12.4.4. Título eleitoral cópia autenticada;

12.4.5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

12.4.6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

12.4.7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

12.4.8. Comprovante de endereço;

12.4.9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido), cópia autenticada;

12.4.10. Certidão de nascimento ou casamento - cópia autenticada;

12.4.11. Certidão de nascimento dos filhos - cópia autenticada;

12.4.12. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

12.4.13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

12.4.14. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

12.4.15. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

12.4.16. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município ou (positiva com efeito de negativa);

12.5. Das declarações exigidas, os modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

12.6. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) excluído(a) do Concurso Público.

12.7. Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto a lotação dos cargos previamente definidos.

13. DAS PROVAS DE TÍTULOS

13.1. Receberá bônus através de comprovação de Título de Pós-Graduação os(as) candidatos(as) do Nível Superior que obtiverem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos nas provas, conforme item 1.6. deste Edital, de caráter meramente classificatório.

13.2. Do Título de Pós Graduação aos candidatos de Nível Superior:

13.2.1. Será permitido apenas 1 (um) único título de Pós Graduação, especialização na área especifica de formação do candidato, e que seja compatível com o cargo concorrido, onde a pontuação máxima do Título de Pós Graduação se restringirá a 3 (três) pontos.

13.2.2. O Título de Pós Graduação (em área de atuação do cargo concorrido) será entregue impreterivelmente na data da realização da Prova Objetiva (turno da manhã) ao fiscal de sala, para as respectivas anotações na ata de sala, quando da realização das provas, (mediante protocolo disponível Modelo Anexo VII).

13.3. Será aceita declaração de conclusão de curso, desde que, devidamente anexado ao Histórico Escolar (cópia autenticada) ou Certificado de conclusão devidamente registrado pelo MEC (cópia autenticada).

13.4. Tabela de pontuação de bônus por títulos:

TÍTULOS ADMITIDOS PARA EFEITO DE PONTUAÇÃO, RELATIVOS À ÀREA INSCRITA.	
Pós Graduação (Especialização) na área inscrita (Lato Sensu)	1 (um) ponto
Pós Graduação (Especialização) na área inscrita (Stricto Sensu)	3 (três) ponto

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará na aceitação das normas para o Concurso Público contida nos comunicados, deste edital e em outros Editais Complementares a serem publicados.

14.2. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público que sejam publicados no mural do paço municipal e no endereço eletrônico do município www.cotriguaçu.mt.gov.br

14.3. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O(a) candidato(a) deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 14.2 deste edital.

14.4. O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de trinta minutos do horário pré-fixado para o seu início munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição, do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, do documento de Identificação original, Laudo de Perícia médica (se for o caso) e, dos títulos de Pós Graduação (se for o caso).

14.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.5.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

14.5.2. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

14.6. Por ocasião da realização das provas, o(a) candidato(a) que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.5 deste edital, não poderá fazer as provas e estará automaticamente desclassificado do Concurso Público.

14.7. Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

14.7.1. A identificação especial será exigida, também, ao(a) candidato(a) cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a).

14.8. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.9. Não será admitido ingresso de candidato(a) no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.10. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas, no mínimo por uma hora após o início das provas.

14.10.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e consequente eliminação do(a) candidato(a) do Concurso Público.

14.11. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar sob nenhuma hipótese.

14.12. O(a) candidato(a) somente poderá se retirar do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros acompanhado de um fiscal devidamente credenciado.

14.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

14.14. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a estas implicará a eliminação automática do(a) candidato(a).

14.15. Será eliminado do concurso o(a) candidato(a) que, durante a realização das provas, for surpreendido portando quaisquer aparelhos eletrônicos ativos, tais como: bip, telefone celular, smartphone, walkman, agenda eletrônica, despertador eletrônico, palmtop, tablet, receptor (ponto auditivo), gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme, relógio eletrônico (calculadora), óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, quepe, boina etc., qualquer outra vestimenta que possibilite disfarces para facilitar tentativa de comunicação interna ou externa e criar possibilidade de fraude.

14.15.1. A Organização do Concurso recomenda que o(a) candidato(a) *não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior*, no dia de realização das provas.

14.15.2. A Organização do Concurso não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos do(a) candidato(a), bem como não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou equipamentos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

14.15.3. Não será permitida a entrada de candidatos(as) no ambiente de provas portando armas, mesmo os autorizados por lei. O(a) candidato(a) que estiver armado será encaminhado à coordenação.

14.16. No dia de realização das provas, a Organização do Concurso poderá submeter os(as) candidatos(as) ao sistema de detecção de metal.

14.17. Terá suas provas anuladas e estará automaticamente eliminado do Concurso Público o(a) candidato(a) que, durante a sua realização:

14.17.1. For surpreendido fornecendo ou recebendo auxílio para a execução das provas ou comunicando-se com outros candidatos(as);

14.17.2. Utilizar-se de quaisquer dos objetos constantes dos subitens 14.15 e 14.16, além de quaisquer outros objetos que não forem expressamente permitidos;

14.17.3. Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos(as);

14.17.4. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, comprovante de pagamento ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

14.17.5. Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

14.17.6. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.17.7. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;

14.17.8. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou no cartão de respostas;

14.17.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

14.17.10. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

14.17.11. Não permitir a coleta de sua assinatura;

14.17.12. Ficar comprovado que o uso de caneta fabricada em material não transparente, contenha qualquer indício de fraude ao concurso;

14.17.13. For surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

14.17.14. Não permitir ser submetido a detector de metal.

14.18. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.19. Se, a qualquer tempo for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o(a) candidato(a) se utilizado de processo ou meio ilícito, suas provas serão anuladas e ele estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

14.20. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do(a) candidato(a), constituindo tentativa de fraude, sem prejuízo das punições legais.

14.21. O resultado final do concurso será **homologado** pela Prefeita Municipal de Cotriguaçu, e publicado nos órgãos da imprensa local e no endereço eletrônico do município.

14.22. O(a) candidato(a) deverá manter atualizado seu endereço perante o Departamento de Recursos Humanos, enquanto estiver participando do Concurso Público, por meio de requerimento a ser enviado à Administração Municipal. Será de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.23. Os casos omissos serão resolvidos pela Organização do Concurso Público e pela Comissão de Concurso Público.

14.24. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação pela Organização do Concurso.

14.25. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação.

14.26. O(a) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o cargo concorrido e as demais informações.

14.27. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso do(a) candidato(a) tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade. Nesse caso, se necessário, o(a) candidato(a) será acompanhado por agente devidamente identificado e autorizado.

14.28. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital só poderão ser feitas por meio de outro edital.

14.29. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Concurso Público e não havendo óbice administrativo ou judicial, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos.

Cotriguaçu MT, 10 de março de 2016.

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Pres. da Comissão de Concurso Público

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal

ANEXO I

DAS VAGAS - NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 50,00

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Prova Prática	Vagas	Cadastro Reserva	Vagas P. N.E.	C/ H	Rem. Inicial R$
Agente Público	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	Não	**01**	**Não**	40	880,00
Agente Público	Auxiliar de Serviços Gerais	Estrutura Administrativa Nova União	**NÃO**	Não	**01**	**Não**	40	880,00
Agente Público	Viveirista	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	Não	**Não**	**01**	40	880,00
Agente de Serviço Saúde	Limpeza/Cozinha/Lavanderia	Secretaria de Saúde Sede	**NÃO**	Não	**01**	**Não**	40	880,00
Agente de Manutenção e Conservação	Motorista de Grande Porte - CNH Cat. **"D"**	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	**01**	**Não**	40	1.654,12
Agente de Manutenção e Conservação	Motorista de Grande Porte - CNH Cat. **"D"**	Estrutura Administrativa Nova União	**SIM** (Direção e manobras com Caminhões)	Não	**01**	**Não**	40	1.654,12
Agente de Manutenção e Conservação	Operador de Máquinas Pesadas - CNH "**D**" Motoniveladora	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e manobras com Motoniveladora)	Não	**01**	**Não**	40	1.654,12
Agente de Manutenção e Conservação	Operador de Máquinas Pesadas - CNH "**D**" Pá Carregadeira	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e manobras Pá Carregadeira)	Não	**01**	**Não**	40	1.654,12
Agente de Manutenção e Conservação	Operador de Máquinas Pesadas - CNH "**D**" Pá Carregadeira	Estrutura Administrativa Nova União	**SIM** (Direção e manobras Pá Carregadeira)	Não	**01**	**Não**	40	1.654,12
Agente Operacional	Motorista de Veículo Pequeno - CNH "**B**"	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Direção e Veículo Pequeno)	Não	**01**	**Não**	40	1.306,30

OBS. os cargos que exigirem Carteira Nacional de Habilitação CNH, as mesmas deverão estar em plena validade no dia da prova, para a realização das provas práticas. Caso o candidato tenho requerido alteração de categoria e ainda não tenha recebido a CNH atualizada, deverá entregar a CNH anterior e o protocolo expedido pelo DETRAN impresso via internet para a confirmação. No ato da posse o candidato deverá apresentar a CNH constando "apto para transporte remunerado" ou comprovação da CNH.

DAS VAGAS - NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 50,00

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Prova Prática	Vagas	Cadastro Reserva	Vagas P. N.E.	C/H	Rem. Inicial R$
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Estrutura Administrativa Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	880,00
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Saúde Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	880,00
Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Saúde Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	880,00
Apoio Administrativo Educacional	Vigia	Secretaria de Educação Agrovila	**NÃO**	Não	**01**	**Não**	30	880,00
Apoio Operacional Educacional	Motorista Ônibus + CNH "**D**"	Secretaria de Educação Sede	**SIM** (Direção e Manobras Ônibus Escolar)	Não	**01**	**Não**	30	1.192,88
Apoio Operacional Educacional	Motorista Ônibus + CNH "**D**"	Secretaria de Educação Nova União	**SIM** (Direção e Manobras Ônibus Escolar)	Não	**01**	**Não**	30	1.192,88
Apoio Operacional Educacional	Motorista Ônibus + CNH "**D**"	Secretaria de Educação Nova Esperança	**SIM** (Direção e Manobras Ônibus Escolar)	Não	**01**	**Não**	30	1.192,88
Motorista	Motorista (Saúde) + CNH "**D**"	Secretaria de Saúde Sede	**SIM** (Direção e Manobras Veículo equivalente à ambulância)	Não	**01**	**Não**	40	1.116,50

OBS. os cargos que exigirem Carteira Nacional de Habilitação CNH, as mesmas deverão estar em plena validade no dia da prova, para a realização das provas práticas. Caso o candidato tenho requerido alteração de categoria e ainda não tenha recebido a CNH atualizada, deverá entregar a CNH anterior e o protocolo expedido pelo DETRAN impresso via internet para a confirmação.

No ato da posse o candidato deverá apresentar a CNH constando "apto para transporte remunerado" ou comprovação da CNH.

DAS VAGAS - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 80,00

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Prova Prática	Vagas	Cadastro Reserva	Vagas P. N.E.	C/H	Rem. Inicial R$
Agente Administrativo	Agente Administrativo	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Informática)	**Não**	**01**	**Não**	40	1.021,29
Agente Administrativo	Agente Administrativo	Secretaria de Saúde Sede	**SIM** (Informática)	**Não**	**01**	**Não**	40	1.021,29
Auxiliar Técnico de Saúde	Auxiliar em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	1.218,00
Auxiliar Técnico de Saúde	Auxiliar em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde Vale Verde	**NÃO**	**01**	**Não**	**Não**	40	1.218,00
Agente de Fiscalização	Fiscal de Tributos	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Informática)	**Não**	**01**	**Não**	40	1.306,30
Técnico em Vigilância Sanitária e Ambiental	Fiscal Sanitário	Secretaria de Saúde Sede	**SIM** (Informática)	**Não**	**01**	**Não**	40	1.116,50
Orientador Social	Orientador Social	Assistência Social CRAS Sede	**SIM** (Informática)	**Não**	**01**	**Não**	40	1.021,29
Técnico de Nível Médio	Técnico em Agropecuária	Estrutura Administrativa Sede	**SIM** (Informática)	**Não**	**01**	**Não**	40	1.306,30
Técnico Administrativo Educacional	Técnico Administrativo Educacional	Secretaria de Educação Sede	**SIM** (Informática)	**Não**	**01**	**Não**	30	1.027,78
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde Agrovila	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	1.421,00
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde Nova Esperança	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	1.421,00
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde Nova União	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	1.421,00
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde Sede	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	1.421,00
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Enfermagem + COREN	Secretaria de Saúde Ouro Verde	**NÃO**	**Não**	**01**	**Não**	40	1.421,00
Assistente Técnico em Saúde	Técnico em Radiologia + CRTR	Secretaria de Saúde Sede	**NÃO**	**01**	**Não**	**Não**	20	1.319,50

DAS VAGAS - NÍVEL SUPERIOR

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO R$ 110,00

Categoria Funcional	Cargo Concorrido	Local de Lotação	Vagas	Cadastro Reserva	Vagas P.N.E.	C/H	Rem. Inicial R$
Técnico de Nível Superior	Advogado	Estrutura Administrativa Sede	**01**	**Não**	**Não**	20	3.607,82
Especialista em Saúde	Enfermeiro + COREN	Secretaria de Saúde	**Não**	**01**	**Não**	40	3.146,50

		Sede					
Especialista em Saúde	Enfermeiro + COREN	Secretaria de Saúde Nova União	**01**	**Não**	**Não**	40	3.146,50
Especialista em Saúde	Enfermeiro + COREN	Secretaria de Saúde Nova Esperança	**Não**	**01**	**Não**	40	3.146,50
Técnico de Nível Superior	Engenheiro Civil	Estrutura Administrativa Sede	**Não**	**01**	**Não**	40	3.146,50
Especialista em Saúde	Farmacêutico Bioquímico + CRF	Secretaria de Saúde Sede	**Não**	**01**	**Não**	40	3.146,50
Especialista em Saúde	Médico + CRM	Secretaria de Saúde Agrovila	**01**	**Não**	**Não**	20	5.075,00
Especialista em Saúde	Médico + CRM	Secretaria de Saúde Nova União	**01**	**Não**	**Não**	20	5.075,00
Especialista em Saúde	Médico + CRM	Secretaria de Saúde Sede	**03**	**Não**	**Não**	20	5.075,00
Técnico de Nível Superior	Médico Veterinário + CRM	Secretaria de Agricultura Sede	**Não**	**01**	**Não**	40	3.146,50
Especialista em Saúde	Odontólogo + CRO	Secretaria de Saúde Nova União	**01**	**Não**	**Não**	40	3.146,50
Técnico de Nível Superior	Psicólogo + CRP	Secretaria de Assistência Social Sede	**01**	**Não**	**Não**	40	3.146,50
Especialista em Saúde	Psicólogo + CRP	Secretaria de Saúde Sede	**Não**	**01**	**Não**	40	3.146,50
Técnico de Nível Superior	Químico + CRQ	Estrutura Administrativa Sede	**Não**	**01**	**Não**	20	1.573,25
Professor	Professor Licenciatura em Matemática	Secretaria de Educação Nova União	**Não**	**01**	**Não**	30	2.132,75

Anexo II

Das atribuições dos cargos

1. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

1.1. Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte: Motorista CNH "D": Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços na área de eletricidade, dirigir e operar caminhões de grande porte e máquinas pesadas como e demais atividades complementares e afins.

1.2. Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços na área de eletricidade, dirigir e operar caminhões de grande porte e máquinas pesadas como e demais atividades complementares e afins.

1.3. Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia: Limpeza: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza , zeladoria, cozinhar, executar serviços de segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, exercer funções administrativas no auxilio das chefias imediatas e demais atividades complementares afins.

1.4. Agente Operacional - Motorista Veículos Pequenos CNH "B": Compreende a categoria funcional com as atribuições de dirigir e conservar automóveis, caminhonetes e demais veículos de transporte de passageiros e cargas, dentro ou fora do Município e demais atividades complementares e afins.

1.5. Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção conservação, transportar materiais, coletar lixo, jardinagem, zeladoria, executar tarefas internas e externas de correspondência, cozinhar, exercer funções administrativas no auxilio das chefias imediatas. Apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS e demais atividades complementares afins.

1.6. Agente Público - Viveirista: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção conservação, transportar materiais, coletar lixo, jardinagem, zeladoria, executar tarefas internas e externas de correspondência, cozinhar, exercer funções administrativas no auxilio das chefias imediatas. Apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS e demais atividades complementares afins.

1.7. Apoio Operacional - Motorista de Ônibus - CNH "D": composto de atribuições inerentes às atividades de conduzir veículos de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Transito com formação em nível de ensino e profissionalização específica.

2. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTALCOMPLETO

2.1. Apoio Administrativo Educacional - Vigia: composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição escolar, de manutenção de Infraestrutura, vigilância e outras que requeiram formação em nível de ensino e profissionalização específica.

2.2. Auxiliar Administrativo: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços auxiliares de administração, nas áreas de secretariado, administração, digitação, arquivo, manipulação de dados, datilografia, protocolo, registro, arquivos, classificação e expedição de correspondência, operar máquinas de datilografia, copiadoras, digitação, telex, atender telefone, manusear fichários, recepcionar ao público, controlar entrada e saída de materiais de consumo e demais atividades complementares e afins.

2.3. Motorista da Saúde - Motorista de Ambulância - CNH "D": Vistoriar o veículo sob sua responsabilidade, verificando o estado dos pneus, nível de combustível óleo e água; testar os freios e a parte elétrica; dirigir o veículo observando as normas de transito, responsabilizando-se pelos usuários e cargas orgânicas e/ou inorgânicas conduzidas; providenciar a manutenção do veículo, comunicando as falhas e solicitando os reparos necessários; efetuar reparos de emergência no veículo; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade.

3. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

3.1. Agente Administrativo: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços administrativos, nas áreas de secretariado, administração, digitação, arquivo, manipulação de dados, protocolo, registro, arquivos, digitação, controle orçamentário e contábil, manusear fichários, controlar entrada e saída de materiais de consumo e demais atividades complementares e afins.

3.2. Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços nas áreas preventivas e corretivas relativas a tributos municipais, obras e postura, fiscalizando e aplicando as penalidades cabíveis e demais atividades complementares afins.

3.3. Assistente Técnico em Saúde - Fiscal Sanitário: Desenvolver ações de inspeção, promoção e prevenção para evitar e/ou diminuir riscos à saúde da população e do meio ambiente, a partir de identificação de agentes causais e condicionantes do processo saúde doença, do processo de produção e consumo de bens e serviços e da ocupação dos espaços e da organização da sociedade.Executar medidas que quebrem o elo da cadeia de transmissão das doenças no trabalho e na comunidade. Monitorar riscos biológicos físicos e químicos; participar do planejamento, identificando as prioridades em conjunto com a equipe; assessorar e prestar suporte técnico de gestão em saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, respeitada a legislação pertinente.

3.4. Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem: Planeja, executa e avalia atividades técnicas sob orientação e supervisão, nas funções de Técnico em Enfermagem, orientando e assistindo os pacientes, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, cabendo-lhe assistir ao enfermeiro nas diversas atividades excetuadas as privativas, previstas legalmente; integrar a equipe de saúde; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

3.5. Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Radiologia: Colocar os filmes nos chassis, posicionando-os e fixando letras e números radiopacos; preparar o paciente para assegurar a validade do exame; acionar o aparelho de Raios-X, observando as instruções de funcionamento; colocar o paciente nas posições, medindo distâncias para a focalização da área a ser radiografada; registrar o número de radiografias realizadas, discriminando tipos, regiões e requisitantes; manter a ordem e a higiene do ambiente de trabalho, seguindo as normas para evitar acidentes; encaminhar o chassi com o filme a câmara escura para ser feita a revelação; operar máquinas reveladoras automáticas; selecionar os filmes a serem utilizados, atendendo o tipo de radiografia requisitada, para facilitar execução do trabalho; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade.

3.6. Auxiliar Técnico em Saúde - Auxiliar em Enfermagem: Planeja, executa e avalia, sob orientação e supervisão, no cuidado e conforto do paciente e nas ações de tratamento simples, das atividades auxiliares de Enfermagem na promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município.

3.7. Orientador Social - Orientador Social: Compreende a categoria funcional com as atribuições desenvolver atividades sócio-educativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família. Desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos construção da autonomia, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais e demais atividades complementares e afins.

3.8. Técnico de Nível Médio - Técnico em Agropecuária: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar trabalhos identificados com as áreas de construção civil, contabilidade, agropecuária, e executar tarefas correlatas à mesma função profissional e demais atividades complementares afins de nível técnico de ensino médio, com registro no órgão competente.

3.9. Técnico Administrativo Educacional: Administração Escolar, cujas principais atividades são: escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares; assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros; dos serviços de manutenção e controle da infraestrutura; dos serviços de transporte, dos serviços de manutenção, guarda e controle dos materiais e equipamentos para a prática de esportes nas unidades escolares e outros.

4. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE NIVEL SUPERIOR

4.1. Advogado: Compreende a categoria funcional com as atribuições de exercer atividades correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins, de nível superior, com registro no órgão competente.

4.2. Enfermeiro: Compreende o cargo inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional, Planeja, executa, avalia e supervisiona atividades inerentes às áreas de Biologia, Biomedicina, Bioquímica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia,Fonoaudióloga, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Arte Terapia, Musicoterapia, Medicina Veterinária e Educação Física, utilizando métodos e técnicas específicas voltadas para o exercício profissional nas áreas de promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município

4.3. Engenheiro Civil: Compreende a categoria funcional com as atribuições de exercer atividades correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins, de nível superior, com registro no órgão competente.

4.4. Farmacêutico/Bioquímico: Compreende o cargo inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional, Planeja, executa, avalia e supervisiona atividades inerentes às áreas de Biologia, Biomedicina, Bioquímica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia,Fonoaudióloga, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Arte Terapia, Musicoterapia, Medicina Veterinária e Educação Física, utilizando métodos e técnicas específicas voltadas para o exercício profissional nas áreas de promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município

4.5. Médico: Compreende o cargo inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que Planeja, executa, avalia e supervisiona atividades inerentes à área de Medicina em suas Especialidades, utilizando métodos e técnicas específicas voltadas para o exercício profissional nas áreas de promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município

4.6. Médico Veterinário: Compreende a categoria funcional com as atribuições de exercer atividades correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins, de nível superior, com registro no órgão competente.

4.7. Odontólogo: Compreende o cargo inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional, Planeja, executa, avalia e supervisiona atividades inerentes às áreas de Biologia, Biomedicina, Bioquímica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia,Fonoaudióloga, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Arte Terapia, Musicoterapia, Medicina Veterinária e Educação Física, utilizando métodos e técnicas específicas voltadas para o exercício profissional nas áreas de promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município

4.8. Professor Licenciado em Matemática: Professor composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenação e assessoramento pedagógico e de direção de unidade escolar.

4.9. Psicólogo (Assistência Social): Compreende o cargo inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional, Planeja, executa, avalia e supervisiona atividades inerentes às áreas de Biologia, Biomedicina, Bioquímica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia,Fonoaudióloga, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Arte Terapia, Musicoterapia, Medicina Veterinária e Educação Física, utilizando métodos e técnicas específicas voltadas para o exercício profissional nas áreas de promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município

4.10. Psicólogo (Saúde): Compreende o cargo inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico-científica, que requeiram escolaridade de nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional, Planeja, executa, avalia e supervisiona atividades inerentes às áreas de Biologia, Biomedicina, Bioquímica, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia,Fonoaudióloga, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Arte Terapia, Musicoterapia, Medicina Veterinária e Educação Física, utilizando métodos e técnicas específicas voltadas para o exercício profissional nas áreas de promoção, prevenção, atenção à saúde e reabilitação desenvolvidas pelo Município

4.11. Químico: Compreende a categoria funcional com as atribuições de exercer atividades correspondentes à profissão regulamentada por lei e demais atividades complementares e afins, de nível superior, com registro no órgão competente.

Anexo III

O Conteúdo Programático das provas está disposto por Nível de Escolaridade

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA E PROVA SUBJETIVA II (PRÁTICA).

1.1. Língua Portuguesa - Língua Portuguesa - 05 (cinco) questões - Peso 3 (três) pontos:

Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.2. Matemática - 05 (cinco) questões - Peso 3 (três) pontos:

Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.3. Conhecimentos Gerais - 10 (dez) questões - Peso 3 (três) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governantes do Município; Assuntos políticos, econômicos e culturais veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas e televisão), da atualidade e dos últimos 10 (dez) anos; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão social; religiosa e à política da realidade nacional; Atualidades e acontecimentos do Município: relacionados às áreas de: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infra-estrutura e meio-ambiente.Conhecimentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso; Aspectos políticos sobre governos: Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares do Estado de Mato Grosso; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social estadual e nacional; Acontecimentos importantes do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.4. Conhecimentos Específicos – 10 (dez) questões - Peso 4 (quatro) pontos:

1.4.1. Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte: Motorista CNH "D" - (Caminhão Basculante) Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, cambio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios.

OBS. Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento do veículo e operacionalização total.

1.4.1.1. A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva da CNH "**D**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória do veículo e seus equipamentos. Nessa fase da prova o(a) can-

didato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. **O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será Caminhão trucado basculante, de uso no município**. A pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato que provocar acidente será desclassificado do concurso. A prova prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 40%. **OBS.** o candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a).

1.4.2. Agente de Manutenção e Conservação - Operador de Máquinas Pesadas (Motoniveladora / Pá Carregadeira - CNH "D"): Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. (Código Nacional de Trânsito, seu regulamento e Resoluções do Contran). Regras gerais de circulação. Deveres e proibições. Infrações e penalidades. Dos veículos. Dos condutores. Prevenção de acidentes. Condição adversa. Colisão. Distância. Conhecimento básico de mecânica. Conhecimentos sobre máquinas pesadas dos diversos tipos para as situações reais de trabalho. Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o equipamento em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do equipamento e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo; colegas de trabalho; Prevenção de acidentes e incêndio. **OBS. Esse cargo realizará prova prática de Operador de Máquinas.**

1.4.2.1. Operador de Máquinas Pesadas CNH "D" - A Prova Subjetiva II consiste em Prova Prática de Trânsitoà esse cargo será realizada com a respectiva CNH "**D**" plenamente em vigor. A prova ao candidato(a) desse grupo, que consistirá na comprovação de conhecimento da manutenção mínima obrigatória dos equipamentos. Nessa fase das provas o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho do equipamento, bem como sua a habilidade, fará ainda as demonstrações de uso dos equipamentos acessórios. Prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito (se for necessário). Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. **O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será Motoniveladora e Pá Carregadeira disponibilizados pelo município**. A pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato que provocar acidente será desclassificado do concurso. A prova prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 40%. **OBS.** o candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a).

1.4.3. Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia: Limpeza: Conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos e seus mobiliários. **Cozinha**: Os alimentos; Proteção dos alimentos; Preparação dos alimentos; Como servir os alimentos. O gás de cozinha; Utilização e manuseio dos eletrodomésticos; Elaboração dos pratos; Estocagem dos alimentos; Controle de estoque; Melhor aproveitamento de alimentos; Conservação e validade dos alimentos; Relacionamento interpessoal; Conservação de alimentos e manipulação de carnes; Conservação e higiene; Conceitos básicos de alimentação, nutrição, nutrientes e alimentos; Relação entre saúde e alimento; A classificação dos alimentos; Os nutrientes e sua atuação no organismo; Seleção, conservação e condições inadequadas ao consumo dos alimentos; Cuidados ao compor frutas e verduras, alimentos enlatados, grão e farinhas, massas, doces e tortas, carnes, pescado, laticínios. Estocagem. **Lavanderia**: Conhecimento do uso de equipamentos elétricos utilizados em lavanderias (máquinas/ferros de passar etc), e os contatos com água. Cuidados pessoais no trabalho – Segurança no trabalho. Produtos utilizados. **Gerais:** Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

1.4.4. Agente Operacional - Motorista Veículos Pequenos CNH "B": Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, cambio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios. **OBS. Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento do veículo e operacionalização total do veículo.**

1.4.4.1. A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**B**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória da moto e do veículo. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Nessa modalidade de prova prática, o(a) candidato(a) será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados por sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. **O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será de Veículos Pequenos, de uso no município.** As Provas Subjetivas terão suas notas somadas e divididas por dois. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato que provocar acidente será desclassificado do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 40%. **OBS.** o candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a).

1.4.5. Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais: Interpretação de desenhos básicos de redes de água e esgoto. Instalação, manutenção e reparos em tubulação de ferro cobre, PVC e cerâmicas. Instalação dos vários tipos de conexões, passagens e caixas de redes de água e esgoto. Conhecimento de ferramentas manuais, elétricas e outras usadas em pequenos reparos. Noções práticas de como evitar acidentes e segurança do trabalho. Noções de podas de árvores; plantio; replantio; equipamentos utilizados; ferramentas manuais e utensílios comuns ao exercício dessas atividades; conhecimento sobre limpeza e conservação de bens móveis e dependências, utilização de materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene; Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

OBS. Esse cargo NÃO realizará prova prática

1.4.6. Agente Público - Viveirista: Funções; ferramentas utilizadas; jardinagem - noções de adubação e calagem, preparação de terras e substratos para encher saquinhos para mudas, cuidados com plantas e Jardinagem etc; poda de árvores; plantio; replantio; equipamentos; ferramentas e utensílios comuns ao exercício da função; conhecimento sobre limpeza e conservação dos materiais e produtos utilizados nessa atividade, visando preservar a garantia de durabilidade dos produtos químicos etc; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato. **OBS. Esse cargo NÃO realizará prova prática.**

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA.

2.1. Língua Portuguesa - 05 (cinco) questões - Peso 3 (três) pontos:

Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

2.2. Matemática - 05 (cinco) questões - Peso 3 (três) pontos:

Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

2.3. Conhecimentos Gerais – 10 (dez) questões - Peso 3 (três) pontos:

Conhecimentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso; Aspectos políticos sobre governos: Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares do Estado de Mato Grosso; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social estadual e nacional; Acontecimentos importantes do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infra-estrutura, meio ambiente e cultura.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

2.4. Conhecimentos Específicos – 10 (dez) questões - Peso 4 (quatro) pontos:

2.4.1. Apoio Operacional - Motorista de Ônibus - CNH "D": - Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, cambio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios. **OBS. Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento de ônibus e operacionalização total do veículo.**

2.4.1.1. A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**D**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória do veículo. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Também será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados pela sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. **O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será ônibus escolares de uso no município.** As Provas Subjetivas terão suas notas somadas e divididas por dois. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato que provocar acidente será desclassificado do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 40%. **OBS.** o candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a).

2.4.2. Auxiliar Administrativo: Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Uso de manuais de procedimentos. Conheci-

mentos sistemas informatizados. Noções de Comunicação: canais e finalidades. Atendimento ao público interno e externo. Redação de documentos e correspondência; Noções de prática de Qualidade Total. Noções de Microinformática: arquitetura e funcionamento, características de componentes de hardware (placas, memórias, barramentos, discos rígidos), dispositivos de entrada. Sistemas Operacionais Windows e Linux. Cuidados necessários com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Segurança de dados: Backup, Antivírus, programas de uso diários como: Word e Excel e Análise de planilhas e textos digitalizados. **OBS. Esse cargo NÃO fará prova prática.**

2.4.3. Motorista da Saúde - Motorista de Ambulância - CNH "D": - Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos; Conhecimento das manutenções obrigatórias e de defeitos simples do motor, cambio, sistema de freios, diferenciais e transmissões; Defeitos do sistema elétrico. Procedimentos corretos para economizar combustível; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções básicas sobre segurança e higiene no trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs. Prevenção de acidentes e incêndios. **OBS. Esse cargo realizará prova prática de direção, condução, estacionamento de ônibus e operacionalização total do veículo.**

2.4.3.1. A Prova Subjetiva (Prova prática de trânsito)a esse cargo consiste na posse efetiva no mínimo da CNH "**D**" plenamente em vigor. A prova ao(a) candidato(a) desse grupo, consistirá na comprovação de conhecimento e manutenção obrigatória do veículo. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) fará manobras e demonstrará o desempenho do veículo, bem como sua a habilidade profissional, fará ainda prova de balizas, de estacionamento, garagem e percurso no trânsito. Também será avaliado conforme a pontuação apresentada no ato da prova prática, com as planilhas de pontos a serem conquistados pela sua habilidade e com o equipamento ora conduzido. O candidato que incorrer em erros deixará de pontuar naquela manobra solicitada pelo fiscal. **O equipamento utilizado nessa modalidade de provas será veículo compatível à ambulância de uso no município.** As Provas Subjetivas terão suas notas somadas e divididas por dois. O resultado da pontuação obtida pelo candidato será adicionada aos pontos da Prova Objetiva, demonstrando a classificação do candidato. O candidato que provocar acidente será desclassificado do concurso. A nota da Prova Prática valerá de 0-100 pontos, sendo obrigatoriamente o candidato pontuar o mínimo de 40%. **OBS.** o candidato(a) que provocar acidente será desclassificado(a).

2.4.4. Apoio Administrativo Educacional - Vigia: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Conhecimento sobre a manutenção da ordem e da disciplina; prevenção contra roubo; vigilância do patrimônio; comportamento profissional; uso de uniforme adotado; Noções de relacionamentos interpessoais, como: regras de comportamento no ambiente de trabalho; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo, colegas de trabalho e zelo pelo patrimônio público; Noções de limpeza e higiene; Noções de hierarquia; Conhecimento dos utensílios possíveis de utilização; Conhecimento básico da função; Telefones públicos de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar, Polícia Civil etc. **OBS. Esse cargo NÃO realizará prova de Caso Prático.**

ENSINO MÉDIO E NÍVEL TÉCNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

3.1. Língua Portuguesa – 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) ponto: Texto e interpretação. Ortografia. Substantivos e suas flexões. Frase, Oração e Período. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Período simples e composto. Processo de formação de palavras. Orações Coordenadas e Orações Subordinadas. Figuras de linguagem. Concordância nominal e verbal.

OBS: Será cobrado nos conteúdos o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

3.2. Matemática – 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) ponto: Números inteiros: operações e propriedades, múltiplos e divisores; Números racionais: operações nas formas fracionária e decimal; Números e grandezas proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional, regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples; Funções do 1º e 2º graus: problemas, equações e inequações de 1º e 2º graus. Sistema de medidas decimais e não decimais; Médias: aritmética e ponderada; Conjuntos; Perímetros e áreas de figuras planas; Volume de sólidos geométricos.

3.3. Conhecimentos Gerais e atualidades – 10 (dez) questões - Peso 2 (dois) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município e da região; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governos: Municipal; Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social local, regional e estadual; religiosa estadual e à política da realidade local, regional, estadual e nacional; Acontecimentos importantes do município, do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura. História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil. Governos: Estadual. Divisão do Estado. Temas relacionados à questão econômica e social do País, do MERCOSUL e do mundo. Folclore. Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Acontecimentos importantes do município veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e fatos importantes e relevantes dos últimos 10 (dez) anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio-ambiente e cultura. Cultura Geral. Lei Federal 9. 504/97 (Lei das Eleições); Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010).

3.4. Conhecimentos Específicos do Cargo: – 10 (dez) questões - Peso 3 (três) pontos:

3.4.1. Agente Administrativo: Conhecimentos básicos de administração (conceito, campo de aplicação, características básicas das organizações, natureza, finalidade). Processo organizacional (planejamento, coordenação, direção, organização e controle). Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal). Noções de gestão de pessoas. Administração de materiais e patrimônio.

Serviço de arquivo (tipos de Arquivos, acessórios do arquivo, fases, técnicas, sistemas e métodos de arquivamento). Protocolo (recepção, classificação, registro e distribuição de documentos). Noções sobre construção e interpretação de organogramas, fluxogramas, tabelas e gráficos estatísticos. Elaboração de documentos e correspondências oficiais (relatório, ofício, edital, memorando, carta, ata, decreto, despachos, portaria, ordem de serviço, requerimento). Conhecimento das rotinas de expedição de correspondências e documentos. Formas de tratamento em correspondências oficiais. Organização do local de trabalho. Noções básicas de cálculos matemáticos; Racionalização e simplificação dos trabalhos administrativos: conceitos básicos e critérios. Noções de prática de Qualidade Total. Noções de ética e cidadania; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e; Estatuto do Idoso. **Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa.

OBS. Este cargo realizará prova prática de digitação.

3.4.2. Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos: Constituição Federal artigos 145 a 158. Código Tributário Nacional e Código Tributário do Município. Direito Tributário. Conceito; Os princípios; Legalidade; Isonomia; Anterioridade; Noventena; Irretroatividade; Liberdade de Tráfego; Uniformidade Geográfica. As Imunidades Tributárias: religiosa; política; subjetiva e cultural. Repartição de Receitas: A Sistemática da Repartição de Receitas; Receitas da União; Receitas dos Estados; Participação na CIP. Teoria Geral do Direito Tributário: Conceito de Legislação tributária; A vigência da Legislação Tributária; A aplicação da Legislação tributária; A interpretação da Legislação Tributária. Lançamento; Conceito; Modalidades. O Crédito Tributário: Conceito e Constituição. Administração Tributária: Conceito; Princípios; Procedimentos. Tributos Municipais: O IPTU: Hipótese de Incidência; Fato Gerador; A Base de Cálculo; Sujeição Passiva; Alíquotas. O ITBI: Hipótese de Incidência; Fato Gerador; A Base de Cálculo; Sujeição Passiva; Alíquotas. O ISSQN: Hipótese de Incidência; Fato Gerador; A Base de Cálculo; Sujeição Passiva; Alíquotas. AS TAXAS: Prestação de serviços; Exercício do Poder de Polícia. As Contribuições: Melhoria; Iluminação Pública. Princípios da Administração Pública. Limitações constitucionais do poder de tributar. Impostos de competência da União, dos Estados e dos Municípios. Legislação Tributária: disposições gerais, vigência, aplicação, interpretação e integração. Obrigação tributária principal e acessória. Fato gerador da obrigação tributária. Sujeição ativa e passiva. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Tributo: conceito e classificação. Crédito tributário: conceito e constituição. Lançamento: conceito e modalidades de lançamento. Hipóteses de alteração do lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário e suas modalidades. Exclusão do crédito tributário e suas modalidades. Administração tributaria: fiscalização; dívida ativa; certidão negativa. Taxas, Poder de Polícia, Prestação de Serviços. Contribuição de Melhoria: Finalidade, Fato Gerador, Requisitos à aplicabilidade. Finalidade das Infrações e Penalidades. Higiene Pública: Conceito, Abrangência, Estabelecimentos e locais sujeitos à Fiscalização. Da Ordem Pública: Costume, Segurança, Diversões. Redação de documentos e correspondência. Noções de prática de Qualidade Total. **Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa.
OBS. Este cargo realizará prova prática de digitação.

3.4.3. Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem: Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII - capítulo II - Seção II). Lei nº 8142/90 e Lei nº 8080/90 atualizada e alterações pela Lei nº 10.424/2002 e 11.108/2015. Sistema Único de Saúde - SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento da saúde pública, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Evolução das políticas de saúde no Brasil. Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Doenças de notificação compulsória (Portaria GM/MS nº. 104/2011). NOAS – Norma Operacional de Assistência à Saúde. Pacto pela Saúde – Portaria 399 de 22/02/2006. A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais de saúde, de algumas doenças transmissíveis – Relação de doenças para o Brasil. A articulação dos serviços de saúde em rede e níveis de complexidade. Princípios básicos do financiamento e gestão financeira. Participação popular e controle social no SUS. O Conselho de Saúde: Nacional; Municipal; Distrital e de Unidades. Indicadores de Saúde. Participação popular e controle social. A organização social e comunitária. Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Sistema de informação em saúde. Processo de educação permanente em saúde. Noções de planejamento em Saúde e Diagnóstico situacional. Relações interpessoais no trabalho; técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, higienização, administração de medicamentos via oral e parenteral, cuidados especiais, coleta de material para exame. Ética profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional. Introdução as doenças transmissíveis: terminologia básica, noções de epidemiologia, esterilização e desinfecção, doenças de notificação compulsória, isolamento, infecção hospitalar, vacinas. Socorros de urgência: parada cardiorrespiratória, hemorragias, ferimentos superficiais e profundos, desmaio, estado de choque, convulsões, afogamento, sufocamento, choque elétrico, envenenamento, mordidas de cobras, fraturas e luxações, corpos estranhos, politraumatismo, queimaduras. Pediatra: a criança: o crescimento e o desenvolvimento infantil, alimentação, doenças mais comuns, berçários e lactários. Centro cirúrgico: terminologia cirúrgica, cirurgias mais comuns. Técnica de trabalho para o atendimento em PSF, Postos de Saúde e Farmácia de distribuição de medicamento da rede pública municipal. A articulação dos serviços de saúde em rede e níveis de complexidade. Princípios básicos do financiamento e gestão financeira. Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII - capítulo II - Seção II). Lei nº 8142/90 e Lei nº 8080/90 atualizada e alterações pela Lei nº 10.424/2002 e 11.108/2015; NOAS – Norma Operacional de Assistência à Saúde. Pacto pela Saúde – Portaria 399 de 22/02/2006. A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais de saúde, de algumas doenças transmissíveis – Relação de doenças para o Brasil. Participação popular e controle social no SUS. O Conselho de Saúde: Nacional; Municipal; Distrital e de Unidades. Indicadores de Saúde. **Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa.
OBS. Este cargo NÃO realizará prova prática.

Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Radiologia: Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII - capítulo II - Seção II). Lei nº 8142/90 e Lei nº 8080/90 atualizada e alterações pela Lei nº 10.424/2002 e 11.108/2015. NOAS – Norma Operacional de Assistência à Saúde. Pacto pela Saúde. Legislação radiológica e segurança no trabalho. Anatomia Humana: Nomenclatura e terminologia anatômica. Planos de delimitação do corpo e eixos. Sistema esquelético, articulações e músculos. Sistema neurológico. Sistema cardiovascular. Sistema linfático. Sistema respiratório. Sistema gastrointestinal. Sistema renal. Sistema reprodutor masculino e feminino. Sistema endócrino. Traumatologia. Geração e Aplicação de RX: Operação de equipamentos em radiologia. Câmara escura – manipulação de filmes, chassis, écrans reveladores e fixadores, processadora de filmes. Câmara clara – seleção de exames, identificação, exames gerais e especializados em radiologia. Normas de radioproteção. Proteção Radiológica e Dosimetria/Biossegurança: Contaminação radioativa. Fontes, prevenção e controle. Efeitos biológicos das radiações. Conhecimento da Física das Radiações. Técnicas de Radiologia Convencional - Adulto e Convencional. Anatomia e Fisiologia. Patologia Aplicada. Enfermagem Aplicada à Radiologia. Psicologia/Ética e Legislação Profissional. Mamografia. Meios de Contrastes. Processamento de imagens digitais: Informática aplicada ao diagnóstico por imagem. Processamento digital de imagens, ajustes para a qualidade das imagens. Equipamentos utilizados no processamento de imagens digitais. Técnicas de trabalho na produção de imagens digitais. Protocolos de operação de equipamentos de aquisição de imagem. **Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa. **OBS. Este cargo NÃO realizará prova prática.**

3.4.4. Assistente Técnico em Saúde - Fiscal Sanitário: Conhecimento de saúde pública e meio ambiente. Princípios básicos do financiamento e gestão financeira à saúde. Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII - capítulo II - Seção II). Lei nº 8142/90 e Lei nº 8080/90 atualizada e alterações pela Lei nº 10.424/2002 e 11.108/2015; NOAS – Norma Operacional de Assistência à Saúde. Pacto pela Saúde Fundamentos de Vigilância Sanitária. Saúde pública (controle microbiológico, físico-químico e sanitário de produtos de origem animal). Noções de Saneamento Ambiental. Vigilância sanitária e epidemiológica. Práticas sanitárias e ações preventivas. Biossegurança. Bioética. Riscos do trabalho da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. Problemas sanitários, médicos e sociais. Epidemiologia. Regulamentação e fiscalização da saúde. Normas e padrões de interesse sanitário e da saúde. Aspectos burocráticos normativos em saúde pública. Vigilância sanitária, epidemiológica e da saúde. Falhas, defeitos, ilicitudes e riscos na fabricação, transporte, estocagem e comercialização de alimentos, medicamentos e insumos à indústria e comércio. Instrumentalização legal e noções de risco em saúde pública. Consciência sanitária. Sistemas de informação, monitoramento e coleta de dados clínicos e laboratoriais em saúde pública. Conceitos e abrangência em saúde pública e vigilância sanitária. Conceitos e indicadores de nocividade e inocuidade. Modelos assistenciais e vigilância da saúde, normatização e controle de aspectos do meio-ambiente seu uso e preservação. Tecnologias em saúde, epidemiologia, fiscalização e vigilância sanitária, epidemiológica e da saúde. Conceitos básicos de doenças transmissíveis: endemias, epidemias, hospedeiros, portador, período de incubação e de transmissibilidade. A defesa do organismo: vacinas. Períodos de incubação e contágio, formas de contágio das seguintes doenças: amebíase, ancilostomíase, febre tifoide, cólera, conjuntivite, difteria, sarampo, tuberculose e brucelose. Definição, sintomas principais, cuidados e prevenção das seguintes doenças: diarreia, cólera, febre tifoide, parasitoses, tuberculose, conjuntivite e meningite. Higiene bucal. Toxicomanias, alcoolismo e tabagismo. Agravos à saúde da população. Normas sobre noções: coleta e destino dos excrementos e do lixo; proteção das águas; higiene da alimentação; proteção dos alimentos; saneamento da zona rural; disposições gerais de saneamento; estatística sanitária; e educação sanitária. Conhecimentos sobre o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Reciclagem do lixo. Normas de biossegurança. Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária e ambiental). Competências do fiscal sanitário ou autoridade sanitária. Ética profissional. **Noções de Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa. **OBS. Este cargo realizará prova prática de digitação.**

Auxiliar Técnico em Saúde - Auxiliar em Enfermagem: A articulação dos serviços de saúde em rede e níveis de complexidade. Princípios básicos do financiamento e gestão financeira à saúde. Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII - capítulo II - Seção II). Lei nº 8142/90 e Lei nº 8080/90 atualizada e alterações pela Lei nº 10.424/2002 e 11.108/2015; NOAS – Norma Operacional de Assistência à Saúde. Pacto pela Saúde – Portaria 399 de 22/02/2006. Saúde individual e coletiva. A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais de saúde, de algumas doenças transmissíveis – Relação de doenças para o Brasil. Participação popular e controle social no SUS. O Conselho de Saúde: Nacional; Municipal; Distrital e de Unidades. Indicadores de Saúde. Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, higienização, administração de medicamentos via oral e parenteral, cuidados especiais, coleta de material para exame. Ética profissional: comportamento social e de trabalho, sigilo profissional. Introdução as doenças transmissíveis: terminologia básica, noções de epidemiologia, esterilização e desinfecção, doenças de notificação compulsória, isolamento, infecção hospitalar, vacinas. Socorros de urgência: parada cardiorrespiratória, hemorragias, ferimentos superficiais e profundos, desmaio, estado de choque, convulsões, afogamento, sufocamento, choque elétrico, envenenamento, mordidas de cobras, fraturas e luxações, corpos estranhos, politraumatismo, queimaduras . Pediatra: a criança: o crescimento e o desenvolvimento infantil, alimentação, doenças mais comuns, berçários e lactários. Centro cirúrgico: terminologia cirúrgica, cirurgias mais comuns. Doenças Transmissíveis . Processo Mórbido. Prevenção Contra Doenças. Processo Infeccioso. Medidas de Prevenção. Imunização. Vigilância Epidemiológica. Doenças Infecciosas Bacterianas. Doenças Infecciosas Micóticas. Doenças Infecciosas Viróticas ou Viroses. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Atuação do Auxiliar de enfermagem. Imunidade e Imunização. Vacinação. Cadeia de Frio. Leitura do Termômetro de Máxima e Mínima. Notificação Compulsória de Doenças. Visita Domiciliar. Curativos: material utilizado, tipo de ferimentos, procedimentos, limpeza e assepsia, antissepsia, e noções de primeiros socorros. Medicação. Atendimento humanizado de enfermagem. Biossegurança, técnicas de enfermagem, preparo e acompanhamento de exames. Relações interpessoais no trabalho. **Noções de Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais

ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa. **OBS. Este cargo NÃO realizará prova prática.**

3.4.5. Orientador Social: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.Legislação: Lei Maria da Penha. Noções de atuação da Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93). Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90); Lei nº. 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso. Lei Maria da Penha (Lei 11.340). Direitos Humanos e Cidadania (Lei 10.639). Projovem Urbano; Manual do Orientador Social; Políticas Públicas e Projetos Sociais ; Protagonismo Juvenil ; Função social da Escola; Ética e Cidadania; Reinserção social; Violência Física, Psicológica e Sexual. Crianças e Adolescentes sob Medidas de Proteção; Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço a Comunidade; Abordagens em Vias Públicas e Ações Educativas; Metodologia de abordagem familiar; Rede Local de Proteção. **Noções de Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa. **OBS. Este cargo realizará prova prática de digitação.**

3.4.6. Técnico Administrativo Educacional: Planejamento da supervisão escolar. Normas de autorização e funcionamento de instituição de educação básica pertencente ao sistema de ensino: ensino fundamental; Lei de Diretrizes e bases da Educação-Lei nº 9.394/96: Títulos do I ao IV, Art. 3º, 27 – Princípios e fins da Educação Nacional (atualizações); Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Infantil e Ensino fundamental; Gestão Escolar; Planejamento Escolar; Avaliação da Aprendizagem; Projeto Político Pedagógico. Noções de relações humanas;Documentação e escrituração escolar; Arquivo escolar: tipos de arquivos e formas de arquivamento de documento escolar, composição do arquivo escolar (dados referentes aos alunos e à instituição); Normas de matricula e transferência: conceituação, formas de matricula (inicial, renovada e por transferência); Correspondências oficiais; Aplicação de instrumentos de classificação e temporalidade de documentos; Relações públicas; RESOLUÇÕES: 150/99 - CEE/MT, 006/00 - CEE/MT, 180/00 - CEE/MT, 190/00 - CEE/MT, 276/00 - CEE/MT, 257/06 - CEE/MT, 382/04 CEE/MT e 383/04 - CEE/MT; PARECERES: 013/021 - CEE/MT, 202 -B/2003 - CEE/MT e 234/06 - CEE/MT. **Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa. **OBS. Este cargo realizará prova prática de digitação.**

3.4.7. Técnico de Nível Médio - Técnico em Agropecuária: Na Agricultura: Organizar e executar os trabalhos relativos a programas e projetos de viveiros, culturas anuais, fruticultura, forrageiras e animal. Aplicação de diferentes alternativas e métodos de preparo do solo. Planejamento da mecanização do solo, orientação e manutenção de máquinas e implementos agrícolas. Métodos para coleta de amostras de solo e interpretação de resultados, cálculo de adubação e calagem. Orientar e executar tratos culturais e colheita para as principais culturas anuais e perenes regionais. Uso de água no solo: noção de irrigação. Elaborar orçamentos relativos as atividades de sua competência. Fazer trabalho de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria aos produtores rurais do município. **Na Pecuária:** Tipos de pastagens adaptados à região; Alimentos e alimentação de ruminantes e não-ruminantes. Digestão, absorção e assimilação de carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e sais minerais. Alimentos alternativos e aditivos na alimentação de ruminantes e não ruminantes. Evolução da produção animal; produção animal e impactos sociais; legislações trabalhistas; produção animal e impactos ambientais; legislações ambientais; gestão de resíduos da produção animal; aspectos de avaliações econômica, social e ambiental. **Noções de Informática** - Conhecer o ambiente gráfico e programas do Windows; Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; Gerenciar janelas; Criar Pastas e arquivos, administrar pastas e salvar arquivos; Criar Atalhos. Criação de documentos em geral; Utilização das barras de ferramentas; Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; Formatação de Texto; Impressão; Manusear conteúdo da Internet no Word. Criação de Planilhas em geral; Uso das principais ferramentas; Criação de Gráficos; Uso das principais funções e fórmulas; Formatação de Planilhas; Gerenciamento de Planilhas; Impressão. Conhecer Internet: Ferramentas, sites principais, navegação, pesquisa. **OBS. Este cargo realizará prova prática de digitação.**

3.5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA SUBJETIVA I - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

REDAÇÃO DO GÊNERO NARRATIVO

3.5.1. Na Prova Subjetiva, o(a) candidato(a) deverá produzir um texto do Gênero Narrativo. A Prova Subjetiva na modalidade de redação procura avaliar a capacidade de escrever sobre determinado tema ou o conhecimento da modalidade culta da língua portuguesa, e que apresente critérios para tal comprovação.

A prova deverá ser escrita em letras cursivas ou de forma, no mesmo tamanho de letra de inicio ao final do texto e deverá conter no mínimo 20 linhas e no máximo 25. Somente à caneta esferográfica azul ou preta e deverá impreterivelmente:

I. Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita, (*uso adequado dos seguintes requisitos: registro formal; ortografia; emprego de letras maiúsculas; acentuação; separação de sílabas; pontuação; colocação de pronomes; concordância nominal e verbal; parágrafo; regência verbal e nominal).*

Valor 10 pontos.

II. Compreender a proposta da redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento, observando os seguintes aspectos: (*situação inicial; conflito; clímax e desfecho; bem como os elementos da narrativa: personagens; enredo; tempo; espaço e foco narrativo).*

Valor 5 pontos.

Obs. A fuga do tema e ao gênero **ANULA A REDAÇÃO**, bem como, redigi-la em espaço que não seja a **FOLHA DE REDAÇÃO**.

III. Coesão textual: ligação ou articulação das partes do texto, com uso adequado de recursos coesivos morfossintáticos (*conjunções, pronomes relativos, advérbios, sequência temporal*) e lexicais (*precisão na escolha das palavras, uso de sinônimos, repetição, etc*). Coerência textual: estruturação lógico-semântica do texto, isto é, articulação das ideias que faz com que palavras e frases compõem um todo significativo para os leitores.

Valor 5 pontos.

Valor total da nota da Prova Subjetiva I: 20 (vinte) pontos

OBS. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) que obtiver avaliação menor que 50% (cinquenta) por cento, estará desclassificado.

3.6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA SUBJETIVA II - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

PROVA SUBJETIVA II

3.6.1. A Prova Subjetiva II consiste em Prova Prática de digitação: a todos os cargos de Nível Médio e Técnico**.** A PROVA PRÁTICA DE DIGITAÇÃO será realizada através de uso do computador preparado para digitação de texto e planilhas. A prova aos(as) candidatos(as) desse grupo consistirá na comprovação do conhecimento e funcionamento dos sistemas operacionais e dos periféricos, sua utilização através de demonstração das informações solicitadas pelo fiscal orientador.

3.6.1.1. Essa modalidade de prova terá avaliação máxima de 20 (vinte) pontos e tempo máximo de 10 (dez) minutos para elaboração da prova.

3.6.1.2. A prova de digitação está dividida em duas etapas: na **primeira etapa**, o candidato terá o tempo cronometrado de 8 (oito) minutos para digitar a maior quantidade possível de um texto fornecido pelo fiscal de sala; Na **segunda etapa**, o candidato terá novo tempo cronometrado de 2 (dois) minutos para realizar a formatação desse texto, conforme orientação impressa na folha de prova, além de imprimir o documento em impressora conectada ao computador ou a rede.

3.6.1.3. A correção da prova de digitação terá a proporcionalidade da digitação, tanto nos acertos quanto nos erros. *Exemplo: Se o candidato digitou 80 palavras, a nota inicial será 80 pontos e, cada erro terá peso 0,8; Se o candidato digitou 100 palavras, a nota inicial será 100 e cada erro terá peso de 1 ponto. Se o candidato digitou 150 palavras, a nota inicial será 150 pontos e cada erro terá peso de 1,5 pontos e assim, sucessivamente.*

3.6.1.4. Palavra errada, duplicada, com acentuação incorreta ou qualquer outro caractere ou fração de palavra que não faça parte do texto original, será considerado erro.

3.6.1.5. Após a correção dos erros e dedução dos pontos correspondentes, serão deduzidos pontos pela formatação diversa da especificada na folha de prova, segundo os critérios abaixo:

Ø Alinhamento do texto – 3 pontos;

Ø Espaçamento entre linhas – 3 pontos;

Ø Recuo da primeira linha – 3 pontos;

Ø Tipo de fonte – 3 pontos;

Ø Tamanho de fonte – 3 pontos;

Ø Uso incorreto de letras maiúsculas e minúsculas – 1 ponto por palavra;

Ø Uso incorreto de Negrito, Itálico ou Sublinhado – 1 ponto por palavra;

Ø Necessitar de ajuda para imprimir a prova – 3 pontos.

3.6.2. A soma dos pontos obtidos com a digitação, deduzidos os pontos perdidos pelos erros de digitação e pela formatação será o total de pontos obtidos na prova. Este número será multiplicado pelo peso de 0,2 (dois décimos) e será a nota final do(a) candidato(a), limitado a 20 (vinte) pontos, que será adicionada à nota das provas Objetiva e Subjetiva I.

OBS. *O(a) candidato(a) nessa fase da prova deverá obter o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação total da prova, sob pena de desclassificação.*

TÉCNICO EM NIVEL SUPERIOR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

4.1. Língua Portuguesa – 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) pontos: Tipologia textual. Texto e interpretação. Textos temáticos e figurativos. Coesão e Coerência textuais. Termos ligados ao verbo. Termos ligados ao nome. Tipos de sujeito. Tipos de predicado. Tempos e Modos verbais. Vozes verbais. Orações Coordenadas. Orações Subordinadas: Substantivas, Adjetivas e Adverbiais. Uso da vírgula. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Funções da linguagem. Níveis de linguagem. Substantivo e sua classificação.

Obs.: Está inserido nos conteúdos o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

4.2. Conhecimentos Gerais – 10 (dez) questões - Peso 1,5 (um e meio) pontos: História dos pioneiros e fundadores do município e cidades da região; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governos: Municipal; Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social local, regional e estadual; religiosa estadual e à política da realidade local, regional, estadual e nacional; Acontecimentos importantes do município, do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura. História de Mato Grosso: Fundação de Cuiabá; A Rusga 1831-1840; Mato Grosso no 1º Império; Presidentes do 2º Império; A Guerra do Paraguai; Mato Grosso da 1ª à 4ª República; Ciclo das casas comerciais e das usinas; o Ciclo do Ouro; As estradas de ferro Noroeste do Brasil. Governos: Estadual. Divisão do Estado. História do Brasil: Pré-Colonial - as expedições e a exploração do pau-brasil. Brasil Colonial - Capitanias Hereditárias. Governo Geral. Invasões Estrangeiras. Entradas e Bandeiras. Conquista do território brasileiro. Economia da Colônia. Os movimentos de rebelião contra a Coroa. A família real no Brasil. A Revolução de 1817. Império: Política interna e

externa do Império. Economia do Século XIX. República: A proclamação. A República Velha. A Revolução de 1930. A Era de Vargas. A República de 1945-64. A República militar e a Nova República. Temas relacionados à questão econômica e social do País, do MERCOSUL e do mundo. Folclore. Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Mato Grosso e seus Municípios. Acontecimentos importantes do município, do Estado e do Brasil veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e fatos importantes e relevantes dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio-ambiente e cultura. Cultura Geral. Lei Federal 9.504/97 (Lei das Eleições); Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010).

4.3. Prova de Conhecimentos Específicos do Cargo – 20 (vinte) questões - Peso 2,5 (dois e meio) pontos:

4.3.1. Advogado: Princípios do Direito Administrativo (princípios constitucionais e infraconstitucionais). Poderes da Administração (poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia). Organização Administrativa (administração direita e indireta, centralizada e descentralizada). Entidades da Administração Pública Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Serviços Públicos (conceito e princípios, delegação). Ato Administrativo (conceito, requisitos e atributos). Servidores públicos (cargo público, emprego público e função pública). Controle e responsabilização da administração (controle administrativo, controle judicial, controle legislativo, responsabilidade civil do Estado). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002). Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992. **Direito Constitucional:** Fundamentos e objetivos e princípios da República Federativa do Brasil. Direitos e garantias fundamentais (direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos). Eficácia e Aplicabilidade das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade (controle difuso e concentrado, ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental). Organização político-administrativa (competências da União, Estados e Municípios). Organização dos Poderes. Poder Legislativo (fiscalização contábil, financeira e orçamentária). Estrutura do Poder Legislativo (Federal, Estadual e Municipal). **Direito Tributário:** Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios constitucionais tributários. Imunidades no sistema tributário constitucional. Competência legislativa em matéria tributária. Tributos (natureza, conceito, classificação, espécies). Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamento. Prescrição e Decadência. Administração tributária. Repartição das receitas tributárias. Impostos municipais. **Direito Civil e Direito Processual Civil:** Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro. Capacidade civil. Pessoas (naturais e jurídicas). Direitos reais de garantia (penhor, hipoteca e anticrese). Jurisdição e ação: conceito, natureza e características. Capacidade processual e postulatória. Competência (competência em razão do valor e da matéria, competência funcional e territorial, modificações de competência e declaração de incompetência). Impedimento e suspeição. Atos processuais (forma, prazos, comunicação e nulidades). Formação, suspensão e extinção do processo. Petição Inicial. Resposta do réu (contestação, exceções e reconvenção). Revelia. Julgamento conforme o estado do processo. Tutela provisória. Sentença e coisa julgada. Recursos. Execução contra a Fazenda pública. Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009). Ação Popular (Lei nº 4.717/65). Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85). Legislação Especial: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. *Obs.: O conteúdo de Direito Processual Civil tem como base o Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015).

4.3.2. Enfermeiro: Saúde Pública; Atualidades sobre Saúde Pública; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Noções básicas sobre o SUS. O Sistema Único de Saúde - SUS. Municipalização da Saúde. Financiamento da saúde; O Programa de Saúde da Família; O Cartão SUS; Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 a 200); Programa Humaniza SUS. Gerenciamento da Assistência de Enfermagem; Gerenciamento dos Serviços de Saúde; Saúde Coletiva/Epidemiologia; Vigilância Epidemiológica; Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária, Modelos Assistenciais em Saúde; SUS; Educação, comunicação e práticas pedagógicas em Saúde Coletiva; Programas de atenção à saúde dos diversos grupos: criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e trabalhador. Programa Nacional de Imunização: esquema vacinal do Ministério da Saúde; rede de frio; vias e formas de administração e validade; Atuação do Enfermeiro no rompimento do ciclo de transmissão de doenças, biossegurança, processamento de artigos e superfícies; Atuação do Enfermeiro nas urgências e emergências; Relações humanas no trabalho, comunicação e trabalho em equipe. Código de Ética; Código de Processo Ético.

4.3.3. Engenheiro Civil: Constituição do Estado de Mato Grosso e Lei Orgânica do Município. Incidência de tributos e encargos sociais em uma obra. Cálculos e direitos trabalhistas na construção civil. Conhecimento dos procedimentos de licitações de obras e serviços de engenharia e de contratos de obras públicas. Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e alterações posteriores; Topografia: Planimetria, Altimetria e Desenho Topográfico. Mecânica dos Solos: Fundamentos de Geologia, Caracterização e Comportamento dos Solos, Aplicações em Obras de Terra, Fundações. Hidrologia: Ciclo Hidrológico, Precipitação, Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos, Evaporação. Hidráulica: Escoamento em Condutos Forçados e Canais, Hidrometria. Teoria das Estruturas: Morfologia das Estruturas, Isostática, Princípios de Hiperestática. Construção Civil: Tecnologia da Construção Civil, Planejamento e Controle das Construções. Plano Diretor Urbano e Código de Posturas do Município. Materiais de Construção Civil: Elementos de Ciências dos Materiais, Tecnologia dos Materiais de Construção Civil. Sistemas Estruturais: Estruturas de Concreto, Estruturas Metálicas, Estruturas de Madeiras. Saneamento Básico: Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotos, Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Transportes: Estradas, Técnica e Economia dos Transportes. Código de Ética.

4.3.4. Farmacêutico/Bioquímico: Saúde Pública; Atualidades sobre Saúde Pública; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Noções básicas sobre o SUS. O Sistema Único de Saúde - SUS. Municipalização da Saúde. Financiamento da saúde; O Programa de Saúde da Família; O Cartão SUS; Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 a 200); Programa Humaniza SUS. Farmácia ambulatorial e hospitalar: seleção de medicamentos, aquisição, produção, padronização, controle de estoque e conservação de medicamentos. Armazenamento: boas práticas de armazenamento de medicamentos, distribuição de medicamentos e controle de consumo. Logística de abastecimento da farmácia: ponto de requisição, estoque mínimo e estoque máximo, informação sobre medicamentos, comissões hospitalares, informática aplicada à farmácia. Controle de infecção hospitalar e farmacovigilância. Fiscalização sanitária, na área de medicamentos e estabelecimentos. Farmacotécnica: definição e objetivos da farmacotécnica, conceitos básicos em farmacotécnica, classificação dos medicamentos, vias de administração, conservação, dispensação e acondicionamento de medicamentos. Pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Fórmulas farmacêuticas. Farmacologia geral: princípios gerais de farmacocinética. Princípios gerais de farmacodinâmica. Interações medicamentosas. Efeitos adversos. Controle de qualidade de medicamentos e insumos farmacêuticos. Análises clínicas: Análise bromatológica, fabricação e manipulação de alimentos para resguardo da saúde pública. Análise clínica de exsudados e transudatos humanos como urina, sangue, saliva e demais secreções para fins de diagnóstico. Conceitos: atenção farmacêutica, assistência farmacêutica, medicamentos genéricos, medicamentos similares, medicamentos análogos, medicamentos essenciais. RENAME. Comissão de farmácia e terapêutica. Comissão de controle de infecção hospitalar. Farmacoeconomia e Farmacovigilância. Procedimentos e Interpretação de Re-

sultados em Hematologia; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Microbiologia Clínica; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Bioquímica clínica Uroanálise. Biossegurança no Laboratório Clínico; Gerenciamento de Resíduos; Projeto Físico do Laboratório Clínico; Legislação Sanitária na área do laboratório clínico; Legislação Trabalhista na Área de Prevenção de Riscos e Acidentes; Controle de Qualidade; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Parasitologia Clínica; Conceitos, Procedimentos e Interpretação de Resultados em Imunologia. Clínica; Conceitos. Farmacocinética: vias de administração de medicamentos. Farmacodinâmica: mecanismo de ação de medicamentos antimicrobianos. Comissão de Farmácia e terapêutica. Controle de infecção hospitalar. Material hospitalar. Código de ética do Farmacêutico / Bioquímico.

4.3.5. Médico: O Programa de Saúde da Família; O Cartão SUS; Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 a 200); Código de Ética; Código de Processo Ético.Conhecimento de: Saúde Pública; Atualidades sobre Saúde Pública; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Noções básicas sobre o SUS. O Sistema Único de Saúde - SUS. Municipalização da Saúde. Financiamento da saúde; Programa Humaniza SUS.Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças: Cardiovasculares; insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas de aorta, insuficiência arterial periférica, tromboses venosas, hipertensão arterial, choque. Pulmonares: insuficiência respiratória aguda, bronquite aguda e crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias. Do Sistema Digestivo: gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular do cólon, tumores do cólon. Renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido/base, nefrolitíase, infecções urinárias. Metabólicas e do sistema endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus hipotireodismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Hematológicas: anemias hipocrômicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Reumatológicas: osteoartrose, doença reumatoide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno. Neurológicas: coma, cefaleias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão. Infecciosas e Transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifoide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptocócicas, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbios, toxoplasmose, viroses. Dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas imunológicas, doença do soro, edema angioneurótico, urticária, anafilaxia. Ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorreias, câncer de mama intercorrências no ciclo gravídico. Código de ética Médica.

4.3.6. Médico Veterinário: Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 a 200). Vigilância sanitária e epidemiológica de alimentos: Intoxicações e toxi-infecções de origem alimentar. Profilaxia das intoxicações e toxi-infecções alimentares. Investigação de surtos. Colheita de Amostras. Epidemiologia: Epidemiologia geral e aplicada - princípios gerais, definição e classificação. Cadeia epidemiológica e transmissão. Métodos epidemiológicos aplicados à vigilância sanitária. Estatística vital: Definições e conceitos. Levantamento de dados. Estatística de morbidade. Prevalência. Incidência. Proporções, coeficientes, índices utilizados em estudo de saúde. Coeficiente ou taxas de mortalidade, morbidade e letalidade. Gerais. Específicas. Doenças infecto-contagiosas de importância em Saúde Pública Veterinária: Determinada por bactérias. Tuberculose. Brucelose. Leptospirose. Salmoneloses. Estreptococciases. Estafilococciases. Determinadas por vírus. Raiva. Encefalites equinas. Determinadas por protozoários. Leishmaniose. Toxoplasmose. Determinadas por nematóides. Ascaridíase. Ancilostomiase. Determinadas por cestóides. Teníases. Cisticercoses. Equinococoses. Zoonoses: Conceituação e classificação de zoonoses. Controle da raiva. Controle de roedores. Controle de vetores. Quirópteros. Planejamento e Administração em Saúde Pública. Legislação: Constituição Federal - Seção Saúde. Constituição Estadual - Seção Saúde. Código Sanitário Estadual. Legislação da Medicina Veterinária.

4.3.7. Odontólogo: O Programa de Saúde da Família; O Cartão SUS; Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 a 200); Conhecimento de: Saúde Pública; Atualidades sobre Saúde Pública; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Noções básicas sobre o SUS. O Sistema Único de Saúde - SUS. Municipalização da Saúde. Financiamento da saúde; Programa Humaniza SUS. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. Índices epidemiológicos específicos em saúde bucal. Diagnóstico semiologia bucal, exames complementares. Cariologia: etiologia, diagnóstico e tratamento da doença, cárie dentária com ênfase na prevenção e promoção à saúde bucal. Formas de controle de infecção no ambiente de trabalho. Patologia Periodontal, doenças gengivais e periodontal - diagnóstico e tratamento. Algias orofaciais, tipos diagnósticos diferenciais. Cistos e tumores odontogênicos e não odontogênicos. Lesões mais frequentes da cavidade bucal: candidíase, gengivoestomatite herpética, lesões herpéticas secundárias, sífilis e AIDS. Preparo cavitário e atípico: conceitos atuais, materiais usados em dentística, proteção do complexo dentina-polpa. Patologia pulpar e periapical: características clínicas. Emergência e Urgência em odontologia. Traumatismo Dental, fraturas das coroas e raízes. Terapêutica Odontológica - analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e anestésicos de uso local em odontologia. Fluorterapia - uso sistêmico e tópico. Aspectos toxicológicos e clínicos. Educação e Saúde Bucal. Diagnóstico bucal: patologia dos tecidos moles e duros da cavidade oral, cárie, placa bacteriana e doença periodontal. Métodos de prevenção da cárie e da doença periodontal. Flúor. Técnicas de anestesia intraoral. Princípios básicos do atendimento em odontopediatria. Proteção do complexo dentina-polpa. Materiais restauradores. Princípios gerais do preparo cavitário. Hepatites virais (A, B e C). AIDS. Imunizações. Técnica da lavagem das mãos. Uso de barreiras protetoras. Conduta frente a acidentes de trabalho. Exame clínico e radiográfico. Classificação. Lesões das estruturas dentárias mineralizadas e da polpa. Lesões dos tecidos periodontais. Dentição permanente - diagnóstico e tratamento. Trinca do esmalte. Concussão. Subluxação. Luxação. Deslocamento completo do dente. O Programa de Saúde da Família. Avaliação da qualidade em serviços de saúde. Resolutividade dos serviços de saúde e a satisfação do cliente. Abordagem do processo saúde-doença das famílias e do coletivo. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Legislação Profissional.Código de Ética. Código de Processo Ético.

4.3.8. Professor Licenciado em Matemática: Extraídos de informações dos respectivos PCNs: www.fnde.gov.br **+** Didática do Ensino. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. Importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Políticas Públicas de Educação. Educação Especial e Inclusiva. Estatuto da Criança e do Adolescente Projeto Político-Pedagógico da escola. Ciclos de Formação. Escola Cidadã. Princípios e práticas da gestão escolar. A atual LDB, Lei 9394/96 (níveis e modalidades de ensino, níveis de administração da Educação). Currículo, Planejamento e Avaliação da Educação escolar. Recursos Humanos para a Educação Brasileira.

4.3.9. Psicólogo (Assistência Social): O Programa de Saúde da Família; Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Conhecimento de: Saúde Pública; Atualidades sobre Saúde Pública; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Noções básicas sobre o SUS. O Sistema Único de Saúde - SUS. Municipalização da Saúde. Financiamento da saúde; Programa Humaniza SUS. Conhecimentos técnicos profissionais inerentes à Psicologia no contexto da saúde pública; Desenvolvimento Humano (Infância, adolescência, idade adulta e terceira idade). Psicopatologia: Semiologia dos transtornos mentais e Diagnóstico diferencial entre neurose e psicose; Psicodiagnóstico: Entrevista e avaliação psicológica, anamnese, exame do estado mental; Teorias e técnicas psicoterápicas; Conceitos e procedimentos básicos de psicoterapia; Reabilitação/reinserção psicossocial, clínica da subjetividade, compreensão do sofrimento psíquico. Clínica e atenção a problemas na área do uso de álcool e outras drogas. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos mentais da infância e adolescência. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos neuróticos e ligados ao estresse. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos psicóticos e aos transtornos do humor. Clínica e atenção psicossocial voltada à população idosa; Psicologia Social; Psicologia Comunitária; Relações interpessoais, grupais e Institucionais; Direitos Humanos e Cidadania (Lei 10.639 e atualizações). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do idoso. Lei Maria da Penha (Lei 11.340 e atualizações); Trabalho Social com Famílias. As novas modalidades de família. Princípios da Análise Institucional. Processos de Exclusão/Inclusão Social. Construção Social da Violência. Protagonismo Juvenil e Trabalho Social com Juventude; Orientação Familiar; SUAS - Sistema Único de Assistência Social e CRAS – Centro de Referência da Assistência Social; O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional; Elaboração de Relatórios e Pareceres Psicossociais; Legislação e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselho Regional de Psicologia (CRP) e; Código de Ética Profissional do Psicólogo.

4.3.10. Psicólogo (Saúde): O Programa de Saúde da Família; O Cartão SUS; Lei Orgânica da Saúde (Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90). Constituição da República Federativa do Brasil (art. 196 a 200); Código de Ética; Código de Processo Ético.Conhecimento de: Saúde Pública; Atualidades sobre Saúde Pública; Evolução das políticas de saúde no Brasil; Noções básicas sobre o SUS. O Sistema Único de Saúde - SUS. Municipalização da Saúde. Financiamento da saúde; Programa Humaniza SUS. Conhecimentos técnicos profissionais inerentes à Psicologia no contexto da saúde pública; Desenvolvimento Humano (Infância, adolescência, idade adulta e terceira idade). Psicopatologia: Semiologia dos transtornos mentais e Diagnóstico diferencial entre neurose e psicose; Psicodiagnóstico: Entrevista e avaliação psicológica, anamnese, exame do estado mental; Teorias e técnicas psicoterápicas; Conceitos e procedimentos básicos de psicoterapia; Reabilitação/reinserção psicossocial, clínica da subjetividade, compreensão do sofrimento psíquico. Clínica e atenção a problemas na área do uso de álcool e outras drogas. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos mentais da infância e adolescência. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos neuróticos e ligados ao estresse. Clínica e atenção psicossocial aos transtornos psicóticos e aos transtornos do humor. Clínica e atenção psicossocial voltada à população idosa; Psicologia Social; Psicologia Comunitária;Relações interpessoais, grupais e Institucionais; Direitos Humanos e Cidadania (Lei 10.639 e atualizações). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do idoso. Lei Maria da Penha (Lei 11.340 e atualizações); Trabalho Social com Famílias. As novas modalidades de família. Princípios da Análise Institucional. Processos de Exclusão/Inclusão Social. Construção Social da Violência. Protagonismo Juvenil e Trabalho Social com Juventude; Orientação Familiar; O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional; Elaboração de Relatórios e Pareceres Psicossociais; Legislação e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselho Regional de Psicologia (CRP) e; Código de Ética Profissional do Psicólogo.

4.3.11. Químico: Legislações aplicáveis aos recursos hídricos e ambientais (Decreto nº 24.643, de 10.07.34 - Código de Águas; Leis Federais nºs 9. 433/97 e 9.984/00; Lei Complementar nº 38, de 21.11.95 – Código Ambiental do MT). Noções sobre a Lei nº 9.605, Lei de Crimes Ambientais, de 12 de fevereiro de 1998. A Constituição Federal: título VIII, capítulo VI. A Constituição do Estado de MT: título V, seções I, II e III, do capítulo I, seções I, II e III, do capítulo III e subseção II, do capítulo IV. Noções de EIA/RIMA. Saúde Pública e Saneamento. Epidemiologia e Saneamento. Meio Ambiente e Saneamento. Portaria nº. 2.914, de 12 de dezembro de 2011; Resolução nº 20 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) de 18 de junho de 1986. CONAMA nº. 357, de 17 de março de 2005 - Cap. I, II, III (seção I e II) e IV. Legislação Ambiental do Município. Tratamento de água para abastecimento público. Planejamento dos Recursos Hídricos. Obras Hidráulicas. Sistema de produção de água potável: captação, estação de bombeamento, adutoras e estação de tratamento de água bruta. Sistema de distribuição de água potável: reservatórios, subadutoras, estação de bombeamento, rede de distribuição e ramais prediais. Controle e qualidade de água. Sistema de coleta de água residuárias: ramais prediais, redes coletoras, estações elevatórias e coletores-tronco. Sistema de afastamento, tratamento, reaproveitamento e disposição final das águas residuárias: interceptores, estações elevatórias, emissários, estação de tratamento, estação de condicionamento do lodo e instalações de lançamento de corpos receptores. Sistemas de coleta, tratamento e destino final de resíduos sólidos urbanos. Sistemas de medição aplicados ao saneamento. Qualidade da água em lagos. Eutrofização. Classificação dos rios. Hidráulica e hidrologia das águas subterrâneas. Avaliação dos recursos das águas subterrâneas. Estruturas hidráulicas. Informações hidrológicas e base de dados. Precipitação. Evaporação. Infiltração. Escoamento superficial. Esgotamento e tratamento de esgotos domiciliar e industrial. Auto-depuração dos cursos d'água. Sistemas de drenagem urbana. Abastecimento de água no meio rural. Tarifas de serviços de saneamento. Segurança em serviços de saneamento. Conhecimentos Específicos: Ácidos, bases, sais; Análise volumétrica; Concentração das soluções; Equivalentes - grama; Normalidade; Molaridade; Diluição e mistura de soluções; Ligações Químicas; Equilíbrios Químicos; Reações Químicas Inorgânicas; Vidraria utilizada em laboratório; Noções de normas de qualidade em laboratório; noções e normas de segurança em laboratório. Código de Ética; Código de Processo Ético.

4.4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA SUBJETIVA I - NÍVEL SUPERIOR

REDAÇÃO DO GÊNERO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO

4.4.1. Na Prova Subjetiva I, o(a) candidato(a) deverá produzir um texto do gênero Dissertativo Argumentativo. A Prova Subjetiva na modalidade de redação procura avaliar a capacidade de escrever sobre determinado tema ou o conhecimento da modalidade culta da língua portuguesa, e que apresente critérios para tal comprovação.

4.4.2. A prova deverá ser escrita em letras cursivas ou de forma, no mesmo tamanho de letra do inicio ao final do texto e deverá conter no mínimo 20 linhas e no máximo 25. Somente à caneta esferográfica azul ou preta e deverá impreterivelmente:

I. Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita, (*uso adequado dos seguintes requisitos: registro formal; ortografia; emprego de letras maiúsculas; acentuação; separação de sílabas; pontuação; colocação de pronomes; concordância nominal e verbal; parágrafo; regência verbal e nominal).*

Valor 5 pontos

II. Compreender a proposta da redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo. Elaborar um título criativo (o tema não é o título) e seguir a estrutura com: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Valor 5 pontos

Os textos em forma de poema e narração serão anulados, bem como, redigi-la em espaço que não seja o da FOLHA DE REDAÇÃO.

III. Coesão textual: ligação ou articulação das partes do texto, com uso adequado de recursos coesivos morfossintáticos (*conjunções, pronomes relativos, advérbios, sequência temporal*) e lexicais (*precisão na escolha das palavras, uso de sinônimos, repetição, etc.*). Coerência textual: estruturação lógico-semântica do texto, isto é, articulação das ideias que faz com que palavras e frases compõem um todo significativo para os leitores.

Valor 5 pontos

IV. Elaborar uma proposta de solução para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Valor 5 pontos

Valor total da nota da Prova Subjetiva: 20 (vinte) pontos

OBS. Nessa fase da prova o(a) candidato(a) que obtiver avaliação menor que 50% (cinquenta) por cento, estará desclassificado.

Anexo IV

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

NOME:_____

DN:_____/_____/_____ ESTADO CIVIL:_____

RG Nº:_____ **CPF Nº:**_____

ENDEREÇO:_____

CIDADE:_____**CEP:**_____

FONE: (___)_____-_____e-mail:_____

CARGO PRETENDIDO:_____

ESCOLARIDADE:_____

DEFICIENTE FÍSICO: ( ) SIM ( ) NÃO

Motivo do pedido de dispensa da taxa para a inscrição no concurso Edital nº 001/2016:

_____

_____

_____

_____

Anexar:

( ) CÓPIA DO RG E CPF;

( ) CÓPIA DA CTPS (constando demissão sem justa causa no máximo há 6 (seis) meses);

( ) CÓPIA DA CTPS (constando emissão no máximo há 6 (seis) meses), sem registros;

( ) CÓPIA DA RESCISÃO CONTRATUAL.

( ) CÓPIA DA CARTEIRA DE DOADOR DE SANGUE (comprovar doação mínima de 03 vezes antes deste certame).

Declaro estar ciente que a simples formalização deste pedido **não autoriza** a realização da inscrição gratuita. Portanto, retornarei a buscar informações sobre a concessão desta isenção junto ao site www.cotriguaçu.mt.gov.br em data de **04/04/2016** até o final do prazo para a realização das inscrições, conforme previsto no Edital nº 001/2016.

_____

(assinatura do requerente)

( ) deferido ( ) indeferido

Comissão:_____

Data: _____/_____/_____

Anexo V

(Deve ser impresso em papel timbrado da clínica médica ou Posto de Saúde do atendimento)

MODELO DE LAUDO PARA PERÍCIA MÉDICA

(para candidatos(as) que se declararem portadores de deficiência)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr (a) _____

_____

é portador (a) da(s) doença(s), CID-10_____, que resulta(m) na perda das seguintes funções:_____
_____.

(cidade/estado) ____/____/_____

Assinatura e carimbo do Médico com CRM/**UF**

Anexo VI - RECURSO ADMINISTRATIVO

À

Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ Cargo:_____

Marque abaixo o tipo de recurso:

1. ( ) Erro de grafia do nome do(a) candidato(a).
2. ( ) Gabarito Prévio: questão(ões) nº _____.
3. ( ) Erro/omissão em questão da prova de múltipla escolha.
4. ( ) Resultado da prova de múltipla escolha.
5. ( ) Erro/omissão na classificação do(a) candidato(a).
6. ( ) Outros.

Escrever em letra de forma, digitar/datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento teórico.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

Anexo VII

Modelo de protocolo de Títulos de Pós Graduação

À

Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ Cargo:_____

Em conformidade ao disposto no item 13 deste Edital, venho requerer a pontuação dos títulos de Pós Graduação na área específica da minha inscrição, conforme abaixo descrito:

Pós Graduação em: _____
_____

Instituição de Ensino: _____
_____

Pós Graduação em: _____
_____

Instituição de Ensino: _____
_____

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

OBS. Os Títulos de Pós Graduação deverão ser apresentados e vias autenticadas em cartório.

Comissão:_____

Atestamos que recebemos os títulos descritos neste protocolo e que os mesmos serão objetos de análise junto a Comissão de Concurso para o atendimento da bonificação disposta no Edital de Concurso nº 001/2016.

OBS. Preencher esse documento em duas vias e protocolar junto a Comissão na data da prova objetiva.

Anexo VIII

Modelo de protocolo de Laudo de Avaliação Médica (obrigatório PNEs)

À

Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2016.

***PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU* – MT**

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO:_____ Cargo:_____

Em conformidade ao disposto no item 4.2.1. deste Edital, venho requerer a inscrição ao processo de Concurso Público como candidato(a) concorrente como Portador(a) de Necessidades Especiais, conforme Classificação Internacional de Doenças: CID-10 nº _____

Atestado Médico em anexo devidamente assinado por profissional médico.

Citar as dificuldades essenciais para o labor diário do cargo: _____

_____

_____

_____

Declaro que conheço o conteúdo do Edital de Concurso Público, bem como os itens que tratam dos direitos e obrigações dos candidatos(as) Deficientes Físicos.

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

OBS. Tenho ciência de que o original do Laudo Médico será usado exclusivamente para efeitos desse Concurso Público.

Comissão:_____

Atestamos que recebemos o Laudo Médico em anexo e será objeto de análise junto a Comissão de Concurso Público Edital nº 001/2016.

OBS. Preencher esse documento em duas vias e protocolar junto a Comissão na data da prova objetiva.

Anexo IX

CONCURSO PÚBLICO – PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE TRABALHOS	
OCORRÊNCIAS PREVISTAS	**DATAS PROVÁVEIS**
Período de ampla divulgação: Jornal Oficial TCE e Jornais Regionais e sitio eletrônico www.cotriguaçu.mt.gov.br	**A partir de 11/03/2016**
Período de requerimento presencial de Inscrição Isenta de taxa, junto à Comissão do Concurso Público.	**28/03/2016 a 30/03/2016**
Publicação da autorização para a inscrição isenta	**04/04/2016**
Período de realização pela Internet das Inscrições gerais	**28/03/2016 A 17/04/2016**
Vencimento dos boletos impreterivelmente	**18/04/2016**
Homologação das Inscrições e confirmação do local das provas	**26/04/2016**
Entrega obrigatória do Laudo Médico original para comprovação da Deficiência Física - Subitem 4.2.1 do Edital	**No local da realização da Prova Objetiva Data Provável 15/05/2016**
Entrega obrigatória: Títulos de Pós Graduação (cópia autenticada)	**No local da realização da Prova Objetiva Data Provável 15/05/2016**
Realização da Prova Objetiva (08:00hs às 11:30hs)	**Data Provável 15/05/2016**
Realização da Prova Subjetiva I e II (Prática) (13:00hs às 16:00hs)	**Data Provável 15/05/2016**
Gabarito Prévio: Mural da Prefeitura e no site: www.cotriguaçu.mt.gov.br	**Data Provável 16/05/2016**
Prazo para interpelação de recursos contra o Gabarito Prévio	**48 horas após: 18/05/2016 - até 13:00hs**
Previsão para a publicação do Gabarito Oficial	**20/05/2016 - até 13:00hs**
Publicação dos pontos dos Títulos: Pós Graduação	**20/05/2016 - até 13:00hs**
Prazo para recurso ao resultado dos pontos dos Títulos: Pós Graduação	**48 horas após: 23/05/2016 – 13:00hs**
Publicação da Nota da Prova Subjetiva I e II (Prova Prática)	**23/05/2016 - até 13:00hs**
Prazo para recurso da Nota da Prova Subjetiva I (redação) e Prova Subjetiva II (prova prática)	**48 horas após: 25/05/2016 – 13:00hs**
Publicação da quantidade de acertos da Prova Objetiva	**27/05/2016 - até 13:00hs**
Prazo para recurso ao resultado dos acertos da Prova Objetiva	**48 horas após: 31/05/2016 – 13:00hs**
Publicação Oficial dos acertos da Prova Objetiva	**03/06/2016 – 13:00hs**
Consolidação das Notas e classificação prévia dos candidatos(as) - Local: Mural da Prefeitura e no site: www.cotriguaçu.mt.gov.br	**07/06/2016 – 13:00hs**
Prazo de interpelação de recursos contra a classificação prévia	**48 horas após: 09/06/2016 – 13:00hs**
Prazo para divulgação Oficial do Resultado Final Local: Mural da Prefeitura e no site: www.cotriguaçu.mt.gov.br	**Previsão: 10/06/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 001/CMDCA/2016

RESOLUÇÃO Nº. 001/CMDCA/2016

"Dispõe sobre a nomeação do delegado para participação da IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Denise-MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança de do adolescente de Denise – MT, em reunião Ordinária realizada no dia 03 de março de 2016, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 562/2010, alterada pela Lei nº. 643/2012 e alterada pela Lei nº. 742/2015 aprova a presente Resolução, nomeando um novo delegado para participar da IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 1º - Fica nomeada o Sr. Tiago Favalessa Teixeira como delegado, representando a sociedade civil;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Denise - MT, 03 de março de 2016.

E**dinoan Rios do Carmo Matos**

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 022/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **FLÁVIO CORREIA MACEDO** como Fiscal do **Contrato Nº 076/2016**, cujo objeto: Contratação de empresa especializada para locação de impressoras multifuncional laser monocolor de grande porte, para atender as Secretarias Municipais de Diamantino.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 25 de Fevereiro de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 161/2015.

CONTRATADA: ANDREIA AQUINO DA SILVA

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 161/2015**, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de Agente Administrativo, da Agencia de Correios Comunitárias, localizado no Novo Diamantino, conforme Termo de Convenio – AGC nº 44/2010 lotada na **Secretaria Municipal de Administração** com inicio dia 02 de Março de 2015.e termino dia 22 de Outubro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 065/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 065/2015**, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedor a empresa: **RINALDI & COGO LTDA - ME,** CNPJ: 07.269.677/0001-79, no lote 01 totalizando **R$ 179.416,69** (cento e setenta e nove mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos).

Diamantino - MT, 10 de março de 2016.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 006/2016

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 006/2016**, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedor a empresa: **CONSTRUTORA R. D. EIRELI - EPP,** CNPJ: 21.476.172/0001-06, nos lotes 01, 02 e 03, totalizando **R$ 1.971.674,06** (um milhão novecentos e setenta e um mil seiscentos e setenta e quatro reais e seis centavos).

Diamantino - MT, 09 de março de 2016.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

GABINETE DO PREFEITO
LEI 231/96

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Levi José Pedrini, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.

Art. 2º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social.

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício.

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais.

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei.

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de convênio no setor;

VI – produto de convênios firmados com outras entidades financeiras;

VII – doações em espécies feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas;

Parágrafo Único – Os recursos que compõem o Fundo serão depositado em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS.

Art. 3º - O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Promoção Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Promoção Social.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II – pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV – construção reforma aplicação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

VI – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do artigo 15 da Lei orgânica de Assistência Social.

Art. 5º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – As transferências de recursos para organizações governamentais e não-governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 6º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos á apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 14 de Outubro de 1996.

LEVI JOSÉ PEDRINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2016

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779.991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2016**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **A. M. DEGRAUS PANIFICADORA E PIZZARIA LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº 00.681.511/0001-16, com endereço na Rua Almirante Batista das Neves, s/nº, Centro em Diamantino - MT, neste ato representada pelo Sr. Antônio Carlos Pereira, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5. 832.918 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 621.260.758-34, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei n° 8.666/93** de 21/06/93 e suas alterações, **Lei 10.520** de 17 de julho de 2002, **Decreto Municipal nº 033/2015** de 24 de Fevereiro de 2015 que regulamenta o SPR e **Decreto Municipal nº 018/2012** e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDer AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

LOTE 02

PÃES	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PÃO TIPO FRANCÊS	10.000	KILO	R$ 9,00	R$ 90.000,00
TOTAL:	**R$ 90.000,00**			

Valor total da proposta: **R$ 90.000,00** (noventa mil reais).

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 002/2016 - SRP**.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de **01 (um) dia**, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de **02 (Duas) horas**, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 002/2016** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 10 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO **JUVIANO LINCOLN** **PREFEITO MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	**A. M. DEGRAUS PANIFICADORA E PIZZARIA LTDA** **SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

ROSELAINE EUMA DA SILVA ALMEIDA	**LAURO JOSNEY CORREA**
RG: 22584323 SSP/MT CPF: 039.315.391.64	RG: 1099500-5 SJ/MT CPF: 693.215.071-91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DA ANÁLISE DO RECURSO

O Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria n° 007/2016, para fins do Art. 109, inciso I da Lei 8.666/2011 e da Lei 10.520/02, torna público o resultado da analise do **Recurso** interposto pela empresa **ENGEMAC CONSTRUTORA LTDA - EPP,** contra a decisão do Pregoeiro Oficial que aceitou os documentos de licitantes em cópias autenticadas por servidor público municipal e também por aceitar Atestado de Capacidade Técnica sem conter todos os serviços objeto da licitação. A Assessoria Jurídica do Município, com a decisão ratificada pelo Prefeito Municipal, resolvem **DEFERIR PARCIAL PROVIMENTO,** pela desclassificação da empresa JORGE BORGE DE AMORIM - ME em relação ao lote 01 e a empresa AMORIM E SILVEIRA LTDA - ME, em relação aos lotes 07 e 09.

Diamantino - MT, 09 de março de 2016.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 034/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 001/2015.

CONVOCA:

Art. 1º - Os candidatos (as) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverão comparecerem no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item2. 3 edital 001/2015citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento dos (as) interessados (as) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovados (as), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 09 de Março de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 034/2016

QTD	DOCUMENTOS PARA POSSE AUTENTICADOS
01	Fotocópia da Cédula de Identidade
01	Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e Fotocópia do RG e CPF dos dependentes

01	Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01	Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01	Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato).
01	Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01	Fotocópia do Titulo de Eleitor
01	Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01	Certidão Negativa de Débitos para com o Município
01	Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
01	Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
01	Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01	Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01	Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
01	Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01	Declaração de Bens
01	Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
01	Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital.

ANEXO II DO DECRETO Nº 034/2016

Cargo: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - RURAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
8º	LEIDE DAIANA FERREIRA DOS SANTOS

Cargo: : PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - URBANO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
36º	JOANINA NASCIMENTO DE SOUZA

Diamantino-MT, 09 de Março de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 008/2016

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779.991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2016**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SUPERMERCADO TEODORO LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 07.854.126/0001-72, com endereço na Rua Cedro Rosa, s/nº, Bairro Novo Diamantino em Diamantino – MT, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. Valdemir Teodoro da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.036.309-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 602.489.989-00, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei n° 8.666/93** de 21/06/93 e suas alterações, **Lei 10.520** de 17 de julho de 2002, **Decreto Municipal nº 033/2015** de 24 de Fevereiro de 2015 que regulamenta o SPR e **Decreto Municipal nº 018/2012** e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDer AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

LOTE 01

PÃES	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PÃO DE FORMA	700	UNID	R$ 14,00	R$ 9.800,00
PÃO PARA CACHORRO QUENTE (GRANDE) (PCT 06)	5000	PCT	R$ 13,04	R$ 65.200,00
TOTAL:	**R$ 65.200,00**			

Valor total da proposta: **R$ 75.000,00** (setenta e cinco mil reais).

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 002/2016 - SRP**.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de **01 (um) dia**, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de **02 (Duas) horas**, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;

b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 002/2016** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 10 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO **JUVIANO LINCOLN** **PREFEITO MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	**SUPERMERCADO TEODORO LTDA** **SR. VALDEMIR TEODORO DA SILVA** **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:	
ROSELAINE EUMA DA SILVA ALMEIDA RG: 22584323 SSP/MT CPF: 039.315.391.64	**LAURO JOSNEY CORREA** RG: 1099500-5 SJ/MT CPF: 693.215.071-91

GABINETE DO PREFEITO
LEI 093/93

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, tendo em visto o que estabelece o artigo 132, da Lei Federal nº. 8080, de 19 de setembro de 1. 990, o artigo 4º da Lei Federal nº. 8142 de 28 de dezembro de 1.990 e da Lei Orgânica do Município de Diamantino, em seu artigo 153 e 154, aprova e a Prefeito do Município o Senhor LEVI JOSÉ PEDRINI, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas pelo Sistema Único de Saúde e coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEÇÃO I

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º - O Fundo Municipal de Saúde, ficará subordinado diretamente a Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Parágrafo Único - Todos os bens ativos e passivo do Fundo Municipal de Saúde, constituirão patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO GERENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - São atribuições do gestor do Fundo Municipal de Saúde:

I - gerir o fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos de comum acordo com o Conselho Municipal de Saúde;

II - acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações no Plano Municipal e Programação e Orçamentária da Saúde;

III - submeter ao Conselho Municipal de Saúde a Programação Orçamentária da Saúde, o Plano de Aplicação dos Recursos à cargo do Fundo Municipal de Saúde, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO;

IV - submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receitas e despesas do Fundo Municipal de Saúde;

V - encaminhar a Câmara Municipal e Tribunal de constas à Contabilidade Geral e as demonstrações financeiras do Fundo Municipal de Saúde;

VI - assinar cheques com o responsável pelo setor financeiro de acordo com as normas vigentes;

VII - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

VIII - interveniar convênio e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo Municipal de Saúde.

SEÇÃO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Art. 4º - O Fundo Municipal de Saúde será operacionalizado pelo setor financeiro e Orçamentário da Prefeitura Municipal, com as seguintes competências:

I - preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;

II - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo Municipal de Saúde referente a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e os recebimentos das receitas do Fundo Municipal de Saúde;

III - manter em articulação com o setor de patrimônio da Prefeitura, os controles necessários sobre os bens patrimoniais adquiridos e a disposição do Fundo Municipal de Saúde;

IV - encaminhar à contabilidade ao gestor do Fundo Municipal de Saúde;

a) - mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b) - anualmente, o Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde;

V - firmar, com o responsável pelo controle da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - providenciar e apresentar ao Secretário Municipal de Saúde, as demonstrações que indiquem a situação Econômica - Financeira geral do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com normas vigentes;

VII - manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feito para a Saúde;

VIII-encaminhar mensalmente, ao secretário Municipal de Saúde, relatório de acompanhamentos e avaliação de produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior.

SEÇÃO IV

DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 5º - São receitas do Fundo Municipal de Saúde o disposto no artigo 153 da Lei Orgânica do Município, e os provenientes de:

I - transferência do orçamento do Município correspondente a 15% (quinze por cento) das respectivas receitas (artigo 153 parágrafo 1º da Lei Orgânica Municipal);

II - transferência Estadual e Federal;

III - taxa multa e emolumentos obtidos e praticados em função dos serviços e ações específicas;

IV - convênios e contratos;

V - contribuições, doações, donativos e ajuda;

VI - alienação patrimonial e rendimento de capital;

VII - rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

VIII - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

IX - produto de arrecadação sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como, parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

X - parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força da Lei, e de convênio no setor.

Parágrafo Único - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida na agência do Banco do Brasil.

SUBSEÇÃO I

DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde;

I - disponibilidade monetária em banco, oriundos das receitas especificada no artigo 5º e seus incisos;

II - direito que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis que forem destinados ao Sistema de Saúde do Município;

IV - bens móveis e imóveis destinados a administração do Sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

SUBSEÇÃO II

DOS PASSIVOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 7º - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde.

SEÇÃO V

DO ORÇAMENTO DA CONTABILIDADE

SUBSEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art. 8º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, estabelecido pela Conferência Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde, referenciados no Plano Municipal Programação e Orçamentação da Saúde e principalmente pelo estabelecido no Título VI, Capítulo I "Da Política de Saúde" da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde fará parte do Orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade estabelecida de acordo com as prioridades fixadas pelo Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde seguirá na sua elaboração e na sua execução os padrões e as normas estabelecidas na Legislação Pública vigente.

SUBSEÇÃO II

DA CONTABILIDADE

Art. 9º - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar à situação financeira, patrimonial e orçamentária do Sistema Estadual de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente.

Art. 10 - A contabilidade será organizada de forma permitir o exercício das funções de controle prévio concomitante e subseqüente e de informar, inclusive de apropriar e apurar os custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar seu objetivo, bem como, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 11 - A escrituração contábil será feita pelo m,todo das partidas dobradas.

Parágrafo 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive de custos de serviços.

Parágrafo 2º - Entende - se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela Legislação pertinente.

Parágrafo 3º - As demonstrações e relatórios produzidos pelo Fundo Municipal de Saúde, passarão integrar a contabilidade geral da Secretaria Municipal de Saúde.

SEÇÃO VI

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUBSEÇÃO I

DAS DESPESAS

Art. 12 - A qualificação dos recursos que o Município destinar de seu orçamento para atender as despesas com custeio, pessoal e encargos e investimentos, constará do Plano Municipal de Saúde e Programação Orçamentária de Saúde, elaborado pela direção do Sistema Único de Saúde e aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - O volume de recursos de que trata o parágrafo 1º do artigo 153 da Lei Orgânica Municipal. de 15% (quinze por cento) do orçamento anual do Município, deverá ser dividido em parcelas mensais, as quais deverão ser depositados na conta do Fundo Municipal de Saúde até o dia 15 de mês subseqüente, sendo que o não cumprimento implicará em crime de responsabilidade Pública.

Art. 13 - As despesas do Fundo Municipal de Saúde se constituíram de:

I - financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvida pelo Sistema Municipal de Saúde;

II - pagamentos de gratificação ao pessoal dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta que participem da execução das ações do Sistema Municipal de Saúde;

III - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito público ou privado para a execução de projetos ou programas específicos do setor de saúde, observando o disposto no artigo 199 e seus parágrafos da Constituição Federal;

IV - construção reforma ampliação, aquisição de imóvel para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

V - aquisição material permanente e de consumo e de outros insumos necessários do desenvolvimento das atividades do Sistema Municipal de Saúde;

VI desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos de saúde;

VIII - atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável tais como: calamidades, sinistros, epidemias e outras necessárias à execução das ações e serviços de sa£de mencionadas no artigo 1º da presente Lei.

Art. 14 - Nenhuma despesa será realizada sem dotação orçamentária, exceto nos casos previsto no inciso VIII do artigo 13 desta Lei.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei.

SUBSEÇÃO II

DAS RECEITAS

Art. 15 - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO III

Art. 16 - A prestação de contas do Município integrará o Relatório de Gestão, na forma definida pelo Conselho Municipal de Saúde, não elidindo a obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas e Câmara Municipal, na forma da Lei.

Art. 17 - O Fundo Municipal de Saúde ter vigência ilimitada no caso de sua extinção os bens patrimoniais passará para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando - se as disposições contrárias.

Diamantino, 06 de setembro de 1.993

LEVI JOSÉ PEDRINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 02/01/2016/ SMEEL

Dom Aquino, 01 de janeiro de 2016.

“Dispõe sobre a nomeação da Diretora

da Escola Municipal Profª Juliana Nazaré

de Oliveira” e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE DOM AQUINO, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe confere o cargo.

Resolve:

Art.1º - Fica nomeada para o cargo de Diretora da Escola Municipal **Profª Juliana Nazaré de Oliveira** a Sr.ª **DAIANE PEREIRA DUTRA MIRANDA**, eleita conforme a Lei nº 7.040/01/98- Gestão Democrática- para o biênio 2016/2017.

Art.2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registrada nesta Secretaria e publique em

Diário Oficial ou em órgão correlato.

Aldirene S. M. Stevanato

DME

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

Órgãos: Secretaria Municipal de Saúde.

Identificação: Pregão Presencial nº 003/2016

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de próteses dentárias, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos, para atender a demanda da Secretária Municipal de Saúde.

Data: 23/03/2016

Horário: credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso)

Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/ 1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com

Dom Aquino-MT, 10 de março de 2016.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira Oficial

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO ORIGINAL: 007/2015

3º TERMO ADITIVO
Nº DO CONTRATO ORIGINAL: 007/2015
CONTRATADO: S.O.S CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação** do prazo de vigência e execuçãoconstante na Clausula VI do **Contrato nº 007/2015**, até 18/03/2016.
DATA DO TERMO: 18/12/2015
DOM AQUINO – MT, 10 DE MARÇO DE 2016
JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 01/01/2016/ SMEEL

Dom Aquino, 01 de janeiro de 2016.

"Dispõe sobre a nomeação da Diretora

da Escola Municipal Renato Dias Coutinho"

e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE DOM AQUINO, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe confere o cargo.

Resolve:

Art.1º - Fica nomeada para o cargo de Diretora da Escola Municipal Renato Dias Coutinho a Sr.ª **HELENA DE OLIVEIRA CAMPOS**, eleita conforme a Lei nº 7.040/01/98- Gestão Democrática- para o biênio 2016/2017.

Art.2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registrada nesta Secretaria e publique em

Diário Oficial ou em órgão correlato.

Aldirene S. M. Stevanato

DME

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2016

DATA: 10 DE MARÇO DE 2016.

SÚMULA: ALTERA OS ANEXOS I E VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 036/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os Anexos I e VI da Lei Complementar nº 036/2015 de 11 de Fevereiro de 2015**,** os quais serão substituídos pelos Anexos integrantes desta Lei.

§ 1º – As alterações no Anexo I e VI da Lei Complementar Municipal nº 036/2015 referem-se na atualização dossalários para o cargo de Professor – 20 e 40 horas com o Piso Nacional do Magistério - exercício 2016 e para o cargo de Apoio em Manutenção – nível fundamental, com o salário mínimo nacional.

Art. 2º - Os demais Anexos da Lei Complementar nº 036/2015, permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos à 1º de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 10 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CLASSES DE VENCIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR

CLASSE	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO PADRÃO 20 HS/SEM.	VENCIMENTO PADRÃO 40 HS/SEM.
A	Nível Médio Magistério	1.067,82	2.135,64
B	Nível Superior	1.356,13	2.712,26
C	Nível Superior, com Especialização Lato Sensu	1.462,91	2.925,82
D	Nível Superior, com Especialização Stricto Sensu	1.623,08	3.246,17

CLASSES DE VENCIMENTO DOS CARGOS TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL E TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI

CLASSE	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO PADRÃO 40 HS/SEM.
A	Nível Médio	954,10
B	Ensino Médio Profissionalizado	1.049,52
C	Nível Superior	1.192,63
D	Nível Superior, com Especialização Lato Sensu	1.288,04

CLASSES DE VENCIMENTO DO CARGO APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR

CLASSE	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO PADRÃO 40 HS/SEM.
A	Nível Ensino fundamental	880,00
B	Ensino Médio	931,78

C	**Ensino Médio Profissionalizado**	**1.016,49**

CLASSES DE VENCIMENTO DO CARGO MOTORISTA I – TRANSPORTE ESCOLAR

CLASSE	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO PADRÃO 40 HS/SEM.
A	Nível Ensino fundamental	1.144,92
B	Ensino Médio	1.259,28
C	Ensino Médio Profissionalizado	1.373,76

ANEXO VI

TABELA SALÁRIO DOS PROFESSORES 40H – ANO 2016					
	CLASSE	A MAGISTÉRIO	B SUPERIOR	C PÓS-GRADUADO	D MESTRADO
NIVEL	COEFICIENTE	1	1,27	1,37	1,52
0	1,00	2.135,64	2.712,26	2.925,82	3.246,17
1	1,02	2.178,35	2.766,50	2.984,33	3.311,09
2	1,04	2.221,06	2.820,75	3.042,85	3.376,01
3	1,06	2.263,77	2.874,99	3.101,36	3.440,94
4	1,08	2.306,49	2.929,24	3.159,88	3.505,86
5	1,10	2.349,20	2.983,48	3.218,40	3.570,78
6	1,12	2.391,91	3.037,73	3.276,91	3.635,71
7	1,14	2.434,62	3.091,97	3.335,43	3.700,63
8	1,16	2.477,34	3.146,22	3.393,95	3.765,55
9	1,18	2.520,05	3.200,46	3.452,46	3.830,48
10	1,20	2.562,76	3.254,71	3.510,98	3.895,40
11	1,22	2.605,48	3.308,95	3.569,50	3.960,32
12	1,24	2.648,19	3.363,20	3.628,01	4.025,25
13	1,26	2.690,90	3.417,44	3.686,53	4.090,17
14	1,28	2.733,61	3.471,69	3.745,04	4.155,09
15	1,30	2.776,33	3.525,93	3.803,56	4.220,02
16	1,32	2.819,04	3.580,18	3.862,08	4.284,94
17	1,34	2.861,75	3.634,42	3.920,59	4.349,86
18	1,36	2.904,47	3.688,67	3.979,11	4.414,79
19	1,38	2.947,18	3.742,91	4.037,63	4.479,71
20	1,40	2.989,89	3.797,16	4.096,14	4.544,63
21	1,42	3.032,60	3.851,40	4.154,66	4.609,56
22	1,44	3.075,32	3.905,65	4.213,18	4.674,48
23	1,46	3.118,03	3.959,89	4.271,69	4.739,40
24	1,48	3.160,74	4.014,14	4.330,21	4.804,33
25	1,50	3.203,46	4.068,39	4.388,73	4.869,25
26	1,52	3.246,17	4.122,63	4.447,24	4.934,17
27	1,54	3.288,88	4.176,88	4.505,76	4.999,10
28	1,56	3.331,59	4.231,12	4.564,27	5.064,02
29	1,58	3.374,31	4.285,37	4.622,79	5.128,94
30	1,60	3.417,02	4.339,66	4.681,31	5.193,87

LEI MUNICIPAL N° 543/2016.

LEI MUNICIPAL N° 543/2016.

DATA: 10 DE MARÇO DE 2016.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE FILANTRÓPICA DO MUNICÍPIO-APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei**, faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal conceder auxilio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Feliz Natal–MT, valor total correspondente à R$ 38.400,00 (Trinta e oito mil e quatrocentos reais, a serem repassados em 12 parcelas de R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais), para custeio parcial das despesas da Entidade relativas à material de consumo e contratação de serviços.

Art. 2º - A referida doação à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE **de Feliz Natal–MT**, somente será repassada mediante celebração de convênio, precedido da apresentação dos documentos constitutivos da Entidade conforme determina a Lei Civil.

Art. 3º - Para efeito de prestação de contas, deverão ser apresentados mensalmente, até o trigésimo dia do mês subseqüente ao recebimento, os comprovantes das despesas realizadas com o valor doado, à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, cujas despesas não poderão ter destinação diversa da mencionada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Os recursos orçamentáriospara atender esta Lei, encontram-se consignados no Orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Assistência Social

01 – Gabinete do Secretário

08 - Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0026 – Proteção Social Básica

1.009 – Apoio a Instituições Sociais e Filantrópicas

3.3.70.41.00.00.00 S 010 Contribuições

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos à 02 da Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 10 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISORA DE RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044

CONCURSO PÚBLICO 001/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044

De 10 Março 2016.

"Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Concurso Público nº 001/2012 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT"

O prefeito do Município de Figueirópolis D´Oeste-MT, Estado de Mato Grosso, Sr**. LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Concurso Público 001/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado para admissão no cargo público o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2012, conforme relação abaixo:

9. CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	CANDIDATA	PONTUAÇÃO	APROVADO
00462	ANA PAULA MENEZES DA SILVA CRIADO	6,93	11º
00581	ROSILENE LUIZ DO NASCIMENTO	6,83	12º

Art. 2º O candidato aprovado e ora convocado neste Edital deverá comparecer à sede da prefeitura Municipal – Supervisão de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados.

Art. 3º Para a tomada de posse no cargo público, o aprovado deverá apresentar a seguinte documentação:

Originais e/ou fotocópias:

a. Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo o qual foi aprovado; b. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação de anuidade; c. Carteira nacional de Habilitação (cargo de motorista) d. Ter idade mínima exigida para o cargo; e. Certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos cincos anos f. Certidão negativa de débitos com o município (Gerência de Tributação); g. Comprovante de sanidade física e mental, medicante apresentação dos exames complementares constates **no item 7.6 do Edital** de Concurso Público 001/2012; h. Titulo de eleitor e os 02 (dois) últimos comprovante de votação ou certidão expedida pelo TER; i. Comprovante de Serviços Militar (sexo masculino) j. 01 (uma) foto 3x4 colorida e recente; k. Cédula de Identidade – RG; l. Cadastro de Pessoa Física – CPF; m. Certidão de nascimento/casamento ou declaração de união estável; n. Certidão de nascimento dos filhos e dependentes; o. Carteira de vacinal dos filhos menores de 05 (cinco) anos p. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se possuir); q. Declaração de não acúmulo de cargo público; r. Declaração de disponibilidade de tempo para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; s. Declaração de bens; t. Comprovação de residência. u. Copia do CPF do pai e mãe.

Art. 4º A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital nº 001/2012.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, em 10 de Março de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA N.º 096/2016

PORTARIA N.º 096/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria Compulsória*** *da servidora* ***Sr.ª*****MARIA ERENITA DA SILVA***."*

O Secretário Municipal de Administração do Município de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso II a Lei municipal nº 194, de 22 de agosto de 2005, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Gaúcha do Norte, c/c a Lei Complementar nº 003/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras e Lei Municipal nº 034/2014, que dispõem sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Gaúcha do Norte-MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria Compulsória**, a servidora **Sr**.ª ***MARIA EREMITA DA SILVA***, brasileira, portadora do RG n.º 242. 504 - SSP/MS e do CPF n.º 170.045.191-04, servidora efetiva no cargo de Atendente de Enfermagem – 40 Horas, Classe "D'', Nível "04", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula no Rh nº. 1568, com período de contribuição de 7.033 dias líquidos, correspondendo há 19 Anos, 03 Meses e 08 Dias com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do **PREVNORTE**, nº. **2015.01.00016P**, a partir de **04/11/2015**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de **04 de novembro de 2015,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gaúcha do Norte - MT, 08 de março de 2016.

_____

ADELCIO RICARDO DE MELO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 095/2016

PORTARIA Nº. 095/2016.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Serviço, não concomitante, em favor da ***Sra. Maria Eremita da Silva****, servidora pública deste município."*

O Secretário Municipal de Administração de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente há 923 dias líquidos, correspondente à 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 14 (quatorze) dias:

Período	Órgão	Dias Líquidos

01/08/1980 a 30/04/1981	INETEL INSTALAÇÕES ELETRO TELEFONICAS E ADMINIST LTDA	270 dias
01/10/1983 a 30/11/1983	FARINHA & CIA LTDA	60 dias
07/03/1988 a 20/03/1991	MUNICÍPIO DE PARANATINGA	1.109 dias

Art. 3º - Compete ao Secretário Municipal de Administração Gaúcha do Norte, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Gaúcha do Norte/MT, 08 de março de 2016.

ADELCIO RICARDO DE MELO

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO N° 121/2015

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO N° 121/2015

VIGÊNCIA: 25/01/2016 à 25/03/2016

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

MOTIVO DA ALTERAÇÃO: ACRÉSSIMO DE PRAZO EM MAIS 60 DIAS.

CONTRATADO: PUBLIC. ASSESSORIA E CONSULTORIA, SERVIÇOS CONTABIL LTDA – ME

ALICKSON BELO GAMA

Presidente da CPL.

JURÍDICO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2016 AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES, Prefeita Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais atendendo o disposto na Constituição Federal e no Art.48 da Lei Complementar nº 101/2000, torna público que fará realizar na data, horário e local abaixo especificado AUDIÊNCIA PÚBLICA cujo objetivo é a Avaliação do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO-PMSB

A audiência acontecerá no dia 14 de marco (segunda-feira) de 2016, com inicio às 14 horas nas dependências da Câmara Municipal.

E, para fins de conhecimento a todos, expede-se o presente edital que será afixado em local de fácil acesso ao público.

Gabinete da Prefeita, General Carneiro-MT, 10/03/2016.

Magali Amorim Vilela de Moraes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161/2016 DE 03/03/2016.

PORTARIA Nº 161/2016 DE 03/03/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	ERIKA MUNIZ DAIMA
CARGO:	MÉDICA
Período de:	09/03/2016 A 07/04/2016 (30 DIAS)
Período Aquisitivo:	09/03/2015 A 09/03/2016

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 09 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2016.

NP 234/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 159/2016 DE 03/03/2016.

PORTARIA Nº 159/2016 DE 03/03/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO HOSPITALAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, a senhora **ROSIMARA BRANCALIÃO MENEGUINE,** portadora do RG Nº 1315867-8 SSP/MT e do CPF N° 650.554.111-04**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO HOSPITALAR**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/02/2016.

NP 232/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2016 DE 03/03/2016

PORTARIA Nº 157/2016 DE 03/03/2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE TÉCNICA DE EMFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR da função efetiva do cargo de **TÉCNICA DE EMFERMAGEM**, constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **MARIA GILZA PEREIRA DE SOUZA,** brasileira, portadora do RG Nº 756884-3 SSP/MT e do CPF Nº 604.439.441-72, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal nomeada em caráter efetivo através da Portaria de nomeação Nº 034/2007 de 01 de ABRIL de 2007.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2016.

NP 230/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016.

O município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2016, cujo objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Elaboração de Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-Financeiro, para fim de reprogramação da Construção de uma Unidade de Educação Infantil – Pró-Infância Cidade Nova em Guarantã do Norte/MT e demais especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**), com data prevista para abertura no dia **04/04/2016 às 08h00min**. Os interessados poderão retirar o Edital Completo gratuitamente, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua das Oliveiras, nº135-Bairro jardim Vitória, no setor de Licitações e Contratos, por meio magnético, mediante as seguintes formas junto à CPL nos horário das 07h00min às 11h00min horas, das 13h00min as 17h00min, de segunda a sexta feira, sendo necessário que o licitante apresente compact disc (CD) gravável idôneo ou Pen-Drive compatível com os computadores da CPL.

Guarantã do Norte/MT, 09 de Março 2016.

Silvana de Lourdes Pereto

Comissão Permanente de Licitação

Membro Suplente-

LICITAÇAO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

Retificação de Extrato de Ata Registro de Preço Nº 26/2016 do Pregão Presencial nº 010/2016 - O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira a senhora Mirian da Silva Mello, torna Público para conhecimento dos interessados, que RETIFICA o Extrato de Ata Registro de Preço Nº 26/2016 do Pregão Presencial nº 010/2016, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LOCAL** edição n° 128.105 no dia 09/03/2016: ONDE SE LÊ: Ata de Registro de Preço Nº 026/2016 LEIA-SE: Ata de Registro de Preço Nº 025/2016 Guarantã do Norte/MT, 10 de Março de 2016. Mirian da Silva Mello – Pregoeira.

LICITAÇAO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE E A EMPRESA **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, Objeto é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAL PERMANENTE** para atender as necessidades da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 008/2016, Processo Administrativo n° 1451/2015, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA** sagrou-se vencedora para os itens 15, 17, 23 e 24com o valor global de **R$ 65.980,00 (sessenta cinco mil e novecentos e oitenta reais)**. **Data de Assinatura:** 09/03/2016. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas. A planilha de preços e ata em sua integra encontram-se anexada nos autos do processo administrativo Nº 1451/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016. **Assinada pelo Município de Guarantã do Norte**: Sandra Martins – Prefeita Municipal; **Contratada**: **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, representada pelo senhor WILLIAN EDUARDO DE CONTO **- Guarantã do Norte, 09 de Março de 2016.**

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 134/2016 DE 22/02/2016.

PORTARIA Nº 134/2016 DE 22/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDORA:	**ROSANE KREUZ SCHNORR**
CARGO:	**PROFESSORA**
Período de:	**19/02/2016 A 19/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**08/02/2015 A 08/02/2016**

SERVIDORA:	**JURACI BARBOSA GONÇALVES**
CARGO:	**DENTISTA**
Período de:	**19/02/2016 A 28/02/2016 (10 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**19/09/2013 A 19/09/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 19 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2016.

NP 192/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2016 DE 19/02/2016.

PORTARIA Nº 131/2016 DE 19/02/2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR da função efetiva do cargo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL INFANTIL**, constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **RAFFAELE STHEFANI WATANABE,** brasileira, portadora do RG Nº 1508455-8 SSP/MT e do CPF Nº 006.790.281-29, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal nomeada em caráter efetivo através da Portaria de nomeação Nº 006/2012 de 23 de JANEIRO de 2012.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 12 de fevereiro de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/02/2016.

NP 185/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2016 DE 19/02/2016.

PORTARIA Nº 132/2016 DE 19/02/2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR da função efetiva do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **ADELAIDE PALERMO,** brasileira, portadora do RG Nº 607022 SSP/MT e do CPF Nº 432.360.571-49, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal nomeada em caráter efetivo através da Portaria de nomeação Nº 082/2003 de 02 de JANEIRO de 2004.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de fevereiro de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/02/2016.

NP 186/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2016 DE 18/02/2016.

PORTARIA Nº 130/2016 DE 18/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDORA:	**ANA MARIA CAFFONE LIMA**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**
Período de:	**17/02/2016 A 17/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**18/11/2014 A 18/11/2015**

SERVIDORA:	**THAIS JANAINA CAPANEMA**
CARGO:	**ENFERMEIRA**
Período de:	**17/02/2016 A 02/03/2016 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**16/04/2012 A 16/04/2013 (05 DIAS)** **16/04/2013 A 16/04/2014 (10 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 17 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/02/2016.

NP 169/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2016 DE 18/02/2016.

PORTARIA Nº 129/2016 DE 18/02/2016.

"CONCEDE PERMUTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER PERMUTA nos termos doArtigo62 incisoIIe Artigo 63 Paragrafo único da Lei Complementar 187/2011 a servidora **MARIA ROSA LEITE,** portadora do RG Nº 865636 SSP/MT e do CPF Nº 537.919.831-72,lotada na Secretaria Municipal de Educação de Guarantã do Norte no cargo de professora de Licenciatura Plena em Pedagogia/Séries iniciais para o exercício escolar de 2016 até 21 de dezembro de 2016, com a servidora **ELISÂNGELA MACHADO,** portadora do RG Nº0809920-0 SSP/MT e do CPF Nº 531.785991-34, ocupante do cargo de professor de Licenciatura Plena em Pedagogia/Séries iniciais da Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT conforme artigo 43 da lei complementar 13/2003.

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/02/2016.

NP 168/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2016 DE 16/02/2016.

PORTARIA Nº 128/2016 DE 16/02/2016.

"CONCEDE AFASTAMENTO A PROFESSORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - CONCEDER afastamento não remunerado a servidora **ROBERTA SIQUEIRA DE SOUZA ANTONELLO,** cargo efetivo de **PROFESSORA,** brasileira, maior, portadora do RG Nº 294.731 SSP/TO e do CPF N° 913.666.741-20, residente nesta cidade e município de Guarantã do Norte, pelo período de 02 (Dois) anos a contar dessa portaria nos termos do artigo 119 da Lei 187/2011.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 15 de fevereiro de 2016,** revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 16 (dezesseis) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/02/2016.

NP 166/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 127/2016 DE 16/02/2016.

PORTARIA Nº 127/2016 DE 16/02/2016.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**ROSANGELA RODRIGUES DE SOUZA**
CARGO:	**PROFESSORA**
Período de:	**10/02/2016 A 09/05/2016 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/04/1997 A 01/04/2002**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 10 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 16 (dezesseis) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/02/2016.

NP 165/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 126/2016 DE 16/02/2016.

PORTARIA Nº 126/2016 DE 16/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**JOZIVALDO DA SILVA FERREIRA**
CARGO:	**MOTORISTA CATEGORIA "C"**
Período de:	**15/02/2016 A 15/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/03/2013 A 01/03/2014 (10 DIAS)** **01/03/2014 A 01/03/2015 (20 DIAS)**

SERVIDOR:	**JURANDI RODRIGUES PEREIRA**
CARGO:	**PEDREIRO**
Período de:	**15/02/2016 A 15/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**26/02/2013 A 26/02/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 15 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 16 (dezesseis) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 16/02/2016.

NP 164/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133/2016 DE 19/02/2016.

PORTARIA Nº 133/2016 DE 19/02/2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE PROFESSORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR da função efetiva do cargo de **PROFESSORA**, constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **PAULA REGINA MORAES MARTINS,** brasileira, portadora do RG Nº 1207453-5 SJ/MT e do CPF Nº 983.208.741-49, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal nomeada em caráter efetivo através da Portaria de nomeação Nº 304/2008 de 16 de JANEIRO de 2008.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 12 de fevereiro de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 19/02/2016.

NP 187/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 135/2016 DE 22/02/2016.

PORTARIA Nº 135/2016 DE 22/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**ANTÔNIO APARECIDO HEINST**
CARGO:	**MOTORISTA**
Período de:	**22/02/2016 A 22/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**15/03/2014 A 15/03/2015**

SERVIDOR:	**MARIO CARLOS BORIN**
CARGO:	**AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA**
Período de:	**22/02/2016 A 22/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/07/2013 A 01/07/2014**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2016.

NP 193/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 136/2016 DE 22/02/2016.

PORTARIA Nº 136/2016 DE 22/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**JONAS JOSUÉ LEAL**
CARGO:	**AGENTE ADMINISTRATIVO**
Período de:	**18/02/2016 A 18/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**03/03/2010 A 03/03/2011 (20 DIAS)** **03/03/2011 A 03/03/2012 (10 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 18 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2016.

NP 194/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 138/2016 DE 22/02/2016.

PORTARIA Nº 138/2016 DE 22/02/2016.

"CONCEDE AFASTAMENTO A AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - CONCEDER afastamento não remunerado, por período de 02 (dois) anos, ao Senhor **MAURICIO DE SÁ**, cargo efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL INFANTIL**, brasileiro, maior, portador do RG Nº 2304156-0 SSP/MT e do CPF N° 045.035.371-05, residente nesta cidade e município de Guarantã do Norte, conforme artigo 99 da Lei Complementar 101/2005.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2016.

NP 196/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 137/2016 DE 22/02/2016

PORTARIANº 137/2016 DE 22/02/2016

"REVOGA A PORTARIA Nº 024/2016 DE 15 DE JANEIRO DE 2016, QUE CONCEDE AFASTAMENTO A PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGAR a Portaria N.º 024/2016 de 15 de janeiro de 2016, que concede afastamento ao Sr. **JOARES RIBEIRO DE OLIVEIRA,** brasileiro, portador do RG Nº 1835196-4 SSP/MT e do CPF N° 787.387. 929-15, residente nesta cidade e município de Guarantã do Norte.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 05 de fevereiro de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2016.

NP 195/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal De Governo E Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 140/2016 DE 23/02/2016.

PORTARIA Nº 140/2016 DE 23/02/2016.

"DISPÕE SOBRE PUNIÇÃO DA SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – PUNIR a servidora **MARIA DAS DORES SANTOS,** portadora do RG: 2701789 SSP/PE e CPF: 917.671.991-04, lotada na Secretaria Municipal de saúde, ocupante do cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS,** sob matricula 4217, por proceder de forma desidiosa nos termos do artigo 131, inciso XIV da Lei 101/2005, conforme relatório final do processo de sindicância 004/2015, instaurado pela portaria n° 496/2015.

§1°- Suspensão de 30 dias com conversão de 50% da remuneração em multa, sendo obrigatório a permanência da servidora em serviço conforme artigo 144 paragrafo 2° da Lei 101/2005, iniciando em 01 de março de 2016.

§2°- Perda da licença prêmio correspondente ao período aquisitivo em que ocorreu a punição, conforme o artigo 97, inciso I, alínea "d" da Lei 101/2005.

§3°- Perda da progressão vertical no ano de 2016, conforme artigo 16, inciso II e III da Lei 194/2011.

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/02/2016.

NP 199/2016.

IZABEL CRISTINA LAVRATTI

Secretária Municipal de Saúde

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 139/2016 DE 23/02/2016

PORTARIA N° 139/2016 DE 23/02/2016

"SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

Art. 1° - SUBSTITUIR MEMBROS da comissão de leilão da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte:

PRESIDENTE	**APARECIDA RODRIGUES JOAQUIM**
SECRETÁRIO	**MARCIO OLIVEIRA DE ASSIS**
MEMBRO	**FERNANDA GARDIN DE MELLO**
MEMBRO	**VANESSA SOUZA RODRIGUES DE OLIVEIRA**
MEMBRO	**JONAS JOSUÉ LEAL**
MEMBRO	**ROGÉRIO OSMAR WUADEN**
MEMBRO	**DIONALDI DE SOUZA**
MEMBRO	**CELSO HILLESHEIN**
MEMBRO	**LADISLAU GUERREIRO CAMPOS**
MEMBRO	**JOSIVALDO DA SILVA FERREIRA**
MEMBRO	**MAYCON RODRIGO DE SOUZA**
MEMBRO	**SIMONE MACIEL DE ALENCAR**
MEMBRO	**JOSÉ ROBERTO LEMOS BRITO**
MEMBRO	**EMA MEURER**

Art. 2° - São atribuições do Presidente da Comissão de Leilão:

I – indicar o leiloeiro;

II – verificar a regularidade do procedimento administrativo;

III – coordenar e supervisionar os trabalhos realizados pela Comissão de Leilão, do Avaliador e do Leiloeiro;

IV – decidir, em única instância, todos os incidentes e representações decorrentes da deflagração do procedimento administrativo, excetuadas as atribuições específicas da Secretária de Administração e Finanças, quando distinto;

V – representar à Secretaria de Administração e Finanças na hipótese de verificação e/ou constatação de eventuais irregularidades;

Art. 3° - São atribuições dos membros da Comissão de Leilão, independentemente das atribuições inerentes ao seu Presidente:

I – auxiliar na verificação quanto à regularidade do procedimento administrativo;

II – fiscalizar os trabalhos do Avaliador e do Leiloeiro;

III – representar à Secretaria de Administração e Finanças na hipótese de verificação e/ou constatação de eventuais irregularidades.

Art. 4° – São atribuições do Secretário da Comissão de Leilão:

I – elaborar todas as atas e demais procedimentos previstos nesta Portaria;

II – arquivar, em pasta própria, todos os documentos referentes à realização do procedimento administrativo, inclusive os que precederam à venda em hasta pública;

III – receber e conferir a prestação de contas realizada pelo leiloeiro, submetendo-a a apreciação da Comissão de Leilão;

Art. 5° – O Presidente da Comissão de Leilão designará perito avaliador, preferencialmente com conhecimento na área, com atribuições específicas para avaliar os bens a serem leiloados.

§ 1º – A designação será realizada através do firmamento de termo de compromisso.

§ 2º – O perito avaliador que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à administração pública, ficando inabilitado, por 2 (dois) anos, a funcionar em outras perícias, independentemente das sanções previstas em lei penal.

§ 3º – O perito avaliador não poderá ser membro da Comissão de Leilão.

Art. 6° – O perito avaliador tem o dever de cumprir o ofício, no prazo assinalado pelo Presidente da Comissão de Leilão, empregando toda a sua diligência.

Art.7° – O perito avaliador deverá:

I – descrever detalhadamente as condições dos bens à serem leiloados, com indicação do estado em que se encontra, inclusive ilustrando com fotografias;

II – indicar o valor de avaliação dos bens.

Art. 8° – As vendas dos bens em hasta pública serão realizadas através da designação do leiloeiro.

Art. 9° – O Leiloeiro deverá ser:

I – pessoa idônea para exercício do mister, mediante termo de compromisso/ou

Art. 10º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/02/2016.

NP 198/2016

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 142/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA Nº 142/2016 DE 25/02/2016.

"DISPÕE SOBRE PUNIÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – PUNIR servidor **CLEDOALDO MARTINS RIBEIRO,** portador do RG: 379972 SSP/MT e CPF: 404.215.381-04, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** sob matricula 979, a penalidade de advertência por transgredir o artigo 130, inciso X da Lei 101/2005, conforme processo de sindicância 003/2015, instaurado pela portaria n° 461/2015.

§1°- Fica penalizado disciplinarmente por advertência conforme artigo 141, inciso I e 142 da Lei Complementar 101/2005.

§2°- Fica penalizado o servidor com a cassação da licença premio referente ao período aquisitivo em que ocorreu a punição nos termos do artigo 97, inciso I, alínea "d" da Lei Complementar 101/2005.

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 205/2016.

VALCIMAR JOSÉ FUZINATO

Secretário Municipal de Educação

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 141/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA Nº 141/2016 DE 25/02/2016.

"DISPÕE SOBRE PUNIÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – PUNIR servidor **JAIR TAVARES,** portador do RG: 3622757-8 SSP/PR e CPF: 487.747.829-91, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** sob matricula 852, por praticar Incontinência Pública e Conduta Escandalosa nos termos do artigo 146, inciso V da Lei Complementar 101/2005, conforme relatório fi-

nal do processo de sindicância 001/2015, instaurado pela portaria n° 443/2015.

§1°- Suspensão de 30 dias com conversão de 50% da remuneração em multa, sendo obrigatório a permanência do servidor em serviço conforme artigo 144 paragrafo 2° da Lei 101/2005, iniciando em 01 de março de 2016.

§2°- Perda da licença prêmio correspondente ao período aquisitivo em que ocorreu a punição, conforme o artigo 97, inciso I, alínea "d" da Lei 101/2005.

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 204/2016.

VALCIMAR JOSÉ FUZINATO

Secretário Municipal de Educação

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 143/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA Nº 143/2016 DE 25/02/2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR da função efetiva do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **ELIANE RODRIGUES ANTUNES,** brasileira, portadora do RG Nº 4404193 PC/PA e do CPF Nº 948.624.191-00, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal nomeada em caráter efetivo através da Portaria de nomeação Nº 291/2007 de 20 de SETEMBRO de 2007.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 22 de fevereiro de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 208/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR da função efetiva do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, constante do quadro de pessoal deste Município, a senhora **ELIANE RODRIGUES ANTUNES,** brasileira, portadora do RG Nº 4404193 PC/PA e do CPF Nº 948.624.191-00, admitido na forma do Inciso II, art. 37 da Constituição Federal nomeada em caráter efetivo através da Portaria de nomeação Nº 291/2007 de 20 de SETEMBRO de 2007.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 22 de fevereiro de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 208/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 145/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA Nº 145/2016 DE 25/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDOR:	**SAMUEL LEWIN**
CARGO:	**AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO**
Período de:	**22/02/2016 A 22/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**26/02/2015 A 26/02/2016**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 22 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 212/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 144/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA Nº 144/2016 DE 25/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**VALDEMAR DA SILVA SERAFIM**
CARGO:	**AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA**
Período de:	**24/02/2016 A 24/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/04/2013 A 02/04/2014**

SERVIDORA:	**ROSEMEIRE LIMA DOS SANTOS SOUZA**
CARGO:	**DENTISTA**
Período de:	**24/02/2016 A 24/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**24/02/2015 A 24/02/2016**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 24 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 209/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 146/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA Nº 146/2016 DE 25/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, ao servidor abaixo relacionado.

SERVIDORA:	**MARINEIDE COSTA DOS SANTOS**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**23/02/2016 A 08/03/2016 (15 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**25/04/2014 A 24/04/2015**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 23 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 213/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 147/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA Nº 147/2016 DE 25/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDOR:	**LUIZ GUSTAVO ZANDARIM SOARES**
CARGO:	**COORDENADOR DE LICITAÇÃO**
Período de:	**29/02/2016 A 19/03/2016 (20 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**15/10/2014 A 15/10/2015**

SERVIDORA:	**MARLU MACHADO DO COUTO**
CARGO:	**COORDENADORA DE TRIBUTAÇÃO**
Período de:	**29/02/2016 A 29/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**13/02/2014 A 13/02/2015 (20 DIAS)** **13/02/2015 A 13/02/2016 (10 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 29 de fevereiro de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 214/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 148/2016 DE 26/02/2016

PORTARIANº 148/2016 DE 26/02/2016

"REVOGA-SE A PORTARIA Nº 561/2010, EM QUE ALTEROU CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA LUCIANA DIAS BORGES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGAR, a portaria 561/2010, onde alterou de 40 horas para 30 horas semanais a carga horária da servidora **LUCIANA DIAS BORGES, brasileira, portadora do RG Nº 4712772 SSP/MT e do CPF N° 654. 864.716-53, ocupante do cargo de PSICÓLOGA, pela PORTARIA NC N° 210/2004 de 22 de fevereiro de 2004, aplicando o que prevê a Lei Complementar 194/2011, com carga horária de 40 horas semanais, conforme anexo II da presente Lei.**

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 26/02/2016.

NP 215/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal De Governo E Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 149/2016 DE 26/02/2016.

PORTARIA Nº 149/2016 DE 26/02/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**VILMA BRASIL DA SILVA**
CARGO:	**PROFESSORA**
Período de:	**07/03/2016 A 05/04/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**07/02/2015 A 07/02/2016**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 07 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 26/02/2016.

NP 216/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 150/2016 DE 26/02/2016

PORTARIA Nº 150/2016 DE 26/02/2016

"DISPÕE SOBRE APONTAMENTO DE FALTAS INJUSTIFICADA AO SERVIÇO DA PROFISSIONAL DO CARGO DE PROFESSORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Apontamento de faltas de serviço à senhora **SHIRLEY LEMOS DE OLIVEIRA TELLECHER**, portadora do RG Nº 2442806-0 SSP/MT e do CPF N° 218.927.668-33**,** residente e domiciliado nesta cidade Município de Guarantã do Norte,matricula funcional 4123, ocupante do cargo de **PROFESSORA**, faltou de forma injustificada nos dias 25,26,27,28 e 29 de janeiro de 2016, totalizando um total de 05 (cinco) dias, com fulcro na Lei Municipal 743/2009, artigo 84 § 3°, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 26/02/2016.

NP 217/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2016 DE 29/02/2016

PORTARIA Nº 151/2016 DE 29/02/2016

"DISPÕE SOBRE APONTAMENTO DE FALTAS INJUSTIFICADA AO SERVIÇO DA PROFISSIONAL DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Apontamento de faltas de serviço à senhora **CARINA SANDRA DA SILVA**, portadora do RG Nº 88049969 SSP/MT e do CPF N° 019.649.311-00**,** residente e domiciliado nesta cidade Município de Guarantã do Norte,matricula funcional 2463, ocupante do cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM**, faltou de forma injustificada dos dias 15, 16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28 e 29 de fevereiro de 2016, totalizando um total de 15 (quinze) dias, com fulcro na Lei Municipal 743/2009, artigo 84 § 3°, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 29/02/2016.

NP 218/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 174/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 174/2016 DE 07/03/2016.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,a senhora **BEATRIZ CRESTINA BALEN**, portadora do CPF Nº 034.429.981-31 e RG Nº 2148630-1 SSP/MT, ocupante do cargo de **COORDENADORA DE ANÁLISE DE PROJETOS E CONVÊNIOS** para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 92/2015**, **– EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS DOS CEDROS, JARACATIÁS, CANJARANA, SIBIPIRUNA, URUPÊS E AVENIDA PAU BRASIL – TP 05/2015 – PROCESSO ADM 0637/2015,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 252/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 173/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 173/2016 DE 07/03/2016.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,a senhora **BEATRIZ CRESTINA BALEN**, portadora do CPF Nº 034.429.981-31 e RG Nº 2148630-1 SSP/MT, ocupante do cargo de **COORDENADORA DE ANÁLISE DE PROJETOS E CONVÊNIOS** para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 298/2013**, **– REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – TP 07/2013 – PROCESSO ADM 1319/2013,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 251/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 172/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 172/2016 DE 07/03/2016.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,a senhora **BEATRIZ CRESTINA BALEN**, portadora do CPF Nº 034.429.981-31 e RG Nº 2148630-1 SSP/MT, ocupante do cargo de **COORDENADORA DE ANÁLISE DE PROJETOS E CONVÊNIOS** para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 459/2013**, **– AMPLIAÇÃO DO PSF IRMÃ DALVA E CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE – MODALIDADE INTERMEDIÁRIA – TP 09/2013 – PROCESSO ADM 1865/2013,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 250/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 171/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 171/2016 DE 07/03/2016.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,a senhora **BEATRIZ CRESTINA BALEN**, portadora do CPF Nº 034.429.981-31 e RG Nº 2148630-1 SSP/MT, ocupante do cargo de **COORDENADORA DE ANÁLISE DE PROJETOS E CONVÊNIOS** para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 91/2015**, **– EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA ROTATÓRIA DA AVENIDA GUARANTÃ (MT 419) COM A AVENIDA DANTES MARTINS DE OLIVEIRA E RUA DOS BURITIS, E AVENIDA GUARANTÃ (MT 419) COM AVENIDA NOGUEIRA E RUA DOS ITAJAÍS – TP 04/2015 – PROCESSO ADM 0636/2015,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 249/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 170/2016 DE 07/03/2016

PORTARIANº 170/2016 DE 07/03/2016

"DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DA SERVIDORA DO QUADRO EFETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

CONSIDERANDO o **Art.109** da Lei 101/2005 de 20 (vinte) de Dezembro de 2005, que mediante autorização expressa da Prefeita Municipal o servidor do Poder Executivo Municipal poderá ter exercício em outro órgão da administração municipal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado a prazo certo.

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER à **SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**, a servidora **FERNANDA MELO PEREIRA,** portadora do RG: 001511293 SSP/MT e do CPF 011.577.971-05, Servidora Efetiva ocupante do cargo de Professor de **PEDAGOGIA/SÉRIES INICIAIS**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto até 31/12/2016.

Art. 2° Seus proventos serão pagos pela Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional.

Art. 3°Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 **(sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.**

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 248/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 169/2016 DE 04/03/2016

PORTARIANº 169/2016 DE 04/03/2016

"DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA DA SERVIDORA DO QUADRO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

Art. 1º- CEDER servidora **LOREN RENATA IRIBARREM FURTADO,** portadora do RG: 304.2812821/RS SSP/MT e do CPF 564.158.180-15, matricula n° 1008, servidora Efetiva ocupante do cargo de **MÉDICA VETERINÁRIA**, para prestar serviços junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme acordo de cooperação técnica n° 001/2015, sendo a servidora submetida ao regime jurídico estatutário com base na lei complementar 101/2005 na qual deve-se observar os direitos e deveres.

Art. 2°- Cabê ao órgão cessionário o custeio de todas as despesas de deslocamento e cursos de aperfeiçoamento ao servidor cedido, bem como se responsabilizar pela veracidade das informações relativa ao adicional noturno, e de serviço extraordinário.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 04 **(quatro) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.**

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2016.

NP 246/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 167/2016 DE 04/03/2016.

PORTARIA Nº 167/2016 DE 04/03/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, a senhora **ANGELA MARIA REBEQUI,** portadora do RG Nº 707324 SSP/MT e do CPF N° 582.031.171-04**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2016.

NP 243/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 168/2016 DE 04/03/2016.

PORTARIA Nº 168/2016 DE 04/03/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, o senhor **KAINA APINAGES FONSECA,** portador do RG Nº 6053588 SSP/PA e do CPF N° 016.605.102-01**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2016.

NP 244/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 166/2016 DE 04/03/2016.

PORTARIA Nº 166/2016 DE 04/03/2016.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**ELENICE FERREIRA DE JESUS**
CARGO:	**TÉCNICA DE ENFERMAGEM**
Período de:	**01/03/2016 A 29/05/2016 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**29/06/2005 A 29/06/2010**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2016.

NP 242/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 165/2016 DE 04/03/2016.

PORTARIA Nº 165/2016 DE 04/03/2016.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**TEREZA DE ALMEIDA MOREIRA**
CARGO:	**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**
Período de:	**02/03/2016 A 30/05/2016 (90 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**14/01/2005 A 14/01/2010**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2016.

NP 241/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163/2016 DE 04/03/2016.

PORTARIANº 163/2016 DE 04/03/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,o senhor **ALBERTO BARRETO AVELINO**, Engenheiro Civil, CREA Nº MG 128968, sob CPF Nº 692.740.371-04 para **FISCALIZAÇÃO DA OBRA** referente **CONTRATO Nº 182/2015 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE VIAS REPAVIMENTADAS LOCALIZADAS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE - TP 012/2015 – PROCESSO ADM 1019/2015** no município de Guarantã do Norte/MT.

Parágrafo Único - Os serviços sob-responsabilidade do referido profissional que cita o caput deste Artigo, estará devidamente habilitado através da Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA/MT, que fica anexa a esta, retirada para esse fim.

ARTIGO 2° - O presente profissional promoverá a fiscalização da obra, onde emitirá parecer sobre o andamento da mesma quando solicitado, efe-

tuará medições para o pagamento e assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

ARTIGO 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 07 de dezembro de 2015,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 04 (quatro) do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 04/03/2016.

NP 238/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 162/2016 DE 03/03/2016

PORTARIANº 162/2016 DE 03/03/2016

"CREDENCIA O SERVIDOR QUE MENCIONA PARA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

R E S O LV E:

Artigo 1º - Credenciar o servidor abaixo relacionado para a condução de veículos oficiais leves, nos termos do **Decreto Municipal Nº 010/2013 de 28/01/2013**, e suas alterações, sendo:

Servidor	Matricula	Cargo	Habilitação	Categoria	Validade CNH
JOILSO MEIRA NOVAIS	4819	CHEFE DE DIVISÃO DE SUPRIMENTOS	05390655000	AB	04/10/2016

Parágrafo Único - O servidor ora credenciado estará autorizado a utilizar os veículos oficiais para protocolar documento e atender as necessidades da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças, atividades que exigem o máximo de aproveitamento do tempo.

Artigo 2º - O servidor de que trata esta Portaria estará apenas autorizado a conduzir os veículos que sejam compatíveis com sua Categoria de Habilitação.

Artigo 3º- O credenciamento de que trata esta Portaria poderá ser revogado a pedido do Secretário Municipal ou do Dirigente máximo do Órgão solicitante à Prefeita Municipal, por conveniência e oportunidade e ainda, nos casos em que houver cometimento de infrações de trânsito e incidentes na condução do veículo, que desabonem a conduta do credenciado.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 29 de fevereiro de 2016**, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2016.

NP 235/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 160/2016 DE 03/03/2016.

PORTARIA Nº 160/2016 DE 03/03/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**JOSIANE MARQUES DE AMORIM SOUZA**
CARGO:	**AGENTE ADMINISTRATIVO**
Período de:	**08/03/2016 A 06/04/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**28/03/2013 A 28/03/2014 (15 DIAS)** **28/03/2014 A 28/03/2015 (15 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 08 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2016.

NP 233/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 016/2016 DE 09/03/2016.

PORTARIA NC Nº 016/2016 DE 09/03/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 o candidato **HUGO COSTA-CURTA NETO,** brasileiro, maior, portador do RG Nº 1419801-0 SSP/MT e do CPF Nº 027.925.521-74, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 08 de março de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 09/03/2016.

NP 273/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 152/2016 DE 29/02/2016

PORTARIA Nº 152/2016 DE 29/02/2016

"DISPÕE SOBRE APONTAMENTO DE FALTAS INJUSTIFICADA AO SERVIÇO DA PROFISSIONAL DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Apontamento de faltas de serviço à senhora **MARIA GILZA PEREIRA DE SOUZA**, portadora do RG Nº 756884-3 SSP/MT e do CPF N° 604.439.441-72**,** residente e domiciliado nesta cidade Município de Guarantã do Norte,matricula funcional 2410, ocupante do cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM**, faltou de forma injustificada nos dias 06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28 e 29 de fevereiro de 2016, totalizando um total de 24 (vinte e quatro) dias, com fulcro na Lei Municipal 743/2009, artigo 84 § 3°, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 29/02/2016.

NP 219/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 015/2016 DE 09/03/2016.

PORTARIA NC Nº 015/2016 DE 09/03/2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **ELISINEIDE FERREIRA GABI VENANCIO,** brasileira, maior, portadora do RG Nº 2362764-6 SSP/MT e do CPF Nº 322.994.431-34, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/SERIES INICIAIS,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 08 de março de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 09/03/2016.

NP 272/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 014/2015 DE 08/10/2015.

PORTARIA NC Nº 014/2015 de 08/10/2015.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Fica nomeado em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **SIMONE DE FATIMA DO NASCIMENTO** brasileira, maior, portadora do RG Nº 2567942-2 SSP/MT e do CPF Nº 051.307.281-06, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,** com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 06 de outubro de 2015,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 08 (oito) dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 08/10/2015.

NP 733/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 013/2016 DE 02/03/2016.

PORTARIA NC Nº 013/2016 DE 02/03/2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **SIBONEIDE ALVES PEREIRA,** brasileira, maior, portadora do RG Nº 761166-8 SSP/MT e do CPF Nº 503.569.681-20, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/SÉRIES INICIAIS,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/03/2016.

NP 228/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 012/2016 DE 25/02/2016.

PORTARIA NC Nº 012/2016 DE 25/02/2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **NEUSA ROSANE GARLINI SANDIM DE MELO** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1050317-0 SSP/MT e do CPF Nº 650.553.811-91, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO INFANTIL,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 19 de fevereiro de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/02/2016.

NP 210/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 153/2016 DE 29/02/2016

PORTARIA Nº 153/2016 DE 29/02/2016

"DISPÕE SOBRE APONTAMENTO DE FALTAS INJUSTIFICADA AO SERVIÇO DA PROFISSIONAL DO CARGO DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Apontamento de faltas de serviço à senhora **MARIA BEZERRA DA SILVA ARAUJO**, portadora do RG Nº 001000102 SSP/MT e do CPF N° 540.082.989-91**,** residente e domiciliado nesta cidade Município de Guarantã do Norte,matricula funcional 2814, ocupante do cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, faltou de forma injustificada dos dias 01 ao dia 29 de fevereiro de 2016, totalizando um total de 29 (vinte e nove) dias, com um total de faltas computado em 200 horas de serviço, com fulcro na Lei Municipal 743/2009, artigo 84 § 3°, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 29/02/2016.

NP 220/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2016 DE 03/03/2016.

PORTARIA Nº 156/2016 DE 03/03/2016.

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR, do cargo comissionado, constante do quadro de pessoal deste Município, o Senhor **DANIEL DE FREITAS ALBERNAZ,** matricula funcional Nº 4719, brasileiro, portador do RG Nº 15.103.615 SSP/MG e do CPF Nº 026.084.221-44, do cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2016,** revogadas a disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2016.

NP 229/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 186/2016 DE 10/03/2016.

PORTARIA Nº 186/2016 DE 10/03/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**ORAIDE BORGES**
CARGO:	**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**
Período de:	**07/03/2016 A 05/04/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**30/06/2012 A 30/06/2013 (10 DIAS)** **30/06/2013 A 30/06/2014 (20 DIAS)**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 07 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 10/03/2016.

NP 281/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 183/2016 DE 10/03/2016.

PORTARIA Nº 183/2016 DE 10/03/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO DO CREAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - Nomear, a senhora **IDALINA PEREIRA QUEIROZ,** portadora do RG Nº 342976 SSP/MT e do CPF N° 458.865.801-82**,** residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DO CREAS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 10/03/2016.

NP 278/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 180/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 180/2016 DE 07/03/2016.

"REVOGA PORTARIA N° 275/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE NOMEÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADA PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGA PORTARIA N° 275/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015, nomeiao senhor **MARCELO DE CASTRO SOUZA**, sob CPF nº 536526061-91 e RG nº 08509328 SSP/MT, Secretário Municipal da Cidade para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 05/2015**, **– CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO E BUEIROS SIMPLES TUBULARES DE CONCRETO, CP - 02/2014 – PROCESSO ADM 1613/14,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de março de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 258/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 181/2016 DE 09/03/2016.

PORTARIA Nº 181/2016 DE 09/03/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**MIQUEIAS CONSTANTINO DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE COMBATE A ENDEMIAS**
Período de:	**27/07/2015 A 25/08/2015 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**17/06/2011 A 17/06/2012**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 27 de julho de 2015,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 09 (nove) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 09/03/2016.

NP 276/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 182/2016 DE 10/03/2016.

PORTARIA Nº 182/2016 DE 10/03/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, a servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA:	**MARLU MACHADO DO COUTO**
CARGO:	**AGENTE ADMINISTRATIVO**
Período de:	**30/03/2016 A 08/04/2016 (10 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**13/02/2015 A 12/02/2016**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **surtindo seus efeitos a partir do dia 30 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 10/03/2016.

NP 277/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2016 DE 03/03/2016.

PORTARIA Nº 158/2016 DE 03/03/2016.

"CONCEDE FÉRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – CONCEDE FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados.

SERVIDORA:	**JOICY CRISTINA LIMA RODRIGUES**
CARGO:	**TÉCNICA DE ENFERMAGEM**
Período de:	**01/03/2016 A 30/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/04/2013 A 02/04/2014**

SERVIDORA:	**VIRGINIA DE SOUZA COSTA**
CARGO:	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR**
Período de:	**01/03/2016 A 29/04/2016 (60 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**14/01/2014 A 14/01/2015 (30 DIAS)** **14/01/2015 A 14/01/2016 (30 DIAS)**

SERVIDOR:	**CLAUDIONOR CARLOS MARCOMINI**
CARGO:	**AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA**
Período de:	**01/03/2016 A 30/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**05/01/2013 A 05/01/2014**

SERVIDOR:	**ELI DA SILVA**
CARGO:	**AGENTE DE VIGILÂNCIA E MANUTENÇÃO**
Período de:	**01/03/2016 A 30/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/04/2014 A 02/04/2015**

SERVIDOR:	**MARCIO CLEBER DE MOURA**
CARGO:	**CHEFE DE DEPARTAMENTO INDÚSTRIA E COMERCIO**
Período de:	**01/03/2016 A 30/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**06/06/2014 A 06/06/2015**

SERVIDOR:	**JOSÉ BORGET**
CARGO:	**AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA**
Período de:	**01/03/2016 A 30/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**01/04/2015 A 01/04/2016**

SERVIDOR:	**ALEXANDRE RODRIGO RIBEIRO VIEIRA**
CARGO:	**CHEFE DE DEPARTAMENTO PESQUISA E MERCADO**
Período de:	**01/03/2016 A 30/03/2016 (30 DIAS)**
Período Aquisitivo:	**02/01/2015 A 02/01/2016**

ARTIGO 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2016,** revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2016.

NP 231/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 177/2016 DE 07/03/2016

PORTARIANº 177/2016 DE 07/03/2016

"REVOGAR PORTARIA N° 093/2014 DE 15 DE JANEIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE NOMEÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGAR PORTARIA N° 093/2014 DE 15 DE JANEIRO DE 2014, que nomeiao senhor **MARCELO DE CASTRO SOUZA**, **Secretário Municipal de Infra Estrutura**, sob RG nº 850.932.5 SSP/MT e CPF Nº 536.526.061-91 para **Fiscalizar o Contrato nº 459/2013, Tomada de Preços 09/2013, Processo Administrativo nº 1865/2013: Ampliação do PSF Irmã Dalva e Construção da Academia de Saúde – Modalidade Intermediária,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2° - O presente profissional promoverá a fiscalização do Contrato, onde emitirá parecer quando solicitado, assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

ARTIGO 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 255/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 178/2016 DE 07/03/2016

PORTARIANº 178/2016 DE 07/03/2016

"REVOGA PORTARIA N° 118/2014 DE 23 DE JANEIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE NOMEÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGA PORTARIA N° 118/2014 DE 23 DE JANEIRO DE 2014, que nomeia o senhor **MARCELO DE CASTRO SOUZA**, **Secretário Municipal de Infra Estrutura**, sob RG nº 850.932.5 SSP/MT e CPF Nº 536.526.061-91 para **FISCALIZAR O CONTRATO Nº 298/2013, TOMADA DE PREÇOS 07/2013, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1319/2013; REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2° - O presente profissional promoverá a fiscalização do Contrato, onde emitirá parecer quando solicitado, assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

ARTIGO 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 256/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 179/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 179/2016 DE 07/03/2016.

"REVOGAR PORTARIA N° 349/2015 DE 28 DE MAIO DE 2015, DISPÕE SOBRE NOMEÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGAR PORTARIA N° 349/2015 DE 28 DE MAIO DE 2015, quenomeia o senhor **MARCELO DE CASTRO SOUZA**, sob CPF Nº 536.526.061-91 e RG Nº 08509328 SSP/MT, Secretário Municipal da Cidade para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 92/2015 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS RUAS DOS CEDROS, JARACATIÁS, CANJARANA, SIBIPIRUNA, URUPÊS E AVENIDA PAU BRASIL, - TP 05/2015 – PROCESSO ADM 0637/2015** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de março de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 257/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 176/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 176/2016 DE 07/03/2016.

"REVOGAR PORTARIA N° 351/2015 DE 28 DE JULHO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE NOMEÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - REVOGAR PORTARIA N° 351/2015 DE 28 DE JULHO DE 2015, que nomeia o senhor **MARCELO DE CASTRO SOUZA**, sob CPF Nº 536.526.061-91 e RG Nº 08509328 SSP/MT, Secretário Municipal da Cidade para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 91/2015 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ROTATÓRIA DA AVENIDA GUARANTÃ (MT 419) COM A AVENIDA DANTE MARTINS DE OLIVEIRA E RUA DOS BURITIS; E AVENIDA GUARANTÃ (MT 419) COM AVENIDA NOGUEIRA E RUA DOS ITAJAÍS, - TP 04/2015 – PROCESSO ADM 0636/2015** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de março de 2016,** revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 254/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 175/2016 DE 07/03/2016.

PORTARIANº 175/2016 DE 07/03/2016.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS,PREFEITAMUNICIPALDEGUARANTÃDONORTE/MT,NOUSODASATRIBUIÇÕESQUELHESÃOCONFERIDASEMLEI,PELAPRESENTEPORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO1° - Nomear,a senhora **BEATRIZ CRESTINA BALEN**, portadora do CPF Nº 034.429.981-31 e RG Nº 2148630-1 SSP/MT, ocupante do cargo de **COORDENADORA DE ANÁLISE DE PROJETOS E CONVÊNIOS** para **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 05/2015**, **– CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO E BUEIROS SIMPLES TUBULARES DE CONCRETO – TP 002/2014 – PROCESSO ADM 1613/2014,** no município de Guarantã do Norte/MT.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITAMUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 07/03/2016.

NP 253/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DO CONTRATO PESSOAL 002/2016/DRH

OBJETO: CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº1029/2014, e conforme Decreto 012/2016 e demais disposições na função de Técnico de Enfermagem, assinado em 01 março de 2016.

CONTRATADA: LUIZA BETE HENNIG

VIGENCIA: 01/03/2016 a 31/08/2016

VALOR: R$ 1.436,54 (mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais.

DIOMAR ANTONIO DOS SANTOS

PRESIDENTE - FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DO CONTRATO PESSOAL 004/2016/DRH

OBJETO: CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº1029/2014, e conforme Decreto 012/2016 e demais disposições na função de Enfermeira, assinado em 01 de março de 2016.

CONTRATADA: DIESSICA DE BARROS ASTRISSI

VIGENCIA: 01/03/2016 a 31/08/2016

VALOR: R$ 3.192,30 (três mil cento e noventa e dois reais e trinta centavos) mensais.

DIOMAR ANTONIO DOS SANTOS

PRESIDENTE - FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DO CONTRATO PESSOAL 005/2016/DRH

OBJETO: CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº1029/2014, e conforme Decreto 012/2016 e demais disposições na função de ZELADORA, assinado em 01 março de 2016..

CONTRATADA: RENATA RODRIGUES DE SOUZA

VIGENCIA: 01/03/2016 a 31/08/2016

VALOR: R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

DIOMAR ANTONIO DOS SANTOS

PRESIDENTE - FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DO CONTRATO PESSOAL 001/2016/DRH

OBJETO: CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº1029/2014, e conforme De-

creto 012/2016 e demais disposições na função de Técnico de Enfermagem, assinado em 01 março de 2016.

CONTRATADA: CLEONICE SALETE ASTRISSI DE SOUZA

VIGENCIA: 01/03/2016 a 31/08/2016

VALOR: R$ 1.436,54 (mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais.

DIOMAR ANTONIO DOS SANTOS

PRESIDENTE - FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EXTRATO DO CONTRATO PESSOAL 003/2016/DRH

OBJETO: CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº1029/2014, e conforme Decreto 012/2016 e demais disposições na função de Zeladora, assinado em 01 março de 2016.

CONTRATADA: APARECIDA PEREIRA DE GODOI MARIA

VIGENCIA: 01/03/2016 a 31/08/2016

VALOR: R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

DIOMAR ANTONIO DOS SANTOS

PRESIDENTE - FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2014

Data da Rescisão: 29/02/2016

Distratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT

Distratado: IEDA MARIA SOTTILI DALLA VALE

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-ITIQUIRA.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 220/2015

DATA ASSINATURA: 11/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: JUCELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

DATA DA VIGÊNCIA: 11/02/2016 A 11/02/2017.

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 025/2016.

Dispõe sobre Concessão de férias regulamentares e, dá outras providências.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições contidas nas Leis municipais nºs 898/2015 cominada com a 379/99 e alterações.

RESOLVE,

***Art. 1º.* CONCEDER a servidora Sra. Maria Cristina Pereira Vieira, matrícula funcional 03, admitida em 04/03/2002, Portadora do CPF 934. 966.301-59, Férias Regulamentares , relativo ao período aquisitivo: 04/03/2015 a 03/03/2016, as seguinte forma: 10 (dez) dias de gozo de férias, a partir de 14 de março 2016, a segunda conforme data a combinar.**

Parágrafo Único: Em razão da necessidade do serviço e a pedido da servidora, será convertido 1/3(um terço) das férias em pecúnia.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 09 de março de 2016.

Licurguio Lins de Souza

Presidente

(Gestão 2015/2016)

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 235/2015

DATA ASSINATURA: 24/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: GEOVANNA KAROLYNNE RODRIGUES MONTEIRO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

DATA DA VIGÊNCIA: 24/02/2016 A 24/02/2017.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 219/2015

DATA ASSINATURA: 11/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: DELMA GEISHI RODRIGUES MESQUITA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

DATA DA VIGÊNCIA: 11/02/2016 A 11/02/2017.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 236/2015

DATA ASSINATURA: 24/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: MARIA DIRCE ALVES DE SOUZA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

DATA DA VIGÊNCIA: 24/02/2016 A 24/02/2017.

DECRETO N.º 022/2016 DE: 07.03.2016

"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), em favor do Fundo Municipal de Previdência Social - ITIPREV, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 940/2016 de 07/03/2016.

DECRETA

Art. 1º. - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), em favor do Fundo Municipal de Previdência Social - ITIPREV, conforme abaixo:

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Previdência Social - ITIPREV

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0082 **–** Previdência

Recurso: 999 – Outros Recursos

Projeto/Atividade: 1.300 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o ITIPREV

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Valor: R$ 7.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Previdência Social - ITIPREV

Função: 99 – Reserva de Contingência

Sub-Função: 997 – Reserva Legal

Programa: 0082 **–** Previdência

Recurso: 999 – Outros Recursos

Projeto/Atividade: 2.138 – Reserva de Contingência do RPPS

Elemento de Despesa: 9.9.99.99.00.0003 – Reserva de Contingência

Valor: R$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de março de 2016.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015 INTERESSADA: BASE DUPLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. DECISÃO ADMINISTRATIVA O RELATÓRIO

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, Sr. ADEMIR GASPAR DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, principalmente àqueles participantes do processo licitatório CONCORRENCIA nº. 001/2011, cujo objeto é a Execução de obras de ampliação e Readequação do Sistema de Abastecimento de Água da zona urbana da cidade de Jaciara, bem como à empresa BASE DUPLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, com sede à Av. Dom Aquino nº. 510, Bairro Dom Aquino, na cidade de Cuiabá – MT, CEP: 78030-600, inscrita no CNPJ nº. 04.568.575/0001-66, através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que: Versam os autos acerca de Processo Administrativo instaurado com o fito de apurar descumprimento do Contrato Administrativo nº 20/2012, firmado com a empresa BASE DUPLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA., tendo por objeto a ampliação e readequação do sistema de abastecimento de água do município, nos termos definidos pela Administração Pública nos projetos e planilhas correspondentes. Para tanto fora nomeada Comissão Processante que conduziu o processo, colhendo as provas que se faziam necessárias ao deslinde do caso e garantindo à empresa interessada a ampla defesa e o contraditório que lhes são assegurados por lei. Uma vez concluído o processo administrativo a Comissão Processante elaborou Parecer Conclusivo e opinou pela não aplicação de sanções à empresa Contratada. Por outro lado, como relata a Comissão Processante, o Contrato Administrativo objeto do presente processo teve sua vigência esgotada sem que, no período, houvesse por parte da Contratada qualquer pedido de prorrogação. Desta feita, inviável a aplicação do art. 26, do Decreto Municipal nº 3230/2015 ao caso, seja pela inaplicabilidade de qualquer sanção, seja porque não se rescinde contrato que já perdeu vigência. A hipótese clama, como se vê, não apenas pelo julgamento da Contratada quanto a eventuais sanções administrativas, mas também pela declaração de encerramento contratual – ainda que não atingido seus objetivos, uma vez que o remanescente da obra poderá ser, a depender do caso, contratado com a licitante classificada em segundo lugar, ou, ainda, objeto de novo processo licitatório. DECISÃO: Em razão de todo o exposto, bem como dos fatos e circunstâncias apurados no Processo Administrativo em epígrafe: a) Declarar extinto o Contrato Administrativo nº 020/2012, ante o decurso de seu prazo de vigência; b) Deixo de aplicar à Contratada as sanções dispostas no art. 87, da Lei de Licitações, bem como art. 19, do Decreto Municipal nº 3230/2015. Publique-se nos termos do art. 21, do Decreto Municipal nº 3. 230/2015. Jaciara, 01 de março de 2016. A presente Decisão Administrativa encontra-se na íntegra no site www.jaciara.mt.gov.br. Assinatura ADEMIR GASPAR DE LIMA - Prefeito Municipal de Jaciara/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2016

Aos oito dias do mês de Março do ano de 2016 o **MUNICIPIO DE JAURU**, através da Prefeitura Municipal de Jauru, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 15.023.948/0001-30, com sede à Rua do Comércio, nº. 480, Centro, Jauru/MT, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, senhora **ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS,** brasileira, solteira, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Padre Nazareno Lanciotti, nº. 1259, Centro- Jauru/MT, portadora da cédula de identidade n.º 498.045 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob n.º632.796. 901-10 doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número **005/2016,** cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS** ,a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes à **FUTURA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS,** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedor foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado, conforme tabela abaixo:

A. A. DE SOUZA TRANSPORTE – ME.

CNPJ: 07.787.365/0001-57

ITEM	CODIGO	LOCAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

01	**110.007.010**	**LOCAÇAO DE VEICULO TIPO CAMINHONETA, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, 4X4, DIESEL, AR CONDICIONADO, DIREÇAO HIDRAULICA, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. ANO 2013 A 2015**	**12 MESES**	**R$6.500,00**	**R$78.000,00**
02	**110.007.011**	**LOCAÇAO DE VEICULO TIPO CAMINHONETA, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, 4X4, DIESEL, AR CONDICIONADO, DIREÇAO HIDRAULICA, PNEUS NOVOS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. ANO 2013 A 2015**	**80 DIARIAS**	**R$445,00**	**R$35.600,00**
03	**005.003.011**	**VEICULO FLEX CAP. 05 PESSOAS, MOTOR 1.6, 04 PORTAS, AR CONDICIONADO, DIREÇAO HIDRAULICA, COM TODOS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. ANO 2013 ATE 2015.**	**24 MESES**	**R$2.650,00**	**R$63.600,00**
04	**005.003.009**	**VEICULO PARA TRANSPORTE RODOVIARIO CAP 46 PASSAGEIROS ANO 1992 ACIMA**	**85 DIARIAS**	**R$ 680,00**	**R$57.800,00**
05	**005.003.004**	**VEICULO PARA TRANSPORTE RODOVIARIO CAP. 12 PASSAGEIROS ANO 1990 ACIMA**	**1.5000 km**	**R$4,28**	**R$64.200,00**
06	**005.003.310**	**VEICULO PARA TRANSPORTE RODOVIARIO CAP.50 PASSAGEIROS ANO 1995 ACIMA**	**75.000**	**R$5,25**	**R$ 393.750,00**

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Jauru, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar o particular via telefone e e-mail, para retirada da ordem de compra.

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:

a) Retirar a respectiva ordem de serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;

b) Executar os serviços solicitados num prazo de até 05 (cinco) dias a partir da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preço, de forma gradual, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviços, nos quantitativos desejados);

c) fornecer o serviço conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;

d) entregar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;

e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referente às condições firmadas na presente ARP;

f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao serviço entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.

Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do serviço registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento do serviço, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada:

a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;

b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual, municipal e trabalhista;

c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios – AMM.

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, no sitio oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** na Internet (www.jauru.mt.gov.br), inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos serviços desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:

a) Deverão ser executados os serviços prestados solicitados num prazo de até 05 (cinco) dias a partir da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preço, de forma gradual, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviço, nos quantitativos desejados);

.b) Deverão ser entregues de acordo com a solicitação do ORGÃO GERENCIADOR, de forma a permitir a fiscalização, assim como pronto para serem utilizados.

c) Os veículos deverão ser usados na sede do Município, em municípios circunvizinhos e na capital do Estado, em local a ser definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Jauru.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – A fiscalização dos serviços deverão ser efetuados pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, à hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:

a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:

a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;

a.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.

12.06 – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;

d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:

a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”.

b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea “c”. Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d”.

Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.

b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação;

f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Prefeita Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.1 – E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via

arquivada da sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93.

JAURU 08 DE MARÇO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

A.A. DE SOUZA TRANSPORTE-ME.

SOCIO/PROPRIETARIO

CONTRATADO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 005/2016

REFERENTE AO PREGÃO N° 005/2016 Para Futura Locação de Veículos; FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Pregão Presencial n°005/2016 tendo como vencedora a empresa:

A. DE SOUZA TRANSPORTE – ME.

CNPJ: 07.787.365/0001-57

ITEM	CODIGO	LOCAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	110.007.010	LOCAÇAO DE VEICULO TIPO CAMINHONETA, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, 4X4, DIESEL, AR CONDICIONADO, DIREÇAO HIDRAULICA, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. ANO 2013 A 2015	12 MESES	R$6.500,00	R$78.000,00
02	110.007.011	LOCAÇAO DE VEICULO TIPO CAMINHONETA, CAPACIDADE PARA 05 PESSOAS, 4X4, DIESEL, AR CONDICIONADO, DIREÇAO HIDRAULICA, PNEUS NOVOS, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. ANO 2013 A 2015	80 DIARIAS	R$445,00	R$35.600,00
03	005.003.011	VEICULO FLEX CAP. 05 PESSOAS, MOTOR 1.6, 04 PORTAS, AR CONDICIONADO, DIREÇAO HIDRAULICA, COM TODOS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONTRAN. ANO 2013 ATE 2015.	24 MESES	R$2.650,00	R$63.600,00
04	005.003.009	VEICULO PARA TRANSPORTE RODOVIARIO CAP 46 PASSAGEIROS ANO 1992 ACIMA	85 DIARIAS	R$ 680,00	R$57.800,00
05	005.003.004	VEICULO PARA TRANSPORTE RODOVIARIO CAP. 12 PASSAGEIROS ANO 1990 ACIMA	1.5000 km	R$4,28	R$64.200,00
06	005.003.310	VEICULO PARA TRANSPORTE RODOVIARIO CAP.50 PASSAGEIROS ANO 1995 ACIMA	75.000	R$5,25	R$ 393.750,00

JAURU 08 DE MARÇO DE 2016.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO 021/2016

DECRETO Nº 021/2016 DE 07 DE MARÇO DE 2016.

Súmula: DECRETA Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por uma forte precipitação de chuva, ocasionando umA grande ENXURRADA, codificado pelo COBRADE –*ENXURRADAS*. 0. 0. 1.2.2.0.0, conforme IN/MI 01/2012.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS, Prefeita Municipal de Jauru - MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 63, VI da Lei Orgânica Municipal e com amparo no artigo 8º, VI da Lei Federal 12.608/2012; pelo Artigo 5º do Decreto 3.365/41 e pelo artigo 5º XI e XXV da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO:

I – Que na tarde do dia 05 de Março de 2016 o Município de Jauru foi atingido por uma forte precipitação pluviométrica, com duração de aproximadamente 02h30min (duas horas e trinta minutos), causando grandes danos e prejuízos, cujos dados ainda estão sendo levantados, quantificados e contabilizados, sendo que até o presente momento já foram quantificadas áreas no perímetro urbano e rural;

II – Que em decorrência de mencionada chuva, até o presente momento, já foram contabilizados mais de 36 (trinta e seis) obras de artes (pontes, bueiros, travessias e estradas) atingidas e danificadas e ainda represas e lagoas transbordaram, aterros estouraram, contabilizados no território rural e outras avarias foram registradas no perímetro urbano da cidade, como destruição de pontes e bueiros em ruas e avenidas sobre os córregos;

III – Que além dos danos a propriedades e imóveis de particulares, ocorreram danos a obras públicas, envolvendo grande quantidade de locais no interior do município, existindo pessoas atingidas que ainda estão isoladas pelo rompimento de bueiros e pontes, ocasionou em grande transtorno, varias propriedades rurais foram atingidas e inundadas, veículos ficaram isolados nas estradas vicinais sem poder trafegar por causa das águas das chuvas trazidas pelas fortes enxurradas;

IV – Que a forte chuva gerou uma grande enxurrada no córrego conhecido como "Córrego da Saúde", que corta a cidade de extremo a extremo, e pontes e bueiros foram destruídos com a pressão das águas;

V – Que já ocorreu uma situação semelhante em setembro de 2015, atingindo moradias e comércios na zona urbana e pontes na zona rural próxima da cidade e houve a decretação de Situação de Emergência pelos órgãos da Defesa Civil Municipal, Estadual e Federal e ainda vigora em parte do município;

VI – Que em reunião com membros da Comissão Municipal de Defesa Civil, bem como outros setores da sociedade organizada, e depois de ouvir os relatos e examinar o registro da documentação fotográfica ilustrativa dos danos, e até o presente momento, membros da Comissão de Proteção e Defesa Civil, manifestaram-se favoráveis à decretação de Situação de Emergência, onde também fora encaminhado solicitação de auxilio junto à Superintendência Estadual de Proteção e Defesa Civil;

VII – Os documentos que comprovam as informações estão inseridos em anexo no sistema S2ID - Sistema Integrado de Informação em Desastres.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica **decretada Situação de Emergência** no município de Jauru-MT, em razão dos eventos do tipo codificado pelo COBRADE – **Enxurradas**. 0. 0. 1.2.2.0.0., e ocorrido no dia 05 de Março de 2016, nos termos da IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a tutela da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil, vinculado ao Governo Municipal, com auxílio da Superintendência Estadual de Defesa Civil, nas ações de Resposta ao Desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de Resposta aos Desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas e propriedades rurais, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o Agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. - Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,revogando as disposições em contrário.

Jauru/MT, 07 de Março de 2016.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Perez”, em Jauru -MT, 07 de Março de 2016.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA DE JAURU

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 042/2016 PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 031/2016.

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 028/2016

VALIDADE: 12 (doze) Meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, podendo ser prorrogada na forma da lei.

OBJETO: Registro de preços para Futura e Eventual **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Impressão, Cópias Xerográficas, Plotagens, Confecção e Aplicação de Adesivos em Geral Confecção de Banners, Confecção de Carimbos e Confecção de Camisetas Estampadas em Cores, para Atender as Necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias**.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME CNPJ: 08.952.092/0001-11

Item	Quant.	Unid	Marca	Descrição	Val. unit	Val. total
06	2.000	UNID	IMPACTO	CAMISETAS ESTAMPA EM CORES MANGA CURTA	26,80	53.600,00
07	200	UNID	IMPACTO	CAMISETAS ESTAMPA EM CORES MANGA LONGA	29.95	5.990,00
32	50	UNID	IMPACTO	JALECO PARA GARI BRIM PESADO	79,89	3.994,50
33	50	UNID	IMPACTO	CALÇA PARA GARI BRIM PESADO	74,99	3.749,50

TOTAL DO FORNECEDOR R$ 67.334,00

Thais Pires Moraes

Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 040/2016

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 168/2015, de 19/06/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 23/03/2016, às 13:30 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP Nº 036/2016**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1126 / 3553-1407 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação:

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA.

Juruena, 10 de Março de 2016.

_____

THAIS PIRES MORAES PREGOEIRA OFICIAL

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 039/2016

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 168/2015, de 19/06/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 23/03/2016, às 08:00 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP Nº 035/2016**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1126 / 3553-1407 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação:

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM INSTRUTOR DE INFORMÁTICA PARA AS ATIVIDADES DE INCLUSÃO DIGITAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Juruena, 10 de Março de 2016.

_____

THAIS PIRES MORAES PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

ATA DE POSSE SERVIDORES

ATA Nº 033

Ata de posse dos servidores municipais para o exercício de cargo de provimento efetivo, aprovados em concurso de provas e títulos realizado em treze de setembro de dois mil e quinze 13/09/2015. Aos doze (12) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, sito à Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210, Bairro Cajus, reuniram-se para dar posse aos Servidores Aprovados no Concurso público homologado pelo Decreto Municipal nº 258/2015 de novembro de 2015. O prefeito municipal de Juscimeira, o Sr. Valdecir Luiz Colle, o Secretário Municipal de Educação, Antonio Otavio de Souza, o Secretário Municipal de Administração o Sr. Marcelo Borges de Paula, o chefe de Gabinete, o Sr. Jose Ozete de Freitas, os representantes do Recursos Humanos, o Sr. Carlielson Firmino de Moura, a Senhora Cleusa Gonçalves, Assessora Jurídica, Srª Thais Suellen Garcia. Após a realização do ato de posse cumprindo as determinações legais, foi determinado a mim, Cleonice Moreira Taboza, que secretariasse os trabalhos e lavrasse a presente ata, que será assinada pelos Servidores empossados e pelas autoridades presentes.

Servidor Cargo Lotação Assinatura

Divino Oliveira Silva Professor E. M. Chico Mendes

Eder Martins Ferreira Professor E. M. Chico Mendes

Vera Tatiane Santana Professora E. M. Chico Mendes

Leda Márcia de Souza Arraes Professora E. M. Chico Mendes

Danielli Marcia P. Rheinheimer Professora E. M. Chico Mendes

Karla Fernanda Proença Costa Professora E. M. Chico Mendes

Valdirlene de Jesus Lopes Professora E. M. Chico Mendes

Lucilene Alves da Cruz ADI CEI São Miguel

Dilma Maria Coelho ADI CEI Enedina Martins Barbosa

Angela Rosa Souza Cruz ADI CEI Enedina Martins Barbosa

Elizabeteh Maria M. Olieira ADI CEI Enedina Martins Barbosa

Elieni Bezerra da Silva Professora CEI São Miguel

Ana Paula Santana Serviços Gerais CEI Irenópolis

Viviane Augusta de Oliveira Serviços Gerais E. M. Chico Mendes

Mayrah Aparecida A. Barbosa Merendeira CEI São Miguel

João Batista Pereira Vigia E. M. Chico Mendes

Celso Pinheiro de Matos Vigia E. M. Chico Mendes

Lussandra Alves Soares Professora E. M. Chico Mendes

Lindomar Jairo Patcher Professor E. M. Monteiro Lobato

Fabricia Cristina Torres ADI CEI Enedina Martins Barbosa

ATA DE POSSE Nº 033

ATA Nº 033

Ata de posse dos servidores municipais para o exercício de cargo de provimento efetivo, aprovados em concurso de provas e títulos realizado em treze de setembro de dois mil e quinze 13/09/2015. Aos dezenove (19) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, sito à Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210, Bairro Cajus, reuniram-se para dar posse aos Servidores Aprovados no Concurso público homologado pelo Decreto Municipal nº 258/2015 de novembro de 2015. O prefeito municipal de Juscimeira, o Sr. Valdecir Luiz Colle, o Secretário Municipal de Educação, Antonio Otavio de Souza, o Secretário Municipal de Administração o Sr. Marcelo Borges de Paula, os representantes do Recursos Humanos, o Sr. Carlielson Firmino de Moura, a Senhora Cleusa Gonçalves, Assessora Jurídica, Srª Thais Suellen Garcia. Após a realização do ato de posse cumprindo as determinações legais, foi determinado a mim, Janaina Paula Ferreira Chaves, que secretariasse os trabalhos e lavrasse a presente ata, que será assinada pelos Servidores empossados e pelas autoridades presentes.

Servidor Cargo Lotação Assinatura

Lidiane da Silva n. Salles Contadora Prefeitura

Diego Paranhos Correia Controlador Interno Prefeitura

Cleonice dos Santos L. Assunção Professora CEI São Miguel

Cleonice Vieira Tavares Professora CEI Padre Lother

Robson Ruy O. Barboza Professor E. M. Chico Mendes

Marcos Fernandes de Aguiar Professor C. Biológicas E. M. Chico Mendes

Ilda Gomes G. dos Santos Merendeira CEI São Miguel

Lucimar Duarte da S. Serrano ADI CEI Enedina Martins Barbosa

Rosimeire Rodrigues Jesus Professora E. M. Monteiro Lobato

ATA DE POSSE SERVIDORES PUBLICO

ATA Nº 033

Ata de posse dos servidores municipais para o exercício de cargo de provimento efetivo, aprovados em concurso de provas e títulos realizado em treze de setembro de dois mil e quinze 13/09/2015. Aos dezenove (19) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, sito à Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210, Bairro Cajus, reuniram-se para dar posse aos Servidores Aprovados no Concurso público homologado pelo Decreto Municipal nº 258/2015 de novembro de 2015. O prefeito municipal de Juscimeira, o Sr. Valdecir Luiz Colle, o Secretário Municipal de Educação, Antonio Otavio de Souza, o Secretário Municipal de Administração o Sr. Marcelo Borges de Paula, os representantes do Recursos Humanos, o Sr. Carlielson Firmino de Moura, a Senhora Cleusa Gonçalves, Assessora Jurídica, Srª Thais Suellen Garcia. Após a realização do ato de posse cumprindo as determinações legais, foi determinado a mim, Janaina Paula Ferreira Chaves, que secretariasse os trabalhos e lavrasse a presente ata, que será assinada pelos Servidores empossados e pelas autoridades presentes.

Servidor Cargo Lotação Assinatura

Lidiane da Silva n. Salles Contadora Prefeitura

Diego Paranhos Correia Controlador Interno Prefeitura

Cleonice dos Santos L. Assunção Professora CEI São Miguel

Cleonice Vieira Tavares Professora CEI Padre Lother

Robson Ruy O. Barboza Professor E. M. Chico Mendes

Marcos Fernandes de Aguiar Professor C. Biológicas E. M. Chico Mendes

Ilda Gomes G. dos Santos Merendeira CEI São Miguel

Lucimar Duarte da S. Serrano ADI CEI Enedina Martins Barbosa

Rosimeire Rodrigues Jesus Professora E. M. Monteiro Lobato

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 004/2016

A Prefeitura Municipal de Luciara, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, TORNA PÚBLICO aos interessados a Ratificação da Inexigibilidade n° 004/2016 para, Contratação de Pessoal para Saúde - BIOMÉDICO, em favor do Sr. Tony Oliveira Silva, portador do CPF 039.452. 291-54, considerando em tudo a Lei 8.666/93.

Luciara-MT, em 10/03/2016.

AGÊO FONSECA BRITO

Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 011/2016

PROCESSO N.º 003/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

CONTRATADO: GUILHERME CAPUCHO BONATTO

OBJETO: Contratação de Pessoal na área de Saúde – MEDICO(a).

VALOR: R$153.964,00 (centro e cinquenta e três mil e novecentos e sessenta e quatro reais);

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2048 – CONT. MEDICOS, ENFERMEIROS E OUTROS

3390360000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –PESSOA FÍSICA

PRAZO: 157 dias.

DATA DA ASSINATURA: 22 de Fevereiro de 2016.

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO SUPLEMENTAR N° 13/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 32.389.870/0017-5
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 13/2016

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelandia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 911/2015, e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 132.200,00 (Cento e trinta e dois mil e duzentos reais).

03.001-Gabinete da Secretaria

03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 2.000,00

05.001-Gabinete da Secretaria

05.001.15.451.0012.1147.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 90.000,00

Sub-Total:R$ 90.000,00

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	R$ 11.000,00
06.002.10.305.0014.2073.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	R$ 1.000,00
06.002.10.305.0014.2073.3.1.9.1.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais - RPPS	R$ 1.000,00
06.002.10.301.0013.1182.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 25.700,00

Sub-Total:R$ 38.700,00

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.36.00.00.00 Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.500,00

Sub-Total:R$ 1.500,00

Total Parcial Sumplementado: R$ 132.200,00

Art. 2§ - Para atender ao Credito aberto no artigo anterior, serao usados como recursos as anulacoes das seguintes dotacoes:

05.001-Gabinete da Secretaria

05.001.26.782.0012.2101.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 90.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 32.389.870/0017-5
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 13/2016

Sub-Total:R$ 90.000,00

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 42.200,00

Sub-Total:R$ 42.200,00

Total Parcial Reduzido: R$ 132.200,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marcelandia, 01 de Fevereiro de 2016.

Arnóbio Vieira de Andrade
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE REINICIO DA OBRA DE ENGENHARIA DO CONTRATO Nº. 054/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.

CONTRATADA: **BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP**
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeirapara **PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA PERIFÉRICA R1 (TRECHO LIGANDO AV. HERMÍNIO OMETTO A AV. SEBASTIÃO ALVES JR.), RUA 6 R1 (TRECHO LIGANDO AV. PERIFÉRICA R1 A RUA 8 R1) E RUA 5 R1 (TRECHO LIGANDO RUA 6R1 A RUA 2R1) NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ-MT CONFORME CONVÊNIO Nº 782862/2013 – SUDECO E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ.** Contidas nos anexos do Edital 078/2015, TOMADA DE PREÇO 017/2015, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

OBJETIVO: Determinar a empresa contratada o reinício da obra do contrato nº. 054/2015.

Assinatura do Termo: 10/03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR Nº. 004/2016

EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR Nº. 004/2016

CONTRATO 048/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **DEL PAPA CLINICA MEDICA LTDA - ME**

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTAS PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ E MÉDICOS CLINICO GERAL PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMILIA DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES", conforme** Edital 088/2015 do respectivo **Pregão Presencial nº 056/2015,** conforme **LOTE 05.**

OBJETIVO: Anular a nota de empenho nº. 05828 de 03/08/2015

Assinatura: 04/03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 014/2016 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 07 de MARÇO de 2016 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGAO PRESENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA MOTONIVELADORA MODELO GD-555 CHASSI 36256934, DA PÁ CARREGADEIRA WA-200 CHASSI 36161308, DO TRATOR DE ESTEIRA MODELO D-41 CHASSI B20674 E DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA MODELO PC-160 CHASSI B 20053 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES". Maiores informações através do Edital nº. 018/2016, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 18 de Fevereiro de 2016.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 03/2016

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 28 de MARÇO de 2016 ÀS 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bll.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO UM ENCANTEIRADOR COM ENXADA ROTATIVA QUE COMPÕE UMA PATRULHA MECANIZADA QUE SERÁ ADQUIRIDA PARA MELHORIA DA PRODUÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, CELEBRADO NO CONVÊNIO Nº 798347/2013 ENTRE A SUDAM E A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ". A inserção das propostas será das 08:00 hrs do dia 11/03/2016 as 07:00 hrs do dia 28/03/2016 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 031/2016, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia e www.bll.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 10 de Março de 2016.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
DECRETO Nº. 2204 DE 04 DE MARÇO DE 2016

"Dispõe sobre o Cancelamento de despesas inscritas em Restos a Pagar não processados, empenhados no exercício de 2015, porém, não consumado na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização na forma específica e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica, por força deste decreto, cancelado o crédito empenhado no exercício de 2015, inscrito em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE MATUPÁ, a saber:

Data	Empenho	Valor	Credor
03/08/2015	05828	R$ 3.950,00	Del Papa Clinica Medica Ltda - Me

Parágrafo Único – O crédito cancelado citado neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, é anulado devido ao não fornecimento do serviço/produto por impossibilidade de sua realização, não podendo ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, ser formalizada a sua baixa legal no passivo do balanço do exercício de 2015, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte do credor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 027/2015

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: J N CABRAL & CIA LTDA – ME

OBJETO: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INTERNET ATRAVÉS DE LINKS DEDICADOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 006/2015 do respectivo **Pregão Presencial nº 003/2015.**

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quinta – *Valor e Pagamento*

Valor Aditivado: **R$ 8.000,00 (Oito mil reais)**

Dotação Orçamentária:

Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – Fonte e destinação de Recursos – 0100000000 - R$ 8.000,00

Assinatura: **01/03/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 091 DE 07 DE MARÇO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 9.503/97; Lei Municipal nº 602/99, alterada pela Lei nº 1355/2016 e, Decreto Municipal nº 1020/99,

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear a Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI, órgão colegiado responsável pelos julgamentos de recursos interpostos contra as sanções impostas pelo Município, conforme composição seguinte:

I – Servidor do Município indicado pelo Prefeito

Titular: José Carlos Alves Martins

Suplente: Pedro Jimenez dos Reis

II – Representante do Conselho Municipal da Cidade

Titular: Emerson Teixeira

Suplente: Evanildo Luiz da Silva

III – Representante da Secretaria de Obras e Infraestrutura

Titular: Valmir Ribeiro da Silva

Suplente: Valdiney Fonseca Salvione

Artigo 2º - A presidência da JARI será exercida pelo servidor indicado pelo Prefeito, conforme constante do Inciso I do Artigo 1º desta Portaria.

Artigo 3º - Compete aos membros da JARI analisar os processos administrativos de sua competência, decidindo sobre os recursos oferecidos contra sanções impostas no trânsito, dando ciência da decisão ao recorrente a ao Prefeito.

Artigo 4º - A JARI somente poderá deliberar com a totalidade de seus membros e, executarão suas atividades de acordo com seu regimento interno.

Artigo 5º - Cada membro da JARI, titular ou, na falta deste o seu suplente, fará jus ao recebimento de JETON, no valor de 40% (quarenta por cento) do salário base da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste-MT, pelas sessões realizadas no período de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – A cada falta às sessões, será aplicado o desconto de 1/30 do valor do JETON.

Artigo 6º - Os membros ora nomeados terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 07 de março de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PORTARIA N.º 092 DE 07 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as disposições do art. 4º da Lei Complementar nº 069/2007, considerando término do mandato dos conselheiros nomeados pela Portaria 364/2013 e solicitação da Secretaria Executiva do Conselho através do Protocolo nº 1587/2016;

R E S O L V E

Art. 1.º - Nomear os representantes do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social-FHIS do Município de Mirassol D´Oeste-MT, conforme composição que segue:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES PÚBLICAS

Representantes do Legislativo

Titular: Francisco Amarante

RG: 878.930 SSP/MT CPF: 442.215.841-49

End: Rua Padre Tiago – Pq Morumbi - Mirassol D'Oeste - MT

Suplente:– Marinez Campos

RG: 529.908 SSP/MT CPF: 474.656.891-04

Rua Mariano Rodrigues Paiva, nº 3093 - centro – Mirassol D´Oeste - MT

Representantes da Secretaria de Administração, Planejamento e Coord. Geral

Titular: Miguel Francisco De Melo

RG: 524.971 SSP/MT CPF: 415.492.101-06

End: Rua Benedito Cesário da Cruz, nº 77 – Bairro Jd Planalto - Mirassol D'Oeste – MT

Suplente: Sidnei Francisco de Melo

CPF: 450.001.409-82

End: Travessa Antonio Fernandes,84 - Jd Planalto – Mirassol D'Oeste – MT

Representantes da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Titular – Thayssa Silva Almeida

RG: 1940422-0 SSP/MT CPF: 035.070.971-84

End: Rua Antonio Martins da Costa, Edifício Solaris, Apt Centro – Mirassol D'Oeste-MT

Suplente: Fabrícia Oliveira de Almeida

RG: 1493866-9 SSP/MT CPF: 729.181.601-72

End: Rua Almirante Tamandaré, 3000 - Parque Bandeirantes Mirassol D'Oeste-MT

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES PRIVADAS

Rotary Clube

Titular: Daniela Nonato Birkinshaw

RG: 54.252.414-4 SSP/SP CPF: 651.037.851-53

End: Rua Maria dos Anjos Braga, 596, Centro Mirassol D'Oeste-MT

Suplente: Paulo Robson Carneiro Gondim

RG: 625.625 SSP/GO

End: Av. Presidente Tandcredo Neves - Mirassol D'oeste-Mt

Lions Clube

Titular: Maria Do Carmo Hora Savalio

RG: 544.711 SSP/MT CPF: 395.967.451-15

End: Rua Antonio Martins Da Costa, Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Suplente: Pedro Gimenez Filho

RG: 7.125.587 SSP/MT CPF: 911.214.641-68

End: Rua Renato Silva, Mirassol II – Mirassol D´Oeste-MT

Entidades Religiosas

Titular: Pra Fátima Caetano de Araujo Roman

RG: 997306 SSP/MT CPF: 632.222.211-20

Endereço: Rua Maria Dos Anjos Braga, 941 - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Suplente: Pr Edemilson de Leão Rodrigues

RG: 3251057 SSP/PA CPF: 804.576.061-34

End: Rua Maria dos Anjos Braga, 941 - Centro - Mirassol D'Oeste-MT

III - REPRESENTANTES DE MOVIMENTO POPULARES

Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia

Titular: Edilson Nunes

RG: 929863 SSP/MT CPF: 176.167.191-04

End: Rua Tancredo Neves 4291, Centro - Mirassol D'Oeste MT

Suplente: Francisco Antonio de Matos

RG: 20191778 SSP/MT CPF: 383.473.71-20

End: Chácara Matos - Crédito Fundiário Santa Maria

Associação dos Moradores Cidade Tamandaré – ASCITAM

Titular: Elias Lopes

RG: 1856757 SSP/MT CPF: 850.455.861-49

End: Rua 15 De Novembro, 587 - Cidade Tamandaré – Mirassol D´Oeste-MT

Suplente: José Gonçalves Dos Santos

RG: 423086 SSP/MT CPF: 071.901.311-91

End: Rua 15 de Novembro, 636 - Cidade Tamandaré – Mirassol D´Oeste-MT

Art. 2º - A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será exercida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - O Conselho Gestor do FHIS exercerá suas atividades em conformidade com a Lei Complementar nº 069/2007, sendo a sua competência definida pelo Art. 6º da citada Lei.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 07 de março de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PORTARIA N.º 094 DE 07 DE MARÇO DE 2016

NOMEIA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA DESTINADA A SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições;

Considerando o disposto na Lei nº 11.788/2008 combinada com a lei nº 631/2001;

Considerando a possibilidade da oferta de estágios curriculares vinculado à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de ensino superior e de educação profissional de ensino médio;

Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear Comissão para realização e acompanhamento de Processo de Chamada Pública para seleção de estagiários para a administração municipal, nos termos da legislação em vigor, conforme constituição abaixo:

PRESIDENTE

Bruno Vilas Boas Panaro Leite

Registro nº 506 Cargo: Auxiliar Administrativo

MEMBROS

Alcilena Castilho Queiroz Botelho

Registro nº 338 Cargo: Agente Administrativo

Arlete Marcia Scatolin

Registro nº 730 Cargo: Enfermeira

Fabio Angelo Hordonho Leite Silveira

Registro nº 284 Cargo: Agente Administrativo

Robson de Castilho Ribeiro

Registro nº 001 Cargo: Agente Administrativo

Suelene de Fatima Pratinha Delbone

Registro 46 Cargo: Agente Administrativo

Artigo 2º - À Comissão compete promover a realização da Chamada Pública, emitindo julgamentos e deliberando sobre os casos omissos, poden-

do para tanto, convocar servidores da administração pública para elaboração, aplicação e correção de provas.

Artigo 3º - Compete ao Presidente da Comissão:

I - Tomar todas as providências para a realização da Chamada Pública, obedecendo fielmente os ordenamentos legais, instaurando os procedimentos administrativos relativos às fases da Chamada Pública mediante assessoria direta da Procuradoria Geral do Município.

II – Caso seja necessário, solicitar assessoria de órgão especializado para o bom desempenho de suas atribuições e, solicitar junto ao Executivo Municipal, recursos necessários para dar cobertura às despesas oriundas de suas atividades.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 07 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PORTARIA N.º 099 DE 08 DE MARÇO DE 2016

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de Contrato firmado junto à Associação Mato-Grossense dos Municípios e o Consórcio PREVIMUNI, pactuado no 1º Termo de Apostilamento com o MIRASSOL-PREVI"

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em cumprimento ao disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93); Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

Considerando a necessidade de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao MIRASSOL-PREVI – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MIRASSOL D'OESTE/MT;

RESOLVE:

Art. 1º: Nomear o servidor FÁBIO ANGELO HORDONHO LEITE SILVEIRA, Registro nº 1180, portador da cédula de identidade RG n°.1691409-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob n° 009.621.451-14, para acompanhamento e fiscalização do PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO MIRASSOL-PREVI AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 004/2015 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012.

Art. 2º: O Primeiro Termo de Apostilamento pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mirassol D'Oeste – MIRASSOL-PREVI, ao Termo de Vinculação n.º 004/2015, conforme disposto na Cláusula 2.1, tem como objeto o conteúdo do Programa AMM-PREVI, em especial o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos n° 078/2012, que se vincula ao Programa AMM-PREVI, passando a se beneficiar dos serviços técnicos de operacionalização de seu RPPS prestados pelo CONSÓRCIO PREVIMUNI.

Art. 3º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

Art. 5°: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Mirassol D'Oeste, 08 de março de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 002/2016

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº **02/2016**, onde o Objeto é A **Futura e Eventual PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E FORNECIMENTO DE URNAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Cuja abertura ocorreu no dia 09/03/2016, foi declarada ***DESERTA.***

Nobres, 10 de Março de 2016.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016-SRP

A Pregoeira Oficial juntamente com a equipe de apoio do Município de Nortelândia-MT, no exercício das atribuições que lhes conferem as Portarias Nº 554/2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 005/2016, referente à Aquisição de Pneus, Rodas, Câmaras de Ar, e execução de serviços de Recauchutagem de Pneus dos veículos e máquinas pertencentes ao patrimônio público municipal, conforme descrito na relação dos lotes, Anexo I do Edital, sagram-se vencedoras as empresas: **HRP Comercial de Pneus Eirele**, CNPJ 10.638.136/0001-85; no valor de R$280.624,00 (duzentos e oitenta mil seiscentos e vinte e quatro reais) e a empresa **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEL NORTELANDIA LTDA,** CNPJ 86.915.048/0001-45 com valor de R$ 173.412,00 (cento e setenta e tres mil quatrocentos e doze mil reais)

Nortelândia-MT, 10 de março de 2016.

Bruna Beato de Micheli.

Pregoeiro Oficial do Município de Nortelândia-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 593/2016, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia responsável pela Gestão de Contratos.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo;

Considerando as adequações administrativas que estão sendo promovidas nesta Prefeitura Municipal de Nortelândia;

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que exige a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **Ellen Cristina Desidério de Oliveira Almeida**, Agente de Serviços Administrativos, matrícula n° 643, para responder pela **Gestão dos Contratos** celebrados pela Prefeitura Municipal de Nortelândia, a partir desta data.

Art. 2º A Gestora de Contratos terá a responsabilidade de:

I – Gerenciar todos os contratos do órgão e suas alterações;

II – Alimentar o sistema informatizado com informações dos contratos do órgão;

III – Dar apoio administrativo aos Fiscais de contratos em suas atribuições;

IV – Esclarecer dúvidas dos Fiscais de contratos junto às áreas afins.

Art. 3º Fica expressamente revogada a Portaria nº 441/2015, de 11 de Junho de 2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 10º dia do mês de Março de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 10/03/2016

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRASecretário de Administração, Planejamento e Gestão NEURILAN FRAGA Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

A Pregoeira Oficial juntamente com a equipe de apoio do Município de Nortelândia-MT, no exercício das atribuições que lhes conferem a Portaria Nº 554/2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 006/2016,com finalidade de REGISTRAR OS PREÇOS PARA 12 MESES para futuras ou eventual **Aquisição de veículos 0 km, ano 2016, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde e demais secretarias**, **com recursos oriundos de convenio e próprios**, conforme descrito na Relação dos itens, Anexo I deste Edital, foi julgado deserto pelo não comparecimento de empresas interessadas no objeto desta licitação.

Nortelândia-MT, 10 de março de 2016.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeiro Oficial do Município de Nortelândia-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 092/2015

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 092/2015 DE AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA, CÂMARA E PROTETORES DE ARO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO **E A EMPRESA HANNELIESE REITER PATTIS – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10987/2014, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2014 E O** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2482/2015. AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 388/2016 de aditivação de valor de 25% por item no valor total dos itens de R$ 54.867,50 (Cinqüenta e Quatro Mil Oitocentos e Sessenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos) alterando o valor original ao contrato nº 092/2015 para R$ 274.337,50 (Duzentos Setenta e Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos) decide celebrar este termo aditivo a empresa HANNELIESE REITER PATTIS – EPP, sendo o objeto do referido contrato aquisição de pneus novos de 1ª linha, câmara e protetores de aro para manutenção da frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal, visando atender todas as secretarias Municipais.

1.2 A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão nº 045/2014 - Registro de Preço, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

REAJUSTE DE 25% POR ITEM

O preço, a quantidade e a especificação dos produtos com reajuste de reequilíbrio financeiro de 25% por item encontram-se na tabela abaixo descrito:

Seq.	Cod	Descrição	Un.	Qtde.	Marca	Valor Inicial Contratado	Reajuste 25%	Valor Reajustado	Valor Total R$
1	180130	CAMARA DE AR 1400/1300-24 TR 220A FE2525	Un.	10	BRASTUBE	R$ 154,00	R$ 38,50	R$ 192.50	1.925,00
2	180131	CAMARA DE AR 17. 25 TRJ1175CFE2525	Un.	15	BRASTUBE	R$ 198,00	R$ 49,50	R$ 247,50	3.712,50
3	180134	CAMARA DE AR 900/20	Un.	265	BRASTUBE	R$ 65,00	R$ 16.25	R$ 81.25	21.531,25
4	180125	PNEU 17,5X25 SUP GG LD - L2 S/G 12 L	Un.	16	ODYKING	R$ 2.645,00	R$ 661.25	R$ 3.306,25	52.900,00
5	180127	PNEU 175/70 R13 82T	Un.	48	FATE	R$ 165,00	R$ 41.25	R$ 206,25	9.900,00
6	180118	PNEU 185/70R 14 88H ER 300	Un.	17	FATE	R$ 219,00	R$ 54,75	R$ 273,75	4.653,75
7	180120	PNEU 215/75R 17,5 FS 557	Un.	189	FATE	R$ 660,00	R$ 165,00	R$ 825.00	155. 925,00
8	180124	PNEU 275/80R 22,5 R297	Un.	12	FATE	R$ 1.184,00	R$ 296,00	R$ 1.480,00	17.760,00
9	180133	PROTETOR DE ARO 25R390MMABC	Un.	36	RUZZI	R$ 134,00	R$ 33,50	R$ 167,50	6.030,00
			Valor Total:	**274. 337,50**					

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente aditivo na Lei 8.666/93 e parecer jurídico 046/2016.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 079/2014, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 08 de Março de 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

HANNELIESE REITER PATTIS – EPP

CNPJ: 10.638.136/0001-85, inscrição Estadual nº 13.367.196-8

Representada pelo Senhora Hanneliese Reiter Pattis,

RG:12571083 e CPF:052.314.719-84

PORTARIA N.º 061/2016, DE 07 DE MARÇO DE 2016. "INSTITUI A COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Portaria n.º 061/2016, de 07 de Março de 2016.

"Institui a Comissão Preparatória Municipal da 6ª Conferência das Cidades e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL Carlos Roberto da Costa, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto Federal n.º 5.790, de 25 de maio de 2006 e no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, aprovada pela Resolução Normativa n.º 19 de 18 de setembro de 2015 do Conselho Nacional das Cidades;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Preparatória Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Art. 2º - Comporão a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades a realizar-se na data de 05 de Abril de 2016, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, os seguintes membros:

Elizabeth Leite de Oliveira Teodoro

Representando o Poder Executivo Municipal;

Cássio Manoel de Assunção

Representando o Poder Legislativo Municipal;

Claudinete Maria de Campos

Representando a Sociedade Civil/Associação de Moradores

Elizene Auxiliadora da S. Martins

Representando da Sociedade Civil/Igreja Católica

Art. 3º - A Comissão Preparatória Municipal da Conferência organizará, mobilizará e subsidiará a execução da Conferência, respeitados os dispositivos legais atinentes a este processo.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 07 de Março de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 24 de Março de 2016, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de exames laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Canaã do Norte/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, Sito a Av. Brasil Nº 27, Centro, Nova Canaã do Norte-MT e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 10 de Março de 2016

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 23 de Março de 2016, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de veiculação de publicações de matérias em Jornal de Circulação Diária no Estado de Mato Grosso, para divulgar os atos oficiais e matérias de interesse do município de Nova Canaã do Norte/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, Sito a Av. Brasil Nº 27, Centro, Nova Canaã do Norte-MT e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 10 de Março de 2016

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 23 de Março de 2016**, **ás 14:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal, oxigênio industrial, acetileno e materiais de consumo e permanente para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transportes de Nova Canaã do Norte – MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, Sito a Av. Brasil Nº 27, Centro, Nova Canaã do Norte-MT e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 10 de Março de 2016

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONTRATO Nº. 018/16/SMA/PMNG.

PRAZO: 08/03/16 A 08/06/16

CONTRATADO: ROSANE RITTER LOPES.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE OFICINA, MINISTRANDO O CURSO DE CROCHÊ, PARA PESSOAS ATENDIDAS PELO CRAS VOLANTE, COM UMA CARGA HORÁRIA TOTAL DE 30 HORAS SEMANAIS, PELO PERÍODO DE 08 DE MARÇO DE 2016 A 08 DE JUNHO DE 2016, COM RECURSOS DO SCVFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS.

VALOR: R$ 2.700,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 08.244.0008.2033.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

CONTRATO Nº. 017/16/SMA/PMNG. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016

PRAZO: 07/03/16 A 31/12/16

CONTRATADO: REINALDO MACHADO SANTOS - ME

OBJETO: ESTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, CONFORME ANEXO 01.

VALOR: R$ 98.610,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO:.04.122.0001.2040.

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO:. 08.244.0008.2022.

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0003.2024.

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 26.782.0003.1084.

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.2006.

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 10.302.0019.2017.

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 12.361.0013.2034.

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 18.606.0018.2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 008/2015 PROCESSO 0013/2015

OBJETO; **Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação) dos seguintes sistemas integrados de gestão pública, além de serviços complementares: Serviços de implantação, migração/conversão dos sistemas; Apoio Técnico a distância; Atualização, Manutenção.**

CONTRATANTE; STAF Sistemas LTDA - EPP

Nova Lacerda- MT ,10 **de Março 2016.**

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2016 PROCESSO SELETIVO 003/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 003/2015, para atender as necessidades, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:

a) Carteira de Identidade – RG;

b) Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

c) Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2014;

d) Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

e) Carteira de Trabalho;

f) Título Eleitoral;

g) Comprovante de Residência;

h) Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

i) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

j) Prova de estar em dias com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

l) Declaração de não acúmulo de cargos;

k) Uma foto 3x4;

l) Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

m) Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente.

n) Laudo médico do SUS municipal, julgado apto físico e mentalmente, para o exercício da função.

o) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

p) CNH (se for o caso); e,

q) Demais documentação que constam nos itens de 2.3.10 à 2.3.12 do Edital 003/2015 do Processo Seletivo Simplificado;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perca do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 09 dias do mês de Março de 2016.

Sebastião Bento da Silva

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2016

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Vigia

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESULTADO
135217	João Bosco Rech	50,0	15

REQUERIMENTO LP E LI JUNTO A SEMA

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, CNPJ nº 01.614.519/0001-22, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio

Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais na Avenida Antonio Carlos do Amaral localizada no perímetro urbano do município de Nova Lacerda/MT.

Nova Lacerda- MT 10 de março de 2016

Valmir Luiz Moretto

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2016 PROCESSO SELETIVO 004/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 004/2015, para atender as necessidades, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:

a) Carteira de Identidade – RG;

b) Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

c) Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2014;

d) Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

e) Carteira de Trabalho;

f) Título Eleitoral;

g) Comprovante de Residência;

h) Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

i) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

j) Prova de estar em dias com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

l) Declaração de não acúmulo de cargos;

k) Uma foto 3x4;

l) Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

m) Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente.

n) Laudo médico do SUS municipal, julgado apto físico e mentalmente, para o exercício da função.

o) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

p) CNH (se for o caso); e,

q) Demais documentação que constam nos itens de 2.3.10 à 2.3.12 do Edital 004/2015 do Processo Seletivo Simplificado;

2.3.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da contratação, de acordo com a legislação em vigor.

2.3.11. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

2.3.12. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perca do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 10 dias do mês de março de 2016.

SEBASTIÃO BENTO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2016

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Psicólogo – Equipe Volante

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESULTADO
167816	Pamela Rodrigues Rinaldi	62,0	1

Professor nível I/Sede

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESULTADO
167576	Rhelmiton Lins	62,0	10
167021	Tania Cristina dos santos	60,0	11

Vigia

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESULTADO
167163	Jhemerson Nicchio Gualberto	95,0	1
168907	Lourival de Jesus Moraes	90,0	2
169197	Roberlei Miranda Constanci	90,0	3
168971	André Henrique de Souza	75,0	4
200110	Sebastião de Paulo Oliveira	65,0	5

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL COM ABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO 007/2016

O Município de Nova Marilândia, através do seu Pregoeiro torna público que, devido ao **provimento dado à impugnação ao Edital e seus Anexos**, a licitação em epígrafe, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CADASTRAMENTO/RECADASTRAMENTO DE EDIFICAÇÃO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E PLANTAS DAS QUADRAS E PREENCHIMENTO IN LOCO DO BCI (BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO, CÁLCULO DA ÁREA CONSTRUÍDA E DOS TERRENOS PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO**, cuja a abertura estava prevista para o dia 11 de março de 2016, fica **ADIADA** para o dia **24 de março de 2016** às **14:00 horas** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº 211N, Centro – Nova Marilândia – MT. O edital retificado poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 08h00min às 11h30min, através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilândia – MT, 10 de março de 2016.

DEVANIRA LEITE SOUTO

PREGOEIRA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO 009/2016 SRP 007/2016

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **09h00min (Horário Local), do dia 25 de março de 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº211N, Centro – Nova Marilândia - MT, abertura do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARILÂNDIA – MT.** O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o ho-

rário normal de expediente, ou pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 08h00min às 11h30min, através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilandia- MT, 10 de março de 2016.

JOSE CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 10-2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 13/2016 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 10/2016** no dia **29/03/2016 às 09:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTOCICLETA, ZERO QUILOMETRO, ANO 2016/2016, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2016**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 10 de março de 2016

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Pregoeira Oficial do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09-2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 13/2016 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 09/2016** no dia **28/03/2016 às 10:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR, TIPO CAMINHONETE NOVA, ZERO QUILOMETRO, ANO 2016/2016, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR 28220005. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2016**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 10 de março de 2016

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Pregoeira Oficial do Município

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08-2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 13/2016 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 08/2016** no dia **28/03/2016 às 09:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR, TIPO CAMINHONETE NOVA, ZERO QUILOMETRO, ANO 2016/2016, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2016**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 10 de março de 2016

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS

Pregoeira Oficial do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 1364/2015 torna público a realização da licitação na modalidade **Pregão Presencial** no dia **23/03/2016 às 09h00-min** (**Horário de Local**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais elétricos para manutenção da Iluminação Publica do Município de Nova Nazaré MT, conforme especificações do edital.**

Retirada do edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados, **através da solicitação pelo e-mail** licitacoes@novanazare.mt.gov.br e na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT podendo ser retirado pessoalmente nos dias úteis das 07h00min às 12h00min gratuitamente. Demais informações pelo fone (66) 3467-1019.

Nova Nazaré, 10 de Março de 2016.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2016

CONTRATO N°: 001/2016

BENEFICIARIO: **Consórcio Intermunicipal de Saúde de Médio Araguaia – CISMA.**

OBJETO: O presente convênio tem por objetivo o repasse financeiro pelo município, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia - CISMA, para organização e operacionalização do CISMA na manutenção e prestação de serviços considerados como essências de saúde nos atendimentos ambulatorial, hospitalar e de serviços de apoio diagnóstico e terapêuticos de natureza especializados as populações do conjunto de municípios que compõem o Consórcio.

VALOR R$:336.000,00.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 A 31/12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2016.

CONTRATO N°: 002/2016

BENEFICIARIO: **ADRIANO GIACOMOLLI**.

OBJETO:**Locação de um imóvel comercial destinado à Biblioteca Municipal.**

VALOR R$: 3.600,00

VIGÊNCIA: 04/01/2016 A 31/12/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

EDITAL COMPLEMENTAR 008/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O Município de Nova Olímpia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Cristovão Masson**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo n° 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Turismo e Lazer.

1. Para que compareçam na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, localizada na Avenida Mato Grosso S/Nº, Centro, Nova Olímpia – MT, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e local de trabalho: I - Dia 11 de Março de 2016 às 08h00min para atribuição de aulas e local de trabalho.

CARGO: PEDAGOGO– ZONA URBANA

Ordem	Candidato	Nº de Insc.	Pontuação Obtida	Status		
Prova de Títulos	Prova Objetiva	Pontos Total				
35º	Zilda de Castilho Agra Silva	094	2,00	56,00	58,00	Classificada
36º	Neiry Sorreição da Costa Oliveira	030	4,25	52,00	56,25	Classificada

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, localizada na Avenida Mato Grosso S/Nº, Centro, Nova Olímpia – MT, logo após o processo de atribuição.

Apresentar copia e originais de:

a) Identidade (RG);

b) CPF/CIC;

c) PIS ou PASEP;

d) Título de Eleitor;

e) Comprovantes de quitação eleitoral;

f) Comprovante de residência;

g) Comprovação do nível de escolaridade ou habilitação profissional exigida por Lei para a função.

h) Exame médico, julgado apto físico e mentalmente, para o exercício da função, expedido por médico.

i) Certidão de casamento ou nascimento; RG e CPF do Cônjuge.

j) Filhos menores e maiores de 18 anos, trazer a copia do nº CPF; e Certidão de Nascimento.

k) Número de conta bancária em Agência da Caixa;

l) Declaração de não acumulo de Cargo

m) Declaração de Bens e Valores

III – ORIGINAL de:

a) 01 (uma) fotografia 3x4;

b) Carteira de trabalho;

c) CPF DOS PAIS (CÓPIA)

OBS: Quem morar de aluguel ou o imóvel no nome de outra pessoa, por favor, autenticar uma DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA em CARTÓRIO.

III - Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data e horário estipulada no item I do presente edital;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Nova Olímpia - MT, 10 de março de 2016

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO DOS SANTOS LIMA

Secretario Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 007-2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

Comissão de Apoio

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SEREM SERVIDOS NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA CRECHE E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL. A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº. 007/2016, cujo objeto acima identificado, foi homologado em favor das empresas: MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 12.729.350/0001-72 no valor de R$ 123.803.40 (Cento e vinte três mil oitocentos e três reais e quarenta centavos) e a empresa COOPERATIVA AGRÍCOLA SELENE, inscrita no CNPJ nº 11.392.894/0001-29 no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais). Nova Santa Helena – MT, 10 de março de 2016, FRANCIANE PAULATTI – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 004/2016 PP 007/2016

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 12.729.350/0001-72.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SEREM SERVIDOS NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA CRECHE E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL.

DA VIGÊNCIA: 10 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DO VALOR: R$ 123.803,40 (cento de vinte e três mil oitocentos e três reais e quarenta centavos)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL – DOTAÇÃO (0075) 07.001.12.306.0022.2015.3390.30. 000000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL – DOTAÇÃO (0076) 07.001.12.306.0022.2059.3390.30. 00.00.00.

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: EDMAR MACHADO DUARTE - Contratada

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONVÊNIO N°002/2016

Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18 e o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar Antonio Pelissari, CNPJ: 03.197.972/001-06.

Órgão Repassador: Prefeitura.

Data Assinatura: 07/03/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor: R$ 2.448,00

Objeto:Repasse de Recurso Financeiro para custeio e manutenção da Escola Municipal Antonio Pelissari.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONVÊNIO N°003/2016

Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18 e o Conselho Da Comunidade Escolar Da Escola De Educação Infantil “Professor José Alves Govea, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.2013.748/0001-43.

Órgão Repassador: Prefeitura.

Data Assinatura: 07/03/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor: R$ 9.144,00.

Objeto:O presente Termo tem como objetivo o repasse de recurso financeiro para custeio e manutenção da Escola de Educação Infantil professor Jose Alves Govea.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 005/2016 PP 007/2016

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: COOPERATIVA AGRICOLA SELENE, inscrita no CNPJ/MF nº. 11.392.894/0001-29.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SEREM SERVIDOS NA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA CRECHE E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL.

DA VIGÊNCIA: 10 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DO VALOR: R$ 9.000,00 (nove mil reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL – DOTAÇÃO (0075) 07.001.12.306.0022.2015.3390.30. 000000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL – DOTAÇÃO (0076) 07.001.12.306.0022.2059.3390.30. 00.00.00.

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: PEDRO FERRI NOGUEIRA - Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2.016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. GERCINO CAETANO ROSA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação n.º 006/2.016**, objetivando a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM SUAS RESPECTIVAS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES SITUADO À AGROVILA RANCHO AMIGO – ZONA RURAL – NOVA XAVANTINA – MT, QUE SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA NAQUELA COMUNIDADE.**

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2.016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação n.º 004/2.016, objetivando a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM SUAS RESPECTIVAS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES SITUADO À AVENIDA COUTO MAGALHAES, 1537 – BAIRRO UNIÃO - SETOR NOVA BRASILIA – NOVA XAVANTINA – MT, QUE SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA DO BAIRRO UNIÃO.

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2.016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação n.º 003/2.016, objetivando a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM SUAS RESPECTIVAS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES SITUADO À AVENIDA MESTRE VENANCIO DE OLIVEIRA – SETOR XAVANTINA – NOVA XAVANTINA – MT, QUE SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ÓRGÃOS AFINS.

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
NOTA DE REVOGAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público a revogação do PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2.015, objeto: REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MATERIAL ELÉTRICO PARA REPAROS E MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2.016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS LIGADOS A ESTAS**. Data de abertura dos envelopes: 23/03/2.016, às 9h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com.**.** Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

Danilo Pereira de Araujo

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2.016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação n.º 001/2.016, objetivando a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM SUAS RESPECTIVAS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES SITUADO À AVENIDA BRASIL CENTRAL, 359 – SETOR XAVANTINA – NOVA XAVANTINA – MT, QUE SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E QUAISQUER ÓRGÃOS A ELA VINCULADOS.

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2.016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRITA E EMULSÃO ASFÁLTICA, AFIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E VIAS PÚBLICAS, PARA REALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS DO BAIRRO CENTRO OESTE**, às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 24 de março de 2.016, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo sítio eletrônico: www.novaxavantinamt.com.br. ó link Licitação. Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

DANILO PEREIRA DE ARAUJO

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2.016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através do seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, comunica a todos os interessados que após todos os procedimentos necessários e de acordo com Parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, homologa e adjudica o Processo de Dispensa de Licitação n.º 007/2.016, objetivando a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM SUAS RESPECTIVAS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES SITUADO À AGROVILA BANCO SAFRA – ZONA RURAL – NOVA XAVANTINA – MT, QUE SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA NAQUELA COMUNIDADE.

Nova Xavantina – MT, 10 de março de 2.016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

EXTRATO DE CONTRATO 20/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ROSANGELA HOLSBACH DA MOTA**, portadora da cédula de identidade Nº 001461871 SSP/MS e CPF N°. 010.899. 841-03, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal Inovação.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 2.876,67 dois mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**11/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 11 de fevereiro de 2016

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO CONTRATO 003/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**CAMILA ALVES SANTOS,** portador da cédula de identidade Nº 42541917-4SSP/SP e CPF N°. 021.547.691.36 brasileira,, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato Administrativo é a contratação de **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS,**em caráter Emergencial ser executado no âmbito do Sistema Único de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, com carga horária corresponde a 40 horas.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.084,98** (Um Mil e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Oito Centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. Com Recurso do Programa MS –ENDEMIAS.
Vigência do Contrato	De **01/02/2016 a 01/05/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2015.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO CONTRATO 004/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	: **GISLAINE FERNANDES DA SILVA,** portador da cédula de identidade Nº 27811000 SSP/MT e CPF N°. 062.068.941.26 brasileira,, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato Administrativo é a contratação de **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS,**em caráter Emergencial ser executado no âmbito do Sistema Único de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, com carga horária corresponde a 40 horas.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.084,98** (Um Mil e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Oito Centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. Com Recurso do Programa MS –ENDEMIAS.
Vigência do Contrato	De **01/02/2016 a 01/05/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2015.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO CONTRATO 005/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**TANIA KESIA DE LIMA DUDE** portadora da cédula de identidade Nº 2371249-0SSP/SP e CPF N°. 040480191-98 brasileira,, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato Administrativo é a contratação de **AGENTE DE COMUNITARIO DE SAUDE** ,por tempo indeterminado à ser executado no âmbito do Sistema Único de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, com carga horária corresponde a 40 horas.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.084,98** (Um Mil e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Oito Centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. Com Recurso do Programa PASCAR.
Vigência do Contrato	PRAZO INDETERMINADO

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2015.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO CONTRATO 006/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LUCAS MONTEIRO DA SILVA,** portador da cédula de identidade Nº 14898830-4SSP/MT e CPF N°. 062.850.131.52 brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato Administrativo é a contratação de **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS,**em caráter Emergencial ser executado no âmbito do Sistema Único de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, com carga horária corresponde a 40 horas.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.084,98** (Um Mil e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Oito Centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. Com Recurso do Programa MS –ENDEMIAS.
Vigência do Contrato	De **04/02/2016 a 01/06/2016**

Novo Mundo/MT, 04 de fevereiro de 2016.

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO CONTRATO 07/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GERLANE CASTRO ALVES,** portador da cédula de identidade Nº 25048694 SSP/MT e CPF N° 052.032.351-39, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) neste município
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **recepcionista,** Nível Médio, Lotado e a Disposição da Secretaria de Saude
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Seis Oitocentos e oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município
Vigência do Contrato	De 01/02/2016 a 31/12/2016

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro 2016 .

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 08/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Contratado	**ATENIZE AFONSO DOS SANTOS,** portadora da cédula de identidade Nº 1775086-5SSP/MT e CPF N°.033.377.911.82, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ZELADORA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Administração.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 880,00 (Oito Centos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO07/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura municipal de novo MUNDO

CONTRATO

07/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GERLANE CASTRO ALVES,** portador da cédula de identidade Nº 25048694 SSP/MT e CPF N° 052.032.351-39, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) neste município
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **recepcionista,** Nível Médio, Lotado e a Disposição da Secretaria de Saude
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Seis Oitocentos e oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município
Vigência do Contrato	De 01/02/2016 a 31/12/2016

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro 2016 .

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 10/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ROSENEI INHAIA VENANCIO,** portadora da cédula de identidade Nº 4.612.853 SSP/SC e CPF N°.038.330.309-50, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Técnico de Enfermagem,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.033,57 (mil e trinta e três reais e cinquenta e sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. .
Vigência do Contrato	**01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 11/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DAMIAO BACH,** portador da cédula de identidade Nº 11501111 SSP/MT e CPF N°. 828.641.101.30, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MOTORISTA CAT. D,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde. Lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde. Em Caráter de Urgência devido a falta do Motorista no posto de saúde Catarina Zin Mafini da comunidade cinco mil.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.488,95 (Um Mil e Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Noventa e cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. .
Vigência do Contrato	**01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 09/2016

EXTRATO DE CONTRATO 09/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GABRIELA DE FREITAS ASSIS,** portadora da cédula de identidade Nº 041185340044 SSP/ES e CPF N°.098.994.377-19, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ENFERMEIRA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 2.435,22 (Dois Mil e Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO12/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**EDSON LUIZ PICETI KOINOSKI,** portador da cédula de identidade Nº 803.347 SSP/MT e CPF N° 537.651.681-49, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MOTORISTA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.488,95 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	De **01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 13/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**EDINA MARCIA MORAIS BROMBILLA,** portadora da cédula de identidade Nº 2095600-2 SSP/MT e CPF N°.658.130.069.15,

	brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Técnico de Enfermagem,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.033,57 (mil e trinta e três reais e cinquenta e sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 014/2016

EXTRATO DE CONTRATO 014/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**FERNANDA SALVI,** portadora da cédula de identidade Nº 1815023-3 SSP/MT e CPF N°. 018.314.051-64, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ENFERMEIRA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 2.605,68 (Dois Mil e Seiscentos e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/02/2016/ a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2016**..**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 16/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DAMIAO BACH,** portador da cédula de identidade Nº 11501111 SSP/MT e CPF N°. 828.641.101.30, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MOTORISTA CAT. D,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde. Lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde. Em Caráter de Urgência devido a falta do Motorista no posto de saúde Catarina Zin Mafini da comunidade cinco mil.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.488,94 (Um Mil e Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Noventa e quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. .
Vigência do Contrato	**01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2016

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**VANESSA ARAUJO ALVES,** portadora da cédula de identidade Nº 42558765-4 SSP/SP e do CPF N° 333.126.878.02, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **CIRÚRGIÃ DENTISTA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 2.605,68 (Dois Mil e Seiscentos e Cinco Reais e Sessenta e Oito centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	De **02/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 18/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GLEICE APARECIDA ARRUDA TOLEDO,** portadora da cédula de identidade Nº 001.608.774 SSP/MS e CPF N°.024.093. 171.89, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PSICÓLOGO**,lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 2426,05 (Dois Mil e quatroentos e e vinte e seis Reais e cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2015**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 21/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	Sr. **DONIZETE APARECIDO DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade Nº 10176217SSP/MT e CPF N° 796.672.281. 34, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **OPERADOR DE MAQUINAS LEVES,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Agricultura.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 992,64(Novecentos e noventa e dois Reais e Sessenta e quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. .
Vigência do Contrato	De **15/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 15 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 21/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	Sr. **DONIZETE APARECIDO DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade Nº 10176217SSP/MT e CPF N° 796.672.281. 34, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **OPERADOR DE MAQUINAS LEVES,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Agricultura.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 992,64(Novecentos e noventa e dois Reais e Sessenta e quatro Centavos), men-

	sais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. .
Vigência do Contrato	De **15/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 15/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	Sr GUSTAVO ROMAIKE, portador da cédula de identidade Nº 26072017 SSP/MT e CPF N°.037.007.941.85, brasileiro, residente e domiciliado neste município.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Agente Administrativo,** Nível Médio, lotado e a disposição da Secretaria de assistência Social
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 880,00 (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**11/02/2016 a 30/12/2016**

Novo Mundo/MT, 11 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 23/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DANIELA DE FATIMA LEITE MADUREIRA,** portadora da cédula de identidade Nº 2820787-4 SSP/MT e CPF N° 043.388. 531-90, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Professora,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola de Educação Básica **"São João".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **958,89** (Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	De **10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 24/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**CLARICE VIEIRA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1555446 SSP/MS e CPF N°.020.084.761.97, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da "**Creche Municipal Mundo Mágico/Alcides Ferreira Primo".** Sendo 20 Horas na Creche Municipal Mundo Mágico e 20 Horas na Escola Alcides Ferreira Primo.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.876,67** (Dois Mil e Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016.**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 25/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LUCIENE EVANGELISTA BARBOSA,** portadora da cédula de identidade Nº 14772167 SSP/MT e CPF N°.978.444.971.49, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.876,67** (Dois Mil e Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 26/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**IVANIR KURTEN,** portadora da cédula de identidade Nº 6.827. 293-9 SSP/PR e CPF N°.036.005.889.23, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 27/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ELIANE FRANCISCO BISPO TONHEIRO,** portadora da cédula de identidade Nº 1635777-9 SSP/MT e CPF N°.007.720.291.05, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MERENDEIRA),** Nível Fundamental, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta e Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 28/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ZULMA DAUFENBACK KURTEN,** portadora da cédula de identidade Nº 7.801.642 6 SSP/PR e CPF N°.026.897.609.08, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da **Creche Municipal Mundo Mágico.**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.876,67** (Dois Mil e Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 29/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**SAMALHA FRANCISCA SILVA TRINDADE,** portadora da cédula de identidade Nº 2692320-3 SJSP/MT e CPF N°.055.228. 421-13, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"São João".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **958,89** (Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 30/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JANETE SCHLOSSER SIMIANO,** portadora da cédula de identidade Nº 16147650 SSP/MT e CPF N°.007.389.371.42, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 31/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ADRIANA TELES DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1773121-6 SPSJ/MT e CPF N°.002.001.671-97, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo/Inovação".** Sendo 20 Horas na Escola **"Alcides Ferreira Primo"** e 03 Horas na Escola **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.654,09** (Hum Mil e Seiscentos e Cinquenta e Quatro Reais e Nove Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 32/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ANGELA DAUFENBACH MACHADO,** portadora da cédula de identidade Nº 6198577-8 SESP/PR e CPF N°. 016.459.179. 67, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 33/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DÁVINE GOMES HOHENSEE,** portadora da cédula de identidade Nº 2792308-8 SESP/MT e CPF N°. 060.982.961-03, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 34/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Contratado	**PRICILA WOSNIAK**, portadora da cédula de identidade Nº 1723757-2 SSP/MT e CPF N°.008.052.441.90, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA**, Nível Superior, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 35/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**FLAVIA AFONSO**, portadora da cédula de identidade Nº 1653058-6 SESP/MT e CPF N°. 012.639.171-86, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (ZELADORA),** Nível Fundamental, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**11/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 11 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 67/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARILZA PECILIANO DA SILVA**, portadora da cédula de identidade Nº 000600025 SSP/MS e CPF N°. 501.029.311-00, brasileira, residente e domiciliada no município de Novo Mundo /MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA**, Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,33** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Três Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**18/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 18 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 36/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**KATIA VALERIO DA SILVA**, portadora da cédula de identidade Nº 2112713-1 SSP/MT e CPF N°.031.907.981.33, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA**, Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Dante Martins de Oliveira".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 66/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DILVO ZIOLKOWSKI**, portador da cédula de identidade Nº 1585007-2 SSP/MT e CPF N°. 980.270.001.06, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MOTORISTA CAT. D),** lotado e a disposição da **"Secretaria Municipal de Educação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.020,78 (Um Mil e Vinte Reais e Setenta e Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 65/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**OZELINDA DE FÁTIMA FIDELIX BIAZUS**, portadora da cédula de identidade Nº 2061426223 SSP/RS e CPF N°.681.817.520-15, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA**, Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Hum Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 64/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ANTONIO BRAZ DE SOUSA FILHO**, portador da cédula de identidade Nº 2687995-6 SSP/MT e CPF N°.279.196.413.49, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MOTORISTA CAT. D),** lotado e a disposição da **"Secretaria Municipal de Educação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.020,78** (Um mil e Vinte Reais e Setenta e Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.

Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 37/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**AGNALDO MACHADO DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade Nº 1464798-2 SSP/MT e CPF N°.019.580.771.51, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSOR,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Dante Martins de Oliveira".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.876,77** (Dois Mil e Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Setenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 63/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA MATOS,** portadora da cédula de identidade Nº 103600-0 SSP/MT e CPF N°. 002.946. 921-00, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MERENDEIRA),** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Dante Martins de Oliveira".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 62/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**NAIANA MALHEIRO BONACOLSI,** portadora da cédula de identidade Nº 3658461 SSP/SC e CPF N°.023.658.859.18, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **NUTRICIONISTA,** Nível Superior, lotado e a disposição da **"Secretaria Municipal de Educação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.426,05** (Dois Mil e Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 61/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LUIS PAULO ALVES DA SILVA,** portador da cédula de identidade Nº 5134522 SSP/GO e CPF N°.046.466.371.70, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSOR,** Nível Superior, lotado e a disposição da **"Secretaria Municipal de Educação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.797,92** (Um Mil e Setecentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e dois Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 60/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LEANDRO GOMES DA SILVA,** portador da cédula de identidade Nº 001342408 SSP/MS e CPF N°.015.115.741.35, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSOR,** Nível Superior, lotado e a disposição do **"Departamento de Esportes".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.876,67** (Dois Mil e Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 59/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ALINE APARECIDA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade Nº 001769460SJSP/MS e CPF N°.747.541.731-04, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **958,89** (Novecentos e cinquenta e oito Reais e oitenta e nove Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**23/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 58/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**CAMILA ALVES SANTOS,** portadora da cédula de identidade Nº 42541917-4 SSP/SP e CPF N°.021.547.691-36, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**15/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 57/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**SIMONE CRISTINA DINIZ DE PAULA**, portadora da cédula de identidade Nº 9377747-6 SSP/PR e CPF N°.050.407.789.96, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Agua Azul".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **958,89** (Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 56/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**VIRGINIA CARLA HENRIQUE,** portadora da cédula de identidade Nº 2110318-6 SSP/MT e CPF N°.026.475.231.77, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal **"Agua Azul".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Hum Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 55/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LENI APARECIDA SOBOLESKI,** portadora da cédula de identidade Nº 2112733-6 SSP/MT e CPF N°. 043.316.411-55, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 54/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JOSIANE LEITE DE OLIVEIRA,** portadora da cédula de identidade Nº 2234421-7 SSP/MT e CPF N°. 010.955.481.74, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.273,04** (Um Mil e Duzentos e Setenta e Três Reais e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 38/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ADRIANA OLEGARIO DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1730646-9 SSP/MT e CPF N°.025.051.571.70, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Dante Martins de Oliveira".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.222,58** (Hum Mil e Duzentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 39/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**AUDA PATRICIA LIMA DE MIRANDA,** portadora da cédula de identidade Nº 2024883-0 SSP/MT e CPF N°.027.506.791.25, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Dante Martins de Oliveira".**

Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1 438,34** (Hum Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 52/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JARLEANE DA SILVA LIMA,** portador da cédula de identidade Nº 2112698-4 SSP/MT e CPF N° 043.087.531-20, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional não Profissionalizado (Vigia),** lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Nhandú".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	De **23/02/2016 a 30/12/2016.**

Novo Mundo/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 51/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ANDREIA CAROLINE MARONESE,** portadora da cédula de identidade Nº 10.281.572-6 SSP/MT e CPF N°. 070.904.929. 31, brasileira, residente e domiciliada no município de Guarantã do Norte /MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.732,83** (Dois Mil e Setecentos e Trinta e Dois Reais e Oitenta e Três Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 50/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**KARINA CELINE LOPES BIAZOTO,** portadora da cédula de identidade Nº 2377603-0 SESP/MT e CPF N°. 061.620. 471-05, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 49/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ELENA DE OLIVEIRA GUIMARAES,** portadora da cédula de identidade Nº 1486086-4 SSP/MT e CPF N°. 939.914.281.72, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.876,67** (Dois Mil e Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**12/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 12 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 48/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DAIAN RAQUEL MENEGON,** portadora da cédula de identidade Nº 1653132-9 SJSP/MT e CPF N°.012.245.251-83, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Hum Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**17/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 17 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 40/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DANUBIA DOS SANTOS SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1657709-4 SJSP/MT e CPF N°. 010.955.501-52, brasileira, residente e domiciliada no município de Novo Mundo /MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 47/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JANAINA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade Nº 2754088-0 SSP/MT e CPF N°. 062.338.871-51, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (ZELADORA),** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 46/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ILISIANE DE LIMA,** portadora da cédula de identidade Nº 5902305 SESP/SC e CPF N°. 042.020.621-32, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da Creche Municipal Mundo Mágico.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade "**Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 10 de Março de 2016, objetivando a **Contratação de Prestação de Serviços Médicos e Locação de Aparelhos Hospitalares para Realização de Exames**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado.

Sagrou-se vencedora do citado certame a seguinte empresa: **CLINICA ROSSETTI LTDA**, com valor ofertado de R$ R$ 158.670,00 (Cento e Cinquenta e Oito Mil Seiscentos e Setenta Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 10 de Março de 2016.

Mirian da Silva Biazotto

Pregoeira Oficial

EXTRATO DE CONTRATO 41/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ELANE RODRIGUES RIBEIRO,** portadora da cédula de identidade Nº 2105081-3 SESP/MT e CPF N°. 748.889.601-78, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 42/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JUDITE DA SILVA DE LIMA**, portadora da cédula de identidade Nº 12669059 SSP/MT e CPF N°. 816.737.521.87, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal **"São Joao".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Tinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 43/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**BÁRBARA DA SILVA GUIMARÃES,** portadora da cédula de identidade Nº 1316473 SESP/RO e CPF N°. 025.135.122-00, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional não Profissionalizado (ZELADORA),** Nível Fundamental, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**12/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 12 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 44/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GISELE CRISTINA BARRETO,** portadora da cédula de identidade Nº 2700452-0 SEJSP/MT e CPF N°. 059.333.861-89, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MERENDEIRA),** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Nhandu".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 08/03/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 45/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**EVANILDA RODRIGUES NOVAIS VAZ,** portadora da cédula de identidade Nº 1768973-2 SJSP/MT e CPF N°. 019.483. 031-40, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**18/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 18 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 68/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA MAGNANI,** portadora da cédula de identidade Nº 6100767-5 SSP/PR e CPF N°. 809.612.901.53, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **2.876,67** (Dois Mil e Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 69/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARSILEI MARTELLO SOBOLESKI,** portadora da cédula de identidade Nº 2371523-5 SESP/MT e CPF N°. 045.021. 411-78, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 70/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**NADIR DE LOURDES ROMÃO DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 0845733-6 SJSP/MT e CPF N°.545.241. 301-44, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo"**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Hum Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**17/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 17 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 71/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ANDERSON APARECIDO GARCIA,** portador da cédula de identidade Nº1609985-0 SSP/MT e CPF N°.022.243.281-09, brasileiro, residente e domiciliado no município de Guarantã do Norte/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSOR,** Nível Superior, lotado e a disposição da **"Secretaria Municipal de Educação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**22/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 22 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 72/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARIA ANTONIA VIEIRA NASCIMENTO,** portadora da cédula de identidade Nº 1657928-3 SSP/MT e CPF 979.892.311.15, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.

Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (Zeladora),** lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **961,23** (Novecentos e Sessenta e Um Reais e Vinte e Três Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 73/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**EDSON VILLAÇA ,** portador da cédula de identidade Nº 27.725.093-6 SSP/SP e CPF N°.152.773.898-14, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Nhandú"** Sala Anexa **"Zita Junqueira Vilela".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,33** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Três Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 74/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DEBORA DE OLIVEIRA**, portadora da cédula de identidade Nº 2338035-7 SSP/MT e CPF N°. 964.622.051.72, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.438,34** (Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 75/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**NEMIAS BERTOLETE DIONATO,** portador da cédula de identidade Nº 12212626-9SSP/SP e CPF N°. 006.973.798.33, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (MOTORISTA CAT. D),** lotado e a disposição da **"Secretaria Municipal de Educação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.020,78** (Um Mil e Vinte Reais e Setenta e Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 76/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**PATRICIA FÁTIMA BETE DE MELO,** portadora da cédula de identidade Nº 33275729-8 SSP/SP e CPF N°. 269.311.528-07, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado "ZELADORA",** Nível Fundamental, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 77/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**TELMA BARBOSA DOS SANTOS PEREIRA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 2966595-7 SSP/MT e CPF N°. 016.122.573-05, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITOR,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação"..**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **868,55** (Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 78/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GESSICA ALVES NITSCHI,** portadora da cédula de identidade Nº 27003817 SSP/MT e CPF N°.043.456.801-58, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola **"São Joao".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **958,89** (Novecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016.

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 79/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**VALTECIR MARTINS CUNHA**,, portador da cédula de identidade Nº 1042901-8 SJ/MT e CPF N° 771.051.841-91, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional não Profissionalizado (Vigia),** lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **880,00** (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**24/02/2016 a 26/06/2016**

Novo Mundo/MT, 24 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 80/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**SIMONE CRISTINA DE OLIVEIRA** portador da cédula de identidade Nº 1741822-4 SSP/MT e CPF N°.026.093.541-77, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"São João".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **479,44** (Quatrocentos e Setenta e Nove Reais e Quarenta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**22/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 22 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 83/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JOSE REINALDO PIEDADE**, portador da cédula de identidade Nº 1081359-4 SSP/MT e CPF N°.905.860.261.34, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional não Profissionalizado (MOTORISTA CAT. D),** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Educação..
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.020,78** (Um Mil e Vinte Reais e Setenta E Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/02/2016 a 23/12/2016**

Novo Mundo/MT, 10 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 81/2016

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	o Sr. **SILVIO ALVES DE CARVALHO,** portador da cédula de identidade Nº 10275827SSP/MT e CPF N° 295.702.358.02, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MOTORISTA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.488,95 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	De **01/02/2016 a 31/12/2016**

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXTRATO DE CONTRATO 47/2015

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	Sra. **IZABEL NUNES RIBEIRO,** portador da cédula de identidade Nº 25563955 SSP/MT e CPF N°.037.007.941.85, brasileiro, residente e domiciliado neste município
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Agente Administrativo,** Nível Médio, lotado e a disposição da Secretaria de assistência Social
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 880,00 (Oitocentos e Oitenta Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município..
Vigência do Contrato	**11/02/2016 a 30/12/2016**

Novo Mundo/MT, 11 de Fevereiro de 2016**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 15/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: CLAUDIO ARRUDA FARIA – ME.	
Valor do Contrato:R$ 169.200,00 (Cento e Sessenta e nove mil e duzentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do

Contrato nº **15/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 19/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: MARIA ARIANE MORAES OLIVEIRA 03761948123.	
Valor do Contrato: R$ 100.800,00 (Cem mil e oitocentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **19/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 12/2016

Contrato nº. 12/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **L. S. CRAVEIRO - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor: **R$ 379. 760,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 22/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: DIVINO FERREIRA TEODORO 67389350210.	
Valor do Contrato: R$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **22/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 18/2016

Transporte Escolar 2ª Etapa

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Constitui Objeto desta licitação a contratação de Empresa Especializada em Transporte Escolar para Locação de Veículos adequados a prestação de serviço de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual e Municipal a serviço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga-MT, conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital**.** Data de abertura **22/03/2016**, Terça – feira ás 08:00 horas. O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 10 de Março de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 22/2016

Contrato nº. 22/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **DIVINO FERREIRA TEODORO 67389350210**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor: **R$ 79.200,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 13/2016

Contrato nº. 13/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **LINDOMAR PEREIRA DA SILVA - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor: **R$ 100.800,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 13/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: LINDOMAR PEREIRA DA SILVA – ME.	
Valor do Contrato: R$ 100.800,00 (Cem mil e oitocentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **13/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 17/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: SILVANIA MOREIRA DE CAMARGO - ME.	
Valor do Contrato:R$ 158.400,000 (Cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **17/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 15/2016

Contrato nº. 15/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **CLAUDIO ARRUDA FARIA - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor:**R$ 169.200,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 12/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: L. S. CRAVEIRO – ME.	
Valor do Contrato: R$ 379.760,00 (Trezentos e setenta e nove mil setecentos e sessenta reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **12/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontra-

dos, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 18/2016

Contrato nº. 18/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **SÃO CRISTOVÃO TRANSPORTES EIRELI - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor:**R$ 180.600,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 18/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: SÃO CRISTOVÃO TRANSPORTES EIRELI - ME.	
Valor do Contrato:R$ 180.600,00 (Cento e oitenta mil e seiscentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **18/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 19/2016

Contrato nº. 19/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MARIA ARIANE MORAES OLIVEIRA 03761948123**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor: **R$ 100.800,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 21/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: MAURICIO DELAVY 90226941191.	
Valor do Contrato: R$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **21/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 14/2016

Contrato nº. 14/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **J. S. DOURADO SERVIÇOS - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor:**R$ 86.400,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 21/2016

Contrato nº. 21/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MAURICIO DELAVY 90226941191**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor: **R$ 133.000,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 20/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: BRUNO GAERTNER NETO - ME.	
Valor do Contrato: R$ 86.400,00 (Oitenta e seis mil e quatrocentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **20/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 16/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: S. A. BERNARDO SERVIÇOS – ME.	
Valor do Contrato:R$ 370.400,00 (Trezentos e setenta mil e quatrocentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **16/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 14/SLC/2016

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS

FISCAL DE CONTRATOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Pregão Presencial 05/2016, tendo sido observadas as disposições contidas no art. 25, inciso II da Lei no 8.666/93.	**Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.**
Objeto: A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT.	
Vigência: 10/03/2016 A 31/12/2016	
Contratado: J. S. DOURADO SERVIÇOS – ME.	
Valor do Contrato: R$ 86.400,00 (Oitenta e seis mil e quatrocentos reais).	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato nº **14/2016** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Kennedy de Oliveira Macaubas**, Matrícula nº 5383, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de Março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Kennedy de Oliveira Macaubas e Patrícia Vitalina dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Kennedy de Oliveira Macaubas

Fiscal de Contrato

Patrícia Vitalina dos Santos

suplente

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 16/2016

Contrato nº. 16/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **S. A. BERNARDO SERVIÇOS - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor:**R$ 370.400,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 13/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Tubos de Concreto Armado para Águas Pluviais (Manilhas)**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Paranatinga – MT. Empresa vencedora **INCORPORADORA GDN LTDA – ME - R$ 795.138,00.** Em 10 de Março de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 20/2016

Contrato nº. 20/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **BRUNO GAERTNER NETO - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor: **R$ 86.400,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 17/2016

Contrato nº. 17/2016 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **SILVANIA MOREIRA DE CAMARGO - ME**, Objeto: **A contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar, com veículos devidamente adaptados e licenciados, Para Transportar Alunos da Rede Estadual e Municipal**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Valor:**R$ 158.400,00,** Período: 10/03/2016 A 31/12/2016. Departamento de Licitações e Contratos, em 10 de Março de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 088/2016. DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO A PEDIDO do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **EXONERAR A PEDIDO** oServidor Público Municipal o Senhor **LEONARDO XAVIER GONÇALVES**, ocupante do Cargo Médico da família do PSF II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedra Preta – MT.

***ART.2º* -** Esta portaria entra em vigor na data de 07/03/2016.

***ART.* 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeita Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital Pregão Presencial 001/2016,

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade registro de preços para futura e eventual aquisição e prestação de serviços de recargas de cartuchos e toners, conforme as necessidades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT.

ADJUDICAR os objetos licitados das Empresas abaixo relacionadas, que se sagraram vencedoras do certame acima mencionado.

Razão Social: **COISAS DE MULHER COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA-ME,** inscrita no **CNPJ nº. 18.893.276/0001-01.**

Valor da Proposta ITEM01**: R$ 670,00 (seiscentos e setenta reais);**

Valor da Proposta ITEM 02: **R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais);**

Valor da Proposta **ITEM 03: R$ 836,00 (oitocentos e trinta e seis reais);**

Valor da Proposta **ITEM 04: R$ 398,00 (trezentos e noventa e oito reais);**

Valor da Proposta ITEM 05: **R$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais);**

Valor da Proposta ITEM 06: **R$ 979,50 (novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos);**

Valor da Proposta ITEM 07: **R$ 1.185,00 (um mil cento e oitenta e cinco reais);**

Valor da Proposta ITEM 08: **R$ 1.875,00 (um mil oitocentos e setenta e cinco reais);**

Valor da Proposta ITEM 10: **R$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois reais);**

Valor da Proposta ITEM 11: **R$ 745,20 (setecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos);**

Valor da Proposta ITEM 13: **R$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais);**

Valor da Proposta ITEM 14: **R$ 1.312,50 (uns mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos);**

Valor da Proposta ITEM 16: **R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais);**

Valor da Proposta ITEM 17: **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);**

Valor da Proposta ITEM 18: **R$ 672,00 (cento e setenta e dois reais);**

Valor da Proposta ITEM 20: **R$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais);**

Valor da Proposta ITEM 21: **R$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais);**

Valor da Proposta ITEM 23: **R$ 2.457,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta e sete reais);**

Razão Social: **R. MASSUIA-ME, inscrita no CNPJ nº. 06.206.506/0001-38.**

Valor da Proposta ITEM09**: R$ 1.193,75 (um mil cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos);**

Valor da Proposta ITEM12**: R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais);**

Valor da Proposta ITEM15**: R$ 1.000,00 (um mil reais);**

Valor da Proposta ITEM19**: R$ 708,00 (setecentos e oito reais);**

Valor da Proposta ITEM22**: R$ 1.440,00 (uns mil quatrocentos e quarenta reais);**

Valor da Proposta ITEM24**: R$ 1.361,25 (um mil trezentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos);**

Valor da Proposta ITEM25**: R$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais);**

Valor da Proposta ITEM26**: R$ 701,25 (setecentos e um reais e vinte e cinco centavos);**

Proceda - se o Registro de Preço das empresas:

COISAS DE MULHER COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA-ME

R. MASSUIA-ME

Pedra Preta - MT, 10 de março de 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

PREFEITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 094/2016. DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **23/12/2013 à 23/12/2014.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **05/03/2016 à 03/04/2016.**

MIRIAN TEIXEIRA FERREIRA

Contínua/Merendeira

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 006/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: Pregão Presencial SRP Nº 006/2016.

OBJETO:O procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedra Preta/MT.

DATA DA ABERTURA: Dia 23/03/2016 às 14:00 horas.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h:00h às 17:00h). Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4416.

Pedra Preta - MT, 10 de março de 2016.

CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 108, de 29 de Janeiro de 2016, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas em Edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE; UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA".** Que será realizado às 08hs do dia 29 de Março de 2016, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço acima ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: http://portal.prefpeixotodeazevedo-mt.agilicloud.com.br/Cidadao/ConsultaPublicacoes.aspx, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07hs às 11hs e 13hs às 17hs, ou pelo fone (66) 3575-5100. Peixoto de Azevedo 10 de Março de 2016.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro Oficial

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2016

A Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, nos termos do item 6.1 do Edital nº 001/2016, visando atender ao princípio da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º - TORNA PÚBLICO aos interessados que fará a seguinte ALTERAÇÃO no Edital de Concurso Público nº 001/2016, tendo em vista **problemas técnicos na transmissão de arquivos bancários**;

Art. 2º - Alterar a data de divulgação da relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, assim como o horário e local de realização das provas, para o dia **16 de março de 2016**.

Art. 3º - Ficam mantidas as demais disposições constantes do Edital de Concurso Público nº 001/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Peixoto de Azevedo – MT, 10 de Março de 2016.

ARIENE FRANCIANY DE ABREU

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100/2016

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor *WENDER SANDRO AMORIM OLIVEIRA,* Portador do RG 20586337 SSP MT, *inscrito no CPF 029.030.461-07, para exercer* o cargo de *SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 08 de março de 2016.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 101/2016

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Estabelecer que Prefeitura Municipal de Poconé-MT, irá utilizar a "Tabela Federal de Depreciação" em seus bens patrimoniais durante o exercício de 2016.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 10 de março de 2016.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

RESULTADO TOMADA DE PREÇOS N.002/2016-PMPL

PROCESSO N.º031/2016

O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, tornam publico, para conhecimento de interessados, que a empresa NS CONSTRUTORA LTDA-ME, foi julgada vencedora do processo em referencia, Construção de quadra coberta com vestiários da Escola Municipal Sanária Silveria de Souza, localizada na Rua Vereador Anibas L. de Souza, Qd. 05, Lote 01, Bairro Jardim São Gabriel no Município de Pontes e Lacerda, valor global de R$656.379,40 (seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), Conforme respectivo edital. Maiores informações fone 0xx65 3266-2534. Pontes e Lacerda/MT, 10 de março de 2016.

CRISTIAN KLEINSCHMITT – Presidente da Comissão de Licitação

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA MARÇO/2016

Decreto nº 053/2016

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2016

Data: 09/03/2016

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA MARÇO/2016

Decreto nº 048/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016

Data: 01/03/2016

AVISO DE DISPENSA N.º033/2016-PMPL

(PROCESSO N.º058/2016)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEICULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS, com valor mensal de R$6. 000,00 (seis mil reais), visto a empresa ALIANCA LOCADORA DE AUTOMOVEIS EIRELI, inscrito no CNPJ: 15.807.082/0001-58, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, IV da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 10 de março de 2016.

CRISTIAN KLEINSCHMITT

Presidente da Comissão

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA MARÇO/2016

Decreto nº 054/2016

Dispõe sobre alteração do Decreto nº. 137/2014 e dá outras providências

Data: 09/03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 003/2016

BENEFICIÁRIO: LEDIJANE ZANDONADI

OBJETO: Contratação de advogado para prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica em geral, assessorando a elaboração e aplicação de leis, contratos, convênios, atuação jurídica latu sensu e demais atos congêneres a serem praticados pelo Poder Executivo bem como auxilio na solução de conflitos, reuniões com secretários, servidores, participação em palestras e atividades afins, dentre outras atividades, das quais destaca-se: Emissão de Pareceres – Projetos de Lei, Processos Licitatórios, Progressão Funcional, Defesas nos Processos judiciais in curso que a administração é parte, bem como promover novas demandas em primeiro grau, Respostas e Manifestações escritas em procedimentos administrativos – CGU, TCE, Procuradoria da República, Ministério Público, NACO, GAECO na Prefeitura Municipal de Porto Estrela.

VALOR R$: R$ 22.500,00

VIGÊNCIA: 06/02/2016 À 06/05/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.2006 – 3.3.90.36.00.00

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA N. 011/2016

PORTARIA N°. 011/2016

Ementa: Que Dispõe Designação Fiscalizão de Contrato na Câmara Municipal de Porto Estrela/MT**.**

Denisson Pedroso Brilhadori, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas por lei, faz saber:

RESOLVE:

Artgo 1°) – fica designado como fiscalizão de contrato do Poder Legislativo de Porto Estrela – MT **A Servidora: Jéssica Bernardes Teixeira, Portadora da Cedula Indentidade RG.1854640-4 SSP/MT e CPF 029.446. 591-03:**

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, as disposições contrárias.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Presidente, 10 de Março de 2016.

Denisson Pedroso Brilhadori

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA 012/2016

PORTARIA N°. 012/2016

Ementa: Que Dispõe Designação Suplente de Fiscalizão de Contrato na Câmara Municipal de Porto Estrela/MT**.**

Denisson Pedroso Brilhadori, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas por lei, faz saber:

RESOLVE:

Artgo 1°) – fica designado Suplente fiscalização de contrato**. Servidor:** o **Sr. JOSÉ OTÁVIO DE CAMPOS**, Portador da Cédula de Identidade RG. N°.0 108.198 - 5 SS/MT e CPF N°. 181.824.611-20,

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, as disposições contrárias.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Presidente, 10 de Março de 2016.

Denisson Pedroso Brilhadori

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n° 009/2016

Registro de Preços nº 008/2016

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de POXORÉU-MT, torna-se publico aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 009/2016**, cujo o objeto**Aquisição Futura de Combustíveis, direto na bomba de combustível da proponente na cidade de Cuiabá, para atender a frota Municipal**, cuja a abertura ocorreu as nove horas, do dia 09 de março de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim **"DESERTA".**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 09 de março de 2016.

MARCELO MARQUES BARBOSA DE SOUZA

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 047/2016.

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, tonam público o Processo de Licitação nº **047/2016**.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº **039/2016**.

OBJETO: Pregão Presencial de Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de **Gêneros Alimentícios**, para uso da Secretaria Municipal de Indústria, Comercio, Agricultura, Meio ambiente e Turismo, Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Obras Públicas e Estradas de Rodagem, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Querência – MT.

DIA: 23/03/2016

HORÁRIO: 08:00 (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com ou no site: www.querencia.mt.gov.br/transparencia

Querência – MT, 10 de março de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO DE TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO MODALIDADE: CONCORRENCIA Nº. 001/2016

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com a Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Querência, nomeada pela portaria 001/2016 **torna sem efeito** a publicação do Aviso de abertura da **Concorrência nº 001/2016**, publicado no Diário Oficial do Estado (página 285) e Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (pagina 273), cujo objeto é Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de obras e serviços de engenharia para implantação de sistema de abastecimento e Distribuição de Água do Município de Querência – MT, no qual a Sessão Pública seria realizada no dia 28 de março de 2016 às 08h00min, na Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

Querência – MT. 10 de março de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 270/2016

PORTARIA N° 270/2016

DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 015/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **LEANDRO TOMAZZI**, portador do RG nº 3406941 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 944.370.259-20, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 015/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a Execução de Obra para continuidade de Construção de Escola Urbana no Bairro Parque Imperial, no Município de Querência – MT**.**

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 25 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 271/2016

PORTARIA N° 271/2016

DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 016/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar a Servidora **RAQUELE SANDRA EIDT ZANG,** portadora da Cédula de Identidade n° 15252760 SSP/MT e inscrita no CPF n° 934.276.621-87, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 016/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a Contratação de empresa para serviços de exames especializados para a Secretaria de Saúde na Cidade de Água Boa – MT**.**

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 25 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 272/2016

PORTARIA N° 272/2016

DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 017/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar a Servidora **Eliane Costa**, portadora da Cédula de identidade RG. 760.385 SSP/MT, inscrita no CPF nº 514.310.411-49, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 017/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a Aquisição de Brinquedos em atendimento as entidades das redes públicas de ensino da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com intuito de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura do Município de Querência– MT**.**

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 25 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 273/2016

PORTARIA N° 273/2016

DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 018/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar a Servidora **Eliane Costa**, portadora da Cédula de identidade RG. 760.385 SSP/MT, inscrita no CPF nº 514.310.411-49, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 018/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a **aquisição de BRINQUEDOS para atender as necessidades de solicitação de adesão de entidades municipais, estaduais, federais e Distrital, com intuito de atender as necessidades da Secretaria de Educação, Desporto, Lazer e Cultura de Querência-MT.**

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 25 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 274/2016

PORTARIA N° 274/2016

DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 019/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **ENILTON MARQUES DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 2.284.667 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n° 401.552.501-91, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 019/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a prestação de serviços de pedreiro para execução de reforma e ampliação no Centro Comunitário do Distrito Coutinho União do Município de Querência – MT**.**

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 29 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 032/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 032/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 032/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 025/2016

OBJETO: Registro de preços para futura e fracionada aquisição de Material de Expediente, para uso de Diversas Secretarias do Município de Querência - MT.

Vencedoras:

MODERNA COMERCIAL DE PAPEIS LTDA - ME, CNPJ: 06.338.087/0001-98, foi a vencedora dos itens 01,04,05,06,07,11,12,14,16,21,22,23,24,28,30,31,32,33,34,40,41,43,44,45,46,47,53,54,57,58,59,60,61,62,63,64,66,67,68,69,70,71,72,75,82,83,84,90,91,92,95,100,102,103,104,105,107,109,114,116,118,119,122,123,124,

125,129,130,135,136,137,139,143,144,145,146,147,148,149,150,156,162 ,166,172,173,174,181,182,183,184,185,186,200, com um valor total de R$ 45.203,90 (quarenta e cinco mil duzentos e três reais e noventa centavos);

ELIANE CLEMENTINO CARNAUBA – ME, CNPJ: 12.248.430/0001-06, foi a vencedora dos itens 15,35,74,77,78,79,87,99,101,106,113,115,121,132,133,138,140,141,151, 152,153,154,155,167, 171,176, com um valor total de R$ 3.980,20 (três mil novecentos e oitenta reais e vinte centavos);

AÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - ME , CNPJ: 16.793.330/0001-11, foi a vencedora dos itens 03,18,20,27,36,37,38,39,42,48,51,65,73,76,85,86,88,94,96,97,98,111,112 ,131,134,161,168,170,178,188,189,190,191,192,193,194,195,196,197,19 9,202, com um valor total de R$ 31.066,80 (trinta e um mil sessenta e seis reais e oitenta centavos);

FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME , CNPJ: 22.579.608/0001-55, foi a vencedora dos itens 02,13,19,25,26,29,52,80,81,93,110,117,120,157,158,159,160,175 e 180, com um valor total de R$ 5.732,45 (cinco mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos);

D.A. ARAGAO COMERCIO – ME, CNPJ: 19.127.086/0001-46, foi a vencedora do item 56, com um valor total de R$ 46.350,00 (quarenta e seis mil trezentos e cinquenta reais);

NASCIMENTO BRITO E CIA LTDA – ME, CNPJ: 15.242.376/0001-80, foi a vencedora dos itens 08,09,10,17,49,50,55,89,108,126,127,128,142,163,164,165,169,177,179, 187,198,201, com um valor total de R$ 9.177,50 (nove mil cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Querência - MT, 07 de março de 2016.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 275/2016

PORTARIA N° 275/2016

DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 020/ 2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **ENILTON MARQUES DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 2.284.667 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n° 401.552.501-91, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 020/ 2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a prestação de serviços de pedreiro para execução de reforma e ampliação no Centro Comunitário do Distrito Coutinho União do Município de Querência – MT**.**

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 29 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 276/2016

PORTARIA N° 276/2016

DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 021/ 2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **ENILTON MARQUES DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 2.284.667 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n° 401.552.501-91, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 021/ 2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a prestação de serviços de pedreiro para execução de reforma e ampliação no Centro Comunitário do Distrito Coutinho União do Município de Querência – MT**.**

Art. 3° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 29 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 277/2016

PORTARIA N° 277/2015

DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 022/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar a Servidora **JULIANE BÖNMANN**, portadora da Cédula de Identidade n° 9084666867 SSP/RS e inscrita no CPF n° 006.450. 170-19, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 022/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto prestação de serviços destinada a abrigar idoso, tendo em vista o Município de Querência – MT não ter lugar adequado.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 29 de Fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 048/2016.

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, tonam público o Processo de Licitação nº **048/2016**.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº **040/2016**.

OBJETO: Pregão Presencial de Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de **Gêneros Alimentícios**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura deste Município de Querência – MT.

DIA: 24/03/2016

HORÁRIO: 08:00 (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com ou no site: www.querencia.mt.gov.br/transparencia

Querência – MT, 10 de março de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 035/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 035/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 035/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 028/2016

OBJETO: Registro de preços para Prestação de Serviços de Hidráulica para uso da Administração Pública do Município de Querência – MT.

Vencedora:

SALI GRUETZMANN - ME, CNPJ: 01.780.380/0001-97, foi a vencedora dos lotes 01,02,03,04,05,06 e 07, com um valor R$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Querência - MT, 10 de março de 2016.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 018/2011 –

PROCESSO N.º 010/2011 CONCORRÊNCIA N.º 001/2011

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa L. L. CONSTRUTORA LTDA, inscrita no C.N.P.J n.º 09.595.153/0001-01.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA / DO CONTRATO

A vigência do contrato será prorrogada por mais 03 (três) meses, passando a expirar em 09/05/2016.

DA ASSINATURA: 10/02/2016

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa L. L. CONSTRUTORA LTDA

GABINETE
EDITAL Nº 004/2016 – CONCURSO PÚBLICO

Antonio de Morais Pinto Junior, presidente da Comissão do Concurso Público do Município de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, torna pública a retificação do edital nº 003/2016- Concurso Público de 04 de Março de 2016, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital

[...]

2.1:

Professor(a) Pedagogo-Educação Infantil	5	Curso Superior Completo de Licenciatura em Pedagogia de Educação Infantil	30 horas	1.851,63

[...] 7.1 ... Grupo III – Nível Fundamental

Auxiliar Serviços Gerais	5	Ensino Fundamental Completo

[...]

10.1 A prova prática será aplicada na mesma data da prova objetiva – 15 de maio.....

[...] Anexo I .... **Cargo**: Professor Pedagogo - Educação Infantil

Requisito Mínimo: Curso Superior em Licenciatura em Pedagogia de Educação Infantil

Ribeirão Cascalheira - MT, 10 de março de 2016.

Antônio de Moraes Pinto Junior

Presidente da Comissão Concurso

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA Nº 122/GP/16 EM, 01 DE MARÇO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando a necessidade de remoção de servidor de secretaria, transferir o servidor **JOAQUIM GOULART CARRIJO**, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 10/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 103/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 05, o servidor NEVITON FREITAS RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Fiscal de Rendas e Tributos, conforme tabela salarial, lotada junto a Secretaria Municipal de Finanças na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 119/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 027/2007, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 39.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 39 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar os seguintes Secretarios Municipais na referencia correspondente ao cargo de carreira do qual são titulares por opção dos mesmos.

Funcionário	Cargo de Carreira	Cargo Comissão
Alcilene Maria Carneiro	Auxiliar de Enfermagem	Secretaria de Saude
Cleverson Alves de Oliveira	Professor	Secretario de Viação e Obras
Josisleia A. C. Rezende	Professora	Secretaria de Educação

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124/GP/16 EM, 01 DE MARÇO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o servidor efetivo Sro MARCOS VINICIUS COELHO LOPES para exercer a função gratificada de Chefe de Seção Creche e Pré-escolas, em substituição a servidora LUCILENE SILVA MACHADO, que se encontra de Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo ao dia 22/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 104/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 05, o servidor NILSON GOMES DE SOUSA, ocupante do cargo efetivo de Gari, conforme tabela salarial, lotada junto a Secretaria Municipal de Viação e Obras na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 110/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 05, a servidora VINELCI GOULART CARRIJO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Saude, na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/GP/16 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva WALQUIRIA DAVID GOMES, referente ao período aquisitivo de 12/10/2014 a 11/10/2015. A partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 108/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 05, a servidora VALCILENE GOULART CARRIJO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 107/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe B nível 05, o servidor SILVIO NOBREGA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Jardineiro, conforme tabela salarial, lotada junto a Secretaria Municipal de Viação e Obras na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 106/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 05, o servidor OSVAIR RODRIGUES BORGES, ocupante do cargo efetivo de Guarda, conforme tabela salarial, lotada junto a Secretaria Municipal de Finanças na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115/GP/16 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias ao servidor efetivo EMIVALDO LUIZ MARTINS, referente ao período aquisitivo de 16/02/2015 a 16/02/2016. A partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 120/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme Art. 89 da Lei Complementar 005 de 10 de maio de 2001, alterado pela Lei Complementar nº. 030/2008, conceder Licença Prêmio a servidora efetiva**, DEUSELIA PAZ CAMARA**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado junto a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT; pelo o período de 90 dias corridos, com inicio em 02/12/2015 e termino em 01/03/2016 referente ao Segundo quinquênio ininterrupto de exercício, contados de 01/08/2008 a 01/08/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na retroativa de 02/12/2015, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 105/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe A nível 05, o servidor ODONIO RIBEIRO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Agente Ambiental, conforme tabela salarial, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 109/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 05, o servidor VILMAR BATISTA DE SOUSA, ocupante do cargo efetivo de Agente Ambiental, conforme tabela salarial, lotada junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 102/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe E nível 05, a servidora MARLENE FRANCISCA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Jardineiro, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Viação e Obras, na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o atestado médico, Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora efetiva, SONIA ALBERTO DE JESUS, a mesma recebera auxilio doença através do Fundo de Previdência Própria do município, PREVI RIBE, conforme Lei Municipal em vigência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/GP/16 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva VALDIRENE FRANCISCA CARRIJO NEVES, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 01/02/2016. A partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121/GP/16 E M, 01 DE MARÇO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva WALQUENIA LUCIANA RIBEIRO, referente ao período aquisitivo de 06/02/2015 a 06/02/2016. A partir de 01/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 01/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/GP/16 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva ALCILENE ALVES DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 16/01/2015 a 16/01/2016. A partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 101/GP/16 EM, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe C nível 05, a servidora LUIZA HELENA PERES RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/GP/16 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva EUZERI MARIA DE JESUS, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 02/02/2016. A partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113/GP/16 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva CLEIDE BATISTA NERY, referente ao período aquisitivo de 19/09/2014 a 19/09/2015. A partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/GP/16 EM, 01 DE MARÇO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando necessidade de realizar remoção de servidor de secretaria, transferir o servidor **VANILDO MACEDO RIBEIRO**, para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 10/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/GP/16 E M, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva GRAZIELE ARAUJO MARTINS, referente ao período aquisitivo de 08/08/2014 a 04/09/2015. A partir de 01/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 146, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

*"Exonerar **JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIR**A do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o inciso IV, artigo 4º, da Lei Complementar nº 06/2012, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar ***JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA***, portador do RG n° 985.471 SSP/MT e do CPF n°785.609.931.34, do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, lotado no Gabinete do Prefeito.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº 007/13.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 30 de Outubro de 2015.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

*"Exonerar **JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIR**A do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o inciso IV, artigo 4º, da Lei Complementar nº 06/2012, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar ***JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA***, portador do RG n° 985.471 SSP/MT e do CPF n°785.609.931.34, do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, lotado no Gabinete do Prefeito.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº 007/13.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 30 de Outubro de 2015.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 030/2016 – GABINETE

Modalidade: Pregão Presencial sob o nº 010/2016

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE TONER PARA MANUTENÇÃO DAS IMPRESSORAS DE DIVERSAS SECRETARIAS*"*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE TONER PARA MANUTENÇÃO DAS IMPRESSORAS DE DIVERSAS SECRETARIAS*"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 10/2016, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

EGUILAR DOS SANTOS ALMEIDA , CNPJ: 17.725.277/0001-84, com sede na **Rua. João Pereira nº. 10 Bairro. Centro Rondolândia – MT,** o valor global de R$ 15.030,00 (quinze mil e trinta reais)

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 09 de Março de 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°037/2016.

PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2016 – SRP

O Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela Prefeita Municipal em exercício,

a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Deuzemar Souza Littig M. E.I, inscrita no CNPJ sob o n° 21.918.286/0001-69, instalada e localizada na Av. Joana Alves s/nº , Bairro Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu proprietário Srº Deuzemar Souza Littig, portador do CPF nº 007.400.352-66 e do RG nº 1041836 SSP/RO , nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 015/2016 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006 e nº e 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Contratação da empresa mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Professor, Instrutor e Intérprete de libras, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no ANEXO 0I – Termo de Referência n° 015/2016 do Edital de Pregão Presencial, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 037/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.0. Detentora da ARP:

Nome: Deuzemar Souza Littig – M.E.I	
CNPJ n° 21.918.286/0001-69	
Endereço: Av. Joana Alves, s/nº, Complemento, Casa, Bairro, Centro	
Cidade/Estado: Rondolândia/MT	**CEP: 78.338-000**
Telefone: (66) 8432-6171	**E-mail: deuzemarsouzalittig@gmail.com**
Representante Legal: Deuzemar Souza Littig	
CPF n° 007.400.352-66	

2.1. Os lotes, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Mês	09	Contratação de Pessoa Jurídica para prestar Serviços de Professor, Instrutor e Interprete de Libras nas Escolas Municipais, com uma carga horária de 30 horas semanais.	R$ 1. 500,00	R$ 13. 500,00

2.2. Detentora Reserva da Ata:

Nome:	
CNPJ n°	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Representante Legal:	
CPF n°	

2.3. A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira Detentora.

2.4. O valor total registrado na presente ATA é de R$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

2.5. Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

2.5.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado trimestralmente no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

2.5.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Nona.

2.7. Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

3.1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

3.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº 015/2016;

3.3. Substituir os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias, caso haja comprovação de defeito de fábrica,

3.4. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

3.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

3.6. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

3.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

3.8. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

3.9. Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

3.9.1. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informado.

3.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

3.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de Rondolândia toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

3.13. Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos.

3.14. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

4.2. Emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

4.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

4.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

4.5. Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

4.6. Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

4.7. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência n°015/2016.

4.8. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.0. A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência adstrita ao período máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação para além deste prazo.

5.1. O fornecimento dos produtos/objetos desta licitação deverá ser entregue no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante e conforme as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência n° 015/2016.

5.2. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço as situações referidas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO (GERÊNCIA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O gerenciamento desta ATA caberá ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado.

7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos entregues a este Município de Rondolândia, bem como a quantidade, além de indicar o número do Pregão Presencial a que se refere e número do contrato, quando houver.

7.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

7.5. A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

7.5.1. Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social –INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços–FGTS, ambas emitidas em no máximo,03 (três) dias da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízossuportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

8.0. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento

8.0.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta ARP, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Município de Rondolândia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao preço usual do mercado.

8.4. Será considerado compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Licitação, na pesquiasa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.0. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes nesta Ata;

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.1. Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

9.1.1 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

9.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, por 02(duas) vezez, num intervalo de 10 (dez) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.2. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

9.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.4. Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.0. A Detentora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.1. Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

10.1.1. O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita aà suspenção temporária a que se refere a alínea “c” do item 10.0 acima.

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. 10.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e consequentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

10.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no item 10.0 acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

10.6.1. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.0. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, oriundas da presente Ata, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal Participante:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.0. Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 015/2016 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I- Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços ou por apostilamento á presente Ata de Registro de Preço.

II - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

III - Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de Pregão Presencial nº 015/2016, seus anexos e a proposta da Detentora.

IV - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TCE-MT.

12.2. Em nenhuma hipótese poderá haver o aumento do quantitativo registrado nesta ARP, sendo porém, possível, o aumento do quantitativo estipulado nos contratos decorrentes desta ARP, na forma do art.65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.0. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro - MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 10 de Março de 2016.

Município de Rondolândia-MT **Bett Sabah M.da Silva** **Prefeita Municipal**	**Deuzemar Souza Littig - MEI** **CNPJ: 21.918.286/0001-69** **Deuzemar Souza Littig** **CPF: 007.400.352-66**
	Participantes desta ARP:
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
	Secretária N° Decreto (carimbo)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 036/2016 – SEMUSA

Modalidade: Pregão Presencial sob o nº 014/2016

Objeto: “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO ISENTO DE FERRO PARA O USO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA ÁGUA (ETA)”

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO ISENTO DE FERRO PARA O USO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA ÁGUA (ETA)” e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão

Presencial Registro de Preço sob o nº 014/2016, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

HD PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, CNPJ: 19.677.787/0001-59, com sede na **Rua. Vinicius de Morais nº. 2441 Bairro. Clodoaldo Cacoal – MT,** o valor global de R$ 33.750,00 (trinta e três mil setecentos e cinqüenta)

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 10 de Março de 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 032/2016 – SEMUSA SEMEC SEMA SEMAD SEGAT SEMAS GABINETE SEMOSP

Modalidade: Pregão Presencial sob o nº 011/2016

Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUSIÇÃO DE MATÉRIAS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS VINCULADOS E ESCOLAS MUNICIPAIS*"*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUSIÇÃO DE MATÉRIAS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS VINCULADOS E ESCOLAS MUNICIPAIS*"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 011/2016, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

TB Supermercado, CNPJ: 05.128.000/0001-95, com sede na **Rua. Principal nº. 118 Bairro. Centro Rondolândia – MT,** o valor global de R$ 109. 872,54 (cento e Nove mil oitocentos e setenta e dois reais e cinqüenta e quatro centavos)

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 10 de Março de 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 044/2016

Dispensa de Licitação nº 026-2016

Solicitante: SEMAS

"OBJETO: "*CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORADOR NA ESPECIALIDADE DE JUDÔ PARA ATENDER AS DEMANDA DE OFICINAS SOCIEDUCATIVAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO CRAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

Lorraine da Silva Lino CPF: **009.190.822-11** Endereço: Rua. Nossa Senhora Auxiliadora s/nº: Centro – Rondolândia - MT, CEP: 78.338-000 **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 10 de Março 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº 033/2016 – GABINETE

Modalidade: Pregão Presencial sob o nº 012/2016

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA COMPREENDENDO AS SEGUINTES ÁREAS, ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, PLANEJAMENTO, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I*"*

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/ 1993 e suas alterações, HOMOLOGO a licitação "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA COMPREENDENDO AS SEGUINTES ÁREAS, ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, PLANEJAMENTO, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I*"* e ADJUDICO a licitação realizada na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço sob o nº 012/2016, e à vista dos elementos informativos constantes do presente processo, e em especial, a decisão da Comissão de Licitação encarregada de julgar e processar o Pregão Presencial supracitado, o objeto do certame à;

Acpi – Assessoria e Consultoria Planejamento & Informática, CNPJ: 36. 879.070/0001-90, com sede na **Rua. G nº. 01 Bairro. Setor Norte Cuiabá – MT,** o valor global de R$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais)

Para: **Procuradoria Geral do Município**

- Elaboração do Contrato Administrativo;

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 10 de Março de 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 015/2016

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº.1.150/ GAB / PMR/2016, de 04 de Janeiro de 2016, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº. 015/2016,** cujo **Objeto: "Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Tradutor e Interprete de libra" processada nos autos do Processo Administrativo de nº**. 037/2016 – SEMEC, tendo como vencedora do item licitado a empresa:**Deuzemar Souza Littig – MEI, CNPJ: 21.918.286/0001-69, no valor Global de R$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 10 de Março de 2016.

Liliane Guedes Santos

Pregoeira

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM

Processo Administrativo nº 038/2016

Dispensa de Licitação nº 022/2016

Objeto: Aquisição de Equipamentos para o uso da Estação de Tratamento da Água (ETA).

A Comissão de Licitação através de sua Presidente Srª Liliane Guedes Santos comunica a todos os interessados que devido o não recebimento da respectiva Nota Fiscal da Dispensa de Licitação em referencia fica cancelado **o item 05 da Proposta de Preço** do Processo Admistrativo nº 038/2016. Os demais itens permanecem inalterados.

Rondolândia - MT, 10 de Março de 2016.

Liliane Guedes Santos

Pregoeira

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Art. VI, do Art. 43, da Lei 8.666/93 c.c Inc. XXX, da LOM)

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 041/2016

Dispensa de Licitação nº 024-2016

Solicitante: SEMAGRI

"OBJETO: "*CONTRATAÇÃO DE PORTÕES GRADEADOS DE FERRO DE CORRER PARA FECHAR A UBS, NO INTUITO DE PROVER ADEQUADA SEGURANÇA"*

Interessado: administração publica.

Em conformidade com o inciso VI, do Art. 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, ADJUDICO a dispensa de licitação com fulcro no Inc. XVII do Art. 24 da Lei 8.666/1993 e suas alterações em favor de.

Metalúrgica Modelo Acessórios e Equipamentos CNPJ: **04.908.687/0001-19** Endereço: Av. Castelo Brancol nº 18485: Liberdade – Cacoal, CEP: 76.967-391. **Com o fim de HOMOLOGAR** em seu favor o valor global de R$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais)

Para: Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

Empenhe a despesa

Dê-se ciência a Secretaria de origem.

Após comunique à Controladoria para anotações e parecer.

Rondolândia – MT, 09 de Março 2016

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

PRAZO: 01/12/2016

VALOR: R$ 127.965,00 (CENTO E VINTE E SETE MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS)

PNEUS VIA NOBRE LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE MARÇO DE 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF Nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa **s/n.º Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT -** CEP. 78.470-000,TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Pregão Presencial nº 008/2016, na modalidade **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, CAMINHOES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT**, foram declaradas vencedoras do certame a empresa – IMPPA SERVIÇOS INTELIGENTES LTDA –ME, MANANCIAL CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA EPP, **BKP CONTRUTORA LTDA EPP e a empresa CONSTRUTORA NEVES GALVAO EIRELI EPP**. Informa ainda que a integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação – MT, 10 de Março de 2016.

Andréia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/2016

OBJETO: FORNECIMENTO DE BOLOS E SALGADOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

PRAZO: 31/12/2016

VALOR: R$ 50.450,00 (CINQUENTA MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)

RANIELLE BRUNA ALVES DOS SANTOS

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 02 DE MARÇO DE 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM SEUS USUÁRIO DOS SUS, EM FUNÇÃO DA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA – PPI, ATRAVÉS DE CONSULTAS PARA ATENDER A DEMANDA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE ROSARIO OESTE/MT

PRAZO: 06 (SEIS) MESES

VALOR: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

LIANNI MACIEL BORGES CELESTINO

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS OPERACIONAL NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA REDE INTERNA E EXTERNA PARA ATENDER OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PRAZO: 05 (CINCO) MESES

VALOR: R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).

DEUSIMAR HENRIQUE DE OLIVEIRA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE MARÇO DE 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS DOS ÓRGÃOS FEDERAIS EM BRASÍLIA - DF DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PRAZO: 06 (SEIS) MESES

VALOR: R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS).

ADRIANA R. DOS SANTOS MARTINS EIRELI

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE MARÇO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO 004/2016

Despacho de Ratificação

De acordo com os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como, considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pelo Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, que sugere a Inexigibilidade de licitação para a contração de prestação de serviço para debito em conta das despesas efetuadas pela Câmara Municipal. DECIDE. Tendo como princípio o interesse da Câmara Municipal, e com fundamento no art. 25, do Estatuto Federal Licitatório, Lei 8.666/93, Inexigibilidade de licitação para a contração de Prestação de Serviço para debito em conta das despesas da Câmara Municipal. Publique-se.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 004/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 004/2016

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços para debito em conta das despesas da Câmara Municipal.

Adjudico o item a COOPERATIVA DE CREDITO (SICREDI).

Salto do Céu, MT; 10 de março de 2016

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO 002/2016

Despacho de Ratificação

De acordo com os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como, considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pelo Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, que sugere a Inexigibilidade de licitação para a contração de Prestação de Serviços de telefonia Fixa e Internet Via DSL; DECIDE. Tendo como princípio o interesse da Câmara Municipal, e com fundamento no art. 25, do Estatuto Federal Licitatório, Lei 8.666/93, Inexigibilidade de licitação para a contração de Prestação de Serviços de telefonia Fixa e Internet Via DSL. Publique-se.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 004/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 004/2016

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços para debito em conta das despesas da Câmara Municipal.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu, MT; 10 de março de 2016.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO 001/2016

Despacho de Ratificação

De acordo com os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como, considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pelo Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Salto do Céu – MT, que sugere a Inexigibilidade de licitação para a contração de Fornecimento de Energia Elétrica; DECIDE. Tendo como princípio o interesse da Câmara Municipal, e com fundamento no art. 25, do Estatuto Federal Licitatório, Lei 8.666/93, Inexigibilidade de licitação para a contração de Fornecimento de Energia Elétrica. Publique-se.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 001/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de Combustível, óleo lubrificante e filtros

Adjudico o item a B. ROSA BISPO - EPP

Salto do Céu – MT, 10 de março de 2016

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 003/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREOCESSO Nº 003/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento de Água para Câmara Municipal.

Adjudico o item a Prefeitura Municipal

Salto do Céu – MT, 10 de março de 2016.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 003/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento de Água para Câmara Municipal.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu – MT, 10 de março de 2016.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 003/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento de Água para Câmara Municipal.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu – MT, 10 de março de 2016.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 002/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREOCESSO Nº 002/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa e Internet Via DSL.

Adjudico o item a Empresa OI S/A

Salto do Céu – MT, 10 de março de 2016.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 002/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 002/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa e Internet Via DSL.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu – MT, 10 de março de 2016.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO 003/2016

Despacho de Ratificação

De acordo com os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como, considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessor Jurídico da Câmara Municipal, que sugere a Inexigibilidade de licitação para a contração de Fornecimento de Água para Câmara Municipal. DECIDE. Tendo como princípio o interesse da Câmara Municipal, e com fundamento no art. 25, do Estatuto Federal Licitatório, Lei 8.666/93, Inexigibilidade de licitação para a contração de Prestação de Serviços de fornecimento de água. Publique-se.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 001/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 001/2016

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica.

Adjudico o item a Empresa ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ITENS

EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ITENS

EXTRATO DE CANCELAMENTO DOS ITENS 11 E 37 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016. O presente tem por objeto celebrar o cancelamento dos itens 11 e 37 da ARP Nº 018/2015. Fica extinto em todos os seus termos e condições a partir do dia 15 de Fevereiro de 2016. DOS FUNDAMENTOS: Parágrafo 6º do Art. 43 da Lei 8.666/93 e Art. 6º da Lei 10.520, e suas posteriores alterações. ASSINAM**: *SOARES BONFIM & CIA LTDA* CNPJ: 12.025.386/0001-75**, e **WEMERSON ADÃO PRATA –** Prefeito de Salto do Céu-MT.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: Contratação direta de Combustível, óleo lubrificante e filtros de ar para Câmara Municipal; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 001/2016**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 01.031.0001.2002.339030; f) Valor: R$ 14.652,00 (quatorze mil, seiscentos e cinqüenta e dois reais g) **Autorização: em 01/03/2016**, por Valdeir Aparecido Bastos h) **Ratificação: em 01/03/2016**, por Valdeir Aparecido Bastos.

VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 001/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2016

OBJETO: Contratação de Combustível, óleo lubrificante e filtros

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Salto do Céu – MT, 10 de março de 2016

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente da Camara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 003/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Tomada de Preços n° 003/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem a público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de Psicólogo para desenvolver atividades Psicossociais e compor a equipe do CRAS, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Xingu. VENCEDORA: MARIA LUIZA PEREIRA, CPF nº 372.974.018-03. Valor Global de R$ 33.930,00.

Astor Albrecht – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 004/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Tomada de Preços n° 004/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços médicos para realização e interpretação de exames de ultrassonografia no Município de Santa Cruz do Xingu/MT. VENCEDOR: E.N VIEIRA ME-ME, CNPJ Nº 17.582.765/0001-80. Valor Global de R$ 43.983,33.

Astor Albrecht – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 041/SAD/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 041/SAD/2016

Retifica-se a publicação no Diário Municipal, publicada, Sexta Feira, 04 de fevereiro de 2016, ANO XI, Nº2.428, referente à Portaria nº. 041/SAD/2016. "Onde se lê: Portaria Nº041/SAD/2016" "Leia-se Portaria Nº042/SAD/2016". As demais informações ficam inalteradas. Santa Cruz do Xingu – MT, 10 de março de 2016. Paulo Roberto da Cruz Pinto – Coordenador de Departamento de Recursos Humanos.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 005/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Tomada de Preços n° 005/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem a público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de nutricionista para atender as necessidades das unidades educacionais municipais localizadas na zona rural e urbana, junto as Secretaria de Educação do Município de Santa Cruz do Xingu-MT. VENCEDORA: CYNTHIA FERREIRA MARTINS, CPF nº 026.581.371-92. Valor Global de R$ 32.741,30.

Astor Albrecht – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Retificação da Data de Abertura da Licitação

Pregão Presencial n° 007/2016

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios de Consumo na Merenda Escolar. Modalidade Pregão presencial n° 007/2016, na forma Presencial – Sistema de Registro de Preços, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 28 de março de 2016. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1304, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/portal/estrutura/transparencia/.

Santa Cruz do Xingu – MT, 10 de março de 2016.

Dormelindo Lanzarin - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: LEIDIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA

OBJETO: Locação de veículo para transporte escola – Escola Municipal São João

Vigência: 190 dias letivos

Valor total: R$ 54.292,50 (cinqüenta e quatro mil duzentos e noventa e dois reais e cinqüenta centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: LENILSON DUNDA DE DEUS 86317977120-MR

OBJETO: Locação de veículos para transporte escolar, atender demanda das Secretaria de Saúde e Ação Social no Município de Santa Terezinha.

Vigência: 23/12 e 31/12/2016

Valor total: R$ 161.331,60 (cento e sessenta e um mil trezentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: MARIA MARLENE DE AGUIAR COELHO

OBJETO: Locação de veículo para transporte escolar

Vigência: 190 dias letivos

Valor total: R$ 80.315,28 (oitenta mil trezentos e quinze reais e vinte e oito centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: REINALDO BARROS NUNES

OBJETO: Locação de veículo para transporte escolar

Vigência: 190 dias letivos

Valor total: R$ 27.451,20 (vinte e sete mil quatrocentos e cinqüenta e um reais e vinte centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: VALDIVINO PEREIRA DOS SANTOS

OBJETO: Locação de veículo para transporte escolar

Vigência: 190 dias letivos

Valor total: R$ 51.927,76 (cinqüenta e um mil novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 011/2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO–MT**. Data da realização: 08/03/2016 - Licitante Vencedor: **EDSON LORENZETTI**, para o Lote 01, no valor total de R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais). Santo Afonso-MT, 10 de março de 2016. ELISANGELA MOURA DOS SANTOS - PREGOEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 012/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PÃES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT.

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso– MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 012/2016, Registro de Preço nº 07/2016 do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu aos 09/03/2016 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, sagrou-se vencedora a empresa: **ADERACI NERES DE SOUZA ME**, para o Item 01 com valor total de R$ 14.300,00 (catorze mil e trezentos reais), para o Item 02 com valor total de R$ R$ 9.350,00 (nove mil e trezentos e cinquenta reais), para o Item 03

com valor total de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), para o Item 04 com valor total de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

Santo Afonso-MT, em 10 de março de 2016.

Elisangela Moura dos Santos - Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO Nº 011/2016. DE: 18 DE FEVEREIRO DE 2016.

REGULAMENTA O DISPOSTO NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 712, DE 29 DE JANEIRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE QUANDO VERIFICADA SITUAÇÃO DE IMINENTE PERIGO À SAÚDE PÚBLICA PELA PRESENÇA DO MOSQUITO TRANSMISSOR DO VÍRUS DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Art.71, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º Na situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus, a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Leste MT, autoridade máxima do Sistema Único de Saúde de âmbito municipal, fica autorizada a determinar e executar as medidas necessárias ao controle das doenças causadas pelos referidos vírus, nos termos da Lei n 8.080, de 1990, e demais normas aplicáveis.

§ 1º Entre as medidas que podem ser determinadas e executadas para a contenção das doenças causadas pelos vírus de que trata o art. 1º deste Decreto, destacam-se:

I - a realização de visitas a imóveis públicos e particulares para eliminação do mosquito e de seus criadouros em área identificada como potencial possuidora de focos transmissores;

II - a realização de campanhas educativas e de orientação à população; e

III - o ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, no caso de situação de abandono ou de ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público, regularmente designado e identificado, quando se mostre essencial para a contenção das doenças.

§ 2º Para fins do disposto no inciso III do § 1º deste Decreto, entende-se por:

I - imóvel em situação de abandono: aquele que demonstre flagrante ausência prolongada de utilização, o que pode ser verificado por suas características físicas, por sinais de inexistência de conservação, pelo relato de moradores da área ou por outros indícios que evidenciem a sua não utilização; e

II - ausência: a impossibilidade de localização de pessoa que possa permitir o acesso ao imóvel, na hipótese de duas visitas devidamente notificadas, em dias e períodos alternados, num intervalo de dez dias.

Art. 2º Nos casos em que houver a necessidade de ingresso forçado em imóveis públicos e particulares, o agente público competente emitirá relatório circunstanciado no local em que for verificada a impossibilidade de entrada por abandono ou ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público.

§ 1º Sempre que se mostrar necessário, o agente público competente poderá requerer o auxílio à autoridade policial.

§ 2º Constarão no relatório circunstanciado as medidas sanitárias adotadas para o controle do vetor e da eliminação de criadouros do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Art. 3º Na hipótese de abandono do imóvel ou de ausência de pessoa que possa permitir o acesso de agente público, o ingresso forçado deverá ser realizado buscando-se a preservação da integridade do imóvel.

Art. 4ºA medida prevista no inciso III do § 1º do art. 1º deste Decreto, aplica-se sempre que se verificar a existência de outras doenças com potencial de proliferação ou de disseminação ou agravos que representem grave risco ou ameaça à saúde pública, condicionada à Declaração de Emergência em Saúde Pública.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 18 DE FEVEREIRO DE 2.016

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2016, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: **SUELI KUTZ**, Brasileira, Divorciada, Professora, residente e domiciliada na Avenida Espigão do Leste, s/nº - Próximo ao Mercado Sacolão - CEP 78.670-000 - Distrito de Espigão do Leste, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 015.475.789-63 e Identidade nº 37.353.665-3 - SSP-SP, inscrita no PIS/PASEP sob nº 1.075.700.360-2, nascida no dia 28/02/1961

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº **053/2016**

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 15 de fevereiro de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 15 de fevereiro de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 23 de dezembro de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 meses e 8 dias

CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.438,34 (mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos)

FUNÇÃO: **PROFESSORA** DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (**PEJA**), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - **ESCOLA RURAL MUNICIPAL ALBERTO NUNES DA SILVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL - DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

OBJETO: Contrato nº 007/2016 para LOCAÇÃO DE IMÓVEL, firmado em 10/03/2016, e o IMÓVEL está localizado na Avenida dos Pescadores, s/nº - Morro de Areia Sul/Rio/Brejo - CEP - 78.670-000 - Bairro Vila Alta, em São Félix do Araguaia (MT), a ser utilizado para **INSTALAÇÃO DE ANTENA/TORRE RETRANSMISSORA DE SINAL DE TV**.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 002/2016

CONTRATO Nº 007/2016, emitido em 10 de março de 2016.

FAVORECIDO: **MÁDSON DE FÁVERI**, CPF nº 966.499.419-72

PRAZO DE EXECUÇÃO: 5 anos

VIGÊNCIA: Com início em **10/03/2016** e término em **10/03/2021**, podendo ser prorrogado, de acordo com as Leis 8.666/1993 e 8.245/1991

VALOR MENSAL: R$ 500,00 (quinhentos reais)

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

RECURSOS PRÓPRIOS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, COMBINADO COM A LEI 8.245/1991

São Félix do Araguaia (MT), em 10 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO COM ALTERAÇÕES - RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

==========

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO OCORRIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NO DIA 10/03/2016, PÁGINA 261.

==========

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DO CAMPO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016.** Aberto em 10 de Fevereiro de 2016, às 10h00h e após vistoria dos veículos pela Comissão do Transporte Escolar do Município. O certame teve como vencedoras as empresas: **A.M. TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME:** vencedora dos itens de 01 a 11, com valor de **R$2.243.763,50(dois milhões duzentos e quarenta e três mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos); VILSON PEREIRA DOS SANTOS TRANSPORTES ME:** vencedora dos itens nº 12 e 13, com valor de **R$595.320,00 (quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e vinte reais) e JULIANO BIONDO – ME**: vencedora do item 14, com valor de **R$287.496,00(duzentos e oitenta e sete mil quatrocentos e noventa e seis reais). Valor total licitado R$3. 126.579,50(três milhões cento e vinte e seis mil quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).**

São Félix do Araguaia - MT, 29 de Fevereiro de 2016.

João Elias de Freitas

Pregoeiro

PORTARIA Nº326/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETO: Contrato nº 008/2016, firmado em 10/03/2016, cujo objeto contempla a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDENTE E CORRESPONDENTE POSTAL PARA O POSTO DOS **CORREIOS NO DISTRITO DE ESPIGÃO DO LESTE**.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 003/2016

CONTRATO Nº 008/2016, emitido em 10 de março de 2016.

FAVORECIDA: **EULÁLIA FERREIRA**, CPF nº 952.051.601-87

PRAZO DE EXECUÇÃO: 1 ano

VIGÊNCIA: Com início em **10/03/2016 e término em 10/03/2017**, podendo ser prorrogado, de acordo com o Art. 57-II da Lei 8.666/1993

VALOR MENSAL: R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais)

VALOR GLOBAL: R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

RECURSOS PRÓPRIOS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, COMBINADO COM O DISPOSTO NO ART. 3º-II DA LEI MUNICIPAL Nº 758/2015

São Félix do Araguaia (MT), em 10 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº **052/2016**, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

CONTRATADO: **CÍCERO GASPAR GONZAGA**, Brasileiro, Casado, Motorista, residente e domiciliado na Avenida Aldenor Milhomem da Cunha, nº 216 - Avenida Aeroporto - CEP 78.670-000 - Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 282.457.251-53 e Identidade nº 319. 516 - SSP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.321.303.440-0, nascido no dia 04/05/1960

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 052/2016

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 07 de março de 2016

INÍCIO DE VIGÊNCIA: 07 de março de 2016

FINAL DE VIGÊNCIA: 07 de junho de 2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 1.202,07** (mil duzentos e dois reais e sete centavos)

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL (**MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ESCOLA RURAL MUNICIPAL DA **VILA SÃO SEBASTIÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 025/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Contratado (a): SCALEZ COM. DE DERIV DE PETRÓLEO LTDA.

OBJETO – O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviços/produtos de " REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SE-

CRETARIA DA PREFEITURA MUNÍCIPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT", conforme edital e seus anexos, como segue:

VALOR TOTAL–O valor estipulado durante a vigência do contrato é de **R$ - 660.034,00 (seiscentos e sessenta mil e trinta e quatro reais)**,que será pago mediante apresentação de nota fiscal e solicitação do secretário da pasta, através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência no período de 11 de fevereiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 032*/2016*

Contratado (a): ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA.

OBJETO – A contratação d(o)a servidor(a) temporário para cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, setor PSF (Programa Saúde da Família) deste Município, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 321/2005 e alterações da Lei nº 479/2010, aprovada no teste seletivo 001/2016 de 28 de janeiro de 2016.

VALOR TOTAL–A contratante pagará a contratada o vencimento mensal de **R$ 1.465,86 (um mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos;** que será pago juntamente com o pagamento dos demais servidores municipais.

VIGÊNCIA–O presente contrato tem vigência de **14/03/2016 à 31/12/2016**. A contratada deverá obedecer a escala de serviço preparada pela contratante com carga horária de trabalho de acordo com a referida Lei autorizativa, bem como as atribuições pertinentes ao cargo; podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 031*/2016*

Contratado (a): ALINE PEREIRA DE ALMEIDA.

OBJETO – A contratação d(o)a servidor(a) temporário para cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, setor PSF (Programa Saúde da Família) deste Município, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 321/2005 e alterações da Lei nº 479/2010, aprovada no teste seletivo 001/2016 de 28 de janeiro de 2016.

VALOR TOTAL–A contratante pagará a contratada o vencimento mensal de **R$ 1.465,86 (um mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos;** que será pago juntamente com o pagamento dos demais servidores municipais.

VIGÊNCIA–O presente contrato tem vigência de **14/03/2016 à 31/12/2016**. A contratada deverá obedecer a escala de serviço preparada pela contratante com carga horária de trabalho de acordo com a referida Lei autorizativa, bem como as atribuições pertinentes ao cargo; podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 030*/2016*

Contratado (a): JOSÉ ILSON SOARES CARVALHO.

OBJETO – A contratação d(o)a servidor(a) temporário para cargo de Mecânico, lotada na Secretaria de Obras deste Município, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 321/2005 e alterações da Lei nº 479/2010, aprovada no teste seletivo 001/2016 de 28 de janeiro de 2016.

VALOR TOTAL–A contratante pagará a contratada o vencimento mensal de **R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais);** que será pago juntamente com o pagamento dos demais servidores municipais.

VIGÊNCIA–O presente contrato tem vigência de **09/03/2016 à 31/12/2016**. A contratada deverá obedecer a escala de serviço preparada pela contratante com carga horária de trabalho de acordo com a referida Lei autorizativa, bem como as atribuições pertinentes ao cargo; podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 028*/2016*

Contratado (a): JOSILENE NUNIS DOS SANTOS.

OBJETO – A contratação d(o)a servidor(a) temporário para cargo de Contador, lotada na Secretaria de Fazenda deste Município, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 321/2005 e alterações da Lei nº 479/2010, aprovada no teste seletivo 001/2016 de 28 de janeiro de 2016.

VALOR TOTAL–A contratante pagará a contratada o vencimento mensal de **R$ 2.443,10 (dois mil e quatrocentos e quarenta e três e dez centavos);** que será pago juntamente com o pagamento dos demais servidores municipais.

VIGÊNCIA–O presente contrato tem vigência de **08/03/2016 à 31/12/2016**. A contratada deverá obedecer a escala de serviço preparada pela contratante com carga horária de trabalho de acordo com a referida Lei autorizativa, bem como as atribuições pertinentes ao cargo; podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2016

Contratado (a): K3 COM. VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E PUBLICAÇÃO LTDA.

OBJETO – O presente contrato tem por objeto o registro de preços para eventuais prestações de serviços de diversos tipos de publicação no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Jornal regional de grande circulação e em jornal de circulação no município ou na região (jornal local), para tender a demanda de publicação da Prefeitura Municipal de São José do Povo. Conforme proposta entregue no processo licitatório "COMPRA DIRETA Nº 140/2016 e planilha com descrição e quantidade, como segue:

VALOR TOTAL–O valor total do presente contrato é Totalizando **R$ 6. 590,00 (seis mil e quinhentos e noventa reais),** constante da **proposta homologada em 02/03/2016,** oriundo da multiplicação dos valores unitáriospelos quantitativosconforme planilha-proposta anexa, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento:

VIGÊNCIA–O prazo previsto para o presente contrato será de **02/03/2016à 31/12/2016**, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO 029*/2016*

Contratado (a): MARCILENE CORREIA DE MAGALHÃES DOS SANTOS.

OBJETO – A contratação d(o)a servidor(a) temporário para cargo de Professor de Matemática (16 horas), lotada na Secretaria de Educação e Cultura deste Município, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 321/2005 e alterações da Lei nº 479/2010, aprovada no teste seletivo 001/2016 de 28 de janeiro de 2016.

VALOR TOTAL–A contratante pagará a contratada o vencimento mensal de **R$ 1.153,56 (um mil e cento e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos);** que será pago juntamente com o pagamento dos demais servidores municipais.

VIGÊNCIA–O presente contrato tem vigência de **08/03/2016 à 31/12/2016**. A contratada deverá obedecer a escala de serviço preparada pela contratante com carga horária de trabalho de acordo com a referida Lei autorizativa, bem como as atribuições pertinentes ao cargo; podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 026/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

Contratado (a): C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME.

OBJETO – O presente contrato tem por finalidade "O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS PARA ATENDER A DEMANDA DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, conforme edital e seus anexos, como segue:

VALOR TOTAL–O valor estipulado durante a vigência do contrato é de **R$ - 754.353,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e três reais)**,que será pago mediante apresentação de nota fiscal e solicitação do secretário da pasta, através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência no período de 12 de fevereiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 033/2016

CARTA CONVITE Nº 004/2016

Contratado (a): MARIA LUIZA DA SILVA MARQUES.

OBJETO – O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviços de UM (A) ORIENTADOR (A) SOCIAL PARA OS TRABALHOS EM GRUPOS COM O SERVIÇO DE CONVICENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO. Pelo (a) Contratando (a) à Contratante.

VALOR TOTAL–O valor estipulado durante a vigência do contrato é de **R$ - 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)**,que será pago mensalmente o valor de **R$ 980,00 (novecentos reais)** conforme solicitação do secretário da pasta e apresentação de nota fiscal, através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência no período de **14 de março de 2016 à 31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 44/2016

PORTARIA Nº 44/2016

REVOGA A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a pedido da servidora, licença não remunerada para tratar de interesses particulares, concedida a servidora pública Sra. **Angélica Cristina Petry**, nos termos do art. 116§1º da Lei 1.035/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o disposto em contrario especificamente a Portaria nº 044/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 04 de janeiro de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 087/2016.

PORTARIA Nº 087/2016.

DESIGNA A SERVIDORA LINDOMAR FERNANDES DE OLIVEIRA SANTOS PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Lindomar Fernandes de Oliveira Santos, portadora do **CPF nº 008.643.091-20**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 067/2013 - Contratada a empresa CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇO BELCHIOR -EPP - objeto - Prestação de Serviços de coleta de lixo urbano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 066/2015.

PORTARIA Nº 066/2015.

EXONERA O SR. GUTEMBERG DE CARVALHO NOGUEIRA DO CARGO DE ASSESOR II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o **Sr. GUTEMBERG DE CARVALHO NOGUEIRA,** portador(a) do CPF **nº 031.917.661-46,** do cargo de **ASSESOR II,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Ad-

ministração e Planejamento do município de Sapezal, a partir de 12 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos doze dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 089/2016.

PORTARIA Nº 089/2016.

DESIGNA A SERVIDORA MARISTELA BRAUN PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Maristela Braun, portadora do **CPF nº 827.394.471-91**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 025/2014 - Contratada a Empresa EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS ENGEL LTDA-ME objeto - locação de imóveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/2016.

PORTARIA Nº 090/2016.

DESIGNA A SERVIDORA CLARICE LÚCIA SCHNEIDER PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Clarice Lúcia Schneider, portadora do **CPF nº 601.448.150-87** como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 010/2015 - Contratada a Empresa LUIZ ANTONIO FABRIN EIRELI - ME - objeto - locação de imóveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIA Nº 043/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ELIANE CASAGRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. ELIANE CASAGRANDE,** portadora do CPF nº **033.264.149-00**,ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento estável da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal, **o percentual de 20% a título de função gratificada, a partir do dia 04/01/2016, por ser de difícil acesso.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de Janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/2016.

PORTARIA Nº 091/2016.

DESIGNA A SERVIDORA CLARICE LÚCIA SCHNEIDER PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Clarice Lúcia Schneider, portadora do **CPF nº 601.448.150-87** como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 014/2015 - Contratada a Empresa AGROPECUARIA MAGGI LTDA - objeto - locação de imóveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIA Nº 042/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ELIANE CASAGRANDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. ELIANE CASAGRANDE,** portadora do CPF nº **033.264.149-00**,ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do Quadro de Pessoal em Provimento Estável da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal, **o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 04/01/2016, a mesma ficará responsável pela direção escolar da Escola Jaime Schecheli.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 041/2016.

PORTARIA Nº 041/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA IRENE VAZ PAULINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 560/2013** que concedia a **Sra. IRENE VAZ PAULINO,** ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 30% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **IRENE VAZ PAULINO**,portador(a) do CPF nº **519. 511.181-20,ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO,** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 60% a título de função gratificada, a partir do dia 04/01/2016, a mesma ficará responsável pela direção escolar da Escola Carmem Antonina Schneider Kampff.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 040/2016.

PORTARIA Nº 040/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA SALETE TEREZINHA HECK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 052/2015** que concedia a **Sra. SALETE TEREZINHA HECK,** ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 30% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **SALETE TEREZINHA HECK**,portador(a) do CPF nº **647.973.259-68,ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO,** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 60% a título de função gratificada, a partir do dia 04/01/2016, a mesma ficará responsável pela direção escolar da Escola Stephano Locks.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 039/2016.

PORTARIA Nº 039/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ISOLDA KRUGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 048/2015** que concedia a **Sra. ISOLDA KRUGER,** ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro pessoal em provimento estavel da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 40% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **ISOLDA KRUGER,portador(a) do CPF nº 688. 194.209-53**, ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO,** do quadro de pessoal em provimento estavel da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 80% a título de função gratificada, a partir do dia 04/01/2016, a mesma ficará responsável pela direção escolar da Escola M. Clarismundo Scheffer.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 038/2016.

PORTARIA Nº 038/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA SILVANA NUNES VIANA PAIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 30% concedido a título de Função Gratificada da servidora **SILVANA NUNES VIANA PAIVA,** portador (a) do CPF **nº 948.924.661-15,** na função de **PROFESSOR GRADUADO**,a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 037/2016.

PORTARIA Nº 037/2016.

NOMEAR A SRA. JEANINE DANUSA MAYER, PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. JEANINE DANUSA MAYER ,** portador(a) do **CPF nº 882.725.750-00,** para ocupar o cargo de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, a partir de 04 de janeiro do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 036/2016.

PORTARIA Nº 036/2016.

EXONERA O SR. CLEBER FERNANDES BARBOSA DO CARGO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido o **Sr. CLEBER FERNANDES BARBOSA,** portador(a) do CPF **nº 488.780.491-15,** do cargo de**COORDENADOR ADMINISTRATIVO,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIA Nº 035/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA PRISCILA RIBEIRO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. PRISCILA RIBEIRO DA SILVA, portadora do CPF nº 010.750.671-89**, ocupante do cargo de **SECRETARIA ESCOLAR** do quadro de pessoal em provimento estável da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal, **o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 04/01/2016.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 034/2016.

PORTARIA Nº 034/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA CLAUDETE CARDOSO DE MATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 60% concedido a título de Função Gratificada da servidora **CLAUDETE CARDOSO DE MATOS,** portador (a) do CPF **nº 004.432.739-01,** na função de **PROFESSOR GRADUADO**,a partir de 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/01/2016

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 033/2016.

PORTARIA Nº 033/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA LILHAN GEANE HORN CAMILOTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 038/2014** que concedia a **Sra. LILHAN GEANE HORN CAMILOTE,** ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro pessoal em provimento estavel da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 80% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **LILHAN GEANE HORN CAMILOTE**,portador(a) do CPF nº **800.765.051-20, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO,** do quadro de pessoal em provimento estavel da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, **o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 03/01/2016, a mesma ficará responsável pela supervisão pedagógica da Escola M. Clarismundo Scheffer.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/01/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 032/2016.

PORTARIA Nº 032/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA MERI ALBRECHT HENDGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 60% concedido a título de Função Gratificada da servidora **MERI ALBRECHT HENDGES,** portador (a) do CPF **nº 024.334.739-18,** na função de **PROFESSOR GRADUADO**,a partir de 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/01/2016

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 031/2016.

PORTARIA Nº 031/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA ANDREZA ALBINA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **ANDREZA ALBINA DOS SANTOS,** portador (a) do CPF **nº 667.521.241-91,** na função de **PROFESSOR GRADUADO**,a partir de 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/01/2016

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 030/2016.

PORTARIA Nº 030/2016.

EXONERA A SRA. TANIA APARECIDA CARNELOSE DO CARGO DE ASSESSORA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇAO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a **Sra. TANIA APARECIDA CARNELOSE,** portador(a) do CPF **nº 597.570.432-49,** do cargo de **ASSESSORA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇAO INFANTIL** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município de Sapezal, a partir de 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatros dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/2016.

PORTARIA Nº 092/2016.

DESIGNA O SERVIDOR JONATHAN LUAN OLIVEIRA MAGALHÃES DA SILVA PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Jonathan Luan Oliveira Magalhães da Silva, portador do **CPF nº 018.652.461-74**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 036/2014 - Contratada a empresa MARCOS ROBERTO DOS SANTOS COMÉRCIO ME - objeto - locação de imóvel.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2016.

PORTARIA Nº 093/2016.

DESIGNA O SERVIDOR ALEXANDRE ROMAN PARADA PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Alexandre Roman Parada, portador do **CPF nº 973.574.301-97**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 050/2015 - Contratada a empresa ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SAPEZAL - ASCAMARES - objeto - serviços de triagem, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos recicláveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 029/2016.

PORTARIA Nº 029/2016.

EXONERA A SRA. PRISCILA RIBEIRO DA SILVA DO CARGO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a **Sra. PRISCILA RIBEIRO DA SILVA ,** portador(a) do CPF **nº 010.750.671-89,** do cargo de**COORDENADOR ADMINISTRATIVO**do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secre-

taria de Educação, Cultura e Esporte do município de Sapezal, a partir de 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatros dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 094/2016.

PORTARIA Nº 094/2016.

DESIGNA A SERVIDORA MAIRA HETWER LIBARDI PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Maira Hetwer Libardi, portadora do **CPF nº 894.889.890-68**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 031/2015 - Contratada a Empresa OMEGA TECNOLOGIA DA INFORM. LTDA - ME - objeto - assessoria técnica e capacitação em software de central de regulação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 095/2016.

PORTARIA Nº 095/2016.

DESIGNA O SERVIDOR JOSE GONÇALVES DE ARAUJO PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor José Gonçalves de Araujo, portador do **CPF nº 572.334.469-20**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 048/2015 - Contratada a empresa CD CANTEIRO TRANSPORTE ME - objeto - prestações de serviços.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 28/2016

PORTARIA Nº 28/2016

NOMEIA A SERVIDORA ANGELA PEREIRA BARROS COMO FISCAL DE OBRA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal **Angela Pereira Barros**, arquiteta, portadora do **CPF nº 010.922.481-70**, como responsável pela fiscalização de obra pública referente ao **Contrato Administrativo nº 063/2015**, que tem como objeto a execução da obra da Creche Municipal Jardim Floresta.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 04 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 096/2016.

PORTARIA Nº 096/2016.

DESIGNA A SERVIDORA LINDOMAR FERNANDES DE OLIVEIRA SANTOS PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Lindomar Fernandes de Oliveira Santos, portadora do **CPF nº 008.643.091-20**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 028/2015 - Contratada a empresa SERGIO GONÇALVES DA COSTA EIRELLI - ME - objeto - Prestação de Serviços de limpeza urbana.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 097/2016.

PORTARIA Nº 097/2016.

DESIGNA O SERVIDOR VLAMIR CORAL MACHADO PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Vlamir Coral Machado, portador do **CPF nº 585.888.689-20**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 072/2014 - Contratada a empresa CONSULFARMA - Informática e Assessoria em Saúde Ltda - EPP - objeto - implantação e treinamento de sistema de suporte.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 27/2016

PORTARIA Nº 27/2016

PRORROGA A PORTARIA N° 509/2015 QUE INSTITUI A SINDICÂNCIA DE N° 006/2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por mais 30 (trinta) dias a Portaria n**° 509/2015,** ou seja, **até 03/02/2016** que institui a sindicância de n° 006/2015 em desfavor do Servidor **Oséias Oliveira dos Santos** para apuração do ato supostamente praticado pelo servidor que constitui, em tese, falta grave passível de punição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 26/2016

PORTARIA Nº 26/2016

PRORROGA A PORTARIA N° 508/2015 QUE INSTITUI A SINDICÂNCIA DE N° 005/2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por mais 30 (trinta) dias a Portaria n**° 508/2015,** ou seja, **até 03/02/2016** que institui a sindicância de n° 005/2015 em desfavor do Servidor **Judiney Felippi** para apuração do ato supostamente praticado pelo servidor que constitui, em tese, falta grave passível de punição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 25/2016

PORTARIA Nº 25/2016

PRORROGA A PORTARIA N° 507/2015 QUE INSTITUI A SINDICÂNCIA DE N° 004/2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por mais 30 (trinta) dias a Portaria n**° 507/2015,** ou seja, **até 03/02/2016** que institui a sindicância de n° 004/2015 em desfavor do Servidor **Edson João Gigognini** para apuração do ato supostamente praticado pelo servidor que constitui, em tese, falta grave passível de punição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 04 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 021/2016.

PORTARIA Nº 021/2016.

EXONERA O SR. EDILSON LUIZ MIANI DO CARGO DE SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido o **Sr. EDILSON LUIZ MIANI,** portador(a) do CPF **nº 065.101.258-97,** do cargo de **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/2016

PORTARIA Nº 098/2016

ALTERA A PORTARIA Nº 006/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 006/2015 nomeando como Membro a Sra. **Angela Pereira Barros**, inscrita no CPF nº 010.922.481-70, em substituição ao Sr. **Marcelo Walnier,** inscrito noCPF: 018.265.019-75.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 25 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 020/2016.

PORTARIA Nº 020/2016.

EXONERA O SR. MARCELO WALNIER DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido o **Sr. MARCELO WALNIER,** portador(a) do CPF **nº 018.265.019-75,** do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 99/2016

PORTARIA Nº 99/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, as informações contidas na CI nº 001/2015 subscrita pelo Secretario de Administração, Sr. Marcos Antonio Neves;

Considerando a possível imputação de conduta reprovável concernente em irregularidades cometidas no exercício da profissão pelo servidor João Paulo Rodrigues de Melo, lotado na Secretaria de Administração.

Considerando que o ato supostamente praticado pelo servidor constitui, em tese, falta grave passível de punição;

Considerando finalmente, que cabe ao administrador que tiver ciência da irregularidade no serviço público a OBRIGATORIEDADE de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, de nº 005/2016 em face do servidor **João Paulo Rodrigues de Melo** a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir a Sindicância, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

NOME	SECRETARIA	CPF N°
Mauro Rodrigues de Souza Filho	Administração	277.103.512-04
Lidiane Magalhães da Silva	Educação	691.755.781-15
Geni Albertina Jarczeski	Administração	803.852.149-87

Art. 3º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado uma só vez por igual período mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, 26 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100/2016.

PORTARIA Nº 100/2016.

DESIGNA O SERVIDOR MARCOS LUCIANO ELY PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Marcos Luciano Ely, portador do **CPF nº 800.772.261-00**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 083/2013 - Contratada a empresa LKL VIAGENS E TURISMO LTDA- ME - objeto - contratação de empresa especializada no transporte escolar rural do Município de Sapezal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 04/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 27 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 19/2016

PORTARIA Nº 19/2016

PRORROGA A PORTARIA N° 499/2015 QUE INSTITUI A SINDICÂNCIA DE N° 003/2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por mais 30 (trinta) dias a Portaria n° **499/2015,** ou seja, **até 31/01/2016** que institui a sindicância de n° 003/2015 para identificação do detentor da rubrica para apuração do ato supostamente praticado pelo servidor que constitui, em tese, falta grave passível de punição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 01 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 18/2016

PORTARIA Nº 18/2016

PRORROGA A PORTARIA N° 498/2015 QUE INSTITUI A SINDICÂNCIA DE N° 002/2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por mais 30 (trinta) dias a Portaria n° **498/2015,** ou seja, **até 31/01/2016** que institui a sindicância de n° 002/2015 em desfavor do Servidor **João Paulo Rodrigues de Melo** para apuração do ato supostamente praticado pelo servidor que constitui, em tese, falta grave passível de punição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 01 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 101/2016.

PORTARIA Nº 101/2016.

DESIGNA O SERVIDOR MARCOS ANTONIO ESTEVES PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Marcos Antonio Esteves, portador do **CPF nº 001.924.408-88**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 063/2015 - Contratada a empresa Da Silva e Mantovane Ltda-ME- objeto - prestação de serviço global para a construção/edificação de obra civil da creche Jardim Floresta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 28 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 017/2016.

PORTARIA Nº 017/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA SIRLEY MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada da servidora **SIRLEY MARIA DA SILVA,** portador (a) do CPF **nº 836.534.739-34,** na função de Fonoaudiologo – 30 horas,**a partir de 01 de janeiro de 2016.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 102/2016.

PORTARIA Nº 102/2016.

DESIGNA A SERVIDORA BRUNA LOPES DE AGUIAR PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Bruna Lopes de Aguiar, portador do **CPF nº 526.990.722-49**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 055/2015 - Contratada a empresa JULIO RODRIGUES DO NASCIMENTO NETO -ME- objeto - prestação de serviços de internação de dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 28 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 016/2016.

PORTARIA Nº 016/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA ROSIANE APARECIDA FRANCISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **ROSIANE APARECIDA FRANCISCO,** portador (a) do CPF **nº 024.375.879-00,** na função de Técnica em Enfermagem – 40 horas,a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 103/2016.

PORTARIA Nº 103/2016.

DESIGNA O SERVIDOR JONATHAN LUAN OLIVEIRA MAGALHÃES DA SILVA PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Jonathan Luan Oliveira Magalhães da Silva, portador do **CPF nº 018.652.461-74**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 061/2015 - Contratada a empresa ANTONIO INÁCIO FEYH-ME- objeto - serviço de auxilio funeral e traslado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 28 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 104/2016.

PORTARIA Nº 104/2016.

DESIGNA O SERVIDOR MARCOS LUCIANO ELY PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Marcos Luciano Ely, portador do **CPF nº 800.772.261-00**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 053/2015 - Contratada a empresa LEANDRO MARQUES DO AMARAL MACIEL - ME - objeto - prestação de serviços de elaboração de projetos de instalação elétrica para futura climatização das salas de aulas das escolas e creches.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 28 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 105/2016.

PORTARIA Nº 105/2016.

DESIGNA A SERVIDORA KEISA CAMACHO BALDUINO MARCELINO PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Keisa Camacho Balduino Marcelino, portadora do **CPF nº 292.193.598-80**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 053/2011 - Contratada a empresa CONSULFARAM INFORMATICA E ASSESSORIA EM SÁUDE LTDA - objeto - prestação de serviços de licenciamento, implantação de sistema informatizado de gestão da saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 28 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 106/2016.

PORTARIA Nº 106/2016.

DESIGNA A SILVANA NUNES VIANA PAIVA PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Silvana Nunes Viana Paiva, portadora do **CPF nº 948.924.661-15**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 001/2016 - Contratada a empresa BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA - ME objeto - aquisição de materiais educacionais de empresa especializada que serão utilizados por alunos e professores na aplicação do método das boquinhas - aprofundamento na leitura e na escrita.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 29 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 088/2016.

PORTARIA Nº 088/2016.

DESIGNA O SERVIDOR JONATHAN LUAN OLIVEIRA MAGALHÃES DA SILVA PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Jonathan Luan Oliveira Magalhães da Silva, portador do **CPF nº 018.652.461-74**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 05/2015 - Contratada a empresa IMOBILIÁRIA CASARÃO LTDA- objeto - locação de imóvel.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 67/2016

PORTARIA Nº 67/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, as informações contidas na CI nº 0824/2015 subscrita pelo Secretario de Educação, Sr. Edilson Luiz Milani;

Considerando a possível imputação de conduta reprovável concernente em irregularidades cometidas no exercício da profissão pela servidora Valeria Cristina Matiussi, matrícula nº 2907, lotada na SEMECE.

Considerando que o ato supostamente praticado pela servidora constitui, em tese, falta grave passível de punição;

Considerando, que o artigo 131 da Lei Municipal nº 1035/2013 impõem que o servidor deve exercer com presteza e eficiência suas atividades.

Considerando finalmente, que cabe ao administrador que tiver ciência da irregularidade no serviço público a OBRIGATORIEDADE de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, de nº 002/2016 em face da servidora **Valeria Cristina Matiussi** a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir a Sindicância, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

NOME	SECRETARIA	CPF N°
Sinvaldo Bezerra da Silva	Saúde	654.768.081-91
Mauro Rodrigues de Souza Filho	Administração	277.103.512-04
Geni Albertina Jarczeski	Administração	803.852.149-87

Art. 3º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado uma só vez por igual período mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, 13 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 063/2016

PORTARIA Nº 063/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, portadora do CPF nº 488.452.721-68, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, **o percentual de 20% a título de função gratificada por ser de difícil acesso, a partir do dia 07/01/2016.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA Nº 068/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, as informações contidas na CI nº 0823/2015 subscrita pelo Secretario de Educação, Sr. Edilson Luiz Milani;

Considerando a possível imputação de conduta reprovável concernente em irregularidades cometidas no exercício da profissão pelo servidor Marciano Secundo Vaz, matrícula nº 000718, lotado na SEMECE.

Considerando que o ato supostamente praticado pela servidora constitui, em tese, falta grave passível de punição;

Considerando, que o artigo 131 da Lei Municipal nº 1035/2013 impõem que o servidor deve exercer com presteza e eficiência suas atividades.

Considerando finalmente, que cabe ao administrador que tiver ciência da irregularidade no serviço público a OBRIGATORIEDADE de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, de nº 003/2016 em face do servidor **Marciano Secundo Vaz** a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir a Sindicância, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

NOME	SECRETARIA	CPF N°
Mauro Rodrigues de Souza Filho	Administração	277.103.512-04
Alessandra Poletto de La Bandeira	Educação	097.569.918-01
Geni Albertina Jarczeski	Administração	803.852.149-87

Art. 3º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado uma só vez por igual período mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, 13 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 062/2016

PORTARIA Nº 062/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA DEUSANY XAVIER PAZ DE ALMEIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. DEUSANY XAVIER PAZ DE ALMEIDA, portadora do CPF nº 655.031.801-78, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, **o percentual de 30% a título de função gratificada, a partir do dia 07/01/2016, a mesma ficará responsável pela supervisão pedagógica da Escola Carmem Antonina Schneider Kampff.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 69/2016

PORTARIA Nº 69/2016

INSTITUI SINDICÂNCIA E NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, as informações contidas na CI nº 001/2016 subscrita pelo Secretario de Administração, Sr. Marcos Antonio Neves;

CONSIDERANDO ainda que, é imprescindível que a sindicância seja conduzida por uma Comissão de até 03 (três) servidores, especialmente designados para tal mister.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Sindicância, de nº 04/2016 a fim de apurar as possíveis irregularidades cometidas pelo servidor **Mauro Rodrigues de Souza Filho**, lotado na Secretaria de Administração, conforme documentos probatórios que farão parte desta sindicância.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir a Sindicância, cabendo a presidência ao primeiro:

NOME	SECRETARIA	CPF N°
Alessandra Poletto de La Bandeira	Educação	097.569.918-01
Lidiane Magalhães da Silva	Educação	691.755.781-15
Alcinete Campos de Oliveira	Educação	649.964.251-72

Art. 3º - A presente Sindicância deverá ser concluída em prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da publicação desta Portaria, podendo a pedido ser prorrogada por igual período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Sapezal, aos 13 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 061/2016

PORTARIA Nº 061/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA LAURA MARIA PINHEIRO DA COSTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. LAURA MARIA PINHEIRO DA COSTA,** portadora do CPF nº **802.884.482-00**, ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 30% a título de função gratificada, a partir do dia 07/01/2016, a mesma ficará responsável pela supervisão pedagógica da Escola Carmem Antonina Schneider Kampff.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 070/2016.

PORTARIA Nº 070/2016.

EXONERA O SR. JAIR DE OLIVEIRA DO CARGO DE MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS – 40 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o **Sr. JAIR DE OLIVEIRA,** portador(a) do CPF **nº 178.454.161-34,** do cargo de **MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS – 40 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento estável da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos do município de Sapezal, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos treze dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 060/2016

PORTARIA Nº 060/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA PATRICIA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. PATRICIA DA SILVA,** portadora do CPF nº **044.773.781-30**, ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, **o percentual de 30% a título de função gratificada, a partir do dia 07/01/2016, a mesma ficará responsável pela supervisão pedagógica da Escola Stephano Locks.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 059/2016

PORTARIA Nº 059/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA FRANCILENE BATISTA IAW, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. FRANCILENE BATISTA IAW,** portadora do CPF nº **021.695.871-79**, ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, **o percentual de 30% a título de**

função gratificada, a partir do dia 07/01/2016, a mesma ficará responsável pela supervisão pedagógica da Escola Stephano Locks.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº: 071/2016

PORTARIA Nº: 071/2016

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a conseqüente estabilidade no serviço público ao servidor (a) GILBERTO DIAS HUFFEL e dá outras providências.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do(a) servidor(a) supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o(a) referido(a) servidor(a) foi avaliado(a) em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o(a) referido(a) servidor(a) obteve a quantia de **494,00** pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso XV do art. 1º da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 09/2016, que opinou pela aprovação e conseqüente estabilidade no serviço público do(a) servidor(a) **GILBERTO DIAS HUFFEL** no cargo de MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS -40 HORAS.

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 28/06/2015, a(o) servidor(a) **GILBERTO DIAS HUFFEL** em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. A presente Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/06/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, aos treze dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 058/2016

PORTARIA Nº 058/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA KATHY MARGARETH MARTENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. KATHY MARGARETH MARTENS,** portadora do CPF nº **388.023.920-72, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento estável da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 07/01/2016, a mesma ficará responsável pela supervisão pedagógica da Escola M. Eneli Firmo Bandeira Scapinello.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 072/2016.

PORTARIA Nº 072/2016.

NOMEAR A SRA. ELZI PEREIRA RIBEIRO, PARA OCUPAR O CARGO DE CUIDADOR DA CASA LAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a **Sra. ELZI PEREIRA RIBEIRO,** portador(a) do CPF **nº 576.099.937-00,** para ocupar o cargo de **CUIDADOR DA CASA LAR,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Assistência Social do município de Sapezal, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos treze dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 073/2016.

PORTARIA Nº 073/2016.

NOMEAR O SR. JULIAO MENDES RIBEIRO, PARA OCUPAR O CARGO DE CUIDADOR DA CASA LAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, o **Sr. JULIAO MENDES RIBEIRO,** portador(a) do CPF **nº 001.384.068-12,** para ocupar o cargo de **CUIDADOR DA CASA LAR,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Assistência Social do município de Sapezal, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos treze dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 074/2016

PORTARIA Nº 074/2016

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO FIRMADO COM A ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DE BENEFICIÊNCIA.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir comissão para acompanhamento e fiscalização do convênio firmado entre o Município de Sapezal e a Associação Missionária de Beneficência, inscrita no CNPJ nº 80.234.826/0004-05

Art. 2º - A comissão mencionada no artigo anterior será composta por 08 (oito) representantes, sendo, 02 membros do Poder Executivo Municipal, 02 membros do Poder Legislativo Municipal, 02 membros do Conselho Municipal de Saúde e 02 membros da Associação Missionária de Beneficência, assim dispostos:

MARCEL STURM SANTOS CPF: 034.907.531-00	**Presidente**
DEAN PAUL HUNHOFF CPF: 554.867.110-34	**Vice-Presidente**
FÁTIMA APARECIDA DOS SANTOS NINO CPF: 503.354.641-49	**Membro**
PAMELA SUELLEN CARDOSO CPF: 935.334.112-49	**Membro**
ROBERTO SANDERSON DUARTE CPF: 890.969.161-15	**Membro**
MANOEL NASCIMENTO DA SILVA CPF: 384.722.601-00	**Membro**
ELAINE MARIA SCHNEIDER CPF: 616.421.261-87	**Membro**
POLLIANA PORTES SODEIRO CPF: 001.691.031-10	**Membro**

Art. 3º - A Comissão de que trata esta Portaria deverá reunir-se mensalmente, logo após a apresentação da prestação de contas, a fim de analisarem e emitirem Parecer conclusivo.

Parágrafo Único: A análise e emissão de pareceres de que trata o caput deste artigo dar-se-ão desde o início do Convênio firmado com a Associação Missionária de Beneficência.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 285/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 13 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 057/2016.

PORTARIA Nº 057/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA AUZENI SILVA SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **AUZENI SILVA SANTOS,** portador (a) do CPF **nº 432.734.081-20,** na função de **PROFESSOR GRADUADO**,a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 075/2016

PORTARIA Nº 075/2016

REVOGA LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar licença não remunerada para tratar de interesses particulares concedida a servidora pública Sra. **FABIANA DE FÁTIMA MARQUES**, nos termos do art. 116§1º da Lei 1.035/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 628/2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 18 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 076/2016

PORTARIA Nº 076/2016

REVOGA LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar licença não remunerada para tratar de interesses particulares concedida a servidora pública Sra. **SHEYLA GONÇALVES CARDOSO**, nos termos do art. 116§1º da Lei 1.035/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 394/2015

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 18 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 056/2016

PORTARIA Nº 056/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA GEISE CRISTINA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Sra. GEISE CRISTINA DA SILVA,** portadora do CPF nº **021.000.181-08,ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO** do quadro de pessoal em provimento estável da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Sapezal, o percentual de 40% a título de

função gratificada, a partir do dia 07/01/2016, a mesma ficará responsável pela supervisão pedagógica da Escola M. Antonio Clarismundo Scheffer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 077/2016

PORTARIA Nº 077/2016

REVOGA LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar licença não remunerada para tratar de interesses particulares concedida ao servidor público **Sr. ANTÔNIO DOS REIS RODRIGUES** , nos termos do art. 116§1º da Lei 1.035/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/01/2016.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 286/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 18 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº: 078/2016

PORTARIA Nº: 078/2016

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a conseqüente estabilidade no serviço público ao servidor (a) AMELIA PEREIRA GOMES e dá outras providências.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do(a) servidor(a) supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o(a) referido(a) servidor(a) foi avaliado(a) em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o(a) referido(a) servidor(a) obteve a quantia de **526,50** pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso XV do art. 1º da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 359/2015, que opinou pela aprovação e conseqüente estabilidade no serviço público do(a) servidor(a) **AMELIA PEREIRA GOMES** no cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 17/05/2014, a(o) servidor(a) **AMELIA PEREIRA GOMES** em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. A presente Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, aos dezoito dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº: 079/2016

PORTARIA Nº: 079/2016

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a conseqüente estabilidade no serviço público ao servidor (a) TANIA APARECIDA CARNELOSE e dá outras providências.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do(a) servidor(a) supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o(a) referido(a) servidor(a) foi avaliado(a) em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o(a) referido(a) servidor(a) obteve a quantia de **508,00** pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso XV do art. 1º da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 01/2016, que opinou pela aprovação e conseqüente estabilidade no serviço público do(a) servidor(a) **TANIA APARECIDA CARNELOSE no cargo de PROFESSOR GRADUADO.**

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 03/09/2015, a(o) servidor(a) **TANIA APARECIDA CARNELOSE** em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. A presente Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete da Prefeita Municipal, aos dezoito dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 055/2016.

PORTARIA Nº 055/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA HELENICE DE AGUIAR SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **HELENICE DE AGUIAR SOARES,** portador (a) do CPF **nº 775.907.751-34,** na função de **PROFESSOR GRADUADO**,a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIA Nº 080/2016

ALTERA A PORTARIA Nº 069/2016 QUE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 069/2016 nomeando como Membro a Sra. **Geni Albertina Jarczeski**, inscrita no CPF nº 803.852.149-87, em substituição a Sra. **Alcinete Campos de Oliveira,** inscrita noCPF: 649. 964.251-72.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 19 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 81/2016.

PORTARIA Nº 81/2016.

CONCEDE A SERVIDORA AMELIA PEREIRA GOMES, LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença não remunerada, para tratar de interesses particulares a servidora pública Sra. **AMELIA PEREIRA GOMES**, inscrita no CPF 937.352.861-00.

Art. 2º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares a que refere o art. 1º desta Portaria, será concedida por três anos a pedido da servidora, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou do interesse público nos termos do art. 116 e parágrafos da Lei Municipal nº 1.035/2013.

Art. 3º - A licença não remunerada para tratar de interesses particulares não isenta o servidor dos deveres, impedimentos e vedações previstos na Lei 1.035/2013.

Art. 4º - Ao servidor em gozo de licença, não é permitido o exercício de outro cargo público, por manter a titularidade de ambos, exceto se legalmente acumuláveis.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 19 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082/2016.

PORTARIA Nº 082/2016.

NOMEIA COMISSÃO PARA PROMOVER PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM DESFAVOR DA EMPRESA MODELO CONSTRUTORA LTDA.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os documentos constantes no processo licitatório Concorrência nº. 002/2014, Ata da Sessão nº. 107/2014 e Contrato nº. 076/2014, firmado entre o Município de Sapezal e a empresa Modelo Construtora Ltda, vencedora do respectivo certame;

CONSIDERANDO a existência de fortes indícios que a empresa Modelo Construtora Ltda utilizou-se de documentos falsos para participar da licitação, vez que estava desativada há mais de dez anos, bem como a Nota Técnica expedida pela Controladoria Geral da União;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 88, II, da Lei nº. 8.666/93, que permite a aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade às empresas que tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

CONSIDERANDO a necessidade de observar os princípios constitucionais do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear comissão processante para investigar as condutas da empresa MODELO CONSTRUTORA LTDA, na Concorrência Pública nº. 002/2014, deste município.

Art. 2º - A comissão será composta pelos seguintes servidores:

- FATIMA APARECIDA DOS SANTOS NINO - CPF: 503.354.641-49

- ALEXANDRE ROMAN PARADA - CPF: 973.574.301-97

- CLEVERSON DANIEL BARBIERO - CPF: 021.753.819-35

Art. 3º - Fica designado como presidente da comissão processante o servidor FATIMA APARECIDA DOS SANTOS NINO.

Art. 4º - O prazo máximo para conclusão dos trabalhos da comissão será de 120 (cento e vinte dias).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04/01/2016.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n°450/2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 20 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 054/2016.

PORTARIA Nº 054/2016.

EXONERA O SRA. ELIELMA LEONISIA DE ARAUJO DO CARGO DE INSTRUTOR ESPORTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido a **Sr. ELIELMA LEONISIA DE ARAUJO,** portador(a) do CPF **nº 026.993.154-03,** do cargo de**INSTRUTOR ESPORTIVO,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 83/2016.

PORTARIA Nº 83/2016.

DESIGNA A SERVIDORA MARIA JANETE ROYER PARA A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Maria Janete Royer, portadora do **CPF nº 408.732.262-91**, como responsável pela fiscalização do seguinte contrato de serviços:

Contrato nº 002/2015 - Contratada a empresa LUIZ ANTONIO FABRIM EIRELI-ME - objeto - Prestação de Serviços de Locação de Imóvel para a Farmácia Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal aos, 21 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 084/2016

PORTARIA N° 084/2016

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DÍVIDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, RELACIONADAS A PASTA DA SAÚDE, NÃO EMPENHADAS NO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para compor comissão de avaliação e ou reconhecimento de dividas da Administração Pública, relacionadas a pasta da Saúde, não empenhadas no exercício de 2015.

Art. 2º - A comissão a que se refere o artigo anterior será formada pelos seguintes servidores:

NOME	CPF Nº
BRUNA LOPES DE AGUIAR	526.990.722-49
EDUARDO BOTELHO NEVES	804.485.181-04
SIMONE APARECIDA CAMPOS DA SILVA	017.278.251-10

Art. 3º - A presente comissão tem a finalidade de apurar dados e emitir relatório para reconhecimento de dívidas apresentadas por fornecedores em face da Prefeitura Municipal de Sapezal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 21 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 053/2016.

PORTARIA Nº 053/2016.

NOMEAR O SR. MARCOS LUCIANO ELLY, PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 009/2015** que nomeava o **Sr. MARCOS LUCIANO ELLY** a ocupar o cargo de **CHEFE TRANSPORTE ESCOLAR** do quadro pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal.

Art. 2º - Nomear o **Sr. MARCOS LUCIANO ELLY** portador (a) do **CPF nº 800.772.261-00** para ocupar o cargo de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, a partir de 07 de janeiro do corrente ano.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA Nº 085/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, as informações contidas na CI nº 0824/2015 subscrita pelo Secretario de Educação, Sr. Edilson Luiz Milani;

Considerando a possível imputação de conduta reprovável concernente em irregularidades cometidas no exercício da profissão pela servidora Valeria Cristina Matiussi, matrícula nº 2907, lotada na SEMECE.

Considerando que o ato supostamente praticado pela servidora constitui, em tese, falta grave passível de punição;

Considerando, que o artigo 131 da Lei Municipal nº 1035/2013 impõem que o servidor deve exercer com presteza e eficiência suas atividades.

Considerando finalmente, que cabe ao administrador que tiver ciência da irregularidade no serviço público a OBRIGATORIEDADE de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, de nº 002/2016 em face da servidora **Valeria Cristina Matiussi** a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir a Sindicância, cabendo a presidência ao primeiro nominado:

NOME	SECRETARIA	CPF N°
Alessandra Poletto de la Bandeira	Educação	097.569.918-01
Lidiane Magalhães da Silva	Educação	691.755.781-15
Geni Albertina Jarczeski	Administração	803.852.149-87

Art. 3º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado uma só vez por igual período mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 67/2016.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, 22 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 52/2016

PORTARIA Nº 52/2016

CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL PARA APLICAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, PREFEITA MUNICIPAL DE SAPEZAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação e Seleção de Pessoal, composta pelos membros abaixo, sob a Presidência do primeiro e Secretariado pelo segundo, para aplicação de Processo Simplificado nº 001/2016, para fins de contratos temporários no quadro de pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Sapezal – Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.054/2013.

NOME	CPF
Jeanine Danusa Mayer	882.725.750-00
Cleia Karasiaki dos Santos	550.815.501-59
Eliane Neri da Silva	797.214.001-49
Silvana Nunes Viana	948.924.661-15
Nelson Manoel	698.437.831-15
Jovaneide Nery Santos Araújo	033.200.359-08
Marcio Luiz Oenning de Jesus	817.744.191-49

Art. 2º - Compete a presente Comissão aplicar e avaliar as provas, bem como cumprir as determinações legais e do respectivo Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016. **Art. 3º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sapezal - MT, 07 de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 51/2016

PORTARIA Nº 51/2016

PRORROGA A PORTARIA N° 511/2015 QUE INSTITUI A SINDICÂNCIA DE N° 008/2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por mais 30 (trinta) dias a Portaria n° **511/2015,** ou seja, **até 06/02/2016** que institui a sindicância de n° 007/2015 em desfavor do Servidor **Judiney Fellipi** para apuração do ato supostamente praticado pelo servidor que constitui, em tese, falta grave passível de punição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 07 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 50/2016

PORTARIA Nº 50/2016

PRORROGA A PORTARIA N° 510/2015 QUE INSTITUI A SINDICÂNCIA DE N° 007/2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga por mais 30 (trinta) dias a Portaria n° **510/2015,** ou seja, **até 06/02/2016** que institui a sindicância de n° 007/2015 em desfavor do Servidor **Oséias Oliveira dos Santos** para apuração do ato supostamente praticado pelo servidor que constitui, em tese, falta grave passível de punição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos 07 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 49/2016

PORTARIA N° 49/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O ANO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º - Nomear e designar as pessoas abaixo relacionadas e nominadas, para comporem a Comissão Permanente de Licitações do Município, para o exercício de 2016, na seguinte forma:

NOME	CPF Nº
Presidente- MARINETE ONORINDA DOS SANTOS	409.172.402-78
Secretaria– VANUZIA BARBOSA BITENCOURT CHAVES	897.946.561-00
Membro – LINDOMAR FERNANDEZ DE OLIVEIRA SANTOS	008.643.091-20
Membro – NEUSA MACIEL	204.697.562-68
Membro – CLARISSE LÚCIA SCHNEIDER	601.448.150-87
Membro – KEITTHELHE HUNGRIA SEVERINO	046.583.651-89
Membro – ILDA MARIA DE CAMPO ALVES	571.700.701-97

Art. 2º - Compete à comissão nomeada no artigo anterior, proceder à analise e julgamento dos processos licitatórios instituídos pelo município de Sapezal, bem como elaborar a documentação competente.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 48/2016

PORTARIA N° 48/2016

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM O PRIMEIRO COMO PREGOEIRO, E OS DEMAIS COMO EQUIPE DE APOIO EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em Licitações na modalidade Pregão, no âmbito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2016 o seguinte servidor:

NOME	CPF Nº
VALDINEY GOMES PAULINO	593.135.361 – 53

Parágrafo Único – O pregoeiro designado por esta portaria poderá atuar em qualquer licitação na modalidade pregão instaurada pelo Município de Sapezal no exercício de 2016.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade pregão, **para o exercício de 2016** no âmbito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso os servidores:

NOME	CPF Nº
MARINETE ONORINDA DOS SANTOS	409.172.402-78
VANUZIA BARBOZA BITENCOURT	897.946.561-00
LINDOMAR FERNANDEZ DE OLIVEIRA SANTOS	008.643.091-20
CLARISSE LÚCIA SCHNEIDER	601.448.150-87

Parágrafo Único – Os membros da Equipe de Apoio designados por esta portaria poderão atuar em qualquer licitação na modalidade pregão instaurada pelo Município de Sapezal no exercício de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 047/2016.

PORTARIA Nº 047/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ANGELICA CRISTINA PETRY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **ANGELICA CRISTINA PETRY**,portador(a) do CPF nº **964.915.071-49**, ocupante do cargo de **MEDICO CLINICO GERAL – 40 HORAS,** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 20% a título de função gratificada, a partir do dia 06/01/2016, por ficar responsável pelas campanhas , palestras e outras ações de prevenção e cuidados da atenção básica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos seis dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 46/2016

PORTARIA Nº 46/2016

INSTITUI SINDICÂNCIA E NOMEIA A COMISSÃO PROCESSANTE.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, as informações contidas na CI nº 0806/2015 subscrita pelo Secretario de Educação, Sr. Edilson Luiz Milani;

CONSIDERANDO ainda que, é imprescindível que a sindicância seja conduzida por uma Comissão de até 03 (três) servidores, especialmente designados para tal mister.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Sindicância, de nº 01/2016 a fim de apurar as possíveis irregularidades cometidas pelo servidor **Leonardo Rodrigues Correa**, lotado na Secretaria de Educação, conforme documentos probatórios que farão parte desta sindicância.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir a Sindicância, cabendo a presidência ao primeiro:

NOME	SECRETARIA	CPF N°
Mauro Rodrigues de Souza Filho	Administração	277.103.512-04
Geni Albertina Jarczeski	Administração	803.852.149-87
Alessandra Poletto de La Bandeira	Educação	097.569.918-01

Art. 3º - A presente Sindicância deverá ser concluída em prazo máximo de 30 (trinta dias), a contar da publicação desta Portaria, podendo a pedido ser prorrogada por igual período.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Sapezal, aos 06 dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 086/2016.

PORTARIA Nº 086/2016.

EXONERA O SR. JOÃO FRANCISCO DE MATOS DO CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS – 40 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o **Sr. JOÃO FRANCISCO DE MATOS,** portador(a) do CPF **nº 124.790.201-34,** do cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS – 40 HORAS,** do quadro de pessoal de provimento estável da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos do município de Sapezal, a partir de 20 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 045/2016.

PORTARIA Nº 045/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MARIA DOS SANTOS CORADI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **MARIA DOS SANTOS CORADI**,portador(a) do CPF nº **085.389.302-06, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO – 40 HORAS SAÚDE,** do quadro de pessoal em provimento estável da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 04/01/2016, por ficar responsável pelo controle de pacientes transportados para consultas, exames e outros procedimentos fora do município de Sapezal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos quatro dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE PESSOAL PAULA MASSAROLI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXTRATO DE RESCISÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: Rescisão do Contrato de Trabalho por tempo determinado n°. 117/2015

DATA DA RESCISÃO: 02/02/2016

MOTIVO DA RESCISÃO: TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CONTRATADO: PAULA MASSAROLI

CARGO: BIOQUIMICO – 40 HORAS

GRUPO FUNCIONAL: CONTRATADO

SAPEZAL, 02 de fevereiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE PESSOAL JOSIANE AVILA HENRIQUE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXTRATO DE RESCISÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: Rescisão do Contrato de Trabalho por tempo determinado n°. 107/2015

DATA DA RESCISÃO: 08/02/2016

MOTIVO DA RESCISÃO: TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CONTRATADO: JOSIANE AVILA HENRIQUE

CARGO: TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

GRUPO FUNCIONAL: CONTRATADO

SAPEZAL, 08 de fevereiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 015/2016.

PORTARIA Nº 015/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ROSANGELA DE OLIVEIRA KOCHEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 266/2014** que concedia a **Sra. ROSANGELA DE OLIVEIRA KOCHEN,** ocupante do cargo de **RECEPCIONISTA – 40 HORAS** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 40% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **ROSANGELA DE OLIVEIRA KOCHEN**,portador(a) do CPF nº **036.254.409-38, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA – 40 HORAS,** do quadro de pessoal em provimento da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, a mesma ficará responsável pelos atendimentos da farmácia de alto custo de Sapezal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 014/2016.

PORTARIA Nº 014/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA REGIANE APARECIDA LORENZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada da servidora **REGIANE APARECIDA LORENZI,** portador (a) do CPF **nº 028.561.209-38,** na função de Nutricionista – 30 horas,**a partir de 01 de janeiro de 2016.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 013//2016.

PORTARIA Nº 013//2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR OSVALDO EUZEBIO ALCEBIADES JUNIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria** que concedia ao **Sr. OSVALDO EUZEBIO ALCEBIADES JUNIOR,** ocupante do cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 20% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder ao **Sr. OSVALDO EUZEBIO ALCEBIADES JUNIOR,** portador do CPF nº **006.434.651-03**, ocupante do cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 40% a título de função gratificada, o mesmo ficara responsável pela intensificação da borrifação na ocorrência de Endemias no município de Sapezal, a partir do dia 01/01/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 012/2016.

PORTARIA Nº 012/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA NIURA MELO FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **NIURA MELO FERNANDES,** portador (a) do CPF **nº 630.833.701-30,** na função de Técnica em Enfermagem – 40 horas,a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 011//2016.

PORTARIA Nº 011//2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA NILZA BEATRIZ DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 448/2015** que concedia a **Sra. NILZA BEATRIZ DA SILVA,** ocupante do cargo de **BIOQUIMICO – 40 HORAS** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 20% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a **Sra. NILZA BEATRIZ DA SILVA**,portador (a) do CPF nº **221.495.478-30**, ocupante do cargo de **BIOQUIMICO – 40 HORAS** do Quadro de Pessoal em Provimento Efetivo da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 25% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, a mesma ficará responsável técnica pelo Laboratório Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 010/2016.

PORTARIA Nº 010/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA LORECI ANTUNES MAXIMIANO MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **LORECI ANTUNES MAXIMIANO MACIEL,** portador (a) do CPF **nº 882.010.402-44,** na função de Auxiliar de Laboratório – 40 horas,a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 009/2016.

PORTARIA Nº 009/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA JAKELINE COELHO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 141/2014** que concedia a **Sra. JAKELINE COELHO DE SOUZA,** ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO – 40 HORAS** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 30% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **JAKELINE COELHO DE SOUZA**,portador(a) do CPF nº **015.004.911-01, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO – 40 HORAS,** do quadro de pessoal em provimento da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, a mesma ficará responsável pelo Recursos Humanos da Secretaria de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 008/2016.

PORTARIA Nº 008/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA GRAZIELLA FECHI CHAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 401/2015** que concedia a **Sra. GRAZIELLA FECHI CHAGAS,** ocupante do cargo de **FISIOTERAPEUTA – 30 HORAS** o quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 20% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **GRAZIELLA FECHI CHAGAS**,portador(a) do CPF nº **041.167.849-31, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA – 30 HORAS,** do quadro de pessoal em provimento da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 20% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, a mesma ficará responsável pelos atendimentos extraordinários da Fisioterapia do Centro de Especialidades.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 007/2016.

PORTARIA Nº 007/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA GISELE RODRIGUES DA SILVA VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 073/2015** que concedia a **Sra. GISELE RODRIGUES DA SILVA VIEIRA,** ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 40% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **GISELE RODRIGUES DA SILVA VIEIRA**,portador(a) do CPF nº **839.861.111-15, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 30 HORAS,** do quadro de pessoal em provimento da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, a mesma ficará responsável pela elaboração e execução de Projetos e outras questões administrativas da secretaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 006/2016.

PORTARIA Nº 006/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR GELSON LEITE DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 403/2015** que concedia ao **Sr. GELSON LEITE DE SOUZA,** ocupante do cargo de **FISCAL SANITÁRIO - 40 HORAS**do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 20% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder ao Sr. **GELSON LEITE DE SOUZA**,portador(a) do CPF nº **966.639.011-68, ocupante do cargo de FISCAL SANITÁRIO - 40 HORAS,** do quadro de pessoal em provimento da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 40% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, o mesmo ficará responsável pela elaboração dos Programas de Ações da Vigilância Sanitária do município de Sapezal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 005/2016.

PORTARIA Nº 005/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA FLÁVIA MACHADO COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 402/2015** que concedia a **Sra. FLÁVIA MACHADO COELHO,** ocupante do cargo de **ENFERMEIRO – 40 HORAS** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 20% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **FLÁVIA MACHADO COELHO**,portador(a) do CPF nº **018.040.291-90, ocupante do cargo de ENFERMEIRO – 40 HORAS,** do quadro de pessoal em provimento da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 20% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, a mesma ficará responsável pela elaboração e execução

das Palestras e Campanhas da Atenção Básica solicitadas junto a secretaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 004/2016.

PORTARIA Nº 004/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA CLAUDIA MARTINS MAGIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 344/2015** que concedia a **Sra. CLAUDIA MARTINS MAGIO,** ocupante do cargo de **BIOQUIMICO – 40 HORAS** do quadro pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Saúde do Município de Sapezal, o percentual de 40% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **CLAUDIA MARTINS MAGIO**,portador(a) do CPF nº 831.263.841-53, ocupante do cargo de **BIOQUIMICO - 40 - HORAS,** do quadro de pessoal em provimento da Secretaria de Saúde do município de Sapezal, o percentual de 30% a título de função gratificada, a partir do dia 01/01/2016, a mesma ficará responsável técnica pela Farmácia Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 003/2016.

PORTARIA Nº 003/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA BRUNA LOPES DE AGUIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **BRUNA LOPES DE AGUIAR,** portador (a) do CPF **nº 526.990.722-49,** na função de Auxiliar Administrativo – 40 horas saúde,a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA ANALICE DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 002/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA ANALICE DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 20% concedido a título de Função Gratificada da servidora **ANALICE DE SOUZA,** portador (a) do CPF **nº 394. 965.112-87,** na função de Assistente Administrativo – 40 horas,**a partir de 01 de janeiro de 2016.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA ADRIANA LOPES ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 001/2016.

SUPRIME A FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA ADRIANA LOPES ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Suprimir o percentual de 40% concedido a título de Função Gratificada da servidora **ADRIANA LOPES ARAUJO,** portador (a) do CPF **nº 024.608.131-71,** na função de Auxiliar Administrativo – 40 horas,a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 065/2016.

PORTARIA Nº 065/2016.

NOMEAR A SRA. SILVANA NUNES VIANA PAIVA, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSORA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇAO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. SILVANA NUNES VIANA PAIVA,** portador(a) do **CPF nº 948.924.661-15,** para ocupar o cargo de **ASSESSORA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇAO INFANTIL** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, a partir de 05 de janeiro do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/01/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 064/2016.

PORTARIA Nº 064/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MAGNA JULIANA DE ASSIS TOLEDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria 051/2015** que concedia a **Sra. MAGNA JULIANA DE ASSIS TOLEDO,** ocupante do cargo de **PROFESSOR GRADUADO** do quadro pessoal em provimento estável da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, o percentual de 40% a titulo de função gratificada.

Art. 2º Conceder a Sra. **MAGNA JULIANA DE ASSIS TOLEDO**,portador(a) do CPF nº **021.550.051-21, ocupante do cargo de PROFESSOR GRADUADO,** do quadro de pessoal em provimento efetivo da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Sapezal, **o percentual de 20% a título de função gratificada por ser de difícil acesso, a partir do dia 07/01/2016.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, aos sete dias do mês de janeiro de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 SRP 018/2016

A **Prefeitura Municipal de Sinop/MT** torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 013/2016 SRP 018/2016. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada em Sonorização através de Carro de Som para divulgação de atividades e locação de som especializado para eventos, atendendo solicitação das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 30/03/2016 às 16h00min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. **Sinop/MT, 10 de março de 2016.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 168/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 07/03/2016 VIGÊNCIA: 07/03/2017.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Impressão de Projetos Arquitetônicos e Fotocópias Coloridas A3 para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 022/2016 – DOUGLAS WILLE & CIA LTDA - ME - CNPJ 12.404.897/0001-06, **SINOP/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	4031	METRO LINEAR	IMPRESSAO DE DESENHOS E IMPRESSAO DE PROJETOS TOPOGRAFICOS TRAÇOS (LINHA) EM PAPEL SULFITE, GRAMATURA 90GR COM 90 CM DE LARGURA	DIGICOPY	14,00	56.434,00
2	1575	UNIDADE	FOTOCOPIAS COLORIDA A3 - PAPEL SULFITE	DIGICOPY	6,50	10.237,50
TOTAL	**R$ 66.671,50**					

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, DIA 10 DE MARÇO DE 2016.

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 105/2016

DATA: 10/03/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JOVANA FREIRE DE CARVALHO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). JOVANA FREIRE DE CARVALHO, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência “B”, nível “05”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 30/03/2016 e término em 28/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20773P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10/03/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 104/2016

DATA: 10/03/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ALEX SANDRO PAZETO LUNARDI

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ALEX SANDRO PAZETO LUNARDI, efetivo(a) no cargo de Operário Braçal , referência “D”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 21/02/2016 e término em 23/03/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20775P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10/03/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 103/2016

DATA: 10/03/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARA CRISTIANE MEYER

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARA CRISTIANE MEYER, efetivo(a) no cargo de ASSISSTENTE SOCIAL , referência “D”, nível “03”, lotado(a) na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 30/03/2016 e término em 03/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20785P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10/03/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 070/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) SEVERINA MARTA DA SILVA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). SEVERINA MARTA DA SILVA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS 40HS, referência “B”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 16/02/2016 e término em 31/03/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.17452R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 069/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) KAROLYNA CORREA DA LUZ

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). KAROLYNA CORREA DA LUZ, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM CIÊNCIAS 20HS, referência “B”, nível “02”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/03/2016 e término em 10/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20733P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 068/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARCIO PEREIRA DA SILVA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARCIO PEREIRA DA SILVA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA 30HS , referência “C”, nível “03”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 04/03/2016 e término em 02/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20739P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 067/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CLAUDENICE MARIA OSORIO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CLAUDENICE MARIA OSORIO, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40HS, referência “D”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 04/03/2016 e término em 02/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.19715P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 066/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) PAULO VIEIRA DA SILVA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). PAULO VIEIRA DA SILVA, efetivo(a) no cargo de GARI, referência “A”, nível “06”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 04/03/2016 e término em 02/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.19718P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 065/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) REGINA FATIMA BOTTURA FERREIRA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). REGINA FATIMA BOTTURA FERREIRA, efetivo(a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, referência “C”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/03/2016 e término em 09/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20734P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 064/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CASSIA LIMA BARBOSA MULLER

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CASSIA LIMA BARBOSA MULLER, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, referência “D”, nível “02”, lotado(a)

na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 15/02/2016 e término em 12/08/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.17272R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 063/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) DORALICE BARBOSA DE OLIVEIRA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). DORALICE BARBOSA DE OLIVEIRA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS C/POS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/03/2016 e término em 04/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20729P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 062/2016

DATA: 25/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) RITA DE CASSIA BREMIDE

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). RITA DE CASSIA BREMIDE, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, referência "C", nível "08", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/02/2016 e término em 27/02/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.19713P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 61/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. ADRIANA ANICETO DE SOUZA CELMER."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. ADRIANA ANICETO DE SOUZA CELMER, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS C/POS, referência "", nível "03", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 08/02/2016 e término em 06/06/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.20735P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 25/02/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016 SRP Nº 19/2016

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT** torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de Móveis e Equipamentos Permanentes para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. **ENVIO DE PROPOSTAS**: 14/03/2016, a partir das 14h00min (horário de Brasília/DF). ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 28/03/2016 às 14h00min (horário de Brasília/DF). **REALIZAÇÃO**: por meio do site www.cidadecompras.com.br. INTEGRA do EDITAL: por meio do site www.cidadecompras.com.br e www.prefeituravirtual.com.br.

Sinop/MT, 10 de março de 2016.

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 168/2016

PREVISINOP
PORTARIA N.º 60/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. ELIANE DA SILVA LIVI."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. ELIANE DA SILVA LIVI, efetiva no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, referência "", nível "04", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 15/02/2016 e término em 13/06/20156, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.20743P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 25/02/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 093/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LIZANDRA ROSTIROLLA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LIZANDRA ROSTIROLLA, efetivo(a) no cargo de PSICOPEDAGOGA, referência "D", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 23/03/2016 e término em 21/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20756P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 092/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA CRISTINA DALOLIO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARIA CRISTINA DALOLIO, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM CIÊNCIAS 20HS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 16/03/2016 e término em 25/03/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20745P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 090/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LUIZ FELIPE

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LUIZ FELIPE, efetivo(a) no cargo de Cargo a Cadastrar, referência "", nível "", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 14/03/2016 e término em 17/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20747P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Convocar os senhores vereadores para Sessão Extraordinária no dia 11 março de 2016, sexta-feira, às 9h00min (nove horas da manhã), para apreciação das seguintes matérias:

Projeto de Lei Complementar nº 001/2016 Regime de Urgência	**Autoria do Poder Executivo** Retifica as tabelas dos Anexos II, III, IV, V e VI da Lei Complementar nº 116/2015, de 14 de dezembro de 2015, e dá outras providências. **1ª e única votação**
Projeto de Lei nº 009/2016 Regime de Urgência	**Autoria do Poder Executivo** Dispõe sobre a criação de cargos efetivos na Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop, AGER Sinop, e dá outras providências. **1ª e única votação**
Projeto de Lei nº 010/2016 Regime de Urgência	**Autoria do Poder Executivo** Promove modificações na Lei nº 568/99 e suas alterações posteriores, extinguindo vagas e criando cargos, vagas e referências no quadro de provimento efetivo da Administração Pública Municipal e dá outras providências. **1ª e única votação**
Projeto de Lei nº 011/2016 Regime de Urgência	**Autoria do Poder Executivo** Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.542.200,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil e duzentos reais) e dá outras providências. **1ª e única votação**

Projeto de Lei nº 012/2016 Regime de Urgência	**Autoria do Poder Executivo** Autoriza o Município de Sinop a receber em doação da Colonizadora Sinop S.A. equipamentos do SISTEMA PAPI e dá outras providências. **1ª e única votação**

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 10 de março de 2016.

Mauro Garcia

Presidente

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 089/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MAURILIO ANTONIO MARTINS

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MAURILIO ANTONIO MARTINS, efetivo(a) no cargo de FISCAL SANITARIO , referência “C”, nível “05”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 19/03/2016 e término em 17/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20753P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 088/2016

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. ROBERTA BENGUELLA VILHEGAS.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. ROBERTA BENGUELLA VILHEGAS, efetiva no cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL 40HS, referência “”, nível “03”, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 03/02/2016 e término em 01/06/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.19716P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 26/02/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 087/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ALEXANDRA VENANCIO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ALEXANDRA VENANCIO, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, referência “C”, nível “05”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 30/01/2016 e término em 29/03/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.18521R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 106/2016

DATA: 10/03/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) EDINEIA CANDIDO PITARELLI

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). EDINEIA CANDIDO PITARELLI, efetivo(a) no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO , referência “B”, nível “05”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 07/03/2016 e término em 05/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20782P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 10/03/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 086/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) EUCLIDES SALVIANO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). EUCLIDES SALVIANO, efetivo(a) no cargo de MOTORISTA II, referência "B", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 31/01/2016 e término em 30/03/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.17072R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO Nº. 002/2016

Certificamos para os devidos fins, que referente ao Edital de Nomeação nº **001/2016**, do Concurso Publico n° **001/2014,** válido no período compreendido entre **28 de Janeiro a 27 de Fevereiro de 2016**, não compareceram para assumir sua vaga, e ou, não entraram em exercício os seguintes candidatos:

CLASS	NOME	CARGO
19	MIRIAN SILVA DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA 40 hs
17	ALICE DE FATIMA DE OLIVEIRA KNECHTEL	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR 40 hs
18	SERGIO OLIVEIRA LUIS	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 hs
20	ADONES DE SOUSA RAMOS	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 hs
21	GILSON ANDRE BENTZ	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 hs
24	ROGERIO GALDINO LISBOA	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 hs
83	IEDA DEISE FEYH BETTONI	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
89	LILIANE DE JESUS NASCIMENTO MIRANDA	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
96	ODETE SANTIN	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
103	JUSCELINA NASCIMENTO DUARTE	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
104	ILACI OLIFIA SCHMITZ	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
105	MARLUCE FERREIRA SOARES	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
116	ELIANE DA SILVA BANCI BASSIQUETE	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
120	MARIA JOSE ALVES DE FREITAS	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hS
122	MARCO ANDRE WINTER	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
10	TAMARIS RODRIGUES DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ADMINISTRADOR ESCOLAR - 40H
11	FELIPE JOSE MESCH	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ADMINISTRADOR ESCOLAR - 40H
14	MANASSES NASCIMENTO DE SOUSA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ADMINISTRADOR ESCOLAR - 40H
16	FABIA FERNANDA DE SOUZA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ADMINISTRADOR ESCOLAR - 40H

Este Termo de não Comparecimentotorna nulo o Edital **TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO Nº. 001/2016**, do Concurso Publico n° **001/2014**, publicado no Diário Oficial do Município AMM, no dia 07/03/2016 edição 2429 na página 195.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Sinop-MT, 10 de março de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 085/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARCIA DE OLIVEIRA GUARDA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARCIA DE OLIVEIRA GUARDA, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, referência "C", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 30/01/2016 e término em 28/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.15886R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº: 005/2016

OBJETO: "Aquisição de material de copa e limpeza para atender as necessidades da Câmara Municipal de Sinop – MT"

Eu, Mauro Sergio Garcia, Presidente da Câmara Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso, após efetuar a análise do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 005/2016", e em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, **HOMOLOGO** o referido processo licitatório para os devidos fins e direitos, acatando sem ressalvas a conclusão final da Comissão Permanente de Licitação, tendo como vencedora do certame as Empresas Licitantes:

Francis Distribuidora de Gás LTDA - ME CNPJ sob nº 03.473.977/0001-14.

Sinop – MT, 11 de março de 2016.

MAURO GARCIA

Presidente

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 084/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ARMINDA FERREIRA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ARMINDA FERREIRA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "C", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 29/01/2016 e término em 27/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.17463R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 083/2016.

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ARMINDA FERREIRA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ARMINDA FERREIRA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "C", nível "02", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 29/01/2016 e término em 27/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.17464R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
ERRATA DECRETO N° 043/2016

Publicado no Jornal Oficial AMM de 10/03/2016, Página: 268 – Edição nº. 2432.

ONDE SE LÊ:

"SÚMULA: Aprova a retificação do loteamento denominado "**Residencial Belo Horizonte – 2ª etapa".**

LEIA-SE:

"SÚMULA: Aprova a retificação do loteamento denominado "**Jardim Belo Horizonte – 2ª etapa".**

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado **"Residencial Belo Horizonte – 2ª etapa"**, de propriedade da empresa COLONIZADORA SINOP S/A, inscrita no CNPJ sob nº 03.488.210/0001-69, com sede na Avenida das Embaúbas nº 85, localizado na área de terra denominada de Chácara nº 427/428, às margens da Estrada Mara, Bairro de Chácaras Sinop, Gleba Celeste, 3ª Parte, neste Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total loteada de 366.285,00 m² (trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco metros quadrados), assim distribuídos:

LEIA-SE:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado **"Jardim Belo Horizonte – 2ª etapa"**, de propriedade da empresa COLONIZADORA SINOP S/A, inscrita no CNPJ sob nº 03.488.210/0001-69, com sede na Avenida das Embaúbas nº 85, localizado na área de terra denominada de Chácara nº 427/428, às margens da Estrada Mara, Bairro de Chácaras Sinop, Gleba Celeste, 3ª Parte, neste Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total loteada de 366.285,00 m² (trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco metros quadrados), assim distribuídos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE INTIMAÇÃO 1998-A/2016

ESTADO DO MATO GROSSO

Comarca de Sinop, MT - 2º Ofício

PROTESTO DE TÍTULOS CAMBIAIS

EDITAL DE INTIMAÇÃO 1998-A/2016 - CDA PREFEITURA DE SINOP/MT

O 2º Ofício Extrajudicial, desta Comarca faz saber que lhe foram entregues para protesto, por falta de pagamento os títulos de responsabilidade das pessoas abaixo relacionadas.

A publicação deste edital em jornal de circulação diária é exigida por lei, quando não são encontrados os devedores nos endereços fornecidos pelos apresentantes, cabendo a estes inteira responsabilidade pela indicação dos referidos endereços.

O serviço de entrega dos avisos é efetuado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por força de contrato imposto por dispositivos legais, e os mesmos foram devolvidos pelos motivos descritos.

_____

_____

Devedor: EVANDRO JOSE HECK - CPF/CNPJ: 023.853.209-75 End: RUA DOS BEIJA-FLORES N.525 - RES N. SRA APARECIDA - SINOP-MT - CEP: 78556-340

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 49-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EVANDRO RODRIGO ORLANDI - CPF/CNPJ: 967.925.230-20 End: RUA BOM RETIRO N.395 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-294

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 48-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EVANILDO DA SILVA - CPF/CNPJ: 224.767.849-15 End: RUA JAU N.175 - CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-239

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 50-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EVANIR DUARTE XIMENES DA SILVA - CPF/CNPJ: 013.594.911-47 End: RUA DOS CRAVOS N.2415 - JD. DAS AZALEIAS - SINOP-MT - CEP: 78552-652

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 53-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EVERALDO DALLAGNOL - CPF/CNPJ: 020.280.749-57 End: RUA TUCUNARE N.185 - CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-230

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 52-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EVERALDO KOEFENDER - CPF/CNPJ: 893.296.439-49 End: AV. AMERICO MENDES N.516 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-314

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 54-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EVERSON ALESSANDRO DA SILVA - CPF/CNPJ: 007.911.261-70 End: RUA RIBEIRAO ROQUETE N.50 - RES. MARIPA - SINOP-MT - CEP: 78557-852

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 55-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EVERSON PEREIRA SILVEIRA - CPF/CNPJ: 044.451.671-93 End: ESTRADA JACINTA N.997 - RES. LISBOA - SINOP-MT - CEP: 78557-409

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 57-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EWERTON DA SILVA ZANATO - CPF/CNPJ: 020.212.211-56 End: RUA NICOLAU FLESSAK N.4525 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-032

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 61-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: EZEQUIEL BODENSTEIN - CPF/CNPJ: 706.389.181-20 End: RUA 01 QD.012 LT.008 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 62-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIANA APARECIDA DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 016.267.721-93 End: RUA PROJETADA 12 N.80 - RES. JOSE A. LEITAO - SINOP-MT - CEP: 78559-254

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 63-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIANA COPI RAMOS OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 015.560.551-88 End: TRAVESSA 08 N.86 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-776

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 64-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIANA DA LUZ SILVA - CPF/CNPJ: 021.982.521-12 End: AV. DAS AGUIAS N.396 - JD. DAS ACACIAS - SINOP-MT - CEP: 78553-240

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 66-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIANA GOUVEIA DE ASSIS - CPF/CNPJ: 600.811.121-49 End: RUA A N.160 - RES. CAMPO VERDE - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 65-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIANA LUCENA GOMES - CPF/CNPJ: 007.944.291-90 End: RUA CONGONHAS N.355 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-318

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 67-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIANA LUCENA GOMES - CPF/CNPJ: 007.944.291-90 End: RUA GUARULHOS N.75 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-316

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 68-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIANE BALBINO DA SILVA - CPF/CNPJ: 913.047.761-15 End: AV. SENADOR JONAS PINHEIRO QD.047 LT.010 - PARQUE DAS ARARAS - SINOP-MT - CEP: 78550-492

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 70-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FÁBIO JOSÉ LOURENÇO - CPF/CNPJ: 029.877.199-30 End: RUA CANDIDO PORTINARI QD.001 LT.051 - RES. MONDRIAN - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 73-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIO JUNHIOR DIAS - CPF/CNPJ: 696.772.121-68 End: RUA MORUMBI N.125 - JD. IBIRAPUERA - SINOP-MT - CEP: 78556-822

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 75-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIO MARQUES VIEIRA - CPF/CNPJ: 041.350.149-33 End: RUA 04 N.2370 - FLORAIS DA AMAZONIA - SINOP-MT - CEP: 78551-186

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 77-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIO MOTA DE SOUZA - CPF/CNPJ: 690.634.191-04 End: RUA DOS AGAVES N.429 - JD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-288

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 76-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIO TAVARES RUBIM DE TOLEDO - CPF/CNPJ: 724.181.331-68 End: RUA TAIAMA QD.004 LT.016 - RES. PORTAL DA MATA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 78-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIOLA ALVES PEREIRA - CPF/CNPJ: 037.727.231-01 End: RUA PROJETADA 03 QD.044 LT.005 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-856

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 79-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABIULA JUSTINA PEREIRA - CPF/CNPJ: 030.084.271-62 End: RUA CELINA DIAS MARTINS N.182 - RES. JOSE A. LEITAO - SINOP-MT - CEP: 78559-210

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 80-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FABRICIO BRUSAMARELLO - CPF/CNPJ: 016.607.151-05 End: RUA CELINA DIAS MARTINS QD.011 LT.042 - JD. PAULISTA II - SINOP-MT - CEP: 78556-842

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente faltou número.

Proto e Data Apres.: 81-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FATIMA APARECIDA FARIAS - CPF/CNPJ: 631.760.681-15 End: ESTRADA DALVA N.280 - RES. LISBOA - SINOP-MT - CEP: 78557-400

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 83-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FATIMA GHENO - CPF/CNPJ: 514.760.961-04 End: RUA 01 N. 899 - ALTO DA GLORIA III - SINOP-MT - CEP: 78558-403

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 86-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FATIMA MARIA DE SOUZA - CPF/CNPJ: 021.678.491-33 End: RUA PROJETADA 13 N.86 - RES. SABRINA II - SINOP-MT - CEP: 78559-718

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 88-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FATIMA TEREZINHA DE ALCANTARA - CPF/CNPJ: 243.570.492-53 End: RUA ERVINO LANGER N.788 - RES. VITORIA REGIA - SINOP-MT - CEP: 78555-092

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 87-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FATIMO LEONARDO DE ALMEIDA - CPF/CNPJ: 536.093.441-72 End: RUA DOS TUIUIUS N.756 - MARIA VINDILINA III - SINOP-MT - CEP: 78553-231

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 90-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FAUSTINO VENTURA DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 452.061.981-53 End: RUA NICOLAU FLESSAK N.3455 - JD. DOS TARUMAS - SINOP-MT - CEP: 78553-300

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 92-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FELIPE NERE BARBOSA NETO - CPF/CNPJ: 460.432.923-00 End: RUA RENUNCIO BALDISSERA N.560 - JD. DAS ACACIAS - SINOP-MT - CEP: 78553-282

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 94-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDA CRISTINA FERREIRA DA SILVA - CPF/CNPJ: 033.628.721-66 End: RUA CONGONHAS N.565 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-318

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 95-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDA DE CAMPOS PAIXAO - CPF/CNPJ: 985.236.000-00 End: RUA PROJETADA 01 N.59 - RES. JOSE A. LEITAO - SINOP-MT - CEP: 78559-214

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 96-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDA DE MATTOS VALERIO OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 267.960.888-75 End: AV. ODALGIR SGARBI N.1072 - LOT. ALTO DA GLORIA - SINOP-MT - CEP: 78558-430

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 97-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDA TORRES SILVA - CPF/CNPJ: 040.564.541-40 End: TRAVESSA 11 N.35 - RES. SABRINA II - SINOP-MT - CEP: 78559-716

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 98-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDO ANTONIO FILLA - CPF/CNPJ: 273.166.291-34 End: RUA MACAUA QD.019 LT.012 - RES. PORTAL DA MATA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 100-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 000.700.541-50 End: RUA 05 QD.006 LT.003 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-146

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 99-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDO CRUZ GIMENES - CPF/CNPJ: 002.013.421-54 End: RUA TIJUCA QD.015 LT.014 - RES. PORTAL DA MATA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 102-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDO DE OLIVEIRA ROCHA - CPF/CNPJ: 025.556.981-59 End: RUA DOS GERANIOS N.109 - JD. IBIRAPUERA - SINOP-MT - CEP: 78556-814

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 103-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDO FERNANDES LUIZ - CPF/CNPJ: 076.888.909-00 End: AV. RUTE DE SOUZA SILVA N.68 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-557

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 104-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDO FERNANDES LUIZ - CPF/CNPJ: 076.888.909-00 End: AV. INTEGRACAO N.701 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-542

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 105-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FERNANDO GOMES SILVA - CPF/CNPJ: 030.874.601-50 End: RUA SAO DOMINGOS N.2954 - RES. SAO FRANCISCO - SINOP-MT - CEP: 78559-174

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 106-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FIORAVANTE LUPATO - CPF/CNPJ: 593.550.779-04 End: RUA 01 N.1155 - MARIA VINDILINA II - SINOP-MT - CEP: 78553-045

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 110-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FLAUDEANE LIMA GOMES - CPF/CNPJ: 912.725.991-91 End: RUA UBERLANDIA N.651 - JD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 109-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FLAVIO COSTA ALVES - CPF/CNPJ: 012.598.851-60 End: ESTRADA DALVA N.216 - RES. LISBOA - SINOP-MT - CEP: 78557-400

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 113-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FLAVIO MARIANO FARIAS - CPF/CNPJ: 650.233.581-00 End: AV. AMERICO MENDES N.96 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-314

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 116-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FLAVIO MARIANO FARIAS - CPF/CNPJ: 650.233.581-00 End: ESTRADA DALVA N.270 - RES. LISBOA - SINOP-MT - CEP: 78557-400

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 117-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FLAVIO NORBERTO LANGE - CPF/CNPJ: 368.219.931-49 End: RUA MARIO LAGO N.204 - AQUARELA BRASIL RES. - SINOP-MT - CEP: 78556-521

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 118-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRACISCO RIBEIRO SOUSA - CPF/CNPJ: 329.411.533-49 End: RUA JOSE GONCALVES N.945 - LOT. UMUARAMA II - SINOP-MT - CEP: 78559-474

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 154-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRACISCO TOMAS DA CONCEICAO - CPF/CNPJ: 272.402.823-68 End: RUA PROJETADA T N.665 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-048

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 155-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELE ALVES DE SOUZA - CPF/CNPJ: 026.010.301-27 End: AV. IDA BIANCHI N.15 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-796

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 120-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELE CRISTINA TREVISOL - CPF/CNPJ: 002.249.451-06 End: ESTRADA JACINTA N.630 - RES. MARIPA - SINOP-MT - CEP: 78557-870

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 122-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELI GON - CPF/CNPJ: 721.349.099-00 End: RUA PROJETADA S N.146 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-064

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 124-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELI MACHADO - CPF/CNPJ: 014.187.571-28 End: RUA MARTE N.375 - SEBASTIAO DE MATOS - SINOP-MT - CEP: 78559-556

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 126-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELI RIBEIRO DE ARAUJO COSTA - CPF/CNPJ: 956.752.721-00 End: RUA LAURINDA ROSA RIBEIRO N.150 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-172

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 127-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELI RIBEIRO DE ARAUJO COSTA - CPF/CNPJ: 956.752.721-00 End: RUA LAURINDA ROSA RIBEIRO N.160 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-172

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 128-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELLI CAROLINE ROSA PEREIRA - CPF/CNPJ: 050.705.589-60 End: RUA 01 N.1154 - MARIA VINDILINA II - SINOP-MT - CEP: 78553-045

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 130-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELLI KLEIN DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 004.378.410-06 End: RUA TIM MAIA QD.038 LT.015 - AQUARELA BRASIL RES. - SINOP-MT - CEP: 78556-551

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 129-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCIELY PASSIG - CPF/CNPJ: 023.689.921-03 End: RUA PROJETADA 12 N.46 - RES. SABRINA II - SINOP-MT - CEP: 78559-714

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 131-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCINEIA SORAIA DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 018.626.491-70 End: RUA PROJETADA 03 QD.057 LT.007 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-856

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 132-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCA DE SOUSA SILVA - CPF/CNPJ: 614.542.573-34 End: AV. AMERICO MENDES N.376 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-314

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 133-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCA RAQUEL CARDOSO - CPF/CNPJ: 968.707.371-34 End: TRAVESSA 09 N.136 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-778

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 135-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO ADRIANO BRITO LIMA - CPF/CNPJ: 472.197.503-15 End: RUA DAS TAMAREIRAS NR 1638 - JARDIM PARAISO - SINOP-MT - CEP: 78556-104

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Matheus.

Proto e Data Apres.: 136-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO AMORIM DE ANDRADE - CPF/CNPJ: 968.603.751-91 End: RUA GUARULHOS N.286 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-316

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 138-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 723.076.501-30 End: RUA FORMOSA N.1183 - JD. AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-636

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 137-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO CARLOS CORDEIRO - CPF/CNPJ: 457.281.789-87 End: RUA DOURADOS N.275 - CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-206

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 139-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO CHARLES BARBOSA MOTA - CPF/CNPJ: 009.418.131-42 End: RUA CAXIAS DO SUL N.245 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-554

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 140-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO DA CONCEICAO - CPF/CNPJ: 005.465.913-29 End: RUA JESUITAS N.713 - JD. AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-633

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 143-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO DA SILVA ALENCAR - CPF/CNPJ: 206.001.001-20 End: AV. PRINCIPAL N.514 - LT. MENINO JESUS II - SINOP-MT - CEP: 78559-331

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 142-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA SOUZA - CPF/CNPJ: 347.431.543-91 End: AV. AMERICO MENDES N.225 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-314

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 146-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO DE ASSIS P. DA SILVA - CPF/CNPJ: 078.087.578-88 End: RUA TATUAPE N.443 - JD. PAULISTA - SINOP-MT - CEP: 78556-858

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 151-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO DE MESQUITA SENA BISPO - CPF/CNPJ: 005.966.621-81 End: RUA CONGONHAS N.575 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-318

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 150-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO EUGENIO - CPF/CNPJ: 613.178.459-00 End: RUA VERONA QD.027 LT.016 - JD. ITALIA III - SINOP-MT - CEP: 78555-507

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 153-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO FERNANDES DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 060.919.376-77 End: RUA DAS AZALEIAS N.5181 - JD. DAS AZALEIAS - SINOP-MT - CEP: 78552-598

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 147-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO MARIANO FARIAS - CPF/CNPJ: 788.239.601-00 End: RUA FORMOSA N.47 - JD. AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-612

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 152-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA - CPF/CNPJ: 550.708.091-72 End: RUA DAS PEROBAS N.1516 - JD. IMPERIAL - SINOP-MT - CEP: 78555-062

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 157-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANK EUGENIO ZAKALHUK - CPF/CNPJ: 007.525.151-52 End: RUA GUARULHOS N.125 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-534

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 159-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRANK MIGUEL DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 029.310.261-90 End: RUA 07 QD.010 LT.009 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-150

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 158-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FREDOLIN STEINERT - CPF/CNPJ: 407.451.639-04 End: RUA SEBASTIAO SALES MENDES N.2248 - LOT. CAMPO VERDE - SINOP-MT - CEP: 78553-869

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 195-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FREDY FELIX MACEDO - CPF/CNPJ: 927.323.131-49 End: RUA TURIM N.25 - RES. FLORENCA - SINOP-MT - CEP: 78555-399

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 160-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FREICY MARCEL DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 021.997.399-70 End: AV. DAS AGUIAS N.1305 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-150

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 161-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FREICY MARCEL DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 021.997.399-70 End: AV. DAS AGUIAS N.1295 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-150

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 162-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FREICY MARCEL DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 021.997.399-70 End: AV. DAS AGUIAS N.1325 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-150

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 163-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FREICY MARCEL DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 021.997.399-70 End: AV. DAS AGUIAS N.1315 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-150

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 164-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRIDOLINO MEYER - CPF/CNPJ: 130.990.519-34 End: AV. COPACABANA QD.001 LT.016 - RES. IPANEMA - SINOP-MT - CEP: 78555-562

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 165-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRIDOLINO MEYER - CPF/CNPJ: 130.990.519-34 End: AV. COPACABANA QD.001 LT.016 - RES. IPANEMA - SINOP-MT - CEP: 78555-562

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 166-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: FRIDOLINO MEYER - CPF/CNPJ: 130.990.519-34 End: AV. COPACABANA QD.001 LT.016 - RES. IPANEMA - SINOP-MT - CEP: 78555-562

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 167-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GABRIEL DOMINGOS DE OLIVEIRA SOUZA - CPF/CNPJ: 570.940.551-53 End: RUA DAS GARCAS NR 295 - N. SRA APARECIDA II - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 170-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GABRIEL QUINTINHO DA SILVA - CPF/CNPJ: 031.731.981-74 End: AV. DAS AGUIAS N.1165 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-150

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 169-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GABRIELA BALBINOT - CPF/CNPJ: 029.480.681-42 End: RUA BARRA DE SAO MIGUEL N.390 - CARPE DIEM RESORT RE - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 172-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GABRIELA DE ABREU VERAS ARAUJO - CPF/CNPJ: 016.346.001-93 End: RUA TAIAMA QD.006 LT.009 - RES. PORTAL DA MATA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 171-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GABRIELA SEVIGNANI - CPF/CNPJ: 072.379.779-03 End: RUA PROJETADA G N.56 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-026

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 173-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GEANE CHIOCA - CPF/CNPJ: 790.105.479-49 End: RUA ADALIO LAVINSK N.1267 - FLORAIS DA AMAZONIA - SINOP-MT - CEP: 78551-156

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 174-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GEANI BOTELHO DA SILVA - CPF/CNPJ: 920.439.092-15 End: RUA PROJETADA 03 N.66 - SEBAST. DE MATOS II - SINOP-MT - CEP: 78559-668

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 175-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GEFFERSON RIBEIRO DA SILVA - CPF/CNPJ: 723.309.291-53 End: RUA FLAMBOYANTS N.1609 - RES. FLAMBOYANTS - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 177-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GENERCY BISPO DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 960.565.841-00 End: AV. UNIAO DO NORTE N.455 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-014

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 178-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GENESIO AGOSTINHO DEON - CPF/CNPJ: 067.412.749-87 End: RUA BRASIL N.550 - ALTO DA GLORIA II - SINOP-MT - CEP: 78558-490

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 180-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GENESIO SOCREPA - CPF/CNPJ: 458.420.609-06 End: RUA DAS SERINGUEIRAS N.1380 - JD. BOTANICO - SINOP-MT - CEP: 78556-070

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente faltou número do apartamento.

Proto e Data Apres.: 182-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GENESIO SOCREPA - CPF/CNPJ: 458.420.609-06 End: RUA DAS CEREJEIRAS N.400 - JD. BOTANICO - SINOP-MT - CEP: 78556-004

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente falta número do apartamento.

Proto e Data Apres.: 183-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GENESIO SOCREPA - CPF/CNPJ: 946.324.130-20 End: AV. MATRINCHA N.175 - CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-233

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 185-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GENI GOULART DE OLIVEIRA ALVES - CPF/CNPJ: 001.423.591-90 End: TRAVESSA 12 QD.030 LT.021 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-810

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 184-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GENIVAL PIRES MEDEIROS - CPF/CNPJ: 675.789.855-15 End: RUA TEREZINHA N.279 - SETOR INDUSTRIAL - SINOP-MT - CEP: 78557-046

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 186-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GEOVANI WERLANG RODRIGUES - CPF/CNPJ: 026.718.261-92 End: RUA ALCIDES FAGANELO N.3326 - JD. DOS TARUMAS - SINOP-MT - CEP: 78553-296

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 188-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GERALDINO FRANCISCO DE BRITO - CPF/CNPJ: 213.096.049-91 End: RUA OURO PRETO N.92 - JD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-298

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 190-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GERALDO ELSON DE LIMA - CPF/CNPJ: 622.265.411-87 End: RUA UBERLANDIA N.489 - JD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 192-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: GERALDO PEREIRA DA SILVA - CPF/CNPJ: 962.230.571-72 End: RUA JOAO PIO FERREIRA N.539 - JD. DAS ACACIAS - SINOP-MT - CEP: 78553-255

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 193-08/03/2016- Ultimo dia Pagto: 14/03/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Os Devedores acima relacionados deverão comparecer a Rua das Aroeiras, 630 - Centro - Sinop - MT, a fim de efetuar o pagamento ou alegar as razões por que não o fazem, no prazo a contar da data da publicação deste, no Diário Eletrônico Municipal - AMM - Associação Matogrossense dos Municípios, desta Cidade, conforme determinação da CNGJ/MT, Capítulo 5, Seção 5, item 5.5.1.1.

Sinop - MT, 10 de março de 2016.

Oficial

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 082/2016

DATA: 26/02/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JOVANSIL GERALDI

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). JOVANSIL GERALDI, efetivo(a) no cargo de VIGIA, referência “C”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/02/2016 e término em 05/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.05.20727P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/02/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº. 038/2016

DATA: 29 de fevereiro de 2016

SÚMULA: Cancela restos a pagar do exercício de 2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com os artigos 36, 37 e 38 da Lei 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º. Determinar à Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, através da Diretoria Adjunta de Administração Contábil, o cancelamento dos Restos a pagar do exercício de 2015 inscritos no exercício de 2016.

Art. 2º. O limite dos saldos apurados em 29 de fevereiro de 2016 totalizou o montante de R$ 901.866,33 (Novecentos e um mil oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos).

Art. 3º. Após o cancelamento da inscrição de Despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado, poderá ser atendido à conta da dotação destinada a despesas de exercícios anteriores, de acordo com o art. 37 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º. A relação dos Restos a Pagar ora cancelados integram a presente, na forma do Anexo I.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

ALCIONE PAULA DA SILVA

Secretário de Planej. Finanças e Orçamento

ANEXO I

PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 038/2016

RELAÇÃO DOS EMPENHOS CANCELADOS

EXERCÍCIO 2015						
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11761/01	100.000,00	Rescisão Contratual	Não Processado
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11762/01	269.468,25	Rescisão Contratual	Não Processado
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11763/01	27.259,43	Rescisão Contratual	Não Processado
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11765/01	100.000,00	Rescisão Contratual	Não Processado
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11766/01	269.468,26	Rescisão Contratual	Não Processado
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11767/01	27.259,44	Rescisão Contratual	Não Processado
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11769/01	100.000,00	Rescisão Contratual	Não Processado
11. Sec. Educação	MPC Construção e Eng. Ltda	25.09.2015	11770/01	8.410,95	Rescisão Contratual	Não Processado

TOTAL DOS EMPENHOS CANCELADOS DA SEC. DE EDUCAÇÃO R$ 901.866,33 (Novecentos e um mil oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos).

TOTAL GERAL DOS CANCELAMENTOS R$ 901.866,33 (Novecentos e um mil oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 SRP 017/2016

A **Prefeitura Municipal de Sinop/MT** torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 012/2016 SRP 017/2016. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição e instalação de vidros comuns e temperados para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 29/03/2016 às 16h00min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. **Sinop/MT, 10 de março de 2016.**

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 168/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EXTRATO DO CONTRATO CPL Nº 12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO CPL Nº 12/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)

Contratado: D. E Mocelin-ME, **C.N.P.J nº 14.222.781/0001-73**

OBJETO:Locação de horas de maquina pá carregadeira c/concha, para manutenção e recuperação de estradas vicinais e estaduais do Municipio de Tabaporã-MT. Decorrente do pregão presencial nº 07/2016, Valor do contrato **R$ 170.000,00**, vigência do contrato para 10/03/2016 a 31/12/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EXTRATO DO CONTRATO CPL Nº 13/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO CPL Nº 13/2016.

Contratante:Prefeitura Municipal de Tabaporã (MT)

Contratado:Valdir Candido da Silva-Serviços Esp.ME, C.N.P.J nº 14.222.781/0001-73

OBJETO:Locação de horas de maquina pá carregadeira c/concha, para manutenção e recuperação de estradas vicinais e estaduais do Municipio de Tabaporã-MT. Decorrente do pregão presencial nº 07/2016, Valor do contrato **R$ 170.000,00**, vigência do contrato para 10/03/2016 a 31/12/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2016 - P S 001/2016 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO a homologação das inscrições dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº. 001/2016**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

RESOLVE:

1.1 Divulgar os nomes dos candidatos com as inscrições **DEFERIDAS E INDEFERIDAS**, conforme relação abaixo:

1006-INSTRUTOR DE OFICINA TECLADO, VIOLÃO E CORAL						
	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	CPF	Nº Guia	Situação
1	8	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS SOUZA	19/05/1965	25121049315	30017984	DEFERIDO
2	4	BARTOLOMEU RODRIGUES LIMA	29/08/1965	41142250563	30017977	DEFERIDO
3	4168	CARLOS EDUARDO PEREIRA CABRAL	25/05/1994	04650309123	30019717	DEFERIDO
4	13	DÉUZA RODRIGUES MANFRIM	18/01/1984	00305961144	30017994	DEFERIDO
5	3763	DIONE HERVERSON MENDES DOS SANTOS	24/09/1989	01978154135	30018710	DEFERIDO
6	42	EZEQUIEL FÁBIO MARTINS DO NASCIMENTO	01/08/1995	04841365184	30018044	DEFERIDO
7	4371	FABIOLA BARBOSA DOS SANTOS	17/01/1998	06377722109	30019385	DEFERIDO
8	11	JEFFERSON VICENTE CORREA DE SOUSA	19/04/1991	02758065100	30017991	DEFERIDO
9	3997	JOÃO VÍCTOR TRAVASSOS DE LIMA	06/10/1997	03862075184	30019268	DEFERIDO
10	19	JULIANA ALVES LOPES	06/01/1991	04139018151	30018022	DEFERIDO
11	66	NATALICIO PEREIRA DA SILVA	23/12/1965	36145564172	30018225	DEFERIDO
12	4170	RAFAEL POLETO	17/10/1990	03153530157	30019731	DEFERIDO
13	195	RAFAEL RODRIGO DA SILVA MELO	08/05/1988	04217335199	30019546	DEFERIDO
14	4006	RICHARD GUILHERME DE SOUZA GONÇALVES	08/12/1993	03814054199	30019324	DEFERIDO
15	3621	WESLEY DE SOUSA ALVES	20/11/1996	05759372114	30018562	DEFERIDO
16	80	AGUSTAVIO CORDEIRO DOS SANTOS JUNIOR	15/12/1994	05263214154	30018305	INDEFERIDO
17	4178	DIOGO BRAZ DE MORAIS	18/11/1991	00411592254	30019783	INDEFERIDO
18	3854	GIACOMO ANTONIO RECH	19/06/1988	02504709188	30018860	INDEFERIDO
19	3744	JOÃO PAULO DA SILVA MAFRA	04/03/1996	03795066107	30019112	INDEFERIDO
20	3617	JOYCE KELLEN PEREIRA DE LIMA	01/08/1995	04949942158	30018541	INDEFERIDO
21	4181	LUIZ GUSTAVO DA SILVA MORAES	17/12/1995	03923468180	30019795	INDEFERIDO
22	67	MAGNO APARECIDO DOS SANTOS	12/08/1985	00892287152	30018229	INDEFERIDO
23	1442	MARIANA RODRIGUES PEREIRA	03/03/1991	03161483189	30018455	INDEFERIDO
24	3739	MICHELY CRISTIANE BATISTA ESPINDOLA	11/06/1996	05208551160	30019078	INDEFERIDO
25	3615	PABLO OLIVEIRA SUNIGA	19/12/1995	03835980106	30018513	INDEFERIDO
26	3859	PATRICIA DANTAS DINIZ	12/05/1988	01936583135	30018890	INDEFERIDO

27	15	RENDNER DUARTE SANTOS	09/06/1987	06806429947	30018001	INDEFERIDO
28	186	ROBSON FERREIRA DOS SANTOS	02/05/1991	03429380103	30019457	INDEFERIDO
29	187	VOLNEI BERNARDO NETO	02/07/1993	00606236163	30019488	INDEFERIDO

1007-INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO

	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	CPF	Nº Guia	Situação
1	68	ADRIANE CRISTINA ROCHA	22/06/1977	72658517068	30018230	DEFERIDO
2	4838	BIANCA DOS SANTOS BATISTA	22/09/1995	05261004195	30019876	DEFERIDO
3	20	CELESTINA FARIA DE ALMEIDA	02/02/1964	29323371149	30018027	DEFERIDO
4	3765	EMERSON SILVA MATIOLEVITCZ	09/12/1989	02820603165	30018735	DEFERIDO
5	3624	ISLANIO CAEL DA SILVA LINS	12/06/1989	35784159879	30018596	DEFERIDO
6	4590	KATIA DANIANE APARECIDA	27/09/1996	05151439103	30019841	DEFERIDO
7	4685	LIA MARA TEREZINHA JUCOSKI	24/10/1979	02799309925	30019692	DEFERIDO
8	4372	ROSANGELA DA COSTA BARBOSA	08/11/1979	00016613104	30019386	DEFERIDO
9	16	STYVE MARTINS PEREIRA	11/05/1983	00565382195	30018002	DEFERIDO
10	3856	VALTER DE ALMEIDA LARA DE SOUZA	25/01/1991	03710045193	30018871	DEFERIDO
11	3990	ANDERSON LUIZ HEIDMANN	26/08/1996	05528144159	30018920	INDEFERIDO
12	3618	DIONE FERREIRA DOS SANTOS	05/04/1995	05812824185	30018542	INDEFERIDO
13	3998	ELAINE ARAUJO SILVA	30/09/1992	00905975162	30019272	INDEFERIDO
14	3741	JAQUELINE DOS SANTOS SOUZA	01/04/1989	02565115199	30019093	INDEFERIDO
15	10	JEAN ALVES BARBOSA DA CONCEIÇÃO	23/12/1995	04054867154	30017987	INDEFERIDO
16	3756	LUANA GRACIELLE RODRIGUES MARTINS	28/10/1994	12682368611	30018650	INDEFERIDO
17	3991	RENAN PEDRO LUCAS	07/06/1995	03701777110	30018930	INDEFERIDO

1008-INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA

	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	CPF	Nº Guia	Situação
1	77	ALAYANE APARECIDA KATIKA DE MORAES	17/06/1998	09680566951	30018297	DEFERIDO
2	1445	ALINE CRISTINA MARTINS RAMOS	07/02/1994	05106114195	30018473	DEFERIDO
3	17	ANDRESSA MONIQUE DE SOUZA GONÇALVES	21/02/1997	04538383163	30018010	DEFERIDO
4	9	DANIELE MONTEIRO KLOECKNER	19/09/1997	04872066146	30017986	DEFERIDO
5	73	DIJHONY PEREIRA MELO	23/08/1989	00702694169	30018274	DEFERIDO
6	12	EMERSON ROGERIO DA SILVA DE FIGUEIREDO	27/03/1987	02972619161	30017992	DEFERIDO
7	71	ERICA DE SOUZA SILVA	14/12/1996	04421547123	30018267	DEFERIDO
8	4175	JOAO LUCAS DA SILVA	26/06/1994	03653741130	30019771	DEFERIDO
9	3630	JOSIMAR PEREIRA DA COSTA	05/10/1988	02096677106	30018642	DEFERIDO
10	3730	JOVIANO DA SILVA OLIVEIRA	01/12/1988	02781839132	30018960	DEFERIDO
11	3626	MARISA SOARES DA SILVA	04/01/1992	04111533159	30018618	DEFERIDO
12	3857	PAULA APARECIDA DA SILVA	26/08/1991	03228858170	30018882	DEFERIDO
13	261	WELINGTON MACHADO RONDON	27/02/1992	03406836194	30019391	DEFERIDO
14	4004	CRISTINA DOS SANTOS SILVA	11/09/1968	52248453191	30019315	INDEFERIDO
15	190	DANIELE FERNANDES DE ANDRADE	26/05/1991	00538181214	30019496	INDEFERIDO
16	2	FABRÍCIO SANTOS DA SILVA	10/10/2000	99136384100	30017973	INDEFERIDO
17	4179	IARA BEATRIS STEINBACH DOS SANTOS	27/06/1991	03939127108	30019786	INDEFERIDO
18	4176	ROSIANE BARBOSA ALVES DOS SANTOS	15/05/1993	03655589158	30019776	INDEFERIDO
19	3855	SUELEN TAIS CANDIDO DA COSTA	23/08/1994	08855198920	30018865	INDEFERIDO
20	3622	TATIANE OLIVEIRA DA SILVA	24/10/1994	05081979104	30018591	INDEFERIDO

1009-INSTRUTOR DE DANÇA CLASSICA						
	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	CPF	Nº Guia	Situação
1	1435	LILIANE APARECIDA DA SILVA	20/03/1990	03040955160	30018377	DEFERIDO
2	3629	INGRID FREIRE REIS	06/09/1995	05714593154	30018639	DEFERIDO
3	81	LEONICE LIMA DA SILVA	17/06/1988	01833115155	30018314	INDEFERIDO

1010-INSTRUTOR DE ARTES PLASTICAS, DESENHO E PINTURA						
	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	CPF	Nº Guia	Situação
1	4373	JOSIANE MACHADO DE CARVALHO	11/09/1989	02928111107	30019593	DEFERIDO
2	4009	KASSYELE DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO	13/09/1995	04686224110	30019338	DEFERIDO
3	4173	ROSIANE DE FATIMA BORGES	02/10/1992	03907755170	30019766	DEFERIDO
4	3853	SAMILA STEFANIA DE SOUZA GONÇALVES	23/04/1995	04538384135	30018858	DEFERIDO
5	49	DEMILSON MOREIRA RODRIGUES	10/11/1983	00073214140	30018077	DEFERIDO
6	264	FEENANDO RAMOS PEREIRA	10/05/1990	03863572181	30019426	DEFERIDO
7	75	JOSCIMAR SILVA	10/11/1986	01323057129	30018293	DEFERIDO
8	5	MARLENE DA SILVA SANTANA	07/08/1964	40622975153	30017980	DEFERIDO
9	3729	SIMAO MARQUES SANTOS NETO	12/01/1991	08652824479	30018949	DEFERIDO
10	6	WAGNER LUIZ FAQUINETI	13/04/1986	05996747928	30017981	DEFERIDO
11	1434	ADAUTO STEINBACH	19/06/1975	61655473115	30018356	INDEFERIDO
12	196	ADRIANA DE ALMEIDA FERNANDES	04/10/1989	02304044131	30019560	INDEFERIDO
13	4836	AGNALDO JUNIOR FERREIRA DE OLIVEIRA	23/06/1997	05978218102	30019853	INDEFERIDO
14	3858	ALANE MICHELE MARAN	01/08/1977	00573181900	30018885	INDEFERIDO
15	43	ALESSANDRA CAMARGO DOS SANTOS	02/04/0987	94575851272	30018046	INDEFERIDO
16	4003	ALESSANDRO PETERSON TAVARES	07/09/1986	01195988176	30019302	INDEFERIDO
17	14	ALEXANDRE MARCOS ROLIM DE MORAIS	05/10/1984	01408504146	30017995	INDEFERIDO
18	3747	ALINE BIANCA GAYESKI	21/03/1994	04638839185	30019139	INDEFERIDO
19	79	AMINADABIO DA SILVA CANDIDO	19/12/1970	45290199187	30018303	INDEFERIDO
20	70	ANA PAULA DE SOUZA	20/09/1987	02500878120	30018263	INDEFERIDO
21	193	ANDRESSA DOS SANTOS LIMA	22/07/1994	03199955185	30019517	INDEFERIDO
22	3764	ANGELA FRANCISCA PANTALIAO	15/06/1987	03058995113	30018713	INDEFERIDO
23	3628	CASSIANA LOPES DE SOUZA	18/09/1977	79790690134	30018637	INDEFERIDO
24	3732	CLAUDEMIR KITAISKI	02/05/1990	03940431117	30018991	INDEFERIDO
25	59	CLAUDIA OHANA DE SOUZA	25/10/1992	04402323177	30018170	INDEFERIDO
26	53	CLAUDINEIA SANTOS LEMES DE PASSOS	08/06/1985	01989320147	30018106	INDEFERIDO
27	3755	CRISTIANE MARIA COELHO LOURENÇO	09/02/1985	04558079141	30019212	INDEFERIDO
28	1446	DAIANE ALFREDO DA SILVA	22/09/1991	02886867136	30018476	INDEFERIDO
29	3748	DANIELA KAMILA ALBUES MARQUES DE SAMPAIO	27/01/1997	06257804183	30019152	INDEFERIDO
30	1444	DIANA CRISTINA BRIZKE	20/06/1984	02198974177	30018466	INDEFERIDO
31	3761	ELISANGELA FLAMONCINI	06/12/1988	02693130107	30018687	INDEFERIDO
32	3762	FABRICIO SILVA DE SOUZA	03/05/1986	09094528657	30018707	INDEFERIDO
33	3614	FRANCIELE DE OLIVEIRA SOUZA	28/07/1993	01339255286	30018509	INDEFERIDO
34	4177	FRANCISCA CORREA DA SILVA	13/08/1968	57157073153	30019780	INDEFERIDO
35	54	GILSON COSTA DA SILVA	13/01/1985	01207893102	30018116	INDEFERIDO
36	3625	GLEICI KELLI ZITKOSKI PEREIRA	02/08/1990	01889527130	30018607	INDEFERIDO

37	41	GREGUE AMARAL MELO	05/07/1988	03436409103	30018042	INDEFERIDO
38	78	HELIO DA SILVA VOPES	27/10/1983	01732238189	30018300	INDEFERIDO
39	44	IANAEL BARBOSA PEREIRA RODRIGUES	21/05/1997	03900582114	30018051	INDEFERIDO
40	3619	IZABEL FREITAS DA ROCHA	10/05/1975	86633503172	30018547	INDEFERIDO
41	3736	JAQUELINE OLIVEIRA PEDROSO SALAZAR	08/11/1996	05358618180	30019053	INDEFERIDO
42	4002	JESSICA REIS DA SILVA	25/01/1994	04801366104	30019298	INDEFERIDO
43	3738	JOISA FERREIRA SANTANA FUMERO	02/03/1992	03821257113	30019077	INDEFERIDO
44	48	JONATHAN CHRISTIAN QUEIROZ BORGES	28/03/1988	00861724178	30018073	INDEFERIDO
45	3994	JOSÉ PEREIRA MOREIRA	15/09/1983	01103026135	30019238	INDEFERIDO
46	4375	JOSILENE MATOS DORILEO	08/02/1980	01161183183	30019618	INDEFERIDO
47	3752	JULIANA GEROLIM SALVADOR	12/04/1988	02470133157	30019186	INDEFERIDO
48	188	JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS	23/05/1992	03889969194	30019489	INDEFERIDO
49	4378	JULIANE ESTEFANI ALVES DA SILVA	17/11/1994	02085450180	30019650	INDEFERIDO
50	64	JULIETH ALMEIDA DE CASTRO	05/04/1989	03036186123	30018195	INDEFERIDO
51	3731	LAIZA ELIVANIA DE PAULA BARBOSA	06/12/1994	04244662103	30018976	INDEFERIDO
52	3751	LAURA CARVALHO LUIZ	24/09/1993	01883345138	30019180	INDEFERIDO
53	1437	LETICIA DA SILVA	24/08/1980	69361754149	30018395	INDEFERIDO
54	3	LIDIANE ABRÃO DA SILVA TEIXEIRA	03/12/1984	01283433117	30017974	INDEFERIDO
55	4011	LILIAN ELIZABETE FERREIRA	12/10/1988	02497249105	30019376	INDEFERIDO
56	45	LIRA CRISTINA PERES LODOVARQUE	26/11/1983	01193045118	30018064	INDEFERIDO
57	58	LORRAYNE GIROTTO	15/09/1993	03778549138	30018158	INDEFERIDO
58	3760	LUCAS RODRIGO DA SILVA	12/07/1975	35450120850	30018683	INDEFERIDO
59	72	LUCINEIDE AMELIA DE SALES	02/10/1979	86163531191	30018273	INDEFERIDO
60	3749	LYE KELLY SUGIKI SARTORI	20/01/1977	65520149100	30019165	INDEFERIDO
61	3737	MARI LUCIA HANSEN	20/01/1974	53553934115	30019069	INDEFERIDO
62	4588	MARIA CARDOSO VIEIRA	19/01/1975	65184467149	30019835	INDEFERIDO
63	3620	MARILZA SILVA DE OLIVEIRA	23/06/1972	55174779172	30018548	INDEFERIDO
64	4172	MERILENE DA SILVA MENDES	22/09/1978	00627022111	30019763	INDEFERIDO
65	3758	NATANI STEPHANIE DE OLIVEIRA	14/04/1992	03573845126	30018671	INDEFERIDO
66	3746	PATRICIA DA COSTA SANTANA	28/06/1989	03003462121	30019137	INDEFERIDO
67	3745	PATRICIA MARIA DOS REIS	22/06/1993	04148384165	30019123	INDEFERIDO
68	4682	PAULO CESAR DE CARVALHO	09/02/1978	77924355120	30019682	INDEFERIDO
69	3750	RAFAELA TIEMI KOMURO	09/01/1994	03845423102	30019169	INDEFERIDO
70	47	RAPHAEL HENRIQUE SILVEIRA COVRE	21/05/1994	01807143252	30018071	INDEFERIDO
71	83	REGIANE FERREIRA BRAZ	18/08/1985	02522785184	30018322	INDEFERIDO
72	3743	ROBSON ISRAEL DA SILVA	20/10/1993	05629323130	30019110	INDEFERIDO
73	46	RODRIGO GARCIA DE LIMA	23/08/1985	00313562148	30018069	INDEFERIDO
74	192	ROSANE TERESINHA DE SOUSA MARTINS	18/01/1975	00357781139	30019515	INDEFERIDO
75	4169	ROSANGELA DE BRITO BARBOSA LIMA	14/05/1983	01502752425	30019720	INDEFERIDO
76	1436	SELMA MELO DA SILVA	25/02/1985	09327697642	30018387	INDEFERIDO
77	3995	SULINEIDE PEDROSO DOS SANTOS	06/10/1994	05320040199	30019259	INDEFERIDO
78	4683	TELMA REGINA DE SOUZA	23/01/1967	45992150153	30019684	INDEFERIDO
79	3996	THAIS STEFFANI RODRIGUES	11/03/1995	05452483101	30019262	INDEFERIDO

80	3753	UILSON RODRIGUES DE MOURA	17/03/1993	03932371178	30019204	INDEFERIDO

1011-INSTRUTOR DE ARTESANATO

	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	CPF	Nº Guia	Situação
1	76	ALESSANDRA KATIKA	07/06/1977	97497959115	30018294	DEFERIDO
2	4374	CREUZA PEREIRA DO PRADO CASSEMIRO	14/09/1968	91808103149	30019597	DEFERIDO
3	287	ELZA BERNARDES DE AGUIAR	12/03/1963	38807386100	30018345	DEFERIDO
4	265	GRAZIELY LOPES DA SILVA LIMA	22/08/1997	05358937102	30019430	DEFERIDO
5	1438	LUCIANA QUARESMA BARBOSA	08/08/1976	01691901105	30018397	DEFERIDO
6	51	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	12/01/1965	39401715149	30018086	DEFERIDO
7	3992	ROSANGELA DO CARMO ALVES DE ANDRADE	10/06/1971	59352159187	30019213	DEFERIDO
8	18	ROSANGELA VITORINO DA SILVA	22/11/1980	00938439170	30018019	DEFERIDO
9	3734	ROZENI VALERIA DA SILVA	11/08/1976	79020470159	30019020	DEFERIDO
10	50	ANA PAULADA SILVA	06/11/1979	02667075994	30018080	INDEFERIDO
11	1443	AURICIA ALVES DA COSTA SILVA	28/11/1970	91521807191	30018462	INDEFERIDO
12	63	JAINE PEREIRA DO NASCIMENTO	17/08/1982	98868349191	30018191	INDEFERIDO
13	4000	MARIA APARECIDA DA CRUZ	24/07/1973	53195051168	30019276	INDEFERIDO
14	3989	NEILA GARCIA PRADO	12/01/1971	57075719149	30018916	INDEFERIDO
15	3767	SOLANGE DA SILVA ASSUNÇÃO	19/02/1990	03631752105	30018783	INDEFERIDO
16	55	VANDELUCIA ALVES DA SILVA	17/10/1968	08028035809	30018125	INDEFERIDO
17	1440	VANESSA DOMINGOS DOS SANTOS	27/07/1994	01074640128	30018437	INDEFERIDO

794 -MOTORISTA INDÍGENA

	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	CPF	Nº Guia	Situação
1	3766	AILTON VIEIRA	14/07/1973	09761662837	30018770	DEFERIDO
2	3616	ANTONIO JOSE BRITO	29/08/1969	95539980115	30018522	DEFERIDO
3	4684	CLEITON CRUZ DA SILVA	10/04/1988	01637832176	30019687	DEFERIDO
4	286	DANILLO BATISTA DA SILVA	06/05/1989	03296514120	30018338	DEFERIDO
5	262	DIEGO DA SILVA HIRT	28/07/1990	03252772140	30019408	DEFERIDO
6	4840	DIEGO RICARDO WEIPPERT	24/06/1991	03671820179	30019894	DEFERIDO
7	3733	ERDENANDES EVANGELINO DE CAMPOS	17/07/1970	64993566115	30019015	DEFERIDO
8	4839	FABIANO FERREIRA DE SOUZA	02/12/1986	02762965160	30019877	DEFERIDO
9	4182	FERNANDO CIOSCIOLI	15/05/1985	00256596182	30019804	DEFERIDO
10	4007	FRANKEN ARZAO BATISTA	11/02/1987	01425211160	30019330	DEFERIDO
11	4180	GENESIO DOS SANTOS PEREIRA	04/08/1976	78678919191	30019791	DEFERIDO
12	3623	HIGOR VENDRAME RIBEIRO	15/01/1990	00608649155	30018594	DEFERIDO
13	4377	IRANILDO FERREIRA LIMA	08/11/1981	95482725120	30019638	DEFERIDO
14	4010	JEFERSON DOUGLAS FERREIRA DE SOUZA	25/08/1990	02120005192	30019355	DEFERIDO
15	4174	JOAO ANTONIO PINTO DE AMORIM	24/09/1987	02797686136	30019767	DEFERIDO
16	191	MIQUEIAS CATRINQUE DA SILVA	13/06/2016	01111407223	30019499	DEFERIDO
17	3851	PAULINO FERREIRA LEMES	02/06/1968	50302965149	30018829	DEFERIDO
18	3613	PAULO CEZAR SILVA AMORIM	03/10/1964	39632946120	30018508	DEFERIDO
19	4589	PETERSON ALVES GOMES	25/09/1989	02403000175	30019837	DEFERIDO
20	4008	RODRIGO DOS SANTOS BRITO	31/05/1985	00565307142	30019336	DEFERIDO
21	4171	RONIVAN RIBEIRO DE SOUZA	01/12/1985	01440514194	30019755	DEFERIDO
22	4183	SILVIO NEZOKEMAZOKAI	07/04/1989	04125737177	30019810	DEFERIDO

23	189	VALDENIR DOS SANTOS	19/05/1961	24169927168	30019491	DEFERIDO
24	82	WILNEY FERNANDES VIEIRA	15/03/1982	89498534187	30018315	DEFERIDO
25	3759	ADILSON ALVES DE OLIVEIRA	25/06/1985	87396890268	30018679	INDEFERIDO
26	194	ADRIANO DA SILVA MAIA	10/02/1986	00625584120	30019522	INDEFERIDO
27	4376	ADRIANO DUTRA	20/01/1990	04368758102	30019628	INDEFERIDO
28	3993	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	25/01/1977	92390790178	30019233	INDEFERIDO
29	3852	AUDIERY DOS SANTOS	22/02/1985	00906349184	30018849	INDEFERIDO
30	3735	BRUNO FERNANDES PEREIRA	19/09/1993	03547192110	30019037	INDEFERIDO
31	65	CELIO ROBERTO DOS SANTOS	13/03/1979	90190785187	30018214	INDEFERIDO
32	1441	CELSO CEZAR DE OLIVEIRA	02/12/1988	02863167146	30018448	INDEFERIDO
33	4837	CLAUDIO CALIXTO DA SILVA	05/12/1969	48209457187	30019866	INDEFERIDO
34	3627	CLEBIO CARLOS DA SILVA	17/01/1980	83233270178	30018624	INDEFERIDO
35	61	DEUEL PEREIRA DA SILVA	27/05/1080	86417843149	30018179	INDEFERIDO
36	3848	DIEGO COUTO FERREIRA	13/06/1994	04903245179	30018805	INDEFERIDO
37	3754	DJONATAN PIMENTEL DE FARIAS	20/06/1990	02624998195	30019209	INDEFERIDO
38	74	DOUGLAS APARECIDO FERREIRA	08/06/1990	03167165103	30018276	INDEFERIDO
39	21	FABIANO PEREIRA DA SILVA II	26/10/1985	00440207169	30018029	INDEFERIDO
40	1439	FERNANDO DA SILVA ALMEIDA	31/12/1984	01066673195	30018404	INDEFERIDO
41	2995	GEOVANE CARVALHO DE SOUZA	22/07/1989	03710104114	30019849	INDEFERIDO
42	62	JOSE DONIZETE DA SILVA	28/05/1976	00687070104	30018185	INDEFERIDO
43	263	JOSE LUIZ FERREIRA	20/10/1972	53495306153	30019413	INDEFERIDO
44	285	LEONARDO JOSÉ CHAVES	01/12/1993	04421804118	30018329	INDEFERIDO
45	3999	MAICON LOPES DA SILVA	26/05/1989	03689076196	30019275	INDEFERIDO
46	3847	MOACIR JUNIOR SIQUEIRA MODULO	21/01/1996	03835019112	30018799	INDEFERIDO
47	4686	PAULO CESAR FORNOS	27/11/1969	77542185187	30019703	INDEFERIDO
48	60	RAFAEL AMORIM OLIVEIRA	07/07/1988	01837286108	30018174	INDEFERIDO
49	3850	REGINALDO LORIN	05/10/1983	01527765164	30018824	INDEFERIDO
50	57	RICARDO DURAES PEREIRA	29/09/1988	03942075130	30018152	INDEFERIDO
51	4001	ROGERIO INACIO DOS SANTOS	17/11/1983	95444220130	30019296	INDEFERIDO
52	185	RUBENS LOPES DA SILVA JUNIOR	23/02/1988	01727019105	30019446	INDEFERIDO
53	3757	SILVANO DE CARVALHO	28/04/1981	85508616187	30018654	INDEFERIDO
54	52	VAGNER GONZAGA DOS REIS	03/11/1981	71195343191	30018098	INDEFERIDO
55	69	WAGNER ANDRADE	01/03/1979	99026473168	30018250	INDEFERIDO
56	56	WANDRE LUIZ DE SOUSA	31/10/1986	02207439160	30018131	INDEFERIDO
57	4005	WEDER GUSTAVO MALTA DA FONSECA	12/10/1990	04032740100	30019317	INDEFERIDO
58	7	WILLIAN DA SILVA	25/05/1883	99149982168	30017983	INDEFERIDO
59	3742	WILSON GARCIA DE MORAES	26/10/1988	03389632190	30019106	INDEFERIDO

1.2. Os candidatos que tiveram sua inscrição indeferida deverão protocolar recurso na Secretaria Municipal de Educação e Cultura situada à Avenida Brasil nº 2350-N- Jardim Europa, Tangará da Serra-MT, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, nos **dias 14 e 15 de Março de 2016**, portando o **comprovante original e cópia de pagamento da taxa de inscrição**.

Tangará da Serra – MT, 10 de fevereiro de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
RESULTADO DE PROPOSTAS TÉCNICAS

RESULTADO DE PROPOSTAS TÉCNICAS

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

PROCESSO Nº 15/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Tangará da Serra torna público o resultado do julgamento das propostas técnicas das empresas habilitadas. Após conclusão do julgamento das propostas técnicas pela Subcomissão Técnica, nomeada pela Portaria nº 09 de 15 de fevereiro de 2016, a Comissão Permanente de Licitação divulga o resultado do julgamento:

1ª Classificada: Gonçalves Cordeiro Propaganda e Marketing Ltda: 87,96 pontos

2ª Classificada: Interage Comunicação Ltda: 72,83 pontos

Tangará da Serra – MT, 10 de março de 2016.

MARCELO FERNANDES ROSA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 033/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 033/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 11/03/2016 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
62	198025	FERNANDA APARECIDA SANTOS PAES	04/12/1985	11,00	40	51,00	CLASSIFICADO
658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL							
29	1801	ROBERTA KELY DOS SANTOS	04/07/1993	1,85	60	61,85	CLASSIFICADO
30	198392	ELCIONE FERREIRA DA SILVA	22/07/1980	13,00	48	61,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 14/03/2016 e 15/03/2016 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 10 de Março de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 079/GP/2016 DE 10/03/2016 - TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS QUE NÃO TOMARAM POSSE

PORTARIA Nº. 079/GP/2016 DE 10/03/2016

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º - **TORNAR SEM EFEITO** a nomeação dos candidatos abaixo, nomeados através do Ato nº. 059/GP/2016 de 04/02/2016 que não tomaram posse no prazo estipulado no Edital complementar nº. 002/2016 de 04/02/2016, de convocação do Concurso Público nº. 001/2013, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº. 006/1994 de 21/06/1994.

CARGO	**TÉCNICO EM APOIO INFANTIL**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
57	REGIANE ALBERTINA DA COSTA SANTOS	2076	64	RES

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, 39º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 005-2016 - PROCESSO SELETIVO 02-2016- HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS POS RECURSOS - PROCESSO SELETIVO 02 SAUDE

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 005/2016
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Profº. **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA **a homologação das inscrições dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº. 002/2016 pós-recurso e local de prova**, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal Saúde.

RESOLVE:

1. Divulgar os nomes dos candidatos com as inscrições deferidas e indeferidas pós-recurso e local de prova.

1.1. Relação dos candidatos com as inscrições deferidas e indeferidas:

	Cargo.:	**1073-PLANTONISTA - MEDICO CLINICO GERAL**		**Edital:**	**20000000002/2016**	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	Situação
1	4701	ABINADAB DA SILVA SIQUEIRA	15/07/1989	30019693	2128162-9 MT	Deferido
2	4215	ALINE PATRICIA SOARES DIAS DE SOUZA	20/07/1988	30019150	18554838 SSP	Deferido
3	4854	AMAURI INACIO LEONARDO	09/04/1965	30019869	15825664 SSP/SP	Deferido
4	4705	ANDRE LUCIANO MEIRA DE OLIVEIRA MARTINS	03/10/1980	30019697	4123838-2 SSP/GO	Deferido
5	4647	CARLOS LEONARDO ABI RACHED	07/05/1982	30019633	11576200 SJ/MT	Deferido
6	1509	CLARA MARYHA MUNDIM PORTO MUFFATO	28/08/1990	30018430		Deferido
7	4036	DAIANE SCHILO	22/11/1981	30018954	1082948777 SSP	Deferido
8	303	DARLAN FERREIRA PENA	16/10/1987	30018333	1801685-5 SSP-MT	Deferido
9	280	JERRY DA SILVA MOTA	26/06/1989	30018307	18223672 SSP/MT	Deferido
10	4294	JOAO CARLOS SILVESTRE VELASCO	04/06/1988	30019240		Deferido
11	4666	JOENY DE CAMPOS	07/09/1959	30019654		Deferido
12	4792	LIDIONEY CUNHA SIQUEIRA	21/08/1979	30019799	10476121 SEJSP	Deferido
13	4293	LUCIANA ELOISA BOLOGNESI VICENZOTTO VELASCO	08/10/1989	30019239		Deferido
14	4594	NEISON MARQUES DUARTE	07/08/1967	30019576	099402901 IFPRJ	Deferido
15	4718	NELSON LUIZ DA CRUZ JUNIOR	24/09/1982	30019711	13427962 SSPMT	Deferido
16	4821	NICOLE SMANIOTTO MARINI DE PINHO	18/07/1990	30019830	98664432 SSP/PR	Deferido
17	4773	PEDRO ALBERTO MUFFATO	09/08/1989	30019774	18059376 SSP-MT	Deferido
18	1537	RAFAEL MAZZUTTI DUTRA SANTANA	10/07/1989	30018461	19070063 SSPMT	Deferido
19	1478	RAFAEL VIDIGAL DE MATOS	16/12/1980	30018398	11400579 SSPMT	Deferido
20	95	ABELARDO JAIDER PEREZ TEJADA	28/01/1970	30018095	18292739 SSP/MT	Indeferido
21	4175	BENEDITO NAPOLEÃO LEAL DA ENCARNAÇÃO	10/05/1980	30019104	08844356 SSP MT	Indeferido
22	4368	JOZIANE ALBINA BRUNELLI	13/07/1983	30019326	14497476 SSP	Indeferido
23	213	ROGÉRIO SPAGNOL	25/07/1980	30018227	586539 SSP/RO	Indeferido
	Cargo.:	380 -TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF		**Edital:**	20000000002/2016	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	

1	4633	AGLACIR ELIANE ZANELLA	08/09/1973	30019617	520967 SSPMT	Deferido
2	310	ALCIONE SANTANA DA SILVA	18/03/1989	30018341	20097433 SSP MT	Deferido
3	4348	ALESSANDRO PETERSON TAVARES	07/09/1986	30019303	16965574 SSP-MT	Deferido
4	4611	ANA PAULA OLIVEIRA DE FREITAS	08/04/1991	30019594		Deferido
5	4615	ANTONIA MARQUES DA COSTA	09/09/1977	30019599	11741805 SSPMT	Deferido
6	4850	BENEDITA JOSEFINA DA SILVA	11/09/1960	30019864	02164981 SSP	Deferido
7	168	CLECIA PEREIRA DA SILVA	25/01/1985	30018176	15820653 MT	Deferido
8	3780	CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	30/12/1972	30018674	10764135 SJ	Deferido
9	4763	DIOMAR LUDUGÉRIO PIMENTA	01/01/1960	30019760		Deferido
10	4469	DIVINA LOPES DE SOUZA	22/02/1971	30019439	11874600 SJ-MT	Deferido
11	3645	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	24/08/1972	30018523	859786 SSP/MT	Deferido
12	4511	ELIANA DE SOUZA	22/04/1978	30019483	14268795 SSP/MT	Deferido
13	4302	ELIANE BENTO PURITA	12/09/1998	30019248	10172351 AC	Deferido
14	4384	ELIETE ALVAREZ CLEIN	15/06/1979	30019345	12845140 SSPMT	Deferido
15	4695	ELIZABET BARBOSA MOREIRA DOS SANTOS	04/12/1981	30019685	14993546 SSPMT	Deferido
16	4487	ELIZABETI RODRIGUES ALVAREZ	16/07/1977	30019459		Deferido
17	4623	EMERSON PONCIANO DE ALMEIDA	05/06/1989	30019607	21863466 SSPMT	Deferido
18	4467	EVANEI FERREIRA DA SILVA SANTOS	05/09/1981	30019437	15763161 SSP MT	Deferido
19	287	FRANCISLENE APARECIDA DE SOUZA RODRIGUES	15/08/1986	30018316	1728219 SSPMT	Deferido
20	4764	GESILENE FERANDES	14/04/1986	30019761	1723692-7 SSP/MT	Deferido
21	4625	GISELLE GRIPP DA SILVA	21/04/1986	30019609	18542921 SSP	Deferido
22	4827	GLEIDSON LINO DE FREITAS	19/08/1982	30019838	1302122-2 SSP/MT	Deferido
23	3952	IVONE DOS SANTOS	13/08/1967	30018861	630423 MT	Deferido
24	4512	IZAILDA MARIA DOS SANTOS DIONIZIO	20/03/1964	30019484	666215 SSP/AL	Deferido
25	4684	JOSEFA PEREIRA DE SOUZA	28/07/1964	30019672		Deferido
26	182	KAREN ROSELLA	20/01/1979	30018193	10509879 SSP MT	Deferido
27	85	KEITIANE CORREIA PEREIRA	01/07/1989	30018084	21807850 SSP-MT	Deferido
28	4622	LEIA MARTA VIEIRA DIAS	06/12/1980	30019606	15856224 SSPMT	Deferido
29	4632	LUZIA MARIA NEPOMUCENO	18/05/1984	30019616	15669394 SSPMT	Deferido
30	4329	MAILA HIROE GONCALVES DUTRA	06/05/1982	30019281	mg 10332330 SSP-MG	Deferido
31	4588	MARCELINA PEREIRA DOS SANTOS	17/09/1971	30019570	13633554 SSPMT	Deferido
32	4731	MARCIA REGINA DA SILVA	21/12/1975	30019726	10405640 SSP/MT	Deferido
33	4395	MARIA GLEIS MONTANINI	10/10/1980	30019357	1454676 MT	Deferido
34	3733	MARIA MENDES PAIVA	16/09/1966	30018620	616704 SSPMT	Deferido
35	3674	MARILZA SILVA DE OLIVEIRA	23/06/1972	30018556	08370761 SSP/MT	Deferido
36	78	MARLENE RIBEIRO DA COSTA	25/05/1974	30018075	980755 SSP/MT	Deferido
37	1539	MAYARA DA SILVA	16/05/1994	30018464	36497290 SDS	Deferido
38	130	MICHELI PASCHOAL RIBEIRO	15/12/1989	30018134	17855640 SSP/MT	Deferido
39	93	MIRIAN DA SILVA	01/05/1982	30018093	14613379 SSP-MT	Deferido
40	3779	NADIR SANDES ESPINDOLA	24/08/1971	30018673	623469 SSP	Deferido
41	3877	NICAELE CONTANTINO DE FARIAS SILVA	24/06/1991	30018778	22529705 SSP MT	Deferido
42	173	RICO MARCELO AGUILAR	19/01/1976	30018182	1055680-0 SSP/MT	Deferido
43	198	ROSALINA MARTINS DA SILVA	23/11/1978	30018210	13244205 SSP/MT	Deferido
44	4538	ROSANE TERESINHA DE SOUSA MARTINS	18/01/1975	30019516	13829831 SSP-MT	Deferido
45	4795	ROSANI DA SILVA LIMA	26/01/1979	30019802	73324564 SSP/PR	Deferido
46	4203	ROSELI RODRIGUES DE SOUZA	09/12/1965	30019136	287542 SSP/RO	Deferido
47	4661	ROZIMEIRE RODRIGUES DOS SANTOS	04/10/1979	30019648	13658743 SSP	Deferido
48	4546	SANDRA ELIANE BUREI MARTINS	10/03/1974	30019526		Deferido
49	3982	SANDRA FERREIRA DA SILVA	22/06/1986	30018896	820711 SSPTO	Deferido
50	251	SANDRA REGINA CAZZUNI	21/01/1969	30018270	0701867-3 SSP/MT	Deferido
51	195	SEVERINO OSMAN SEVERO	22/01/1985	30018207	213824378 SSP/RJ	Deferido

2

52	3873	SILVIA FERREIRA DOS SANTOS	26/05/1987	30018774	19522878 SSPMT	Deferido
53	1532	VALDENICE BARRETO SANTOS	07/02/1985	30018456	13.757.971 SSP/MG	Deferido
54	3705	VANAIDE AZEVEDO DE SOUZA	24/12/1965	30018588	350780 SSPMS	Deferido
55	3971	VANDELICE DE OLIVEIRA GARCIA	27/02/1967	30018883		Deferido
56	4120	VILMA CANDIDA DA SILVA	28/07/1963	30019044	16345115	Deferido
57	4009	ADRIELE APARECIDA DA SILVA	23/10/1987	30018925	2071170-0 SSP/MT	Indeferido
58	3670	ALEALDO SAMPAIO BARRETO	12/07/1980	30018552	14088045 SSP	Indeferido
59	1450	ANDREA SUELY VINHAS QUEIROZ	26/02/1976	30018367	20360665 SSP	Indeferido
60	4332	ANDREIA CONSTANCIA DE LUNA	17/01/1978	30019284	26782235 SSP	Indeferido
61	3652	ANNA PAULA MARCONDES METRAN	16/12/1983	30018530	14864894 SSP-MT	Indeferido
62	11	ANTONIA DALVA DE CASTRO MENDES	16/07/1972	30017989	000.069 CBM MT	Indeferido
63	4866	ANTONIA RIBEIRO DA COSTA	03/05/1977	30019883	12459674 SSP/MT	Indeferido
64	1453	APARECIDA FERREIRA TEODORO	20/03/1966	30018370	50392864 SESP PR	Indeferido
65	3622	AUREA CRISTINA DE SILVA PEREIRA	15/01/1979	30018496	1145055-0 MT	Indeferido
66	215	CELINA RODRIGUES DE PAULA	18/04/1965	30018231	04953789 SSPMT	Indeferido
67	181	CLAUDINEIA SANTOS LEMES DE PASSOS	08/06/1985	30018192	153935-26 SSP MT	Indeferido
68	4420	CRISTIANE AMARAL SANTANA CAMPOS	20/11/1982	30019383	1501376-6 SSP/MT	Indeferido
69	3875	DEBORA DIOGO DOS SANTOS ARRUDA	19/08/1978	30018776	15636054 SSPMT	Indeferido
70	69	EDILIA APARECIDA DE OLIVEIRA	25/10/1986	30018062	16985931 SSP/MT	Indeferido
71	4072	ELIZEU ALVES BARROS	20/11/1994	30018993	2459352-4 SSP	Indeferido
72	3954	FATIMA CRISTINA RODAS	29/05/1980	30018863	70626861 SSSP/PR	Indeferido
73	3872	FERNANDA CATARINA LUCENTI DA SILVA	20/06/1976	30018773	12360015 SSPMT	Indeferido
74	159	GISELI PEREIRA DO NASCIMENTO	27/09/1977	30018165	11871296 SSPMT	Indeferido
75	162	IDILMARA DE OLIVEIRA CAMPOS	10/12/1981	30018168	13957813 SSPMT	Indeferido
76	4820	JANE KELLY DO CARMO BRUNO	17/09/1986	30019829	16142055 SSPMT	Indeferido
77	220	JOSE ADEILDO ALVES DO NASCIMENTO	22/05/1992	30018236	33918546 SEDS/AL	Indeferido
78	4085	KAMILA MARTINS RIBEIRO	26/06/1994	30019006	19680597 SSP MT	Indeferido
79	92	LAUDICEIA LORENSETTI	27/01/1975	30018092	10960945 SSP-MT	Indeferido
80	4266	LEANDRO DE MELO LIMA	05/07/1983	30019207	12701491 SSP MT	Indeferido
81	3707	LETICIA IVONE PEREIRA DE ARRUDA	26/01/1994	30018590	20654251 SSP/MT	Indeferido
82	3797	LUCINEIDE DE SOUZA XAVIER	02/09/1980	30018694	13154958 SSPMT	Indeferido
83	3761	MARA LUCIA RODRIGUES DE SOUZA	21/09/1989	30018653	16718712 SSP MT	Indeferido
84	4379	MARIA DE LOURDES DA CRUZ	03/07/1975	30019340	1574443-4 SSP	Indeferido
85	3772	NATALINA RIBEIRO	25/12/1983	30018665	14587718 SSP/MT	Indeferido
86	4858	NIBIANY GOMES DA SILLVA AMORIN DE SOUZA	13/08/1986	30019873	1568495-4 MT	Indeferido
87	4710	PRISCILA DA SILVA VIEIRA	29/06/1992	30019702	16892607 SSPMT	Indeferido
88	3641	REJANE DO NASCIMENTO SILVA	25/05/1980	30018518	16319338 SSP/MT	Indeferido
89	4861	SELIEL BINDANDE	14/04/1971	30019878	844672 SSPMT	Indeferido
90	4696	TELMA REGINA DE SOUZA	23/01/1967	30019686	666267 SSPMT	Indeferido
91	4147	TIAGO FRANCISCO VIEIRA PEREIRA	07/11/1986	30019073	18885870 SSP/MT	Indeferido
	Cargo.:	382 -RECEPCIONISTA - PSF		**Edital:**	20000000002/2016	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	
1	4550	ADAIANE PEDROZA DUARTE	19/07/1987	30019530	16781694 SSPMT	Deferido
2	4776	ADELIA DA SILVA FREITAS	05/10/1972	30019778	09415513 SSPMT	Deferido
3	4896	ADELIA TRINDADE DOS SANTOS	03/05/1964	30019914	458266 SSP/MT	Deferido
4	4817	ADLER DREHMER MAYER	12/01/1990	30019826	22274146 SESPMT	Deferido
5	4575	ADMILSON SILVA DIAS	11/05/1990	30019556	19953518 SSP	Deferido
6	4497	ADRIAANA ROSA	26/05/1995	30019469	28453360 SSP-MT	Deferido
7	4399	ADRIANA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA	22/02/1976	30019361	16593766 SSP	Deferido
8	3711	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	06/03/1985	30018597		Deferido

9	131	ADRIANA LINA BARBOSA	27/07/1993	30018135	23712139 SEJUSP/MT	Deferido
10	4551	ADRIANA LOPES BRANCO	07/04/1984	30019531	281536120 SSP	Deferido
11	4855	ADRIANE CHAVES CIQUEIRA	12/03/1992	30019870	19639325 SSPMT	Deferido
12	4800	ADRIANO FERREIRA LEMES	20/04/1983	30019808	16587308 SSP/MT	Deferido
13	4495	ADRIELE LEAO DOS SANTOS	06/07/1991	30019467		Deferido
14	77	ALAYANE APARECIDA KATIKA DE MORAES	17/06/1998	30018074		Deferido
15	4833	ALCENIRA LEONETE ZANELLA	27/11/1974	30019845	520963 SSPMT	Deferido
16	4806	ALCILENE APARECIDA DE OLIVEIRA BRITO	12/05/1989	30019815	20604327 SSPMT	Deferido
17	4484	ALDAET RODRIGUES CARVALHO	23/06/1974	30019455	980452 SSP MT	Deferido
18	4454	ALESSANDRA APARECIDA GALDINO PEREIRA	01/06/1987	30019422	19160151 SSP	Deferido
19	81	ALESSANDRA KATIKA	07/06/1977	30018079		Deferido
20	4670	ALEXANDRA DA CRUZ FERREIRA	16/03/1992	30019658	22732780 SSPMT	Deferido
21	102	ALINE APARECIDA REIS SANTOS	16/01/1995	30018103	25942174 SEJUSP/MT	Deferido
22	3881	ALINE CASSEMIRO DOS SANTOS	02/06/1990	30018782	16392639	Deferido
23	4460	ALINE ELAINE DE LIMA	01/10/1994	30019429	2622133-0	Deferido
24	4641	ALINE FELIPE DA SILVA	21/09/1989	30019626	22870245 ssp SSP MT	Deferido
25	4824	ALINE LIMA ARAGAO	08/09/1989	30019833	21176027	Deferido
26	3886	ALINE PEREIRA DA SILVA	12/07/1991	30018788	20126034 SSP/MT	Deferido
27	3923	ALINE RIBEIRO DE ANDRADE	14/01/1990	30018828	19855885 SSP MT	Deferido
28	4692	ALINE SOUZA DOS SANTOS	02/11/1990	30019680	18090699 SSPMT	Deferido
29	3921	ALLAN JHONNY PINTO	12/03/1994	30018826	23029803 SSPMT	Deferido
30	3851	ALRIDENIS SILVA DE AZEVEDO	28/11/1981	30018751	331358 SSP/AC	Deferido
31	33	ALTENIZA RIBEIRO DA SILVA	28/08/1982	30018018	14523116 SSPMT	Deferido
32	4570	AMANDA DE OLIVEIRA MIRANDA	19/04/1993	30019551	23168064 SSP MT	Deferido
33	1529	AMANDA SIMOES DE SOUZA	01/11/1994	30018452	23559942 SSPMT	Deferido
34	4884	ANA CARLA DA SILVA	21/09/1994	30019902	25936867 SSP MT	Deferido
35	169	ANA CASSIA DA SILVA SOUZA	21/01/1997	30018177	23757930 SSPMT	Deferido
36	4306	ANA CRISTINA CAMARGO	17/05/1977	30019252	11876018 SSP	Deferido
37	4313	ANA PAULA DOS SANTOS	02/06/1991	30019260		Deferido
38	4351	ANA PAULA FERNANDES GUIMARAES	13/03/1987	30019306	20031556 SSPMT	Deferido
39	4316	ANA PAULA GEIER	03/10/1985	30019264	17352827 SSP MT	Deferido
40	4831	ANA RAFAELLA EGUES DE PAULA	13/02/1988	30019843	20200986 SSP/MT	Deferido
41	4669	ANDRE LUIZ DA COSTA DE BRITO	22/12/1993	30019657	21512493 SSP MT	Deferido
42	4740	ANDREA GALEANO DE CAMPOS	28/08/1996	30019736	25326520 SSP MT	Deferido
43	3787	ANDREIA CRISTINA PEREIRA CASTILHEIRO	15/07/1977	30018682	14178079 SP	Deferido
44	4441	ANDREIA KAROLINE DA SILVA	23/06/1989	30019407	1949004-6 SSP-MT	Deferido
45	137	ANDREIA SILVA BATISTA	29/05/1992	30018141	27408612 SSPMT	Deferido
46	203	ANDRESSA DOS SANTOS CAMPOS	15/10/1995	30018216	2395594-5 SSPMT	Deferido
47	4835	ANDRESSA PEDROSO DA SILVA	24/12/1994	30019847	25040448 SSP/MT	Deferido
48	3974	ANGELA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA	01/07/1973	30018887	921888-2 SSP/MT	Deferido
49	4552	ANGELA TERESA LOPES BRANCO	31/01/1980	30019532	281536004 SSP	Deferido
50	1458	APARECIDA MARCIA DA SILVA I	24/02/1974	30018375	735.485 SSP/MT	Deferido
51	4405	APARECIDA MARIA DA LUZ	05/11/1979	30019367	301291123 SSP/SP	Deferido
52	4459	APARECIDA MARTINS GOMES	12/10/1968	30019428	726368 SSP MT	Deferido
53	1558	AURELINA EGUES DA SILVA	27/09/1989	30018486	19618972 SSPMT	Deferido
54	4077	BEATRIZ REGINA PORTA	28/10/1997	30018998	25230093 SSP MT	Deferido
55	4540	BENEDITA RAMOS DA SILVA	12/07/1987	30019519	18257372 SSPMT	Deferido
56	4035	BIANCA KAROLINA QUIRINO DOS SANTOS	13/04/1998	30018953	27105970 SSP / MT	Deferido
57	4047	BRENDA CAROLINE DA SILVA	30/07/1994	30018966	23585307 SEJSP	Deferido
58	4750	BRENDA MIKAELA GONÇALVES DE SOUZA	18/11/1995	30019746	24582956 SSP MT	Deferido

4

59	4564	BRENDA NATHIELI SOARES DE SOUZA	23/10/1998	30019544	2801425-1 SSP-MT	Deferido
60	3647	BRENDAW CAROLINE VILAS BOAS FELIPI	07/05/1994	30018525		Deferido
61	4045	BRUNA ARAUJO BULHOES	22/06/1995	30018964	SSP	Deferido
62	4089	BRUNA CAMILA ROMBALDI	26/01/1994	30019010	1989106-7 SSPMT	Deferido
63	4477	BRUNO CAMARGO BENITES DE ARAUJO	06/06/1996	30019448	26296080 SSP MT	Deferido
64	40	CACILDA MARIA DA SILVA SANCHEZ	08/04/1981	30018028	36067594-3 SSP	Deferido
65	156	CAMILA CRITINA DASSOW DOS ANJOS	14/02/1995	30018162	24781436 SSP/MT	Deferido
66	4269	CAMILA DE MELLO ADRIANO	05/03/1993	30019211	20720394 SSPMT	Deferido
67	4553	CAMILLE CRISTINA VIEIRA	18/10/1993	30019533	20045948 SSP MT	Deferido
68	4853	CARINA SANTANA SOARES	27/09/1978	30019868	338331888 SSP SP	Deferido
69	4798	CARINE OLIVEIRA DA SILVA	02/08/1995	30019806	2395687-9 SSP	Deferido
70	300	CARINNI BERGOZZA ROSSET	06/07/1984	30018330	SSP MT	Deferido
71	4517	CARLA DAIANE CARMO DE MATOS	20/03/1987	30019492	4901456 SSPGO	Deferido
72	4106	CARLA MACENA DA SILVA	27/07/1992	30019029	2225831-0 SSP/MT	Deferido
73	4703	CARMEM DURVALINA MARTINS	19/09/1973	30019695	0896091-7 SSP/MT	Deferido
74	4742	CASSIA ANTONIO	23/06/1996	30019738	25936620 SSP/MT	Deferido
75	4039	CELIA MARIA FERNANDES CALIXTO	17/11/1983	30018957	1776813 -6 SSP/MT	Deferido
76	4166	CELMIRA APARECIDA SCAMPARINI	08/07/1987	30019095	1744419-5 SSP/MT	Deferido
77	4528	CINTIA APARECIDA DA SILVA	15/08/1991	30019505	22157727 SSPMT	Deferido
78	4349	CLAUDEMIR HENRIQUE GRANDIS	06/12/1990	30019304	22718362 SSP-MT	Deferido
79	4423	CLAUDETE VAZ GARCIA	09/12/1981	30019388	15225933 SSPMT	Deferido
80	91	CLAUDIA JACKELINE SOUSA ARANTES	29/05/1988	30018091	17944392 SSP-MT	Deferido
81	4768	CLEUZA DE SOUZA	25/06/1974	30019768	12302171 SSP-MT	Deferido
82	4303	CREUZA PEREIRA DO PRADO CASSEMIRO	14/09/1968	30019249		Deferido
83	4263	CRIDIANE DA SILVA FERNANDES	24/02/1993	30019203	22550267 SSPMT	Deferido
84	4185	CRISTIANE RODRIGUES PEREIRA	29/11/1983	30019117	15832228 SSPMT	Deferido
85	4562	CRISTIELI FERREIRA SANTANA	16/02/1995	30019542	25454340	Deferido
86	4683	DAIANE FERNANDES FREITAS	24/04/1985	30019671	14965445 SSP MT	Deferido
87	4432	DAIANE LIMA DA SILVA	28/03/1998	30019398	26790467 SSP	Deferido
88	4118	DALVINA XAVIER LIMA	14/06/1985	30019042	4813535 SSPPA	Deferido
89	3644	DANIELE CRISTINA DOMINGOS SOBRINHO	31/12/1992	30018521	2552757 SSP/MT	Deferido
90	258	DANIELY KAILANE SANTOS DE MORAIS	24/05/1996	30018279	1753932-3 SSP/MT	Deferido
91	3698	DANUBIA MODESTO DA SILVA	15/11/1993	30018581	24618080	Deferido
92	4686	DANUBIA MORENO RODRIGUES	14/02/1993	30019674	1164280 SSP RO	Deferido
93	3727	DAYANE ALVES NUNES DUTRA	13/06/1992	30018614	2259077-3 SSP/MT	Deferido
94	4735	DAYANNE POLYANNA MORANTI	18/07/1984	30019730	1554804 SSP/MT	Deferido
95	3617	DEBORA DOS SANTOS DA SILVA	15/12/1985	30018491	19448074 SSP/MT	Deferido
96	60	DEIVIANE CABRAL DE OLIVEIRA	07/04/1988	30018053	18539637 SSP-MT	Deferido
97	3912	DENISE DA ROCHA FERREIRA	25/10/1996	30018816	11188430 SSPAC	Deferido
98	4243	DEUZELINA BESERRA DE OLIVEIRA	05/09/1976	30019182	12029524 SSP MT	Deferido
99	149	DHEILYS CARLA ALVES	01/08/1985	30018154	1676625-3 SSP/MT	Deferido
100	3634	DIEMIS CRISTINA NASCIMENTO DA SILVEIRA	02/09/1981	30018510	1153149 SSP	Deferido
101	3828	DYESSICA ZENKI DE SOUSA	02/01/1996	30018727	20720009 SSP	Deferido
102	4408	EDILAYNE DE OLIVEIRA ARRUDA	02/01/1994	30019370	22827005 01092015	Deferido
103	132	EDMAR APARECIDO FARIA DE MELO	23/03/1988	30018136	18540678 SSP/MT	Deferido
104	4415	EDNA MARIA DOS SANTOS	05/02/1970	30019378	12497967 SSP MT	Deferido
105	4589	EDSON XAVIER DA SILVA	20/06/1989	30019571	18880622 SSP/MT	Deferido
106	4601	EDVANIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA	11/05/1983	30019583	7427407 SSP PE	Deferido
107	1484	ELAINE BARBOSA SILVA	21/02/1997	30018405	22978119 SSP	Deferido
108	7	ELAINE CRISTINA DA SILVA	30/03/1992	30017979	23340460 SSP/MT	Deferido
109	4869	ELAINE DIAS DOS SANTOS	22/01/1986	30019886	16635825 SSPMT	Deferido

110	1519	ELIANDRA APARECIDA DA SILVA	25/02/2978	30018441		Deferido
111	4084	ELIANE APARECIDA FLORENCIO	30/07/1980	30019005		Deferido
112	4732	ELIANE GONÇALVES DE ALMEIDA	12/02/1978	30019727	11859245 SSP MT	Deferido
113	4486	ELIENE PONCIANO DA SILVA	02/03/1987	30019458	18824722 SSP MT	Deferido
114	4127	ELIENE SILVA DE SOUZA	22/01/1985	30019051	2001137616 AL	Deferido
115	4756	ELINEI FERREIRA DA SILVA	15/04/1987	30019752	17915430 SSPMT	Deferido
116	4489	ELISANGELA FLAMONCINI	06/12/1988	30019461	2012040-0 SSP	Deferido
117	1520	ELISSAMA DIAS DOS SANTOS	05/08/1994	30018442	22329200 SSP	Deferido
118	184	ELIZABETE DA SILVA LEMES	19/11/1981	30018196	16410645 MT	Deferido
119	3629	ELIZABETH ARAUJO PEREIRA	07/09/1979	30018503	15353451 SSPMT	Deferido
120	4436	ELIZZA REGINA DA SILVA SIQUEIRA RODRIGUES	06/06/1992	30019402	22545107 MT	Deferido
121	3904	ELOIZA SILVA DE OLIVEIRA	25/01/1995	30018808	23030445 SSP	Deferido
122	4157	ELZA RAMOS DE OLIVEIRA	27/09/1977	30019085		Deferido
123	3949	ERIANE OLIVEIRA DE PAULA	09/05/1993	30018856		Deferido
124	4062	ERICA APARECIDA SANTIAGO	27/09/1994	30018982	22737456 SSPMT	Deferido
125	4140	ERICA CARLA DIAS DE ARAUJO	04/07/1997	30019065	1391421 SSP	Deferido
126	4447	ERICA MIRANDA GALVAO	12/03/1998	30019415	25133187 SSP	Deferido
127	4514	ERICA SILVA VERONEZE	08/10/1981	30019486	16361474 SSP MT	Deferido
128	4070	ERIVANIA DE LIRA SOARES DE ASSIS	27/06/1997	30018990	526979525 SSPAL	Deferido
129	4259	EVANIR FERREIRA DA SILVA	17/07/1972	30019199	909810 SSP	Deferido
130	4074	EVERTON ALVES DA SILVA	04/01/1997	30018995	36336610 SSPAL	Deferido
131	4818	FABIANA CRUZ SILVA MARTINS	18/10/1995	30019827	25150901 SSPMT	Deferido
132	1488	FABIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA	22/04/1982	30018409	17659841 SSP/MT	Deferido
133	4183	FABIANA PEREIRA BERALDO BRABO	25/08/1987	30019115	17055296 13/08/201	Deferido
134	4422	FABIOLA BARBOSA DOS SANTOS	17/01/1998	30019387	2771914-6 SSP/MT	Deferido
135	178	FABIULA FERREIRA ARAUJO GRATON DOS SANTOS	28/08/1990	30018188	22575642 SSPMT	Deferido
136	4323	FABRICIA FRANCISCA DA SILVA	17/11/1984	30019273	15246760 SSP/MT	Deferido
137	4361	FATIMA PEREIRA DA SILVA	07/12/1979	30019318	12639826 SSP/MT	Deferido
138	4759	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	10/09/1988	30019756	1813034-8 SSP/MT	Deferido
139	4449	FERNANDA FERREIRA MARTINS	11/02/1988	30019417	18926487 SSPMT	Deferido
140	4499	FERNANDA FREITAS FERNANDES	31/01/1988	30019471	18652573 SSPMT	Deferido
141	4554	FERNANDA GUIMARAES DE MELO	02/12/1986	30019534	19456530 SSPMT	Deferido
142	305	FERNANDA PARENTE	26/04/1993	30018335	19909624 SSP/MT	Deferido
143	1469	FRANCIELE MENEZES DOS SANTOS BARRETO	21/08/1990	30018386	16634519 MT	Deferido
144	4653	FRANCIELE SOARES DE FARIAS SOUZA	05/09/1997	30019640	23280565 SSP-MT	Deferido
145	3980	FRANCIELY DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRA	01/09/1970	30018894	05218608 SSP-MT	Deferido
146	4429	FRANCISCA KEILA SILVA FERREIRA	28/09/1982	30019395	15002136 SSP MT	Deferido
147	26	FRANCISCA MARYLIN LUCAS PAUFERRO	13/10/1980	30018011	33082384X SSPSP	Deferido
148	4631	FRANCISLENE DOS SANTOS PEREIRA	29/07/1993	30019615	23531215 SSP	Deferido
149	4462	GABRIELA LETÍCIA ROMANHUK DA HORA	05/09/1997	30019432	28827708	Deferido
150	3710	GABRIELLE OLIVEIRA DOS SANTOS	08/12/1992	30018595	2351244-0 MT	Deferido
151	4485	GEANE CARLA DA LUZ	08/10/1983	30019456	16354753 SSP MT	Deferido
152	204	GESSICA ALVES DO VAL	24/03/1997	30018217	22283315 SSP	Deferido
153	3889	GEZIELY FERNANDA DA SILVA	20/05/1983	30018791	1712932-0 SSP MT	Deferido
154	4107	GIL,ARA CARDOZO DE ANDRADE PEREIRA	19/05/1974	30019030	16679750 SSP MT	Deferido
155	210	GISELE ATENIZA DA SILVA	29/04/1989	30018223	21598118 SSP-MT	Deferido
156	4787	GISELE DE SOUZA RODRIGUES	27/08/1994	30019793	24760102	Deferido
157	43	GISELE PEREIRA DA CUNHA	29/08/1995	30018032	23704730 SSPMT	Deferido
158	4752	GISIANE SILVA COSTA	31/12/1980	30019748	14776901 SSPMT	Deferido
159	4719	GISLAINE JULIO	11/02/1988	30019712	18960200 SSPMT	Deferido
160	129	GISLAINE MARTINS FERNANDES	25/06/1992	30018133	108865695 PR	Deferido

161	4894	GLEYRISLAINE MOREIRA ZENKI DE SOUSA	16/08/1996	30019912	26013088 SSP/MT	Deferido
162	4639	GRACIELE DE OLIVEIRA SOUZA	30/07/1990	30019624	1781748-0 SSP/MT	Deferido
163	244	GRACIELI ELISBAO DOS SANTOS	17/09/1995	30018261	27650855 SSP	Deferido
164	3887	GRACIELLE DE FÁTIMA VIEIRA	24/05/1984	30018789	13041118 SSP MT	Deferido
165	4458	GRAZIELY LOPES DA SILVA LIMA	22/08/1997	30019427	25439332 SSP	Deferido
166	4775	GREIZIELLY SANTOS OLIVEIRA CORREA MEDRADO	28/03/1988	30019777	20763786 SSP/MT	Deferido
167	4242	GUSTAVO HENRIQUE SANTOS DE CARVALHO	11/07/1994	30019181	24819670 SSP MT	Deferido
168	4847	HEVELLIN PEREIRA CALIXTO	26/10/1995	30019861	22512900 SSP/MT	Deferido
169	4848	HEXMONE FERREIRA CAMPOS	10/06/1983	30019862	1609455-7 SSP-MT	Deferido
170	3969	HIGOR JUNIOR BEZERRA SANTOS	18/07/1996	30018880	SSPMT	Deferido
171	3708	HIGOR VENDRAME RIBEIRO	15/01/1990	30018592	17350190 SSP-MT	Deferido
172	4717	HOZANA NEVES SALDANHA	28/10/1985	30019710	197002310 SSPMT	Deferido
173	205	IANAEL BARBOSA PEREIRA RODRIGUES	21/05/1997	30018218	23034963 SSP	Deferido
174	4468	IARA ALVES DA ROCHA	10/10/1985	30019438	14836149 SSP MT	Deferido
175	4657	IASMIM EGLE SILVA DUARTE	18/05/1997	30019644	28821343 SSPMT	Deferido
176	4255	IGOR SANTANA DE SOUZA	05/04/1997	30019195	25929178 SSPMT	Deferido
177	4202	IOLI BARBOSA NAKASAWA	29/07/1978	30019135	13076132 SSP	Deferido
178	1434	IONARA HERNANDES ALVES	20/10/1996	30018350	23443740 SSP/MT	Deferido
179	3882	IVANEIDE DA SILVA CARMEZINI	05/02/1974	30018784	11469692 SSPMT	Deferido
180	4671	IVANETE SOUZA GOMES	15/08/1983	30019659	16414292	Deferido
181	4642	IVANILDA MENDES DOS SANTOS	30/03/1974	30019627	1075682-5 ssp SSP MT	Deferido
182	4668	IVANIRA VALERIANA DE FIGUEIREDO	29/03/1974	30019656	13875817 SSP/MT	Deferido
183	4290	IVONE ROEDER	17/06/1978	30019235	10215182 SSPMT	Deferido
184	4150	IVONETE DE MELO LIMA RODRIGUES COSTA	14/09/1977	30019076	14993279 SSP/MT	Deferido
185	3941	IZABEL CRISTINA CASTRO NASCIMENTO	28/01/1971	30018847	0839745 7 SSP/MT	Deferido
186	4297	JACKELINE OSTI	05/09/1986	30019243	16157923 SSP MT	Deferido
187	311	JACKELINE MORAIS MACHADO	28/08/1995	30018342	22546359 SSP	Deferido
188	4621	JACQUELINE TRAJANO DA SILVA	29/12/1984	30019605		Deferido
189	88	JADSON DE MOURA	06/09/1994	30018088	25341480 SEJSP	Deferido
190	4783	JAIMA BATISTA DE SOUZA OLIVEIRA	10/10/1991	30019788	1069301 SSP\RO	Deferido
191	302	JAMILLIE DA SILVA SERPA	14/05/1993	30018332	2008010131449 SSPDS-CE	Deferido
192	4829	JANE LUCIA OJEDA DA SILVA	24/11/1989	30019840	20579268 SSPMT	Deferido
193	136	JANETE LOPES DA SILVA	18/09/1980	30018140	15222810 SSP	Deferido
194	4679	JARLECIA MARIA DE MELO	06/12/1992	30019667	8573043 SSP PE	Deferido
195	14	JEAN ALVES BARBOSA DA CONCEIÇÃO	23/12/1995	30017996	2303465-3 SSP	Deferido
196	32	JEANI ALVES DENTI	16/10/1996	30018017	1297019 SSP/RO	Deferido
197	4362	JEISYLA PRYSCILLA SANTOS RODRIGUES DE BERNARDES	02/06/1990	30019319	20260750 SSP MT	Deferido
198	4288	JEOVANI PEREIRA DE SOUZA	08/03/1977	30019232	10203036 SSP/MT	Deferido
199	4590	JESSICA CAROLINE PANUNCIO VILELA	25/09/1994	30019572	25439022 SSPMT	Deferido
200	3773	JÉSSICA COUTO FERREIRA	01/07/1991	30018666	20211910 SSP	Deferido
201	3842	JESSICA CRSITINA SCARANARO DOS SANTOS	18/03/1996	30018742	26519836 SEJSP	Deferido
202	4770	JESSICA DE OLIVEIRA	18/10/1995	30019770	22608834 SSP-MT	Deferido
203	4581	JESSICA DUARTE RIBEIRO	12/03/1992	30019563	22704655 SSPMT	Deferido
204	4268	JESSICA HENRIQUE DE SOUZA FARIAS	07/09/1997	30019210	27181405 SSP	Deferido
205	49	JESSICA JAQUELINE DE SIBIE MISSIO	24/01/1997	30018038		Deferido
206	4758	JESSICA TAMILA FLORENTINO DA SILVA	26/03/0199	30019754	25110705 SSP	Deferido
207	3883	JHENES PEREIRA BATISTA	14/12/1994	30018785	25538071 SEJUSP MT	Deferido
208	4445	JHENIFFER ALINE DA SILVA AMORA	05/01/1995	30019412	25978930 SEJSP/MT	Deferido
209	1549	JHONATHAN HENRIQUE SANTOS SILVA	02/10/1995	30018477	25600800 SEJUSP MT	Deferido

210	4155	JOÃO CRISTIANO AVELINO FURTADO	03/04/1991	30019083	2182444-4	Deferido
211	4413	JOÃO VITOR MILANEZ	26/02/1996	30019375	25586220 SSP	Deferido
212	301	JOAQUINA MARIA DE JESUS NETA	09/09/1997	30018331	24122840	Deferido
213	4109	JOELMA DE SOUZA RODRIGUES	13/08/1994	30019032	2683924-5	Deferido
214	3796	JOHNATAN HARRISON COURA	28/10/1992	30018693	21820120 SSP-MT	Deferido
215	4194	JOSANA RODRIGUES DE SOUZA	29/05/1992	30019127	2192559 SSP/MT	Deferido
216	4212	JOSANE FRANCISCA DE LIMA	02/06/1979	30019147	18462340 SSPMT	Deferido
217	4608	JOSEFA LILIANE GALDINO DA SILVA	20/05/1991	30019590	22142851 SSPMT	Deferido
218	3993	JOSENILDA MARIA ARAUJO TEIJO	19/05/1989	30018907	8121598 SSP PE	Deferido
219	167	JOSIANE DO NASCIMENT0 BERNADO	28/11/1995	30018175	27150267 SESP MT	Deferido
220	3942	JOSIANE SILVA	11/05/1991	30018848		Deferido
221	3814	JOSIMAR DA LUZ	31/07/1967	30018714	44757346 SSPPR	Deferido
222	3809	JOYCE ANGELINE DA SILVA	13/06/1996	30018706	22818103 SSPMT	Deferido
223	3693	JOYCE MARA DOS SANTOS LIMA	27/09/1980	30018576	1378995-3 SSP/MT	Deferido
224	4025	JOZELI ALVES NUNES	10/10/1990	30018942	21230455 SSPMT	Deferido
225	4579	JUCELENE FIDENCIO BATISTA	04/08/1978	30019561	13204289 SSPMT	Deferido
226	3978	JULIANA DE SOUZA COIMBRA	19/05/1986	30018892	19681437 SSPMT	Deferido
227	4506	JULIANA TAVARES DUTRA	09/08/1984	30019478	572749569 SSP/SP	Deferido
228	4507	JULIANA VERONEZ SANTANA	19/04/1986	30019479	17990777 SSP/MT	Deferido
229	4102	JULIANE BORGES BONFIM	18/03/1993	30019025	22579621 SSP	Deferido
230	3913	JULLIANA BERNARDINO DE ARAÚJO SANTOS	27/11/1988	30018817		Deferido
231	4179	KAMILA HAMANN SEIDLER	10/06/1992	30019109	19187947 SSPMT	Deferido
232	4493	KARE DAIANE RODRIGUES SANTANA	09/10/1992	30019465	20758022 SSP	Deferido
233	3956	KARINA SANTOS SILVA LIMA	16/10/1996	30018866	24771830 MT	Deferido
234	4318	KARINY KAZUMI MUNIZ KANEDA	04/11/1997	30019266	2820525-1 SSP/MT	Deferido
235	3979	KAROLAINE KAMILA DA SILVA	23/03/1997	30018893	27782743	Deferido
236	3989	KAROLINY DE ALMEIDA TEIJO	28/03/1996	30018903	9486907 SSP PE	Deferido
237	4890	KAROLINY SUSAN DE FRANÇA SILVA	18/11/1993	30019908	24650129 SSPMT	Deferido
238	4612	KATIA CRISTINA CARDOSO DA SILVA	15/09/1988	30019595	19967080 SSP/MT	Deferido
239	4838	KATIA DANIANE APARECIDA	27/09/1996	30019851	2395877 SSP	Deferido
240	3667	KATIUSCIA DE SOUZA OLIVEIRA	10/09/1986	30018549	19323085 SSP MT	Deferido
241	3803	KATIUSCIA RUDENAS	29/09/1975	30018700	09049711 SSP	Deferido
242	4891	KEILA DA SILVA HIPOLITO	06/03/1987	30019909	18420109 SSP MT	Deferido
243	1480	KEILA FERNANDA DE MOURA	20/04/1990	30018400	1894584-8 SSPMT	Deferido
244	3799	KELLI KATIANE RODRIGUES CARDOSO CHAGAS	28/02/1990	30018696	18237541 SSP/MT	Deferido
245	3999	KEROLLIN KALINCA GUIMARAES	01/01/1998	30018913		Deferido
246	4443	KEYLA SANDRA DE OLIVEIRA	24/09/1978	30019410	13914383 SSP MT	Deferido
247	4790	LARISSA CLAUDIA ROBERTO RAMOS	16/10/1995	30019797	23030232 SSPMT	Deferido
248	4828	LAUDICEIA LOURENÇO RIBEIRO	11/12/1986	30019839	18328253 SSPMT	Deferido
249	4478	LAURA KAROLINE CAMARGO BENITES	30/07/1987	30019449	0938639747 MEX	Deferido
250	4034	LEIDIANE ALVES DOS SANTOS	03/01/1997	30018952	2597006-2 SSP MT	Deferido
251	4518	LEIDINA DOS SANTOS OLIVEIRA	16/04/1990	30019493	1713215-0 SSP	Deferido
252	234	LEILA FRANCISCA DE LIMA	04/08/1984	30018251	12702463 SSP /MT	Deferido
253	4461	LEONICE CAMPOS	17/01/1987	30019431	17689759 SSP MT	Deferido
254	4464	LETICIA ALVES CORREIRA DE LIMA	23/04/1990	30019434	18782060 SSP MT	Deferido
255	4169	LETICIA NAITIARA VARGAS DE MATOS	07/08/1993	30019098	22907289 SSP/MT	Deferido
256	4377	LETICIA PINTO CHAGAS	13/07/1994	30019337	24803090	Deferido
257	276	LETICIA RIBEIRO DA SILVA	26/04/1991	30018301	21749833 SSPMT	Deferido
258	3742	LETICIA SANTOS SOUZA	19/03/1994	30018630	22895914 SSP	Deferido
259	4675	LETTICYA L. VIEIRA DE PAULA	25/05/1990	30019663	2525288 SSP DF	Deferido
260	4434	LEUDIANE DE JESUS LIMA	16/08/1987	30019400	0435248720110	Deferido

					SSP/MA	
261	4823	LEYDIANE MENDES DE JESUS	31/03/1997	30019832	26782219 SSP	Deferido
262	4	LIDIANE ABRÃO DA SILVA TEIXEIRA	03/12/1984	30017975	14614014 SSPMT	Deferido
263	3983	LIGIA CARLA GOMES LEAL	30/01/1988	30018897	19570457	Deferido
264	3794	LILIANE CONCEICAO SOARES	27/06/1984	30018691	1708921 SSP	Deferido
265	3928	LILIANE JESUS DE ANDRADE	23/04/1977	30018834	285314592 SSPSP	Deferido
266	253	LIOZETE ROMUALDO DA SILVA	26/05/1978	30018271	1084767-7 SSJMT	Deferido
267	271	LUANA CRISTINA DA SILVA ALVES	11/08/1997	30018292	27163970 SSP	Deferido
268	201	LUANA SAMAIA NEVES DE SOUZA	01/02/1986	30018213		Deferido
269	238	LUANA SANTOS CALHAU	18/01/1991	30018255	22653511 SSPMT	Deferido
270	68	LUCIANA DOS SANTOS NASCIMENTO DA SILVA	15/07/1983	30018061	15734030 SEJSP	Deferido
271	4797	LUCIANE DA SILVA FERREIRA	06/05/1993	30019805	2495751-8 SSP/MT	Deferido
272	4430	LUCIANE DE JESUS LIMA	21/07/1983	30019396	198923020020 SSP/MA	Deferido
273	82	LUCILA MARTINS	03/12/1967	30018081	42449334 SSPPR	Deferido
274	4021	LUCIMARA DE NOVAES SILVA	07/10/1988	30018938	49852956-3 SSP/SP	Deferido
275	4523	LUCIMARA VIANA GONÇALVES	10/01/1986	30019500	21497907 SSP/MT	Deferido
276	133	LUCINEIA FERNANDES DA SILVA	15/01/1975	30018137	6.056123 SSP	Deferido
277	250	LUCINEIDE AMELIA DE SALES	02/10/1979	30018269	12360805 SSPMT	Deferido
278	4275	LUSIA MANPRINI DE OLIVEIRA	27/04/1966	30019219	21964203 SSPMT	Deferido
279	4220	LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	26/03/1989	30019156	21267987 SSP-MT	Deferido
280	4471	MAGNA ALVES DA ROCHA	27/06/1978	30019441	10742913 SSP MT	Deferido
281	1487	MAIRIA ROSE GOMES DE OLIVEIRA	06/09/1994	30018408	2356049-5 SSP-MT	Deferido
282	1466	MARCIA APARECIDA DOS REIS	05/07/1978	30018383	14138786 SSP MT	Deferido
283	4236	MARCIA CRISLAINE DESIDERIO DO NASCIMENTO	06/08/1990	30019174	20575815 SSP MT	Deferido
284	4210	MARCIA LOPES MARTINS	07/01/1987	30019145	1959825-4 SSP/MT	Deferido
285	94	MARCIA SIMOES BARBOSA	11/10/1976	30018094	10377417 SJ	Deferido
286	4204	MARCILENE ALINE DOS SANTOS PERES	29/05/1995	30019138	24697010 SSP	Deferido
287	4196	MARCILENE ROSENO DA SILVA	31/05/1994	30019129	24802514 SEJSP	Deferido
288	281	MARCOS DE JESUS LIMA	19/06/1991	30018308	0411818920100 SSPMA	Deferido
289	4582	MARGARETE DA COSTA DE BRITO	22/10/1969	30019564	07282451 SSMT	Deferido
290	3625	MARI ADRIANI PINTO DE OLIVEIRA	11/08/1979	30018499	12957437 SSP/MT	Deferido
291	4406	MARI LUCIA HANSEN	20/01/1974	30019368	862249 SSP/MT	Deferido
292	4289	MARIA APARECIDA DE ALMEIDA	14/08/1966	30019234	05409314 SEJUSP MT	Deferido
293	4808	MARIA ANTONIA BEZERRA GASPAR	31/03/1990	30019817	21129053 SSP MT	Deferido
294	3760	MARIA APARECIDA LEANDRO	16/11/1975	30018652	998969 SSP MT	Deferido
295	4805	MARIA APARECIDA PINHEIRO	26/03/1984	30019814	19440952 SSP	Deferido
296	1527	MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO	20/12/1969	30018450	695743	Deferido
297	4027	MARIA APARECIDA SANTANA II	22/08/1970	30018944	799336 SSP	Deferido
298	3930	MARIA CRISTINA MACHADO	23/09/1977	30018836	14530678 SSP	Deferido
299	4452	MARIA DAS NEVES DA SILVA	25/02/1981	30019420	11469129 SSP MT	Deferido
300	180	MARIA ELEUZA CHRISTIANO	04/03/1980	30018190	11554959 SSP/MT	Deferido
301	4251	MARIA ESTER SANTANA	09/06/1974	30019191	10608354 SSP/MT	Deferido
302	4315	MARIA IZABEL RAMOS ESTRABES	03/06/1995	30019263	2678220-0 SSP\MT	Deferido
303	100	MARIA JOSE PEREIRA FILHO	26/09/1981	30018101		Deferido
304	4371	MARIA JOSÉ RIBEIRO	30/12/1969	30019329	2486169-3 SSP/MT	Deferido
305	4048	MARIA LUCIA BULHÕES	19/10/1981	30018967		Deferido
306	3906	MARIA LUCIANA DE SOUSA PEREIRA	13/01/1985	30018810	1842241-1 SSP MT	Deferido
307	3987	MARIA REGINA BENA	01/03/1986	30018901	17279569 SSP MT	Deferido
308	164	MARIANA SEGATTO	16/04/1991	30018171	28815858 SSP/MT	Deferido
309	4298	MARIELI DA SILVA DANTAS	26/09/1997	30019244	2304172 SSP	Deferido

310	306	MARIELLI DE ALMEIDA CORREA	11/04/1995	30018336	25132474 SSP-MT	Deferido
311	4223	MARINALVA LUCIA DA SILVA	29/12/1974	30019159	10972064 SSP/MT	Deferido
312	4310	MARINETE MARQUES DA SILVA GUIA	08/04/1982	30019256	13976400 SSP MT	Deferido
313	4726	MARINETE ZANARDI	20/06/1975	30019721	1582034-3 SSP-MT	Deferido
314	3673	MARISTELA FREITAS DE OLIVEIRA	28/05/1984	30018555	16668863 SSPMT	Deferido
315	4693	MARIZA DE OLIVEIRA	18/08/1987	30019681	29889235 SSPMT	Deferido
316	3932	MARIZELHA MENDES PEREIRA	20/11/1974	30018838	14302780	Deferido
317	293	MARLIENE SANTOS DE SOUZA	31/05/1968	30018323	754298 SSP/MT	Deferido
318	3805	MARLUCIA CARNEIRO SOARES	12/07/1987	30018702	20069014 SSP	Deferido
319	4867	MATILDE GOMES CALIXTRO	21/12/1973	30019884	09280987 SSP/MT	Deferido
320	290	MATTHEWS LOBO GALVÃO	17/05/1991	30018319	1938355-0 SSP	Deferido
321	3816	MAYARA DA SILVA MINATI	28/09/1994	30018716	24862533 SSPMT	Deferido
322	4662	MAYARA MENDONÇA DA SILVA	16/04/1996	30019649	2704153-7 SSP/MT	Deferido
323	3824	MAYKELLI DANI FEITOSA	09/05/1994	30018723	25402145 SEJSP	Deferido
324	282	MERIAN SOARES DE SANTANA	09/03/1984	30018309	19414323 SSPMT	Deferido
325	4766	MERILENE DA SILVA MENDES	22/09/1978	30019764	1568095-9 SSP-MT	Deferido
326	4784	MICHELI OLIVEIRA DA SILVA	27/08/1995	30019789	2377564-5 SSP	Deferido
327	4629	MICHELLY DE BRITO DOBLER	31/08/1995	30019613	24801631 SSP MT	Deferido
328	4008	MILENA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	23/11/1981	30018924	13283170 SSPMT	Deferido
329	4391	MISLAINE LEMES DE SOUZA	30/05/1993	30019352	2227492-8 SSP MT	Deferido
330	4816	MITSY PAIVA GUERREIRO	15/03/1994	30019825	3711250 SSP RR	Deferido
331	4252	MÔNICA DOS REIS GUIMARÃES	28/09/1991	30019192	19298749 SSP MT	Deferido
332	4365	MYLENA BORGES DA CRUZ	12/03/1998	30019322	22682074 SSP	Deferido
333	4602	NAIARA MENEGAZ	07/06/1990	30019584	21455392 MT	Deferido
334	4358	NATALIA DOS SANTOS SILVA	25/08/1995	30019313	24564427 SSP MT	Deferido
335	4334	NATÁLIA LARISSA GALLEGO	03/03/1991	30019286	21807116 SSP MT	Deferido
336	4292	NATÁLIA PRISCILA DA SILVA	24/12/1996	30019237	2847280-2	Deferido
337	4088	NATALY MARIA CIRIACO COUTINHO	27/12/1985	30019009	22022015 SSPMT	Deferido
338	309	NATAN WILKER SANTOS DE OLIVEIRA	09/02/1996	30018340		Deferido
339	4248	NATANAEL JOSE FERREIRA	11/09/1988	30019188	19387032 SSP/MT	Deferido
340	4381	NATANI CAZZUNI GONÇALVES	19/07/1988	30019342	19444915 SSP/MT	Deferido
341	3823	NATIELE BELO DOS SANTOS	25/04/1995	30018722	24217972 SSPMT	Deferido
342	4385	NAYARA DE ALMEIDA LOPES	21/02/1990	30019346	20662386 SSP/MT	Deferido
343	4810	NAYARA SEVERO AGUILAR	06/10/1989	30019819	19577974 SSPMT	Deferido
344	4549	NIKITA FABIANE ALVES	28/02/1986	30019529	17425148 SSPMT	Deferido
345	4095	NOELI PEREIRA DE SIQUEIRA	01/01/1973	30019017	08638594 SSPMT	Deferido
346	4174	OLIVIA LOJOL RIBEIRO	16/06/1966	30019103	611219 SSPMT	Deferido
347	3657	PAMELA BIANCA DA SILVA	24/03/1994	30018535	23081023 SSP MT	Deferido
348	272	PAMELA CRISTINA DOS SANTOS	28/11/1993	30018295	2344733-8 MT	Deferido
349	265	PATRÍCIA MARTINS DANTAS	20/02/1989	30018286	18131077 SESP MT	Deferido
350	3613	PATRICIA MENDES DOS SANTOS AZEVEDO	01/05/1991	30018487	21452814 SSP/MT	Deferido
351	3986	PAULA APARECIDA DA SILVA	26/08/1991	30018900	21181128 SSP-MT	Deferido
352	186	PAULA CRISTINA DASILVA OSS EMER	21/08/1978	30018198	15555186 SSP/MT	Deferido
353	3931	PAULO CESAR SANTANA	20/09/1983	30018837	13637851 SSP/MT	Deferido
354	4558	PAULO ROBERTO GOMES DE LIMA	03/06/1987	30019538	17976375 SSP/MT	Deferido
355	3764	POLIANA AELICA MOURA PINTO	22/12/1986	30018657	17746272 SSP/MT	Deferido
356	3664	POLIANA SANTANA PEREIRA	15/03/1984	30018544	16683137 SSP MT	Deferido
357	4754	PRISCILA MILENE MARTINS	25/10/1990	30019750	2294641-1 SSP/MT	Deferido
358	3864	PRISCILLA QUELLI GIACOMEL	09/03/1993	30018764	24144258 MT	Deferido
359	4473	PURCINA HENRIQUE NEIVA	05/11/1963	30019443	637008 SSP	Deferido
360	4753	QUEILA RAMOS BATISTA	14/10/1980	30019749	1378090-5 SSP/MT	Deferido

361	4654	QUEZIA CRISTINA DA SILVA	13/04/1989	30019641	19961766 SSP	Deferido
362	4353	RAFAELA SANCHES VICENTE DOS SANTOS	08/11/1990	30019308	2221942-0 SSP MT	Deferido
363	4208	RAIMUNDA DE OLIVEIRA COSTA	29/02/1976	30019143	941609 SSPMT	Deferido
364	3874	RAQUEL DA SILVA	15/07/1993	30018775	2346925-0 SSP	Deferido
365	4162	RAQUEL LEAL DE SOUZA COSTA	08/11/1970	30019090	804653 SSP\MT	Deferido
366	1470	RAYANA SANCHES VICENTE DOS SANTOS	15/10/1993	30018388	398956583	Deferido
367	3991	REGIANE FERREIRA COSTA	11/04/1989	30018905		Deferido
368	4111	REGINAURA GOMES DE SOUSA	11/07/1979	30019034	12211141 SJ	Deferido
369	4725	REINALDO DA GUIA SILVA	06/01/1993	30019719	26475537 SSPMT	Deferido
370	4041	RENATA APARECIDA DA LUZ	18/11/1991	30018959	22293731 SSP/MT	Deferido
371	4870	RENATA LOURENCO DOS SANTOS	11/12/1993	30019887	25672436	Deferido
372	145	ROBERTA LUIZA DE JESUS	06/03/1986	30018149	18690971 SSP MT	Deferido
373	4544	ROBERTO DA ROCHA TAIRA	18/01/1989	30019524	17006120 SSPMT	Deferido
374	4714	ROSALIA DA COSTA BUENO	28/02/1985	30019707	17581893 SSPMT	Deferido
375	294	ROSANA RODRIGUERO	15/01/1982	30018324	14862913 SSPMT	Deferido
376	243	ROSANA VIEIRA DA SILVA GONZALES	30/10/1978	30018260	1251060-2 M.T	Deferido
377	127	ROSANGELA DA COSTA BARBOSA	08/11/1979	30018130	1679527 SSP/MT	Deferido
378	4689	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA SOUZA	06/08/1974	30019677	741885 SSP/MT	Deferido
379	3878	ROSANGELA RODRIGUES DE ALMEIDA	29/12/1985	30018779	16424280 SSP/MT	Deferido
380	3943	ROSEANE CRISTINA LEANDRO	16/04/1988	30018850	1926004-0 SSP/MT	Deferido
381	4231	ROSELI ALVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA	13/05/1985	30019168	16290119 SSPMT	Deferido
382	4618	ROSELY TAVARES NEPOMUCENO	06/08/1973	30019602	12282448 SJ/MT	Deferido
383	3994	ROSENIR GONÇALVES VAZ	08/06/1992	30018908	21411379 SSPMT	Deferido
384	4229	ROSIANE SILVA DOS SANTOS	27/09/1986	30019166	20499094 SSPMT	Deferido
385	188	ROSICLEA SIMIAO DINIZ	21/01/1993	30018200	23469331 SSPMT	Deferido
386	4354	ROSIMERI DUTRA	19/09/1987	30019309	4391599 SSPSC	Deferido
387	1510	ROSINEIA DA SILVA AMARAL	25/06/1984	30018431	15414981 SSPMT	Deferido
388	4060	ROSINEIDE ALEIXO	30/01/1970	30018980	463261 SSP/MT	Deferido
389	4481	RUBENS LOPES DA SILVA JUNIOR	23/02/1988	30019452	18540791 SSP MT	Deferido
390	4771	RUTE ROBERTA DOS SANTOS	27/12/1997	30019772	28821173	Deferido
391	4149	SABRINA CAROLINE DOMINGUES BRAUN	11/04/1996	30019075	22610871 SSP/MT	Deferido
392	19	SALETE MARIA CAMPELO PINHEIRO	02/03/1964	30018003	926063 SSP/MA	Deferido
393	4209	SAMIRA SCAFF DE SOUZA	11/11/1996	30019144	28217470 SSPMT	Deferido
394	4616	SANDRA TEREZINHA BORGES	05/09/1975	30019600	4067694499 SSP	Deferido
395	3795	SARA KARINE DA SILVA SOUSA	15/04/1996	30018692	038505072009-0 SSP	Deferido
396	4697	SARA REGINA DE BRITO	14/03/1980	30019688	11047429 SSPMT	Deferido
397	3738	SHIRLEI APARECIDA FERREIRA MATOS	15/01/0981	30018626	1435528-0 SSP-MT	Deferido
398	4152	SHIRLENE PEREIRA DE LUCENA	04/11/1989	30019080	33789398 SSP/AL	Deferido
399	3965	SIBELE DA SILVA MELO SANTOS	31/08/1986	30018876	27041646 SSP-MT	Deferido
400	4682	SILVANA CARVALHO MORENO	21/04/1974	30019670	437108 SSP RO	Deferido
401	4428	SILVANA SOUZA DE ALMEIDA	22/02/1988	30019394	28684370 SSP	Deferido
402	4058	SILVANIA AEXANDRE MONASKI	05/05/1978	30018978	12762377 SSPMT	Deferido
403	4586	SILVANIA DA SILVA DAVI	15/09/1986	30019568	16291492 SSPMT	Deferido
404	3998	SILVIA HELENA DE OLIVEIRA	20/06/1984	30018912	16768337 SSP	Deferido
405	3734	SILVIA PEIXOTO DA SILVA	19/03/1988	30018621	17655862 SSP MT	Deferido
406	3850	SILVONE ALVES FERNANDES	28/07/1978	30018750	11114355 SSP/MT	Deferido
407	211	SIMONE AUXILIADORA SOBRINHO	04/04/1975	30018224	946462 SSPMT	Deferido
408	4330	SIMONE CRISTINA LIMA	10/01/1981	30019282	14354691 SSPMT	Deferido
409	4139	SIMONE FOGACA MACHADO	15/04/1982	30019064	18860079 SSPMT	Deferido
410	4130	SIMONE SANTOS VIEIRA	15/09/1995	30019055	2478131-2 MT	Deferido
411	5	SIMONE VIANA CAETANO	13/10/1978	30017976	13156390 SSP	Deferido

412	98	SIRLEI NOGUEIRA LOPES	08/07/1980	30018099	1435467-5 SSP / MT	Deferido
413	4587	SIRLEI T. MONTEIRO DE LIMA SILVA	26/03/1966	30019569	23894873 SSPMT	Deferido
414	4470	SOLANGE APARECIDA DA SILVA	30/09/1991	30019440	21669520 SSP MT	Deferido
415	3713	SOLANGE DE MORAIS DO NASCIMENTO	01/01/1998	30018599	2200381 SSPMT	Deferido
416	3632	SUELE LARA RAMOS	13/12/1981	30018506	12403261 SSP MT	Deferido
417	1445	SUELEN DE ARAUJO SARABIA	03/08/1987	30018362	19151659 SSPMT	Deferido
418	4374	SUELEN TANILA RODRIGUES DOS SANTOS	11/07/1992	30019333	23141999 SSP/MT	Deferido
419	4104	SUELI AUGUSTO MEIRA TAVEIRA DA SILVA	05/11/1991	30019027	2369625 SSP	Deferido
420	4761	TAINA INGRIDY DOS SANTOS LEMES	28/01/1996	30019758	26231107	Deferido
421	3959	TALITA ALEXANDRE SA DILVA	26/03/1992	30018869	2329739-5 SSP-MT	Deferido
422	4123	TALYTHA BEZERRA PAIVA GONÇALVES	19/04/1995	30019047	24665215 SSPMT	Deferido
423	4741	TAMIRIS YARA DA SILVA FRANÇA	19/10/1996	30019737	27062325 SSPMT	Deferido
424	1448	TAMYLLA NOGUEIRA RAMOS	06/08/1997	30018365	27707431 SSP/MT	Deferido
425	4691	TASSIA MAYARA MOTTA BARBOSA	10/05/1994	30019679		Deferido
426	4190	TÁSSIA SERENA CARVALHO DE ARAÚJO	18/11/1992	30019122	2367284-6 SSP	Deferido
427	4250	TATIANE DA SILVA	10/05/1989	30019190	18935222 SSPMT	Deferido
428	4245	THAINA MAIZA CAMPOS	22/08/1988	30019184	18586597 SSPMT	Deferido
429	1443	THAIS CUNHA OLIVEIRA	22/02/1995	30018360	2075972-0 SSP	Deferido
430	4598	THIAGO FARIAS DA SILVA	02/08/1990	30019580	1791622-4 SSP/MT	Deferido
431	4193	THIEGO ALBANO BARBOSA	04/06/1995	30019126	19720149 SSP	Deferido
432	4597	UBELINA FARIAS DA SILVA	23/03/1987	30019579	17906954 SSP/MT	Deferido
433	4733	VALDINEIA LOPES DE SOUZA	01/11/1986	30019728	17529158 SSP/MT	Deferido
434	4785	VALDIRENE NUNES DA SILVA	10/04/1980	30019790	1331210-3 SSP	Deferido
435	4592	VALERIA DA COSTA PEREIRA	24/04/1990	30019574	20850280 SSP/MT	Deferido
436	4746	VALERIA LIMA DOS SANTOS	08/09/1985	30019742	18149260 SSP MT	Deferido
437	4893	VALQUIRIA LEITE DOS SANTOS	04/02/1986	30019911	19639090 SSP MT	Deferido
438	4305	VANDREIA GOMES SANTANA	12/05/1988	30019251	19437552 SSP	Deferido
439	4839	VANESSA FERREIRA DE SENE	01/12/1995	30019852	26604035 SSP-MT	Deferido
440	3750	VANESSA PINHEIRO DA SILVA	18/02/1998	30018640	2871176-9 SSP	Deferido
441	4573	VANIA BATISTA MOREIRA	09/05/1989	30019554	19666075 SSP-MT	Deferido
442	4168	VANILDA BATISTA	29/04/1994	30019097	19891717 SSPMT	Deferido
443	9	VANIRA ROSA DOS SANTOS	23/11/1988	30017985	1816184-7 SSP/MT	Deferido
444	3666	VANUSA FERREIRA GOMES	29/01/1987	30018546	18565883 SSP MT	Deferido
445	4291	VERA LUCIA DE ALMEIDA	26/06/1968	30019236	05425379 SSPMT	Deferido
446	231	VICTOR MARTINS DOS SANTOS	01/12/1995	30018247	001771227 MS	Deferido
447	4837	VILMA GIL DE SOUZA SIQUEIRA	17/10/1972	30019850	12699632 SSP	Deferido
448	3859	VIVIANE DE MEDEIROS BOFF DE LIMA	02/10/1982	30018759	2308109-0 SSP/MT	Deferido
449	1536	VIVIANE NEVES OLIVEIRA	28/09/1997	30018460		Deferido
450	1540	WANGLEYCI JAYNE MIRANDA DA SILVA	27/09/1993	30018465	25130501 SSPMT	Deferido
451	3880	WANIELLE GOMES DA SILVA	27/01/1994	30018781	25131796 SEJSP	Deferido
452	53	WISLAINE DE SOUZA LEITE	05/09/1987	30018043	22077065 SSP	Deferido
453	4407	WITSLEY RAIAN DE JESUS	09/01/1991	30019369	18533078 SSPMT	Deferido
454	4059	YASMIN FERNANDA CORREIA FERNANDES	30/10/1996	30018979	2634116-6 SSPMT	Deferido
455	286	ZELIA ROCHA DE OLIVEIRA LIRA	21/09/1979	30018313	1395282 SSP/RO	Deferido
456	4841	ZENAIDE FREITAS DA SILVA CASTRO	24/12/1970	30019855	1484721-3 SSP-MT	Deferido
457	4427	ADINISIA EDITE DA CONCEIÇÃO SILVA	15/02/1971	30019393	804689 SSP MT	Indeferido
458	70	ADRIANA DOS REIS GUIMARAES	18/12/1986	30018063	17236860 SSP	Indeferido
459	3857	ADRIANA OLIVEIRA DE FARIAS	27/12/1978	30018757	000666696 SSPRO	Indeferido
460	4748	ADRIANA RODRIGUES DOS SANTOS	12/06/1983	30019744	18420893 SSPMT	Indeferido
461	4143	ADRIANA SANTOS BONFIM	08/07/1996	30019068	24856703 SSP/MT	Indeferido
462	1535	AILTON BRUNO DE ALMEIDA	09/05/1994	30018459	22683968 SSPMT	Indeferido

463	4141	ALAINE PEREIRA DA SILVA	05/04/1990	30019066	19541716 SSPMT	Indeferido
464	4585	ALAN DIEGO SIMIONATO DE OLIVEIRA	18/10/1996	30019567	17818400 SSP MT	Indeferido
465	3788	ALDA RODRIGUES NOGUEIRA	13/08/1984	30018684	16360737 SSPMT	Indeferido
466	4488	ALESSANDRA ALVES CABRAL	24/10/1979	30019460	12301949 SJ-MT	Indeferido
467	4160	ALESSANDRA PEREIRA ANTONIO	26/12/1979	30019088	13653946 SSP MT	Indeferido
468	3615	ALESSANDRO MACHADO	20/07/1984	30018489	15076148 SSP MT	Indeferido
469	4134	ALEXSIA CAROLINA DA SILVA	19/09/1993	30019059	2229872-0 SSP	Indeferido
470	3860	ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA	02/05/1990	30018760	22633944 SSPMT	Indeferido
471	4888	ALINE DALILA LAMPERTI	31/01/1994	30019906	24394867 SEJSPMT	Indeferido
472	3619	ALINE DE OLIVEIRA SCHWAAB	13/05/1993	30018493	22550364 SSPMT	Indeferido
473	292	ALINE EDWIGES SOUZA	28/12/1995	30018321	25039806 SSPMT	Indeferido
474	4556	ALINE GOMES DA SILVA LIMA	04/02/1992	30019536	22496165 SSP/MT	Indeferido
475	4442	ALINE LEAL NASCIMENTO	10/03/1994	30019409	24964913	Indeferido
476	3935	ALINE VIEIRA GOULARTT	14/08/1992	30018841	20075413 SSPMT	Indeferido
477	4765	ALLINE SILVA DOS SANTOS	23/04/1993	30019762	2801849-4 SSP/SP	Indeferido
478	3929	ALLINY DUARTE FELIX	30/05/2008	30018835	22908862 SSP	Indeferido
479	3910	ALYSON DO NASCIMENTO ALMEIDA	26/02/1995	30018814	23272899 SSP	Indeferido
480	4868	AMABILY APARECIDA BIANQUIM MAZZO	25/01/1997	30019885	26444852 SSP	Indeferido
481	3782	AMABILY EMILLI DA SILVA AMADEU	11/11/1995	30018676	25341499 EMG	Indeferido
482	22	AMANDA DA SILVA SOUZA	11/12/1994	30018006	24052302 SSP/MT	Indeferido
483	1464	AMANDA KELLY ALMEIDA SILVA	08/08/1997	30018381		Indeferido
484	4133	AMANDA MAYARA FREITAS CUNHA DE ARAUJO	14/01/1996	30019058	22612572 SSPMT	Indeferido
485	4743	ANA JUCELY DE ALMEIDA ABREU	27/06/1984	30019739	18534899 SSPMT	Indeferido
486	247	ANA PAULA DE SOUZA	20/09/1987	30018265	19405049 SSP	Indeferido
487	1451	ANA PAULA DE SOUZA POSSAMAE	29/01/1996	30018368	28034368 SSP-MT	Indeferido
488	4005	ANDERSON LUIZ HEIDMANN	26/08/1996	30018921	26013592 SSP MT	Indeferido
489	4337	ANDREA ALVES LIFONSO	01/03/1988	30019289	1954745-5 SSP/MT	Indeferido
490	1483	ANDREA AQUINO CARDOSO	27/05/1977	30018403	001029640 SSP/MS	Indeferido
491	59	ANDREIA ESPINOSA SAQUETE	21/01/1980	30018052	15237443 SSP	Indeferido
492	4309	ANDRESSA APARECIDA FERREIRA FERNANDES	15/11/1991	30019255	22283447 SSP/MT	Indeferido
493	146	ANDRESSA BORGES	28/07/1992	30018150	20895275 SSP/MT	Indeferido
494	4142	ANGELA DE SOUZA PEREIRA	03/10/1973	30019067	14703513 SEJSP	Indeferido
495	12	ANGÉLICA BRAGANÇA DOS SANTOS	03/01/1997	30017990	22544860 SSP	Indeferido
496	3728	ANGELICA CRISTINA DA SILVA HORTA	17/10/1992	30018615	2466776-5 SSP MT	Indeferido
497	3730	ANGELICA DE SOUZA ALVES DA CRUZ	06/07/1990	30018617	20235615 SSP	Indeferido
498	4017	ANIELE RODRIGUES DE PAULA	01/08/1991	30018934	2172875-5 SSP/MT	Indeferido
499	3972	ANTONIO THIAGO COSTA ALMEIDA	30/03/1997	30018884	24223620 SSP	Indeferido
500	3732	ARLETE ANGELA DE SOUZA	20/09/1966	30018619	04408829 SSP	Indeferido
501	143	BARBARA RODRIGUES FERNADES	28/12/1994	30018147	25106163 MT	Indeferido
502	3958	BEATRIZ ANTONIA DA SILVA	30/11/1995	30018868	25510819 SSPMT	Indeferido
503	4186	BENEDITA ROCHA GOMES	02/11/1964	30019118	352763 SESP/RO	Indeferido
504	1516	BRUNA APARECIDA MORALES	28/08/1995	30018438	2229793-6 SSP/MT	Indeferido
505	4278	BRUNA FREITAS DANTAS	28/04/1989	30019222	16073592 SSPMT	Indeferido
506	4649	BRUNA RIBEIRO	24/06/1992	30019635	14195402 SSP MT	Indeferido
507	4054	CARINA APARECIDA NOBRE	21/05/1979	30018973	600977 SSP	Indeferido
508	4356	CARINA RAYANE POMMEREHN	12/10/1995	30019311	1198935 SSP/RO	Indeferido
509	3804	CARMEM PAULA MENDES	27/09/1975	30018701	19337884 SSP	Indeferido
510	273	CAROLAINE DE CASTRO	24/01/1992	30018296	23192275 SSP	Indeferido
511	1496	CAROLINE ELEN MARIANA	13/08/1993	30018417	2468748-0 SSP/MT	Indeferido
512	3692	CAROLINE OLSEN CANANI	25/05/1996	30018575	24183121 SSP	Indeferido
513	4038	CECILIA CARVALHO SANTANA DE SOUZA	27/05/1998	30018956	2477727-7 MT	Indeferido

514	4135	CELIA LUCIA DA SILVA	11/06/1988	30019060	20118937 SSP	Indeferido
515	193	CLAUDIA RIBAS DE MEIRA	17/09/1986	30018205		Indeferido
516	1553	CLAUDIJANEA FERREIRA ALVES GAUGER	23/04/1983	30018481	14599864 SSP/MT	Indeferido
517	4145	CLEITIANE ALMEIDA DA SILVA	22/04/1988	30019071	2548112 SSP/DF	Indeferido
518	4346	CLEITIANE PENHA SALVATERRA	29/09/1992	30019300	23122722 SSPMT	Indeferido
519	3784	CLESI CECILIA ZITKOSKI	03/11/1965	30018678	44278758 SSP	Indeferido
520	3876	CRISTINA APARECIDA PERPETUO GOMES	30/05/1976	30018777	1303678-1 SSP	Indeferido
521	1440	DAIANE NOVAES DA CRUZ	26/03/1996	30018357	23935146 SSPMT	Indeferido
522	4455	DALVA DA SILVA	06/10/1963	30019423	492571 SSP MT	Indeferido
523	4046	DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	27/04/1992	30018965	23456906 SSPMT	Indeferido
524	4219	DANIELA KAMILA ALBUES MARQUES DE SAMPAIO	27/01/1997	30019155	27899268 SSP	Indeferido
525	4307	DANIELA PATRICIA DOURADO LORENTE	09/03/1993	30019253	4806811 SSP-MT	Indeferido
526	4521	DANIELE FERNANDES DE ANDRADE	26/05/1991	30019497		Indeferido
527	4813	DANIELLA ALVES	24/03/1989	30019822	18516459 SSP/MT	Indeferido
528	3620	DANIELLY NASCIMENTO MOREIRA	01/10/1992	30018494	22550143 SSPMT	Indeferido
529	114	DANUBIA RIBEIRO DOS SANTOS	19/02/1992	30018117	25993674 SSSP/MT	Indeferido
530	3836	DAYANE MAYARA SANTOS SILVA	02/10/1991	30018736	23243913 SSP/MT	Indeferido
531	4373	DEBORAH MIRANDA DA SILVA	18/07/1986	30019332	1717735-9 SSP/MT	Indeferido
532	174	DÉBORAH WESLAYNE SOUZA NASCIMENTO	23/01/1996	30018183	25585614 SSP MT	Indeferido
533	4877	DEILTON MIRANDA SAMPAIO	15/02/1990	30019895	20618867 SSP/MT	Indeferido
534	4646	DEOLINA DE FREITAS SILVA	20/12/1969	30019632	712795 SSP/MT	Indeferido
535	4767	EDIENE SANTOS DA SILVA	23/04/1994	30019765	2449843-2 SSP/MT	Indeferido
536	163	EDILAINE APARECIDA MACHADO SENE	03/08/1985	30018169	21900604 SSP	Indeferido
537	4056	EDILAINE GOMES DE OLIVEIRA	03/11/1986	30018975	17583489 SSP	Indeferido
538	4057	EDILAINE SILVA DE MORAIS	30/12/1977	30018977	001041947	Indeferido
539	4509	EDILANIA MARIA DA SILVA	11/02/1997	30019481	26861828 MT	Indeferido
540	4161	EDINARA SOARES DE OLIVEIRA	15/12/1988	30019089		Indeferido
541	1495	EDINÉIA RABELO DE OLIVEIRA	20/10/1982	30018416	1052049 SSP RO	Indeferido
542	3696	EDNA DA SILVA AZEVEDO	04/02/1985	30018579	16045351 SSP/MT	Indeferido
543	4151	EDUARDA FREITAS SOUZA	24/04/1998	30019079	2856914-8 MT	Indeferido
544	3948	ELAINE SOARES RODRIGUES DA CRUZ	05/06/1988	30018855	18198483 SSP	Indeferido
545	3918	ELIANE BUENO BARAGAO	02/02/1971	30018822	05573734 SSPMT	Indeferido
546	4230	ELIANE JESUS MENEZES	25/09/1986	30019167	18743773 SSPMT	Indeferido
547	3968	ELIANE MARTINS DA CRUZ RIS	29/03/1986	30018879	18181341 SSP	Indeferido
548	4451	ELIMARA ALVES CARDOSO	14/07/1992	30019419		Indeferido
549	3659	ELIVÂNIA SOUZA GRINIVALD	03/08/1996	30018537	2732135-5 SESP	Indeferido
550	275	ELIZAMA BELTRAO DE BRITO	09/01/1983	30018299	27041662	Indeferido
551	71	ELIZANGELA SOARES	15/08/1986	30018065	21622736 SSP/MT	Indeferido
552	3818	ELQUELAINE OLIVEIRA DA SILVA	14/03/1988	30018718	2071396-7 SSPMT	Indeferido
553	170	ERICK ROGERIO SANTA HELENA	08/06/1997	30018178	27650766 SESP	Indeferido
554	189	ERONILDA DA SILVA	17/08/1974	30018201	2595915 SSP	Indeferido
555	4094	EUNICE COSTA DE AGUIAR	26/04/1983	30019016	15745180 SSPMT	Indeferido
556	3687	EURLEI BORGES DOS SANTOS	22/07/1986	30018570	19667272 UF	Indeferido
557	62	EVELYN COUTO	29/04/1997	30018055	2455999-7 MT	Indeferido
558	3944	EVERLAINE ALVES DOS SANTOS	08/10/1997	30018851	2844815-4 MT	Indeferido
559	109	FÁBIA DE OLIVEIRA GERALDO	20/04/1990	30018111	17009161-2 SSP-MT	Indeferido
560	3703	FABIOLA FARIAS DA SILVA	29/08/1994	30018586	26341670	Indeferido
561	1514	FABIULA ALVES DA SILVA	08/11/1993	30018435	22610456 SSP	Indeferido
562	83	FABIULA CRISTINA IGNÁCIO	09/10/1996	30018082	25390872 SEJUSP	Indeferido
563	4256	FERNANDA FERREIRA LIMA	30/09/1997	30019196	2545652-0	Indeferido
564	3936	FERNANDA GOMES DOS SANTOS	13/03/1994	30018842	23039400 SSP/MT	Indeferido

565	3852	FERNANDA KOGIEN	13/02/1988	30018752	1670161 SSP	Indeferido
566	4760	FERNANDA NUNES DE OLIVEIRA	21/08/1989	30019757		Indeferido
567	128	FERNANDA PASCHOAL RIBEIRO	10/03/1993	30018132	2407234-6 SSP/MT	Indeferido
568	3781	FLAVIA DE DEUS MOREIRA	28/04/1994	30018675	001786538 SEJSP	Indeferido
569	111	FRANCIELE DA COSTA SOUZA	08/03/1989	30018113	19547439 SSP/MT	Indeferido
570	4503	FRANK CILENE SANTOS GOMES	29/07/1980	30019475	14222175 SSPMT	Indeferido
571	3766	GABRIEL VINICIUS SANTANA	25/03/1997	30018659	27056350 SSP	Indeferido
572	3662	GEISE LAURA JAIVONE	24/08/1983	30018540	17747350 SSP MT	Indeferido
573	4165	GEISLI FERNANDES DOS SANTOS	27/01/1995	30019094	2485256-2 SSP	Indeferido
574	3827	GEMES MARIA DE FONSECA	03/09/1984	30018726	17513578 SSMT	Indeferido
575	283	GESLAINE RIBEIRO DE SOUZA	20/12/1987	30018310	2014743-0 SSP-MT	Indeferido
576	4261	GIZELI DA SILVA ALVES	14/10/1993	30019201	23420065 SSP/MT	Indeferido
577	3650	GLEYSI DA SILVA GARCIA	26/03/1997	30018528	27023206 SSP/MT	Indeferido
578	1465	GRASYELLE LUZIA DA SILVA SANTOS	13/12/1996	30018382	23252618	Indeferido
579	3885	GUSTAVO ALCINDO PEREIRA	15/08/1993	30018787	22661387 SSP	Indeferido
580	20	HELENA DOS SANTOS CORREIA	26/06/1990	30018004	21570825 SSP	Indeferido
581	56	HUGO ROGACIANO CAVALCANTI DA SILVA	24/03/1992	30018048	8523344	Indeferido
582	3992	HYORRANA TAISSA SANTOS	10/08/1996	30018906	2461921-3 SSP-MT	Indeferido
583	4182	INGREDD MAYELEE CAMPO ARRUDA	10/08/1995	30019114	25993720 SSP	Indeferido
584	4029	INGRID CRISTIANY MARTINS	17/02/1992	30018946	22977872 SSP/MT	Indeferido
585	4235	INGRID PEREZ RUIZ MESSIAS	24/05/1977	30019173	14407701 SSPMT	Indeferido
586	4237	IRMANETE FAGUNDES DE ANDRADE	06/04/1959	30019175	02720140 SSP MT	Indeferido
587	155	ISLAINE ARAUJO DE OLIVEIRA	01/08/1984	30018161	13708910 SSPMT	Indeferido
588	158	JAINE PEREIRA DO NASCIMENTO	17/08/1982	30018164	14978873 SSP/MT	Indeferido
589	148	JAKELINE CARMO DO ESPIRITO SANTO	13/01/1993	30018153	21720665 SSP/MT	Indeferido
590	4336	JANAINA DA GAMA SILVA	16/03/1990	30019288	21598215 SSP	Indeferido
591	4128	JANAINA MARA URBINA OLIVEIRA	21/06/1994	30019052	23601868	Indeferido
592	3807	JAQUELAINE KARINA MACHADO	21/10/1990	30018704	18629369 SSPMT	Indeferido
593	3714	JAQUELINE APARECIDA DE FREITAS	31/12/1992	30018600	2349876 MT	Indeferido
594	225	JAQUELINE FERREIRA FELIPE	05/09/1998	30018241		Indeferido
595	4411	JENER REGGIANI MALTEZO	21/09/1996	30019373	26519712 SSPMT	Indeferido
596	4494	JESSICA APARECIDA FRANCISQUETE DOS SANTOS	23/01/1991	30019466	20068468 SSP	Indeferido
597	4463	JESSICA DA COSTA VALE	04/04/1995	30019433		Indeferido
598	4658	JESSICA DE OLIVEIRA	23/11/1990	30019645	19447728	Indeferido
599	4535	JESSICA IRACI RODRIGUES RIBAS	02/08/1991	30019512	22285270 SSP-MT	Indeferido
600	3720	JESSICA PAMELA JUCOSKI	21/09/1991	30018606	20850336 SSP/MT	Indeferido
601	3718	JOANA DE OLIVEIRA SOARES GEROLIM	04/03/1975	30018604	1049850-8	Indeferido
602	175	JOSE DONIZETE DA SILVA	28/05/1976	30018184	14713462 MT	Indeferido
603	4857	JOSEFINA DE SOUZA COSTA	15/11/1967	30019872	664885 SSP MT	Indeferido
604	4801	JOSIANE DA COSTA BRITO	09/10/1987	30019809	18310982 SSPMT	Indeferido
605	4635	JOSILENE MATOS DORILEO	08/02/1980	30019620	16383087 SSPMT	Indeferido
606	4262	JOSILENE MIRANDA DOS REIS	23/10/1987	30019202	17009090 SSP/MT	Indeferido
607	3815	JULIANA DA COSTA PINHO	01/03/1985	30018715	17110297 SSP/MT	Indeferido
608	3680	JULIANA DA CRUZ BERTO	17/07/1994	30018563	2341994-6 MT	Indeferido
609	3911	JULIANA DOS SANTOS	27/06/1990	30018815	106615438 SSPR	Indeferido
610	4113	JULIANA MARIA DOS SANTOS	04/09/1993	30019036	22272232 SSP	Indeferido
611	3801	JULIANA MARIA DOS SANTOS FERREIRA	09/06/1987	30018698	19065272 SSPMT	Indeferido
612	3621	KAREN CRISTINA DE PAULA GOMES	12/06/1991	30018495	22939504 SSP/MT	Indeferido
613	4146	KARINA PEREIRA GONÇALVES	14/04/1997	30019072	27844676 SSP-MT	Indeferido
614	4028	KARLA APARECIDA SILVA	06/06/1990	30018945	22045490 SSP/MT	Indeferido
615	4043	KAROLINE SANTOS SILVA LIMA	16/10/1996	30018962	2477185-6 SSP\MT	Indeferido

616	4178	KATIANE DE OLIVEIRA	28/08/1989	30019108		Indeferido
617	3789	KATRINE XAVIER DA SILVA	01/10/1996	30018685	25384295	Indeferido
618	3688	KELLEN PRISCILA A SILVA	02/11/1990	30018571	22283480 SSPMT	Indeferido
619	4283	KELLY ANDRESSA DE JESUS SANTOS	24/05/1989	30019227		Indeferido
620	4032	KENIA GONÇALVES MADUREIRA	03/01/1991	30018950	24623784 SSP	Indeferido
621	4688	KEZIA LILLIAN LOPES	24/04/1977	30019676	000884734 SSP/MS	Indeferido
622	242	KHEROLYN BRUNA DIAS GOMES	20/11/1991	30018259	21895945 SSPMT	Indeferido
623	1555	LANNA KEROLLAYNNEY OLIVEIRA DA ROCHA	02/07/1996	30018483	26195631 MT	Indeferido
624	1554	LARISSA BEATRIZ SILVEIRA	28/03/1998	30018482	17832292 SESP	Indeferido
625	291	LAYANE SILVA DA COSTA	11/06/1996	30018320	26728150 SSP	Indeferido
626	1490	LEDA BEATRIZ RODRIGUES FERREIRA	23/08/1996	30018411	1354569 SSP RO	Indeferido
627	121	LEIDIANE GOMES DE OLIVEIRA	20/06/1986	30018123	16596579 SSP	Indeferido
628	3699	LEIDIANE SANTOS MACEDO	04/03/1994	30018582	25929305 PUBLICO	Indeferido
629	4148	LEILA PEREIRA DOS SANTOS	03/01/1979	30019074	11496479 SSP MT	Indeferido
630	1526	LEILIANA DE LIMA CASTRO	08/07/1977	30018449	20772432 SESP	Indeferido
631	3884	LENIMAR ALVES BATISTA	14/05/1980	30018786	1865642-0 SSP/MT	Indeferido
632	3812	LEONICE LIMA DA SILVA	17/06/1988	30018711	18650872	Indeferido
633	3717	LETICIA SOARES DE FARIAS	20/01/1996	30018603	2327976-1 SSP	Indeferido
634	4144	LETICIA TONETTA DA CRUZ	13/08/1994	30019070	23730684 SSPMT	Indeferido
635	3790	LIDIANE ALVES DE SOUZA	24/01/1990	30018686	20010311	Indeferido
636	4244	LILIAN LOPES SHIMOTO OKAMOTO	04/09/1979	30019183	2273134-2 SINE	Indeferido
637	4257	LIZIANI FERREIRA SAMSEL	22/05/1996	30019197	26471019 SSPMT	Indeferido
638	1547	LORRAYNE LUZ DE VASCONCELOS	13/05/1986	30018474	15444066 SSP	Indeferido
639	3996	LUANA KANNANDA DE SOUZA RODRIGUES	07/11/1996	30018910	21144045 SSP MT	Indeferido
640	4372	LUANA OLIVEIRA DE SOUZA	15/07/1993	30019331	2268405-0 SSP/MT	Indeferido
641	4744	LUANA PATRICIA BRIXNER	17/01/1993	30019740	19096658 SSP/MT	Indeferido
642	3755	LUANA SABRINA DE SOUZA	11/11/1992	30018646	22537180 SSPMT	Indeferido
643	4232	LUCENI APARECIDA ADRIANO DOS SANTOS	08/09/1978	30019170	14758776	Indeferido
644	57	LUCIANA DIAS DE SOUZA	23/12/1980	30018049	15468984 SSP MT	Indeferido
645	3832	LUCIANA OLIVEIRA LIMA GOULART	21/08/1979	30018731	13046381 SSP-MT	Indeferido
646	4830	LUCIMARA APARECIDA DA SILVA	02/04/1971	30019842	50549704 SSP/PR	Indeferido
647	4762	LUCIMEIRE SANTOS FERREIRA GONZAGA	12/07/1987	30019759	18757260 SSP	Indeferido
648	296	LUCINEIA DA SILVA II	25/09/1987	30018326	18904203 SSPMT	Indeferido
649	3682	LUCINEIA DE CARVALHO	10/05/1982	30018565	19993897 SSP	Indeferido
650	3997	LUCYANA BARBARA SILVA MENEZES	16/03/1988	30018911	20679106 SSP/MT	Indeferido
651	232	LUIZ FERNANDO ALVES DA SILVA	02/08/1997	30018248	22811974 SSP MT	Indeferido
652	3856	MAGNA APARECIDA SOARES	23/10/1990	30018756	19376006	Indeferido
653	3830	MAISA DA SILVA VOLTOLINI	11/12/1991	30018729	19917171 SSPMT	Indeferido
654	3945	MARCELA DA SILVA	17/05/1995	30018852	24440787 MT	Indeferido
655	313	MARCELA MENDES BORGES	06/11/1983	30018344	15656454 SSPMT	Indeferido
656	3869	MARCIA CRISTINA CONTATTO	27/08/1982	30018769	81542511 SSPPR	Indeferido
657	4224	MARCIA REGINA MILHOMEM ARAUJO DA SILVA	28/09/1981	30019160	16031890 SSPMT	Indeferido
658	4286	MARCIA TANIA DE SOUZA	01/06/1973	30019230	984895 SSP	Indeferido
659	4610	MARIA CICERA DA SILVA	16/05/1979	30019592	12974110	Indeferido
660	67	MARIA DIVINA DA SILVA LIMA	28/04/1972	30018060	31352991158929 GO	Indeferido
661	4456	MARIA EDUARDA SOARESTORNICH	12/04/1995	30019424	23102179 SSP	Indeferido
662	3810	MARIA IZABEL THOMAZ DANTAS	16/01/1983	30018708	14194317 SSP-MT	Indeferido
663	4780	MARIA LUZILENE PEREIRA DA SILVA	12/08/1969	30019784	2545058 SSP	Indeferido
664	4529	MARIA TATIANA RIBEIRO FEITOZA DA LUZ	11/08/1995	30019506	22588434 SEJSP	Indeferido
665	4390	MARIANE FERNANDES RIBAS	06/02/1996	30019351	24619183 SEJSP	Indeferido
666	4736	MARICIR MARIA DA SILVA AGUIAR	16/09/1969	30019732	1381788-4 SSP	Indeferido

667	10	MARISA CUNHA DE ARAUJO SILVA	06/01/1983	30017988	15564398 MT	Indeferido
668	3834	MARIVANIA ROCHA DA SILVA	24/11/1992	30018733	1093779 SSP	Indeferido
669	3668	MARIZETE DE OLIVEIRA SOARES	02/04/1980	30018550	1433732-0 SSP/MT	Indeferido
670	4099	MARTA REIS FERREIRA DA SILVA	25/10/1989	30019022	21773360 SSPMT	Indeferido
671	202	MAURICIO DA SILVA	27/02/1985	30018215	14549107 SSP MT	Indeferido
672	4680	MAYARA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	05/05/1997	30019668	25600206 SSPMT	Indeferido
673	4239	MAYRA PALOMA DA SILVA BENA	14/12/1995	30019177	23773162 SEJUSP/MT	Indeferido
674	4574	MERENICE DA GUIA BONFIM	01/06/1985	30019555	17557542 SSP MT	Indeferido
675	4728	MICHELE MARIZA DE ALMEIDA	01/12/1993	30019723	25284304 SSP-MT	Indeferido
676	4177	MICHELY QUEIROZ DA SILVA	03/07/1993	30019107	225157739 SSP/MT	Indeferido
677	1533	NAIANE ALVES DE SOUZA	04/04/1991	30018457	22544917 SSP	Indeferido
678	277	NAIR FERREIRA LUZ	12/02/1970	30018302	08243590 SSP	Indeferido
679	4189	NANCY MARIE ARAUJO BUFFET CRUZ	18/03/1990	30019121	20188463 SSP MT	Indeferido
680	3853	NATHIELE FERNANDA ALVARENGA DA SILVA	15/02/1998	30018753	27634027 SSP/MT	Indeferido
681	3741	NAYARA CRISTINA DA SILVA ARAÚJO	26/01/1991	30018629	2057721-4 SSP MT	Indeferido
682	4014	NAYARA SIQUEIRA MODULO	16/12/1991	30018931	21718334 SSP/MT	Indeferido
683	4092	NEIVA VIEIRA DA COSTA	29/09/1983	30019013	14589435 SSPMT	Indeferido
684	1505	NUBIA CRISTINA PEREIRA PASSOS	26/08/1985	30018426	16967658 SSP	Indeferido
685	4367	PAMELA KAROLINA ESTEVAM	14/02/1997	30019325	29156700 SSP/MT	Indeferido
686	3933	PAMELA OLIVEIRA DA SILVA	07/03/1994	30018839	25104977 SSP/MT	Indeferido
687	4019	PAMILA ARRAIS FRIZO	26/01/1989	30018936	17044073 SSPMT	Indeferido
688	236	PATRÍCIA CHIARA DE URZEDO LOCATELLI	11/10/1995	30018253	22115269 SSPMT	Indeferido
689	4652	PATRÍCIA DOS SANTOS DA SILVA	02/02/1993	30019639	22522026 SSP/MT	Indeferido
690	4335	PAULA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA	18/04/1988	30019287	19354428 SSPMT	Indeferido
691	3981	PAULA ROBERTA FERREIRA BENA	14/03/1983	30018895	17394490 SSPMT	Indeferido
692	4883	PEDRO PAULO ANDRADE	02/10/1989	30019901	16732537 SSPMT	Indeferido
693	4591	POLIANA CRISTINA LINO	30/10/1989	30019573	21045135 SSP/MT	Indeferido
694	4892	POLIANA KLEBER ALVES DE SA	29/05/0199	30019910	25127713 SSP-MT	Indeferido
695	4522	PRISCILLA RAMALHO ROSSETT	21/01/1992	30019498	21970815 SSP	Indeferido
696	3915	RAPHAELA MICHELY OLIVEIRA DA SILVA	11/09/1990	30018819	18953360 SSPMT	Indeferido
697	16	RAQUEL AQUINO DA CONCEIÇÃO	08/01/1996	30017998	25714970 SSPMT	Indeferido
698	3701	RAQUEL RANIERI VILELA	29/06/1992	30018584	21431043 SSP MT	Indeferido
699	4011	RENAN PEDRO LUCAS	07/06/1995	30018927	21983453 SSP/MT	Indeferido
700	3747	RENATA DE SOUZA LEITE	07/05/1994	30018635	20929161 SSP/MT	Indeferido
701	208	RODRIGOALVESDEANDRADE	04/03/1995	30018221	1139651 SSP/RO	Indeferido
702	4299	ROSANGELA DE OLIVEIRA I	07/06/1980	30019245	19000740 SSPMT	Indeferido
703	4863	ROSICLEIA RIBEIRO DA SILVA	07/08/1992	30019880	21654212 SSP MT	Indeferido
704	4812	ROSIMEIRE FRANCISCA GOMES	06/09/1985	30019821	17060826 SSP MT	Indeferido
705	48	ROSINEIA ARAUJO DA SILVA CAVALCANTE	23/10/1977	30018037	359275588 SSP/RO	Indeferido
706	237	ROZENI MARTINS VIEIRA	16/06/1972	30018254	13932390 SSP	Indeferido
707	3865	SADY ANDERSON DE ABREU JUNIOR	05/01/1993	30018765	21444323 SSP MT	Indeferido
708	254	SAMARA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA	05/02/1991	30018272	17548586 SSP	Indeferido
709	4437	SAMIA TRINDADE LERO	19/04/1984	30019403	1689250 SEJSP	Indeferido
710	3675	SANDRA BUZETTI DA SILVA	22/07/1984	30018557	18216439 SSP MT	Indeferido
711	4083	SEDINEIA FRANCISCA DA SILVA	19/10/1981	30019004	1550908-7 POLITEC	Indeferido
712	161	SIDINEIA CORDEIRO DE MACEDO	29/04/1986	30018167	19232608	Indeferido
713	3820	SILVANA FLORES MARTINS	06/05/1984	30018720	16532872 SSP MT	Indeferido
714	4031	SIMAO MARQUES SANTOS NETO	12/01/1991	30018948	7596054 SDSPE	Indeferido
715	3651	SIMONE APARECIDA GOMES	03/03/1985	30018529	19047673 SSP	Indeferido
716	4739	SIMONE DOS SANTOS CARVALHO	24/04/1991	30019735	22264639 SSP/MT	Indeferido

717	304	SIRLEIDE APARECIDA DA SILVA MARTINS	02/06/1982	30018334	16258550 SSPMT	Indeferido
718	299	SOLANGE SANTOS DA SILVA	14/02/1996	30018328	24807117 SSPMT	Indeferido
719	3744	STELLA MARTINS PEREIRA	26/04/1997	30018632	2739964-8 SSPMT	Indeferido
720	3768	SUELEN TAIS CANDIDO DA COSTA	23/08/1994	30018661	22773967 SSPMT	Indeferido
721	4572	SUELLEN ALVES DE LIMA	13/09/1992	30019553	222934 SSP/MT	Indeferido
722	1437	SUELLY QUIRINO FERREIRA PINTO	02/07/1995	30018353	25131966 SSPMT	Indeferido
723	4016	SUZILARA MALAQUIAS DE SOUSA SILVA	03/03/1990	30018933	21394628 SSP/MT	Indeferido
724	3723	TACIANE DOS SANTOS VALERIO	29/06/1994	30018610	24802719 SSPMT	Indeferido
725	4412	TAINARA DE FREITAS DE MACEDO	07/02/1998	30019374	23724765 SSP	Indeferido
726	4020	TAINARA DE OLIVEIRA MIRANDA	05/06/1996	30018937	528509913 SSP	Indeferido
727	4548	TAIS APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS	03/05/1994	30019528	22329005 SSP/MT	Indeferido
728	3844	TAÍS DE OLIVEIRA SILVA	04/12/1995	30018744	26519860 MT	Indeferido
729	4258	TAISA FERREIRA DA ROSA	19/05/1994	30019198	20781482 SSP MT	Indeferido
730	1501	TALITA APARECIDA ALVES DA COSTA DOS SANTOS	21/06/1991	30018422	20912668 SSP/MT	Indeferido
731	3746	TASSYANE MENDES ELER	07/05/1997	30018634		Indeferido
732	4712	TATIANA APARECIDA DE DEUS MOREIRA	23/03/1991	30019705	001786537 SEJSP	Indeferido
733	3947	TEREZA MACHADO MIRANDA	20/05/1966	30018854	0617862-6 SSP/MT	Indeferido
734	4619	THAIS DE JESUS GARCIA	19/03/1998	30019603	2419012-8 MT	Indeferido
735	3655	THAIS MARA SANTOS ALVES	16/07/1995	30018533		Indeferido
736	4630	THAYANI LEAO DOS SANTOS	28/03/1993	30019614	51234 SSP	Indeferido
737	4557	THAYNARA ANDREIA ANDRADE	11/06/1997	30019537	24632600 SSPMT	Indeferido
738	3821	VALDENI NUNES LEAL	07/11/1991	30018721	22733108 SSPMT	Indeferido
739	3833	VALQUIRIA MORAIS DE OLIVEIRA	15/03/1990	30018732	24013200 SSMT	Indeferido
740	3984	VANDERLEIA PEREIRA DA SILVA	02/03/1986	30018898	847799-2 SSP/MT	Indeferido
741	4513	VANESSA DA CRUZ DE MIRANDA	26/09/1996	30019485	21311293 SSP	Indeferido
742	3937	VANESSA DE MORAES OLIVEIRA	20/11/1995	30018843	22661964 SSPMT	Indeferido
743	8	VANESSA DE PAULA DAS ILVA	19/08/1996	30017982	26476096 SESJP	Indeferido
744	141	VANESSA FERNANDA DOS SANTOS ROQUE	27/01/1994	30018145		Indeferido
745	4246	VANESSA FERNANDES CARDOSO	03/02/1982	30019185	14275074 SSPMT	Indeferido
746	4322	VANESSA PEREIRA DOS SANTOS	14/12/1990	30019271	22067655 SSPMT	Indeferido
747	135	VICTOR FERNANDES DE OLIVEIRA	23/05/1995	30018139	22140069 SSP	Indeferido
748	1444	VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA	29/10/1991	30018361	22396152 SSP/MT	Indeferido
749	4433	VIVIANE SILVA NIFOSSI	06/08/1992	30019399	22783970 SSP	Indeferido
750	176	WÉRICA CRISLAINE SOUZA NASCIMENTO	07/12/1990	30018186	22661611 SP MT	Indeferido
751	4637	YANCA KATTIUSSY RODRIG MENDES	10/05/1996	30019622	20928408 SSP/MT	Indeferido
752	4325	YASMIN KALINA ALMEIDA MINAS	09/05/1995	30019277	1253624 SSPRO	Indeferido
753	36	YLDENEIDE MACHADO SOUZA	30/05/1986	30018023	28200012 SSPMT	Indeferido
754	3736	YURI AMARAL MELO	29/11/1990	30018623		Indeferido
755	3684	ZEIZY THAIS MENEGUELI FAVALESSA	15/06/1995	30018567	2419883 8 SSP/MT	Indeferido
	Cargo.:	625 -ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA		**Edital:**	20000000002/2016	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	
1	183	ADEMIR PEREIRA RAMOS	20/11/1979	30018194	09680080 SSPMT	Deferido
2	4369	ADRIAN GARCIA PINHEIRO	21/04/1986	30019327	16795156 SSP/MT	Deferido
3	4076	ADRIELI PRICILA AQUINO DE SOUZA	09/09/1992	30018997	23377453 SSPMT	Deferido
4	4446	ALAN CARLOS MODOLO SANTOS	07/07/1992	30019414	22916342 SSP/MT	Deferido
5	4044	ALINE FERNANDA ARAUJO DE SOUZA	11/11/1991	30018963	2218874-6 SSP MT	Deferido
6	4709	ALINE MARCOLINO TEODORO	06/10/1982	30019701	83091789 SSP	Deferido
7	104	AMANDA DOS SANTOS BERNARDES	03/12/1991	30018105	22203109 SSP-MT	Deferido
8	261	AMANDA VENDRAME FERREIRA	27/04/1994	30018282	23585277 SEJSP/MT	Deferido
9	246	ANDREIA SOARES DOS SANTOS	17/10/1981	30018264	12652814 SSPMT	Deferido

10	4425	ANDRESSA TAILINE DE JESUS LOPES	14/08/1994	30019390	22172017 SSP MT	Deferido
11	4659	ANGÉLICA MARQUES SENTURION	06/09/1989	30019646	2128509-8 SSP-MT	Deferido
12	99	AURICLEIDE BARROS PRADO	18/06/1982	30018100	1080531995 SSP/MA	Deferido
13	1481	BRUNO PEREIRA NASCIMENTO	25/02/1985	30018401	15201783 SSP/MT	Deferido
14	34	CAMILA PORFÍRIO DA SILVA	08/06/1991	30018020	16894480 SSP	Deferido
15	4578	CAMILLA YASMYNE DOMINGUES MONTANI	31/03/1989	30019559	20037090 SSP/MT	Deferido
16	1455	CLAUDIA SOUZA PEIXOTO	02/01/1993	30018372	22269096 SSP-MT	Deferido
17	3623	CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR	09/06/1993	30018497	2191851-1 SSPMT	Deferido
18	4383	CLAUDIRENE DE OLIVEIRA MARQUES	29/05/1990	30019344	19100078 SSPMT	Deferido
19	235	CRISTIANE ALVES CARVALHO	01/07/1985	30018252	99290420 SSPPR	Deferido
20	4777	DANIELA PEREIRA MAZUTTI	16/11/1991	30019779	2043851-6 SSP/MT	Deferido
21	288	DANIELE CRISTINA SILVA FERNANDES	07/03/1989	30018317	2051019-5 SSP/MT	Deferido
22	58	DEBORA DE SOUZA SILVA	08/01/1988	30018050	17401224 SSPMT	Deferido
23	4555	DENISE LIMA DE OLIVEIRA	17/06/1980	30019535	10960520 SSPMT	Deferido
24	3950	ELANDIA CHAVES CAETANO	12/02/1988	30018857	16526961 SJSP	Deferido
25	4184	ELIENE VILELA DA COSTA BARBOSA	28/04/1982	30019116	2915690-4 SSPMT	Deferido
26	119	ÉRICA BAGGIO	21/08/1993	30018122	2449270-1 SEJSP	Deferido
27	4667	ERIKA DIOGO DE PAULA	07/07/1986	30019655	18132499 SSPMT	Deferido
28	4387	EUNICE DA SILVA CARDOSO	22/12/1993	30019348	2242902-6 SSP	Deferido
29	1515	EVA COUTO GARCIA	09/10/1973	30018436	742447 SSPMT	Deferido
30	4007	FERNANDA DE SOUZA TAVARES	10/07/1990	30018923	21857440 SSP	Deferido
31	1456	FERNANDA PEREIRA AGUIAR	28/05/1994	30018373	22284583 SSP/MT	Deferido
32	3754	FLAVIA PEREIRA DOS SANTOS	28/05/1991	30018645	SSP MT	Deferido
33	4080	FRANCISCO ADAILTON RODIGUES PEREIRA	22/03/1989	30019001	2006032029136 SSPCE	Deferido
34	4097	GESSYKA FERREIRA NEVES	29/01/1990	30019019	18149510 SSP MT	Deferido
35	4626	GIULIANE HERNANDES CAVALARI	18/01/1976	30019610	67803337 SESP PR	Deferido
36	4404	GRACIAR CARDOSO DE SOUSA	11/07/1973	30019366	389437 SSP	Deferido
37	217	GRASIELE MATUCHAKE REZENDE	25/05/1985	30018233		Deferido
38	4218	GRAZIELE FREITAS BARBOSA	23/10/1982	30019154	0850046262 SSP	Deferido
39	1504	GUILHERME RODRIGO ALMEIDA URCINO	29/06/1987	30018425	14119790 SSPMT	Deferido
40	4711	HELLEN CRISTINA MACHADO	21/08/1994	30019704	22759140 SSP	Deferido
41	4531	IDILAINE DE FATIMA LIMA	19/09/1978	30019508	71654699 SSPPR	Deferido
42	3721	IZABEL FREITAS DA ROCHA	10/05/1975	30018608	100801442 PR	Deferido
43	41	JAMYLLE DA SILVA SOUZA	20/05/1994	30018030	24151009 SSP/MT	Deferido
44	4617	JAQUELINE MARIANE DA SILVA SOUSA	11/02/1992	30019601	2111992-9 SSP-MT	Deferido
45	1538	JAQUELINE SZURLAN	10/02/1993	30018463	22327550 SSP MT	Deferido
46	4508	JAQUILINE DE SOUZA	10/03/1970	30019480	09368817 SSPMT	Deferido
47	3767	JENIFFER FERNANDA GONÇALVES DA SILVA	15/07/1993	30018660		Deferido
48	3963	JÉSSICA ROSA MENDONÇA	18/02/1991	30018874	20384050 SSPMT	Deferido
49	3706	JEYCILLANE EMANUELLE SANTOS DA SILVA	22/10/1993	30018589	22589090 SSP	Deferido
50	3618	JOELY MARIA DE OLIVEIRA	20/12/1992	30018492	2395855-3 SEJSP	Deferido
51	4345	JOSE PAIVA DE LIMA FILHO	07/09/1981	30019299	682771 SSP	Deferido
52	4075	JOSIMERE FRANCISCA DE SOUZA FEITOSA	01/05/1990	30018996	16391080 SJSP	Deferido
53	44	JULIANA LIMA DA SILVA	31/08/1988	30018033	19409850 SSP-MT	Deferido
54	4392	JULIANE BATISTA DA SILVA	20/03/1992	30019353	22111166 SSP/MT	Deferido
55	1544	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	16/09/1976	30018470	948576 SSP/MT	Deferido
56	4537	KARLIN ARENHARDT	24/04/1993	30019514	20829639 SSP	Deferido
57	4465	KATIELE CRISTINA DOS SANTOS SOUZA	10/01/1994	30019435	1217134 SSP	Deferido
58	4136	KATIUCIE SABINA DE MATOS	19/12/1990	30019061	20882262 SSPMT	Deferido
59	171	LAIZZA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA	28/02/2016	30018180		Deferido
60	4527	LEDINÉIA BENEDITO SILVA	03/09/1992	30019504	2227445-6 SSP	Deferido

61	3826	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA	14/12/1972	30018725	13594591 SSP/MT	Deferido
62	1441	LORRAYNE JARDIM VICENTE	15/10/1992	30018358	18629075 SSP/MT	Deferido
63	197	MAISA FERREIRA	02/05/1980	30018209	65129108 SSP/PR	Deferido
64	3800	MAISE CRISTINA DA SILVA	20/09/1990	30018697	21967792 SSP/MT	Deferido
65	3973	MARCIA VALERIA GOULART WEGHER	16/09/1994	30018886	9064976741 SSP RS	Deferido
66	87	MARIA APARECIDA DE QUADROS FELIX	25/10/1979	30018087	14564483 SSP-MT	Deferido
67	1489	MARIA JOSE SANTOS	15/11/1970	30018410	15818756	Deferido
68	224	MARIANA MOREIRA COUTINHO FERNANDES	02/09/1984	30018240	15364909	Deferido
69	4023	MARICEIA MACHADO DOS SANTOS	15/04/1977	30018940	8065665641 SSP/RS	Deferido
70	1512	MARIELLI SOUZA MARQUES	24/09/1992	30018433	18467750 SSP/MT	Deferido
71	107	MARINA FERNANDES DE OLIVEIRA	24/06/1993	30018109	2282122 SSPMT	Deferido
72	3774	MARLANYA MACEDO ALENCAR	26/08/1993	30018667	25605950 SSP/MT	Deferido
73	4577	MARYANA SIQUEIRA DE ALMEIDA	21/12/1992	30019558	20035543 SSPMT	Deferido
74	4409	MERIELLE APARECIDA CUSTODIO	12/10/1991	30019371	19522819 SSPMT	Deferido
75	312	MICHELLI ZAGO RIBEIRO	03/06/1992	30018343	17034310 SSPMT	Deferido
76	4664	MIRTES ALVES DA COSTA	29/03/1967	30019652	616748 SSP/MT	Deferido
77	1557	MOACIR FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	12/04/1990	30018485	1694759-2 SSPMT	Deferido
78	4563	MONIQUE MAIRA MACIEL	28/10/1987	30019543	18336213 SSP MT	Deferido
79	241	NEVAIR APARECIDA ALVES GUIA DE FREITAS	27/08/1970	30018258	09180702 MT	Deferido
80	3988	NOABIA CRISTINA RODRIGUES MARCA	26/02/1993	30018902		Deferido
81	3854	PAMELA KAMILLA SCHWAN	16/11/1993	30018754	22297103 SSP/MT	Deferido
82	4779	PAMELLA IASMINE AMORIM GARCIA LEITE	16/12/1991	30019782	2054757-9	Deferido
83	4886	PATRICIA AUXILIADORA ARANTES	27/07/1975	30019904	1047083-2	Deferido
84	24	PATRICIA PEREIRA GOMES	25/11/1990	30018008	18042572 PC/MG	Deferido
85	108	PATRICIA REGINA OLIVEIRA	14/03/1993	30018110	20036639 SSPMT	Deferido
86	54	PEDRO WILSON DE LIMA SANTANA	04/06/1989	30018045	17189594 SSPMT	Deferido
87	4673	POLIANA PEREIRA DUARTE ANGELO	20/02/1993	30019661	20222602 SSPMT	Deferido
88	3646	POLYANA RAKEL DE SOUZA PAES	18/12/1993	30018524	23802847 SEJSP-MT	Deferido
89	4560	PRICILA BORGES JASKOWIAK	09/10/1992	30019540	021910880 SSPMT	Deferido
90	266	PRISCILA CORREA DA LUZ	29/03/1994	30018287	23127848 SSP/MT	Deferido
91	4131	PRISCILA YASMIN FLORIANO	20/08/1992	30019056	19620128 SSPMT	Deferido
92	270	RAFAEL FERNANDES DEMARCHI	15/04/1995	30018291	24821519 SEJUSPMT	Deferido
93	139	RAFAELA DE LAURA SANTOS	21/01/1985	30018143	1839108-7 SSPMT	Deferido
94	4234	RAFAELA TIEMI KOMURO	09/01/1994	30019172	22283889 SSPMT	Deferido
95	3899	RAQUEL CARDOSO DE SOUZA	16/02/1984	30018802	15887324 SSP/MT	Deferido
96	21	REGIANE DE OLIVEIRA LIMA	13/07/1990	30018005	21229937 SSPMT	Deferido
97	4791	REGIANI GOMES BARBOSA TOMAZ	15/07/1987	30019798	17425182 SSP	Deferido
98	196	RONDINELE AMARAL DA SILVA	16/12/1986	30018208	10004955 SJSP	Deferido
99	4098	ROSELENE DA SILVA	15/11/1971	30019021	231415199 SSPSP	Deferido
100	1461	SAMARA LIMA CHILITE	16/12/1991	30018378	19266812 SSP/MT	Deferido
101	3702	SILVIA SOARES DOS SANTOS	27/09/1978	30018585	29948840-8 SSP/SP	Deferido
102	1517	SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	23/01/1988	30018439	17867991 SSPMT	Deferido
103	4022	SUEYD SZIMANSKI SILVA	08/03/1989	30018939	18582869 SSPMT	Deferido
104	63	TAIANA APARECIDA DUARTE GREIN	22/10/1992	30018056	21223190 SSP	Deferido
105	4260	TATIANY MARQUES DE OLIVEIRA	19/04/1989	30019200	19444125 SSP MT	Deferido
106	3648	THALISON FERNANDES PINHEIRO	27/07/1990	30018526	16425316 SJSPMT	Deferido
107	317	THALITA RODRIGUES ZAGO	29/12/1985	30018349	10400370 SSP/ MT	Deferido
108	89	WILLIAM FREIRE MILCHAREK	12/07/1992	30018089	20575432 SSP-MT	Deferido
109	4276	ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS	07/02/1983	30019220	14448963 SSPMT	Indeferido
110	4794	ANDRIELY HAYNE DOS SANTOS CALIARE	23/08/1994	30019801	24390402 SEJUSP	Indeferido

111	90	AUGUSTO CESAR FERREIRA DOS SANTOS	04/01/1988	30018090	0948446234 SSPBA	Indeferido
112	4061	BRUNO TEODORO GOMES	20/06/1992	30018981	21025479 SSP/MT	Indeferido
113	1541	DIANA CRISTINA BRIZKE	20/06/1984	30018467	13/c.3.430.495 SSPSC	Indeferido
114	3808	FÁBIA BRAZ FILHA	17/12/1984	30018705	31764843 SSPSE	Indeferido
115	4600	FERNANDA PEREIRA DE ANDRADE	22/08/1990	30019582	22121855 SSPMT	Indeferido
116	4339	FRANCINI RITIELE ROMPATO FISCHER	11/06/1992	30019291	2290355-0 SSPMT	Indeferido
117	3626	GRACIANE CORDEIRO CORREA MEDRADO	13/06/1991	30018500	2313027-0 SSP/ MT	Indeferido
118	3831	INGRID KARLA CORRÊA	22/04/1993	30018730	1943252-6 SSP	Indeferido
119	4101	JANAINA CARLA DA SILVA SIMÃO PEREIRA	20/07/1974	30019024	09087249 SSPMT	Indeferido
120	1499	JANETE SOUZA QUEIROZ	08/12/1981	30018420	13177206 SSP MT	Indeferido
121	4357	JENNIFER DA COSTA SOUZA	16/11/1990	30019312		Indeferido
122	4226	JOSIANE SOUZA DA SILVA	11/11/1986	30019162	18133401 SSP-MT	Indeferido
123	4687	KAMILLA ALBERTASSE SALES	11/10/1984	30019675	14755513 SSSP MT	Indeferido
124	4660	LAURIANA STASIAK	12/08/1984	30019647	15884392 SSP/MT	Indeferido
125	74	LIRA CRISTINA PERES LODOVARQUE	26/11/1983	30018068	15549518 SSP	Indeferido
126	3654	LÍVIA TATIANA DE SOUZA LIMA	25/11/1990	30018532	21664226 SSP/MT	Indeferido
127	4722	LUANDA RAMOS ALVES	17/08/1979	30019715	306379880 SSP SP	Indeferido
128	4267	LUIZA ALEIXO ALBERTIN	16/02/1990	30019208	1938996 SSP/MT	Indeferido
129	4314	MARILENE SILVA NASCIMENTO	31/07/1983	30019261	14754940 SSPMT	Indeferido
130	3924	MICHELE DE MELO MARIANO	26/05/1994	30018830	22410368 SSP/MT	Indeferido
131	4690	NATASHA DE SOUZA TORRES	27/09/1991	30019678	2074380-7 SSPMT	Indeferido
132	3640	NATHIELY ROCHA VALIGUSKI	15/09/1994	30018517	2003353-2 SSP/MT	Indeferido
133	4343	PAMELA NEVES DE OLIVEIRA	07/11/1991	30019295	19530960 SSP/MT	Indeferido
134	112	PATRICIA CAROLINA ANTUNES DE ARRUDA	05/09/1994	30018114	19826451 SSP/MT	Indeferido
135	3840	PATRICIA DOS SANTOS PEREIRA CAVALCANTE	03/10/1992	30018740	24115860 SSP	Indeferido
136	4112	PEDRO HENRIQUE FERNANDES DE OLIVEIRA	13/07/1990	30019035	838505 SSPRO	Indeferido
137	200	RAYANA LILIAN SOUZA CRUZ	25/07/1991	30018212	17215862 SSP	Indeferido
138	1482	RAYSA CARLA MUNIZ	02/12/1989	30018402	15897004 PCEMG	Indeferido
139	3902	RONAYANE LITICIA DA SILVA QUINTEIRO	20/03/1990	30018806	19038437 SSP-MT	Indeferido
140	4502	RONEUTO TSIO ORE DI	14/08/1996	30019474	24998338 SSP/MT	Indeferido
141	4796	ROSANA RODRIGUES DE SANTANA	14/10/1980	30019803	11691727 MT	Indeferido
142	3900	SHEYENE VIVIANE GOMES LIMA	14/12/1990	30018803	2104937-8 SSPMT	Indeferido
143	3712	TAINE IZAURA SCARPATT	13/07/1990	30018598	20309988 SSP MT	Indeferido
144	3848	TAMIRES FORTUNATO DE LIMA	06/09/1993	30018748	2454308-0 SSP/MT	Indeferido
145	1442	TANIA CRISTINA NICLOTTE	08/01/1981	30018359	11473690 SJ MT	Indeferido
146	4270	VANESSA PEREIRA VILELA	27/06/1990	30019214	93240790 SSPPR	Indeferido
	Cargo.:	684 -MEDICO CLINICO GERAL - LEI 3340/2010		**Edital:**	20000000002/2016	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	
1	3	LETÝCIA DE SOUZA OLIVEIRA	06/02/1989	30018281	2008168-5 SSP/MT	Deferido
2	260	CYNTHYA MASSAE ASAHIDE	26/07/1989	30019091	19785534 SSPMT	Indeferido
3	3704	DANIEL ALVES DE CAMPOS	20/05/1992	30017972		Indeferido
4	4163	FABIO FRANÇA NISHIKAWA	01/10/1975	30018587	894498 MT	Indeferido
	Cargo.:	692 -ODONTOLOGO (DISTRITOS E ZONA RURAL)		**Edital:**	20000000002/2016	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	
1	4225	ADRIANA DE GODOY	23/05/1987	30019161	15626652 SSP MT	Deferido
2	4708	ADRIANA DIVINA DE OLIVEIRA NUNES	04/10/1985	30019700	1540513-3 SSP/MT	Deferido
3	4180	ALOISIO FRANCISCO JACOBY JUNIOR	05/10/1988	30019111	15290867 SSP MT	Deferido

4	3849	ANA PAULA DA SILVA	28/09/1981	30018749	1331470-0 SSP/MT	Deferido
5	4707	ANA PAULA LIMA SILVA	09/10/1990	30019699	5426793 SSP\GO	Deferido
6	4347	BÁRBARA VITÓRIA GUILHERME FIM	18/04/1994	30019301	2301215-3 SSPMT	Deferido
7	3962	BEATRIZ DO NASCIMENTO HERNANDES	21/05/1993	30018873		Deferido
8	4862	BRUNA LALESCA SILVEIRA	09/04/1994	30019879	17872359 SSP MT	Deferido
9	4882	CAIO CESAR SOUZA VIEIRA	24/10/1994	30019900	22581782 SSPMT	Deferido
10	3829	CARINA DA ROSA	17/03/1993	30018728	22477500 SSP MT	Deferido
11	110	CRISTIANE COSTA DO NASCIMENTO	02/06/1983	30018112	14836050 SSP MT	Deferido
12	4734	DAIANE DA SILVA ROSA	08/02/1983	30019729	12363088 SSP MG	Deferido
13	4542	DANIELA MANTOVANI GUIMARAES	05/09/1973	30019521	882785 SSPMT	Deferido
14	4532	EDVALDO ANTONIO ARQUAZ	12/06/1994	30019509	21123586 SSP MT	Deferido
15	3925	EMANUELE CAROLINE GONÇALVES DE ALENCAR	28/08/1992	30018831		Deferido
16	3715	ESTÉFANE GASQUES	21/03/1988	30018601	09772120 SSP/MT	Deferido
17	3686	GABRIELA FRANCHIN	30/07/1992	30018569	1290892-4 SSP/MT	Deferido
18	1523	GABRIELLA SILVA SANTOS	19/04/1994	30018445	1745800-5 SSP/MT	Deferido
19	4678	GLEICICIELI GONÇALVES DE SOUZA	07/01/1994	30019666	22187871 SSP/MT	Deferido
20	4121	GRACIELE GUARNIERI	10/01/1994	30019045	2361731-4 SSP MT	Deferido
21	4580	ISABELA MENDES MIRANDA	14/11/1984	30019562	19412894 SSP/MT	Deferido
22	142	JAQUELINE GOMES SILVA	20/10/1976	30018146	16053133 SSPMT	Deferido
23	1492	JEICIELI DOS SANTOS MELLO	10/08/1990	30018413	2058406-7 SSP-MT	Deferido
24	4453	JEOVANIA MARCIA DE OLIVEIRA	17/03/1981	30019421	1402468-3 SSP/MT	Deferido
25	190	JESSICA CAMILLA MOULIN BOCKHORNY	14/11/1991	30018202	21505985 SSP	Deferido
26	4643	JESSICA CRISTINA TEIXEIRA ERRAN	19/04/1993	30019629		Deferido
27	4033	JÉSSICA OLIVEIRA DA SILVA	28/10/1992	30018951	22283854 SSPMT	Deferido
28	4757	JESSICA SOUZA SECCO	16/04/1991	30019753	20693370 SSP MT	Deferido
29	3922	JULIANA PEREIRA SANDRI	28/11/1993	30018827	24331554 SSP	Deferido
30	4301	JUSSIMAR OLIVEIRA LIMA	10/07/1976	30019247	m8308116 SSP	Deferido
31	75	KAREN RODRIGUES PEGORARO	14/12/1988	30018070	22997792 SSP MT	Deferido
32	4324	KATIA LIMA ALMEIDA	17/03/1989	30019274	18929818	Deferido
33	3903	KEILA MICHELE GROSS	07/04/1993	30018807	26666073 SEJSPMT	Deferido
34	3694	KESSILA DE MORAES FRARE	24/12/1992	30018577	23341327 SSP MT	Deferido
35	4603	LAURA LETICIA PINHEIRO BENEVIDES	22/12/1979	30019585	10894543 SJ	Deferido
36	4698	LETICYA FERNANDA GOUVEIA	30/08/1991	30019689	22617299 SESP-MT	Deferido
37	4781	LUANA SANTOS DE AZEVEDO DIAS	19/09/1993	30019785	2181043-5 SSP-MT	Deferido
38	4064	LUCAS OLIVEIRA DOS SANTOS	17/12/1993	30018984	19764200 SSPMT	Deferido
39	4526	LUIZA KEFLER FITARONI ALVES	16/04/1981	30019503	284507555 DETRAN RJ	Deferido
40	4856	MAIARA SOARES DE SOUZA	06/04/1994	30019871	2513271-7 SSP-MT	Deferido
41	4826	MARIA CARDOSO VIEIRA	19/01/1975	30019836	988422 SSP-MT	Deferido
42	4843	MARIA DA SOLEDADE RODRIGUES ALVES	11/06/1963	30019857	0401394-8 MT	Deferido
43	4352	MARIA EDUARDA CARRILHO BATISTA SILVA	17/02/1992	30019307	484616559 SSP	Deferido
44	4524	MONICA TEIXEIRA ERRAN	13/10/1986	30019501	17352894 SSP MT	Deferido
45	269	MONICA ZIMMER RAMBO	24/02/1987	30018290	1098776551 SJS	Deferido
46	4567	OZANA DA SILVA	10/09/1979	30019548	13239287 SSP	Deferido
47	4167	PÂMELA ZUFFO	18/09/1993	30019096	18576958 SSPMT	Deferido
48	4000	PAULA CRISTINA CUIABANO	11/02/1993	30018914	17882818 SSPMT	Deferido
49	3975	RAQUIELE MACHADO DE SOUZA	05/02/1987	30018888	17390087 SSP/MT	Deferido
50	4842	RENATA PATRÍCIA FLORES	24/05/1989	30019856	19614888 SSPMT	Deferido
51	3776	ROBERTA LOPES RODRIGUES SILVA	12/01/1992	30018669	21964548 SSP MT	Deferido
52	4403	RODRIGO ROHENKOHL SILVA	23/09/1988	30019365	15925072 SSP-MT	Deferido
53	285	RUBYANA SANTIAGO MALAQUIAS KLUSKOVSKI	27/05/1993	30018312	22514740 SSPMT	Deferido

54	3817	TACIANA DA SILVA LIMA	26/01/1991	30018717	20323034 SSPMT	Deferido
55	4340	THAIS SARTORI EMERICK	19/03/1993	30019292	21412790 MT	Deferido
56	3765	TUHANNI MAYARA GOUVEIA	14/03/1991	30018658	21482390 SSP MT	Deferido
57	3690	UELIGTON FRANCISCO DA SILVA CORDEIRO	05/10/1983	30018573	3459626 SSP/DF	Deferido
58	4333	VALERIA DA SILVA MARTINS CAMPOS	02/02/1994	30019285		Deferido
59	4650	VANESSA MOREIRA MILANI	02/02/1990	30019636	2173528-0 SSP\MT	Deferido
60	4624	VICTOR SALVIONI ARAGON	09/07/1993	30019608	21254176 SSP/MT	Deferido
61	3813	ALLANA ELLEN PEREIRA	04/11/1993	30018712	24462409 SSPMT	Indeferido
62	4065	AYENIDE BARBOSA GARCIA	23/07/1992	30018985	2227470-7 SSPMT	Indeferido
63	4116	BRUNA CORREDATO PAIVA	20/09/1994	30019040	524889405 SP	Indeferido
64	123	BYANCA BITENCOURT NEVES	24/05/1993	30018126	20898614 SSP	Indeferido
65	3771	CATIANE CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS	23/09/1989	30018664	2212129-3 SSP\MT	Indeferido
66	3914	DEIDIANE CERQUEIRA DE ASSIS PEREIRA MELLO	07/12/1990	30018818	22016570 SSP MT	Indeferido
67	4326	ELAIDA CRISTINA DE ALMEIDA FERREIRA	14/10/1986	30019278	19486723	Indeferido
68	1530	EMILLY LIMA DA SILVA	18/07/1994	30018453	2230943-8 SSP-MT	Indeferido
69	4677	ISABELA INTROVINI ZANNATTA	02/02/1979	30019665	11451211 SSPMT	Indeferido
70	4663	IVELEN JUAN DA COSTA FRANCISCO	05/02/1992	30019651	554750 SSPRO	Indeferido
71	4096	JAYMES DOUGLAS DA SILVA CARVALHO	31/03/1990	30019018	16732510 SJSP MT	Indeferido
72	4122	JULLIANA BARBOSA GARCIA	21/04/1991	30019046	2117760-0 SSPMT	Indeferido
73	4534	LHANA NEVES DE OLIVEIRA	14/07/1993	30019511	22386874 SSPMT	Indeferido
74	1521	LILIAN MARA AGUIAR PINHEIRO	06/11/1987	30018443	1678540-1 SSP/MT	Indeferido
75	4416	LORAINE DA SILVA BARBOSA	05/11/1984	30019379	17875196 SSP	Indeferido
76	4264	MÁRCIO FERNANDO OLIVEIRA DE SOUSA	15/03/1988	30019205	1623906-7 SESP	Indeferido
77	4539	MARIA GORETE DE ARAUJO	14/10/1967	30019518	628695 SSPMT	Indeferido
78	4638	MARIANNY DOS SANTOS SOARES	13/12/1996	30019623	26644371 SSPMT	Indeferido
79	4397	POLIANA RODRIGUES SANCHES	16/10/1985	30019359	15842010 SSP-MT	Indeferido
80	4545	PRISCILA VIANA MARQUES	18/06/1991	30019525	16391985 MT	Indeferido
81	4583	SUZIELY CRISTINI SOARES SEABRA ARFELLI	13/05/1994	30019565	21671460 SSP/MT	Indeferido
82	4115	VANESSA CAROLINE DE CARVALHO	03/04/1989	30019039	90528122 SSPPR	Indeferido
83	4078	VANESSA DE FRANÇA	29/09/1987	30018999	17972523 SSP MT	Indeferido
84	4055	WELLINGTON PRESSINATO DOSWALDO	05/02/1990	30018974	19967357 SSPMT	Indeferido
	Cargo.:	696 -FARMACÊUTICO		**Edital:**	20000000002/2016	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	
1	3976	ALANE MICHELE MARAN	01/08/1977	30018889	38056204-2 SSP/PR	Deferido
2	4378	ALINE BIANCA GAYESKI	21/03/1994	30019339	2069965-4 SSP-MT	Deferido
3	4729	ALINE INES PEREIRA DE SA	13/09/1985	30019724	16559258 SSP-MT	Deferido
4	4366	BEATRIZ GRAFF	19/09/1970	30019323	4070581204 SSP RS	Deferido
5	79	BETINA GABRIELA STEIN	09/04/1994	30018076	1985963-5 SSP	Deferido
6	147	CAMILA SALDANHA KLOECKNER	18/10/1994	30018151		Deferido
7	4426	CARLA CRISTINA GALLI	22/03/1987	30019392	15899438 SSP MT	Deferido
8	4126	CLEBER JUNIOR RIBEIRO NUNES	01/02/1994	30019050	23672978 SSPMT	Deferido
9	118	DAYANE MENEZES BOCKHORNY	10/11/1992	30018121	23196289 SSP MT	Deferido
10	4191	ELIZA RUMANIA ARANTES JACOBY	02/10/1989	30019124	16619021 SSP	Deferido
11	3917	EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI	17/11/1992	30018821	2411861-3 SEJSP/MT	Deferido
12	1485	FERNANDA DE MATTOS	26/03/1985	30018406	13687271 SSP MT	Deferido
13	4273	GABRIELA BENNEMANN	20/01/1993	30019217	22477683 MT	Deferido
14	3870	HUGO LEANDRO DE SOUZA LEITE	07/11/1981	30018771	1105095-0 SJ/MT	Deferido
15	4012	JACKSON HARMEL	04/09/1989	30018928	83108142 SSP-PR	Deferido
16	4173	KELIN CRISTINA ZILLI	31/10/1989	30019102	5385508 SESP SC	Deferido

17	3769	LARYSSA MARTINS DURAN	09/08/1982	30018662	284818-7 SSP-DF	Deferido
18	4265	LAYZA BARBOSA SISMER	28/03/1996	30019206	26013452 SSPMT	Deferido
19	157	LETICIA ANDRADE BOCKHORNY	01/04/1988	30018163	18863183 SSP MT	Deferido
20	4645	LIGIA MALAQUIAS ABREU CRUZ	06/05/1983	30019631	1239384-3 SSP/MT	Deferido
21	153	LORRAYNE GIROTTO	15/09/1993	30018159	23946547 SSP	Deferido
22	1447	MARCIA PESSOA BRITO ENVANGELISTA	14/01/1978	30018364	1375107 SSP MT	Deferido
23	4723	MARIA CONCEICAO MANENTE	08/12/1957	30019716	1245825 SSP PR	Deferido
24	3627	MARIA ELZA REGINADUTRA	10/05/1977	30018501	334362283 SSP/SP	Deferido
25	3964	RODRIGO ALVES DOS REIS	20/11/1986	30018875	307992639	Deferido
26	4159	ROSANGELA HERRERO DONINI	28/06/1980	30019087	11907207 SSP/MT	Deferido
27	3966	SHIVA KAFFASHI	29/10/1991	30018877	2227466-9 SSP-MT	Deferido
28	3671	SILVANA LIMA DE FREITAS	31/05/1981	30018553	13427849 SSP/MT	Deferido
29	289	VALDIR PEREIRA DOS SANTOS	22/05/1986	30018318	1929842-0 SSPMT	Deferido
30	3863	VANESSA CRISTINA LEITE DO NASCIMENTO	29/07/1979	30018763	1145047-9 SSP MT	Deferido
31	1436	VICTOR ALENCAR DE OLIVEIRA PINTO	01/07/1994	30018352	22309802 SSP-MT	Deferido
32	1518	AMANDA APARECIDA MONTEIRO DA SILVA	19/07/1994	30018440	21084882 SSPMT	Indeferido
33	3663	ANNA MARIA FELIX DA SILVA	22/12/1987	30018543	16670299 SSP	Indeferido
34	3806	ARIAKNER SILVA MELGAREJO	09/01/1994	30018703	001451987 SSP	Indeferido
35	4851	BRUNA ROBERTA PEREIRA DOS SANTOS	14/08/1888	30019865	18903266 SSP	Indeferido
36	4811	CÁTIA DE FÁTIMA FERNANDES SILVA ODA	19/02/1983	30019820	09688242 SSP/MT	Indeferido
37	3745	CRISTIANE VEGINI	04/07/1985	30018633	14676958 SSP-MT	Indeferido
38	1531	DEISE DE FATIMA MORAIS DA SILVA	01/02/1981	30018454	3068412083 SSP/RS	Indeferido
39	140	EDENER PEREIRA BORGES	27/05/1989	30018144	17987385 SSPMT	Indeferido
40	4541	FABIANA KELLY REOLON	10/04/1989	30019520	17130697 SSP/MT	Indeferido
41	3819	FABRICIO FELIPE CARREGAL HERNANDES	30/05/1984	30018719		Indeferido
42	1525	IEDA VAGNA SOUSA ALBUQUERQUE BASTOS	09/03/1975	30018447	mg11254398 SSP/MG	Indeferido
43	187	IRIS DIAS DE OLIVEIRA	08/07/1988	30018199	1767050-0 SSP-MT	Indeferido
44	3897	ISABELLA SILVA SANTOS	14/08/1989	30018800	174606622 SSP/MT	Indeferido
45	3909	JACQUELINE DIVINO DE OLIVEIRA	16/10/1988	30018813	5176671 SPTC GO	Indeferido
46	29	JANIS FELIPPE ANDRADE	17/05/1993	30018014	19562144 SSPMT	Indeferido
47	279	JESSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA	12/07/1987	30018306	20075570 SSP	Indeferido
48	4093	JOSIHANY PATTRICIAH DE BARROS	23/09/1994	30019014	1232266 SESDEC	Indeferido
49	3681	KAMILA RIBEIRO MARTINS DA SILVA	18/11/1990	30018564	4866554 SSPGO	Indeferido
50	4205	LARISSA MARIA DO NASCIMENTO	19/01/1995	30019140	24681385 SEJSP	Indeferido
51	3866	LUCAS FERNANDO DE OLIVEIRA	14/08/1996	30018766	22652078 SSPMT	Indeferido
52	4187	LUCIA ANDRE MOREIRA	06/03/1980	30019119	14142163 SSP/MT	Indeferido
53	3775	LUCIENE MENDES DUARTE DA SILVA	25/08/1969	30018668	254493610	Indeferido
54	4013	MAGDA VALERIA QUEROZ DA SILVA	19/10/1989	30018929	19459071 SSP/MT	Indeferido
55	4505	MANOELA SILVEIRA CRISPIM	04/09/1983	30019477	2748809-8 SSP/MT	Indeferido
56	1486	MARINA BRAZ LUMBRERAS	18/08/1992	30018407	1826595-2 SSP MT	Indeferido
57	4073	NADIA MENDES VILELA	24/09/1987	30018994	1574756-5 SSP/MT	Indeferido
58	3858	NADJA MARA PONDÉ RODRIGUES	02/02/1980	30018758	10917721 SSP	Indeferido
59	4651	PAMELA AGUIAR ROCHA	02/11/1990	30019637	21919909 SSP MT	Indeferido
60	4068	PAMELA KATHRINY PEREIRA BERTOLDO	15/06/1995	30018988	27670023 SSPMT	Indeferido
61	3907	PATRICIA APARECIDA DA SILVA FRANCISCO	21/08/1985	30018811	14847191 SSP/MT	Indeferido
62	233	PATRICIA CRISTINA DOS SANTOS	07/06/1985	30018249	905086 SESDEC/RO	Indeferido
63	3636	RENAN UGULINI	26/10/1985	30018512	1278406 SSP MS	Indeferido
64	4052	VANIA BORGES DA SILVA MARTINS	29/08/1970	30018971		Indeferido
65	4496	WILLIAN FERREIRA REZENDE	06/11/1995	30019468	27208710 SSP	Indeferido
	Cargo.:	701 -AUXILIAR ADMINISTRATIVO - LEI		**Edital:**	20000000002/2016	

		3340/2010				
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	
1	1459	ADRIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	25/11/1982	30018376	14566680 SSP/MT	Deferido
2	4845	AGNALDO JUNIOR FERREIRA DE OLIVEIRA	26/03/1997	30019859	24819891 SSPMT	Deferido
3	278	AGUSTAVIO CORDEIRO DOS SANTOS JUNIOR	15/12/1994	30018304	22157450 SSP	Deferido
4	3783	ALESSANDRA ALVES DA SILVA	31/08/1980	30018677	11922710 SJMT	Deferido
5	4627	ALESSANDRO DE ANDRADE GONÇALVES	30/03/1974	30019611	921894 SSP/MT	Deferido
6	3894	ALEX DOMINGOS DA SILVA	28/12/1988	30018796	19888570 SSPMT	Deferido
7	4227	ALEXANDRA DA SILVA OLIVEIRA	14/02/1991	30019163	18543960 SSP/MT	Deferido
8	3879	ALINE COUTINHO STORARI	31/12/1978	30018780	12341037 SJMT	Deferido
9	4815	ALINE DOS SANTOS PEREIRA	12/04/1991	30019824	1970122 SSPMT	Deferido
10	4774	ANA CAROLINE DE SOUZA SOARES	26/04/1995	30019775	2166821 SSP MT	Deferido
11	218	ANA KAROLINY CARVALHO SILVA	15/09/1994	30018234	25384805 SSPMY	Deferido
12	3743	ANA LUCIA MARQUES	25/08/1984	30018631	18213880 SSPMT	Deferido
13	1513	ANA PAULA DA SILVA 939	20/12/1980	30018434	14223589 SSPMT	Deferido
14	42	ANA PAULA GREGORIO DE MELO	05/05/1992	30018031	24356921 MT	Deferido
15	4561	ANDRE REGINALDO ANDRADE	29/08/1964	30019541	04211928 SSJMT	Deferido
16	1497	ANDRÉIA GUIMARÃES SANTANA	07/06/1991	30018418	18427626 SSP MT	Deferido
17	4280	ANE CAROLINE DE OLIVEIRA	26/10/1992	30019224	24039187 SSPMT	Deferido
18	4702	ANTONIO CARLOS MARQUES DE BRITO	27/08/1993	30019694	2328842-6 SSP/MT	Deferido
19	3916	APARECIDA DE FATIMA DI MARTINI	14/10/1966	30018820	539577 SSPMT	Deferido
20	116	BEATRIZ SEIBERT ROMÃO	26/10/1997	30018119	2847564-0 SSP-MT	Deferido
21	4207	BIANCA CASSIA LIESCH CALLEGARO	11/11/1992	30019142	19674694 SSP/MT	Deferido
22	4720	BRUNA MAYARA DE ALMEIDA TALLEVI	16/06/1993	30019713	1185200 SSP/RO	Deferido
23	226	BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS	31/07/1996	30018242	19811540 SSP/MG	Deferido
24	4713	BRUNO RAFAEL DE AMORIM SILVA	24/09/1990	30019706	20195010 SSP	Deferido
25	4389	CAMILA DA SILVA BANDEIRA	20/01/1996	30019350	22477659 SSP	Deferido
26	4569	CARLA FERNANDA TOLOI FERREIRA	26/05/1977	30019550	089613-0 SSP/MT	Deferido
27	4321	CAROLINE FARIAS BENTO	28/09/1997	30019270	27719499 SSP/MT	Deferido
28	4786	CIBELE MOREIRA PIRES	29/06/1989	30019792	28059425 SSPMT	Deferido
29	4285	CINTHIA FERREIRA DA SILVA	21/11/1983	30019229	13884859 SSPMT	Deferido
30	227	CLAUDELINA PACHECO MARQUES	07/06/1973	30018243		Deferido
31	4424	CLAUDIANE NASCIMENTO DOS SANTOS	16/10/1990	30019389	21184852 SSP/MT	Deferido
32	1493	CLAUDINEIA APARECIDA MORALES	24/05/1983	30018414	14758970 SSP MT	Deferido
33	4474	CLEBER VENICIOS EZIQUIEL	04/10/1981	30019444	11493682 SSP MT	Deferido
34	4071	CLEICIANE DAS GRAÇAS ALVES	03/08/1984	30018992	16276620 SSPMT	Deferido
35	150	CLEONICE GODOI	24/07/1984	30018155	14920654	Deferido
36	4382	CRISTIANA KAGUEIAMA	16/05/1979	30019343	11675640 SSPMT	Deferido
37	1479	DANIELLE DE ARRUDA URTADO	27/01/1987	30018399	2018957-5 MT	Deferido
38	212	DANIELLE GOMES DA SILVA	02/05/1986	30018226	18844669 SEJUSP	Deferido
39	307	DANILLO BATISTA DA SILVA	06/05/1989	30018337	17400945 SSP MT	Deferido
40	4386	DARSONI RORIZ ADRIANO	29/11/1988	30019347	20528493 SSP/MT	Deferido
41	4439	DAYANI ALVES AMARO DA SILVA	08/10/1996	30019405	27806766 SSP MT	Deferido
42	3868	DÉBORA DE LIMA BARBOSA	09/03/1993	30018768	24119520 SSP	Deferido
43	4200	DELZENI SOARES DE SOUZA	01/10/1977	30019133	12227803 SSPMT	Deferido
44	4004	DIEGO FERREIRA DA COSTA	15/02/1989	30018919	18405932 SSP MT	Deferido
45	4419	DIEGO GÜNDEL MEZZOMO	16/11/1985	30019382	908789125 SJS	Deferido
46	1449	DILAMAR JUNIOR BUSNELLO	14/11/1987	30018366		Deferido
47	3709	DIOGO PABLO DE SOUZA AGUILERA	05/01/1992	30018593	2013462 SEJUSP	Deferido
48	4807	DOUGLAS CARDOSO BALIEIRO	21/03/1988	30019816	18756697 SSPMT	Deferido
49	4885	DYEFERSON ZENKI DE SOUSA	28/09/1993	30019903	20025378 SSP/MT	Deferido

50	4211	EDCARLOS CABRAL DE MELO	01/01/1991	30019146	33426910 SEDS	Deferido
51	3695	EDILAINE FERREIRA DE MEDEIROS SANTOS	25/12/1991	30018578	22284095 SSP-MT	Deferido
52	1476	EDILENE GEOVANA RODRIGUES	18/09/1981	30018394	1576343-9 SSP/MT	Deferido
53	4803	EDNA APARECIDA SALVATERRA	30/10/1976	30019812	10490507 SSPMT	Deferido
54	3749	EDUARDO FARIAS DA SILVA	30/01/1997	30018638	24947040 SSPMT	Deferido
55	256	ELAINE REBELO MARQUES	11/08/1988	30018277	1912329-9 SSP/MT	Deferido
56	4188	ELESSANDRA ARAUJO DIAS DOS SANTOS	17/12/1985	30019120	22396004 SSP	Deferido
57	4634	ELIANE MARIA ZUZA DOS SANTOS SANTANA	16/12/1990	30019619	21427518 SSP	Deferido
58	152	ELIDA CARDOSO DE ALMEIDA	01/05/1986	30018157	18153950 SSP-MT	Deferido
59	4388	ELIZA KROHLING	01/05/1986	30019349	1766773-9 SSP-MT	Deferido
60	4435	ELIZANDIO SOUZA GRINIVALD	20/07/1993	30019401	25178946 022	Deferido
61	47	ELIZANDRA KELLE DOS SANTOS FARIAS	22/10/1984	30018036	15310728 MT	Deferido
62	4809	ELIZANDRA SILVA DE OLVEIRA	17/07/1981	30019818	7995005-0 SESP/PR	Deferido
63	3658	ELLICA RENATA DE SOUZA	10/08/1991	30018536	23350822 SSP MT	Deferido
64	1473	ESLAINE CANDIDA DA SILVA	04/12/1993	30018391	24463566 SEJSP	Deferido
65	4895	EVERTON MELLO BARCELLOS	14/05/1987	30019913	17256356 SSP/MT	Deferido
66	115	FABIANA DE CARVALHO COUTO SILVA	14/03/1989	30018118	19892799 SESP	Deferido
67	4475	FABIANE ARAUJO BURGOS	08/12/1997	30019445	27498107 SSP MT	Deferido
68	4132	FÁBIO MORETTI CALHEIROS	17/11/1980	30019057	12538752 SJ/MT	Deferido
69	249	FERNANDA QUIRINO DOS SANTOS	06/04/1996	30018268	9.477.716 0 SSP/PR	Deferido
70	4217	FILIPE CAMARGO CANDIDO	23/12/1996	30019153	24915629 SSP	Deferido
71	4849	FLAVIA CORSINO DA SILVA	15/04/1991	30019863	21700010 SSP/MT	Deferido
72	4607	FLAVIA LUCIANA DE OLIVEIRA ALBERTIN SCHUMACHE	24/12/1978	30019589	11872250 SSP/MT	Deferido
73	295	FLAVIO ROSA	26/09/1977	30018325	12842524 SSPMT	Deferido
74	4655	FRANCIELI MICHALSKI DA SILVA	13/04/1996	30019642	25855972 SSP	Deferido
75	3891	FRANCISCO LUCAS ALEXANDRE PEREIRA DE PINHO	13/06/1997	30018793	27041735 SSP MT	Deferido
76	262	GABRIEL CAJE DOS SANTOS	24/10/1982	30018283	14311500 SSPMT	Deferido
77	4846	GIOVANA DA SILVA CARVALHO	24/10/1994	30019860	25528262 SSPMT	Deferido
78	199	GUSTAVO LEONNE DE SOUZA	16/06/1995	30018211	24701610 SSP	Deferido
79	3896	HÉRICA CRISTINA PEREIRA	06/06/1990	30018798	17889774 SSPMT	Deferido
80	4819	HUÉLIÇON PAGUNG DOS SANTOS	26/05/1996	30019828	30122490 SSP	Deferido
81	4793	IGOR ROBERTO VIEIRA DE PAULA	05/08/1994	30019800	21896224 SSPMT	Deferido
82	113	ILANIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	26/08/1985	30018115	1561209 SSP MT	Deferido
83	4201	INGRIDY TEODORO DOS SANTOS ANDRADE	21/07/1997	30019134	2319363-8 SSPMT	Deferido
84	3835	IZABELA CRISTINA FRITZEN MARQUES	22/03/1997	30018734	2310675-1 SSP/MT	Deferido
85	4040	JACKSON DE SOUZA LIVI	02/02/1996	30018958	26341727 SEJSP	Deferido
86	126	JADSON ABILIO DOS SANTOS REIS	01/06/1995	30018129	24502766 SSP	Deferido
87	18	JAQUELINE SOARES BATISTA DE ALMEIDA	26/09/1989	30018000	21119112 SSP	Deferido
88	4393	JEFERSON DOUGLAS FERREIRA DE SOUZA	25/08/1990	30019354	19314515 SSP MT	Deferido
89	4421	JESSICA DE SOUZA GONCALVES	12/04/1989	30019384	19722257 SSP MT	Deferido
90	4706	JÉSSICA NAIARA GRAGEL DOS SANTOS	13/09/1993	30019698	22765832 SSP	Deferido
91	4003	JESSICA REGINA SIMOES LAIA	19/02/1991	30018918	21658706 SSP/MT	Deferido
92	4327	JHONATHAN LUIZ COSTA LUCAS	17/08/1992	30019279	18462537 SSP MT	Deferido
93	4799	JIENIFER KODAMA SILVA	06/09/1991	30019807	2162411-9 SSP	Deferido
94	228	JOAO BOSCO GONCALVES	24/06/1954	30018244	5627962 SSP/SP	Deferido
95	4871	JOICILENI MARTINS DE AQUINO	30/10/1995	30019888	19280360 SPI/SJSP	Deferido
96	4834	JONAS JOSE LOPES DE OLIVEIRA	16/04/1981	30019846	1264200-2 SSP/MT	Deferido
97	4738	JOSIANI DA SILVA CHABUDE BRABO	13/08/1981	30019734	13813323 SSPMT	Deferido
98	4284	JUCELIA ANTONIA DA SILVA	24/01/1963	30019228	337205 SSPMT	Deferido
99	4363	JULIANA ALINE TEIXEIRA	19/11/1990	30019320	19082525 SSP MT	Deferido

100	185	JULIANA DO CARMO DE OLIVIERA	27/08/1987	30018197	19494475 SSP/MT	Deferido
101	4516	JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS	23/05/1992	30019490	2250282-3 SSP/MT	Deferido
102	4213	JÚLIO CÉSAR RAMOS DO CARMO	20/07/1991	30019148	6188863 SSPGO	Deferido
103	1438	JULIO CÚSAR ALVES	06/08/1988	30018354	19089805 SSPMT	Deferido
104	4233	KAISSON LEAO DOS SANTOS	19/07/1989	30019171	18693202 SSP	Deferido
105	207	KAMILA AVILA LEAL	19/10/1994	30018220	23864265 SSP/MT	Deferido
106	3890	KAREN ALVES BANDEIRA	21/09/1996	30018792	25600605 SSPMT	Deferido
107	66	KATIA FERNANDES DE LIMA	14/11/1988	30018059	20282419 SSP/MT	Deferido
108	3700	KATIA SANTOS ZENKI DE SOUSA	02/02/1978	30018583	17818281 SSP	Deferido
109	4874	KATIANE MIRANDA RUDES MARTINS	09/06/1994	30019891	2353100 SSPMT	Deferido
110	37	KEIDY KATTIUSCA WIEDERKEHR	14/03/1978	30018024	10996168 SJMT	Deferido
111	4836	KEILE MARTINS DA SILVA	24/04/1987	30019848	18680968 SSPMT	Deferido
112	4277	KEROLAINY LORRANY DE SOUZA	08/11/1994	30019221	SSPMT	Deferido
113	3697	KHETLEEN TEIXEIRA SILVA	22/07/1998	30018580	1257757	Deferido
114	31	KLEDER ROBERTO DE ASSIS	24/02/1983	30018016	13724029 SSP MT	Deferido
115	4595	LARESSA LIRA FARIAS	18/10/1993	30019577	24622869 SSP/MT	Deferido
116	4648	LARISSA AIRES EVANGELISTA	18/07/1993	30019634	25079824 SEJUSP	Deferido
117	4466	LARISSA ALVES DO PRADO	02/12/1997	30019436	27097544 SSP MT	Deferido
118	4279	LAYLA LORRANA RIBEIRO DA SILVA AMORIM	08/07/1991	30019223	21553530 SSPMT	Deferido
119	4599	LAYRANE AIRES EVANGELISTA	15/08/1995	30019581	2616963-0 SSP/MT	Deferido
120	4311	LEIDIANE MARIA DE SOUZA	11/05/1986	30019257	1604124-0 SSP/MT	Deferido
121	3735	LEONARDO FERREIRA SIA	04/10/1985	30018622	29658950 SSPMT	Deferido
122	3616	LEONARDO MAIKE OLIVEIRA DE PESSOA	15/12/1991	30018490	22204920 SSP/MT	Deferido
123	177	LEONICE CARVALHO DOS SANTOS	26/12/1977	30018187	282039867 SSP SP	Deferido
124	1477	LETICIA DA SILVA	24/08/1980	30018396	912657 SSPMS	Deferido
125	4394	LEYDSON FERREIRA DE MORAES	07/04/1978	30019356	12334197 SSP/MT	Deferido
126	4872	LIA MARA TEREZINHA JUCOSKI	24/10/1979	30019889	81645299 SSP PR	Deferido
127	3778	LIDIA JOSEFA GARCIA KOHL	07/07/1997	30018672	28025997 SSP	Deferido
128	1457	LILIANE APARECIDA DA SILVA	20/03/1990	30018374	19595271 SSP/MT	Deferido
129	4042	LISIEH GABRIELA DE OLIVEIRA REIS	03/12/1997	30018961	26270552 SEJUSP	Deferido
130	4320	LUAN DA SILVA BARROS	11/08/1996	30019269	22504982 SSP/MT	Deferido
131	3726	LUCAS BERTOLDO DE MELO	08/07/1995	30018613	20719108 SSP	Deferido
132	4881	LUCAS LOPES DE SOUZA	10/12/1997	30019899	26169592 SSPMT	Deferido
133	1474	LUCAS MOREIRA DA SILVA	30/04/1991	30018392	21167320 SSPMT	Deferido
134	4195	LUCIANA DE SOUZA SANTOS	10/04/1978	30019128	1552850/2 MT	Deferido
135	4681	LUCIANA MOREIRA	18/10/1991	30019669	001902174 SEJUSP MS	Deferido
136	3855	LUCIMAR VICENTE VIEIRA	01/08/1984	30018755	19456220 SSP/MT	Deferido
137	4755	LUCINEIA ALVES DA ROCHA	08/06/1977	30019751	1272623-0 SSP/MT	Deferido
138	4747	LUCINEIA DA SILVA FIGUEIREDO	01/12/1984	30019743	21136823 SSP MT	Deferido
139	65	LUIZ DA SILVA FERREIRA	27/10/1990	30018058	2291009-3 SSP-MT	Deferido
140	4880	LUIZ EDUARDO QUIRINO DA SILVA	17/05/1994	30019898	24080080 SSPMT	Deferido
141	4727	MAERLY DA SILVA ABREU	27/04/1991	30019722	883739 SSP-RO	Deferido
142	4879	MAGNO LUAN RICHTER	16/11/1993	30019897	1838928-7 SSP MT	Deferido
143	4448	MAIKEL RAFAEL PEREIRA	16/11/1988	30019416	19069634 SSP	Deferido
144	4199	MARCELO DA LUZ DOS SANTOS	13/12/1977	30019132	11046767 MT	Deferido
145	4492	MARCIA AGUIAR DE SOUZA PRADO	25/06/1982	30019464	28104145	Deferido
146	4114	MARCIA ANDREA DE SOUZA	02/12/1983	30019038	00619315199 SSP	Deferido
147	4656	MARCIA DA SILVA LIMA	21/08/1983	30019643	15188051 SSPMT	Deferido
148	4672	MARCIA FRANCISCA BOMFIM	30/09/1980	30019660	13763580 SSP/MT	Deferido
149	172	MARCIO SILVA PEREIRA	11/03/1996	30018181	26232006 SSPMT	Deferido
150	194	MARESSA EMANUELLY FINOTTI TAVARES	12/02/1998	30018206	2243030-O SSPMT	Deferido

151	4889	MARGARETTI DOS SANTOS TEODORO CAMILO	15/06/1982	30019907	14529173 SSPMT	Deferido
152	4198	MARGO APARECIDA SCHIMASKI PEREIRA SILVA	31/07/1989	30019131	18349765 SSP/MT	Deferido
153	4878	MARIA DAS GRACAS DA CONCEIÇAO SILVA	24/06/1973	30019896	1518634 SSPAL	Deferido
154	4170	MARIA GENACILDA DA SILVA	14/07/1973	30019099	317505 SSP AC	Deferido
155	4051	MARILHA DA CRUZ SILVA	29/04/1988	30018970	1308593031 SSP	Deferido
156	3802	MARISA PAULA SOUZA MIRANDA	21/11/1965	30018699	mg3767171 SSP/MG	Deferido
157	84	MARLI DOMINGOS RIBEIRO	12/01/1965	30018083	548067 SSP	Deferido
158	4749	MARTA CRISTINA DA SILVA	15/07/1982	30019745	14031922 SSP\MT	Deferido
159	4137	MATHEUS CARVALHO DA SILVA MORAES	02/04/1989	30019062	19413173 SSP/MT	Deferido
160	267	MAYKON DOUGLAS BORTOLUZZI	13/12/1990	30018288	19365519 SSP-MT	Deferido
161	4769	MICHEL DA SILVA MELO	21/09/1997	30019769	24861642 SSPMT	Deferido
162	259	MICHEL JONATHAN JUCOSKI	22/11/1991	30018280	21576963 SSP	Deferido
163	4745	MIRELA ALVES DA SILVA	12/06/1989	30019741	364749969 SP	Deferido
164	4814	MURILO DA SILVA ARAUJO	01/03/1990	30019823	21741212 SS	Deferido
165	80	MURILO MEIRA CHEUNG	17/12/1993	30018078	22888225 SSP	Deferido
166	4832	NADIELE SALERMO FARIAS	28/04/1994	30019844	17134900 SSP/MT	Deferido
167	3638	NAIANE TRAMONTINA SAMPAIO	28/02/1998	30018515	24819816	Deferido
168	4400	NAIGELI SANTOS JAQUES	07/09/1995	30019362	22254870 SSP/MT	Deferido
169	4476	NATHÁLIA LOURDES SEVERIANO PRADO	11/09/1995	30019447	2142023-8 SSPMT	Deferido
170	4721	NATHALIA SZIMANSKI TOLEDO	29/08/1990	30019714	11261013 SEJUSP	Deferido
171	1467	NAYARA RIBEIRO TEODORO DE MATOS	13/05/1985	30018384	415451656 SSPSP	Deferido
172	4640	NENY SANTOS DE SOUZA	23/07/1977	30019625	13940848 SSP/MT	Deferido
173	4049	NOEMI MESSA DE DEUS	19/05/1962	30018968	25149989 SSP/MT	Deferido
174	15	OLAURINDA BARBOSA DE SOUZA	21/08/1969	30017997	614993 SEJUSP MS	Deferido
175	134	PABLO HENRIQUE FERNANDES DA SILVA	31/03/1998	30018138	2214013-1 SSP	Deferido
176	4296	PABLO RANGEL SILVA SOARES	03/08/1992	30019242	22096108 SSPMT	Deferido
177	4606	PALMA CARDOSO DE OLIVEIRA	24/04/1998	30019588	23448377 SSPMT	Deferido
178	4375	PALOMA DUARTE DE FREITAS	14/04/1994	30019334	25390287 SSP	Deferido
179	3753	PAMELA CRISTINA MENDES DA SILVA	04/03/1995	30018644	2647598-7 SSP	Deferido
180	3679	PATRICIA DANTAS DINIZ	12/05/1988	30018561	001519145 SSP MS	Deferido
181	4328	PATRICIA REGINA BATISTA LEITE	31/01/1989	30019280	17953014 SSPMT	Deferido
182	1468	PATRICIA URIZAR GOMES	27/01/1987	30018385	1634298-4 SSP MT	Deferido
183	4086	PAULO CEZAR SILVA AMORIM	03/10/1964	30019007	04553047 SSPMT	Deferido
184	4360	PAULO HENRIQUE DA SILVA LINDER	06/05/1989	30019316	16678613 SSP-MT	Deferido
185	209	POLIANA NAIARA ORNELAS PEREIRA	15/02/1992	30018222	22550330 SSPMT	Deferido
186	1508	PRISCILA QUINTINO DA SILVA	04/10/1991	30018429	22743979 SSP	Deferido
187	4457	PRISCILLA LUZIA LINO STUCHI	13/09/1992	30019425	20927460 SSP/MT	Deferido
188	1471	QUEZIA SOARES RAIMUNDO	06/07/1984	30018389	15453391 SSPMT	Deferido
189	4859	RAFAEL EVARISTO VIEIRA	29/07/1985	30019874	14178222 SSP-MT	Deferido
190	4272	RAFAEL OLIVEIRA GAUGER	21/03/1993	30019216	21964203 SSPMT	Deferido
191	4559	RAMURIELLY KEMBERLY BEZERRA CAFACIP	27/09/1993	30019539	22550259 SSPMT	Deferido
192	223	RAPHAEL HENRIQUE SILVEIRA COVRE	21/05/1994	30018239	1140521 SESDC	Deferido
193	4138	REGIANE APARECIDA SOUZA ALMEIDA	10/01/1979	30019063	14104920 SSP MT	Deferido
194	3905	REGIANE EUGENIO	12/11/1980	30018809	144448823 SSP/MT	Deferido
195	4593	REGINADO DE CASTRO OLIVEIRA	28/05/1993	30019575	20719841 SSP	Deferido
196	3927	RENAN CAMPOS OLIVEIRA	19/03/1993	30018833	1927433-5 SSP/MT	Deferido
197	4520	RENATA BRUNA LUCAS DA SILVA	29/11/1996	30019495	26517000 SSP-MT	Deferido
198	35	RENATA MARIA BARBOSA SKITTBERG	21/06/1995	30018021	2480344-8 SSP-MT	Deferido
199	27	RENATTO MACEDO BONIN	18/11/1992	30018012		Deferido
200	17	RENDNER DUARTE SANTOS	09/06/1987	30017999	90082337 SSP	Deferido

201	4483	ROBSON GUILHERME PIANA DOS SANTOS MOURA	08/02/1993	30019454	6129074 SSP SC	Deferido
202	4772	RODRIGO ANTUNES RIBEIRO	21/12/1994	30019773	16796489 SSP MT	Deferido
203	1472	RODRIGO DE OLIVEIRA AMADO	21/02/1995	30018390	20472056 SEJSP MT	Deferido
204	4271	RODRIGO LIMA DA SILVA	15/12/1995	30019215	22071512 SSPMT	Deferido
205	3719	ROGERIO DE OLIVEIRA	06/12/1995	30018605	24047104 MT	Deferido
206	4172	ROGÉRIO MOREIRA RODRIGUES DE MEIRELES	02/03/1993	30019101	23039400 SSPMT	Deferido
207	4053	RONIEL PEREIRA DA SILVA	22/07/1994	30018972	23803770 SSP	Deferido
208	4241	ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS	05/07/1973	30019179	958789 SSP MT	Deferido
209	4176	ROSANGELA ALVES DA SILVA	12/08/1985	30019105	16785681 SSPMT	Deferido
210	4730	ROSANGELA DE BRITO BARBOSA LIMA	14/05/1983	30019725	543170536 SSP	Deferido
211	4804	ROSE RIBEIRO DA SILVA	23/01/1984	30019813	17856124 SSPMP	Deferido
212	4694	ROSELANE GONCALVES DE OLIVEIRA	18/12/1984	30019683	16560132 SJSP/MT	Deferido
213	3716	ROSELY GOMES DE SOUSA	24/09/1969	30018602	748837 SSPMT	Deferido
214	4504	ROSILENE DE JESUS PATRICIA	03/03/1982	30019476	15838692	Deferido
215	101	ROSIMARA DA SILVA OLIVEIRA RAMOS	24/08/1989	30018102	20177259 SSP	Deferido
216	4789	ROSIMERY SANTOS DA SILVA	07/06/1984	30019796	20124708 SSP	Deferido
217	4090	ROSINEI JOSE DA SILVA	06/06/1977	30019011	08538794 SSPMT	Deferido
218	4865	ROZINÉIA ALVES DE LANA	20/02/1992	30019882	25457799 SEJUSP	Deferido
219	1542	SABRINA MOREIRA DO NASCIMENTO	09/04/1996	30018468	26373408 SPMT	Deferido
220	4840	SAMARA DA LUZ SOUSA MEDINA	15/09/1981	30019854	1295051 SSPMT	Deferido
221	3843	SANDRA PINTO PEREIRA	20/09/1982	30018743	17977908 SSP/MT	Deferido
222	4665	SANDRIANE APARECIDA SENABIO DE CAMPOS	19/08/1996	30019653	2566074-8 SSP/MT	Deferido
223	4676	SELIA PEREIRA DE SOUZA FERREIRA	30/10/1975	30019664	10758283 SSPMT	Deferido
224	3649	SIRLENE FERREIRA MATOS	19/07/1978	30018527	1065439-9 SSP-MT	Deferido
225	4778	SIRLEY SOARES DE ALMEIDA	05/10/1975	30019781	1149602-9 CUIABÁ-MT	Deferido
226	4644	SUELI MOREIRA DA SILVA	31/05/1966	30019630	1548066 SSP/MT	Deferido
227	4620	SUZANA BENEDITA DA SILVA	17/01/1993	30019604	21882274 SSP	Deferido
228	4490	TAÍS PEREIRA DA SILVA	31/01/1991	30019462	2008622637 SSPDS CE	Deferido
229	3847	TAMIRES REGINA RIBEIRO DA SILVA	28/09/1991	30018747	18408346 SSP/MT	Deferido
230	4636	TATIANE CARNEIRO DE MORAIS	18/08/1992	30019621	23029897 SSP	Deferido
231	3691	TATIANE DA SILVA BRITO MORINIGO SAMUEL	30/10/1983	30018574	2486343-2 SSP/MT	Deferido
232	4317	THAIS STEFFANI RODRIGUES	12/03/1995	30019265	22518983 SSPMT	Deferido
233	4596	THIAGO DE SOUZA E SILVA	23/01/1992	30019578	22249087 SSP-MT	Deferido
234	4547	TUANE CRISTINE DOS SANTOS RECHE	29/04/1989	30019527	18641474 SSP-MT	Deferido
235	4026	UESLEM MADUREIRA DE ALMEIDA	02/10/1978	30018943	12336076 SJ	Deferido
236	3635	VALDEMOR ALVES CONCILIO	23/03/1995	30018511	25372491 SSP	Deferido
237	1462	VALDINEI NASCIMENTO DE SOUZA	10/02/1984	30018379	15471543 SSP MT	Deferido
238	4192	VALDIRENE BANDEIRA DA SILVA	22/12/1974	30019125	09183345	Deferido
239	4568	VALERIA MONTEIRO DOS SANTOS	10/10/1994	30019549	23273526 SSPMT	Deferido
240	308	VANUBIA FERREIRA GOULART	06/02/1987	30018339	17775965 SSPMT	Deferido
241	4214	VANUZA MARIA PIRES	28/07/1986	30019149	1776817 SSP MT	Deferido
242	3759	VIVIAN FRANÇA DA COSTA	09/06/1998	30018651	27474690 SSP MT	Deferido
243	124	WAGNER FURQUIM PEREIRA	21/03/1979	30018127	10327355 SJ MT	Deferido
244	4844	WESLEY BIANCHINI DA ROCHA	07/09/1994	30019858		Deferido
245	3940	WESLEY BORGES DA SILVA	21/05/1991	30018846	21083703 SSP MT	Deferido
246	3725	WESLLANE SILVA LIMA	15/02/1990	30018612	00001021697 SESDC/RO	Deferido
247	4699	WEVERTON DOS SANTOS SILVA	28/10/1996	30019690	26570262	Deferido
248	4700	WIGNER HENRIQUE PEDRA TRINDADE	20/02/1996	30019691		Deferido
249	160	WILLIAN DIAS MARQUES DOS SANTOS	20/10/1987	30018166	1007523 SSP/RO	Deferido

250	4875	ZILDA MARIA DOS SANTOS	06/05/1978	30019892	11600039 SJ MT	Deferido
251	3637	ADENILTO ELIZARDO GRACHEKI	23/11/1989	30018514	17823964 SSPMT	Indeferido
252	3792	ADEVILSO CARDOSO DA SILVA	25/07/1989	30018689	2063795-0 MT	Indeferido
253	4117	ADRIANO BERNARDO DOS SANTOS	18/10/1984	30019041	15836967 SSPMT	Indeferido
254	3683	ADRIANO DE BARROS OLIVEIRA	10/03/1984	30018566	17819300 SSPMT	Indeferido
255	4822	ALBERTO ANTONIO PEREIRA PESTANA	17/12/1988	30019831	80024975 SSP/PR	Indeferido
256	4398	ALEF QUINOT PEREIRA	20/10/1996	30019360	1636054-0 SSP	Indeferido
257	4197	ALEFE DIAS DA SILVA	22/05/1988	30019130	17512506 SSPMT	Indeferido
258	3985	ALESSANDRA FARIAS DE LIMA BRANCO	29/07/1977	30018899	11254068 SSPMT	Indeferido
259	4704	ALEX SANDRO DE OLIVEIRA PEREIRA	30/12/1985	30019696	15447278	Indeferido
260	3751	ALINE CRISTINA MARTINS RAMOS	07/02/1994	30018641	22504192 SSPMT	Indeferido
261	3960	ANA CLAUDIA ALVES DE ANDRADE	11/07/1995	30018870	23778202 SEJUSP MT	Indeferido
262	30	ANA KAROLINA ORMOND SAMPAIO	09/03/1993	30018015	23098791 SSP	Indeferido
263	4566	ANA PAULA DA SILVA GOMES	27/02/1996	30019547		Indeferido
264	4584	ANA PAULA DA SILVA LIMA	01/02/1992	30019566	2282789-7 SSP/MT	Indeferido
265	315	ANA PAULA DE MORAES	30/10/1990	30018347	20090390 SSP-MT	Indeferido
266	179	ANA PAULA SANTOS DE SOUZA	08/05/1990	30018189	21120161 SSP/MT	Indeferido
267	3861	ANDRE LUIS GRATON DOS SANTOS	20/07/1985	30018761	14530473 SSPMT	Indeferido
268	4802	ANDRESSA GONÇALVES OLIVEIRA	21/02/1993	30019811		Indeferido
269	4417	ANGELICA MATIAS SANTOS DE MELLO	18/02/1987	30019380	397097062 SSP-SP	Indeferido
270	4860	ANGELITA SONEGO	20/08/1978	30019875	11671904 SJ/MT	Indeferido
271	4103	ANNE KAROLYNE FERNANDES PEREIRA DA SILVA	22/11/1995	30019026	22300040 SSPMT	Indeferido
272	4287	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	25/01/1977	30019231	11675683 SSP/MT	Indeferido
273	4341	AYLA TATHYELE VIEIRA	16/06/1996	30019293	25651579 SEJUSP	Indeferido
274	4788	BEATRIZ MARTINS DE SOUZA	05/03/1995	30019794	2486138 SSP	Indeferido
275	4238	BIANCA DA SILVA RAMOS	10/12/1992	30019176	23420278 SSP/MT	Indeferido
276	4876	BRENDA GOMES CANDEIAS	20/12/1993	30019893	20395035 SSP-MT	Indeferido
277	4050	BRUNA PAOLA FRANCO OVELAR	30/01/1998	30018969		Indeferido
278	3957	BRUNO BERNARDES VIEIRA	11/04/1992	30018867	21901554 SSPMT	Indeferido
279	4156	BRUNO CESAR DA SILVA	21/01/1990	30019084	2064831-6 SSPMT	Indeferido
280	1475	BRUNO GUILHERME DOS SANTOS BILMAIA	18/04/1997	30018393	2562764-3 SSP	Indeferido
281	4221	BRUNO SOARES FERREIRA DE SANTANA	29/04/1992	30019157	21622540 SSP	Indeferido
282	3737	CAMILA DA SILVA ARAUJO	11/09/1992	30018625	2057717-6 SSP MT	Indeferido
283	4206	CAMILA FERREIRA DOS SANTOS	15/10/1989	30019141	1656617-3 SSPMT	Indeferido
284	4082	CAMILA MENDES SOARES	17/07/1981	30019003	13630156 SSP MT	Indeferido
285	3685	CARLA CRISLAYNE DAMA CENA VIEIRA	24/11/0997	30018568	27021335 SSPMT	Indeferido
286	4154	CARLOS ALYSSON SOUZA DE PINHO	22/11/1992	30019082	2261807-4 SSP MT	Indeferido
287	4359	CINARIA BATISTA COIMBRA	09/01/1983	30019314	1458770-0 SSP/MT	Indeferido
288	3892	CLARICE FERREIRA DA SILVA	05/03/1976	30018794	13246100 SSP/MT	Indeferido
289	4091	CLAUDIA DA PAZ TOMASI	22/11/1989	30019012	18186661 SSP MT	Indeferido
290	165	CLAUDIA OHANA DE SOUZA	25/10/1992	30018172	24472956 SESP	Indeferido
291	4067	CLEIDINEIA GONÇALVES LARA	09/10/1978	30018987	10557687 SSPMT	Indeferido
292	1522	CLEUSA FERREIRA DOS SANTOS	27/05/1985	30018444	16462033 SSP/MT	Indeferido
293	4228	CLEYTON ALMEIDA DA SILVA	03/09/1994	30019164	16659198 SSPMT	Indeferido
294	4079	CLOVIS ALEXANDRE VAN GROL	20/12/1983	30019000	0518651-0 SSP	Indeferido
295	4525	CRISTIAN JANSLEY SIMOES ARAUJO	28/03/1996	30019502	26645360 SSP MT	Indeferido
296	4295	CRISTIANE MARIA COELHO LOURENÇO	09/02/1985	30019241	18818803 SSP/MT	Indeferido
297	4015	CRISTIANE MAX SERRA VILAS BOAS	14/07/1989	30018932		Indeferido
298	284	CRISTIANY DA SILVA ALVES	08/08/1996	30018311	2664205 SSP	Indeferido
299	3614	CRISTINA DE MEDEIROS COUTO	27/03/1991	30018488	2322775-3 SSP/MT	Indeferido
300	38	DANIELA MACENA DE OLIVEIRA	09/08/1994	30018025	23512180 SSP/MT	Indeferido

301	4171	DANIELE BEZERRA CORREIA	05/12/1988	30019100	20522665 SSP MT	Indeferido
302	191	DANIELE MOREIRA	29/10/1986	30018203	17005507 SSPMT	Indeferido
303	1491	DAVIDY HALISON MOREIRA DA SILVA	19/10/1993	30018412	25781065 SEJUSP/MT	Indeferido
304	248	DAYANA XAVIER DA COSTA E SILVA	09/12/1988	30018266	16713710 SSP/MT	Indeferido
305	4396	DAYANI ALVES DA SILVA	20/11/1988	30019358		Indeferido
306	4609	DEISE TATIANE MANGOLIN PRUDENCIO	22/07/1993	30019591	22203052 SSPMT	Indeferido
307	3740	DEIVID DOS SANTOS CASASUS	17/12/1994	30018628	2422476-6 SEJUSP	Indeferido
308	4001	DIANA TEREZINHA TRINDADE SANTOS	27/12/1987	30018915	17839149 SSPMT	Indeferido
309	122	DIANE FRANCIELI PEREIRA SALVADOR	31/03/1994	30018124		Indeferido
310	229	DIEGO MARINHO PIRES CINTRA	25/04/1984	30018245		Indeferido
311	257	DIMAIMA JOSE DA SILVA ALMEIDA	03/07/1994	30018278	25388720 SSP-MT	Indeferido
312	1546	DIONE ANDRÉ DA SILVA FRANCISCO	22/08/1989	30018472	18823939 SSP-MT	Indeferido
313	3661	DIONE FERREIRA DOS SANTOS	05/04/1995	30018539	26755343 SSP	Indeferido
314	4571	DIRCELENE PINTO MARTINS GONÇALVES	03/05/1968	30019552	486956 SSP	Indeferido
315	72	DOUGLAS DA SILVA SANTOS DE SOUZA	02/03/1996	30018066	27047105 SESP	Indeferido
316	4614	EDELSON CAMPOS LEONEL	17/11/1980	30019598	14441799 SSPMT	Indeferido
317	46	EDINÉIA ZANARDI	21/03/1991	30018035	2264082-7 SSP/MT	Indeferido
318	52	EDIRLENE P. MARINS	23/06/1979	30018041	12609102 SSP	Indeferido
319	4418	EDUARDA WISNIEWSKI DA ROCHA	02/06/1996	30019381	2339694-6 SSP	Indeferido
320	3845	EDVALDO DA SILVA VIEIRA BATISTA	03/05/1989	30018745	19307560 SSP MT	Indeferido
321	1511	EFRAIM CLEVERSON DORNELES SANTIAGO	07/04/1992	30018432	22338357 SSP	Indeferido
322	51	ELAINE DOS REIS	30/10/1987	30018040	18587992 SSP	Indeferido
323	4344	ELAINE RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	27/06/1994	30019297	2065236-4 SSP	Indeferido
324	1502	ELIANA CRISTINA DA SILVA	21/05/1976	30018423	27781541-1 SP	Indeferido
325	4010	ELIANE PEREIRA RAMOS	13/09/1973	30018926	910452 SSP/MT	Indeferido
326	3665	ELIANE SIMONE CRISTALINO	01/04/1987	30018545	19011148 SSP MT	Indeferido
327	4491	ELIZABETE BATISTA BEZERRA	20/09/1982	30019463	SSP\MT	Indeferido
328	4216	ELIZANGELA HIPOLITO DA SILVA	07/01/1986	30019151	17134773 SSP	Indeferido
329	4030	ELLEN CRISTINA LOBO QUEIROZ	13/06/1995	30018947	2480690-0 SSPMT	Indeferido
330	192	EPITACIO MEDEIROS GOMES	23/05/1992	30018204	22393374 SSP MT	Indeferido
331	221	ERASMO CARLOS DOS SANTOS FRANCA	17/02/1987	30018237	15508820 SSP MT	Indeferido
332	4685	ERICA CRISTINA TAVARES	19/07/1993	30019673	24452440 SSP/MT	Indeferido
333	245	ERICA DE SOUZA SILVA	14/12/1996	30018262	24100315 SSP	Indeferido
334	103	ERICA PATRICIA FERREIRA SOUZA	20/05/1995	30018104	25397559 SSP/MT	Indeferido
335	1494	ERIKSON HENRIQUE MOREIRA DA SILVA	08/10/0199	30018415	2653409-6 SSP/MT	Indeferido
336	4331	ESTELA DAIANE NOGUEIRA DA COSTA	17/01/1988	30019283	16486900 SSP/MT	Indeferido
337	4431	FABIANA CAMACHO MENDONÇA	26/07/1995	30019397	23599189 SEJUSP	Indeferido
338	4438	FABIANE VIEIRA DE SANTANA	14/01/1986	30019404	18467156 SSPMT	Indeferido
339	3748	FABIANO ANGELO DA SILVA	08/04/1995	30018636	2249325-5 SSP-MT	Indeferido
340	3951	FABIANO MASSAVI DA SILVA	12/02/1984	30018859	14246295 SSP/MT	Indeferido
341	3898	FELIPE PACHECO CAVALCANTE	07/10/1983	30018801	10848959 SSPMT	Indeferido
342	4515	FERNANDA FERMINO LOPES SIQUEIRA	06/05/1985	30019487	16333144 SSPMT	Indeferido
343	4129	FRANCINEIA HANZEN	31/03/1986	30019054	19139543 SSP MT	Indeferido
344	4253	FßBIO NASCIMENTO DALLA LASTA	05/05/1986	30019193	1783179 SSP	Indeferido
345	3846	GABRIEL MATHEUS LEANDRO	17/12/1995	30018746	23800550 SSPMT	Indeferido
346	314	GABRIELA TALITA BORGES	14/02/1989	30018346	19274572 SSPMT	Indeferido
347	4066	GEZISLANDIA DE OLIVEIRA MORAIS	14/07/1996	30018986		Indeferido
348	219	GILVANETE VENDRAME	28/07/1964	30018235	389484 SSPMT	Indeferido
349	3938	GIOVANA MARA SAGULA PESSOA	25/09/1988	30018844	20478151 SSP	Indeferido
350	3926	GLEICE APARECIDA ALVES DA SILVA	12/10/1998	30018832	2701692-7 SSP	Indeferido
351	3722	GLEICI KELLI ZITKOSKI PEREIRA	02/08/1990	30018609	19595263 MT	Indeferido

352	1446	GRACIELA FERREIRA DA SILVA	30/11/1982	30018363	17975492 SSP	Indeferido
353	4108	GUSTAVO DA SILVA	11/09/1991	30019031	22812989 SSP MT	Indeferido
354	4249	HENRIQUE ALVES DA SILVA	10/02/1992	30019189	22766537 SSP/MT	Indeferido
355	39	ILDERLENE DAYANE DA SILVA SOUSA SANTOS	04/03/1993	30018026	22477977 SSP	Indeferido
356	4825	INGRID PEREIRA DA SILVA	27/01/0993	30019834	2071495-5 SSP/ MT	Indeferido
357	3955	INGRID RIBEIRO MOREIRA	22/11/1997	30018864	2384167-2 SSPMT	Indeferido
358	3841	ISLENE SIMÕES DE LIMA	15/02/1985	30018741	15360555 SSPMT	Indeferido
359	4254	JACQUELINE GOMES DE QUEIROZ	13/09/1993	30019194	488432923 SSP/SP	Indeferido
360	3953	JANAINA BELIZARIO DE ALMEIDA	27/12/1992	30018862	25283367 SEJSP	Indeferido
361	4440	JANECLEIA ALVES DA SILVA ALEXANDRE	12/12/1979	30019406	375887854 SSP/SP	Indeferido
362	3762	JANILDA ROSA TORRES DE LIMA	17/01/1973	30018655	0900919 SSP MT	Indeferido
363	4613	JAQUELINE BERNARDI TRENTINI	24/06/1982	30019596	13154826 SSP	Indeferido
364	1454	JAQUELINE GOMES DOS SANTOS	30/11/1990	30018371	19305451 SSP/MT	Indeferido
365	4716	JEFAM JUNO CHUILKI	26/02/1988	30019709	10419751-5 SSP/PR	Indeferido
366	3758	JEREMIAS FERNANDO ANDRADE SOUZA	05/12/1990	30018649	19100841 SSP MT	Indeferido
367	3908	JESSICA PIMENTEL FARIAS	05/12/1994	30018812	2263573-4 SSP MT	Indeferido
368	4724	JEZ-MARA GOMES PINHEIRO SIMIANO	06/12/1984	30019718	16532490 SSP/MT	Indeferido
369	4410	JHENNYF VIEIRA MATOS	02/09/1996	30019372	27746780 SSP	Indeferido
370	3669	JHENYFFER KELLYN FERREIRA DE ANDRADE	16/10/1998	30018551	28027027 SSP	Indeferido
371	1528	JOAO BARBOZA JUNIOR	25/10/1995	30018451	SSP-MT	Indeferido
372	4181	JOÃO PAULO DA SILVA MAFRA	04/03/1996	30019113	21719667	Indeferido
373	97	JOAO SOARES LIMA DE SOUZA JUNIOR	05/05/1994	30018097	20964650 SSP MT	Indeferido
374	4887	JOSIANE CRISTINE DONAT	01/11/1988	30019905	84472441 SSPPR	Indeferido
375	4247	JOSILENE FERNANDES FRANCISCO DA SILVA	25/12/1993	30019187	22894683 MT	Indeferido
376	4565	JUCELMA DE JESUS PEREIRA	28/07/1986	30019545	17149371 SSP/MT	Indeferido
377	117	JULIANA DA SILVA GONÇALVES	05/10/1993	30018120		Indeferido
378	4308	JULIANE APARECIDA DA SILVA SOEIRA	25/02/1982	30019254	14098245 SSP/MT	Indeferido
379	4873	JULIANY RIBEIRO LEITE	12/01/1991	30019890	22522859 SSP MT	Indeferido
380	4037	KARINA MARTINS RIBEIRO	26/06/1994	30018955	19680651 SSP	Indeferido
381	3756	KEILO AUGUSTO CAVALLI ZORZETTO	16/02/1991	30018647	23736798 SSPMT	Indeferido
382	105	KELVYN CRISTYAN FERREIRA DA SILVA	02/10/1994	30018107	1991986-7 SSP/MT	Indeferido
383	3939	KEROLAYNE SOARES ROCHA BARBOSA	13/03/1998	30018845	23613599 SSPMT	Indeferido
384	3630	KEYCIANE DA SILVA PIRES	26/09/1990	30018504	21391661 SSP	Indeferido
385	3791	LARISSA VAZ	08/06/1977	30018688	11046104 SSP/MT	Indeferido
386	4380	LEIDIANE SANTOS BRUNO	11/05/1990	30019341	22199594 SSPMT	Indeferido
387	3786	LEILA KELCIA ALVES DOS SANTOS	12/01/1980	30018681	10850660 SJ/MT	Indeferido
388	1500	LEOMARA LUIZA MOREIRA TEIXEIRA	28/04/1975	30018421	1027078-7 SSP/MT	Indeferido
389	3867	LEONIR ALVES MOURA FILHO	16/04/1994	30018767	20544944 SSP/MT	Indeferido
390	4479	LIANE FRANCISCA ELI VACCA	18/04/1976	30019450	67261763 SSP	Indeferido
391	4274	LIDIANE DE OLIVEIRA PEREIRA	11/02/1988	30019218	198367-0 SPSJ	Indeferido
392	4312	LIDIANE SEBASTIANA DA SILVA	03/06/1982	30019258	15584461 SSP MT	Indeferido
393	4414	LILIAN ELIZABETE FERREIRA	12/10/1988	30019377	18541054	Indeferido
394	239	LILIAN FIGUEIREDO DE SOUZA TOLDA	23/09/1990	30018256	1895009-4 SSP-MT	Indeferido
395	4533	LISMAIK RODRIGUES DA SILVA	14/09/1992	30019510	20571321 SSP	Indeferido
396	4498	LORANA DA SILVA ERMITA	19/06/1994	30019470	19213000 SSP/MT	Indeferido
397	3990	LUANA DE JESUS BANDEIRA	04/09/1995	30018904	22524201 SSP	Indeferido
398	3763	LUANA GRACIELLE RODRIGUES MARTINS	28/10/1994	30018656	18908855 SSP/MG	Indeferido
399	3689	LUANA HORST DOS SANTOS	06/11/1995	30018572	2515003 SSP	Indeferido
400	3893	LUANA PACHECO CAVALCANTE	24/09/1990	30018795	18072720 SSPMT	Indeferido
401	1534	LUCAS DE LIMA ARAGÃO	19/01/1995	30018458	24667773 SEJSP	Indeferido

402	3628	LUCAS OLIVEIRA BORGES	23/06/1994	30018502	2534185-5 SSP/MT	Indeferido
403	3633	LUCIANA BERTOLDO DE MELO	08/03/1994	30018507	20715331 SSP	Indeferido
404	151	LUCIANA QUARESMA BARBOSA	08/08/1976	30018156	18581811 SSP/MT	Indeferido
405	1507	LUCIMARA MOREIRA TEIXEIRA	24/09/1978	30018428	1673710-5 SSP/MT	Indeferido
406	4240	LUDYMILLA DE SOUZA XAVIER	02/04/1994	30019178	21808651 SSPMT	Indeferido
407	3798	LUIZ CARLOS COSTA FIGUEIREDO	31/01/1991	30018695	20995326 SSPMT	Indeferido
408	3888	LUYARA PÂMELA DE LIMA BANASZESKI	03/04/1993	30018790	22421319 SSPMT	Indeferido
409	4105	LUZAIRE NUNES SOARES	26/04/1980	30019028	13932527 SSPMT	Indeferido
410	3967	LUZIA DE OLIVEIRA	07/09/1979	30018878	14763923 SSP	Indeferido
411	214	MAGNO APARECIDO DOS SANTOS	12/08/1985	30018228	17436095 SSPMT	Indeferido
412	3677	MAIARA REGINA DALOCO TEIXEIRA	01/01/1996	30018559	22605215 SSPMT	Indeferido
413	1439	MAIRA CARLA BARBOSA	18/12/1985	30018355	1904394 SSP-MT	Indeferido
414	3672	MAIZA REGINA DALOCO TEIXEIRA	02/09/1992	30018554	22605401 SSP	Indeferido
415	3770	MARCELA LAIS PIM DE FREITAS	29/09/1992	30018663	24897507 SSP/MT	Indeferido
416	4319	MARCILENE MUNIZ KANEDA	10/03/1975	30019267	0901388-1 CUIABA-MT	Indeferido
417	3920	MARIA DAS DORES DE SOUZA I	05/01/1970	30018825	13708678 SSP/MT	Indeferido
418	4370	MARIA LUCICLEIDE DE SOUSA PEREIRA	06/08/1980	30019328	26326657 SSP-MT	Indeferido
419	3660	MARIA ROZENI SANTANA LOBO	09/03/1978	30018538	11660520 SJP/MT	Indeferido
420	4782	MARIANA DA SILVA SOARES	31/05/1997	30019787	2623486-6 SSPMT	Indeferido
421	3946	MARIELLY DE OLIVEIRA BENEVIDES	07/07/1984	30018853	14729270 SSPMT	Indeferido
422	4024	MARINA DOS SANTOS	13/09/1970	30018941	23721847 SSP/MT	Indeferido
423	3752	MARISA SOARES DA SILVA	04/01/1992	30018643	22880852 SSPMT	Indeferido
424	1463	MARLI ANATÁLIA DA SILVA	01/12/1975	30018380	943.971 SSP/MT	Indeferido
425	1551	MARLUCIA RODRIGUES	21/05/1988	30018479	20927800 SSP/MT	Indeferido
426	4100	MATHEUS NASCIMENTO QUEIROZ	13/07/1996	30019023	2551252-8 SESP/MT	Indeferido
427	4153	MAXIWILLIAN ALVES DA SILVA	03/10/1991	30019081	20149271 SSP/MT	Indeferido
428	4281	MAYCOM JACKSON LANA DA CONCEIÇAO	08/05/1988	30019225	18693393 SSPMT	Indeferido
429	4576	MAYER STEVEN CICERO DOS SANTOS	04/05/1999	30019557	2480168-2 SSPMT	Indeferido
430	3919	MICHELLE VECCHI	28/04/1992	30018823		Indeferido
431	4628	MIRLENE LUCIANO DE LIMA SANTOS	06/03/1979	30019612	121990095 SSP/MT	Indeferido
432	4006	NASIELI DO AMARAL	23/12/1983	30018922	07747446 SSP MT	Indeferido
433	3678	NATALI MARIELA MANSANO ORNEL	17/07/1989	30018560	18934994 SSPMT	Indeferido
434	4500	NATALIA CORDEIRO FRANÇA	01/11/1989	30019472	446589780 SSP/SP	Indeferido
435	3656	NATALIA FERNANDA GOMES DE LIMA	21/09/1988	30018534	19898525 SSP	Indeferido
436	4125	NATALIA KEFENYN CLEMENTE FREITAS	03/08/1995	30019049	26741806 SEJSP	Indeferido
437	3785	NATANI STEPHANIE DE OLIVEIRA	14/04/1992	30018680	20836279 SSP MT	Indeferido
438	3837	NEUZA FRANCISCO DA SILVA	12/11/1968	30018737	764166 SSP/MT	Indeferido
439	4300	NEYLHA RODRIGUES GOMES	17/01/1979	30019246	4356485 DGPC/GO	Indeferido
440	4164	NIVALDO MARTINS FERREIRA	10/07/1982	30019092	15225763 SSP	Indeferido
441	4342	PALOMA CRISTINA DE LIMA RHODEN	20/09/1992	30019294	2353122-3 SSP-MT	Indeferido
442	3793	PAMELA MIRELLA ALVES RIBEIRO	10/04/1993	30018690	21776768 SSP/MT	Indeferido
443	4450	PAULA LUANA DA SILVA TEIXEIRA OUVERNEI	02/09/1986	30019418	16198174 SSP	Indeferido
444	4401	PAULA MILENE PEREIRA LIMA	03/02/1989	30019363	20323298 SSP	Indeferido
445	64	PAULO ANTONIO MARQUES ANDRADE	07/08/1992	30018057	04656498157 SSPMT	Indeferido
446	3777	PAULO CÉSAR RIBEIRO DE SOUZA	14/06/1987	30018670	1795340-5 SSP/MT	Indeferido
447	4119	POLIANA ALVES DOS SANTOS	07/11/1979	30019043	24005983 SEJSP MT	Indeferido
448	4510	PRISCILA DEZORZE DE BARROS	15/12/1987	30019482	20393555 SSP MT	Indeferido
449	4751	RAFAELLA MANHANIA PONCONI	10/11/1988	30019747	1809987-4 SSP/MT	Indeferido
450	3901	RAIANNE FABÍOLA DE SIQUEIRA ROHDEN	22/08/1988	30018804		Indeferido

451	4715	RAIQUI DOUGLAS FIRMO DOS SANTOS	21/08/1993	30019708	23850531 SSPMT	Indeferido
452	4124	RAQUEL PEREIRA DA SILVA	20/02/1988	30019048	19151349 SSP/MT	Indeferido
453	4501	RAQUEL SANTOS DE ANDRADE	31/03/1992	30019473	22273840 SSP	Indeferido
454	86	RAULYE ADRIANO DOS SANTOS	11/04/1981	30018085	12543748 SSP	Indeferido
455	4536	RAYSSA LIMA GALDINO	13/05/1995	30019513	26839237 SSPMT	Indeferido
456	206	REGIANE PIRES FERNANDES	05/10/1981	30018219		Indeferido
457	4444	RENATA INOMATA	17/11/1994	30019411	25131818 SSP MT	Indeferido
458	297	RENATA STEFFANY INÁCIO DA SILVA	12/12/1994	30018327	2462227-3 SSP/MT	Indeferido
459	1545	RENATO JORGE SAIA	09/11/1989	30018471		Indeferido
460	4530	RENNAN GUALBERTO DA SILVA	28/09/1992	30019507	21222932 SSP-MT	Indeferido
461	1498	RHOBYSON DOS SANTOS BELEM	18/02/1991	30018419	17132088 SSP/MT	Indeferido
462	4519	RICHARD LUCAS SOBRINHO OLIVEIRA	25/08/1994	30019494	21871906 SSP	Indeferido
463	4482	ROBSON ISRAEL DA SILVA	20/10/1993	30019453		Indeferido
464	4081	RODRIGO CHAVES SOARES	04/12/1996	30019002	25487000	Indeferido
465	4222	RODRIGO DE SOUZA NOGUEIRA	17/01/1996	30019158	24623652 SSP	Indeferido
466	73	RODRIGO GARCIA DE LIMA	23/08/1985	30018067	001249834 SSP	Indeferido
467	4605	RODRIGO SANCHEZ SILVA	24/03/1991	30019587	22057838 SSPMT	Indeferido
468	263	ROGERIO MEIATO GONÇALVES	26/09/1993	30018284	24381730 SSP	Indeferido
469	4355	ROSA CANDIDA DA SILVA	11/10/1974	30019310	10489762 SJ MT	Indeferido
470	268	ROSA ZANARDI CAETANO	04/06/1979	30018289	1345677-6 SSP/MT	Indeferido
471	1524	ROSANE FERREIRA GOMES	16/10/1984	30018446	16951255 SSP MT	Indeferido
472	3838	ROSANGELA APARECIDA BARBOSA	29/02/1980	30018738	13615084 SSP	Indeferido
473	6	ROSEVELT GOMES DE SOUZA	23/09/1981	30017978	11334746 SSP/MT	Indeferido
474	4002	ROZENILDE PEREIRA CORREIA	30/05/1980	30018917	2765259-9 SESP-MT	Indeferido
475	4158	RUAN PATRIK BENITEZ	09/09/1993	30019086	25019660 SSP MT	Indeferido
476	1550	SABRINA MARIA DE CARVALHO ALMEIDA	06/06/1997	30018478	20172613 SSP/MT	Indeferido
477	4480	SALETE FIGUEIREDO DE LIMA	09/05/1991	30019451	22281410 SSP MT	Indeferido
478	28	SANDRA DOS SANTOS PIMENTA ELIAS DE OLIVEIRA	30/06/1973	30018013		Indeferido
479	4543	SAULO EDUARDO DIAS PIAU ARGENTINO	05/06/1989	30019523	30662637 SSPMT	Indeferido
480	50	SÍLVIA ANUNCIAÇÃO	11/11/1989	30018039	22021949 SSP/MT	Indeferido
481	4110	SILVIA BARASSUOL SOMMAVILLA	18/12/1991	30019033		Indeferido
482	1503	SIMONE GONÇALVES DOS SANTOS	20/04/1991	30018424	18816150 SSP/MT	Indeferido
483	4069	SIMONE SANDRA ROSSI	07/06/1984	30018989	19097816 SSPMT	Indeferido
484	3862	SIRLEAN VALKIRIA LIMA DA SILVA	29/05/1982	30018762	1319683-9 SSP/MT	Indeferido
485	4852	SONIA FLAVIA SANTANA	10/12/1983	30019867	012601 CTPS	Indeferido
486	216	SONIA DA SILVA PEREIRA	13/05/1991	30018232	20833300 SSPMT	Indeferido
487	125	STELA RODRIGUES DE SOUZA	20/10/1995	30018128	2538539-9 SJSP-MT	Indeferido
488	4338	SUELLEN MENDES LAMARAO DOS SANTOS	10/08/1983	30019290	1422241i SSPMT	Indeferido
489	230	SUSAMAR PINHEIRO	31/07/1984	30018246		Indeferido
490	4864	SUSIMARI FERREIRA DE ARAUJO	07/02/1972	30019881	24432701 SSP/SP	Indeferido
491	1556	TALITA ANDREIA DE PINHO FREITAS	20/09/1982	30018484	15096696 SSP	Indeferido
492	3757	TAMIRIS ALVES LOPES CAVALLI	25/09/1995	30018648	22179100 SSPMT	Indeferido
493	138	TASSYANE MONTEIRO	25/03/1993	30018142	21621888 SSP/MT	Indeferido
494	3977	TATIANE ALVES BALBINO	28/06/1986	30018891	15947017 SSPMT	Indeferido
495	3871	TATIANE DO NASCIMENTO MARTINS	07/03/1993	30018772	22765417 SSP/MT	Indeferido
496	316	TATIANNA DELLA VALENTINA	27/12/1983	30018348	14380463 SSP	Indeferido
497	4304	TERESA MACHADO PINHEIRO	15/04/1966	30019250	21123683	Indeferido
498	3739	THIAGO BRUNO FEIJO	12/07/1996	30018627	2408251-1 SSP	Indeferido
499	4350	THIAGO DE LIMA SANTOS	04/11/1986	30019305	150709 SSP	Indeferido
500	3624	THIAGO FONSECA	18/09/1991	30018498	22479708 SSP	Indeferido
501	4402	THIAGO SOUZA ALVES DA FONSECA	24/08/1993	30019364	2052619-9 SSP	Indeferido

34

					MT	
502	1552	TIAGO DA SILVA AZEVEDO	25/07/1984	30018480	1661202-7 SSP-MT	Indeferido
503	3961	UDINI EVANGELISTA	20/06/1991	30018872	21391726 SSP/MT	Indeferido
504	96	VAGNER GONZAGA DOS REIS	03/11/1981	30018096	13837060 SSP	Indeferido
505	3839	VANESSA DE CASSIA DAL SOTTO	26/12/1994	30018739	24516970 SSP/MT	Indeferido
506	3642	VANESSA GLEICIKKELLI TELKA SANTOS	05/09/1995	30018519	21236143 SSP	Indeferido
507	144	VANESSA VALVERDE DA SILVA	25/07/1993	30018148	22293671 SSP	Indeferido
508	3729	VANUSA DA SILVA AMORIM	22/05/1987	30018616	18135595 SSP/MT	Indeferido
509	3653	VERA LUCIA FIGUEIREDO	16/09/1971	30018531	872656 SSP/MT	Indeferido
510	3643	VERALICE DE CARVALHO	04/04/1971	30018520	687.323 SSP/MT	Indeferido
511	3811	VERÔNICA MONTICELLI COMIM	14/11/1997	30018709	2172797-0 SSP/MT	Indeferido
512	154	VIVIELLY DAUANY CAMPOS LEITE	12/11/1994	30018160	25919997 SSPMT	Indeferido
513	23	WALLISON MARCELO DA SILVA	09/02/1994	30018007	22707751 SESP/MT	Indeferido
514	1543	WELLINGTON ANTONIO FERNANDES	03/03/1994	30018469	22499601 SSP MT	Indeferido
515	4063	WESLLEN DO NASCIMENTO DANELICEN	23/10/1992	30018983	22553649 SSPMT	Indeferido
516	3995	WILLIAM CARDOSO NUNES	30/09/1993	30018909	2405925-0 SSPMT	Indeferido
517	76	WILLIAN CONCEICAO DA SILVA	29/10/1991	30018072	22283145 SSP MT	Indeferido
518	4376	WILLIAN GUSMÃO SOUZA	28/06/1995	30019335	23035854 SSPMT	Indeferido
	Cargo.:	784 -MEDICO CLINICO GERAL LEI 3640		**Edital:**	20000000002/2016	
	Nº	**Insc. Nº**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	
1	255	ALEXANDRE VENDRAME PANTOLFI	24/04/1989	30018275	37100052x SSPSP	Deferido
2	3724	AMAURY RODRIGUES BRIANEZ JUNIOR	25/09/1986	30018611		Deferido
3	25	FLAVIO CAMARGO DE ARRUDA	12/02/1977	30018009	1247311-1 SSP/MT	Deferido
4	4737	MARCOS CARDOSO DE SOUZA	10/10/1986	30019733	730230 SSP	Deferido
5	3895	RENATO GONCALVES VACCARI	27/01/1969	30018797	05588367 SJ-MT	Deferido
6	106	ALESSANDRA CAMARGO DOS SANTOS	02/04/0987	30018108	000923060 SSP/RO	Indeferido
7	3970	LIDIA MALAQUIAS ABREU	06/05/1983	30018881	1211770-6 SSP-MT	Indeferido
8	3825	THAMIRIS PAMELA DE MATTOS	16/11/1989	30018724	19746741 SSP	Indeferido

1.2 A Prova objetiva será realizada no dia 13/03/2016 com início às 08:00h (oito) horas e término às 11:00h (onze) horas.

1. 2.1. Os candidatos de cada cargo abaixo relacionados deverão comparecer ao local de realização da prova objetiva, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário do início da prova, portanto documento oficial de identificação com foto conforme item 9.3.2.1.

Cargo	**Local**
Médico Clínico Geral Plantonista	CME Antenor Soares Avenida Brasil nº. 1310 - E Jd. Europa Tangara da Serra
Médico Clínico Geral 40 horas	
Médico Clínico Geral 20 horas	
Auxiliar Administrativo	

Cargo	**Local**
Enfermeiro	CME José Nodari Rua Ismael José do Nascimento nº 1374-w
Odontólogo	
Farmacêutico	

Técnico em Enfermagem	Jardim Tangará I

Cargo	Local
Recepcionista	Escola Estadual Ramon Sanches Marques Rua Alziro Zarur N. 378 - S Cidade Alta - Tangara da Serra

Registre e publique.

Tangará da Serra – MT, 10 de Março de 2016.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO
Secretária Municipal de Administração

ITAMAR MARTINS BONFIM
Secretário Municipal de Saúde

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 007/ADM/2016 - J.V. BUNGENSTAB & CIA LTDA – EPP

CONTRATO Nº 007/ ADM/2016	**MUNICIPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ J.V. BUNGENSTAB & CIA LTDA – EPP/** EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO (CALÇADAS) NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR / **R$18.880,90**/DATA DE ASSINATURA :22/02/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 759, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº 759, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR II.

O Senhor **SILVIO SOMMAVILLA**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - A NOMEAÇÃO da Senhora **ELIZABETE BATISTA BEZERRA**, portador da cédula de identidade RG nº 1641194-3 SSP/MT e CPF nº 010. 142.741-76, para o Cargo Assessora Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo **DA-IV**, constante do anexo **II** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, com o dever de cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

1º Secretário

SERRAPREV
PORTARIA Nº. 11/2016

"Dispõe sobre averbação do Tempo de Contribuição, em favor do Sr. João Batista da Silva, servidor público deste município."

O Diretor Executivo do SERRAPREV - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o Art. 6º incisos, I, II, III e IV da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003**;**

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 10001090.1.00020/13-8 páginas: 01-02/4 emitida pelo INSS em 12/03/2013 em nome do Sr. ***João Batista da Silva*** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 2.375 dias líquidos, correspondentes á 06 (seis) anos, 06 (seis) meses e 05 (cinco) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
24/10/1974 a 05/ 11/1974	VIAÇÃO MATO GROSSO	00 Anos, 00 Mes e 12 Dias
01/06/1975 a 24/ 08/1978	SERRARIA CAÇUÇA LTDA	03 Anos, 02 Meses e 24 Dias
02/04/1979 a 24/ 02/1980	TS ARCO TERRAPLANAGEM LTDA-ME	00 Ano, 10 Meses e 23 Dias
01/02/1982 a 08/ 09/1983	IND. E COM DE MADEIRAS SÃO DIMAS LTDA	01 Ano, 07 Meses e 08 Dias
12/03/1984 a 27/ 09/1984	CGC CONSTR. GERAIS E COM. LTDA -ME	00 Ano, 06 Meses e 16 Dias
01/09/1985 a 12/ 11/1985	CONSTR. LORENZETTI IND. E COM. LTDA	00 Ano, 02 Meses e 12 Dias

Art.3º - Compete ao **Diretor Executivo do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 10/03/2016.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Executivo do SERRAPREV

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 078/GP/2016 DE 10/03/2016 - TORNAR SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE NÃO TOMARAM POSSE

PORTARIA Nº. 078/GP/2016 DE 10/03/2016

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

CARGO	**AGENTE ADMINISTRATIVO - SAMAE**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
12	DANIELA GOMES	3192	60	RES

Art. 1º - **TORNAR SEM EFEITO** a nomeação dos candidatos abaixo, nomeados através do Ato nº. 13/GP/2016 de 11/01/2016 que não tomaram posse no prazo estipulado no Edital complementar nº. 01/2016 de 11/01/ 2016, de convocação do Concurso Público nº. 001/2013, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº. 006/1994 de 21/06/1994.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, 39º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº010/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ REGINA MARIA LUCHETTA REGINATO/ SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO REFERENTE AO CONTRATO Nº215/ADM/2012 – (O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade corrigir o valor total do Contrato nº215/ADM/2012 em R$ 52. 261,32/ DATA DE ASSINATURA: 03/03/2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2016 - CONVOCAÇÃO DO CONCURSO 001/2013

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 003/2016

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2013 DE 18/11/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. Fábio Martins Junqueira**, no uso de suas atribuições legais;

CONVOCA:

Art. 1º - Os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014 e prorrogado prazo de validade através do Decreto n° 006, de 11/01/2016,** para que compareçam na Secretaria Municipal de Administração, nas dependências do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, das 08h00 as 11h00 e das 13h00min as 16h00, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da convocação, de acordo com o item 7 do Edital de abertura do concurso, conforme lista abaixo:

CARGO	**AGENTE ADMINISTRATIVO II**						
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO			
46	JEYSE MAYRA DE SIMIÃO MATIAS	1209	56	RES	0	56	RES
CARGO	**AGENTE ADMINISTRATIVO - SAMAE**						
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO			
13	SERGIO ROSA DA SILVA	3289	58	RES			
CARGO	**TÉCNICO EM APOIO INFANTIL**						
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO			
58	EDILAINE DE SOUZA VIANA	4451	64	RES			
59	CAIO FERNANDO GONÇALVES NOVATO	4011	64	RES			
60	PATRÍCIA VENTURA MIRANDA	3226	64	RES			
CARGO	**PROFESSOR ANOS INICIAIS**						
42	CALECI ALMEIDA DA SILVA LAIA	3928	58	RES			

Art. 2º - Os candidatos deverão apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos constantes na Instrução Normativa n°. 001/SAD/2011, no prazo descrito no artigo 1º deste Edital.

Art. 3º - Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer no período estipulado no Art. 1º desse edital;

b) – não apresentar a documentação exigida na Instrução Normativa nº. 001/SAD/2011; c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado e exames médicos.

Art. 4º - Os candidatos nomeados através deste Edital deverão comparecer nas dependências do Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, até no dia,**11/04/2016 às 08h00**, para posse e definição do local de trabalho através do lotacionograma.

Art. 5º - Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de Março do ano de dois mil e dezesseis.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 080/GP/2016 DE 11/03/2016

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

1º - **NOMEAR** os candidatos convocados através do Edital complementar nº. 003/2016, aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014**, em anexo do Edital complementar 007/2014, datado em 27 de janeiro de 2.014, convocados através do Edital Complementar obedecido à ordem de classificação.

CARGO	**AGENTE ADMINISTRATIVO II**						
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO			
46	JEYSE MAYRA DE SIMIÃO MATIAS	1209	56	RES	0	56	RES
CARGO	**AGENTE ADMINISTRATIVO - SAMAE**						
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO			
13	SERGIO ROSA DA SILVA	3289	58	RES			
CARGO	**TÉCNICO EM APOIO INFANTIL**						
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO			
58	EDILAINE DE SOUZA VIANA	4451	64	RES			
59	CAIO FERNANDO GONÇALVES NOVATO	4011	64	RES			
60	PATRÍCIA VENTURA MIRANDA	3226	64	RES			
CARGO	**PROFESSOR ANOS INICIAIS**						
42	CALECI ALMEIDA DA SILVA LAIA	3928	58	RES			

2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, 39º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 33/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 33/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 33/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT E DE OUTRO LADO A EMPRESA LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA-ME.

O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 101, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 1003505573 SSP/RS e inscrito no CPF sob n.º. 227.896.930-72, residente e domiciliado na Travessa Lucas Toniazzo, Centro, Terra Nova do Norte - MT, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA-ME, com sede na Rua Nossa Senhora da Guia , nº 517, Jardim Santa Marta, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.430.120/0001-57, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio proprietário , Sr. **RONY DE ABREU MUNHOZ**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 010.178.181-42, brasileiro , casado , advogado , portador da Cédula de Identidade n.° 1284564-7 SSP/MT, residente e domiciliado no endereço empresarial supra em conformidade com o contrato social; doravante simplesmente denominado CONTRATADO. As Partes tem justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo o Pregão Presencial nº 08/2015, aparado pelas Leis n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I- O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar, por 12 (doze) meses, o prazo do Contrato número **33/2015,** datado de 17 de março de 2015, passando a ter seu termo de encerramento em 17 de março de 2017 e aditiva 100 % por cento do valor inicial do contrato que corresponde o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil) e os pagamentos serão efetuados em 12 (doze) parcelas mensais de igual valor, contados da execução da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

I- A celebração deste Termo Aditivo decorre em razão da necessidade da continuidade dos serviços prestados sendo que a empresa se propôs a continuar com o preço pactuado inicialmente com isto visando à economicidade e o bom atendimento dos serviços prestados pela empresa já comprovados. II- Os serviços contratados são de necessidade indiscutível, tendo em vista objetivarem a obtenção de apoio e orientação para a prática de atos administrativos com qualidade, eficiência, e principalmente em total consonância com os princípios que norteiam a administração pública. III- Realce-se, outrossim, que no mesmo contrato encontra-se prevista a orientação da elaboração de defesas administrativas junto aos órgãos de controle interno e externo, o que sem dúvida nenhuma permite que a Administração consiga justificar de maneira adequada os fatos administrativos elencados como supostamente irregulares pelas equipe de auditoria interna e externa. Tanto que não houve, até o presente momento reprovação e/ou emissão de parecer prévio contrário sobre as Contas Anuais de Gestão e de Governo de Terra Nova do Norte/MT.

CLÁUSULA TERÇA – DA RATIFICAÇÃO

I- As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I- E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Terra Nova do Norte/MT, 09 de março de 2016.

_____

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

MILTON JOSÉ TONIAZZO/PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA

RONY DE ABREU MUNHOZ

SÓCIO PROPRIETÁRIO

Contratada

TESTEMUNHAS

_____ _____

Raquel Aparecida Zdepski Elaine Maisa Maciel

CPF: 020.610.331-05 CPF: 581.769.181-72TE-MT E DE OUTRO LADO A EMPRESA LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA-ME.

O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 101, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 1003505573 SSP/RS e inscrito no CPF sob n.º. 227.896.930-72, residente e domiciliado na Travessa Lucas Toniazzo, Centro, Terra Nova do Norte - MT, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA-ME, com sede na Rua Nossa Senhora da Guia , nº 517, Jardim Santa Marta, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.430.120/0001-57, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio proprietário , Sr. **RONY DE ABREU MUNHOZ**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 010.178.181-42, brasileiro , casado , advogado , portador da Cédula de Identidade n.° 1284564-7 SSP/MT, residente e domiciliado no endereço empresarial supra em conformidade com o contrato social; doravante simplesmente denominado CONTRATADO. As Partes tem justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo o Pregão Presencial nº 08/2015, aparado pelas Leis n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I- O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar, por 12 (doze) meses, o prazo do Contrato número **33/2015,** datado de 17 de março de 2015, passando a ter seu termo de encerramento em 17 de março de 2017 e aditiva 100 % por cento do valor inicial do contrato que corresponde o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil) e os pagamentos serão efetuados em

12 (doze) parcelas mensais de igual valor, contados da execução da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

I- A celebração deste Termo Aditivo decorre em razão da necessidade da continuidade dos serviços prestados sendo que a empresa se propôs a continuar com o preço pactuado inicialmente com isto visando à economicidade e o bom atendimento dos serviços prestados pela empresa já comprovados. II- Os serviços contratados são de necessidade indiscutível, tendo em vista objetivarem a obtenção de apoio e orientação para a prática de atos administrativos com qualidade, eficiência, e principalmente em total consonância com os princípios que norteiam a administração pública. III- Realce-se, outrossim, que no mesmo contrato encontra-se prevista a orientação da elaboração de defesas administrativas junto aos órgãos de controle interno e externo, o que sem dúvida nenhuma permite que a Administração consiga justificar de maneira adequada os fatos administrativos elencados como supostamente irregulares pelas equipe de auditoria interna e externa. Tanto que não houve, até o presente momento reprovação e/ou emissão de parecer prévio contrário sobre as Contas Anuais de Gestão e de Governo de Terra Nova do Norte/MT.

CLÁUSULA TERÇA – DA RATIFICAÇÃO

I- As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I- E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Terra Nova do Norte/MT, 09 de março de 2016.

_____

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

MILTON JOSÉ TONIAZZO/PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA

RONY DE ABREU MUNHOZ

SÓCIO PROPRIETÁRIO

Contratada

TESTEMUNHAS

_____ _____

Raquel Aparecida Zdepski Elaine Maisa Maciel

CPF: 020.610.331-05 CPF: 581.769.181-72

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 43/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 43/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: EDILIO MANOEL ZAMONER-ME

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO, TEM COMO OBJETO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NAS LINHA- ROTA (COMUNIDADE URÚ / 1 TRÊS PONTES / POMBO/ URÚ 2/ CIDADE ...). - LINHA ROTA (CHÁCARAS COMUNIDADE CHARRUA / CARAVAGIO/ AGUA LIMPA, SEDE VELHA). PELO(A) CONTRATADO(A) COM O VEÍCULO NA LINHA 1°- MARCA: M.BENZ/OF 1313 –, MODELO 1983, ANO DE FABRICAÇÃO: 1984, DE PLACA: IFF 2305 , E O VEÍCULO NA LINHA 2°- MARCA: M. BENS/OF 1114 – PAS ONIBUS, MODELO 1. 987, ANO DE FABRICAÇÃO: 1.987, DE PLACA: BSG 3653, NO(S) SEGUINTE(S) ITINERÁRIO(S), COM AS RESPECTIVAS ROTAS E HORÁRIOS A CUMPRIR, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2016 E DE ACORDO AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO, COM SE TRANSCRITO ESTIVESSE.

VALOR: R$ 231.000.00

VIGÊNCIA 04/03/2016 A 31/12/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2015 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 09/2016 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 09/2016, TEVE COMO OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS 0 KM, TIPO 1.0 FLEX 4 P 2016 PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: M. A. CARLOS –M FUNERARIA-ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 10 DE MARÇO DE 2016.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

SETOR DE LICITAÇÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO PRESENCIAL 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL 008/2016 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO, PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA TRANSFORMAÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA SIMPLES SEM ALTERAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO VEICULO ORIGINAL, CONFORME DETALHADO NO TERMO DE REFERENCIA**, Anexo I, do edital de licitação na modalidade pregão presencial nº. 008/2016, tipo menor preço por Item.

O Pregoeiro e equipe de apoio comunicam aos interessados que realizará o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 008/2016, com abertura às 10h00minh, do dia 24/03/2016. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, sala da CPL, das 08h00minh às 11h00minh e das 14h00minh às 17h00minh, junto ao Pregoeiro ou solicitado pelo telefone (66) 3435-1118.

O preço do edital é de R$00,00 (******).

O presente certame reger-se-á pelas disposições das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002, além das demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no competente edital de pregão.

Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, em horário comercial, de segunda a sexta, através do fone (66) 3435-1118.

Tesouro – MT, 10 de março de 2016.

RICARDO VÍNICIUS SILVA COSTA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO – RREO E RGF

O PREFEITO MUNICIPAL DE TORIXORÉU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a determinação contida na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), DECLARA que encontra-se publicado mediante afixação na Recepção da Prefeitura Municipal e em demais locais de amplo acesso público, e divulgado no sitio eletrônico da www.prefeituratorixoreu.com.br no link portal transparência para divulgação dos **RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária** (arts. 52 e 53, Lei Complementar n° 101/2000) **referente ao 6° bimestre de 2015** e o **3º Quadrimestre/2015 do RGF** - **Relatório de Gestão Fiscal.**

Torixoréu – MT , 09 março de 2016.

ODONI MESQUITA COELHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 013/2016

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2016, de 04/01/2016, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e nos termos dos Decretos nºs 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação Nº 013/2016, emitido em 25/02/2016, aberto e julgado em 10/03/2016, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Tonners, Cartuchos de Tinta, Pó para Tonner, bem como Serviços de Recarga de Tonners e Cartuchos de Tinta, para uso das Secretarias da Administração Municipal mencionadas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com o Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação, sagrou-se vencedora do certame e registrou seus preços a proponente: FERNANDO DA COSTA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 12.251.442/0001-90, estabelecida em União do Sul/MT, com todos os itens do objeto do pregão, no Valor Total de R$ 91.420,00 (noventa e um mil, quatrocentos e vinte reais), sob o critério de menor preço por item.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul, MT, 10 de março de 2016.

ANTONIO SERGIO FIORILLIO

Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, brasileiro, casado, portador do RG nº 2450376-2 SSP/MT e do CPF nº 543.414.009-59, residente e domiciliado neste município, e a Empresa **FERNANDO DA COSTA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 12.251.442/0001-90, estabelecida na Avenida Curitiba, nº 69, Centro, na Cidade de União do Sul - MT, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO DA COSTA, portador do RG nº 1320103-4 SSP/MT e do CPF nº 019.111.381-62, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014, e, conforme o Processo Licitatório sob nº 013/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais Aquisições de Tonners, Cartuchos de Tinta, Pó para Tonner, Chip para Tonner, bem como Serviços de Recarga de Tonners e Cartuchos de Tinta, para uso das Secretarias da Administração Municipal, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLAUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços dos produtos e serviços de manutenção de impressoras, observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no(s) Anexo(s) abaixo, visando aquisições futuras e eventuais pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

I – Empresa: FERNANDO DA COSTA – ME:

ANEXO I-A - PRODUTOS:

AQUISIÇÃO DE TONNERS, CATUCHOS E PÓ PARA TONNERS

ITEM	QUANT.	CÓDIGO	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1.	**02**	20807	UNID.	AQUISIÇÃO DE TONER CB 35 A-COMPATÍVEL	70,00	140,00
2.	**02**	20808	UNID.	AQUISIÇÃO DE TONER CE 310 A- COMPATÍVEL	110,00	220,00
3.	**02**	20809	UNID.	AQUISIÇÃO DE TONER CE 311 A- COMPATÍVEL	110,00	220,00
4.	**02**	20810	UNID.	AQUISIÇÃO DE TONER CE 312 A- COMPATÍVEL	110,00	220,00
5.	**02**	20811	UNID.	AQUISIÇÃO DE TONER CE 313 A- COMPATÍVEL	110,00	220,00
6.	**01**	20812	UNID.	AQUISIÇÃO DE CARTUCHO HP 670 CZ-113AB- COMPATÍVEL	42,00	42,00
7.	**01**	20813	UNID.	AQUISIÇÃO DE CARTUCHO HP 670 CZ-114AB- COMPATÍVEL	42,00	42,00
8.	**01**	20814	UNID.	AQUISIÇÃO DE CARTUCHO HP 670 CZ-115AB- COMPATÍVEL	42,00	42,00
9.	**01**	20815	UNID.	AQUISIÇÃO DE CARTUCHO HP 670 CZ-116AB- COMPATÍVEL	42,00	42,00
10.	**03**	20816	UNID.	AQUISIÇÃO DE TONER CB 36 A COMPATÍVEL	75,00	225,00
11.	**02**	20817	UNID.	AQUISIÇÃO DE TONER CE 278A- COMPATÍVEL	75,00	150,00
12.	**40**	22213	UNID.	CARTUCHO PRETO 122	65,00	2.600,00
13.	**40**	22214	UNID.	CARTUCHO COLORIDO 122	67,00	2.680,00
14.	**54**	15465	UNID.	CARTUCHO Nº 60 PRETO PARA IMPRESSORA HP PHOTOSMART	94,00	5.076,00
15.	**54**	15464	UNID.	CARTUCHO Nº 60 COLORIDO PARA IMPRESSORA HP PHOTOSMART	94,00	5.076,00

16.	**05**	14088	PT.	PÓ PARA TONNER CARBRIDJE SCX-4200 D3 IMPRESSORA SAMSUNG SCX-4200 POTE DE 1 KG	140,00	700,00
17.	**03**	14092	PT.	PÓ PARA TONNER CE285A9 IMPRESSORA HP LASER JET P1102W POTE DE 1 KG	140,00	420,00
18.	**03**	14122	UNID.	PÓ PARA TONNER ML610D2/2010D3 IMPRESSORA SAMSUNG ML-2010 POTE DE 1 KG	140,00	420,00
19.	**04**	15444	UNID.	PÓ PARA TONNER SCX4200 IMPRESSORA SAMSUNG 4200 POTE DE 1 KG	140,00	560,00
20.	**03**	22218	UNID.	PÓ PARA TONNER PHASER 3125	140,00	420,00
21.	**17**	14142	UNID.	TONNER CE285A|85A IMPRESSORA HP M1132 MFP	70,00	1.190,00
22.	**12**	20801	UNID.	TONNER CF283A 83A IMPRESSORA HP M127FN	90,00	1.080,00
23.	**10**	14091	UNID.	TONNER CE285A9 PARA IMPRESSORA HP LASER JET P1102W	70,00	700,00
24.	**05**	14121	UNID.	TONNER SAMSUMG ML 1610D2/2010D3 PARA IMPRESSORA SAMSUMG ML-2010	115,00	575,00
25.	**73**	14130	UNID.	TONNER CE312A- AMARELO PARA IMPRESSORA LASER JET 100 COLOR MFP M175A	110,00	8.030,00
26.	**73**	14131	UNID.	TONNER CE313A- ROSA PARA IMPRESSORA LASER JET 100 COLOR MFP M175A	110,00	8.030,00
27.	**73**	14132	UNID.	TONNER CE311A- AZUL PARA IMPRESSORA LASER JET 100 COLOR MFP M175A	110,00	8.030,00
28.	**76**	14133	UNID.	TONNER CE310A- PRETO PARA IMPRESSORA LASER JET 100 COLOR MFP M175A	110,00	8.360,00
29.	**02**	22103	UNID.	TONNER CB435A|35A DA IMPRESSORQA HP LASER JET P1005	70,00	140,00
30.	**02**	22102	UNID.	TONNER COMPATIVEL D350B	120,00	240,00
31.	**06**	22215	UNID.	TONNER 80A CF 280A	90,00	540,00
32.	**12**	20806	UNID.	TONNER DA IMPRESSORA SAMSUNG SCX4200	110,00	1.320,00
TOTAL:	57.750,00					

ANEXO I-B - SERVIÇOS:

SERVIÇOS DE RECARGA DE TONNERS

ITEM	QUANT.	CODIGO	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1.	**20**	20818	RECARGA 35A	45,00	900,00
2.	**16**	20819	RECARGA 36A	45,00	720,00
3.	**20**	20820	RECARGA CE 278A	45,00	900,00
4.	**18**	20821	RECARGA 285A	45,00	810,00
5.	**12**	20822	RECARGA DE TONER CE310A	70,00	840,00
6.	**12**	20823	RECARGA DE TONER CE311A	70,00	840,00
7.	**12**	20824	RECARGA DE TONER CE312A	70,00	840,00
8.	**12**	20825	RECARGA DE TONER CE313A	70,00	840,00
9.	**06**	20826	RECARGA HP 670 CZ-113AB	20,00	120,00
10.	**06**	20827	RECARGA HP 670 CZ-114AB	20,00	120,00
11.	**06**	20828	RECARGA HP 670 CZ-115AB	20,00	120,00
12.	**06**	20829	RECARGA HP 670 CZ-116AB	20,00	120,00
13.	**05**	22216	RECARGA LEXMARK E260DN	70,00	350,00
14.	**12**	22217	RECARGA CARTUCHO 60	20,00	240,00
15.	**58**	20799	SERVIÇO DE RECARGA DO TONNER CF283A 83A DA IMPRESSORA MF127FN	50,00	2.900,00
16.	**10**	14161	SERVIÇO DE RECARGA DO TONNER CB435A|35A DA IMPRESSORA HP LASER JET P1005	45,00	450,00
17.	**124**	14148	SERVIÇO DE RECARGA DO CARTUCHO Nº 60 PRETO DA IMPRESSORA HP DESKJET F4280	20,00	2.480,00
18.	**124**	14149	SERVIÇO DE RECARGA DO CARTUCHO Nº 60 COLORIDO DA IMPRESSORA HP DESKJET F4280	20,00	2.480,00
19.	**120**	15452	SERVIÇO DE RECARGA DO CARTUCHO 122C DA IMPRESSORA HP DESKEJET F2050	20,00	2.400,00
20.	**120**	15453	SERVIÇO DE RECARGA DO CARTUCHO 122P DA IMPRESSORA HP DESKJET F2050	20,00	2.400,00
21.	**20**	14147	SERVIÇO DE RECARGA DO TONNER CE285A9 DA IMPRESSORA HP LASER JET P1102 W	45,00	900,00
22.	**30**	15456	SERVIÇO DE RECARGA DE TONNER XEC 990816254 SHARP AL 1642C5	70,00	2.100,00
23.	**38**	15459	SERVIÇO DE RECARGA DO TONNER PARA IMPRESSORA SAMSUNG SCX4200	70,00	2.660,00
24.	**20**	20798	SERVICO DE RECARGA DO TONNER BROTHER 750	70,00	1.400,00
25.	**90**	15458	SERVIÇO DE RECARGA DO TONNER HP M1132	45,00	4.050,00
26.	**20**	15457	SERVIÇO DE RECARGA DO TONNER DA IMPRESSORA PHASER 3125	65,00	1.300,00
27.	**06**	22104	SERVIÇOS RECARGA TONNER COMPATIVEL D3050B	65,00	390,00
TOTAL:	33.670,00				

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 91.420,00 (noventa e um mil, quatrocentos e vinte reais).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos e Serviços objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos em no máximo 08 (oito) dias úteis após a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos e/ou serviços serão previamente requisitados pelos órgãos participantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue/executado dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos/serviços deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Participante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos ou execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos/serviços de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos e/ou executar os serviços de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. Os Produtos/serviços serão previamente requisitados pelos órgãos participantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com o necessário prazo para a disponibilização.

3. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

4. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos e Serviços observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das ordens de fornecimento ou ordens de serviço, ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver, através de servidor designado por Ato normativo do senhor Prefeito.

CLÁUSULA IX – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. as efetivas aquisições do objeto (produtos e serviços de manutenção de impressoras) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA X – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/ 93 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 009/2016 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA XI – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT, 10 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS - Prefeito Municipal

FERNANDO DA COSTA – ME

(Empresa Detentora da Ata)

FERNANDO DA COSTA – Proprietário

Testemunhas:

Nome: Erineu Diesel

CPF: 276.705.031-49

Nome: Vanderlei Telles

CPF: 013.717.181-13

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 06-2016

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 06-2016 teve como vencedor a empresa, **BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA-ME,** CNPJ: 17.274.687/0001-56, vencedor de todos os itens, no valor global de R$ 677.306,00, Objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES.** Vale de São Domingos – MT, 10 de Março de 2016. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PRP 06/2016

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Daniel Gonzaga Correa , torna publico aos interessados que homologou a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 06/2016, para **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES,** e sagrou vencedora a empresa : BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARAMAQUINAS LTDA-ME, no CNPJ: 17.274.687/0001-56. Vale de São Domingos-MT, 10 de Março de 2016. Daniel Gonzaga Correa – prefeito municipal.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Daniel Gonzaga Correa , torna publico aos interessados que homologou a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 07/2016, para **PRESTACAO DE SERVICO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REFERENTE AOS PROGRAMAS: TRANSPORTE ESCOLAR- ESTADO; PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE); PROGRAMA NACIONAL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE); PROGRAMA DINHEIRO NA ESCOLA E DEMAIS SEGUIMENTOS E RECURSOS DESTINADO A CRECHE MUNICIPAL E PRESTAÇAO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSOS LICITATORIOS; BEM COMO CONTRATOS E REGISTRO DE PREÇOS, E CONSULTORIA NA REALIZACAO DO RELATÓRIO DO FISCAL DE CONTRATO,** e sagrou vencedora a empresa : SILCOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA - ME, inscrito no CNPJ: 14.743.102/0001-01. Vale de São Domingos-MT, 10 de Março de 2016. Daniel Gonzaga Correa – prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 28/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e do contido no art. 76 do Regimento Interno deste Legislativo.

Considerando os denúncias n.º 05, 06, 07 e 08/2016,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Alterar a composição da Comissão Processante composta por três vereadores, por sorteio realizado na Sessão Ordinária do dia 09/03/2016, para apurar os fatos reportados, ficando composta da seguinte forma:

Ver. Nilo Nascimento de Campos – Presidente

Ver. Fabio Saad – Relator

Ver. Pedro Paulo Tolares – Membro

Art. 2.º - A presente portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 10 de março de 2016.

Vereador Calistro Lemes do Nascimento

Presidente

Vereador Pedro Paulo Tolares

1.º Secretário

RESOLUÇÃO Nº. 001/2016/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3.983/2014 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1° - Renovar a Autorização do funcionamento da 1º Etapa da Educação Básica - Educação Infantil, através do Processo Nº 099/2015, da Instituição Filantrópica Educacional “O Pequeno Galileu”**,** localizada Rua 150; Quadra 47; Lote 13; Bairro Nova Fronteira; CEP: 78.110-000 inscrita no CNPJ: 06.237.492/0001-10, mantida por Instituição Filantrópica Educacional “O Pequeno Galileu”.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2016 a 31/12/2020.

Art. 3º - Este Ato Autorizatório está condicionado a elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico, revisado pela SMECEL. Ainda, adequar os docentes contratados pela Instituição com a formação acadêmica em conformidade com o exigido nas Resoluções 021/2009/CME/VG e 025/2010/CME/VG.

Art.4º - A Instituição terá um prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar os documentos descristos no artigo 3º desta Resolução neste Conselho para análise e parecer, sob pena de ter este Ato Resolutivo revogado.

Art. 5° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de março de 2016.

Maria José Pereira de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 002/2016/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3.983/ 2014 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1° - Renovar a Autorização do funcionamento da 1º Etapa da Educação Básica - Educação Infantil, através do Processo Nº 013/2016, do Centro Educacional de Apoio à Família**,** localizada Rua G; Quadra 13; S/N; Bairro Asa Bela; inscrita no CNPJ: 12.868.120/001-94, mantida por Associação Centro Educacional de Apoio a Família.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 01/01/2016 a 31/12/2020.

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de março de 2016.

Maria José Pereira de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

RESOLUÇÃO Nº. 003/2016/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3.983/ 2014 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1° - Efetivar, através do Processo Nº 014/2016, a **Mudança de Endereço** do Centro Educacional de Apoio à Família**,**inscrita no CNPJ: 12.868. 120/001-94, mantida por Associação Centro Educacional de Apoio a Família, que funcionava no prédio da Igreja Adventista do Bairro Jardim Gloria II, **mudando para Rua G, Quadra 13, S/N- Bairro Asa Bela.**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de março de 2016.

Maria José Pereira de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 22 /2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Designar o servidor **Luiz Antônio de Oliveira,** fiscal, e **Caetano da Costa Neto**, suplente, para fiscalizar o contrato n.º 03/2016:

Vigência: 01/03/2016 a 31/12/2016;

Objeto: Execução de serviços de reestruturação elétrica de Sistema de Gestão e monitoramento de consumo elétrico no prédio da Câmara Municipal de Várzea Grande.

Contratada: Empresa Selprom Tecnologia LTDA - ME.

Art. 2.º - Determinar que o fiscal ora designado e o suplente deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II – avaliar continuamente a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade e, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2016.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

RESOLUÇÃO Nº. 004/2016/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 3.983/ 2014 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art.1° - Efetivar a **MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO** mantidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, abaixo relacionadas, conforme menciona:

Ø Processo Nº 011/2016 **–**DE **EMEB Governador Jayme Veríssimo de Campos,** localizada na Rua: São Paulo S/N, Bairro Nova Várzea Grande neste município, para **Jaime Veríssimo de Campos Júnior – Jaiminho.**

Ø Processo 009/2016 – De **Centro Educacional Professor Oscar da Costa Ribeiro,** localizadoà Rua: 32, S/N, Bairro São Mateus neste município, para **Centro Educacional Abdala José de Almeida.**

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 02 de março de 2016.

Maria José Pereira de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2016

REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO N.340892/2015

O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designado pela portaria n. 227/2015**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por ITEM, cujo objeto**:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LÂMPADAS FLUORESCENTES, LÂMPADAS VAPOR METÁLICA, LÂMPADAS DE LUZ MISTA E LÂMPADAS VAPOR MERCÚRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT. A realização esta prevista para o dia **25 de março de 2016, às 09h30min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bll.org.br. Várzea Grande-MT, 10 de março de 2016, Dalciney Fidelis Nogueira, Pregoeira, Zilda Pereira Leite de Campos, Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N.22/2015

Processo n. **287544/2015**. O Município de Várzea Grande-MT, por meio de Pregoeiro oficial, designado pela Portaria n. 227/2015, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico n.22/2015 tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONJUNTO MOTO-BOMBA SUBMERSÍVEL, COMPORTA COM DUPLO SENTIDO DE FLUXO, TUBO DE CONCRETO ARMADO, GRADE PLANA, GRADE TIPO CESTO RETENTOR DE SÓLIDOS, GRUPO GERADOR, HASTE DE PROLONGAMENTO, MANCAL PARA HASTE DE PROLONGAMENTO E ACESSÓRIOS, TALHA MANUAL, TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL, VÁLVULA DE RETENÇÃO, VÁLVULA DE GAVETA CORPO CURTO COM FLANGES E VOLANTE, TUBO DE PRFV E TUBO PVC DEFOFO), PARA ATENDER À EXECUÇÃO DAS OBRAS (ETAPA ÚNICA – PAC I), SENDO: ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO, LIGAÇÕES DOMICILIARES, LINHAS DE RECALQUE, REDES DE ESGOTO E RAMAIS CONDOMINIAIS DOS BAIRROS FRUTAL DE MINAS, IKARAÍ, SÃO JOÃO E JARDIM IPANEMA NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME TERMOS DE COMPROMISSO E CONTRATO DE REPASSE N. 0218.743-88/2007, EDITAL E ANEXO ELETRÔNICA do tipo MENOR** PREÇO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM, conforme edital e anexo, foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em 09/03/2016, **sagrando-se** vencedoras as empresas: **Bermad Brasil Indústria de Válvulas Ltda.**, CNPJ sob n. 01.00.334/0004-70, vencedora do item;40, totalizando o valor de R$ 35.060,00(trinta cinco mil e sessenta reais) empresa **Bugatti Brasil Válvulas Ltda.** CNPJ sob n 00469.688/00051-53, vencedora dos itens, 35, 36, 38, 39, totalizando o valorde R$7. 450,00(sete mil quatrocentos e cinquenta reais) empresa **Sulzer Pumps WasteWater Brasil Ltda.,** CNPJ sob n. 77.153.260/0001-21, vencedora dos itens; 1, 2, 3, totalizando o valor de R$ 474.000,00(quatrocentos e setenta e quatro mil) . Várzea Grande-MT, 10 de março de 2016. Deivid Matos de Oliveira - Pregoeiro, Luiz Celso Morais de Oliveira - Secretário de Viação, Obras e Urbanismo.

.

PORTARIA Nº 42/2016

Dispõe sobre a exoneração da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA do cargo de Gerente Administrativa e Financeira do PREVIVAG.

A Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG , no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Exonerar, a pedido a partir de 10/03/2016, a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA** do cargo de Gerente Administrativa e Financeira, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande/MT – PREVIVAG, nomeada pela portaria nº 79/2011, de 21 de março de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/03/2016.

Várzea Grande, 10 de março de 2016.

TEREZINHA J. R. MILANI

Presidente

PORTARIA Nº 43/2016

Dispõe sobre a nomeação da servidora VÂNIA CRISTINA DA SILVA PIRES LINO para responder interinamente pelo cargo de Diretora Administrativa e Financeira do PREVIVAG.

A Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG , no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Nomear para responder interinamente, a partir de 11/03/2016, a servidora **VÂNIA CRISTINA DA SILVA PIRES LINO** pelo cargo de Diretora Administrativa e Financeira, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande/MT – PREVIVAG.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/03/2016.

Várzea Grande, 10 de março de 2016.

TEREZINHA J. R. MILANI

Presidente

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO CONCORRÊNCIA N. 09.2015

O Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n.367/2015, comunica que a Sessão Pública de Abertura do Invólucro nº 02 contendo a Proposta de Preços da Concorrência n. 09/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em construção civil para execução de reforma e ampliação na EMEB Profª. Maria Barbosa Martins localizada na Av. Gil João da Silva, sem nº, Distrito de Bonsucesso no Município de Várzea Grande/Mato Grosso de acordo com as especificações descritas no termo de referência, edital e anexos. Será realizada no dia 15 de março de 2016, às 10h00 (hora local), na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. Várzea Grande-Mt, 10 de março de 2016. Landolfo L Vilela Garcia,Presidente CPL.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 04/2016

Processo n.349069/2015. A Subsecretária de Assistência Social solicita ratificação do ato de dispensa de licitação n. 04/2016 para Locação de imóvel situado a Rua Gertrudes Probest, n.1060, Bairro Jardim

Glória I, Município de Várzea Grande, destinado ao funcionamento do 3º Conselho Tutelar no Município de Várzea Grande/MT**, formalizando assim o ato. Houve parecer favorável por parte da Procuradoria Municipal de fls. 114/121 e cumpridos os requisitos do artigo 24, X c/ c artigo 26, ambos da lei n. 8666/93, RATIFICO o ato de dispensa n. 04/2016 emitido pelo Sra. Flavia Luiza Coelho Lannes Omar Subsecretária de Assistência Social para locação de imóvel de propriedade do Sr. ROSAURA ZÓZIMA DA SILVA, portador do CPF n. 537.822. 401-20, referente à Locação de imóvel situado a Rua Gertrudes Probest, n.1060, Bairro Jardim Glória I, Município de Várzea Grande, destinado ao funcionamento do 3º Conselho Tutelar no Município de Várzea Grande/MT, Várzea Grande MT, pelo valor global de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a ser pago mensalmente R$2.000,00 (dois mil reais) mensais, com vigência por 12 (doze) meses. Publique-se e cumpra-se. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande-MT, 09 de março de 2016.KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATO Nº178/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

NOMEAR Enedil Ana Mendes da Silva, no cargo em comissão de Superintendente de Gestão das Unidades de Saúde – DNS 3, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/03/2016.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de março de 2016.

Luiz Antônio Vitório Soares	**Lucimar Sacre de Campos**
Subsecretário Municipal de Saúde	**Prefeita Municipal**

PORTARIA Nº. 019/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 69, Inciso VI, da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR**, o Subsecretário Municipal de Saúde **Luiz Antônio Vitório Soares**– DNS 2, para exercer interinamente a função de Secretário Municipal de Saúde – DNS 1, sem prejuízo de suas respectivas funções com efeitos financeiros e atribuições referentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 11 de março de 2016, revogada as disposições em contrário.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos três Poderes, em Várzea Grande - MT, 10 de março de 2016.

Lucimar Sacre de Campos
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 53, DE 09 DE MARÇO DE 2.016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE VÁRZEA GRANDE, Estado de Mato Grosso,Dr. Cssius Clay Scofoni Faleiros de Azevedo, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 79, Inciso I, da Lei Orgânica do Município; vem por meio desta **RETIFICAR**, o ato contido no artigo 1º, da Portaria nº 26 de 03 de dezembro de 2.015, por conter erro material.

Art. 1º - ONDE SE LÊ:

"Serve a presente Portaria para Instaurar Tomada de Contas Especial, designando para tanto os servidores abaixo qualificado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde".

LEIA-SE:

Serve a presente Portaria para Instaurar Procedimento Administrativo Disciplinar, designando para tanto os servidores abaixo qualificado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 1º - ONDE SE LÊ:

"Art. 1º INSTAURAR Processo de Tomada de Contas Especial, com finalidade de apurar possíveis irregularidades nas liquidações dos pagamentos das empresas CEICO – CENTRO DE IMAGENOLOGIA DO CENTRO OESTE, KS CONTROLE DE PRAGAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, SOPMEC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, ocorridas no exercícios de 2. 013".

LEIA-SE:

Art. 1º INSTAURAR Processo de Administrativo Disciplinar, com finalidade de apurar possíveis irregularidades nas liquidações dos pagamentos das empresas CEICO – CENTRO DE IMAGENOLOGIA DO CENTRO OESTE, KS CONTROLE DE PRAGAS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, SOPMEC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, ocorridas no exercícios de 2.013".

Art. 2º - ONDE SE LÊ:

Art. 2º - CONSTITUIR COMISSÃO formada pelos servidores conforme nomeação abaixo para, sob a presidência do primeiro, realizar a partir da publicação deste ato/Portaria no prazo de 60(sessenta) dias, a Tomada de Conta Especial, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa 24/204- TP do TCE-MT, visando a apuração dos fatos que resultaram prejuízo ao erário, identificação dos agentes causadores do dano e quantificação dos prejuízos sofridos.

TITULARES:

I- Mariza Kalix de Miranda II- Sebastião Ney da Silva Provezano III- Jaci Rodrigues da Silva

SUPLENTE:

I- Gilson Silva Leite

LEIA-SE:

CONSTITUIR COMISSÃO formada pelos servidores conforme nomeação abaixo para, sob a presidência do primeiro, realizar a partir da publicação deste ato/Portaria no prazo de 60(sessenta) dias, visando a apuração dos fatos que resultaram prejuízo ao erário, identificação dos agentes causadores do dano e quantificação dos prejuízos sofridos.

TITULARES:

IV- Mariza Kalix de Miranda V- Sebastião Ney da Silva Provezano VI- Jaci Rodrigues da Silva

SUPLENTE:

II- Gilson Silva Leite

Art. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Nada mais a justificar,

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande, 09 de março de 2016

_____

Cássius Clay S. F. de Azevedo

(Secretário de Saúde de Várzea Grande)

RESOLUÇÃO Nº. 01/2016-CMDCA/VG/MT

Dispõe sobre a Nomeação da Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande; no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, e na Lei Municipal nº 4.095 de 03 de setembro de 2015.

Considerando o Decreto Municipal nº10 de 12 de fevereiro de 2016, que nomeou a Gestão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o biênio 2016/2017.

Considerando a Deliberação do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Extraordinária nº. 239, realizada no dia 08 de março de 2016.

Resolve:

Art.1º – Nomear a Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande para o biênio 2016/2017.

Presidente: Leandro Fábio Momente

Vice-Presidente: Katlin Oliveira Calmon

Secretária: Diane Maria de Almeida Mendes

Secretária Executiva: Helenita Maria Dall'Oglio Moccelini

Art.2º – Nomear a Diretoria do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande para o biênio 2016/2017.

Presidente: Paulo Gonçalo da Silva

Tesoureiro: Douglas Ferreira de Souza

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-mt, 08 de março de 2016.

LEANDRO FABIO MOMENTE

Presidente do Conselho Municipal de

Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 103/SAD/2016

APLICA a penalidade de REPREENSÃO a servidor do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.164/1991;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo nº 004/2015 instaurado para apurar a conduta funcional da servidora **Odete Araújo de Almeida**, de acordo com a Portaria nº 049/CPSPAD/SAD/2015, ainda o que consta na Portaria nº 286/CPSPAD/SAD/2016;

CONSIDERANDO o Relatório Conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares e,

CONSIDERANDO o Julgamento Final desta autoridade instauradora;

RESOLVE:

Art. 1° - APLICAR a penalidade de **REPREENSÃO** à servidora **ODETE ARAÚJO DE ALMEIDA,** Professora Nível Médio – 25 horas, Classe C, Nível 08, na função de Diretora da EMEB Professor Oscar da Costa Ribeiro, matrícula 37510, do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Educação, baseada no Art. 137, inciso I, da Lei Municipal nº 1.164/1991, em decorrência da conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 08 de março de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 104/SAD/2016

APLICA a penalidade de SUSPENSÃO a servidor do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.164/1991;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo nº 002/2015 instaurado para apurar a conduta funcional da servidora **Margareth Socorro de Lima Miranda**, de acordo com a Portaria nº 103/CPSPAD/SAD/2015, e ainda o que consta na Portaria nº 310/CPSPAD/SAD/2016;

CONSIDERANDO o Relatório Conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares e,

CONSIDERANDO o Julgamento Final da autoridade instauradora;

RESOLVE:

Art. 1° - APLICAR a penalidade de **SUSPENSÃO de 30 (trinta) dias,** à servidora MARGARETH SOCORRO DE LIMA MIRANDA, matrícula 31447, Professora Nível Médio – 25 horas, Classe C, Nível 04, na função de Coordenadora Pedagógica, da EMEB Honorato Pedroso de Barros, da Secretaria Municipal de Educação, baseada no Art. 137, inciso II, e Art. 140 da Lei Municipal nº 1.164/1991, em decorrência da conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 08 de março de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 002/2016

Objeto: Prestação de serviços artísticos de apresentação de show com a atração artística "**ANA RAFAELA**", a ser realizado nos dias 18 e 19 de março de 2016, No "Evento dos 264º anos de emancipação política de Vila Bela da Santíssima Trindade".

Valor: **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)**

Em favor de: **A. R. DE OLIVEIRA PRODUÇÕES ME - CNPJ: 17.759.789/0001-61**.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput e inciso III da Lei nº 8.666/93 e conforme Parecer Jurídico no respectivo Processo.

Vila Bela da Ssª Trindade- MT. 10 de março de 2016.

NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU - Presidente da Comissão de Licitação.

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada em construção da Rede de Distribuição de Água na comunidade rural do P. A. Seringal através do Termo de Convenio nº 050/2015 - SECID .

Abertura dia **28 de março de 2016, às 07:30 horas**, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo-e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br.. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 10 de março de 2016 – **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**- Presidente CPL.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 003/2016

Objeto: contratação do fotografo "**JOSÉ LUIZ FRANCO MEDEIROS"**, para realização de **Exposição Fotográfica para apresentar o tema: "A Cor da Vila: Registro Outrora"** em comemoração das festividades comemorativas aos 264º de Emancipação Política Administrativa do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade .

Valor: **R$ 34.800,00 (TRINTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS)**

Em favor de: **A. RODRIGUES BORGES & CIA LTDA ME - CNPJ: 08.708. 717/0001-02**.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput e inciso III da Lei nº 8.666/93 e conforme Parecer Jurídico no respectivo Processo.

Vila Bela da Ssª Trindade- MT. 10 de março de 2016.

NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU - Presidente da Comissão de Licitação.

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada em ampliação de 2 (duas) salas na Escola Municipal duque de Caxias no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, através do Termo de Convênio nº 088/2015 - SECID.

Abertura dia **28 de março de 2016, às 10:00 horas**, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo-e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br.. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 10 de março de 2016 – **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**- Presidente CPL.

DECRETO Nº. 036/2016, DE 10 DE MARÇO DE 2016

"**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E ATRIBUIÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL (GGI-M) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS CORRELATAS."**

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1°- Fica instituído o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, vinculado ao Gabinete do Prefeito, instância colegiada de deliberação e coordenação de ações de prevenção, repressão da violência e da criminalidade, composto por representantes do poder público das diversas esferas e por representantes das diferentes forças com atuação na área de segurança pública no âmbito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.

Art. 2º- O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M será composto pelos seguintes representantes:

I - Prefeito Municipal, que o presidirá;

II- Chefe de gabinete-secretário executivo;

II- Secretário Municipal de Meio Ambiente;

III- Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;

IV- Secretário Municipal de Educação;

V- Secretário Municipal de Assistência Social;

VI- Polícia Militar;

VII - Polícia Civil;

VIII- Rotary Club;

IX-Câmara Municipal;

Parágrafo único - Poderão ser convidados para participar do GGI-M representantes dos seguintes órgãos, sediados no município:

I – Poder Judiciário estadual;

II – Ministério Público estadual;

III – Defensoria Pública estadual

Art. 3º Compete ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M:

I - fomentar ações objetivando a elaboração e/ou atualização do Plano Municipal de Segurança Pública;

II - estabelecer diretrizes e prioridades para implantação do Plano Municipal de Segurança Pública dos programas e ações integradas de segurança, em conjunto com organismos municipais, estaduais, distrital, federais e sociedade civil;

III - monitorar as ações de segurança pública no Município, utilizando o Observatório de Segurança Pública, quando houver, o qual fica responsável pela análise e organização dos dados sobre a violência e a criminalidade local a partir as informações coletadas;

IV - definir prioridades para o plano de formação e qualificação dos profissionais que atuam na segurança pública tendo como referência a matriz curricular nacional;

V - tornar mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que integram o GGI-M, a fim de apoiar os órgãos municipais em ações sociais preventivas e aos órgãos de segurança pública nas ações de prevenção e repressão qualificada da violência e da criminalidade;

VI - propor ações integradas de fiscalização, defesa social, segurança urbana e políticas sociais, que atuem de forma preventiva, no nível municipal, acompanhando sua implementação e resultado;

VII - interagir com fóruns municipais e comunitários de segurança objetivando construir uma política municipal preventiva de segurança pública;

VIII - fomentar o estabelecimento de uma rede municipal/estadual/distrital/nacional de intercâmbio de informações e experiências, que alimente um sistema de planejamento, com agendas de fóruns locais;

IX - elaborar o planejamento das ações integradas a serem implementadas no Município;

X - definir indicadores que possam medir a eficácia das ações do GGIM e eficiência dos sistemas de segurança pública;

XI - promover a atuação conjunta de forma sinérgica dos órgãos que integram o Gabinete, visando à prevenção e controle da criminalidade;

Art.4°- O gabinete de Gestão Integrada Municipal disporá de uma Coordenação composta pelos seguintes membros:

I- Presidente;

II- Secretário Executivo;

Parágrafo único - Caberá ao Prefeito o de Presidente, bem como, nomear os demais membros do Gabinete Gestão Integrada.

Art.5°- As funções dos membros do Gabinete de Gestão Integrada Municipal não serão remuneradas a qualquer título, sendo, porém, consideradas serviço público relevante.

Art.6°- O Gabinete de Gestão Integrada Municipal vincula-se a estrutura do gabinete do Prefeito, para fins de suporte administrativo operacional e financeiro.

Art.7°- Para cumprir suas finalidades, O Gabinete de Gestão Integrada Municipal tem competência para:

I- Requisitar dos órgãos públicos municipais locais certidões, atestados, informações, e cópias de documentos, desde que justificada necessidade;

II- Solicitar aos demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais os elementos referidos no inciso anterior;

III- Convocar os secretários municipais para participar de suas reuniões, sempre que na pauta constar assunto relacionado com atribuição de suas pastas.

Art.8°- O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal será disciplinado por Regimento Interno a ser publicado mediante decreto.

Art.9°- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 10- Fica revogado o decreto nº 057/2013 de 29 de maio de 2013.

Vila Bela Da Santíssima Trindade/MT,109 de março de 2016.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SEC. ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 014 DE 10 DE MARÇO DE 2016

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA– MT

O Prefeito Municipal de Vila Rica MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Luciano Marcos Alencar, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda os Decretos Municipal nº 031/2012 e 050 e o item 09 do Edital do Concurso Público nº 001/2012 de 02/02/2012, e ainda o atendimento da necessidade de pessoal na Secretaria Municipal de Educação;

D E C R E T A:

Art. 1°. Fica convocado para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo efetivo o candidato classificado dentro dos números de vagas, conforme consta do Anexo Único deste Decreto.

Art.2º. O candidato ora convocado na forma deste Decreto e conforme seu anexo único, devera comparecer ao Deptº Pessoal, sito à Av. Brasil nº 2000 Bela Vista– Vila Rica – MT, o mais urgente possível ou em até 30 dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos dos locais de trabalho;

Art.3º. Para tomada de posse, o (a) candidato (a) deverá apresentar em cópias Xerox ou fotocópias, autenticadas, toda documentação que comprove:

a) Cédula de Identidade;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Cópia da Carteira de Trabalho; (pag. Da foto e da qualificação civil);

i) Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;

j) Título de Eleitor;

k) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa àexistência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)conforme Art. 7 § 1º parágrafo VII da Lei Municipal 747/2008.

l) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO;

m) 02 (duas) foto 3x4, colorida;

n) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-secomprovante de quitação de anuidade;

o) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

p) Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo;

q) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

r) Declaração contendo endereço residencial;

s) Declaração de bens;

t) Declaração negativa de acumulo de cargo público;

u) CPF de pai e mãe;

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, em 18 de Fevereiro de 2016.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGO : Professor - Escola Procópio Faria - Anexo Bridão

Renata Da Luz

Rosangela Da Rosa Machado Freitas

CARGO : Professor - Escola Sagrado Coração de Jesus

Cristiana Aragão Feitosa

Eudetes Soares Vasconcelos

CARGO : Professor de Matemática - Escola Sagrado Coração de Jesus

Dione Jacson Prunzel

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 1.364/2016 DE 10 DE MARÇO 2016

CRIAÇÃO

DO

SAEVIR – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DE VILA RICA MATO GROSSO

MARÇO 2016

ÍNDICE

	ART.	
Livro I	Das Disposições Gerais.....	
Título I	Sistema de Medição.....	
Capítulo I	Da Classificação e do Consumo.....	
Capítulo II	Da Concessão da Ligação e do Ramal Predial.....	
Seção I	Das Ligações de Água e Esgoto.....	5º
Seção II	Da Ligação para uso Temporário.....	12
Seção III	Da Ligação para Construção.....	14
Seção IV	Das Interrupções do Fornecimento de Água.....	16
Capítulo III	Do Consumo de Água medido e não medido.....	
Seção I	Dos Hidrômetros.....	30
Seção II	Do Consumo Mínimo e Medido.....	35
Seção III	Da Apuração do Consumo Estimado.....	37
Capítulo IV	Dos Tributos e Tarifas e de suas Cobranças.....	
Seção I	Dos Tributos e suas Cobranças.....	41
Seção II	Das Tarifas e suas Cobranças.....	47
Seção III	Do Ajuste Tarifários.....	49
Seção IV	Do Faturamento e do Pagamento.....	50
Capítulo V	Da Isenção.....	
Seção Única	Da Isenção.....	58
Capítulo VI	Da Instalação Predial.....	
Seção I	Do Ramal Predial.....	62
Seção II	Da Instalação Predial.....	67
Seção III	Da Retirada do Ramal.....	75
Capítulo VII	Características Gerais do Abastecimento.....	
Seção I	Dos Projetos.....	76
Seção II	Dos Reservatórios.....	77
Seção III	Da Rede Pública.....	81
Seção IV	Dos Loteamentos.....	86
Seção V	Sistema Coletor de Esgoto Sanitário.....	94
Capítulo VIII	Das Instalações de Esgoto Sanitário.....	
Seção I	Do Esgotamento de Prédio em Região Provida de Rede Pública de Esgoto Sanitário.....	97
Seção II	Dos despejos Industriais.....	102
Capítulo IX	Do Credenciamento.....	
Seção Única	Do Credenciamento para Execução de Serviço.....	106
Capítulo X	Da Generalidade das Infrações e Penalidades.....	
Seção I	Da Atualização Monetária, Multas e dos Juros de Mora.....	110
Seção II	Das Infrações e Penalidades.....	110
Capítulo XI	Da Divida Ativa, do Protesto e da Restituição.....	
Seção I	Da Divida Ativa.....	111
Seção II	Do Protesto da Divida Ativa.....	127
Seção III	Da Restituição.....	132
Capítulo XI	Da Certidão, do Auto de Infração e da Consulta.....	
Seção I	Da Certidão.....	134
Seção II	Do Auto de Infração.....	139
Seção III	Da Consulta.....	145
Título II	Das Terminologias de Água e Esgoto Sanitário.....	
Capítulo I	Da Terminologia de Água.....	152
Capítulo II	Da Terminologia de Esgoto Sanitário.....	153
Título III	Das Disposições Gerais.....	
Capítulo Único	Das Disposições.....	154

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.364/2016

Dispõe sobre a criação do Sistema de Água e Esgoto de Vila Rica – SAEVIR, das normas para instalação, tarifas,taxas e contribuição de melhoria do serviço público de manutenção de água e esgotamento sanitário, e dá outras providências.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica criado o **SAEVIR - "SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO DE VILA RICA",** vinculado a Secretaria Municipal de Obras, visando orientar nas instalações prediais de água e esgoto do Município, estabelecendo condições sanitárias mínimas a que devem obedecer a essas instalações, complementando as Normas Brasileiras atinentes à matéria, com parâmetros específicos para que possam ser ligadas às redes públicas operadas pelo **SAEVIR**.

Art. 2º - A administração do serviço público relativo ao abastecimento de água do Município constante desta lei, compreende o planejamento e a execução das obras e a instalação, operação e manutenção dos sistemas, bem como a medição do consumo, faturamento e arrecadação das Tarifas, Taxas e Contribuição de Melhoria dos usuários, e ainda a imposição de penalidades e de quaisquer outras medidas que lhes sejam aplicáveis, sendo suas atribuições básicas:

I – Garantir a produção de Água Tratada com padrão de qualidade definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

II – Manter a regularidade da Distribuição de Água;

III – Manter a operação dos Equipamentos e a Estanqueidade da Rede Distribuidora;

IV – Construção, operação, ampliação, manutenção e modernização do Sistema de Abastecimento de água;

V – Construção, operação, ampliação, manutenção e modernização do Sistema de Coleta, Abastecimento, Reservatórios, Afastamento e Tratamento de Esgotos, prevenindo e evitando a proliferação de doenças de veiculação hídrica;

VI – Aquisição de equipamentos, máquinas e material de consumos imprescindíveis para a execução e realização das tarefas pertinentes ao Departamento Municipal de Água e Esgoto;

VII – atender e processar os pedidos de ligações de água e esgoto e outras prestações de Serviços aos consumidores;

VIII – emitir solicitações de vistorias, ordens de ligação e de desligação pertinentes e necessárias ao atendimento dos serviços;

IX – organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de consumidores;

X – preparar e providenciar a emissão das contas dentro dos prazos e parâmetros estabelecidos, fazer as verificações necessárias e encaminhá-las para entrega;

XI – manter atualizada a carteira de consumidores envolvendo o controle das contas em dia, em atraso e desligadas, os débitos em carteira do exercício e situações de dívida ativa, a expedição de avisos de cobrança, relação para supressão de fornecimento, cancelamento de contas erradas, conciliação bancária das contas pagas em bancos e outros controles e verificações necessárias;

XII – atender, orientar, solucionar ou encaminhar pedidos e reclamações de consumidores quanto ao encaminhamento das contas, valores faturados e volumes, pagamentos e acertos de débitos e qualidade das instalações e dos serviços prestados;

XIII – estabelecer contatos com instituições bancárias e demais órgãos prestadores de serviços de arrecadação, buscando alternativas para otimização do recebimento das contas;

XIV – emitir relatórios periódicos relativos a faturamento, arrecadação, consumo e outros solicitados ou necessários aos superiores;

XV - fornecer precisas especificações e esclarecimentos para a aquisição de bens e serviços e suporte técnico para a conferência e inspeção no recebimento dos mesmos;

XVI – Estudar diretamente ou mediante contrato com especialistas e ou instituições consultoras em Saneamento Básico, as necessidades operacionais e ou obras que garantam a Adequação dos Serviços no que se refere a Quantidade, Qualidade, Universalidade e Regularidade do Abastecimento de Água;

XVII – Promover um eficiente sistema de Venda de Água Tratada e coleta de Esgoto com vistas a garantir o equilíbrio Financeiro do **SAEVIR**;

XVIII – Manter atualizada toda a equipe de trabalho pertencente ao SAVIR, por meio de palestras, cursos e visitas técnicas de intercâmbio;

XIX – Elaborar programas com vistas a educação ambiental, e economia de água a ser ministrado nas escolas do município;

XX – Implementar ações que visem a adoção de tecnologia de baixo custo, com qualidade e eficiência;

XXI – Manter atualizado os procedimentos que envolvem o direito do consumidor;

XXII – Manter fiscalização permanente nos recursos hídricos do município;

XXIII – Contribuir para o esclarecimento da sociedade, da importância do produto água tratada revelando seus custos e promovendo ações de pagamentos espontâneos sem o rigor do corte;

XIV – Manter estoque um de projetos a serem implantados nas comunidades rurais, com ênfase para soluções de baixo custo;

XV – Elevar a produtividade do trabalho e a eficiência Gerencial, bem como o valor agregado dos serviços prestados, por meio do desenvolvimento institucional e de programas de qualidade;

XVI – Priorizar um programa de combate as perdas no processo de produção, na distribuição e na venda de água tratada;

XVII – Identificar as alternativas econômicas para realização das atividades essenciais;

XVIII – Elaborar política Tarifária que garanta o equilíbrio econômico e financeiro do **SAEVIR**;

XVII – Elaborar regulamentação de Serviços que permita ao usuário prazos compatíveis com as suas necessidades de consumo;

XIX – Elaborar política de saneamento municipal buscando a adequação dos serviços prestados conforme legislação em vigor e que contemple:

a – Qualidade

b – Segurança

c – Regularidade

d – Continuidade

e – Atendimento

f – Eficiência

g – modicidade da tarifa

XX – Definição do Macro concepção do plano diretor de água e esgoto destacando:

a – Setorização do crescimento

b – Demandas

c – Investimentos com definição de prioridades

d – Atualização de equipamentos e

e – Redução de Custos com Automatizações

XXI – Atuar com a sistemática de corte quando todas as negociações de recebimento forem infrutíferas;

XXII – Elaborar estudos e pesquisas de disposição a pagar para atuação da Sociedade em conjunto com o **SAEVIR** na capitação de recursos com fins de universalizar o atendimento.

TITULO I

SISTEMA DE MEDIÇÃO

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO E DO CONSUMO DO USUÁRIO

Art. 3º - O consumo de água e as ligações de esgotos sanitários, para efeito de aplicação de taxas e tarifas, são classificados em quatro (4) categorias:

I – RESIDENCIAL – Economia ocupada exclusivamente para fins;

II – INDUSTRIAL – Economia ocupada para o exercício de atividades classificadas como industrial pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE;

III – PODER PÚBLICO – Economia aplicada para o exercício das atividades de órgãos da administração direta do poder público, autarquias e fundações. Serão também incluídas nesta categoria, escolas, edifícios, associações, casas de detenção, alojamento provisório, quartéis militares, delegacias, orfanatos, asilos, hospitais públicos, albergues e demais instituições religiosas, organizações cívicas e políticas e entidades sindicais e assemelhados;

IV – COMERCIAL – Economia ocupada para o exercício de atividades comerciais, não classificadas nas categorias dos incisos anteriores;

§ 1º - As dúvidas quanto à classificação das categorias acima enumeradas ou de sua subdivisão serão dirimidas pelo Conselho Deliberativo do **SAEVIR**.

§ 2º - Nos casos em que a ocupação seja mista, prevalecerá a categoria que predominar em relação às demais, ou quando ocorrer empate prevalecerão as comerciais sobre as residenciais e órgãos públicos e, as industriais sobre as demais.

§ 3º - Mediante decisão do **SAEVIR** e comprovada a necessidade de alteração, será redefinida os usuários que comporão cada grupo dessas categorias.

Art. 4º - O consumo de água e o volume de esgotos dos usuários classificam-se:

a) consumo de água medida;

b) consumo de água estimada;

c) consumo mínimo de água;

d) consumo médio de água;

e) consumo excedente de água;

f) volume de esgoto medido;

g) volume de esgoto estimado;

h) volume mínimo de esgoto;

i) volume médio de esgoto;

j) volume excedente de esgoto.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE LIGAÇÃO DO RAMAL PREDIAL

SEÇÃO I

DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 5º – A ligação de qualquer canalização na rede pública de água e esgoto sanitário será executada pelo **SAEVIR**ou por terceiros e custeada pelo interessado.

Parágrafo único – As ligações de água e esgoto que compreendem a extensão do cavalete até o reservatório deverão ser executadas “preferencialmente por profissionais cadastrados no **SAEVIR**”.

Art. 6º - As ligações de água e de esgoto, sempre que possível serão concedidas em caráter definitivo.

Parágrafo único – Serão concedidas a título temporário, ligações para uso provisório.

Art. 7º – As ligações prediais do ramal de água e esgoto serão solicitadas pelo proprietário, construtor ou usuário, mediante autorização documental do proprietário e preenchida em formulário próprio do SAEVIR, com apresentação dos documentos definidos em regulamentação.

§ 1º - As ligações definitivas para os prédios situados em logradouros públicos dotados de ambas as redes, serão solicitadas simultaneamente pelo interessado e serão concedidas ligações de esgoto a prédios que não possuam ligação de água, desde que contem com sistemas próprios de abastecimento de água aprovado pelo **SAEVIR**.

§ 2º - Quando o imóvel não estiver situado frontal à rede de distribuição ou rede coletora, o mesmo deverá solicitar a extensão necessária da rede para que possa ser feita a ligação.

§ 3º - Nos pedidos de ligações de água ou de esgoto para estabelecimento industrial deverá o interessado informar o consumo diário previsto.

§ 4° - Quando em um mesmo lote for construída mais de uma edificação com numeração própria e com instalações prediais independentes, poderá ser concedido mais de uma ligação de água e/ou esgoto.

§ 5° - Serão de responsabilidade do interessado, as obras e instalações necessárias ao esgotamento das edificações cujos pontos de coleta estejam situados abaixo do nível da rede coletora.

Art. 8º - Para serem feitas as ligações de água e de esgoto de que trata esta Seção, deverá o interessado:

a) Preparar as instalações;

b) Efetuar o pagamento correspondente ao valor consignado no orçamento elaborado pelo **SAEVIR**.

§ 1º – A restauração de muros, passeios, lajes e investimentos para execução de qualquer ligação de água ou esgoto correrá por conta do interessado, a não ser por conveniência técnica definida pelo **SAEVIR.**

§ 2º - É de competência exclusiva do **SAEVIR**, ou de terceiros, quando expressamente autorizado pela **SAEVIR**, a instalação, substituição, reparação, remoção e deslocamento do ramal predial, total ou parcialmente, inclusive o hidrômetro.

§ 3º - Para reforma ou ampliação de prédio ligado à rede de abastecimento de água ou rede coletora de esgoto, poderá o **SAEVIR**, manter ou substituir o ramal ou coletor predial existente por conveniência técnica.

§ 4º - O **SAEVIR** terá livre acesso ao cavalete, com a finalidade de modificá-lo, colocar ou substituir hidrômetro, fazer leitura periódica ou suspender o abastecimento.

Art. 9º -A cada imóvel corresponderá um único ramal predial.

§ 1º - Aos imóveis localizados em condomínios não se aplica o disposto no 'caput' deste artigo, correspondendo a cada condomínio um único ramal predial.

§ 2º - Será admitida a instalação de mais de um ramal predial:

I - por necessidade técnico-operacional ou para garantir o abastecimento em estabelecimentos hospitalares e similares;

II - quando se destinar ao abastecimento de imóvel adjacente que não disponha de rede, desde que autorizado expressamente pelo proprietário do imóvel onde ficarão localizados os ramais; ou

III - nos casos que a independente, construída ou não no mesmo terreno com outras e apartamento, incluindo o de hotel e similares, hospital e similares, dotado de instalação hidrossanitária, para uso individual e privativo, *atendendo aos critérios estabelecidos em regulamento.*

§ 3º - Nos condomínios, as instalações hidráulicas dos imóveis deverão ser projetadas e executadas pelo empreendedor, de modo que, a critério dos condôminos, sejam instalados medidores de água internos para a aferição dos consumos individuais, sendo a aquisição, a instalação e a manutenção dos respectivos medidores, bem como o rateio e a cobrança dos consumos, de inteira responsabilidade do condomínio, cabendo ao **SAEVIR** apenas a leitura, a emissão e a entrega de uma única conta relativa ao ramal predial, atendendo aos critérios estabelecidos em regulamento.

§ 4º - Nos condomínios localizados em áreas especiais de interesse social, construídos ou financiados por meio de programas habitacionais destinados à habitação de baixa renda, o **SAEVIR** será responsável pela medição e pela emissão das contas referentes ao consumo das áreas de uso comum e das suas economias, desde que observados o disposto no § 4º do art. 8º desta Lei e aos critérios estabelecidos em regulamento.

§ 5º - Nos condomínios enquadrados no § 4º deste artigo, a execução da rede distribuidora interna ficará a cargo da construtora da obra, cabendo ao condomínio sua manutenção, ao **SAEVIR** a instalação, e a manutenção dos hidrômetros.

§ 6º - Os condomínios já existentes que tiverem interesse em se adaptar ao disposto no § 3º deste artigo arcarão com os custos decorrentes da elaboração e da execução dos projetos, bem como daqueles relativos à aquisição, à instalação e à manutenção dos medidores.

Art. 10 - Não será permitida a instalação de bombeamento direto no ramal predial.

Art. 11 - Compete exclusivamente ao **SAEVIR**, mediante inspeção do prédio e verificação de sua utilização, determinar a categoria do imóvel, bem como estabelecer o número de economias.

Parágrafo único – A ligação do usuário da categoria industrial ficará condicionada a disponibilidade técnica do sistema de abastecimento de água e a capacidade da rede coletora de esgoto.

SEÇÃO II

DA LIGAÇÃO PARA USO TEMPORÁRIO

Art. 12 - Será concedida ligação para abastecimento temporário às obras situadas em áreas públicas e aos circos, exposições, "trailers", parques de diversões e similares.

§ 1º – As ligações referidas no "caput" deste artigo serão concedidas por prazo determinado, com consumo medido e caução prévia, podendo ser prorrogado o suprimento de água a critério do **SAEVIR**, conforme regulamento.

§ 2º - As ligações temporárias serão enquadradas como economia de categoria comercial, e terá duração mínima de 30 (trinta) dias e máxima de 90 (noventa) dias, podendo esse prazo ser prorrogado mediante solicitação do interessado.

§ 3º - Juntamente com a solicitação, de que trata este artigo, deverá o interessado apresentar conforme o prazo, licença ou autorização competente para funcionamento.

Art. 13 - Para serem feitas as ligações de água e esgoto de que trata esta Seção, deverá o interessado:

a) Preparar as instalações provisórias;

b) Efetuar o pagamento referente aos orçamentos respectivos elaborados pelo **SAEVIR**;

c) Efetuar o pagamento do consumo equivalente às tarifas de água e de esgoto relativos ao consumo estimado, nunca inferior a 30 metros cúbicos ao mês, no ato do requerimento, cujo excedente de consumo deverá ser quitado antes do desligamento.

SEÇÃO III

DA LIGAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO

Art. 14 - O ramal predial para fase de construção da edificação será dimensionado, em caráter definitivo, tendo em vista sua futura ocupação.

§ 1º - Toda ligação para construção será enquadrada como de categoria industrial.

§ 2º - Logo após a conclusão da obra, o **SAEVIR**atualizará os dados cadastrais do imóvel, mediante solicitação do interessado.

Art. 15 - A ligação de água e esgoto para construção será solicitada pelo interessado, em impresso próprio do **SAEVIR**, mediante apresentação da cópia da planta aprovada.

SEÇÃO IV

DAS INTERRUPÇÕES DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Art. 16 - Caberá ao **SAEVIR** ou por terceiros credenciados, efetuar o abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma a atender as necessidades dos consumidores, podendo ser efetuadas interrupções para manutenção, caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Único – As interrupções dos serviços, na forma prevista neste artigo, deverão ser amplamente divulgadas, com indicação das zonas prejudicadas e dos prazos prováveis necessários à normalização dos serviços.

Art. 17 - Ocorrendo a redução da produção a níveis não compatíveis ao sistema de abastecimento de água implantado, por motivos alheios à vontade do órgão explorador, poderá o **SAEVIR**estabelecer planos de racionalização para reduzir as consequências da falta de água, ao mínimo.

Art. 18 - O fornecimento de água do imóvel será interrompido nos seguintes casos, sem prejuízos das aplicações de penalidades previstas nesta Lei:

a) Para os casos previstos no art. 101 desta Lei;

b) Falta de pagamento das contas após 30 dias do seu vencimento;

c) Interdição do imóvel, por decisão judicial ou administrativa;

d) Por solicitação do usuário;

e) Desperdício de água, assim definido, em caso que venha prejudicar o abastecimento;

f) Existência de ligações clandestinas, quando constatadas;

g) Outro dispositivo que venha trazer prejuízo financeiro ao sistema, definido em Norma Comercial.

§ 1º - A interrupção do fornecimento será efetivada após notificação ao usuário, através do documento denominado de **REAVISO DE DÉBITO**, onde consta a data prevista para o corte.

§ 2º - O fornecimento de água será restabelecido após a regularização da ocorrência que deu origem a interrupção, no prazo de até 02 dias úteis após o pagamento da tarifa de religação e demais despesas decorrentes da regularização do serviço, incluindo a atualização monetária, multas e juros de mora previsto no art. 109, desta Lei.

§ 3º - Fica expressamente proibido a interrupção no fornecimento de água às sextas-feiras, sábados, domingos e véspera de feriados.

§ 4º - Quando for efetuada interrupção no fornecimento de água de responsabilidade do **SAEVIR**, será suspensa a emissão de cobrança da tarifa mínima, sendo responsável pelos débitos anteriores o proprietário do imóvel.

Art. 27 - Haverá interrupção do fornecimento de água, com a retirada do ramal predial, conforme o previsto no art. 75.

Art. 28 - As despesas decorrentes da interrupção e o consequente restabelecimento do fornecimento, bem como, a retirada do ramal predial, serão levados a débito do imóvel, salvo em se tratando de responsabilidade do **SAEVIR**.

CAPÍTULO III

DO CONSUMO DE ÁGUA MEDIDO E NÃO MEDIDO

Art. 29 - Faixa de Consumo é o intervalo de consumo estabelecido na estrutura tarifária, no qual se aplica uma mesma tarifa, classificando-se em:

1 – Consumo Medido: É aquele cujo volume de utilização em um imóvel, é registrado através do hidrômetro instalado na ligação;

2 – Consumo Estimado: É aquele cujo volume de utilização é atribuído a um imóvel, cuja ligação é desprovida de hidrômetro.

SEÇÃO I

DOS HIDRÔMETROS

Art. 30 – É obrigatório o uso de hidrômetro para medição do consumo classificado em todo o ramal predial, de acordo com o plano e prazo de colocação estabelecida pelo **SAEVIR.**

§ 1º - É obrigatória a instalação de hidrômetro para medição do consumo classificado como residencial/indústria/comercial/pública.

§ 2º - Para os consumos classificados em outras categorias, a instalação do hidrômetro será feita progressivamente, segundo política de comercialização adotada pelo **SAEVIR.**

§ 3º - Para os usuários considerados grandes consumidores (acima de 100 m3/mês), de suas responsabilidades serão as instalações dos hidrômetros.

Art. 31 - A instalação, substituição e manutenção dos hidrômetros serão feitas pelo **SAEVIR**, ou agentes por ele autorizados.

Art. 32 - Os hidrômetros serão instalados gratuitamente de acordo com os padrões técnicos estabelecidos pelo **SAEVIR** e em local adequado, a critério do mesmo.

Parágrafo único – O livre acesso ao hidrômetro será assegurado pelo usuário ao **SAEVIR**, sendo proibido atravancar com qualquer obstáculo a instalação, dificultando a remoção dos hidrômetros ou a leitura dos mesmos.

Art. 33 - O usuário poderá solicitar ao **SAEVIR**, aferição do hidrômetro instalado no seu prédio, devendo pagar as respectivas despesas se ficar comprovado o funcionamento normal do aparelho.

Parágrafo único – Será considerado em funcionamento normal os hidrômetros que acusarem erros de medição não superior a 10 % (dez por cento).

Art. 34 - Os hidrômetros de que trata este capítulo, serão de propriedade do **SAEVIR**.

§ 1º - O usuário responderá pelos danos causados ao hidrômetro que esteja sob sua guarda e proteção, quando instalado no interior do imóvel.

§ 2º - Compete ao **SAEVIR** a conservação do hidrômetro, compreendendo a manutenção decorrente do uso do aparelho e da ação do tempo.

SEÇÃO II

DO CONSUMO MÍNIMO E MEDIDO

Art. 35 - O **SAEVIR** estabelecerá na sua estrutura tarifária valores limites de consumo mínimo por categoria residencial, industrial, poder público e comercial.

Parágrafo único – Considera-se como consumo excedente aquele que ultrapassar o volume estabelecido para o consumo mínimo por categoria.

Art. 36 - Verificada a impossibilidade de leitura do hidrômetro, a cobrança da tarifa faz se pelo consumo médio, ou pelo mínimo, o que for maior, até a regularização da medição normal, na qual será apurado o real consumo do período.

SEÇÃO III

DA APURAÇÃO DO CONSUMO ESTIMADO

Art. 37 - Os prédios, cujo estabelecimento é feito através de ligação desprovida de hidrômetro, terão seus consumos estimados pelo **SAEVIR**, enquanto não forem instalados os medidores.

Art. 38 - Será aplicada ao consumo estimado para o prédio a tarifa de sua classe de acordo com as categorias das economias.

Parágrafo Único – O consumo em metros cúbicos (M3), para as ligações desprovidas de medidores, será baseado nas classes das categorias dos usuários, de acordo com os atributos físicos do imóvel, sendo este critério fixado na estrutura tarifária do **SAEVIR.**

Art. 39 - Na composição do valor total da conta de água e/ou esgoto do imóvel com mais de uma economia, além de cobrança do consumo mínimo, por economias, o volume que ultrapassar a somatória dos mínimos será distribuído igualmente, por todas as economias aplicando-lhes as tarifas, fixadas para os consumos de água ou coleta de esgotos superiores aos mínimos das respectivas categorias, somando-se os valores encontrados.

Art. 40 - Na impossibilidade da leitura, durante um ciclo de venda, o consumo será estimado até o restabelecimento da medição, de acordo com o consumo médio, porém nunca inferior ao consumo mínimo, incidindo o fato no período superior a 60 (sessenta) dias será aplicado o corte administrativo até a regularização do acesso ao local de leitura.

CAPÍTULO IV

DOS TRIBUTOS E TARIFAS, DO REAJUSTE E DE SUAS COBRANÇAS

SEÇÃO I

DOS TRIBUTOS E SUAS COBRANÇAS

Art. 41 – São devidos os tributos que seguem:

I – Contribuição de Melhorias;

II – Taxa de Esgotos Sanitários.

Art. 42 – A contribuição de melhoria é devida aos imóveis beneficiados quando da construção ou ampliação de água e/ou esgoto sanitário, tem como fato gerador a valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado direta ou indiretamente.

Art. 43 – A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento, determinado por lei especifica.

Art. 44 – A Taxa de esgotamento santanária é devida pela utilização, efetiva ou potencial, por meio de captação prestada pelo Município ao consumidor ou colocada a sua disposição, com a regularidade necessária.

Art. 45 - A Taxa de esgoto será fixada por Lei Municipal, que instituirá a porcentagem sobre a tarifa de água consumida e incidirá sobre os imóveis servidos por qualquer sistema de rede coletora existente em logradouro público, reservando-se o disposto no artigo 48, parágrafo 1º.

Parágrafo único - No caso de domicílio não abastecido pelo **SAEVIR**, a cobrança da tarifa será na forma de apuração do consumo estimado pela metragem quadrada do imóvel para todas as categorias, conforme em regulamento.

Art. 46 - No caso de despejo industrial, a cobrança será feita considerando uma percentagem do consumo de água, levando-se em conta os índices bioquímicos de oxigênio e de sólidos totais desses despejos.

§ 1º - Nos casos em que haja suprimento próprio de água, o **SAEVIR**, estimará o montante das tarifas de esgoto sanitário ou despejo industrial, com base no volume de água consumido pela indústria.

§ 2º - Para os usuários que se caracterizarem por uma grande demanda de água, poderão ser firmados contratos, específicos de prestação de serviço de esgoto, com condições e preços especiais aprovados pelo Poder Executivo**.**

§ 3º - Não será devida a tarifa de esgoto, quando por problemas técnicos comprovados pelo **SAEVIR**, o usuário não tiver condição de fazer sua ligação na rede coletora.

SEÇÃO II

DAS TARIFAS

Art. 47 - A prestação dos serviços de distribuição de água será remunerada sob a forma de tarifa, de modo que atenda aos custos de operação, manutenção e expansão do sistema de abastecimento de água e remoção de esgotos de Vila Rica.

Parágrafo único - A tarifa mensal para cobrança dos serviços de distribuição de água e captação de esgotos sanitários, no Município de Vila Rica, será calculada com base no princípio da tarifa diferencial crescente, compreendendo sempre uma Tarifa Básica Operacional (TBO) da categoria dos serviços, e por faixa de consumo, acrescido por m³ consumido.

Art. 48 - O Poder Executivo, mediante proposta do **SAEVIR** fixará por Lei Municipal as tabela com o valor da tarifa e demais serviços unitários de forma a atender os custos dos serviços, garantindo o equilíbrio econômico, a condição eficiente de aplicação além da cobertura das despesas ocorridas na prestação dos serviços, assim como a remuneração dos investimentos realizados e futuros.

§ 1º - Em atendimento ao disposto no "caput" deste artigo, não será emitida conta de valor inferior àquele necessário para atender aos custos de manutenção dos serviços, até um máximo de 20 m3, assim compostos:

a) custo de processamento;

b) custo de entrega;

c) custo de leitura;

d) custo de manutenção da rede;

e) custo de reposição do hidrômetro.

§ 2º - O **SAEVIR** fixará o limite do consumo mínimo, por categoria e seu valor na estrutura tarifária.

SEÇÃO III

DO REAJUSTE TARIFÁRIO

Art. 49 - A prestação de serviços de distribuição de água e captação de esgotos sanitários será remunerada sob a forma que seguem:

a) a Contribuição de Melhoria de acordo com o Código Tributário do Município;

b) Tarifa, de modo que atenda aos custos de operação, manutenção e ampliação do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços prestado pela **SAEVIR**, por Lei Municipal.

Parágrafo único – Quando o reajuste tarifário não for aplicado em conformidade com o mencionado da Alínea b deste artigo, serão atualizados anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

SEÇÃO IV

DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 50 - As tarifas serão cobradas por meio de conta emitida por ciclo de venda que será entregue ao usuário antes do seu vencimento e será regulamentada por decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo único - As contas de água e esgoto processam-se periodicamente de acordo com o ciclo de faturamento do **SAEVIR**, devendo ser pagas nos bancos e agentes conveniados, exclusivamente para este fim.

Art. 51 - As reclamações sobre valor das contas deverão ser feitas até a data do seu vencimento.

§ 1º - Se considerada procedente a reclamação a conta será refaturada.

§ 2º - Se considerada improcedente, obriga-se o usuário ao pagamento da conta original, acrescidas de multa e correção aplicada em vigor.

Art. 52 - O não pagamento da fatura ou de outro crédito até a data determinada, implicará no acréscimo por impontualidade, de atualização moratória, multa e juros de mora, de conformidade com o artigo 109 desta Lei.

Parágrafo único – Comprovada a existência de débito para o imóvel, ressalva-se o direito ao **SAEVIR** de não conceder nova ligação, salvo mediante a quitação do débito anterior ou de seu parcelamento de acordo com o artigo 125 desta Lei.

Art. 53 - A ligação quando abastecida à revelia do **SAEVIR** após sua descoberta, para normalização do abastecimento ou esgotamento deverá ser cobrada os meses abastecidos, utilizando como base de cálculo o somatório do valor referente dos últimos 6 (seis) meses registrados e divido por 6(seis) encontrando o valor(média) referencia mês, desse resultado multiplicado pelo meses utilizados, conforme a sua classificação, conforme registrado no extrato de consumo do imóvel, alem das multas pelas infrações das penalidades prevista nesta Lei.

Parágrafo único – Quando não houver documentos comprobatórios que permitam o cálculo estipulado no caput deste artigo, será cobrado do usuário como base de cálculo mensal o valor referente a 24 vezes do valor mínimo do consumo mínimo**.**

Art. 54 - Nas edificações sujeitas à lei de condomínio e incorporações, as tarifas de todas as economias serão cobradas em uma única conta, quando houver ligação comum de água e esgoto.

Art. 55 - A conta será cancelada do Cadastro Comercial, a pedido do usuário ou por iniciativa do **SAEVIR**, quando ocorrer supressão da ligação nos seguintes casos:

a) desocupação;

b) demolição;

c) nos termos previstos no art. 18, desta lei;

d) incêndio

e) reforma.

Art. 56 - A conta será alterada no Cadastro Comercial, a pedido do usuário ou por iniciativa do **SAEVIR,** quando ocorrerem os seguintes casos:

a) fusão ou acréscimo de economia;

b) alterações de categoria;

c) outras definidas em normas específicas.

Art. 57 - As fontes próprias de abastecimento dos prédios que possuem ligação predial de esgoto sem medidor devem possuir medição de água, cuja apuração de consumo servirá para fins de faturamento e cobrança do volume de esgoto.

Parágrafo único – Enquanto não ocorrer à instalação do medidor de água, o volume de esgoto para efeito de faturamento e cobrança será estimado conforme critérios adotados pelo **SAEVIR**.

CAPÍTULO V

DA ISENÇÃO

SEÇÃO ÚNICA

DA ISENÇÃO

Art. 58 - É vedada ao **SAEVIR** a prestação gratuita de serviço, bem como a concessão de tarifas ou preços reduzidos para quaisquer fins, excetuando as incidentes sobre os imóveis utilizados oficialmente pela Administração Centralizada ou Autárquica do Município com ligação exclusiva.

Parágrafo único – Tratando-se de Próprio Municipal locado, cedido ou compromissado para venda, fica o usuário obrigado ao pagamento das tarifas e taxa devida de que trata esta Lei.

Art. 59 – O **SAEVIR** prestará gratuitamente ou com abatimento seus serviços, salvo os casos expressamente previstos em Lei.

Art. 60 – Serão isentos do pagamento da tarifa, no período correspondente, os usuários que tiverem com suas obrigações em dia e sofrerem interrupção contínua no abastecimento de água por 30 (trinta) dias ou mais, quando comprovado pelo **SAEVIR,** ou conforme estabelecidos em Lei Municipal nº 788/08.

Art. 61 – Qualquer decisão sobre eventual anistia ou perdão de qualquer natureza devera ser por Lei especifica.

CAPÍTULO VI

DA INSTALAÇÃO PREDIAL

SEÇÃO I

DO RAMAL PREDIAL

Art. 62 - A instalação de água compreende:

a) Ramal predial;

b) Hidrômetro;

c) Rede de distribuição interna.

Art. 63 - A instalação do Esgoto Sanitário compreende:

a) Ramal predial;

b) Poço de coleta;

c) Rede coletora interna.

Art. 64 - Os serviços de instalação do ramal predial de água ou esgoto são de responsabilidade do **SAEVIR**, cabendo ao proprietário às despesas com sua instalação e manutenção.

Art. 65 - O ramal e o coletor serão dimensionados de modo a assegurar o abastecimento e a coleta adequada do imóvel.

Art. 66 - As ligações novas e as já existentes, poderão ser dotadas de registro de corte de acordo com a política de comercialização do **SAEVIR**.

§ 1º - O abastecimento de água e a coleta de esgoto poderão ser feita por mais de um ramal ou coletor predial, quando houver conveniência técnica a critério do **SAEVIR.**

§ 2º - Dois ou mais prédios construídos no mesmo lote, poderão ser esgotados pelo mesmo coletor predial por determinação do **SAEVIR**.

§ 3º - O assentamento de coletores prediais de esgoto através de terreno de outra propriedade, situados em cota inferior, somente poderá ser feito quando houver conveniência técnica e autorização do proprietário, obtida pelo interessado, mediante documento hábil.

§ 4º - A distância entre a ligação do coletor predial com o coletor público e o poço de coleta ou peça de inspeção não poderá ser superior a 15 metros.

SEÇÃO II

DA INSTALAÇÃO PREDIAL

Art. 67 - As instalações prediais de água e de esgoto serão definidas e projetadas conforme as normas da ABNT.

Art. 68 - Após o cavalete todas as instalações serão feitas por conta e à custa do proprietário.

Parágrafo único – A conservação das instalações prediais ficará a cargo exclusivo do usuário, podendo o **SAEVIR** fiscalizá-la quando julgar necessário.

Art. 69 - Para o prédio de construção vertical, a instalação predial deverá ser de acordo com as normas técnicas da ABNT, cujos reservatórios serão alimentados por um único ramal predial devidamente dimensionado, podendo o **SAEVIR,** quando se fizer necessário exigir a instalação de coluna ou caixa piezométrica antes do reservatório subterrâneo.

Art. 70 - Poderá o **SAEVIR**, sempre que julgar necessário, exigir dos usuários (posto de lavagem de veículos ou grande consumidores), a instalação de coluna ou caixa piezométrica antes do reservatório subterrâneo.

Art. 71 - É vedada:

a) a conexão da instalação predial com tubulações alimentadas com água não procedente de distribuição do **SAEVIR**;

b) a derivação de canalizações da instalação predial de água, para abastecimento de outro prédio, exceto quando aprovado pelo **SAEVIR**, e que haja viabilidade técnica;

c) a derivação de tubulações da instalação predial de esgoto, para esgotamento de outro prédio, exceto quando aprovado pelo **SAEVIR**, e que haja viabilidade técnica;

d) o uso de dispositivos na instalação predial de água que, de qualquer modo, prejudique o sistema de abastecimento de água;

e) o despejo de águas pluviais na instalação predial ou rede coletora de esgotos;

f) uso de dispositivos ou elementos estranhos no medidor de água que, de qualquer maneira, comprometa a apuração do consumo de água;

g) o uso de dispositivos no medidor de esgoto que, de qualquer maneira, comprometa a apuração do volume do esgoto;

h) violação de lacre;

i) o despejo de esgoto sanitário ou industrial em galerias de águas pluviais, independentemente da existência de rede de coleta de esgoto na via pública.

Art. 72 - Da rede de distribuição até o cavalete às obras deverão ser executadas pelo **SAEVIR**, ou por instalador por ele credenciado.

Art. 73 - A partir do cavalete, as obras poderão ser executadas por instaladores não credenciados pelo **SAEVIR.**

Art. 74 - O **SAEVIR** se reserva o direito de inspecionar as instalações prediais de água e de esgoto antes de efetuar as ligações dos respectivos serviços e posteriormente, a qualquer tempo quando julgar necessário.

Parágrafo único – O proprietário ou possuidor a qualquer titulo do imóvel é obrigado a reparar ou substituir no prazo que lhe for fixado qualquer canalização de aparelho sanitário que estiver defeituoso, possibilitando o desperdício ou a poluição da água.

SEÇÃO III

DA RETIRADA DO RAMAL

Art. 75 - O ramal será retirado e o cancelamento do cadastro do usuário será concedido por iniciativa do **SAEVIR** nos seguintes casos:

a) Sinistro;

b) Demolição;

c) Incêndio;

d) Fusão de economia;

e) Desapropriação do imóvel;

f) Supressão da ligação.

Parágrafo Único – O cancelamento da matrícula será anulado a partir da data da retirada do Ramal Predial, comprovada a inexistência do débito.

CAPÍTULO VII

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ABASTECIMENTO

SEÇÃO I

DOS ROJETOS

Art. 76 - Exige-se para fins de liberação da ligação predial, a análise prévia dos projetos hidráulicos sanitários e a vistoria da construção das instalações prediais nos seguintes casos:

a) edificações com 03 (três) ou mais pavimentos;

b) edificações com um ou dois pavimentos, que tenham área construída igual ou superior a 600 m2;

c) toda e qualquer edificação com mais de três economias;

d) posto de serviço para lavagem de veículos auto-motores;

e) piscinas com volume superior a 100 m3.

Parágrafo único – O **SAEVIR** poderá exigir apresentação de projetos sempre que as condições de abastecimento ou esgotamento possam interferir, significativamente, nos sistemas.

SEÇÃO II

DOS RESERVATÓRIOS

Art. 77 - Os reservatórios das instalações prediais de água serão dimensionados e construídos de acordo com as normas da ABNT.

Art. 78 - O projeto e a execução dos reservatórios deverão atender os seguintes requisitos de ordem sanitária:

a) Assegurar perfeita estanquidade;

b) Utilizar em sua construção materiais que não causem prejuízo à potabilidade da água;

c) Permitir inspeção e reparos, através de aberturas dotadas de bordas salientes e tampas herméticas. As bordas nos casos de reservatórios enterrados, terão altura mínima de 0,15 cm;

d) Possuir válvula de flutuador (bóia) que vede a entrada de água quando cheios, o extravasor (ladrão), descarregando visivelmente em área livre dotado de dispositivo que impossibilite a penetração de elementos que possam poluir a água;

e) Possuir canalização de descarga que permite a limpeza do reservatório.

Art. 79 - É vedada a instalação de canalização de esgotos sanitários ou pluviais, pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios.

§ 1º - É vedada a instalação de canalização de esgotos sanitários que distem menos de 2,00 metros do reservatório.

§ 2º - Não é permitida a ligação do extravasor de reservatório de água diretamente aos esgotos sanitários, mesmo que se interponha qualquer desconector na ligação.

Art. 80 - Se o reservatório subterrâneo for concluído em recintos ou áreas internas fechadas, nas quais existam canalizações de dispositivos sanitários, deverão ser ali instalados ralos e canalizações de águas pluviais, capazes de escoar qualquer refluxo de esgoto sanitário.

SEÇÃO III

DA REDE PÚBLICA

Art. 81 - As redes de água e esgoto sanitário só poderão ser assentadas em via pública, ressalvando-se o assentamento em propriedade privada, mediante prévia autorização que permita a servidão de passagem ou desapropriação.

§ 1º - As tubulações das redes assentadas nos termos deste artigo, passarão a integrar os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário desde o momento em que forem executadas as interligações aos sistemas.

§ 2º - As despesas com a execução de obras de remanejamento ou ampliação da rede de distribuição de água ou coleta de esgoto, em época anterior à prevista nos programas do **SAEVIR** ou economicamente inviáveis, correrão por conta do interessado. A ampliação executada nestas condições será incorporada aos Sistemas Públicos independente da cessão.

Art. 82 - Compete privativamente ao **SAEVIR**, operar, manter, executar modificações, ligações e interligações nas tubulações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Estes serviços poderão ser executados diretamente ou por terceiros, sob sua fiscalização.

Art. 83 - Os órgãos da administração direta ou indireta da União, Estado e Município, custearão as despesas referentes à remoção, remanejamento ou modificação de tubulações e instalações dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário em decorrência das obras que executarem ou forem executadas por terceiros com sua autorização.

Art. 84 - Os danos patrimoniais causados em tubulações, acessórios ou instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão reparados pelo **SAEVIR** à custa do danificador.

Art. 85 - As canalizações de água ou esgoto, somente poderão ser assentadas em logradouros públicos se os respectivos projetos forem analisados e aprovados pelo **SAEVIR.**

SEÇÃO IV

DOS LOTEAMENTOS

Art. 86 - O **SAEVIR** deverá ser consultado em todo estudo preliminar e anteprojeto de loteamento, sobre a viabilidade do respectivo abastecimento de água e coleta de esgoto.

Art. 87 - Nenhum loteamento poderá ser aprovado se não contemplar projeto completo de abastecimento de água e de coleta de esgoto, aprovado pelo **SAEVIR**.

Art. 88 - O sistema de abastecimento de água do loteamento, será construído e custeado pelo interessado, de acordo com o projeto.

§ 1º - O projeto deverá incluir todas as especificações técnicas e não poderá ser alterado no decurso da execução da obra sem prévia autorização do **SAEVIR.**

§ 2º - A execução das obras deverá ser fiscalizada pelo **SAEVIR**, que deverá exigir todas as condições técnicas para implantação dos respectivos projetos.

Art. 89 – Concluídas as obras, o incorporador deverá apresentar o cadastro dos serviços executados, conforme normas específicas que passará a integrar o patrimônio do **SAEVIR**, sendo efetivado a título gratuito, através de termo de doação.

§ 1º - Havendo necessidade de interligação das redes do loteamento às redes distribuidoras de água e coletoras de esgotos, esta será executada exclusivamente pelo **SAEVIR**, depois de totalmente concluídas e aceitáveis as obras.

Art. 90 – As áreas, instalações e equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e de coleta de esgotos a que se refere este capítulo serão cedidos e incorporados, sem nenhum ônus, mediante instrumentos competentes, ao patrimônio do **SAEVIR.**

Art. 91 - No loteamento que existir abastecimento próprio, a operação, a conservação e a manutenção do sistema deverão ser doados ao município para sua plena operação.

§ 1º - O recebimento do sistema de que trata este artigo por parte do **SAEVIR**, só será aceito, dentro dos padrões técnicos exigidos pela ABNT, devendo para tanto o proprietário fazer a doação de todas as instalações existentes para o **SAEVIR**.

§ 2º - O **SAEVIR** só assumirá a manutenção do sistema de abastecimento de água e de coleta de esgotos em loteamento novos quando tiver disponibilidade técnica, econômico-financeira, para prestar os serviços, não estando obrigado, pela simples aprovação do projeto, a assumir, imediatamente a prestação de serviços para novos usuários, neste caso o loteador com o aval de aprovação do projeto e acompanhamento técnico do **SAEVIR**, à suas custas poderá executar os serviços constantes do projeto.

Art. 92 – Os procedimentos para concessão de prolongamento de rede e de ligações de água ou de esgotos em conjuntos habitacionais ou programas de desenvolvimento social serão estabelecidos através de convênios específicos.

§ 1º – Sempre que forem ampliados os loteamentos, conjuntos habitacionais ou agrupamentos de edificações, as despesas decorrentes de reforço ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e de coleta de esgotos correrão por conta do proprietário ou incorporador.

§ 2º – A operação e manutenção das instalações internas de água ou esgotos dos prédios dos agrupamentos de edificações ficarão a cargo do condomínio.

Art. 93 – O **SAEVIR** não aprovará o projeto de abastecimento de água ou coleta de esgotos para loteamento projetados em desacordo com a legislação federal ou estadual reguladora da matéria.

Parágrafo único – Para o recebimento do sistema de que trata este artigo, obriga-se o proprietário a fazer a doação através do procedimento próprio, bem como de todas as instalações existentes para o Sistema de Água e Esgoto de Vila Rica - **SAEVIR**.

SEÇÃO V

SISTEMA COLETOR DE ESGOTO SANITÁRIO

Art. 94 - Aplica-se no sistema coletor de esgoto sanitário para loteamento o que dispõem os artigos da Seção IV deste Capítulo.

Art. 95 - O **SAEVIR** poderá exigir juntamente com o projeto de esgotos, o projeto de águas pluviais para ser analisado quando da aprovação do projeto de esgoto.

Art. 96 - Quando da doação de áreas para o **SAEVIR**, conforme art. 89, também deverão ser doados para o **SAEVIR**, áreas destinadas aos serviços de esgotamento sanitário.

CAPÍTULO VIII

DAS INSTALAÇÕES DE ESGOTO SANITÁRIO

SEÇÃO I

DO ESGOTAMENTO DE PRÉDIOS EM REGIÃO PROVIDA DE REDE PÚBLICA DE ESGOTO SANITÁRIO.

Art. 97 - Todos os prédios estarão obrigados a fazer sua ligação na rede pública de esgoto sanitário.

Art. 98 - Os prédios situados em logradouros dotados de sistema unitário ou desprovido de rede de esgotos sanitários, deverão ter suas instalações de esgoto ligadas a um dispositivo de tratamento e o afluente deverá ter seu destino final a critério do **SAEVIR**.

Art. 99 - A rede de esgoto sanitário, integrante do sistema separador absoluto, não poderá receber, direta ou indiretamente, águas pluviais ou contribuições que possam vir a prejudicar o seu funcionamento.

Art. 100 - Os usuários serão responsabilizados quando por defeito interno em suas instalações, ou deixarem entrar propositadamente qualquer tipo de objeto que venha prejudicar a rede coletora de esgoto.

Parágrafo único – O **SAEVIR**, além da aplicação de multas, conforme disposto no art. 110, infrações e penalidades, poderá suspender o fornecimento de água para o prédio que transgredir este artigo até que seja solucionado o problema.

Art. 101 - Em logradouro desprovido de rede coletora de esgoto, o **SAEVIR** não terá responsabilidade pela natureza do esgotamento sanitário, entretanto fica obrigado o proprietário do imóvel em executar dispositivo de tratamento como fossa séptica e sumidouro ou outro.

SEÇÃO II

DOS DESPEJOS INDUSTRIAIS

Art. 102 – Os despejos industriais a serem lançados na rede coletora de esgoto deverão atender aos requisitos fixados pelo **SAEVIR**, observadas as exigências ambientais.

Parágrafo único – Em hipótese alguma serão admitidos, na rede coletora de esgoto, despejos industriais que contenham substâncias que, por sua natureza possam danificá-la, ou que interfiram com os processos de depuração da estação de tratamento de esgotos, ou que possam causar danos ao meio ambiente, ao patrimônio público, ou a terceiros.

Art. 103 - O estabelecimento industrial, localizado em logradouros públicos que tenha rede de esgoto sanitário, terá que efetuar sua ligação de esgoto na rede pública, desde que as condições de seus despejos, não causem danos de qualquer espécie no sistema público de esgoto sanitário.

Art. 104 - O lançamento de despejos industriais na rede coletora de esgoto sanitário, deverá atender as características estabelecidas pelo **SAEVIR**, através de tratamento prévio.

Parágrafo único – Não será permitido lançar na rede coletora de esgoto sanitário, despejos industriais que contenham substâncias consideradas prejudiciais como a seguir:

a) Gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-lo;

b) Substâncias inflamáveis que produzem gases, como combustíveis;

c) Resíduos e corpos capazes de produzir obstruções na rede;

d) Substâncias que por seus produtos de decomposição ou contaminação possam obstruir a rede pública de esgoto;

e) Resíduos provenientes de depuração de despejos industriais.

Art. 105 - Todos os postos de serviços de lavagem de veículos, montadoras, oficinas mecânica ou outros que trabalham com óleos lubrificantes ou outro tipo de óleos, deverão fazer suas instalações providas de “caixa de areia” e “caixa de aspersão de óleo” antes de serem lançados na rede pública coletora de esgoto, com as devidas Licenças Ambientais fornecidas pelo órgão competente, sob pena de ficarem impedidos de utilizar as redes coletoras do **SAEVIR**.

Parágrafo único - Para os usuários em desacordo com este artigo, será dado um prazo de até 90 (noventa) dias para regularização, sob pena de aplicação de multa diária de acordo com o Inciso V, do art. 110, desta Lei.

CAPÍTULO IX

DO CREDENCIAMENTO

SEÇÃO ÚNICA

DO CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 106 - O **SAEVIR** quando julgar necessário poderá credenciar instaladores ou firmas empreiteiras para execução de instalação do ramal predial de água ou esgoto, serviços de corte e religação, instalação de hidrômetros, leitura de consumo, entrega de contas e outros serviços necessários ao bom desempenho das suas atividades.

Art. 107 - Os profissionais ou firmas empreiteiras que foram descredenciados a critério do **SAEVIR**, não mais poderão ser credenciados e nem poderão participar de qualquer concorrência pública promovida pelo **SAEVIR**, pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 108 - Não poderá ser credenciado como instalador, ex- funcionário do **SAEVIR** que tenha sido demitido por justa causa.

CAPÍTULO X

DA GENERALIDADE DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, MULTAS E DOS JUROS DE MORA

Art. 109 – A Tarifas, Taxa e demais créditos não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado monetariamente e acrescido de multas e juros, de acordo com os critérios que seguem:

I - o principal será atualizado mediante aplicação do coeficiente acumulado do INPC - Índice Nacional de Preço ao Consumidor em vigor na época, compreendido no período de vencimento e da efetivação do pagamento e quando extinta, será aplicado o novo índice definido pelo Governo Federal.

II - sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

a) - Multas de: 0,33% (trinta e três décimo por centos) por dia de atraso, até o limite máximo de 20% (vinte por cento).

b) - Juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração, aplicado sobre o valor atualizado.

SEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 110 – Fica ao **SAEVIR** assegurado o direito de exigir, nos descumprimento dos dispositivos desta Lei ou inobservância das normas pertinentes, ressarcimento, no todo ou em parte, dos danos causados, além das multas que seguem, sem detrimento da suspensão do fornecimento de água:

I – de acordo com o art. 109, desta Lei:

a) – qualquer débito não pago até a data do vencimento;

II – com multas de 10 (dez) Unidade Fiscal de Vila Rica - UFVR:

a) violar o lacre do hidrômetro;

b) reparar, remover, deslocar ou inverter o hidrômetro;

c) existência de dispositivo qualquer que impeça e/ou dificulta a leitura.

III – com multas de 20 (vinte) Unidade Fiscal de Vila Rica - UFVR:

a) - derivar canalização do ramal predial antes do hidrômetro;

b) – quebrar o hidrômetro;

c) – realizar instalações hidráulico-sanitárias em desacordo com a presente Lei e com as Normas Técnicas Brasileiras atinentes à matéria;

d) – efetuar ligações de água sem autorização do **SAEVIR**.

IV – com multas de 30 (trinta) Unidade Fiscal de Vila Rica - UFVR:

a) derivação clandestina de um para outro imóvel;

b) derivação clandestina da rede para o imóvel, após suspensão pelo **SAEVIR**.

V – com multas de 25 (vinte e cinco) Unidade Fiscal de Vila Rica - UFVR:

a) os usuários em desacordo com o artigo 105 desta Lei;

VI – com multas de 15 (quinze) Unidade Fiscal de Vila Rica - UFVR:

a) para as demais infrações, não constantes nos incisos anteriores deste artigo.

CAPÍTULO XI

DA DIVIDA ATIVA, DO PROTESTO E DA RESTITUIÇÃO

SEÇÃO I

DA DÍVIDA ATIVA

Art. 111 - Constitui dívida ativa do **SAEVIR** a proveniente de tributos que são taxa e contribuição de melhorias, das não tributárias como tarifas e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 112 - Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição do **SAEVIR**.

Art. 113 – Após o vencimento, o **SAEVIR** providenciará imediatamente, a inscrição dos débitos por contribuinte/consumidor em divida ativa.

Art. 114 - O **SAEVIR,** utilizará os meios previstos no Código Tributário Municipal, para os procedimentos administrativos da cobrança extrajudicial.

Art. 115 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticada pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis, bem como sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outros;

II - a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;

III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

IV - a data em que foi inscrita;

V - o número do processo administrativo de que se origina o crédito fiscal, sendo o caso.

Parágrafo único - A certidão, devidamente autenticada, conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

Art. 116 - Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.

III – por lançamento irregular, após conclusão de processo administrativo e por despacho do Prefeito.

Parágrafo Único - O cancelamento que trata as alíneas do caput deste artigo, será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, por meio de processo administrativo com anuência do órgão e do seu jurídico.

Art. 117 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão reunidas em um só processo.

Art. 118 - As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 115, desta Lei.

Art. 119 - O recebimento de débitos constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida pelos escrivões ou advogados, com o visto do órgão jurídico competente do Município, incumbido da cobrança judicial da dívida.

Art. 120 - As guias, que serão datadas e assinadas pelo emitente, conterão:

I - o nome do devedor e seu endereço;

II - o número da inscrição da dívida;

III - a importância total do débito e o exercício ou período a que se refere;

IV - a multa, os juros de mora e a correção monetária a que estiver sujeito o débito;

V - à custa judicial.

Art. 121 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa de multa, dos juros e mora da correção monetária.

Parágrafo único - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, e o funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do município o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.

Art. 122 - O disposto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida, com ou sem autorização superior.

Art. 123 - É solidariamente responsável com o servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora, e a correção monetária mencionada nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

Art. 124 - Encaminhada à certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do **SAEVIR** para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe prestar

as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

Art. 125 – A Divida Ativa poderá ser parcelada em até 06 (Seis) parcelas consecutivas e em quantidade de UFVR - Unidade Fiscal de Vila Rica:

I – pessoa física, não poderá ter parcela menor que 0,75 (Meia) UFVR;

II – pessoa jurídica, não poderá ter parcela menor que 1(Uma) UFVR.

Parágrafo único – O valor do parcelamento do principal constante neste artigo será corrigido pela atualização monetária e demais penalidade constante no artigo 109, desta Lei.

Art. 126 - Para concessão do parcelamento do artigo anterior, é obrigatório o atendimento dos procedimentos dos incisos abaixo:

I – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no recolhimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento;

II – a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo do Parcelamento;

III – o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais parcelas e na imediata cobrança do crédito, ficando proibidos sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

Parágrafo único - Os débitos parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, e não contrariando o parágrafo anterior, serão acrescidos de atualização monetária, multas e juros de mora em conformidade com o artigo art. 109 desta Lei.

SEÇÃO II

DO PROTESTO DA DIVIDA ATIVA

Art. 127 – Fica autorizado o **SAEVIR** a encaminhar para protesto extrajudicial por falta de pagamento, a certidão de dívida ativa cujo valor consolidado não seja inferior a 7,5 (Sete e meia) UFVR.

§ 1º - Para os fins do estabelecido no caput deste artigo, o usuário inadimplemento, a partir da data do recebimento da notificado, terá como prazo de 30 (trinta) dias para que efetue o pagamento ou o parcelamento do débito.

§ 2º - O não cumprimento previsto no parágrafo anterior, a certidão de dívida ativa será enviada ao Tabelionato de Protesto de Títulos, juntamente com a respectiva guia de recolhimento do **SAEVIR**, por meio eletrônico ou manual.

§ 3º - Após a apuração da atualização mensal dos valores de cada crédito, caberá ao **SAEVIR** encaminhar ao Tabelionato, de novas CDAS e as novas guias de recolhimentos discriminativas da alteração.

§ 4º - Os títulos parcialmente quitados poderão ser levados a protesto pelo saldo.

Art. 128 - O protesto somente será realizado junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos, em conformidade com as normas estabelecidas na Lei nº 8. 666/93.

Art. 129 - Havendo pagamento, os valores serão convertidos em renda da **SAEVIR**.

Art. 130 - As certidões de dívida ativa permanecerão por 180 dias, contados da intimação do devedor, aguardando o correspondente pagamento.

Parágrafo único - Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento, incluídas à custa e emolumentos cartorários, havendo exceção quando o **SAEVIR** optar pela execução fiscal.

Art. 131 - Sendo inexitoso o protesto, a Assessoria Jurídica do Município promoverá, quando for o caso, o ajuizamento das respectivas execuções fiscais.

SEÇÃO III

DA RESTITUIÇÃO

Art. 132 - O usuário terá direito à restituição das quantias indevidamente recolhidas em pagamento ao **SAEVIR**, no todo ou em parte, independentemente de sua petição, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo para o **SAEVIR**, indevido ou a maior que o devido, em face de natureza administrativa ou circunstância materiais do ato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de leitura aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º - A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se o acréscimo referente a infrações de caráter formal.

Art. 133 – Havendo acordo com o usuário, o responsável do **SAEVIR,** poderá autorizar administrativamente que a restituição se processe através de compensação de abatimento das futuras faturas da mesma unidade em que houve a ocorrência.

CAPÍTULO XII

DA CERTIDÃO, DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA CONSULTA

SEÇÃO I

DA CERTIDÃO

Art. 134 - A prova de quitação com o **SAEVIR** será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações essenciais e na forma do regulamento.

Art. 135 - A certidão será fornecida no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis, a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo único – Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com o **SAEVIR.**

Art. 136 - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

I - não vencidos;

II - em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III - cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 1º - Nas certidões expedidas nos termos deste artigo será consignada, obrigatoriamente observação sobre crédito vincendo, se houver.

§ 2º - A certidão negativa fará observação quanto a débitos vincendos, pelos quais responderá solidariamente o adquirente pela unidade.

Art. 137 - A certidão negativa fornecida tem validade de 60(sessenta) dias a contar de sua data de expedição e não excluem o direito do **SAEVIR** exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

§ 1º - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra o **SAEVIR**, responsabilizará pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito e juros acrescidos de mora.

§ 2º - O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo os quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a **SAEVIR.**

Art. 138 - Fica impedida de celebrar contrato, prestar serviços de qualquer natureza com a **SAEVIR**, as pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito para com a Fazenda Municipal, em caso contrário, que faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos.

SEÇÃO II

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 139 - O servidor do **SAEVIR**, devidamente credenciado que constatar transgressões a esta Lei lavrará auto de infração independentemente de testemunha, podendo utilizar quaisquer outros meios que auxilie a veracidade da infração.

Art. 140 - O pagamento de multa não sana plenamente a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estiverem em desacordo com o disposto nesta Lei.

Art. 141 - O servidor assumirá inteira a responsabilidade pelo auto de infração por ele lavrado, sob pena de responsabilidade em caso de dolo ou culpa.

Art. 144 - É assegurado ao infrator o direito de recorrer ao **SAEVIR** no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da notificação.

SEÇÃO III

DA CONSULTA

Art. 145 - Ao usuário ou responsável pela unidade é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação desta lei.

Art. 146 - A consulta será dirigida ao titular do **SAEVIR** com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 147 - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o peticionário, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único - Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 148 - A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 149 - Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo Único - Enquanto o contribuinte, protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art. 150 - A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo Único - O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo da importância que, se indevida, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art. 151 - A autoridade administrativa dará resposta à consulta noprazo Máximo de 60(sessenta) dias.

Parágrafo Único - Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

TITULO II

DAS TERMINOLOGIAS DE ÁGUA E ESTOGO SANITÁRIO

CAPÍTULO I

TERMINOLOGIA DE ÁGUA

Art. 152 - Para os efeitos desta lei e do tratamento dos assuntos nele abordados é adotada a seguinte terminologia:

I- água fria: água à temperatura dada pelas condições do ambiente;

II- alimentador predial: tubulação que liga a fonte de abastecimento a um reservatório de água para uso;

III- aparelho sanitário: componente destinado ao uso da água ou ao recolhimento de dejetos líquidos e sólidos;

IV- barrilete: tubulação que se origina no reservatório e da qual derivam as colunas de distribuição;

V- caixa quebra pressão: caixa destinada a evitar pressão excessiva nas colunas de distribuição;

VI- colar de tomada: dispositivo aplicado ao distribuidor para derivação do ramal predial;

VII- coluna de distribuição: tubulação derivada do barrilete e destinada a alimentar ramais;

VIII- demanda: solicitação de instalação ou de uma parte desta à fonte de alimentação;

IX- diâmetro nominal (DN): número que serve para designar o diâmetro de uma tubulação e que corresponde aos diâmetros definidos nas normas específicas de cada produto;

X- distribuidor: tubulação pública de distribuição de água;

XI- extravasor: tubulação destinada a escoar os eventuais excessos de água dos reservatórios;

XII- hidrômetro: aparelho destinado a medir o consumo de água predial ou a razão que passa em determinado ponto da rede de alimentação;

XIII- instalação elevatória: conjunto de tubulações, aparelhos, equipamentos e dispositivos destinados a elevar a água para o reservatório superior;

XIV- instalação predial: sistema composto por tubos, reservatórios, peças de utilização, equipamentos e outros componentes, destinados a conduzir água da fonte de abastecimento aos pontos de utilização;

XV- peça de utilização: componente na posição a jusante do sub-ramal que, através de sua operação (abrir e fechar), permite a utilização da água e, em certos casos, permite também o ajuste da sua vazão;

XVI- ponto de utilização: extremidade a jusante do sub-ramal a partir de onde a água passa a ser considerada servida;

XVII- ramal: tubulação derivada da coluna de distribuição e destinada a alimentar os sub-ramais;

XVIII- ramal predial: tubulação compreendida entre o colar de tomada e o hidrômetro;

XIX- rede de distribuição: conjunto de tubulações e acessórios, destinados a fornecer água aos consumidores, de forma adequada, em quantidade e pressão recomendadas;

XX- registro de entrada: registro instalado no ramal predial, antes do hidrômetro, para permitir a interrupção do fornecimento de água;

XXI- registro de fecho: registro instalado em uma tubulação para permitir a interrupção da passagem de água;

XXII- registro de passagem: registro instalado em uma tubulação destinado a controlar a vazão da água utilizada;

XXIII- reservatório inferior: reservatório intercalado entre o alimentador predial e a instalação elevatória;

XXIV- reservatório superior: reservatório ligado ao alimentador predial à tubulação de recalque e destinado a alimentar a rede predial de distribuição;

XXV- sub-ramal: tubulação que liga o ramal ao ponto de utilização;

XXVI- torneira de bóia: válvula destinada a interromper a entrada da água nos reservatórios e caixas quando atingido o nível de água pré-estabelecido;

XXVII- tubo ventilador: tubulação ascendente destinada a permitir o acesso do ar atmosférico, ao interior das colunas de distribuição, para evitar subpressões nesses condutos;

XXVIII- tubulação: conjunto de componente basicamente formado por tubos, conexões, válvulas e registros, destinados a conduzir a água;

XXIX- tubulação de limpeza: tubulação destinada ao esvaziamento do reservatório para permitir a sua manutenção e limpeza;

XXX- tubulação de recalque: tubulação compreendida entre o orifício de saída da bomba e o ponto de descarga no reservatório superior;

XXXI- tubulação de sucção: tubulação compreendida entre o ponto de tomada no reservatório inferior e o orifício de entrada da bomba;

XXXII- válvula de descarga: válvula de acionamento manual ou automático, instalada no sub-ramal de alimentação de bacias sanitárias ou mictórios, destinada a permitir a utilização da água para suas limpezas;

CAPÍTULO II

TERMINOLOGIA DE ESGOTO SANITÁRIO

Art. 153 - Para os efeitos desta lei e do tratamento dos assuntos nele abordados é adotada a seguinte terminologia:

I- aparelho sanitário: aparelho ligado à instalação predial e destinado ao uso de água para fins higiênicos ou a receber dejetos ou águas servidas;

II- caixa coletora: caixa onde se reúnem os efluentes líquidos, cuja disposição exija elevação mecânica;

III- caixa de gordura: caixa destinada a reter, na sua parte superior, as gorduras, graxas e óleos contidos no esgoto, formando camadas que devem ser removidas periodicamente, evitando que estes componentes escoem livremente pela rede, obstruindo a mesma;

IV- caixa de inspeção: caixa destinada a permitir a inspeção, limpeza, desobstrução, junção, mudanças de declividade e/ou direções das tubulações;

V- caixa sifonada: caixa dotada de fecho hídrico, destinada a receber efluentes da instalação secundária de esgoto;

VI- caixa de areia: caixa utilizada nos condutores horizontais destinados a recolher detritos por deposição;

VII- caixa separadora de óleo: caixa destinada a promover a separação da água e óleo, retendo o óleo;

VIII- calha: canal que recolhe a água de coberturas, terraços e similares e a conduz a um ponto de destino;

IX- coletor predial: trecho de tubulação compreendido entre a fossa séptica e o coletor público;

X- coletor público: tubulação da rede coletora pertencente ao órgão público que recebe contribuição de esgoto dos coletores prediais;

XI- desconector: sifão sanitário ligado a uma tubulação primária;

XII- esgoto industrial: despejo líquido resultante dos processos industriais;

XIII- **esgoto sanitário:** despejo proveniente do uso da água para fins higiênicos;

XIV- fecho hídrico: camada líquida, de nível constante, que em um desconector veda a passagem dos gases;

XV- fossa séptica: unidade de sedimentação e digestão, de fluxo horizontal e funcionamento contínuo destinado ao tratamento primário do esgoto sanitário, instalada entre o final do coletor predial e a rede coletora;

XVI- instalação primária de esgoto: conjunto de tubulações e dispositivos onde têm acesso gases provenientes do coletor público ou dos dispositivos de tratamento;

XVII- instalação secundária de esgoto: conjunto de tubulações e dispositivos onde não têm acesso gases provenientes do coletor público ou dos dispositivos de tratamento;

XVIII- poço de visita (PV): dispositivo destinado a permitir a visita para inspeção, limpeza e desobstrução das tubulações;

XIX- ralo seco: recipiente sem proteção hídrica, dotado de grelha na parte superior, destinado a receber águas de lavagem de piso, banheiras ou de chuveiro;

XX- ralo sifonado: recipiente dotado de desconector, com grelha na parte superior, destinado a receber águas de lavagem de pisos ou de chuveiro;

XXI- ramal de descarga: tubulação que recebe diretamente os efluentes dos aparelhos sanitários;

XXII- ramal de esgoto: tubulação primária que recebe os efluentes dos ramais de descarga diretamente ou a partir de um desconector;

XXIII - ramal de ventilação: tubo ventilador que interliga o desconector, ou ramal de descarga, ou ramal de esgoto de um ou mais aparelhos sanitários a uma coluna de ventilação ou tubo ventilador primário;

XXIV- rede pública de esgotos sanitários: conjunto de tubulações pertencentes ao sistema urbano de esgotos sanitário diretamente controlado pela autoridade pública;

XXV- subcoletor: tubulação que recebe efluentes de um ou mais tubos de queda ou ramais de esgoto;

XXVI- sumidouro: cavidade destinada a receber o efluente de dispositivos de tratamento ou esgoto sanitário, e a permitir sua infiltração no solo;

XXVII- tubo de queda: tubulação vertical que recebe efluentes de subcoletores, ramais de esgoto e ramais de descarga;

XXVIII- tubo ventilador primário ou coluna de ventilação: tubulação vertical que se prolonga além do telhado, cuja extremidade superior é aberta à atmosfera, destinada a ventilar sifões sanitários;

XXIX- tubo ventilador secundário: tubulação vertical tendo a extremidade superior ligada a uma coluna de ventilação ou a outro tubo ventilador secundário;

XXX- unidade hunter de contribuição (UHC): fator numérico que representa a contribuição considerada em função da utilização habitual de cada tipo de aparelho sanitário.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES

Art. 154 – A atividade do **SAEVIR** será juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, eficiência e moralidade.

Art. 155 – Os atos do **SAEVIR** deverão ser sempre acompanhados de motivação.

Art. 156 – Os atos normativos somente produzirão efeito após publicação na Imprensa Oficial ou daquele de regularidade no município de Vila Rica.

Art. 156 – Qualquer cidadão terá o direito de peticionar ou de recorrer contra ato do **SAEVIR**, no prazo máximo de 30 (trinta dias) devendo a decisão do **SAEVIR** ser conhecida em até trinta dias.

Art. 157 – Em todas as ligações, obras e serviços de que trata esta Lei, terão que ser empregados exclusivamente materiais e equipamentos que obedeçam as especificações e normas de execução da ABNT.

Art. 158 - através de seus representantes terá o direito de em qualquer tempo exercer a função fiscalizadora no sentido de verificar a obediência a esta Lei.

Art. 159 - Fica resguardado ao **SAEVIR** o livre acesso de entrar em prédios, áreas, quintais ou terrenos, quando tiver que realizar visitas de inspeção, limpeza, reparos ou remoção de instalações de água ou esgoto através de funcionário devidamente identificado.

Art. 160 - Para efeito de extensão de rede de água a ser feito pelo

SAEVIR, deverá ser observado um número de uma ligação efetiva cujo custo seja superior a 12 (doze) vezes o faturamento médio esperado, este valor excedente deverá ser custeado pelo (s) solicitante (s) a ser estipulado pelo **SAEVIR.**

Art. 161 - A prestação de serviços diversos pelo **SAEVIR,** será cobrada dos usuários através de valores a serem estipulados e regulamentados por lei municipal.

Art. 162 - O **SAEVIR** organizará e manterá atualizado o cadastro de todos os prédios e terrenos situados em logradouros públicos dotados da rede de distribuição e coletora de esgoto sanitário.

Art. 163 - Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na aplicação desta Lei, serão resolvidos Por decreto do executivo municipal, por analogia utilizando princípios de direito.

Art. 164 – A presente Lei aplica a todos os usuários atendidos pelos serviços prestados pelo SAEVIR, o qual poderá ser modificado por necessidade de ordem técnica ou jurídica, e entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Art. 165 – Esta Lei será regulamentada no que couber.

Art. 166 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vila Rica – MT., 10 DE MARÇO DE 2016.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal.

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.368/2016 DE 10 DE MARÇO DE 2016.

"REESTRUTURA OS VALORES MONETÁRIOS DA TABELA DE VENCIMENTO DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO QUADRO GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º - Ficam reestruturados os valores da Tabela de Vencimentos do Quadro Geral de Servidores, relativo à Revisão Geral Anual (RGA), nos termos do art. 37, X da Constituição Federal, no percentual de 10.67%, de acordo com os quadros em anexo.

§ 1º – Será concedido aos Profissionais do Quadro Geral um acréscimo correspondente a 1,005%, referente a ganho real.

§ 2º - A revisão Geral Anual de que se trata esta Lei, refere-se as percas salariais ocorridas no exercício de 2015, conforme índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correção por dotação orçamenta própria conforme Lei Orçamentária Anual 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigoram a partir de 1º de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito em 10 de março de 2016.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.369/2016. DE 10 DE MARÇO DE 2016.

"REESTRUTURA OS VALORES MONETÁRIOS DA TABELA DE VENCIMENTO DOS PLANOS DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO QUADRO DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE DE VILA RICA – SUS-VR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reestruturados os valores da Tabela de Vencimentos dos Servidores do Quadro do Sistema Único de Saúde-VR, relativo a Revisão Geral Anual (RGA), nos termos do art. 37, X da Constituição Federal, no percentual de 10,67%.

§ 1º – Fica concedido aos Profissionais do Quadro um acréscimo correspondente a 1,005%, referente a ganho real de acordo com os quadros em anexo.

§ 2º - A revisão Geral Anual de que se trata esta Lei, refere-se às percas salariais ocorridas no exercício de 2015, conforme índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correção por dotação orçamenta própria conforme Lei Orçamentária Anual 2016.

Art. 3 º Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigoram a partir de 1º de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº1.367/2016 DE 10 DE MARÇO 2016

Reajusta os valores dos subsídios dos Vereadores e Presidente da Câmara Municipal de Vila Rica – MT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, Sr. Luciano Marcos Alencar, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reajustados os valores dos subsídios dos Vereadores e Presidente da Câmara Municipal de Vila Rica – MT, nos mesmos índices e época, concedidos aos demais servidores Públicos da Câmara Municipal de Vila Rica – MT.

§ Único – O reajuste tem como base a Revisão Geral Anual (RGA), e refere-se às percas salariais ocorridas no ano exercício de 2015, no percentual de 10,67 (dez inteiros e sessenta e sete décimos por cento), conforme Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do Art. 37, X da Constituição Federal.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01 de fevereiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vila Rica – MT, 10 de março 2016.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2013/2016

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N. º 1.370/2016 DE 10 DE MARÇO D

"REESTRUTURA OS VALORES MONETÁRIOS DA TABELA DE VENCIMENTO DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reestruturados os valores da Tabela de Vencimentos dos Professores do Magistério Público Municipal, a titulo de Revisão Geral Anual, nos termos do art. 37, X da Constituição Federal, no percentual de 10.67%, conforme índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Paragrafo Único- Será acrescido o valor de 0,69% ao valor citado no *caput* deste artigo referente a equiparação ao piso salarial profissional nacional – Lei º 11738/2008 .

Art. 2º Os valores correspondentes ao artigo 1º será concedido com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2016 conforme anexos I e II.

Art. 3º Será acrescido aos vencimentos, como ganho real, a partir de 1º de fevereiro de 2016 o valor de 0,315% conforme anexos III e IV.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dotação orçamenta própria, conforme Lei Orçamentária Anual 2016.

Art. 5 º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2016 VILA RICA MT, 10 DE MARÇO DE 2.016

O Sr.º Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 002/2015, a comparecem, nos termos do Item 9 do edital, no prazo máximo de 05 **(cinco) dias** uteis na Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital e no item 9. 4 do edital do Processo Seletivo nº 002/2015, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

FISCAL TRIBUTÁRIO

NOME
JULIANE FEITOZA BECKMAN
NÁDIA RITIELLY SOUZA DO NASCIMENTO

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF ARACATI

NOME
ROGERICO GARBUIO

PROFESSOR I A IV PEDAGOGIA - ESCOLAS SEDE

NOME
MARIA CELOI NORONHA DE LIMA

PROFESSOR I A IV PEDAGOGIA - ZR EMEF NOVA LISBOA

Nome
LÍVIA CHERLLY DOS SANTOS ABREU
LILIAN DE OLIVEIRA CORREA

PROFESSOR I A IV PEDAGOGIA - ZR EMEF NS APARECIDA

Nome
LEANDRO CANDIDO DE SOUZA

PROFESSOR I A IV PEDAGOGIA - ZR EMEF PROCÓPIO

Nome
GLAUCIA LAIKOWSKI
LAUREANA BARBOSA PROENCA

PROFESSOR I A IV PEDAGOGIA - ZR EMEF RUI RAMOS

Nome
RIVIADAVIA LOPES ALVARENGA
NOEMI MARIA WAGNER

PROFESSOR I A IV PEDAGOGIA - ZR EMEF S. C. JESUS

Nome
LOURDES ALVES BORGES GUIMARAES

PROFESSOR V A VIII - ZR EMEF SAGRADO CORAÇÃO JESUS

Nome
ALINE BARBOSA DA SILVA

PROFESSOR V A VIII - ZR EMEF NAZARÉ

Nome
SIMONE JANCIELI WAGNER
VALERIA DE SOUZA ALMEIDA

PROFESSOR V A VIII - ZR EMEF PROCOPIO

Nome
MANUELA GOMES FONSECA FELICIANO

AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZR EMEF BOM JESUS

Nome
LUZIA BARBOSA DE BARROS

AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZR EMEF PROCOPIO

Nome
MARILUCY PEREIRA DA SILVA BARBOSA

LIMPEZA ESCOLAR - ZR EMEF NS APARECIDA

Nome

DEUSIRENE PEREIRA MARINHO

AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR - ZR EMEF SC JESUS

Nome
CINTHIA APARECIDA MOREIRA SANTOS

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF BOM JESUS

Nome
IVONEI MEURER
CLEIDENIR NOVELO

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF PROCOPÍO

Nome
CLEIDISON ROSA SILVA
SINVAL COELHO DE SOUZA
VILMAR DOS SANTOS CARVALHO

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF SC JESUS

Nome
ENIO LAZARO BORGES

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF NS APARECIDA

Nome
VALDIVINO HORT MASKE
LUIZ CARLOS DOS SANTOS

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF SANTANINHA

Nome
ADENIR VIEIRA LEME
LUISMAR RODRIGUES DE ARAUJO

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF RUI RAMOS

Nome
GEICIVALDO INOCENCIO COSTA
MARCILEI GONÇALVES DE ALMEIDA

MOTORISTA ESCOLAR CNH D - ZR EMEF NOVA LISBOA

Nome
LEONI BISPO

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Anexo I

Documentação exigida,

Ø Cédula de Identidade; Ø Certidão de Casamento ou Nascimento; Ø Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); Ø Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Ø Cartão do PIS/PASEP; Ø Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados Ø Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse; Ø Título de Eleitor; Ø Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Ø CPF dos dependentes; Ø CPF do Pai e Mãe (vivos); Ø Declaração negativa de acumulo de cargo publico; Ø Declaração contendo endereço residencial; Ø Declaração de Bens: Ø Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico Ø Declaração de que não é aposentado por invalidez; Ø Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital; Ø Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função; Ø Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. Ø Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **(Drº Silvio C. C. Rogowski- Av. Perimetral Sul nº 415 – Vila Rica Fone: (66) 3554-1609)** Ø Conta corrente no Banco do Brasil S/A; Ø Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Ø Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº1.366/2016 DE 10 DE MARÇO 2016

Reestrutura os valores monetários das tabelas de vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Vila Rica – MT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, Sr. Luciano Marcos Alencar, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reestruturados os valores monetários das tabelas de vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Vila Rica – MT, relativo à revisão geral anual (RGA), nos termos do Art. 37, X da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1.176/2013, no percentual de 10,67 (dez inteiros e sessenta e sete décimos por cento), conforme Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

§ Único – O reajuste tem como base a Revisão Geral Anual (RGA), e refere-se às percas salariais ocorridas no ano exercício de 2015.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01 de fevereiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vila Rica – MT, 10 DE MARÇO 2016.

_____

LUCIANO MARCOS ALENCAR

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2013/2016

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N. º 1.371/2016. D 10 DE MARÇO DE 2016.

"REESTRUTURA OS VALORES MONETÁRIOS DA TABELA DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Ficam reestruturados os valores da Tabela de Vencimentos do Quadro do Magistério Público Municipal, relativo à Revisão Geral Anual (RGA), nos termos do art. 37, X da Constituição Federal, no percentual de 10,67%.

§ 1º – A revisão Geral Anual de que se trata esta Lei, refere-se as percas salariais ocorridas no exercício de 2015, conforme índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

§ 2º - Fica concedido ao valor da RGA, um acréscimo de 1,005%, como ganho real.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correção por dotação orçamenta própria conforme Lei Orçamentária Anual 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.362 /2016 DE 10 DE MARÇO DE 2016

"Abre Crédito Adicional Especial para Criar Elemento de Despesa à Lei de Nº 1.352/2015 – "Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2016".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial para criar Elemento de Despesa no valor de R$ 1.147. 500,00 (Hum Milhão, Cento e Quarenta e Sete Mil e Quinhentos Reais), na Lei Orçamentária Anual Nº 1.352/2015, como segue:

Órgão: 06 – Secretaria/Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 02 – MAC – Média e Alta Complexidade	
Programa: 0084 – Média e Alta Complexidade	
P. A: 1.036 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Valor
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente (Transf. Conv. Saúde)	R$ 1.147. 500,00
Total	***R$* 1.147. 500,00**

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º será utilizado recurso proveniente de Proposta de Aquisição de Equipamento/Material Permanente – Nº - 11310.662000/1140-01 – MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de março de 2016.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

Gestão 2013/201

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.365/2016. DE 10 DE MARÇO 2016.

"Dispõe Sobre Transposição e Remanejamento de Recursos na Execução Orçamentária do exercício 2016", com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal e da Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Transposição e Remanejamento de Recursos, na Lei Orçamentária Anual LOA nº 1352/ 2015 no valor de **R$ 633.000,00 (Seiscentos e Trinta e Três Mil Reais)**, adicionando nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Ø ***Suplementar***

Órgão: 06- Secretaria/Fundo Municipal de Saúde	**VALOR**
Unidade: 06-01 – Atenção Básica	
P.A: 2.042 – Manutenção e Encargos com PSFS	
(741) 3.3.90.48.00.00.00.00.0202 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R$ 53.000,00
Órgão: 07- Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07-02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P.A: 2.120 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias FETHAB	
(388) 3.3.90.30.00.00.00.00.1004 – Material de Consumo	R$ 580.000,00

TOTAL GERAL	***R$ 633.000,00***

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito de Transposição e Remanejamento de Recursos autorizado no artigo 1º serão anuladas nas Dotações Orçamentárias abaixo:

Ø ***Suprimir***

Órgão: 06- Secretaria/ Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 06-02 – MAC – Média e Alta Complexidade	
P.A: 2.048 – Manutenção e Encargos com Pronto Atendimento	
(904) 3.3.90.36.00.00.00.00.0202 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 53.000,00
Órgão: 07- Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07-02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P.A: 1.116 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Caminhões FETHAB	
(384) 4.4.90.52.00.00.00.00.1004 – Equipamentos e Material Permanente	R$ 90.000,00
P.A: 1.117 – Obras FETHAB	
(385) 4.4.90.30.00.00.00.00.1004 – Material de Consumo	R$ 195.000,00
(386) 4.4.90.39.00.00.00.00.1004 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 245.000,00
(387) 4.4.90.51.00.00.00.00.1004 – Obras e Instalações	R$ 50.000,00

TOTAL GERAL	***R$ 633.000,00***

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 DE MARÇO DE 2016.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2013/2016

SEC. ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.363/2016 DE 10 DE MARÇO DE 2016.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial com anulação de dotação,no Orçamento Geral do Município – LOA nº1.352/2015- Exercício 2016, com base nos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, Inciso V e VI, da Constituição Federal e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Projetos de Atividades no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.352/2015 - Exercício 2016 no valor de **R$ 112.115,75 (Cento e Doze Mil, Cento e Quinze Reais e Setenta e Cinco Centavos)**, na forma abaixo especificada:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	**R$**
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P.A: – Manutenção do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**2.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**20.897,50**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**2.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.052,50**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**3.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**5.331,25**
P. A: – Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	
3.3.90.14. 00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Diárias - Civil	**950,00**
3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Diárias - Civil	**1.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**1.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**1.706,50**
3.3.90.33. 00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	**950,00**
3.3.90.33. 00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	**1.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**501,25**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**1.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**1.128,50**
P.A: - Manutenção do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho -ACESSUAS	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**2.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**9.872,50**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**2.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.052,50**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**3.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**10.870,00**
P.A: – Manutenção do Fundo Partilhado de Investimento Social - FUPIS	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**2.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**5.462,50**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**2.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.052,50**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**11.988,25**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**3.950,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	***R$ 112.115,75***

Artigo 2º - Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial de dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	**R$**
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P. A: 2.085 - Manutenção com Grupo da Terceira Idade	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**2.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**20.897,50**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**2.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.052,50**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**3.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**5.331,25**
P.A: 2.086 - Manutenção do Grupo de Deficientes	
3.3.90.14. 00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Diárias - Civil	**950,00**
3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Diárias - Civil	**1.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**1.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**1.706,50**
3.3.90.33. 00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	**950,00**
3.3.90.33. 00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	**1.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**501,25**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**1.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**1.128,50**

P.A: 2.089 – Manutenção do Serviço de Proteção Básica Domiciliar	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**2.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**9.872,50**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**2.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.052,50**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**3.950,00**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**10.870,00**
P.A: 2.090 – Manutenção do Programa Projovem Adolescente	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Material de Consumo	**2.950,00**
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Material de Consumo	**5.462,50**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**2.950,00**
3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	**1.052,50**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0000.000000.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**11.988,25**
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0029.000000.04.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**3.950,00**
TOTAL DA ANULAÇÃO	***R$ 112.115,75***

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

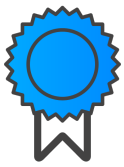
Gabinete do Prefeito, 10 de março de 2016.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Mar 10 22:35:33 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)